



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

**O INSA E O SEU “NÃO LUGAR” NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: RUPTURAS,
DISPUTAS E DISCURSOS CIENTÍFICOS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O INSA E O SEU “NÃO LUGAR” NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: RUPTURAS,
DISPUTAS E DISCURSOS CIENTÍFICOS

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Doutora em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais.

Sob a orientação da professora Dr^a. Ramonildes
Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – PB
2023

S237i

Santos, Ana Paula Silva dos.

O Insa e o seu “não lugar” no semiárido brasileiro : rupturas, disputas e discursos científicos / Ana Paula Silva dos Santos – Campina Grande, 2024.

340 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Humanas, 2024.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes."

Referências.

1. Insa. 2. Desenvolvimento regional. 3. Ciência e Tecnologia. 4. Semiárido nordestino. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 3(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS

O INSA E O SEU NÃO LUGAR NO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO: RUPTURAS, DISPUTAS E
DISCURSOS CIENTÍFICOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais como pré-
requisito para obtenção do título de
Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em: 20/12/2023

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFPG
Orientadora

Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha - PPGCS/UFPG
Examinador Interno

Prof. Dr. Valdênio Freitas Meneses - PPGCS/UFPG
Examinador Externo

Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo - UFPE/Ceplan
Examinadora Externa

Prof. Dr. Cidoval Moraes de Sousa - PPGDR/UEPB
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 21/12/2023, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2023, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 04/03/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade> informando o código verificador **4066210** e o código CRC **315CBDEB**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM
20 DE DEZEMBRO DE 2023

CANDIDATA: Ana Paula Silva dos Santos. COMISSÃO EXAMINADORA: Ramonildes Alves Gomes, Doutora, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientadora; Luis Henrique Hermínio Cunha, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Valdênio Freitas Meneses, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Tânia Bacelar de Araújo, Doutora, UFPE/Ceplan, Examinadora Externa; Cidoval Moraes de Sousa, Doutor, PPGDR/UEPB, Examinador Externo. **TÍTULO DA TESE:** "O INSA E O SEU NÃO LUGAR NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: rupturas, disputas e discursos científicos". **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** Sociologia. **HORA DE INÍCIO:** 14h00 - **LOCAL:** em formato híbrido pela Internet e no Laboratório de Engenharia de Pavimentos - CTRN/UFCG. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADA. Face à aprovação, declara a presidente da Comissão achar-se a examinada legalmente habilitada a receber o Grau de Doutora em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que a mesma faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 20 de dezembro de 2023.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA
Secretário

RAMONILDES ALVES GOMES, Doutora, PPGCS/UFCG
Presidente da Comissão e Orientadora

LUIS HENRIQUE HERMÍNIO CUNHA, Doutor, PPGCS/UFCG
Examinador Interno

VALDÊNIO FREITAS MENESES, Doutor, PPGCS/UFCG
Examinador Interno

TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO, Doutora, UFPE/Ceplan
Examinadora Externa

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA, Doutor, PPGDR/UEPB
Examinador Externo

ANA PAULA SILVA DOS SANTOS
Candidata

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado da candidata **ANA PAULA SILVA DOS SANTOS**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 21/12/2023, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 21/12/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2023, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA SILVA DOS SANTOS, Aluna**, em 21/12/2023, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 04/03/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4065369** e o código CRC **EDA1C100**.

Dedico esta tese à minha mãezinha Maria Petrucia da Silva, que no processo da vida só aprendeu a ler os acontecimentos com o coração. Ao meu tio/pai José Nunes dos Santos (em memória). À minha irmã Natasha Nunes (em memória) e à vovó Eunice Maria da Conceição (em memória), retiradas do nosso convívio entre 2020 e 2021, vítimas da Covid-19. Vocês fazem muita falta!

AGRADECIMENTOS

A finalização de uma tese é resultado de uma trajetória atravessada por emoções, dúvidas e aprendizados, e os acontecimentos que nos cercam afetam o que conseguimos ou não realizar. Às vezes, somente no processo aprendemos que ele pode e deve se dar com leveza. Nos momentos mais difíceis de escrita — individual e “solitária” — vivenciamos nossos limites, mas também descobrimos novas possibilidades. Nessa caminhada, que não se inicia com a aprovação no doutorado, encontramos, entre pessoas e instituições, uma rede de apoio afetivo, material e intelectual. Lembro que, já nos meus limites, lia intuitivamente a seção de agradecimentos de teses e dissertações. Isso também me reconectava com algo que considero essencial: a escrita livre, criativa e humanizada.

Começo agradecendo ao meu companheiro, Ricardo da Cunha Correia Lima, pelo lindo encontro de vida e pelo amor que construímos e celebramos cotidianamente. Por incentivar e vibrar com as minhas/nossas conquistas, pelo apoio incondicional em todos os momentos dessa jornada. Enfrentamos juntos momentos muito difíceis para chegar até aqui.

A todas as pessoas que dão vida a esse pedaço de chão chamado Semiárido, especialmente os povos tradicionais que, com sua sabedoria milenar, nos ensinam todos os dias que enquanto ignorarmos os problemas sociais, em detrimento de decisões políticas que beneficiam interesses de grupos privilegiados, não haverá, na prática, democracia plena.

À minha orientadora, Ramonildes Alves Gomes, pela confiança, pelas partilhas e escutas acolhedoras diante de minhas inquietações e de meus devaneios. Pelas aulas inspiradoras e provocativas. Por estimular, despertar e provocar, nos diálogos e na leitura rigorosa e cuidadosa dos meus escritos, a busca do aprimoramento profissional e como pesquisadora. Construímos e fortalecemos uma relação de afeto, respeito e admiração nessa caminhada. “Rá” — como é conhecida entre nós, docente, pesquisadora comprometida, orientadora presente e dedicada — é um exemplo que levo para a vida. Ela também possibilitou outra rede de relações à qual sou grata, a do Lera, o Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais, cujos estudos e debates durante oficinas, reuniões e seminários foram enriquecedores e de muito aprendizado. Destaque especial para os/as colegas Jonatta Paulino, Claudia Kathyuscia e Elenilda Silva, que me acolheram tão bem desde os meus primeiros contatos com o grupo. A Simony Araújo e Alcione Meneses, companheiras de jornada — mesmo “distantes” em boa parte do período do curso, estávamos torcendo umas pelas outras. Sem dúvida, todos os que

fazem o Lera e tudo que ele representa no campo científico ocupam um lugar especial na minha trajetória.

Estendo o meu agradecimento à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), cujas competências fazem ser este ambiente acadêmico de qualidade. Em especial, sou grata aos professores Luís Henrique Cunha, Lemuel Guerra, Mércia Batista, Gabriel Corrêa, Roberto Miranda, Ronaldo Sales e Maurício Aguiar, pelas contribuições para o amadurecimento teórico-metodológico; aos coordenadores do Programa no meu período de doutorado, Mário Ladovsky e Gonzalo Rojas, pelo empenho, compromisso, compreensão e paciência. Ao Colegiado do PPGCS, por meio do professor Carlos Santos; agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e à Câmara Superior da UFCG, que me apoiaram sobretudo nessa reta final, diante do problema de saúde enfrentado. Aos/as companheiros/as de turma, guardo carinho especial por Tatiane Moura, Fábio Machado, Evande Praxedes Silva, Valéria Silva e Rafael Maracajá. Ao Rinaldo Silva, secretário do PPGCS, sempre muito atencioso e generoso, e em seu nome amplio os agradecimentos aos demais técnicos e terceirizados que fazem essa Universidade existir. Ao José Ivan Júnior, da Copiadora. Vocês fazem parte dessa caminhada. Gratidão!

Aos professores Luís Henrique, pelas aulas provocativas e instigantes, bem como por ter aceitado estar conosco no Seminário de Tese, na Qualificação e na Defesa da Tese; Valdênio Meneses, pela presença desde 2020, primeiro através da sua tese inspiradora, depois nos ricos diálogos, na participação do Seminário de Tese e na Defesa; Cidoval Sousa, que em 2017 fez a leitura cuidadosa do meu projeto para seleção do doutorado, posteriormente participando da banca de Qualificação e da Defesa da Tese. E à professora Tânia Bacelar, por ser inspiração nessa jornada, por ter aceitado o convite para participar da Banca Examinadora da Tese e por nos apresentar com uma leitura cuidadosa e primorosa. Vocês formularam comentários construtivos, com sugestões de leitura e de caminhos determinantes na elaboração e condução desta pesquisa, bem como para pesquisas e publicações futuras.

Agradecimento especial a cada um dos entrevistados, vinculados ao Insa — os quais não poderei citar para manter o sigilo da fonte —, pela confiança, disposição e solidariedade. Vocês foram fundamentais. Cabem ainda outros dois agradecimentos especiais: ao ex-diretor Ignácio Salcedo, que faleceu em 2017, por possibilitar o meu ingresso no Insa, na condição de pesquisadora-bolsista, e ao Luís Felipe Ulloa, companheiro de trabalho no Insa, com quem aprendi muito. Gratidão! Através de dona Maysa Lilian, dona Maria do Socorro, Ednalda Ferreira, Rinaldo Luciano, Júlia Tavares e Vitória Maria, meus sinceros agradecimentos aos

demais trabalhadores do Insa (terceirizados, servidores e pesquisadores-bolsistas), que tornaram mais leve e bonito o período em que estive na instituição.

Para entender a concepção e implantação do Insa, outros atores sociais foram essenciais, me fazendo amadurecer e ampliar a compreensão sobre a instituição do ponto de vista político, institucional e científico: Sérgio Rezende e Roberto Amaral, ex-ministros de Ciência e Tecnologia; Jocelino Menezes, ex-secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis/MCTI); Roberto Germano e Salomão Medeiros, ex-diretores do Insa; Manoel Abílio de Queiroz, ex-pesquisador da Embrapa Semiárido e atualmente professor da Uneb; José de Souza Silva, pesquisador da Embrapa Algodão. Muito obrigada pela disposição, pelo interesse e pelas horas de diálogos sobre esse tema importante, lembrando situações que também marcaram suas trajetórias — por isto mesmo, em alguns casos, a emoção esteve presente.

Ao Antônio Carlos Guedes, ex-assessor técnico do CGEE; Moisés Aguiar, ex-diretor do Instituto Xingó; César Nóbrega, coordenador do movimento de reivindicação do Insa em Sousa-PB; às professoras Adelaide Pereira da Silva e Ana Célia, da Resab; ao Jonas Duarte, professor da UFPB e ex-pesquisador visitante do Insa; ao Walter Vasconcelos e ao João Macedo, ex-pesquisadores-bolsistas do Insa; ao Marcelo Galassi, ex-conselheiro do Insa pela Asa-Brasil; e ao Luís Couto, Deputado Federal (PT). Pelos diálogos e consultas valorosas, muito obrigada! Agradeço ao professor Otamar de Carvalho, pela longa conversa por telefone e bibliografia compartilhada sobre desenvolvimento regional e o Insa. Infelizmente, não foi possível entrevistá-lo até a conclusão da tese.

À fé na força divina. E aos que torceram, transmitiram as melhores palavras e energias, formando um arquipélago de afetos entre Alagoas, Paraíba e Fortaleza, com uma ponte até São Paulo, meu profundo agradecimento: à minha mãezinha Maria Petrucia Silva, com suas rezas e pedidos diários à Nossa Senhora Aparecida para iluminar a minha jornada; à madrinha Rosália Nunes, às tias Mara Nunes e Rosa Nunes; às sobrinhas Tayná Santos, Tharcyane Santos e Jamilly Santos, e ao sobrinho Thallys Santos; à minha irmã, Lindinalva Santos (Lili); às primas Sofia Nunes, Sibebe Nunes; às amigas queridas: Maria Betânia Fernandes (Bel), Sueleide Gadelha e Solange Ventura (Flores), Caroline Farias, Ana Maria Pereira, Lara Oliveira, Denise Silva, Patrícia Crispim, Daniella Gomes, Ana Paula Agapito, Socorro Santos, Olívia Monteiro; aos queridos José Antônio Monteiro (em memória), Severino Gomes de Sousa Filho “Bil”, Cícero Péricles, pelas amizades e incentivos; gratidão à psicóloga Séfora Lima Figueiredo, pela atenção, cuidado e competência na condução do meu processo de reelaboração dos lutos, da

busca de sentidos e recomeços para seguir adiante; aos novos amigos Darlan Praxedes e Francis Bezerra, obrigada pelos diálogos preciosos principalmente na reta final; à Izolda Meira e Flavia Lima; à comadre Lúcia Pituba e ao afilhado Ítalo Pituba; à Taciana Darley; à Alda Oliveira e às cunhadas Carolina Correia Lima e Diana Correia Lima, por meio das quais agradeço às demais cunhadas e cunhados.

Por fim, é importante reforçar a relevância dos investimentos públicos para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, dentre eles, a bolsa de estudo, sem a qual a pesquisa que hora apresento não seria possível. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por contribuir com esse processo ao longo de quatro anos. Em tempo, não poderia deixar de registrar que, especialmente esse momento de doutorado — afora a pandemia da Covid-19 e todos os impactos na vida pessoal e coletiva, entre outros desafios pessoais que enfrentei no âmbito da saúde — foi de reconciliação com a instituição Universidade, um espaço com suas contradições, mas do qual nunca perdi a esperança na consolidação da capacidade de ser mais incluyente e democrática. Espaço que também é meu lugar, e por isso desejo que minha experiência sirva de inspiração para que outras mulheres e jovens possam se apropriar do processo de pensar-fazer-sentir Ciência.

“[...] o estudo é bom, mas também a letra mata quando você não sabe usar, quando não ouve os outros, quando não quer trabalhar numa coisa integral com todos, se mata. Ou mata a si próprio ou mata muitas coisas. Eu acho que daqui pra frente nós deve andar igual a perna esquerda e a direita. Um por todos, todos por um. Todos nós temos falha e todos nós temos sabedoria. E muitas das vezes nós só olha pra falha dos outros, não quer olhar o que tem de bom nas pessoas. Quando nós deixar as falhas e ajuntar os talentos de cada um, aí nós se torna um mundo viável [...]”.

Discurso do “Seu” Isaias, propriedade rural, Uauá-BA
Vídeo Expedição Insa, 2009.

“As ciências evoluem graças a agentes que são capazes de atingir e ultrapassar certos limites. Não basta armar-se de instrumentos eficazes. O valor de um cientista resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem. Em muitos casos, cabe-lhe também atuar de forma consistente no plano político, portanto assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico. Não devemos esquecer que a ciência está condicionada pelos valores da sociedade onde é gerada”.

Celso Furtado
Discurso de posse na Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Em 04 de junho de 2003.

RESUMO

Esta tese objetiva problematizar como são tecidas as relações entre ciência, política e estratégias institucionais para o desenvolvimento do Semiárido nordestino, assumindo como ponto de partida o processo histórico e político que deu origem ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa), ao tempo em que busca compreender a implementação de um mandato institucional que permitiria o desenvolvimento regional. O Insa é órgão vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com sede no município de Campina Grande, na Paraíba, criado oficialmente em 2004, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), como a primeira Unidade de Pesquisa (UP) do MCTI no Nordeste. Foi concebido no contexto do debate entre diferentes atores sociais sobre as desigualdades sociais e regionais e sua relação com a política de ciência e tecnologia no país, e sobre os desafios específicos do território semiárido. Em quase duas décadas de existência, apesar de ter conquistado importância e reconhecimento, o Insa ocupa atualmente um não lugar no Semiárido brasileiro. Compreendemos o Insa como um campo de interesses e disputas, e que sua constituição faz parte de um processo que envolve relações de poder e conflitos. Adotamos uma metodologia de pesquisa qualitativa, cruzando dados e evidências advindas da realização de entrevistas semiestruturadas com informantes-chave, da observação direta, da análise documental e de registros dispostos em sítios eletrônicos e redes sociais. A conclusão do exercício de pesquisa revelou que a criação e constituição desse Instituto gerou e ainda gera, ao mesmo tempo, desconfiança e expectativas na sociedade brasileira, particularmente em parte da comunidade científica e na ampla população do Semiárido nordestino, quanto ao seu efetivo mandato e missão institucional. Isso tudo como resultado da herança processual atravessada por um movimento político-institucional de rupturas e continuidades no seu dizer e fazer CTI na e para a região semiárida, que refletem na sua autoimagem; ora pela tentativa de implementação de uma instituição de desenvolvimento, ora pelo esforço para reordenar um mandato, consultado e demandado, essencialmente de articulação, ora pelo direcionamento de um mandato essencialmente de pesquisa. Há elementos relevantes da ação do Insa que precisam ser coletivos e criticamente revistos à luz do campo científico, de modo a não mais permitir que o campo político e a herança patrimonialista sejam os elementos centrais que definem a Instituição.

Palavras-chave: Insa, Desenvolvimento Regional, Ciência e Tecnologia, Semiárido nordestino.

ABSTRACT

This thesis aims to problematize how the relationships between science, politics, and institutional strategies are woven for the development of the Northeastern Semi-Arid region, assuming as a starting point the historical and political process that gave rise to the National Institute for the Semi-Arid (Insa), while seeking to understand the implementation of an institutional mandate that would allow regional development. Insa is an agency linked to the Ministry of Science, Technology, and Innovation (MCTI), based in the municipality of Campina Grande, in Paraíba, officially created in 2004 during the administration of President Luís Inácio Lula da Silva (PT), as the first Research Unit (UP) of MCTI in the Northeast. It was conceived in the context of the debate among different social actors about social and regional inequalities and their relation to science and technology policy in the country, and about the specific challenges of the semi-arid territory. In nearly two decades of existence, despite having gained importance and recognition, Insa currently occupies a non-place in the Brazilian Semi-Arid. We understand Insa as a field of interests and disputes, and its constitution is part of a process involving power relations and conflicts. We adopt a qualitative research methodology, crossing data and evidence from semi-structured interviews with key informants, direct observation, documentary analysis, and records available on websites and social networks. The conclusion of the research exercise revealed that the creation and constitution of this Institute generated and still generate, at the same time, distrust and expectations in Brazilian society, particularly in part of the scientific community and the broad population of the Northeastern Semi-Arid, regarding its effective mandate and institutional mission. This is all a result of a procedural heritage crossed by a political-institutional movement of ruptures and continuities in its saying and doing STI in and for the semi-arid region, which reflect in its self-image; sometimes by the attempt to implement a development institution, sometimes by the effort to reorganize a mandate, consulted and demanded, essentially of articulation, sometimes by the direction of a mandate essentially of research. There are relevant elements of Insa's action that need to be collectively and critically reviewed in the light of the scientific field, so as not to allow the political field and the patrimonialist heritage to be the central elements that define the Institution.

Keywords: Insa, Regional Development, Science and Technology, Northeastern Semi-arid.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1. Localização das instituições vinculadas ao MCTI.	54
Figura 2. Mapa atualizado da região semiárida do Brasil com destaques dos limites.	64
Figura 3. Localização das UFs e IFs no Nordeste e Semiárido nordestino.	69
Figura 4. Municípios atendidos pelo Instituto Xingó.	99
Figura 5. Identificação da mesorregião de Xingó.	99
Figura 6. Registros de atividades realizadas pelo Instituto Xingó.	100
Figura 7. Sede do IAJAT, em 2008 (acima) e em 2017 (abaixo).	120
Figura 8. Busto de Celso Furtado na Sede Administrativa do Insa.	126
Figura 9. Registros do curso “Intensivo de Informação sobre Semiárido”.	140
Figura 10. Diferentes logotipos do Insa.	142
Figura 11. Símbolo do logotipo com a descrição do nome do Insa em letras Armoriais.	143
Figura 12. Localização da Sede Administrativa e da Estação Experimental (EE) do Insa no contexto do Semiárido brasileiro.	231
Figura 13. Localização da Sede Administrativa e da Estação Experimental do Insa em Campina Grande.	231
Figura 14. Registros da cerimônia de entrega da área da Estação Experimental ao INSA.	232
Figura 15. Vista panorâmica da Sede Administrativa.	237
Figura 16. Blocos da Sede Administrativa do Insa.	237
Figura 17. Imagens do processo de construção de blocos da Sede Administrativa*.	238
Figura 18. Vista panorâmica e detalhes do Cactário Guimarães Duque.	238
Figura 19. Projetos e iniciativas nas áreas de recursos hídricos e energia renovável na Sede Administrativa.	239
Figura 20. Vista panorâmica da Estação Experimental Prof. Ignácio Salcedo*.	240
Figura 21. Vista área e interna do complexo de laboratórios da Estação Experimental.	240
Figura 22. Nova entrada de acesso à Estação Experimental Ignacio Salcedo.	241
Figura 23. Mascote do Insa. “Manelito – o cacto cientista”, lançado em 2021.	272
Figura 24. Imagens de publicações do Insa em redes sociais.	280
Quadro 1. Ministros do MCTI em diferentes períodos desde a sua reestruturação definitiva.	52
Quadro 2. Instituições vinculadas ao MCTI situadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.	54
Quadro 3. Relação das Coordenadorias Estaduais do Dnocs.	82
Quadro 4. Unidades da Embrapa no Semiárido nordestino.	90
Quadro 5. Lista das áreas temáticas do Programa Xingó e seus respectivos coordenadores.	103
Quadro 6. Composição do Grupo de Trabalho (GT) para implantação do Instituto do Semiárido.	111
Quadro 7. Proposta-modelo para criação e implantação do Insa.	114

Quadro 8. Ações possíveis a serem realizadas por intermédio do Insa para o setor de CT na região semiárida.....	117
Quadro 9. Composição do Comitê Executivo para implantação do Insa.	124
Quadro 10. Composição das funções de gestão no Insa desde a sua criação.	147
Quadro 11. Membros do Conselho Técnico-Científico (CTC) do Insa.	149
Quadro 12. Histórico dos Comitês de Busca para seleção de Dirigentes do Insa.	154
Quadro 13. Relação dos colaboradores do primeiro planejamento estratégico do Insa.	174
Quadro 14. Relação dos temas e subtemas das notas técnicas com seus respectivos responsáveis/autores e instituições.	176
Quadro 15. Apresentação resumida da missão, visão, valores, princípios, prioridades estratégicas e diretrizes de ação do Insa.	179
Quadro 16. Diretores e coordenadores do Insa e suas formações acadêmicas.....	186
Quadro 17. Missão, visão e valores do Insa por período de gestão.	194
Quadro 18. Verticais de Impacto e Temas/Áreas de atuação do Insa.	199
Quadro 19. Relação dos servidores de carreira de Pesquisa em CT/Insa.....	220
Quadro 20. Relação de integrantes das Bancas/Comissões Examinadoras do Concurso 2008.	223
Quadro 21. Integrantes da Comissão Especial do Concurso do Insa 2023, com seus respectivos cargos no Instituto.	226
Quadro 22. Projetos para criação infraestrutura do Insa.	233
Quadro 23. Critérios exigidos à candidatura a dirigente do Insa nos dois últimos mandatos.	260
Quadro 24. Áreas das atividades fins do Insa em cada período de gestão.	281
Quadro 25. Ações de cooperação destacadas em 2014.	287
Quadro 26. Conceitos de CTI para o Insa.	286
Tabela 1. Número de municípios, extensão territorial e número de habitantes do Semiárido brasileiro.	63
Tabela 2. Quantidade de membros do CTC do Insa.....	149
Gráfico 1. Número de FAPs criadas ao longo das décadas	50
Gráfico 2. Quantidade de servidores, terceirizados e bolsistas do Insa entre 2008 e 2022.	222
Gráfico 3. Histórico Orçamentário do Insa (em reais, deflacionado pelo IPCA).....	228
Gráfico 4. Histórico orçamentário de Pesquisa do Insa (em reais, deflacionado pelo IPCA).	229

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ASA-BRASIL - Articulação do Semiárido Brasileiro
ATECEL - Associação Técnico-Científica Luís de Queiroz
BNB - Banco do Nordeste
CT - Ciência e Tecnologia
CTI - Ciência, Tecnologia e Inovação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCA - Centro de Ciências Agrárias
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
CETENE - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CGIAR - Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional
CGEE - Centro de Gestão de Estudos Estratégicos
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CTC - Conselho Técnico Científico
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESQ-PB - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FAPs - Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco
GTDN - Grupo de Trabalho do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IFs - Institutos Federais
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IJAT - Instituto José Augusto Trindade
IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSA - Instituto Nacional do Semiárido
IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPA - Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVOP - Ministério da Viação e Obras Públicas
OEPAs - Órgãos Estaduais de Pesquisa Agropecuária
ONU - Organização das Nações Unidas
OS - Organização Social
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCI - Programa de Capacitação Institucional/CNPq-MCTI
PCT - Política de Ciência e Tecnologia
PD - Pesquisa e Desenvolvimento
PDNE - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste
PDSA - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
PDU - Plano Diretor da Unidade
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA - Plano Plurianual

PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECUP - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações
SNPA - Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCG - Termos de Compromisso de Gestão
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
USP - Universidade de São Paulo
UP - Unidade de Pesquisa
UFs - Universidades Federais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	23
2. CIÊNCIA, POLÍTICA E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (REGIONAL): IDEIAS, ATORES SOCIAIS E INTERESSES	40
2.1 A criação e organização do MCTI e a recomendação da primeira UP do Nordeste	51
2.2 O Nordeste na PNDR e a expansão e interiorização da CT	59
2.2.1 (Con)viver com/no Semiárido brasileiro	70
2.3 Ideias e interesses em torno da criação de instituições federais no NE no século XX.....	79
3. INSA: UM ESFORÇO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO?.....	94
3.1 Insa: a ideia inicial era que fosse “um gestor de ciência para transformação social”	106
3.1.1 “Sousa reivindica sede do Instituto Nacional do Semiárido”	119
3.1.2 O anúncio oficial da criação do Insa (Celso Furtado) e a “velha” política em ação.....	123
3.2 O Insa e a ideia de “pegar a Carnaúba e espalhar para o Nordeste seco todinho”	132
3.3 Da Lei de criação e organização à Regulamentação do Insa.....	146
4. O INSA E O SEMIÁRIDO DO INSA COMO NÃO LUGARES	159
4.1 A consolidação da “forma de ser, pensar e fazer” do Insa	172
4.1.1 Do “fortalecimento institucional” para uma “jornada em busca da excelência”.....	185
4.2 O Insa não nasceu empoderado	201
4.2.1 Quadro de pessoal	219
4.2.2 Recursos Orçamentários.....	227
4.2.3 Infraestrutura física.....	230
5. QUAL INSA PARA QUAL SEMIÁRIDO: CONFLITOS E DISPUTAS POR “TRÁS DAQUELAS PAREDES DE CONCRETO”	243
6. AÇÕES, PROJETOS E AUTOIMAGEM DO INSA	271
6.1 Ideias e ações: entre continuidades e descontinuidades	281
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	300
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311
ANEXOS.....	321
Anexo 1 – Diário Oficial da União publicado em abril de 2004/Portaria que define a composição do Comitê Executivo de implantação do INSA, com destaque vermelho.....	321
Anexo 2 - Distribuição geográfica dos Institutos e Núcleos Regionais de Pesquisa do MCTI.	322

Anexo 3 - Principais atores que compõem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	323
APÊNDICES	324
Apêndice I – Algumas instituições e comissões científicas fundadas entre o século XIX e XX, por ano de criação e estado.....	324
Apêndice II – Lista das Fundações de Amparo à Pesquisa FAPs por Estado e ano de criação.	326
Apêndice III – Instituições vinculadas ao MCTI por estado e ano de criação	328
Apêndice IV – UPs por blocos e comissões específicas de avaliação.....	331
Apêndice V – Unidades de Pesquisa (UPs) e Organização Social (OS) vinculadas ao MCT com cursos de Pós-Graduação.....	333
Apêndice VI – Linhas de ação e respectivas atividades do Programa-Instituto Xingó.....	334
Apêndice VII – Lista das Organizações Estaduais de Pesquisa (Oepas) do Nordeste.	336
Apêndice VIII – Quadro de competências institucionais do Insa, segundo os Regimentos Internos.	337

1. INTRODUÇÃO

Na manhã do dia 12 de agosto de 2020, uma quarta-feira, durante o isolamento social imposto pela pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), eu assistia ao evento em comemoração ao Centenário de Celso Furtado¹, realizado pelo Instituto Nacional do Semiárido (Insa), unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), criada oficialmente em 2004. Segui atenta aos discursos dos convidados², dentre eles o do Sr. Sérgio Rezende Machado, ex-ministro do MCTI (2005-2010). Para ele, transformar a região Nordeste por meio da ciência e tecnologia — representadas pelo Insa e pelo Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) — é a “materialização do sonho de Celso Furtado”. Ao falar especificamente sobre a criação e a implantação do Insa, primeira instituição de pesquisa do MCTI no Nordeste, e com a missão de atuar na região semiárida³ do Brasil, processo do qual também participou, Rezende revelou que havia duas preocupações na época: evitar a influência ou intervenção direta de atores políticos na indicação da pessoa que assumiria a diretoria deste instituto, “[...] porque nós sabemos que em muitas situações as indicações puramente políticas acabam levando pessoas que não estão preparadas para aquele cargo”. Complementa: “[...] eu resolvi que nós íamos fazer no Insa [em 2007] o que já estávamos gradualmente fazendo em todos os institutos do MCT. Para desespero dos políticos!”. Ou seja, seleção pública de candidatos ao cargo conduzida pelo Ministério desde a publicação do edital, a formação de um Comitê de Busca composto por cientistas/especialistas, até a escolha/indicação do dirigente, com base em uma lista tríplice.

¹ Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, sertão Paraibano, e faleceu em 2004, aos 84 anos, na cidade do Rio de Janeiro. É considerado um dos mais importantes pensadores brasileiros do século XX, com mais de 30 livros publicados. Participou do governo de João Goulart como Ministro do Planejamento, da transição democrática e da estruturação do Ministério da Cultura. Em 1959, fundou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No plano internacional, lecionou em diferentes universidades, fez parte da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão da ONU voltado para o desenvolvimento regional.

² Na cerimônia estavam presentes Mônica Tejo Cavalcanti, diretora atual do Insa; Rosa Freire D’Aguiar, jornalista e viúva de Celso Furtado; Roberto Germano da Costa, ex-diretor do Insa (2007-2011); Raimundo Gomes, diretor de planejamento da Sudene; Cidival Moraes, professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); e um dos organizadores da trilogia “Celso Furtado: a esperança militante”; Sérgio Machado Rezende, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ex-ministro do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), entre os anos de 2005 a 2010, além de vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB-PE); e Nohan Crisólogo, filho do músico e artista plástico José Crisólogo (em memória), que também foi homenageado. José Crisólogo era natural de Picuí, município paraibano, e foi o criador do busto de Celso Furtado, instalado na área central da Sede do Insa desde sua inauguração em 2011. O evento teve transmissão on-line e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HKuUImTL9Rk&feature=em-lbcastemail>

³ Conforme Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, são: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Somando um total de 1.262 municípios, uma extensão territorial de 1.127,953 km² e 27.870,241 habitantes.

A segunda preocupação, conforme o ex-ministro Sérgio Rezende, era a de que o Insa não se transformasse em uma instituição fechada, com quadro técnico próprio atuando de forma solitária, mas que trabalhasse em rede, articulando-se com as universidades, pois — diferente de outras épocas em que os institutos de pesquisa acabaram sendo autossuficientes para suprir a baixa oferta de pós-graduações e doutores — em 2005 já existiam pesquisadores experientes nas universidades em todas as regiões. “Então, a ideia original, e Roberto Germano entendeu isso muito bem, aliás foi o primeiro diretor escolhido pelo Comitê de Busca [...], ele visitou várias instituições e estabeleceu redes cooperativas”, reforçou Rezende. Ao falar sobre a nomeação, em 2004, do pecuarista paraibano Manoel Dantas Vilar Filho (em memória), mais conhecido por “Manelito” — que ocorreu na gestão do ministro que o antecedeu, o Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos (PSB) (em memória) — para presidir o Comitê Executivo de implantação do Insa, destacou alguns pontos favoráveis a ele, como a sua origem rural, o parentesco com seu primo, o poeta e escritor Ariano Suassuna (em memória), e a propriedade da Fazenda Carnaúba como palco de experiências inovadoras e “exitosas” no Semiárido. Disse: “Manelito, como nós chamávamos, porque ele era também do interior, interior da Paraíba, da terra de Ariano Suassuna, de Taperoá, e ele era um fazendeiro em Taperoá, conhecido pelas muitas iniciativas brilhantes, inovações na fazenda”. Todavia, não ficou clara a existência de afinidades entre o pensamento de Rezende e o de “Manelito” acerca de políticas de ciência e tecnologia, da concepção de semiárido e de alternativas de desenvolvimento à região ou, se existiam, como essas se apresentavam.

Por sua vez, o ex-diretor Roberto Germano (2007-2011), falou do compromisso assumido com a construção do Insa, cujo foco institucional deveria ser o de “[...] grande galvanizador de todas as ações de ciência, tecnologia e inovação no Nordeste através da criação de redes e de um observatório [...]” para o desenvolvimento regional. Na oportunidade, homenageou nominalmente alguns membros daquele Comitê Executivo de Implantação do Insa, “[...] sob a batuta do Dr. Manelito, a quem gostaria de homenagear, por ter nos deixado um legado tão importante para nos guiar”⁴, declarou. O referido Comitê Executivo não passa despercebido — tanto pela composição quanto pelas ideias e interesses; formado por três paraibanos vinculados a instituições locais —, durante entrevista realizada em 2016, o pecuarista Manoel Dantas Vilar Filho revelou: “*O que eu queria fazer ou induzir na chefia do instituto de pesquisa do Semiárido era pegar a Carnaúba e espalhar pro Nordeste seco*

⁴ Discursos realizados em agosto de 2020, no evento em homenagem ao centenário de Celso Furtado, realizado pelo Insa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HKuUImTL9Rk&feature=em-lbcastemail> Acesso em: 12 ago. 2020.

todinho”⁵ (grifo nosso). Demonstrando sua visão sobre o desenvolvimento da região semiárida, a ser defendida e realizada pelo Insa nas suas ações de ciência e tecnologia, cujo modelo é o praticado na sua propriedade. Desde 2004, a imagem e a história de criação do Insa vêm sendo associadas, reivindicadas e fortalecidas por diferentes atores sociais, dentro e fora do Insa, especialmente na figura de Manelito. Em outubro de 2023, a diretora do Insa, Mônica Tejo, ao falar em uma entrevista sobre a origem do Instituto, afirmou:

Teve uma articulação muito positiva do saudoso Ariano Suassuna, onde o nosso primeiro diretor do Insa era o seu primo, o Manelito Vilar, Manoel Dantas Vilar. Houve discussões sobre como e onde poderia ser o tão esperado instituto. A Bahia, através do Antônio Carlos Magalhães, queria que fosse lá, mas Ariano Suassuna e Ronaldo Cunha Lima reverteram e trouxeram para Campina Grande. [...] Na verdade Ariano queria que fosse em Taperoá, mas rapidamente foi convencido para que Campina Grande fosse a sede. Hoje carregamos em nosso símbolo um pouco de Ariano. [...] O Insa foi planejado para complementar as ações já realizadas pela Sudene e o Banco do Nordeste. Precisava de um instituto que pensasse o Semiárido de forma a aplicar tecnologias que viessem a impactar positivamente a vida das pessoas sempre seguindo os pensamentos de Celso Furtado⁶.

Quando iniciei minhas atividades no Insa⁷, em 2012 — por sinal, um ambiente predominantemente masculino e agrônômico —, um dos nomes mais recorrentes nas conversas entre colegas servidores e bolsistas era o do pecuarista “Manelito”, muitas vezes sob o mérito de ter sido ele o fundador do Instituto, junto ao primo Ariano Suassuna. Diziam que era importante conhecê-lo pessoalmente, mas também as experiências exitosas em sua propriedade — a Fazenda Carnaúba — “para aprender sobre Semiárido”. No dia 27 de setembro deste mesmo ano, eu e três colegas do Insa (um servidor e dois pesquisadores bolsistas, todos das Ciências Agrárias) viajamos até Taperoá (PB), onde fica sua Fazenda Carnaúba⁸. A viagem aconteceu alguns meses após a realização do *workshop O Semiárido brasileiro na perspectiva de Instituições e Organizações Não-Governamentais (Ongs)*, em abril de 2012, promovido pelo Insa, na gestão do segundo diretor, Ignácio Hérnan Salcedo (2012-2015) (em memória), do qual também integrei a organização, e teve como objetivo subsidiar a construção de estratégias de ciência e tecnologia para a região, em uma perspectiva inter e transdisciplinar. Foram dois dias

⁵ Trecho da entrevista extraído do vídeo *O amor, a cultura e a fazenda*, publicado em 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ> Acesso em: 12 jun. 2019.

⁶ Entrevista concedida a Víctor Abreu no Programa do MCTI *Que Ciência é Essa?*. Na forma de *videocast*, traz como tema *Tecnologia Social para melhorar a vida no Semiárido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lx8DGkFdbug> Acesso em: 29 out. 2023.

⁷ Atuei, entre 2012 e meados de 2017, na condição de pesquisadora bolsista/PCI – Programa de Capacitação Institucional/CNPq-MCTI, posteriormente, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

⁸ O encontro com Manelito em sua Fazenda foi registrado em fotografias que estão arquivadas no meu acervo pessoal.

intensos de debates envolvendo diversos segmentos da sociedade, incluindo organizações e movimentos sociais, e com profissionais das mais diversas áreas de conhecimento e experiências. Chegando na Fazenda Carnaúba, fomos recepcionados pelo próprio “Manelito” e, na programação, uma parte do dia nos reunimos na varanda da casa para ouvir suas histórias e visão sobre desenvolvimento do Semiárido. Em um dado momento ele me perguntou o que eu — profissional das Ciências Sociais e humanas — fazia no Insa, uma vez que o Instituto trabalhava com agropecuária. Pega de surpresa, respondi imediatamente: no “Semiárido não só tem bichos e plantas!”. O silêncio tomou conta do ambiente por alguns instantes. Seguimos ouvindo suas histórias. Depois do almoço ele nos guiou gentilmente pela sua Fazenda Carnaúba, mostrando as experiências, para ele, de Convivência com as Secas.

Apesar de não estar na Fazenda Carnaúba realizando pesquisa de campo, tive sensação semelhante à de Valdênio Meneses (2018, p. 19), que descreve em sua tese, o sentimento após contato com uma das fazendas do Cariri paraibano: “Ao voltar desse mundo ‘nostálgico’ — com seu ‘canto de sereia’ de valores regionalistas que tende a atrair quem, como eu, tem origem na região Nordeste [...]”. Se na época eu questionava como aquele modelo praticado na Fazenda Carnaúba serviria de referência para os povos dos Semiáridos, sobretudo para a agricultura familiar, a tese de Meneses (2018), à qual só tive acesso em 2020, me inquietou bastante. Levou-me a refletir sobre a relação entre a transformação de fazendas das elites pecuaristas, ao mesmo tempo, em verdadeiros museus particulares de “culto à memória”, em modelos para caprinocultura e convivência com as secas, e as possíveis conexões dessa visão tradicional do que deve ser o Semiárido com a origem recente de mais uma instituição — o Insa. Mais tarde, a tese de Valesca Cavalcanti (2019) reforçou o entendimento de que grupos de elites (sejam políticas, econômicas, rurais, intelectuais ou acadêmicas) acionam diferentes estratégias para melhorar ou ampliar a reprodução de posição, ideias e interesses. Um caminho frutífero para problematizar questões sociais ainda persistentes no Semiárido nordestino — como a pobreza, as desigualdades sociais e inter e intrarregional — e, do mesmo modo, entender como isso ocorre a partir da apropriação das instituições. Estratégias essas que não têm uma única finalidade, atravessam gerações, caracterizam-se pelo acúmulo de diferentes capitais (cultural, simbólico, econômico, social) e passam pela construção de redes que visam assegurar privilégios desses grupos.

Nas palavras de Meneses (2020, p. 128), a visão de Manelito de convivência com as secas, é a da “convivência com a grande propriedade”. Ele afirma ainda que “[...] a convivência com as secas dos grandes pecuaristas tem afinidades eletivas com as visões de ruralismo e agronegócio [...]”. Essa construção de convivência com as secas por parte da elite rural — da

qual “Manelito” e seu primo Ariano Suassuna faziam parte — difere, segundo Moreira Neto (2013), da visão dos movimentos sociais, das organizações não governamentais, das pastorais com orientação religiosa (pedagogia católica) e da educação popular do campo, que tem como referência central a agricultura de base familiar. Nesse sentido, tanto Meneses (2018) quanto Moreira Neto (2013) mostram, a partir de suas pesquisas, que entre os dois grupos (elite rural do Semiárido nordestino e entidades da sociedade civil/movimentos sociais) há visões e interesses distintos sobre o mesmo paradigma de desenvolvimento e, conseqüentemente, sobre as políticas públicas destinadas à região semiárida, o que a meu ver não seria diferente com a política de ciência e tecnologia.

A partir de documentos oficiais e da elaboração de uma espécie de “genealogia” dos dirigentes, assessores e pesquisadores do Insa, surgiram outras evidências relevantes: a) dos três membros do Comitê de Implantação do Insa, além de Manelito, que foi presidente, os outros dois eram docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Permaneceram com essa atribuição durante cerca de quatro anos. No Insa, dois símbolos se destacavam à época: a Estação-Fazenda Experimental e a imagem de um bode no seu primeiro logotipo; b) somam-se ao todo quatro dirigentes, destes, três paraibanos e um estrangeiro (mas que já residia e trabalhava na Paraíba), sendo três homens e uma mulher; c) três dirigentes vinculados ao corpo docente da UFCG ou da UFPB, e um servidor/pesquisador do Insa; d) dos quatro dirigentes, três são das Ciências Agrárias e um da Saúde (Farmácia), atuando na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos. E três com formação (graduação e/ou pós-graduação) na UFCG e UFPB/CCT-Areia; e) esse domínio das Ciências Agrárias no Insa reflete também no seu quadro de pesquisadores permanentes: dos sete, seis (cinco Agrônomos e um Zootecnista). Ao observar o quadro de pesquisadores-bolsistas (a maioria também é da Agronomia); f) até o momento, nenhum dirigente foi reconduzido ao cargo; g) divergências entre pesquisadores na compreensão da missão do Insa; h) clima de tensão associada à percepção de falta de autonomia institucional, em razão de interferências políticas; i) conexões entre atores sociais (internos e externos) interessados e que disputam o campo; j) entre a criação oficial e a seleção do primeiro diretor do Insa, 2003 e 2007, ocuparam a pasta do MCTI três ministros, todos do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Diante desses fatos, algumas questões emergiram: que ideias, interesses, negociações e intencionalidades estão envolvidas no processo de institucionalização da política pública de ciência e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento regional, que resultaram na criação do Insa? Em que medida existe um jogo de disputas de poder local na trajetória do Insa? Como as

ações de ciência e tecnologia do Insa são pensadas e executadas e a partir de quais orientações político-ideológicas, na perspectiva do desenvolvimento regional? Como se deu a escolha de Campina Grande para instalação do Insa? Por que a escolha/indicação de um grande proprietário de terras para implantar a primeira instituição científica do MCTI no Nordeste? Quais foram as reações da comunidade científica nacional e regional, ou outros setores da sociedade, sobre essa indicação específica?

O objeto sob o qual dirijo o olhar é a relação entre a ciência e as estratégias institucionais para o desenvolvimento do Semiárido nordestino, observando as relações de poder, disputas e conflitos, tomando o Insa como campo empírico. Essa é uma tarefa ao mesmo tempo importante e nada simples, pois no processo de disputa há um movimento constante de construção e desconstrução, onde grupos projetam estratégias dentro e fora do campo, portanto, não há nada dado, tampouco fechado. Como qualquer pesquisa sociológica, foram vários movimentos de idas e vindas desde a primeira problemática, entre a construção de conhecimento e a verificação empírica.

Em termos gerais, delineou-se como objetivo principal desta tese problematizar como são tecidas as relações entre ciência, política e estratégias institucionais para o desenvolvimento do Semiárido nordestino, a partir da análise processual da origem e a trajetória do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), buscando compreender a implementação de um mandato institucional que permitiria o desenvolvimento regional. Nesse sentido, por ser o primeiro estudo com enfoque na origem da instituição e, certamente, abrir várias questões, o interesse foi compreender as razões que efetivamente levaram o Governo Federal a criar o Instituto, realizando uma ampla e detalhada contextualização. Este trabalho parte do período que antecede a criação do Insa, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, seguido da análise a partir de sua formalização em lei, entre 2003 e 2004. Ao longo de quase duas décadas de existência, o Instituto adquiriu certa importância e reconhecimento a partir de contribuições e esforços de todos os que fazem e fizeram parte de seu quadro institucional. Um ponto importante das reflexões é que qualquer argumento e a tentativa de explicação sobre o Insa a partir da lei de criação, em 2004, não são suficientes. É preciso questionar e desvelar a sua realidade histórica e a sua complexidade, inclusive, para compreender desafios institucionais atuais.

Não há dúvidas de que o Insa é resultado de uma política pública de ciência e tecnologia dirigida ao Semiárido no contexto do debate sobre o enfrentamento das desigualdades regionais; O MCTI possui 27 instituições vinculadas, destas, 16 são Unidades de Pesquisa (UP), sendo que 11 estão instaladas na região Sudeste — 10 no Rio de Janeiro. Vale lembrar que neste

estado também está instalada a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), principal agência de fomento à CTI, ligada ao referido Ministério. Sinalizando, portanto, o destino da maior parte dos recursos em CT no país. Até 2003, a presença do MCTI na região Nordeste se restringia a ações isoladas com a presença de núcleos regionais do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), bem como de apoio ao Programa Xingó, uma iniciativa da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que utilizou a estrutura remanescente da construção da usina hidrelétrica de Xingó para a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão. A proposta de criação de uma UP para atuar no Semiárido já estava em curso quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 2003, mas é neste Governo que o Insa é estruturado e implantado. Ele não nasce vazio, tem como pano de fundo reflexões sobre experiências e pesquisas acumuladas na região, problematizadas sob o prisma do desenvolvimento nacional em bases regionais, com vasta contribuição de intelectuais como Celso Furtado e Tania Bacelar de Araújo, entre outros.

Dentre as hipóteses levantadas ao longo do trabalho, uma norteou o andamento da pesquisa ora apresentada: o Insa nasce cientificamente des(empoderado), permeado por rupturas, relações de poder e disputas políticas locais para definição do seu lugar de UP no território Semiárido, paradoxalmente constituído por um dilema entre ser uma instituição de desenvolvimento ou de pesquisa, que tem a agropecuária como elemento central para o desenvolvimento regional. O que a situa em um não lugar no Semiárido brasileiro. Por isso mesmo, enfrenta dificuldades de lidar de forma efetiva com os desafios contemporâneos no âmbito da CTI, bem como para dialogar com a ciência (de ponta) desenvolvida na região. Uma instituição científica depende de financiamentos, de formulação de projetos políticos, de pessoas, de liderança científica com condições de pensar esse tipo de instituição para a região e com clareza dos seus objetivos, algo que não é possível sob a liderança de um pecuarista, grande proprietário de terras, mesmo com suas competências e qualidades reconhecidas.

Nessa direção, proponho-me contribuir com o debate sociológico, trazendo à mesa de discussão o Insa como um caso exemplar para pensar as instituições científicas nesse novo contexto de debate social e científico na região, e o que o Instituto pode representar do ponto de vista da redução das desigualdades sociais e regionais. Compreendo que a construção de conhecimento é um exercício dialético, e aqui trago fatos, temas, experiências e questões que me interessam pessoal e afetivamente, com decisões que envolvem minha trajetória política, acadêmica e social. Mas também reconheço que o esforço do trabalho intelectual não é tão só

individual, ele se constitui dado a soma de fazeres coletivos, dos quais também me entendo e me realizo.

Compreendo o Insa como um campo de interesses e disputas. Na obra *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, publicada em 1997⁹, Pierre Bourdieu discute a atribuição de uma instituição científica, buscando colaborar com um processo de autoavaliação institucional. O autor parte da compreensão de uma instituição científica como campo de interesses e disputas e, apesar de seguir outros rumos, tal obra torna-se relevante e apropriada para esta tese, na medida em que auxilia nas reflexões acerca do Insa e em como acontecem as disputas para definição do seu sentido de ser-pensar-fazer ciência e tecnologia no e para o Semiárido nordestino.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (Bourdieu, 2004, p. 20-21).

Nessa perspectiva, todo campo — inclusive o científico (e seus subcampos) — é um campo de forças e de lutas para manter como está ou para mudar, e se faz a partir das relações sociais entre os agentes que, por sua vez, são responsáveis pela criação, manutenção e mudanças do espaço, agindo e influenciando outros agentes. Tais agentes estão do mesmo lado, mas disputam uma espécie de “troféu” que possui valor simbólico como reconhecimento, prestígio, autoridade de determinado indivíduo etc., e se para quem está fora do campo não faz sentido, vai fazer para quem “joga o jogo”, isto é, para quem integra o campo. Entretanto, nem todos os agentes possuem o mesmo capital simbólico ou as condições para acessar esses “troféus”, isso sem falar dos agentes que muitas vezes já dispõe daqueles que estão em circulação no campo. Assim, Bourdieu (2004, p. 23-24) reforça:

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posições. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’.

Os pesquisadores e as pesquisas dominantes definem os objetivos, as questões e os esforços a serem realizados e concentrados numa instituição científica. Cabe considerar quem

⁹ Esta obra é resultado da “Conferência e debate organizados pelo grupo *Sciences em Questions*”, realizada em Paris, no *Institut National de la Recherche Agronomique* (Inra), em 11 de março de 1997. Utilizo nesta tese a edição brasileira publicada pela Unesp (2004).

são os pesquisadores e quais são as pesquisas, de onde partem, mas também em que estrutura científica estão inseridos esses agentes e qual a lógica de funcionamento onde estão inseridos. Fazer e compor o campo não implica ter força para submeter os seus desejos; faz-se necessário possuir proporcionalmente a força do campo, quer dizer, portar “capital de crédito científico”. O capital científico é também um tipo de capital simbólico, assentado em conhecimento e reconhecimento pelo conjunto dos pares (que também concorrem) no interior do campo.

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (Bourdieu, 2004, p. 27).

Um aspecto fundamental que Bourdieu (2004) nos ajuda a entender nas instituições científicas é que a estrutura do campo é definida pela distribuição do capital científico entre os agentes em jogo, e essa estrutura de disposição é característica de um campo autônomo. O que significa que aí haverá pouca possibilidade de interferências externas na sua definição. Conforme o grau de autonomia do campo, os agentes internos podem se aliar a agentes e instituições externas ao campo, objetivando o apoio, cujo interesse é de conservar ou mudar a estrutura vigente. Quanto maior a autonomia, mais poder de romper e restringir as pressões sociais externas e, para isso, mobiliza-se a base científica válida no campo — a exemplo de argumentos de autoridade e sanções de carreira —, que as reinterpreta a partir das demandas interiores ao próprio campo. Ademais, o volume de recursos e o amadurecimento institucional necessários para viabilizar um campo científico ou a instituição são essenciais para determinar o nível de autonomia.

Ao contrário do campo autônomo que se aproxima “de uma concorrência pura e perfeita” e de uma “censura [...] puramente científica”, no campo heterônomo, por sua vez, os problemas externos, especialmente os de ordem política, se manifestam explicitamente. Quanto mais heterônomo for o campo, mais a “concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas”. Haverá maior discrepância entre a estrutura de distribuição no campo, de um lado, de “poderes não-específicos (políticos)”, de outro, dos “poderes específicos — reconhecimento, o prestígio científico” (Bourdieu, 2004, p. 32-42). Cabe destacar que o Estado — que não é monolítico, no papel de assegurar a autonomia do campo —, paradoxalmente, também pode provocar heteronomia.

[...] é preciso escapar a alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico e um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediadas pela lógica do campo (Bourdieu, 2004, p. 21-22).

Entendo que a criação de instituições científicas está repleta de disputas de poder existentes nas outras relações sociais. A ciência é útil ao poder político e ao poder econômico, e se incorpora nas disputas destes. Bourdieu especifica no capital científico duas formas de poder: temporal (político), institucional (ocupar posições relevantes em instituições científicas), sobre os meios de produção e reprodução da ciência (estar em comitês de avaliação, contratos, comissões de nomeação de uma instituição). A outra forma é o poder específico (prestígio pessoal, reconhecimento dos pares — todos ou os renomados).

As duas espécies de capital científico tem leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que tem em comum o fato de todas exigirem tempo - participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. – de modo que é difícil dizer se, como o professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico (Bourdieu, 2004, p. 36)

Quanto menos autônoma e quanto maior o nível entre as hierarquias temporais e científicas, mais oportunidade de intervenções de forças sociopolíticas e econômicas externas nas lutas internas ao campo, permitindo que grupos com interesses mantenham controle sobre recursos, até mesmo definição ou orientação dos objetos de pesquisa e questões a serem investigadas e respondidas. Nessa perspectiva, na análise sobre instituições científicas é indispensável entender o seu grau de autonomia com relação aos poderes externos, mas também indagar internamente sobre a capacidade de seus agentes não apenas interferirem na orientação do destino e o grau de influência destes no campo específico em estudo.

Assim, pelo fato de que sua autonomia com relação aos poderes externos jamais é total e de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. Entretanto, o peso relativo de um e de outro varia muito segundo o campo e a posição no campo [...] (Bourdieu, 2004, p. 41-42).

Estudar as instituições científicas ajuda a construir elementos importantes da história das sociedades, o que se coloca como objeto de estudo relevante do ponto de vista sociológico, mais ainda por ser pouco explorado. Durante muito tempo, a história de instituições científicas esteve centrada no aspecto comemorativo e de suas contribuições à ciência, em detrimento de problemas diários, produzidos na relação entre ciência e sociedade. As instituições cumprem papel fundamental no processo de produção e reprodução social e política de ideias, interesses e práticas capazes de transformar ou manter estruturas concentradoras e desiguais em níveis de renda, de poder e acesso a bens e serviços essenciais para melhorar a vida da população. No nosso entendimento, a atuação do Estado por meio de políticas públicas é condição indispensável para promover o desenvolvimento regional, e suas instituições, agentes mediadores desse processo, traduzem lógicas, contextos e o recorte temporal. Reconhecemos a relevância de iniciativas para criação de novas instituições públicas federais, mas também que a presença dessas não implica necessariamente em transformações sociais, se não há também a garantia de participação de diferentes povos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, como é o caso da Política de Ciência e Tecnologia (PCT). Em outras palavras, se não há interação e coerência das ações com as demandas reais e aspirações das populações, com a própria história cultural, política e socioeconômica da região, o que possibilita evidenciar avanços, retrocessos e perspectivas.

Escolhas metodológicas e organização da tese

Entendemos que a imersão no tema de pesquisa e nas atividades de campo oportunizam deslocamentos e ajustes, em um processo que não nos paralisa, mas move para o amadurecimento das ideias. Assumir uma postura crítica exige de nós pesquisadores a competência para levantar problemas em uma dada realidade, não vistos ou ignorados por atores sociais nela implicados. Nessa direção, nos esforçamos para tornar obscuro o que parece evidente e desvelar o que está “por trás” ou oculto nos fenômenos. Estamos conscientes de que esse esforço de objetivação não é simples, pois envolve também interesse pessoal. E no nosso caso, isso tem um custo, dado que a pesquisa versa sobre o campo científico-institucional e refere-se também aos atores sociais que nele atuam ou atuaram, e que nem sempre são acessíveis. Nessa direção, a pesquisa para a tese combina um conjunto variado de estratégias.

Adotamos a abordagem qualitativa¹⁰, por permitir compreender e explicar aspectos da realidade e da dinâmica das relações sociais que não podem ser quantificados ou reduzidos a variáveis, pois “[...] ela se preocupa com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (Minayo, 2000, p. 21-22), seja de um grupo social, uma organização social, uma instituição ou uma trajetória. Goldenberg (2004, p. 53) reforça: “Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los”.

Desde as primeiras formulações do problema de pesquisa, entre (des)construções e (re)confirmações empíricas, fomos reorganizando as questões, o objetivo e o próprio tema, sempre tomando o Insa como campo empírico. O fato de conhecermos o Insa por “dentro”, pela atuação direta ou indireta em diferentes projetos durante cinco anos, na produção de conhecimentos e no apoio a iniciativas em praticamente duas gestões, tornou-se um espaço privilegiado. Mas isso exigiu “[...] muito esforço para abandonar as pré-noções e prejulgamentos próprios ao ambiente” (Paugam, 2015, p. 20), e construir o distanciamento necessário para reconhecer outras contradições. Inicialmente constatei a ausência de estudos sobre a origem do Insa e de um acervo no Instituto sobre a sua memória/trajetória. Partimos, então, do momento presente, construindo um rico acervo com documentos de fontes variadas, e organizei em categorias. As evidências foram surgindo dentro de um processo não linear. Foram incluídas leituras e debates nas disciplinas do curso de doutorado e no Grupo de Pesquisa (Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais - Lera), pesquisa bibliográfica (artigos, livros, teses e dissertações), consultas e acompanhamento permanente da dinâmica do Insa, por meio de matérias em sítio eletrônico, vídeos, folhetos, redes sociais, entrevistas, boletins, documentos oficiais, relatórios e outros documentos técnico-científicos.

Contudo, desde 2007 acompanho e participo das atividades no Insa, tendo realizado uma pesquisa sobre o Instituto¹¹ em 2012, mesmo ano em que tive a oportunidade de compor a sua equipe, atuando em projetos de pesquisa junto à comunidade, na produção/organização de publicações e eventos, bem como na participação/coordenação de projetos e processos. O conjunto de informações e experiências daí decorrentes me ajudaram a repensar os enfoques

¹⁰ Sobre a existência de críticas à abordagem qualitativa relacionada a certo empirismo, subjetividade e envolvimento emocional do investigador, entendemos que não há ciência neutra, tampouco objetividade na realização das pesquisas sociais. Neste sentido, buscaremos controlar a subjetividade, o que Pierre Bourdieu denomina de “objetivação”, um esforço que fortalece os fundamentos científicos da pesquisa de campo.

¹¹ A pesquisa sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no Insa foi apresentada na conclusão do curso de especialização em Gestão Pública, pela UEPB.

iniciais da tese e reorientar os objetivos, uma vez que mostravam limitações; tomando sempre o Insa como campo de investigação, ingressei no doutorado com a proposta de estudar a relação entre o agronegócio e a agricultura familiar nas suas ações de ciência e tecnologia. Posteriormente, tomei como objeto a Convivência com o Semiárido para entender como o Instituto incorpora, traduz e reproduz esse paradigma. Cheguei a realizar, no ano de 2020, um levantamento acerca do debate acadêmico sobre Convivência com o Semiárido, entre 2000 e 2010, nas áreas de ciências sociais e humanas, consultando materiais disponíveis no portal de periódico da Capes, o que nos auxiliou a entender a consolidação deste paradigma, e que ele atravessa discursos e ações ao longo da trajetória do Insa como mais um ingrediente de processos contraditórios e de disputas internas e externas. A isso foram acrescentados questionamentos e sugestões da banca examinadora, tanto do Seminário de Tese, quanto da Qualificação, exames intermediários obrigatórios; foram várias revisões de categorias, elaborações e reelaborações de perguntas. Isso provocou maior “estranhamento do familiar”.

Além da releitura e das consultas a relatórios e publicações dos quais participei como autora e coautora, outro recurso foi o de organizar um quadro síntese das informações numa linha do tempo, o que ajudou a identificar acontecimentos e a fazer conexões importantes entre política pública de ciência e tecnologia e antecedentes à criação do Insa. Com isso, a pretensão foi construir subsídios para formulação do contexto histórico, político e social em que o objeto se insere, bem como os desdobramentos. Isso foi somado a conversas informais: intencionalmente selecionei três pesquisadores com perfis e origens diferentes para identificar pistas e construir um roteiro teste para as entrevistas semiestruturadas. Os resultados desses esforços possibilitaram identificar as fontes das quais partiram nossas análises iniciais e a localização histórica da “semente” do Insa. O documento denominado *Relatório Tundisi* foi resultado do importante trabalho realizado por uma Comissão Científica, formada por diversos cientistas para avaliar as Unidades de Pesquisa (UP) do MCTI, nos primeiros anos da década de 2000, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A identificação e a leitura deste e de outros documentos — também oficiais —, analisando o contexto socioeconômico e político-institucional, a circulação de ideias, interesses e atores sociais, contribuíram para reformular o roteiro das entrevistas.

Na realização de entrevistas exploratórias e aprofundadas pode ocorrer de alguns interlocutores serem entrevistados mais de uma vez, em momentos distintos. No caso desta tese, foram necessários alguns contatos posteriores para confirmação de informações que não ficaram entendíveis após a transcrição e análise dos dados ou para complementá-las. Buscamos

adotar o “como” no lugar do “por que” (Becker, 2007) para dar fluidez à narrativa e permitir apreender as trajetórias e argumentos dos informantes chaves. A construção da amostra qualitativa foi feita a partir do método “bola de neve” (Biernacki; Waldorf, 1981) para alcançar o grupo de interlocutores, muitas vezes de difícil acesso, por serem, em muitos casos, pessoas públicas. Ao iniciar os contatos o pesquisador solicita novas indicações com o perfil desejado a partir de uma rede pessoal, a “cadeia de referência” vai se ampliando, até chegar à “saturação”, quando as sugestões e informações são repetidas.

As fontes de informações, as quais se constituíram em dados ou meios de acessar dados, foram: 1) a participação em eventos promovidos pelo Insa — reuniões, encontros, seminários; 2) pesquisas na internet — consultas a página eletrônica do Insa, da Câmara e do Senado Federal, bem como redes sociais do Instituto; 3) pesquisa documental — leis, decretos, resoluções, convênios, planos institucionais, relatórios, artigos, monografias, dissertações e teses; 4) observação direta, método que “[...] dá acesso ao que se esconde, a fim de retraçar o encadeamento das ações e das interações, ou ainda para apreender o que não se diz, ou ‘o que é percebido sem ser dito’” (Chauvin; Jounin, 2015, p. 125-126); 5) o registro de conversas informais em diferentes oportunidades (intervalos de eventos, ligações telefônicas ou vídeos chamadas), acompanhadas das anotações no caderno de campo; e 6) pesquisa de campo propriamente dita. A realização das entrevistas semiestruturadas com informantes chaves (presenciais ou por videochamadas pelo *Google Meet*) foram antecipadamente negociadas, estabelecendo o dia, o horário e o local, sempre me colocando à disposição para o deslocamento até a pessoa. No ato das entrevistas também foram negociados o tempo de duração (no geral, entre uma e duas horas) e a devida autorização para gravação (quando presencial, utilizei o gravador/áudio do celular) e uso dos dados aqui apresentados.

Os roteiros das entrevistas foram diferentes para cada grupo de informantes chaves. No tocante ao quadro de pessoal do Insa, devido ao contexto político, os roteiros foram ajustados/adaptados de acordo com o grau de dificuldade de acesso às pessoas e de abertura de diálogo sobre determinados temas “sensíveis”. Assim, tais grupos foram se formando/ampliando a partir das indicações dos próprios informantes. Iniciamos a entrevista com o ex-ministro Sérgio Rezende, que nos indicou e passou o contato do ex-ministro Roberto Amaral. Este, por sua vez, devido a motivos superiores, informou que em seu lugar seria entrevistado o ex-secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis), Jocelino Menezes, por ter sido ele o responsável pelo processo de criação do Insa (2003-2004). Entrevistamos dois ex-diretores do Insa, nessa ordem: Roberto Germano (2007-2011), primeiro diretor, e que havia sido indicado/nomeado por Rezende, e Salomão Medeiros (2016-2019),

terceiro diretor, mas que também foi o coordenador administrativo do Insa durante a segunda gestão de Ignácio Salcedo (em memória) (2011-2015). Seguimos as entrevistas com o pesquisador da Embrapa Algodão José de Souza, depois com o ex-pesquisador da Embrapa Semiárido e professor da Uneb, Manoel Abílio, ambos envolvidos no planejamento estratégico e, particularmente este último, na elaboração de diversos documentos importantes que subsidiaram a criação do Instituto. Para compreender melhor o processo de realização do primeiro planejamento estratégico do Insa, dialogamos com Antônio Carlos Guedes, que foi o coordenador técnico pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Paralelamente, entrevistamos a diretora atual do Insa, Mônica Tejo. Entretanto, ao final da entrevista ela exigiu que qualquer informação só fosse divulgada com sua autorização prévia e solicitou que o material fosse enviado para tal. Após a transcrição da entrevista, enviamos o documento completo para o mesmo e-mail usado para o agendamento da entrevista, solicitando que a referida diretora informasse se ou quais trechos estavam autorizados. Passados alguns dias, solicitamos também através da secretária, obtendo a resposta de que a demanda seria despachada assim que possível. Como não obtivemos nenhum tipo de retorno, os dados desta entrevista não foram utilizados. Assim sendo, os dados constantes na tese referentes à gestão atual (2020-2024), inclusive as falas desta dirigente, são de acesso público e foram obtidos por meio de documentos oficiais, entrevistas concedidas em diferentes mídias, vídeos institucionais e matérias em jornais e revistas.

Os diálogos inicialmente realizados com a professora Ana Célia, em seguida com a professora Adelaide Silva, ambas da Rede de Educação Contextualizada (Resab), foram essenciais para compreender melhor uma ação articulada pelo Insa, que resultou na publicação de um Edital do CNPq, no ano de 2010, para realização de Cursos de Especialização em Educação Contextualizada, bem como a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos. Marcelo Galassi, que foi membro representante da Articulação do Semiárido (Asa-Brasil) no Conselho Técnico Científico (CTC) do Insa, nos ajudou a esclarecer a posição desta Rede da sociedade civil, no citado Conselho. Outros diálogos enriqueceram a pesquisa, como os realizados com João Macedo e Walter Vasconcelos, os quais foram pesquisadores-bolsistas do Insa, pela vivência e contato desde o período de implantação do Insa. Mas também com o professor Jonas Duarte (UFPB), que foi pesquisador-visitante do Insa, além de ter sido candidato a diretor, e que possui estreita relação com organizações e movimentos sociais do campo. Estou denominando “diálogos” os casos em que partimos de questões específicas e que não seguiram o padrão das demais entrevistas semiestruturadas. Considerando que na época da

votação para aprovação do Projeto de Lei para criação do Insa, na Câmara dos Deputados, Luís Couto (PT) estava presente, mas principalmente pelo fato dele ter sido o autor de um Projeto de Lei para alteração da denominação do Insa, propondo a inclusão do nome de Celso Furtado, realizamos uma entrevista presencial em seu escritório.

Entrevistamos toda a equipe de pesquisadores permanentes do Insa, exceto um, por motivo de guardar vínculo familiar, além de colaboradores da área administrativa (servidor) e da pesquisa (bolsista em exercício), totalizando oito pessoas. Não foi um processo fácil, pois encontrei um clima permeado por diferentes sentimentos — como medo, insegurança e desconfiança — para falar sobre a instituição. No primeiro contato, diante de alguns silêncios, remarcações, mas também de disposição, buscamos nos preparar, inclusive, com conhecimentos no campo da “comunicação não violenta”, para ao mesmo tempo ocupar o lugar da pesquisadora e exercitar a empatia, a compaixão, o respeito e a serenidade. Em alguns casos a escuta foi muito mais presente, em outros, foi necessário “colocar de lado” o roteiro e a partir dos relatos das experiências “individuais”, formular novas perguntas e assim alcançar o objetivo da entrevista. Deste conjunto de entrevistas, apenas duas foram realizadas de forma virtual. Seis presenciais, cinco delas no Insa e uma em local público sugerido pelo Interlocutor. Também foi necessário estabelecer intervalos entre as entrevistas, dado o volume de informações e a energia emocional demandada. Contudo, uma condição fundamental para que as entrevistas acontecessem foi manter o anonimato. Por esta razão, ao longo da tese, as pessoas nominalmente citadas autorizaram a divulgação ampla. E todos os dados referentes às entrevistas realizadas junto a estes oito informantes chaves do Insa estão identificados apenas como “Interlocutores”, seguido de uma letra maiúscula do alfabeto, definida aleatoriamente, identificada no masculino — uma escolha também para preservar as mulheres, que são minoria no conjunto desse grupo de pessoas entrevistadas.

Quanto a organização da tese, é composta por cinco capítulos que vão discutir desde a relação entre ciência, política e estratégias para o desenvolvimento regional, até os aspectos institucionais que dão visibilidade ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa). No primeiro capítulo, refletimos sobre ideias, interesses e atores sociais chaves que deram base para o assentamento de políticas públicas de ciência e tecnologia e, nessa direção, a criação de instituições como espaços estratégicos de poder. Assim, inicialmente ao abordar essa política a nível federal, a partir do século XX, buscamos observar como o modelo urbano-industrial e capitalista de desenvolvimento no Brasil, concentrador e fragmentado, prioriza e valoriza espaços já dinamizados. Isso também vai refletir na organização e consolidação político-institucional da CT, não é por acaso que o Sudeste é o destino da maior parte dos recursos e

investimentos nessa área. Nesse sentido, evidenciamos o ambiente que resultou na recomendação da primeira instituição do MCTI no Nordeste — o Insa — para atuar nas áreas semiáridas do Brasil. Seguimos as reflexões nas duas sessões seguintes, tentando entender, a partir do surgimento de instituições federais no Nordeste, o debate sobre desenvolvimento nacional no contexto regional. A perspectiva é de que se faz necessário revisitar esse Nordeste, com seus avanços e retrocessos, para entender até que ponto isso se ramifica a trajetória do Insa. Partimos do pressuposto de que pensar em desenvolvimento é um movimento que perpassa por relações de poder.

No segundo capítulo, mergulhamos na origem histórica e complexa do Insa. Tratamos a criação do Instituto como parte do processo de debate acerca das potencialidades e problemas do Semiárido no contexto do desenvolvimento sustentável e das relações de poder para redefinição de uma política regional, onde diferentes grupos (políticos e/ou acadêmicos) buscam ampliar ou encontrar oportunidades para influenciar ou dominar o campo. Em um horizonte histórico e descritivo-analítico, mostramos o contexto, os atores, os interesses, os debates que ocorreram até a formalização do Insa, bem como as decisões político-institucionais para sua implantação. No terceiro capítulo, adentramos mais ainda ao Insa, buscando entender os movimentos em torno do esforço de “tirar” a imagem de uma instituição de fomento agropecuário, das estratégias para esse enfrentamento político, do planejamento estratégico e da construção, além das disputas para (re)definição da sua missão. Discutimos como, na sua trajetória histórica, o campo político vai se sobrepondo ao campo científico, impactando na possibilidade de constituição de uma instituição científica autônoma, porque já nasce heterônoma, desempoderada cientificamente, com posição institucional incerta e instável — daí a dificuldade de se afirmar como legítima para tratar de assuntos ligados ao Semiárido.

Nessa direção, no quarto capítulo, buscamos compreender como essas questões se manifestam em conflitos e disputas internas para definição do sentido de ser-pensar-fazer do Insa, num movimento que se articula com atores sociais e grupos externos interessados no campo. Por fim, no quinto capítulo, visa entender até que ponto a relação entre o dizer e o fazer CTI posiciona o Insa essencialmente de pesquisa, essencialmente de articulação, ou ainda, de desenvolvimento, a partir de uma agenda programática de ações e projetos, que está no domínio disciplinar de pesquisadores/cientistas agrônomos, observando continuidades e descontinuidades.

2. CIÊNCIA, POLÍTICA E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (REGIONAL): IDEIAS, ATORES SOCIAIS E INTERESSES

“Nordeste aposta na ciência para valorizar as suas múltiplas potencialidades”. Este foi o título de um artigo escrito pelas pesquisadoras Francilene Garcia e Mercedes Bustamante¹², em resposta aos ataques contra o Nordeste¹³ praticados por demagogos de plantão — que se expressam através da xenofobia ou do racismo contra o povo brasileiro —, publicado pelo Jornal Correio Braziliense no dia 24 de outubro de 2022. Para as autoras, as raízes desse preconceito estão relacionadas a uma imagem socialmente construída sobre a região como lugar de “pobreza extrema por falta de alternativas viáveis” e “solo rachado”. Citam que há o desconhecimento das contribuições da região por meio da “cultura, literatura, música, gastronomia e história do Brasil”, mas também e, centralmente, da sua participação no âmbito da ciência, tecnologia e inovação, áreas nas quais vêm se consolidando. Destacaram, ainda, aspectos como investimentos em infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica e de processos de gestão; a reestruturação e expansão das Universidades Federais (Ufs), através do Programa Reuni¹⁴; a produção de conhecimento científico; os grupos e redes de pesquisa; o envolvimento de pesquisadores e instituições igualmente em temas estratégicos para o país. Entre outros dados, destacam as autoras: “Em quatro Estados do Nordeste (PE, PB, CE e RN),

¹² Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); professora da Universidade de Brasília (UNB) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), respectivamente.

¹³ As manifestações preconceituosas e coordenadas surgiram após o resultado do primeiro turno das eleições para presidente da república em 2022, quando o Nordeste deu vitória ao candidato pernambucano Luís Inácio “Lula” da Silva (PT) — único presidente da história do Brasil eleito para o terceiro mandato. O candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), relacionou essa vitória ao analfabetismo no Nordeste. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/10/08/dia-do-nordestino-frase-de-bolsonaro-retroalimenta-o-preconceito-das-elites-contr-o-povo-da-regiao.htm>. Acesso em: 20 out. 2022. Cabe lembrar que no segundo turno das referidas eleições, realizado em 30 de outubro daquele mesmo ano, Minas Gerais — o segundo maior colégio eleitoral do país — e, principalmente, a região Nordeste deram maior vantagem ao ex-presidente “Lula”, garantindo a sua vitória. Jair Bolsonaro (PL) é o primeiro presidente da história do Brasil a não conseguir se reeleger para mais um mandato. Contudo, essa não é a primeira vez que uma figura pública faz esse tipo de associação. Nas eleições de 2014, o Nordeste também deu vantagem eleitoral para a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e, conforme mostra o jornal *El País* do dia 8 de outubro deste mesmo ano, enquanto nas redes sociais circulavam ofensas do tipo “nordestinos miseráveis analfabetos”, “[...] na grande imprensa, FHC [o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso] reproduzia o preconceito em sua versão mais doura e sutil, associando o voto ao PT aos ‘menos informados’ que, por ‘coincidência’, são os mais pobres”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412803414_859186.html. Acesso em: 12 nov. 2022.

¹⁴ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, durante o segundo mandato do Presidente da República Luís Inácio “Lula” da Silva, com a finalidade de “[...] ampliar o acesso e a permanência na educação superior”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 27 out. 2022.

o percentual de pesquisadores com nível de doutorado está acima da média brasileira que é de 61%”. Finalizaram dizendo que a região Nordeste responde a essas declarações de preconceito,

[...] acolhendo uma nova abordagem de desenvolvimento econômico sustentável, dispondo da Ciência, Tecnologia e da Inovação como eixo central de uma política regional que pretende articular de forma mais eficiente e eficaz o enfrentamento de fragilidades legadas e a maior apropriação de oportunidades em áreas de fronteira tecnológica¹⁵.

Há mais de duas décadas, quando Ministro de Ciência e Tecnologia no Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso “FHC” (PSDB), ao ser entrevistado pelo Jornal da Ciência da SBPC, o paulistano e economista Luiz Carlos Bresser-Pereira afirmou: “investir em ciência no Nordeste ‘é colocar capim na frente dos bois’”. Tal declaração se deu no contexto de discussão sobre a desigualdade na distribuição dos recursos para pós-graduação no país, uma distorção questionada pelos reitores das universidades do Norte e do Nordeste por acentuar as assimetrias regionais e pela ausência de “políticas de incentivo ao desenvolvimento da pós-graduação fora do eixo Sul-Sudeste”. Esse acontecimento gerou “mal-estar” entre Bresser-Pereira e a comunidade científica da região, com políticos nordestinos, como Fernando Bezerra, ex-ministro da Integração e também líder do Governo no Senado à época, e foi registrado na matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo em 19 de julho de 1999, com título “Universidade: De cada 100 alunos de doutorado no Brasil, apenas 0,7 está no Norte e 3,8 estão no Nordeste. Sudeste concentra 78% dos doutorandos”.

Ainda nessa matéria, foram apresentados alguns dados da distribuição dos recursos e das bolsas de pesquisa na época; mesmo o Nordeste possuindo “28,5% da população do país”, recebeu apenas “14% das bolsas” do CNPq/MCT, naquele ano de 1999. Em 1998, “81,7% dos R\$ 75,8 milhões destinados pelo CNPq para bolsas de doutorado foram abocanhados pelo Sudeste e apenas 0,6 pela região Norte”. Os critérios de seleção para acesso a bolsas na pós-graduação pelo CNPq favoreciam as regiões Sul-Sudeste, acentuando desigualdades regionais. Após as repercussões negativas, Bresser-Pereira apresentou uma carta onde disse ter sido “mal interpretado”, justificando o baixo investimento do CNPq/MCT na região Nordeste por “critérios de excelência científica” e não por preconceito¹⁶. Em meio a essa polêmica, somada a outros fatores da sua gestão à frente do MCTI, foi exonerado após seis meses na pasta.

¹⁵ Informações e trechos extraídos do Artigo disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/10/5046356-artigo-nordeste-aposta-na-ciencia-para-valorizar-as-suas-multiplas-potencialidades.html> Acesso em: 27 out. 2022.

¹⁶ Informações e trechos extraídos do Artigo Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff19079917.htm> Acesso em: 10 out. 2021.

Essas questões, na verdade, apresentam um campo interessante de observação para estudiosos das ciências sociais, que, entre suas múltiplas áreas temáticas, pensam sobre a ideia de desenvolvimento como movimento que perpassa por outras relações de poder. Caio Prado Jr, no seu livro “A formação do Brasil Contemporâneo” (2000), já enfatizava a lógica cumulativa que norteou a composição socioeconômica no país, pois a maneira com que o capitalismo industrial vai se manifestar no Brasil será marcada por um modelo de desenvolvimento desigual — e combinado — desde o período colonial, processo esse que, à medida que priorizou atividades e espaços como o Sul e o Sudeste, gerou disparidades regionais.

Já na visão de Celso Furtado (1960) as disparidades, em termos de renda e crescimento entre tais espaços e o Nordeste, indicam a necessidade deste último ser integrado através de uma proposta regional na política nacional, e isso estaria contido no próprio Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1959), que baseou a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O capital vai valorizar as redes próximas dele. Portanto, essas questões ramificam-se até nas ações e políticas científicas e tecnológicas no país. “Subordinar a dinâmica econômica regional ao objetivo da *consolidação da integração nacional* é tarefa do Estado — não apenas do Governo” (Araújo, 1999, p. 145) e, para isso, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é condição imperativa. Araújo (1997, p. 31) ainda nos lembra que “[...] os atores globais interessam apenas os espaços competitivos do Brasil. Espaços identificados a partir de seus interesses privados e não dos interesses do Brasil”.

No domínio da ciência no Brasil, percebemos que os temas prioritários de pesquisas básicas, a predominância de agentes sociais e interesses estrangeiros¹⁷ e a concentração de instituições científicas — e comissões — em determinadas regiões vêm se conformando desde o século XIX, mantendo-se até os dias atuais¹⁸. Desde os desdobramentos da Revolução Industrial, a ciência deixou de ser entendida como um conhecimento apenas válido, sendo imperativo que se interligasse às técnicas, constituindo-se para a sociedade ocidental numa aplicação prática e útil.

O estreitamento das dimensões ciência e tecnologia, inclusive no plano das políticas públicas, fez empreender um conjunto de ações denominado Política Científica e Tecnológica

¹⁷ No período Colonial (1500-1822) a pesquisa no Brasil foi realizada por naturalistas e exploradores europeus. Os resultados dessas atividades eram integrados aos acervos europeus de história natural.

¹⁸ Como pode ser observado no Apêndice I, onde listamos algumas dessas instituições.

(PCT)¹⁹. Nesse período, existia no Brasil um processo de formação de um ambiente científico, inclusive a criação das primeiras instituições de pesquisa. Para Schwartzman (1995), a ciência imperial teve uma fase mais pragmática e outra fase de “[...] pesquisa sem raízes locais, que não adquire maiores dimensões nem qualidade”. Existiu um “esforço de criar uma pesquisa brasileira de ‘primeiro mundo’, [...] seja pela presença de europeus na direção das principais instituições de pesquisa, seja pela participação ativa e filantrópica de D. Pedro II na ciência europeia” (Schwartzman, 1995, p. 2).

No século XX, em função do domínio da relação sociedade e natureza, as ações científicas e tecnológicas se deram a partir de altos investimentos. No Brasil, nas primeiras décadas deste século, mas especialmente ao longo da década de 1930, ganha força o processo de industrialização e modernização (tardia); um modelo urbano-industrial e capitalista, ligado ao mercado externo e internamente fragmentado concentrava-se na região Sudeste. “Com 11% do território brasileiro, o Sudeste respondia, em 1970, por 81% da atividade industrial do País, sendo que São Paulo, sozinho, gerava 58% da produção da indústria existente”. Entre 1970 e 1990, ainda que a concentração nessa região fosse uma realidade, não era a mesma daquela época, uma vez que as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste “[...] ganharam importância relativa” e, juntas, aumentaram para 23% na participação do PIB nacional. Nessa desconcentração destacam-se as atividades industriais, pecuárias, agrícolas, expandindo ao setor terciário (Araújo, 1999, p. 146).

Na prática, porém, o surto de industrialização teve pouco impacto sobre as atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas no Brasil. Isso porque, embora o País tenha logrado alcançar uma considerável transformação na estrutura produtiva, ainda permaneciam os constrangimentos de natureza estrutural característicos da inserção periférica: a concentração de renda e da riqueza, os baixos salários e a atrofia do mercado consumidor interno. Características que, a despeito de mudanças positivas importantes ao longo do século XX, ainda permanecem no cenário social e econômico brasileiro (Dias, 2010, p. 74).

Diante da necessidade de adaptar o sistema de Ciência e Tecnologia (CT) às demandas do setor produtivo, foram criadas universidades e institutos de pesquisa federal — também surgiram institutos de pesquisa estaduais —, expandido o ensino superior, entre outras iniciativas. A criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 é um dos exemplos de órgãos estatais somados a um aparato que embasaria a institucionalização da PCT brasileira décadas mais tarde. A CT começava a fazer parte da vida cotidiana da população e do seu

¹⁹ Normalmente é expressa no binômio C&T. Neste trabalho, quando aparecem as escritas C&T, P&D ou CT&I são citações diretas de outros autores. Além da sigla PCT, utilizamos CTI quando nos referimos a Ciência, Tecnologia e Inovações, PD para falar em Pesquisa e Desenvolvimento.

imaginário. As instituições científicas e tecnológicas criadas no regime monárquico e ampliadas nos governos republicanos, nas áreas de engenharia, agropecuária e saúde, marcaram o nascimento científico e tecnológico no Brasil, influenciado e pressionado pela revolução técnico-científica internacional (Motoyama, 2004).

Em todos os casos, a capacidade de institucionalização efetiva e a manutenção da qualidade através do tempo dependeu da existência de uma liderança intelectual forte (Oswaldo Cruz e Carlos Chagas em Manguinhos, Artur Neiva e Rocha Lima no Instituto Biológico, Afrânio do Amaral no Instituto Butantã) (Schwartzman, 1995, p. 2).

Havia, por um lado, o esforço de diversos grupos para ampliação da pesquisa científica no alcance de graus satisfatórios de descobertas, inovações, rendimentos e qualificação profissional. Por outro, uma fragmentação das instituições de ensino superior, que, além de terem sido criadas de forma isolada, não tinham tradição em pesquisa científica, realidade que contribuiu para o retardamento do desenvolvimento científico e tecnológico institucionalizado, iniciado somente nos anos 1950. Assim, há certo consenso por parte de estudiosos no tema quanto ao ano de 1951 como o marco inicial do processo de institucionalização da PCT do Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que promove e fomenta a CT, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), voltada à expansão e consolidação da pós-graduação (mestrado e doutorado).

Nesse novo contexto o país experimenta a mudança histórica importante da passagem do modelo de desenvolvimento primário-exportador para o da “indústria moderna” — isto é, do tradicional, ainda com modos coloniais —, para o moderno, porém de capitalismo periférico. No campo da CT, essa tensão entre velho e novo foi ultrapassada com o processo de incorporação da CT na agenda estratégica de desenvolvimento do Governo Federal, mediante esboço de um marco legal-regulatório e institucional da PCT, que culminaria ainda, em 1985, na criação de um órgão central responsável pelo planejamento da PCT do país — o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

A ciência, antes empreendida como conhecimento universal e deslocada de aspectos políticos, sociais e culturais, deu lugar, especialmente após a segunda Guerra Mundial (1939-1945), a um entendimento de CT como processo de construção social e cultural; compreendidas a importância e as implicações no cotidiano das pessoas, onde dada sociedade conhece descobertas científicas do passado, entende o presente e idealiza o futuro. Os avanços significativos em CT experimentados pela humanidade a partir desse momento partem de uma percepção dos seus benefícios para a prosperidade das nações rumo à “modernização pela

ciência” e a orientação na formulação de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar da sociedade, a partir de resultados de pesquisas. Nessa relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento, os investimentos em CT passaram a ser vistos como condição essencial para alcançar o progresso e, para isso, o Estado cumpriria papel indispensável na promoção das atividades de pesquisa científica. Esta perspectiva norte-americana, expressa no Relatório *Science: the endless frontier* (Ciência: a fronteira sem fim)²⁰ e difundida por organismos internacionais — como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) —, passou a sustentar as ações da PCT nas nações de economias avançadas, bem como nas de economias ditas “periféricas” da América Latina, como é o caso do Brasil.

A Capes e o CNPq sumarizam a perspectiva em questão, de modo que esse modelo possibilitou o reconhecimento dos Governos quanto à atenção sistemática, assegurando a manutenção e a expansão da PCT. A criação de ambas as agências estatais e a institucionalização dessa política refletem a “modernização da estrutura do Estado”, bem como resulta da “pressão da comunidade de pesquisa” que, segundo Dias (2010, p. 78), reivindicava, para além da criação de instituições de CT, “espaços que garantissem poder político a esse setor”. Daí a defesa de cientistas brasileiros pelo apoio à pesquisa científica como determinante para resolver problemas de desenvolvimento, onde a racionalidade científica e tecnológica seria o princípio de organização do Estado e da sociedade.

Entre os defensores, destacam-se a Associação Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916; a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924; e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948. Ainda conforme Dias (2010), a SBPC tem atuado desde esse momento como coalizão central na defesa da comunidade de pesquisa do país. “Em boa parte, estas idéias (sic) davam continuação ao projeto das elites intelectuais paulistas, responsáveis pela criação da Universidade de São Paulo [Usp] na década de [19]30, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [SBPC], e pela Fundação de Amparo à

²⁰ Esse pensamento da PCT ancorou-se nas ideias do relatório *Science: the endless frontier* (Ciência: a fronteira sem fim), de autoria de Vannevar Bush, à época diretor da agência norte-americana *Office of Scientific Research and Development* (Agência de Pesquisa Científica e Desenvolvimento), e foi entregue ao ex-presidente dos EUA Harry Truman, em 1945. “Durante os anos de guerra, Bush organizou e articulou a cooperação dos engenheiros, cientistas e pesquisadores civis. Saiu-se bem na tarefa: o aperfeiçoamento do radar e a invenção da bomba atômica, por exemplo, se deram sob sua influência e proteção. O papel desempenhado pelos civis nesses projetos foi decisivo; e quem fez a ligação entre eles, os militares e o comandante em chefe Roosevelt foi Bush”. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/ciencia-a-fronteira-sem-fim-o-documento-que-ajudou-a-moldar-a-pesquisa-na-segunda-metade-do-seculo-xx>. Acesso em 19 jan. 2024.

Pesquisa do Estado [Fapesp]” (Schwartzman, 1995, p. 2), criada em 1962. Assim, a comunidade científica paulista assegurou a continuidade do financiamento das ações estaduais em CT, situação que, a nível federal, só ocorre posteriormente.

O Estado, “[...] diga-se de passagem, não possui ele próprio, em sua realidade, o caráter monolítico” (Bourdieu, 2004, p. 55); é uma arena complexa com interesses e conexões entre diferentes atores sociais implicados na definição de políticas públicas (Santos; Gomes, 2019), e esse jogo político vai contemplar sobretudo os interesses de alguns desses atores. Por sua vez, a política pública não se resume à resolução de problemas; analisada numa dimensão cognitiva, ela deve ser percebida “[...] como intercâmbio de formas de representação social e construção de quadros de interpretação do mundo” (Meneses; Gomes, 2014, p. 190). Compartilhamos do pensamento de Gomes (2014) para afirmar que cientistas/pesquisadores são “[...] atores sociais confrontados permanentemente pela produção de ideários e regulamentações [...] no centro dos espaços de definição das chamadas políticas públicas: - tanto como destinatários, mas também corresponsáveis pela elaboração de agendas” (Gomes, 2014, p. 128).

Nessa perspectiva, os atores sociais têm responsabilidades na definição das políticas públicas, pois, ainda que não ocupem espaços de decisão, atuam no “reconhecimento político dos problemas sociais”, como “[...] avaliadores ou pressupostos *experts*, qualificando ou requalificando o debate político e acadêmico sobre as políticas públicas” (Gomes, 2014, p. 128), e uma das contribuições está na produção de conhecimentos e debates, sejam eles entre os pares ou em outros espaços públicos e privados da sociedade. Dias (2010, p. 71), baseando-se Smith (1990), afirma que a agenda pública de CT “[...] pode ser entendida como seu núcleo constitutivo, é o produto de tensão existente entre as agendas particulares de diversos atores como cientistas, burocratas, empresários, movimentos sociais, ONGs, militares etc.”. Desse modo, como consequência da força política dos atores em jogo, em certos momentos a PCT pode assumir diferentes diretrizes “(militar, desenvolvimentista, para competitividade, para o desenvolvimento sustentável, para a inclusão social etc.)”. O ator social dominante na definição da CT no Brasil são os cientistas ou a “comunidade de pesquisa”, o que implica dizer que “[...] seus interesses particulares são quase que integralmente refletidos pela agenda da política pública”, e justifica “certa continuidade das ações” por governos distintos (Dias, 2010, p. 71). Assim, “[...] os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço” (Bourdieu, 2004, p. 24).

A partir do exposto, refletimos sobre a CT no discurso desenvolvimentista e conservador no período da Ditadura Militar (1964-1985). É importante destacar que diversos segmentos da

sociedade, e do mesmo modo a comunidade científica, foram vítimas do cerceamento das liberdades (Motoyama, 2004) e de toda sorte de atrocidade. Um exemplo foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5)²¹, que estabeleceu medidas de exceção como o fechamento do Congresso Nacional, cassação de mandatos políticos, perseguição, demissão de professores e cientistas no serviço público e nomeação de interventores (em estados e municípios). Reconhecemos a gravidade da violação dos direitos humanos praticados por esse Regime. As críticas também são necessárias diante dos baixos desempenhos dos governos militares, do endividamento externo, da inflação, dos problemas de gestão nas ações de CT etc. Contudo, é preciso dizer que, do ponto de vista da PCT, houve avanços, a exemplo da atenção a áreas como física nuclear, petroquímica, engenharia de materiais; da criação de instituições científicas; da reforma universitária, com a criação de programas de pós-graduação (inspirados também no modelo norte-americano), os programas de pesquisa militar (espacial e nuclear) e a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico (Schwartzman, 1995).

A percepção dos militares de que a neutralidade era inerente ao conhecimento da CT possibilitou certa estabilidade na agenda de pesquisa naquele período, mas também se processaram contestações da comunidade de pesquisa em algumas ocasiões, atuando na defesa do papel do Estado para ampliação dos mecanismos de promoção da CT (Dias, 2010). Apesar desse período ser considerado um marco no sentido de tornar o sistema de CT mais robusto, em termos quantitativos, e o maior da América Latina (Motoyama, 2004), houve variações entre o apoio e o abandono PCT — que estava submetida ao combate à inflação — ao longo dos governos ditatoriais. Tal política esteve sustentada no discurso de fortalecimento de um projeto de construção de condições de autonomia tecnológica e modernização do país, porém de rigor conservador, mantendo suas características periféricas, desiguais e autoritárias.

Registramos ainda a existência de tensão entre uma PCT de caráter mais nacionalista e estatista e uma política econômica também numa linha favorável às multinacionais e à importação de tecnologias naquele período, o que gerou “[...] constante disputa entre cientistas e administradores nas agências governamentais e centros emergentes, levando frequentemente a soluções de compromisso, e ao financiamento de centros e projetos de qualidade não muito clara”. Em razão dessa tensão, exceto as áreas de agricultura e informática, “[...] os eventuais produtos da pesquisa científica e tecnológica [...] tenderam a ficar sobretudo nas prateleiras dos centros de pesquisa, nas teses de pós-graduação, ou na literatura internacional” (Schwartzman,

²¹ Ocorreu entre 1968 e 1979. Os Atos Institucionais (AIs) eram mecanismos legais que se sobrepunham à Constituição Federal. Durante os 21 anos dos governos militares, foram 5 mandatos e 16 AIs estabelecidos.

1995, p. 3). Os critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa eram pouco eficazes, ainda que o modelo na concessão de apoio financeiro praticado pelas agências Finep e CNPq fosse flexível e descentralizado.

O movimento recente, iniciado 1950, que marcou a construção do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e que historicamente envolve um número limitado de órgãos federais executores de CT, reflete problemas políticos oriundos da ausência de um projeto nacional centrado na relação entre Ciência, Estado e Sociedade, elaborado com base na demanda social por conhecimento. O que, por conseguinte, estimularia a CT e o (des)envolvimento socioeconômico do país. Realidade que também se identifica nos demais países da América Latina. Considerando que o desenvolvimento da ciência, assim como de outras esferas que dão capilaridade às ações do Estado e da Sociedade Civil, passam pela intencionalidade dos agentes envolvidos, que, por sua vez, possuem interesses em jogo, e que a hegemonia da comunidade científica na legitimação das ações de CT no Brasil impediu a participação de outros agentes na elaboração dessa política, cujas necessidades não são atendidas, como avaliar o impacto dos avanços da PCT sobre a sociedade? Como tornar as políticas de CT mais plurais e democrática? Essas questões qualitativas, somadas aos próprios questionamentos sobre a neutralidade da ciência e seus agentes, vão estar na agenda de debates naquele momento e serão retomadas mais fortemente no país com o movimento de redemocratização, findado o período dos governos militares. Contudo, Dias (2010, p. 91) reforçou:

[...] essa política apresenta um caráter insular, ou seja, é descolada das demandas da ampla maioria dos atores sociais, sendo dominada pela comunidade de pesquisa. Em grande medida, a blindagem que reveste a política científica e tecnológica brasileira é resultado dos mitos que encobrem a ciência e a tecnologia, geralmente compreendidas como forças motrizes do progresso econômico e social e como processos cuja condução deve ser de responsabilidade exclusiva de cientistas e engenheiros.

O fim do Regime Militar, depois de um ciclo de 21 anos de Governos autoritários, foi de efervescência política. Desse cenário de tensões e negociações entre grupos com diferentes orientações ideológicas buscando construir a nova história democrática do país, resultou a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988. Nela, o Art. 218 da CF define que o “[...] Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica”. A pesquisa básica e tecnológica, entendida como bem público e progresso da CT, assume papel estratégico e prioridade do Estado. Schwartzman (1995, p. 3) classifica o período entre 1980 e 1990 como a fase da “Ciência e Tecnologia como Grupo de Pressão”; face ao agravamento da conjuntura econômica no país, que levou à redução radical

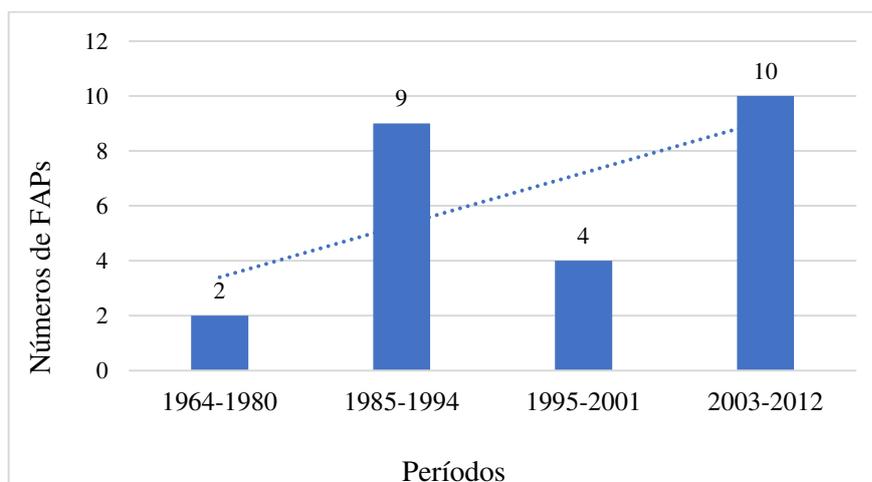
dos recursos para o setor de CT e à perda do lugar de foco prioritário das ações governamentais nessa área, possibilitando o emergir de um grupo de pressão da comunidade científica e tecnológica na disputa pelos recursos e pelos espaços políticos nos setores da sociedade.

A CF tornou obrigatória a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), instrumentos de planejamento governamental para um período de quatro anos, de modo a organizar diretrizes, objetivos e metas, determinação que produziu planos específicos com identificação de prioridades das políticas públicas. No caso da PCT, os PPAs foram elaborados a partir do início dos anos de 1990, período também marcado pela ampliação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e dos Fundos Setoriais a ele vinculados. Principalmente no primeiro mandato de FHC, o MCTI passou a enfatizar as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (PD), buscando elevar a participação do setor privado na pesquisa brasileira, na tentativa de nivelar os indicadores de CT aos de nações ditas desenvolvidas. Temas e iniciativas que já vinham sendo pensadas ganham mais importância na PCT durante esse Governo, como o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), que envolvia parceria entre universidade e empresa, além da inovação tecnológica, “[...] ‘empreendedorismo’, ‘parques tecnológicos’, ‘incubadoras de empresas’” (Dias, 2010, p. 85). Havia uma resistência da comunidade de pesquisa em relação a ideia de inovação pela sua ligação com valores neoliberais, privados.

Historicamente beneficiada pelo modelo ofertista da política científica e tecnológica (Dagnino, 2004), a comunidade de pesquisa não se uniu, a princípio, aos defensores da ideia de inovação como motor do desenvolvimento econômico e social. Talvez porque instintivamente percebessem que o ‘foco na inovação’ era conflitante com o ‘foco na pesquisa acadêmica’, cuja manutenção, naturalmente, constitui um de seus principais interesses. Essa tensão apenas se resolve a partir dos primeiros anos do século XXI, quando o conceito de inovação passa a ser gradualmente capturado pela comunidade de pesquisa e passa a ser viável dentro de seu projeto (Dias, 2010, p. 88).

Cabe registrar que durante o ciclo de redemocratização do país a criação de novas Fundações foi incentivada; entre 1985 e 1994, nove foram fundadas, seis delas no Nordeste: Alagoas, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí e Paraíba. O segundo período de incentivo se deu entre 2003 e 2012, resultando no surgimento de mais dez Fundações, a maior parte na região Norte. Desse processo, em 2012, dos 27 estados da federação, 26 já contavam com FAPs, com exceção de Roraima, que só a implantaria em 2022 (Gráfico 1; Apêndice II). “Com a exceção da FAPESP, as Fundações de Amparo à Pesquisa, de caráter estadual, têm tido até o presente momento atuação pouco expressiva no sentido de influenciar essa política no âmbito federal” (Dias, 2010, p. 91-92)

Gráfico 1. Número de FAPs criadas ao longo das décadas



Fonte: Elaboração própria, a partir das informações levantadas nos sítios eletrônicos das FAPs em consultas a documentos oficiais.

As FAPs integram a estrutura do poder executivo estadual, possuem regimento e orçamento próprios, vinculados à receita de cada estado, e têm papel fundamental no desenvolvimento local, enquanto mecanismos de correção das assimetrias entre as regiões, integrando o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações (SNCTI), junto às demais instituições tradicionais (Anexo 3). Para ampliar as possibilidades de financiamentos às pesquisas, as FAPs fazem parcerias com agências como CNPq, Finep, Capes e organismos internacionais, bem como outras fundações e institutos. No entanto, Rezende (2010, p. 136) observou a falta de critérios regionais na descentralização dos recursos em CT:

Recentemente alguns órgãos federais passaram a demonstrar interesse em descentralizar parte de seus recursos e ações. Na realidade, Finep e CNPq já iniciaram programas de parceria com algumas FAPs, cujo maior mérito é compromisso de alocação de contrapartida dos governos estaduais. Entretanto, a variável regional não tem muito peso na distribuição de recursos, e como resultado as FAPs da Região Sudeste são as que recebem a maior parcela. A ausência da preocupação regional na política de C&T do país contrasta com o que ocorre nos países desenvolvidos, nos quais existem programas de desenvolvimento regional. Nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e no Japão, por exemplo, os centros federais de pesquisa estão distribuídos em todo o território, enquanto no Brasil mais de 90% estão na região Sudeste. É evidente que a permanecer esta situação, os desequilíbrios regionais em todos os setores tenderão a se agravar.

O conjunto de instituições federais e estaduais (FAPs, Universidades, Centros de Pesquisa etc.) que surgiu principalmente a partir do século XX foi determinante para a construção de uma cultura das políticas públicas de CT como instrumentos de enfrentamento das questões sociais e regionais. Contudo, os desequilíbrios inter e intrarregional continuam

sendo um forte traço da PCT no país, como se verifica na distribuição das Unidades de Pesquisa (UP) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)²².

2.1 A criação e organização do MCTI e a recomendação da primeira UP do Nordeste

Em 1984, a Comissão de CT da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional organizou o Seminário “Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento” e, em março de 1985, foi aprovada a criação do MCTI. Porém, o Ministério enfrentou problemas de instabilidade e conflitos — entre 1985 e 1992, sofreu “[...] cinco alterações de nome, status legal e vinculação e tido oito titulares” (MCT, 2002, p. 10), e só foi reestruturado em definitivo, na forma da Lei, nesse último ano, durante o Governo Itamar Franco (PMDB) (1992-1995), quando o ministro era o pesquisador José Israel Vargas. A partir de 1992, o MCTI passou por um processo de organização e incorporou em sua estrutura instituições federais de CT, constituindo-se no centro do planejamento estratégico e coordenação da PCT no Brasil. Até 2000, o MCTI²³ tinha 4 instituições e 3 vinham sendo implementadas; o CNPq contava com 10 Unidades de Pesquisa (UPs) e outros 5 institutos estavam ligados à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (MCTI, 2002).

Em 2002, contudo, o Ministério passou a contar “[...] com 22 instituições que abrangem as mais diversas áreas do conhecimento” (MCTI, 2002, p. 10), até o CNPq e a Finep. “Cada uma destas instituições tem uma história própria e, em muitos casos, sua incorporação ao MCT ocorreu mais como solução de crise, em geral interna, do que para atender aos objetivos estratégicos governamentais” (CGEE, 2001, p. 6). Nessa nova estrutura, com instituições

²² Em 2011 a Inovação foi incorporada ao MCT. Razão pela qual utilizaremos a sigla MCTI e só serão mantidas como MCT em citações diretas. Cabe lembrar, a título de registro, que em 2016, após o golpe parlamentar que retirou a presidenta Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República, cargo que passou a ser exercido pelo seu vice Michel Temer (MDB), o MCTI foi fundido com o Ministério das Comunicações, passando a ser denominado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Essa fusão de áreas diferentes, justificada pela redução dos custos com a máquina pública, na prática, não se traduzia em vantagens econômicas para o país, pelo contrário, significava prejuízos para a área de CT tornando-a menos importante e colocando em risco avanços obtidos nos últimos anos, desde a criação do MCTI em 1985. Apesar dos protestos da comunidade científica, a proposta foi mantida pelo Governo Jair Bolsonaro (PL) até 2020, após negociações políticas que recriou o Ministério das Comunicações.

²³ A título de curiosidade, ao longo dos 38 anos de sua existência, completados em março de 2023, o MCTI contabiliza 23 ministros, equivalendo, numa divisão linear e hipotética, a uma mudança de ministro, em média, a cada 1 ano e 6 meses. Só há duas exceções que completaram os 4 anos de mandato: José Israel Vargas (1992-1999) e Sérgio Machado Rezende (2005-2010). Quando observamos a origem de todos os ministros, constatamos que apenas 4 são da região Nordeste: Renato Archer (MA) - PMDB, foi o primeiro ministro do MCTI (1985-1987); Roberto Amaral (CE) - PSB, Eduardo Campos (PE) - PSB; e a atual, Luciana Santos (PE) - PCdoB, e primeira mulher a assumir o cargo. Destes, 3 foram nomeados pelo Presidente Lula (PT).

centenárias e aquelas fundadas a partir de 1950, a perspectiva do MCTI era de que a “[...] redefinição das suas missões, acompanhada de investimentos significativos, porém seletivos, em recursos humanos e em infra-estrutura, deverá revitalizar o sistema, com consequências e impactos de grande importância” para a CT brasileira (CGEE, 2001, p. 2). Para isso, foram criadas comissões científicas para avaliação dessas instituições, uma delas, a conhecida “Comissão Tundisi” (2000-2001), durante o Governo FHC (PSDB) (1995-2003), tendo Ronaldo Sardenberg (07/1999-01-2003) como ministro. No Quadro 1, abaixo, apresentamos a relação dos/a líderes do MCTI a partir dessa reestruturação.

Quadro 1. Ministros do MCTI em diferentes períodos desde a sua reestruturação definitiva.

Períodos	1992-1995	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2016-2018	2019-2022	2023-atual
Presidentes	“Itamar”	“FHC”		“Lula”		“Dilma”		“Temer”	“Bolsonaro”	“Lula”
Ministros	José Israel Vargas	José Israel Vargas	Bresser Pereira -- Ronaldo Sardenberg	Roberto Amaral -- Eduardo Campos -- Sérgio Rezende	Sérgio Rezende	Aloísio Mercadante -- Marco Antônio Raupp -- Clélio Campolina Diniz	Aldo Rebelo -- Celso Pansera	Gilberto Kassab	Marcos Pontes	Luciana Santos

Fonte: elaboração própria, a partir de sítios eletrônicos e documentos oficiais.

A pesquisa de Aléssio (2017, p. 132) indica que “[...] a centralização dos institutos de pesquisa no MCT teria tido início na gestão de Bresser Pereira, em 1999 [...]”, entre janeiro e julho, com intuito de impedir a competição pelos mesmos recursos, analisar a viabilidade de alguns dos institutos serem convertidos em Organizações Sociais (OSs), bem como o início de um processo de escolha dos dirigentes das UPs por meio de “Comitês de Busca” formados por especialistas em CT, que, a partir de processo seletivo, indica uma lista tríplice de candidatos selecionados, da qual é feita indicação do novo dirigente pelo Ministro. Considera ainda que a permanência de parte da equipe do ex-ministro Bresser-Pereira, mesmo após sua destituição do cargo com apenas seis meses de gestão, foi essencial para a concretização dessas três propostas (Alessio, 2017, p. 134-135). Ele chegou a acumular o cargo de presidente do CNPq, atitude que causou controvérsia. A destituição ocorreu “[...] por conta de sua administração conturbada, culminando com uma declaração desastrosa sobre a ciência no Nordeste [...]” (Rezende, 2010, p. 209), conforme citamos no início deste capítulo.

A política científica e tecnológica brasileira tem sido, historicamente, regida por um número restrito de órgãos executores vinculados à administração federal, dentre os quais se destacam a CAPES, o CNPq e a FINEP, além do MCT. [...] Naturalmente,

essa centralização imprime à política um caráter *top-down*, tornando mais difícil a participação de outros atores sociais em sua elaboração e gestão e afastando a possibilidade de torná-la mais plural e democrática. Há ainda que se considerar a importância de outro fator que imprime à PCT brasileira seu caráter insular, relacionado à curta experiência do País em termos de elaboração de políticas públicas em um contexto democrático. A efetiva incorporação de novos atores ao processo de elaboração da política envolve, afinal, um processo de aprendizado. [...] Assim, pode-se dizer que a política científica e tecnológica brasileira é pouco aderente às demandas de atores sociais antagônicos presentes na sociedade capitalista (Dias, 2010, p. 91-92).

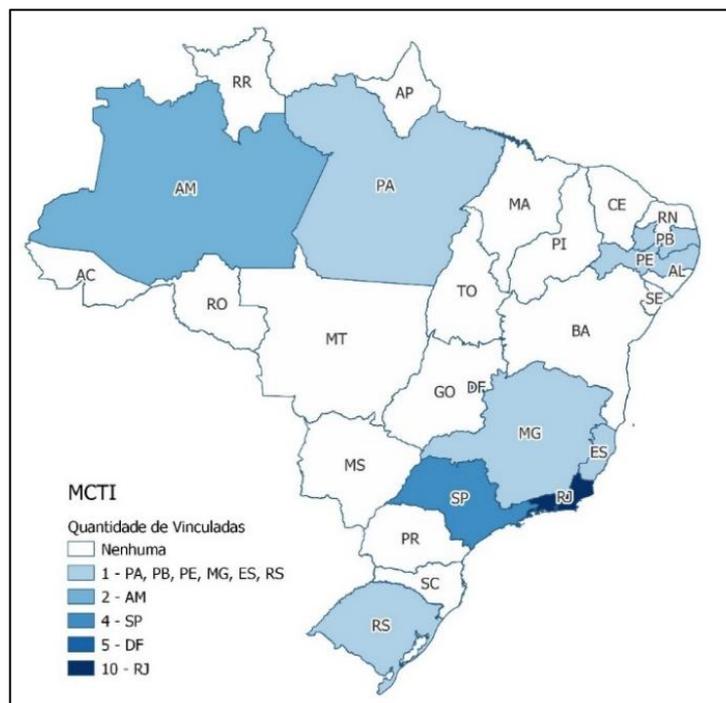
Observando essa concentração dos centros federais de pesquisa brasileiros, vinculados ao MCTI, constatamos o seguinte: entre 2002 e 2014, foram criadas mais 6 instituições na estrutura do Ministério, passando de 22 para 27, entre Unidades de Pesquisa (UPs), Organizações Sociais (OSs), Autarquias, Fundações e Empresas Públicas (Figura 1; Apêndice III). Estão situadas nas diferentes regiões (Anexo 2) e atuam em diversas áreas e temas como informação, nuclear, clima, física, matemática, Amazônia, Semiárido, entre outras. Mas a maioria está na região Sudeste, 16 das 27, principalmente no estado do Rio de Janeiro, onde constam 10 delas. Vale lembrar que é neste estado onde também se encontra a Finep, principal agência de fomento à CTI. No tocante às UPs isso não é diferente; são 16 no país e, destas, 11 estão na referida região. Consequentemente, o destino da maior parte dos recursos em CT do país é o Sudeste, onde está “[...] cerca de 78% do total dos seus servidores” (CGEE, 2001, p. 7).

O papel das UPs do MCT deve ser distinto ao das Universidades ou do papel dos prestadores de serviços locais. Elas devem ter um papel mais estratégico, com singularidade na missão, e abrangência nacional, tanto no que diz respeito à pesquisa básica e tecnológica, como na prestação de serviços (CGEE, 2001, p. 97).

Com relação às regiões Norte e Nordeste, juntas possuem apenas 5 institutos de pesquisa do MCTI (Quadro 2). No geral, a origem dos institutos está para a promoção de CTI, com vistas ao desenvolvimento (nas suas variadas adjetivações — sustentável, socioeconômico, endógeno, local). Questionamos: qual desenvolvimento nacional e para atender a quais interesses? Em que medida as desigualdades regionais, também pela via da CT, são legitimadas por sua utilidade aos interesses de grupos dominantes?

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais, que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais quanto aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência (Araújo, 1999, p. 156).

Figura 1. Localização das instituições vinculadas ao MCTI.



Fonte: Elaboração própria, com base no sítio eletrônico do Ministério e portais das UPs (2021).

Quadro 2. Instituições vinculadas ao MCTI situadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Região	NORTE			NORDESTE	
Ano/Criação	1866	1952	1999	2004	2005
UF	Pará	Amazonas	Amazonas	Paraíba	Pernambuco
Institutos de Pesquisa	Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM*	Instituto Nacional do Semiárido – Insa	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – Cetene

*O IDSM é uma Organização Social (OS) “fomentada e supervisionada” pelo MCTI.

Fonte: Elaboração própria, com base no sítio eletrônico do Ministério e portais das UPs (MCTI, 2021).

Compreendemos que as iniciativas governamentais para o enfrentamento das desigualdades regionais requerem debate sério, como parte de um projeto nacional, portanto, não se trata apenas da distribuição quantitativa de instituições de CT para compensar uma possível lacuna; como vimos, atualmente todas as regiões do país contam com a presença do MCTI através de seus institutos. Essa presença por si só, contudo, não significa transformações socioeconômicas. É preciso dotá-las de condições, em termos de pessoal qualificado, recursos para pesquisa (financeiros, materiais e infraestrutura), aliadas a outras políticas que possibilitem o acesso igualitário aos investimentos e a promoção da dinâmica regional. Tampouco serão as adjetivações que qualificam a ideia de desenvolvimento geradoras de capacidade para promover transformações equitativas.

Como se observa no quadro (2), acima, especialmente no Nordeste, as primeiras instituições do MCTI surgem somente no início do século XXI, respectivamente, o Instituto Nacional do Semiárido (Insa) e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene)²⁴, criadas como UPs entre os anos de 2003 e 2005. Com o novo ciclo da PCT, precisamente a partir do início de 2003 — interrompido entre 2016 e 2022, e em desde 2023 —, percebemos um esforço de investimentos destinados à região. O que reforça a relevância de estudos acerca dessas instituições de CT, os processos contextuais e temporais em que surgem, suas trajetórias, os atores e os interesses em jogo — como é o caso do Insa, primeira instituição do MCTI no Nordeste, que nasce a partir desse processo de avaliação e de recomendações à expansão do sistema de UPs no país, realizadas pela chamada “Comissão Tundisi”.

O modelo das chamadas “Comissões Científicas”, criadas para responder a problemas concretos, e que, em alguns, casos resultou na criação de novas instituições de pesquisa, vem sendo experimentado no Brasil desde o Império. A “Comissão Tundisi”, em específico, foi criada em 2000 para avaliar e “[...] propor uma política de longo prazo para as Unidades de Pesquisa (UPs) vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT e à Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN” (CGEE, 2001, p. 4). O Relatório Final dessa comissão, publicado em 2001, também conhecido como “Relatório Tundisi” — nome dado em homenagem ao seu líder, o pesquisador José Galizia Tundisi²⁵ —, apresentou propostas de expansão da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento; indução da inovação tecnológica; estruturação do sistema nacional de CT; priorização dos investimentos; bem como a execução de Pesquisa e Desenvolvimento em novas áreas de conhecimento consideradas “[...] como da mais alta prioridade [...] em três grandes ecossistemas brasileiros — Amazônia, *Semi-Árido Nordestino* e Mar —, bem como as iniciativas que promovam a inovação tecnológica” (CGEE, 2001, p. 91, grifos nossos).

Referência importante para a “Comissão Tundisi”²⁶ foi um trabalho anterior, realizado pela Comissão de Supervisão de Avaliação dos Institutos de Pesquisa do MCTI/CNPq,

²⁴ O Cetene visa “[...] apoiar o desenvolvimento tecnológico e econômico da região Nordeste, além de promover a integração entre a sociedade, a inovação e o conhecimento”. Disponível em: <https://antigo.cetene.gov.br/index.php/institucional-2/institucional>. Acesso em: 21 jul. 2021. Esse Instituto possui atualmente três servidores atuando no cargo de Pesquisador.

²⁵ Além de Tundisi, que a presidiu, também fizeram parte desta Comissão de Avaliação Carlos Alberto Schneider (Fundação Cert), Celso Pinto de Melo (CNPq), Eduardo Moacir Krieger (ABC/Incor), Eloi S. Garcia (MCT/SECUP), Fernando Galembeck (Unicamp), José Fernando Perez (Fapesp), José Otávio Armani Paschoal (CNEN/IPEN), Ruy de Araújo Caldas (Embrapa) e Vilma Figueiredo (SBPC/UnB) (CGEE, 2001).

²⁶ Para entender melhor a metodologia utilizada pela Comissão Tundisi, ver nas referências CGEE, 2001, p. 4-6.

denominada “Comissão Bevilacqua”²⁷ (1993-1994), com objetivo avaliar os institutos de pesquisa, possibilitando o avanço técnico-científico para adequar as políticas do recém-criado MCTI. Dentre as recomendações dessa comissão constam o fortalecimento dos institutos com “[...] fluxo estável de recursos financeiros, equipamentos modernos, flexibilidades de gestão, intercâmbio de cientistas e salários dignos” (CGEE, 2001, p. 10). Com o desdobramento desse debate, em 1999 iniciou-se um processo, hoje consolidado, de eleição dos diretores destas UPs por meio de “Comitês de Busca” formados por especialistas, experimentados inicialmente pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT), as que já faziam parte do MCTI e posteriormente naquelas vinculadas ao CNPq e incorporadas à estrutura desse Ministério.

O trabalho da “Comissão Tundisi” durou aproximadamente um ano (2000-2001) e contou, segundo Ciloni e Berbert (2013, p. 3), com “[...] 72 cientistas e engenheiros do mais alto nível nacional e internacional”, divididos em comitês específicos para cada uma das UPs (Apêndice IV). Analisaram aspectos como missão, áreas de atuação, competências essenciais, captação de recursos, parcerias e envolvimento educacional para identificar estratégias e traçar uma política para o período de uma década. O Relatório Final foi elaborado com base nos relatórios de cada comitê específico, e foi este documento “[...] que permitiu redirecionar a missão da grande maioria dos atuais Institutos do MCTI, dando-lhes condições de sobreviver institucionalmente” (Ciloni; Berbet, 2013, p. 3). A visão era de que as “[...] UPs do MCTI representam um importante acervo de capital intelectual e de infra-estrutura estratégica em Ciência e Tecnologia para o País” (CGEE, 2001, p. 2). A avaliação também apontou questões relacionadas a atividades difusas e desfocadas, por isso foi proposto:

um conjunto de diretrizes gerais para serem consideradas na definição da missão e das estratégias de atuação de cada UP, a saber: primar pela excelência na pesquisa científica, pela objetividade e eficácia no desenvolvimento tecnológico e pela eficiência na prestação de serviços especializados; buscar atuação de abrangência/impacto nacional; ter singularidade na missão e ater-se à mesma; ser articuladora de competências na relação governo/sociedade (CGEE, 2001, p. 93).

Com base nas recomendações da Comissão Tundisi, o MCTI estabeleceu e reforçou um novo modelo de gestão e avaliação de todas as UPs, incluindo: a) Indicação, por parte do ministro, dos candidatos ao cargo de diretor a partir do modelo de Comitê de Busca; b) Planos Diretores das Unidades (PDUs) para o período de cinco anos; c) Termos de Compromisso de

²⁷ Nome dado em homenagem ao presidente dessa comissão científico, “Luiz Bevilacqua. Os demais membros foram: Lindolpho de Carvalho Dias (secretário), Carmine Taralli, Eduardo Krieger, Evando Mirra de Paula e Silva, Jacques Marcovich, José Pelúcio Ferreira, Joyce Joppert Leal, Moysés Nussenzeig” (CGEE, 2001, p. 10). Essa comissão foi criada em janeiro de 1993 e seus trabalhos foram encerrados em 27 de dezembro de 1994.

Gestão (TCGs), a partir de pactuações entre o MCTI e as UPs, com metas anuais traduzidas em indicadores negociados; e d) Implantação do Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (Sigtec), “[...] que permite o aperfeiçoamento das práticas de gestão, registro do acervo de conhecimento produzido pelas Unidades e o acompanhamento financeiro dos projetos em tempo real” (Ciloni; Berbet, 2013, p. 5). Vale salientar que a Comissão Tundisi levantou a preocupação de os cursos de pós-graduação das UPs, que totalizavam 18 programas (mestrado e doutorado) (Apêndice V), não concorrerem com as universidades, nem com a iniciativa privada.

O resultado do trabalho desta Comissão enfrentou resistências por parte de cientistas vinculados às UPs — como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), o Inpe, o Observatório Nacional (ON), o Museu de Astronomia e Ciência Afins (Mast) —, que apontaram “[...] uma ameaça à liberdade da pesquisa básica”. Criticaram a “proposta de transferência de cursos de pós-graduação de alguns institutos para universidades”, o “modelo de desenvolvimento baseado nos fundos setoriais”, e a criação de um “‘falso dilema’ entre pesquisa básica e aplicada”. Alguns pesquisadores ainda acusaram a Comissão Tundisi de ter feito “seu trabalho às pressas e sem diálogo”. Por outro lado, segundo o ex-ministro Ronaldo Mota Sardenberg, o relatório da comissão não era preocupante e não se esperava unanimidade. Por sua vez, o secretário-executivo do MCTI, Carlos Américo Pacheco, afirmou que o tempo dedicado foi suficiente “[...] porque não foi feita uma avaliação acadêmica de mérito, mas sobre a missão dos institutos”²⁸.

O Relatório Tundisi evidenciou a inexistência de UP na região Nordeste, uma vez que o Programa Xingó era uma ação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), apoiada pelo MCTI através de bolsas mantidas pelo CNPq, que realizava atividades em municípios do Semiárido nordestino localizados no baixo rio São Francisco. Considerando não se tratar de uma UP do MCTI, essa ação foi enquadrada como iniciativa com “missão específica”. De acordo com o relatório, a comissão reconheceu a relevância deste Programa para a região e da institucionalização do Instituto Xingó enquanto seu gestor; porém, como organização social sem fins lucrativos. Logo, recomendou a criação de uma UP indicada como “[...] Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-Árido Nordeste para realização de pesquisas científicas e tecnológicas, com objetivo de dar sustentabilidade ao desenvolvimento do semi-árido

²⁸ As informações e os trechos citados foram extraídos da matéria “Cientistas criticam plano para institutos”, publicada pela Folha de São Paulo, em 31 de outubro de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe3110200101.htm> Acesso em: 1 de nov. 2022.

nordestino” (CGEE, 2001, p. 8-9), que também apoiaria institucionalmente o Instituto do Milênio (sobre Semiárido).

Os Institutos do Milênio ou “Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional” eram uma das ações do Programa “Expansão e consolidação do conhecimento científico e tecnológico”, do CNPq, com objetivo de “[...] promover a formação de redes de pesquisa em todo território nacional e a excelência científica e tecnológica e o fortalecimento de grupos de pesquisa em qualquer área do conhecimento, assim como em áreas definidas como estratégicas” (MCT, 2010, p. 45). Oficialmente vistos como uma iniciativa inovadora, também “[...] quanto ao produto, que se traduz em conhecimentos que contribuirão para o aumento da competitividade da economia brasileira e, em última instância, para a resolução de problemas sociais. O Programa é co-financiado pelo Banco Mundial e Governo Brasileiro [...]” (CNPq, 2001, p. 21). A partir de 2003, o novo Governo do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva (PT) deu continuidade a esta ação, de modo que, em 2008, foi aprimorado com o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), conforme Portaria MCT nº 429. Depois reeditado em 2014, no Governo de Dilma Rousseff (PT), pela Portaria MCTI nº 577 (MCT, 2010, p. 45).

Entendemos que o Nordeste é uma expressão da herança histórica de uma dinâmica nacional que privilegia a área econômica (desenvolvimentista, competitiva, globalizada, neoliberal e liderada pelo mercado) a partir da fragmentação — não considerando inclusive espaços regionais (ditos) menos competitivos — e não da integração regional. As evidências históricas mostram como a lógica de formulação e implantação da PCT brasileira também contribuiu para acentuar os desequilíbrios regionais. Esse novo organismo do MCTI para o Nordeste — objetivado no Insa — foi cancelado e implantado em um novo momento de ampliação e fortalecimento da PCT no país, iniciado em 2003, com diretrizes de desenvolvimento com inclusão social e regional, e numa perspectiva, como defende Araújo (1999), de que o Estado deve promover e impulsionar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para realizar suas atividades, a expectativa dos idealizadores era a de que o Insa contaria com um quadro de instituições científicas e de desenvolvimento já instaladas na região desde o início do século XX, com competências instaladas — cada uma delas com histórias próprias —, mas também com um processo de expansão e interiorização de instituições de CT. No tópico a seguir, buscamos entender alguns elementos dessa PNDR, das ideias e debates em torno do desenvolvimento do território Semiárido, que vão refletir na concepção do Insa.

2.2 O Nordeste na PNDR e a expansão e interiorização da CT

A década de 1990 é marcada pela ascensão da ideologia neoliberal, que modelou o papel do Estado na condução da vida pública. É importante observar que projetos e políticas locais passaram a ser implementadas por organizações da sociedade civil, apesar do Estado continuar sendo um agente financiador das ações voltadas ao desenvolvimento regional, sob o argumento da superação da pobreza, da preservação do meio ambiente e do estímulo ao empreendedorismo. Organismos internacionais mantêm forte presença, influenciando política e ideologicamente a formulação de propostas. Araújo (1999, p. 147) destaca nesse período mudanças na economia brasileira, enfatizando a “[...] abertura comercial intensa e rápida, a priorização à *integração competitiva*, reformas profundas na ação do Estado e finalmente, a implementação de um programa de estabilização [...]”. Nesse novo cenário, houve tendências de concentração e de desconcentração espacial e de investimentos. A partir de 1996, o Governo FHC (PSDB) (1995-2003) lança os projetos “Brasil em Ação”²⁹ e “Avança Brasil”³⁰, incorporado a este último amplo estudo das potencialidades de desenvolvimento no país. “[...] Na opção do ‘Brasil em Ação’, o Governo prioriza ampliar a competitividade de espaços já mais competitivos” (Araújo, p. 152), e embora a política de desenvolvimento regional tenha sido contemplada, não houve estruturação mais sistemática e os impactos foram restritos. Cabe lembrar que a Sudene foi extinta durante o referido Governo.

A Sudene — que marcou um novo processo de pensar e promover políticas públicas para a região Nordeste — não escapou da mesma armadilha do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (Dnocs), e foi também, aos poucos, apropriada por grupos empoderados e políticos locais, o que contribuiu até certo ponto para o descrédito dessas instituições. Acusada de corrupção (e seu Fundo de Investimento) e assim propagado nos meios de comunicação do país. Ainda que pouco esclarecido, o Governo Federal, utilizou-se deste argumento para

²⁹ Lançado em 1996, o Programa teve como princípio elementar “Enfrentar os problemas estruturais e sociais do País com ações gerenciadas, em parceria com a iniciativa privada e com garantia de investimento”. Os empreendimentos tinham como objetivo “[...] aumentar a competitividade do setor produtivo”, “reduzir os custos na economia”, e “melhorar a qualidade de vida da população”. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/programa-brasil-em-acao-2-anos> Acesso em: 10 nov. 2022.

³⁰ Proposto para o seu segundo mandato (2000-2003) esse Programa de Governo dispôs um conjunto de diretrizes que dava continuidade do Programa “Avança Brasil”. Objetivando a modernização do país, buscava investir em infraestrutura para integrá-lo e reduzir os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Segundo Cardoso (2008), as reformas, que incluíam “progresso material e progresso social”, teve início com o Plano Real — programa de estabilização e reformas econômica, sob sua liderança na formulação e implantação — e planejava as “bases institucionais e materiais para uma nova era de desenvolvimento do país”.

extinguir a Sudene em 2001 e, no ano seguinte, criar em seu lugar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Segundo Carvalho (2006), a extinção da Sudene foi uma decisão verticalizada, sem debate prévio e, apesar das reações de diversos segmentos em sua defesa, os esforços não foram suficientes para mobilizar a sociedade.

O que não foi dito, mas se pôde perceber nas entrelinhas, é que o argumento da corrupção, utilizado pelo Governo para pôr em prática o seu projeto de substituir a Superintendência pela Agência, escondia, na verdade, o descaso do próprio Governo com o desenvolvimento regional e com a redução das desigualdades (Carvalho, 2006, p. 176).

A partir de 2003, com o novo Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva – “Lula” (PT) (2003-2011), houve uma soma de fatores favoráveis à expansão e inovação de políticas públicas — como a alta das *commodities*, relativa estabilidade inflacionária e uma agenda de Estado (Bacelar; Favareto, 2020, p. 12). A retomada da política de desenvolvimento regional permitiu a estruturação de ações de forma articulada, possibilitando aumento da renda, política de crédito, investimentos em políticas sociais e infraestrutura, bem como o aumento de empregos, estimulando o consumo e a dinâmica da economia regional — e isso vai impactar positivamente o Nordeste. Situam-se nesse contexto mudanças importantes na área da educação, ciência e tecnologia, com destaque para a expansão e interiorização de instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. Bursztyn e Chacon (2011, p. 32) admitem que a situação política e institucional na região semiárida do Nordeste não avançou o bastante para romper com o clientelismo, mas também indicam mudanças significativas:

[...] o acesso aos serviços básicos foi ampliado e hoje a maior parte da população conta com energia elétrica, por exemplo, mesmo no meio rural. Um dos fatores mais importantes que indicam mudanças substanciais no Nordeste, especialmente no semiárido, é o acesso à educação desde as primeiras séries até o ensino tecnológico e universitário. Este parece ser o grande divisor de águas entre o velho sertão e o novo.

O clientelismo — associação entre atores políticos para benefícios e concessões públicas, atendendo demandas de interesses específicos, utilizando-se de cargos, verbas, influência —, apesar das oscilações no decorrer da história brasileira, é uma característica política ainda muito presente e tem se aperfeiçoado usando a criatividade³¹, e o Estado cumpre papel relevante ao instituir cooperação entre governantes e atores políticos. Castro (1992)

³¹ Uma série de reportagens da Folha de São Paulo, denuncia o uso de recursos públicos, advindos de emendas parlamentares, usados como moeda de troca de voto e distorções na distribuição de equipamentos de acesso e armazenamento de água em cidades do semiárido nordestino. Um dos documentários, publicado em 15 de outubro de 2023, está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rh6z_ZhLcMo Acesso em: 23 out 2023.

compreende que esse tipo de relação é um elemento central para a “estrutura de poder na sociedade”. Para a autora,

[...] o centro do poder econômico não é, necessariamente, o centro de poder político; o recrutamento de elites na periferia é também importante na composição da elite dirigente; nem toda ação política redundava em desenvolvimentismo, ou seja, o desenvolvimento econômico e social, nos moldes propostos pelos países ocidentais, não é questão obrigatoriamente presente na pauta das decisões políticas; o processo de conservação do poder político regional desenvolve suas próprias regras, nem sempre articuladas com o poder econômico nacional; as elites regionais possuem seus próprios interesses, e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de preservá-los; e finalmente o exercício do poder pelo centro se faz também com o apoio de suas bases localizadas na periferia, e este apoio certamente não é gratuito (Castro, 1992, p. 18).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Governo “Lula” foi apresentada em 2003 e institucionalizada em 2004³², com suas ações direcionadas para políticas sociais que previam o lançamento do “Programa Fome Zero”. Ao detectar as desigualdades regionais em diferentes níveis de intervenção, a PNDR se permite elaborar propostas com as especificidades de cada mesorregião. Entre os grupos de microrregiões definidos a partir de variáveis como rendimento domiciliar médio, crescimento do PIB e *per capita* dos municípios, o Nordeste aparece entre o grupo de microrregião dinâmica e grupo das microrregiões de baixa renda, que associa aspectos como pobreza e debilidade econômica. Para o financiamento da PNDR foi proposta a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Todavia, este Fundo não obteve parecer favorável e a PNDR permaneceu dependente dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento, instituídos pela Constituição Federal de 1988 para as regiões Centro-Oeste, Norte, e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Segundo Colombo (2010, p. 298-299), essa foi uma das medidas “[...] para conter as desigualdades intrínsecas à federação brasileira [...]. Eles são compostos de 3% das receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), e sua criação objetivava a geração de emprego e renda para as regiões mais pobres [...]”.

O Art. 159/CF especifica o Semiárido³³ como prioridade e prevê que 50% dos recursos deste FNE financiem as atividades econômicas do território. O termo Semiárido, definido no

³² Em 2010 foi apresentada uma segunda versão desta política – “PNDR – Fase II” – com o balanço dos anos anteriores, além de propostas para o período 2011-2015.

³³ “Polígono das Secas”, “Semi-Árido”, “Semiárido” e “Nordeste” são termos e escritas encontradas na literatura para se referir também as áreas de clima seco de uma parte da divisão regional do Brasil, que até o início do século XX pertencia ao Norte. O termo “Polígono das Secas”, associado ao paradigma de Combate à Seca, deu lugar ao conceito técnico – e político – de “Semiárido brasileiro” só a partir dos anos 1980, e reflete um debate mundial sobre a relação sociedade e natureza. Após a Conferência Internacional das Nações Unidas para o Combate à Desertificação em Nairóbi, no Quênia, em 1977, convenções internacionais passaram a denominar a região de “Semiárido brasileiro”. E será incorporado oficialmente na agenda do Estado a partir da CF de 1988.

Art. 159 como região natural, é muitas vezes acionado nas disputas de diferentes atores sociais para se contrapor à perspectiva do Combate à Seca e legitimar um novo paradigma de desenvolvimento, notadamente a Convivência com o Semiárido³⁴. Então, a relação entre secas e poder faz parte da constituição sócio-histórica do Semiárido nordestino. Na obra de Albuquerque Junior, “A invenção do Nordeste” (2001, p. 68), o autor afirma:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. [...] O Nordeste é em grande medida, filho das secas; produto imagético- discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno [...]. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país.

No nosso entendimento, Região é uma construção histórica determinada por seus atores sociais e, portanto, representa as ideologias destes. Nesse sentido, pensar o Nordeste a partir da implementação de políticas públicas federais, também específicas, e área de atuação de instituições científicas, nos remete à ideia de um espaço físico-geográfico e político; rico em biodiversidade, plural, dinâmico e complexo, com povos, culturas e modos de vida, ao mesmo em que emerge e se consolida histórico e conceitualmente como resultado do forte regionalismo, marcado pela individualização em relação ao restante do país, por sua natureza e clima próprios, bem como de uma cultura particular. Porém, o regionalismo está ligado à mobilização de uma elite política e econômica local que se utiliza e reelabora elementos simbólicos e culturais, buscando definir uma identidade regional que diz respeito a um conjunto de interesses que ocultam as assimetrias intrarregionais. Araújo (1999, p.157) faz uma análise oportuna:

Na abordagem tradicional da política regionais brasileiras, a dimensão regional era sempre tratada subsidiariamente (dada a predominância de políticas de corte setorial-nacional e a hegemonia de uma macrorregião: o Sudeste) e o regional era visto sempre como PROBLEMA (questão regional). Tanto que as políticas regionais eram voltadas para as regiões periféricas, de menor dinamismo e de maior pobreza. O discurso regionalista das regiões menos desenvolvidas era marcado pela reivindicação de ‘tratamento diferenciado’, do que tiravam proveito as elites conservadoras dessas regiões. Nos dias atuais, a quebra do comando hegemônico do Sudeste pela maior abertura a articulações internacionais, os diversos fatores que estimulam a desconcentração das bases produtivas (fortalecendo especializações regionais dispersas no território e geradoras de focos dinâmicos mesmo em antigas áreas tidas apenas como região problema) e a descentralização de políticas públicas são elementos que criam OPORTUNIDADE para mudar a abordagem e fundar uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. [...] é mais que nunca oportuno superar as ‘choradeiras’ regionalistas de um lado e as posturas discriminatórias de outro para pensar e agir no Brasil HETEROGÊNEO e

³⁴ Podemos encontrar em alguns estudos, do ponto de vista político, como no de Meneses (2018), a ideia de “convivência com as secas” como sinônimo de “convivência com o semiárido”.

DIVERSIFICADO. Para tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação interna das diversas macrorregiões do País.

Destacamos que a delimitação espacial do Semiárido brasileiro é uma ferramenta de acesso a recursos e políticas públicas. Realizada pela Sudene a cada 10 anos, sua última atualização foi em 2017 (Tabela 1; Figura 2). Corresponde a 12% do território nacional, 93% da região Nordeste (1.171 municípios) e 7% no Sudeste (91 municípios). Possui uma variedade de paisagens e ambientes: bioma Caatinga (852.321 km² - 75%); parte dos biomas Cerrado (201.847 km² - 18%) e Mata Atlântica (76.219 km² - 7%). Em comparação às outras regiões semiáridas do mundo, é considerado o mais povoado. De cerca de 28 milhões de habitantes, 62% na área urbana e 38% na área rural (Sudene, 2019).

Tabela 1. Número de municípios, extensão territorial e número de habitantes do Semiárido brasileiro.

Estados	Nº de municípios no semiárido	Extensão territorial (Km ²)	Nº de Habitantes
Alagoas	38	12.646	962.641
Bahia	278	445.613	7.675.656
Ceará	175	146.945	5.827.192
Paraíba	194	51.335	2.498.117
Maranhão	2	3.547	213.693
Minas Gerais	91	121.215	1.492.198
Pernambuco	123	86.145	3.993.975
Piauí	185	200.301	2.805.394
Rio Grande do Norte	147	49.098	1.922.440
Sergipe	29	11.106	478.935
TOTAL	1.262	1.127.953	27.870.241

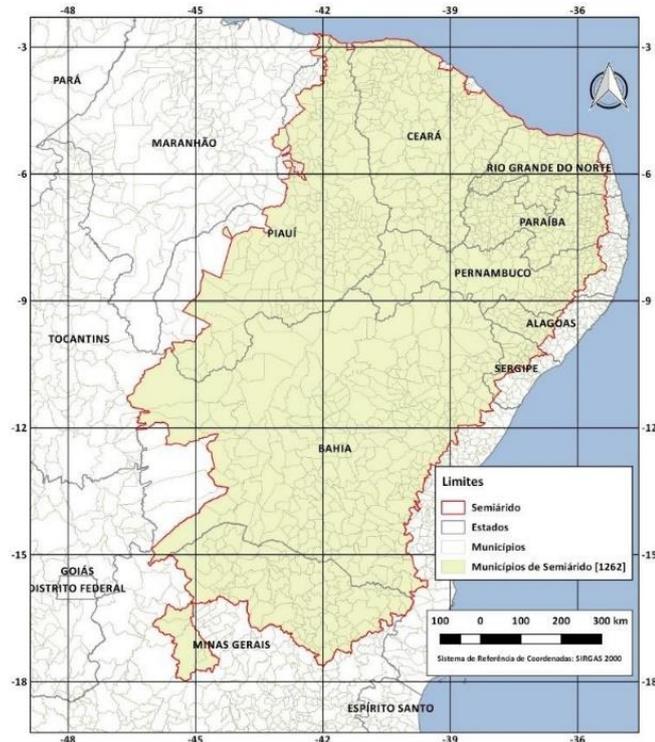
Fonte: Elaboração própria, a partir da Resolução MIN nº 115/2017; INSA (2017).

Adicionalmente, cerca de 82% dos solos são de baixo potencial produtivo (fertilidade e profundidade), e 70% está localizado em solo cristalino, além de características climáticas com irregularidade das chuvas no tempo e no espaço e altas taxas de evapotranspiração³⁵ (Sudene, 2019) que marcaram vários períodos de seca registrados desde o século XVI³⁶, os mais frequentes a partir da ocupação gradativa das terras do interior do sertão.

³⁵ Apresenta precipitação anual máxima de 800 mm; temperaturas médias entre 23 e 27° C; insolação média de 2.800 horas/ano; evaporação média de 2.000 mm/ano; e umidade relativa do ar média em torno de 50 % (Sudene, 2019).

³⁶ Para conhecimento de registros de secas do século XVI ao XXI ver Lima e Magalhães (2018).

Figura 2. Mapa atualizado da região semiárida do Brasil com destaques dos limites.



Fonte: Elaboração própria, a partir da Resolução MIN nº 115/2017; Insa (2017).

Não por acaso, existiam planos específicos para execução da PNDR. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE), foi elaborado naquele momento pela Adene e pelo Ministério da Integração Nacional, constando problemas sociais, econômicos, ambientais, científicos e tecnológicos e, dentre as prioridades do Governo, a (re)criação da (ou nova) Sudene, a implementação do projeto do Rio São Francisco e a ferrovia transnordestina. No tocante às sub-regiões, o Semiárido foi considerado prioritário em função do alto índice de pobreza. Portanto, havia o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver). O desenvolvimento regional estava canalizado em três vertentes:

- a funcionalidade e aderência da política de desenvolvimento regional ao projeto de país que se pretende para o Brasil, percebendo que os problemas regionais estão presentes em todas as macrorregiões, apesar da gravidade no Norte e no Nordeste;
- o entendimento de que a política de desenvolvimento regional deve ter um escopo seletivo, ocupando-se tão somente de elementos estratégicos, capazes de alavancar transformações sustentáveis para a população regional; e
- a consideração do território enquanto *locus* da atuação e sobrevivência dos atores sociais, implicando na necessidade de articulação de múltiplas escalas espaciais e retirando a atenção exclusiva à escala macrorregional até então adotada (MIN-PDNE, 2006, p. 6-7).

Os desafios específicos para a área de ciência e tecnologia apontados pelo PDNE eram

os seguintes: a) “[...] reduzida capacidade da região na geração, absorção e difusão de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos”, neste caso o desafio estava em ampliar e consolidar essa capacidade; b) “[...] desarticulação entre o sistema de geração e o setor produtivo”, e o desafio estava em promover essa articulação; c) “[...] existência de grande defasagem tecnológica em importantes segmentos produtivos da região”; e d) a “[...] presença de problemas específicos da região, como a sustentabilidade do desenvolvimento do semi-árido e outras sub-regiões nordestinas, cuja solução passa pela geração e difusão de tecnologia” (MIN-PDNE, 2006, p. 44).

Nessa direção, o entendimento era de que, apesar do desafio de “desarticulação entre o sistema de geração e o setor produtivo”, existe uma competência instalada. Em termos de oportunidades para a CT, foi destacado o potencial existente no sistema de produção nessa área, principalmente em termos de “recursos humanos” e em algumas áreas instalações e equipamentos; “[...] do total de doutores (número de doutores pesquisadores cadastrados, segundo os totais de cada região) em 2004 no Brasil, cerca de 13,9% estavam no Nordeste, enquanto o Sudeste registrava 55,5%, o Sul 20,5%, o Centro-Oeste 6,9% e o Norte 3,2%” (MIN-PDNE, 2006, p. 67). Outras oportunidades referem-se à crescente consciência dos setores (público e privado) para a importância da CT, à existência de centros de pesquisa avançado — a exemplo da Embrapa — e, por fim, aos fundos setoriais de financiamento em CT, que são recursos estáveis com fins específicos e parcela destinada por lei para ampliação da Pesquisa e Desenvolvimento na região, entretanto, o Nordeste não estava conseguindo gerar projetos suficientes para essa aplicação.

“Em muitas áreas do País, atores locais têm se articulado para pensar e propor estratégias de desenvolvimento local e regional. Planos estratégicos municipais e regionais têm se tornado cada vez mais frequentes” (Araújo, 1999 p. 153). No Nordeste isso também se manifesta no debate envolvendo diferentes atores sociais, com destaque para os movimentos e organizações sociais, em torno de uma nova perspectiva de desenvolvimento para o Semiárido brasileiro. E isso vai refletir, igualmente, na redação do PDSA, documento considerado pelos seus elaboradores como o primeiro plano específico para a região semiárida, que reconheceu e tomou como referência os trabalhos da Articulação do Semiárido Brasileiro (Asa) — uma rede que une mais de três mil entidades da sociedade civil atuantes na região —, além de ter incorporado outra importante novidade, a da “[...] Sustentabilidade Compartida [...]. Isso porque as ações orientadas por esse conceito são entendidas como um compromisso da Nação para com a sustentação das atividades humanas nessa região, pensadas na perspectiva de um processo que

não pode estar restrito aos seus limites geográficos” (MIN-PDSA, 2005, p. 3). Assume o compromisso com a sustentabilidade e a cidadania, como bases para viabilizar a “[...] convivência com as secas e a semi-aridez”. Mais à frente abordamos este novo paradigma da Convivência com o Semiárido, com intuito de compreender o debate atual e os desafios postos à sua materialização, sobretudo para instituições que se propõem a um mandato pautado no desenvolvimento de base regional, tendo este paradigma como fundamento — como é caso do Insa.

Tanto o PDNE quanto o PDSA estão orientados pela PNDR, contudo, o PDSA acabou se transformando apenas em um documento com recomendações. Apesar disso, o Governo Federal estabeleceu uma cooperação com a Asa-Brasil para execução de uma política pública voltada à segurança hídrica e alimentar — a partir do “Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)” e do “Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)” —, com a construção de cisternas de placas para captação e armazenamento de água da chuva, uma alternativa que visa assegurar o acesso à água de beber às populações das áreas rurais do Semiárido brasileiro. Até novembro de 2015, por exemplo, diversas tecnologias sociais haviam sido implementadas, além da construção de centenas de cisternas, em escolas e residências, para consumo humano e cisternas para produção (barragens subterrâneas, barreiras/trincheiras, cisternas calçadão, tanques de pedra, barraginhas, cisternas enxurradas), atendendo 91.609 famílias (Brasil, 20--, citado por Favero; Santos, 2016, p. 49).

No âmbito da política de educação, ciência e tecnologia, ao longo do Governo “Lula”, no contexto dessa PNDR, destacamos a ampliação e o fortalecimento das instituições. Partindo da compreensão da importância dessas áreas para o desenvolvimento socioeconômico do país e para superar as desigualdades regionais, foram feitos investimentos com vistas à interiorização do ensino superior, contemplando municípios de menor porte, iniciativa que contribuiu para facilitar o acesso da população, promover a inclusão através do ensino superior e dinamizar os territórios. De acordo com Bacelar e Favareto (2020, p. 13), essa “[...] expansão das estruturas universitárias criou um novo ativo nas cidades médias de áreas rurais e interioranas”. Um avanço extremamente importante para a região, ressaltado anteriormente por Bursztyn e Chacon (2011). Historicamente, essas instituições estavam concentradas nas capitais.

Ressaltamos que as primeiras Universidades Federais (Ufs) do Nordeste foram criadas em 1946, quais sejam, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ambas incorporaram um conjunto de escolas de nível superior já existentes, entre elas a Faculdade de Direito de Recife, fundada em 1827, e a Escola de Cirurgia da Bahia,

fundada em 1808. Na mesma lógica, foram surgindo as demais UFs na região, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Já entre os Institutos Federais (IFs), o mais antigo é o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), que data de 1909.

Pelo que constatamos, o estado de Pernambuco também lidera o pioneirismo na criação da primeira Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco (Secti, 1988) e primeira Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe, 1989) do Nordeste, ambas durante o segundo mandato do governador Miguel Arraes³⁷ (PMDB) (1986-1989). A Facepe, segundo Rezende (2010, p. 164), foi “[...] pioneira no país na política de destinar parte de seus recursos para induzir projetos em áreas estratégicas, como informática, energia, saúde, agropecuária e outras, sem deixar de apoiar projetos de boa qualidade na demanda espontânea dos grupos de pesquisa”. Revelou, ainda, que em 1998 o número de pesquisadores e cursos de pós-graduação no estado de Pernambuco correspondia aos do Ceará e da Bahia juntos. Sérgio Rezende³⁸, também ex-ministro do MCTI (2005-2010), ao falar sobre Arraes disse:

[...] ele tem a visão clara de que o desenvolvimento econômico sustentável só pode ser alcançado com a conscientização política da maioria da população, e com ações que promovam sua inserção econômica na sociedade. E, como Celso Furtado, acredita que o Brasil só fará a transição para o time dos países avançados quando o conhecimento e a inteligência de nossos técnicos e pesquisadores forem aproveitados para encontrar caminhos de desenvolvimento mais consistente e soberano (Rezende, 2010, p. 165).

Considerando a relevância das instituições federais de ensino, pesquisa e extensão no

³⁷ Miguel Arraes de Alencar, advogado, economista e político, nasceu no Ceará, em 1916, em Araripe, filho de produtores rurais. Faleceu em 2005, no Recife. Foi prefeito dessa cidade (1960-1963) e por três vezes governador de Pernambuco (1995-1999/1987-1990/1963-1964). Fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual foi presidente. Preso pela Ditadura Militar em 1964 e libertado em 1965, exilou-se na Argélia, retornando ao Brasil em 1979. Criou o Boletim Frente Brasileira de Informações, cujas publicações contavam com a contribuição de Paulo Freire e Celso Furtado, onde denunciava desmandos da Ditadura Militar. Aliado do presidente Lula. Faleceu em 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/65511/biografia> Acesso em: jun. 2022.

³⁸ Sérgio Machado Rezende, é do Rio de Janeiro. Engenheiro eletrônico pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), mestre e doutor pelo *Massachusetts Institute of Technology/Cambridge*, Estados Unidos. Foi professor da PUC/RJ e da Unicamp; desde 1972, é professor titular do Departamento de Física da UFPE. Filiado ao PSB. Ocupou o cargo de primeiro diretor científico da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), iniciando sua carreira política em 1986, durante o segundo governo Miguel Arraes. Foi responsável pela proposta para o setor de ciência e tecnologia para este governo. À época, assessorou a secretária de Planejamento do estado de Pernambuco, Tânia Bacelar de Araújo (UFPE). Também foi secretário de CT e Meio Ambiente de Pernambuco, durante o terceiro governo de Miguel Arraes (1995-1998), quando teve contato com Eduardo Campos (PSB). Entre 2001-2002 foi Secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda, durante a gestão da prefeita Luciana Santos (PCdoB), deixando o cargo em 2003 para assumir a presidência da Finep, e em 2005 assumiu o MCTI. É membro de várias entidades ligadas à ciência, como a Associação Brasileira de Ciências (ABC), somando-se à sua biografia vários prêmios e honrarias. Um dos coordenadores da Comissão Científica de combate à pandemia da Covid-19, iniciativa do Consórcio Nordeste, que o concedeu a Comenda Celso Furtado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-sergio>. Acesso em jun. 2022.

desenvolvimento científico e tecnológico, realizamos nos meses de outubro e novembro de 2022, um levantamento do número de *campus* existentes no Nordeste e no Semiárido nordestino; são 283 polos em funcionamento, entre UFs e IFs, sendo que mais da metade destes está situada na região semiárida — ou seja, 161 unidades. Destas, mais de 70% são IFs e estão assim distribuídos na porção semiárida dos estados: Bahia (37), Ceará (33), Maranhão (29), Rio Grande do Norte (21), Paraíba (20), Piauí (20), Alagoas (16), Pernambuco (16) e Sergipe (10) (Figura 3). Foi nesse cenário de investimentos na região que o Governo Federal inaugurou o Insa e o Cetene. Esses dados mostram o cenário de mudança relevante no Semiárido, território específico de atuação do Instituto Nacional do Semiárido (Insa) e que se soma a esse conjunto de instituições para responder aos desafios deste território.

Além dessas UPs, dos novos *campi* das UFs e IFs, do retorno da Sudene, outra iniciativa que merece registro foi a instalação da Representação Regional do MCTI (ReNE), em 2006, instituída por meio do Decreto nº 5.886 de 06/09/2006³⁹. Em 2010, através da Portaria MCT nº 696 de 03/09/2010, cria-se o Conselho Consultivo, constituído por representações de diversas instituições públicas, privadas, da sociedade civil, bem como de colegiados do poder legislativo. Não conseguimos identificar se ou como houve discussões acerca da origem da ReNE. Conforme Regimento Interno aprovado via Portaria nº 877 de 23/11/2006, tinha a seguinte missão institucional:

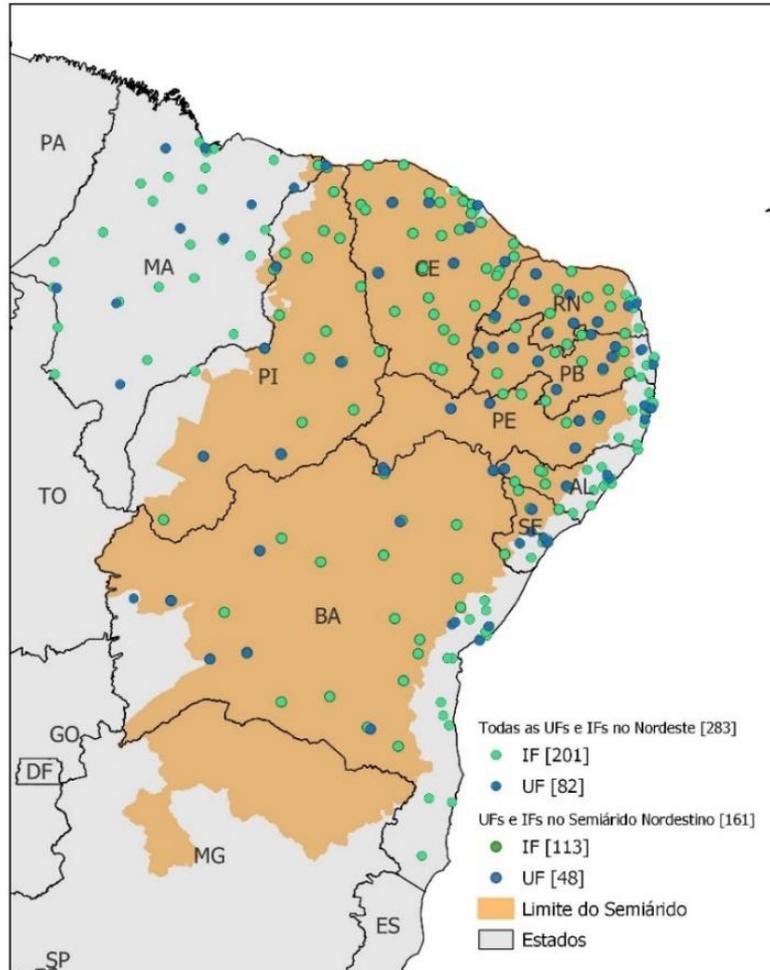
participar ativamente do desenvolvimento e modernização do país, atuando como núcleo indutor de novas tecnologias de caráter estratégico que permitam promover o progresso e o avanço tecnológico voltados para o desenvolvimento social/econômico/ambientalmente sustentados e a melhoria de qualidade de vida da região Nordeste.

Das quatro instituições citadas, excetuando-se o Insa, as demais (Cetene, ReNE e Sudene) estão situadas no Recife (PE). Esse aspecto é interessante não apenas para pensar em termos da concentração intrarregional, mas também sobre a força política do estado de Pernambuco, particularmente no âmbito do MCTI, que, no período analisado, será comandado pelo PSB, partido presidido por Miguel Arraes, e isso vai influenciar nos rumos do Insa, como veremos no próximo capítulo. Carvalho (2014, p. 1) faz reflexão interessante, ao afirmar que as “[...] iniciativas de desenvolvimento regional hoje postas em prática no Brasil contam com

³⁹ O mesmo Decreto aprovou a criação da Representação Regional no Sudeste, conforme DOU Seção 1, página 7, nº 173, 08 de setembro de 2006. A ReNE foi instalada em Pernambuco, em área cedida pela UFPE à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), de acordo com a Portaria MCT nº 922 de 07/12/2006, numa área de 8 hectares e que passou a ser denominada “Campus Tecnológico Regional do Ministério de Ciência e Tecnologia para o Nordeste (Campus MCT-NE)”, administrado por esta Representação.

pouco suporte institucional. Isto porque as instituições de desenvolvimento regional e sub-regional vêm perdendo respaldo político”.

Figura 3. Localização das UFs e IFs no Nordeste e Semiárido nordestino.



Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis nos sítios eletrônicos das UFs e IFs.

Uma análise extremamente valiosa para se pensar em perspectivas para o desenvolvimento regional do Nordeste é feita Bacelar e Favareto (2020). Diante do avanço da pandemia iniciada em 2020, estes autores destacam que o “[...] Consórcio Nordeste” resgata a “articulação regional, valorizando os elementos identitários existentes em escala macrorregional [...] e apostando na coordenação estratégica e no compartilhamento de iniciativas”. Além da criação de um Comitê Científico que articulou competências científicas em escala regional e mundial para “iluminar as decisões dos governadores”. O “Consórcio Nordeste”, criado em 2019, inova ao buscar recuperar o vigor das relações intergovernamentais da região. Mudança e expansão da base econômica, industrial, agropecuária e educacional são alguns aspectos analisados por Tânia Bacelar para mostrar que o “[...] Nordeste mudou muito

nas últimas décadas. E precisa ser revisitado” (Araújo, 2021). Por exemplo, a autora destaca que:

No momento presente, quando a seca e a crise energética marcam a conjuntura nacional, o endereço do problema é o Sudeste/Sul. E é do Nordeste que vem a energia que ajuda a enfrentar a situação. De região pobre na oferta de energia, o Nordeste engata na era das energias renováveis e se torna exportador desse insumo estratégico, tendo potencial para muito mais (Araújo, 2021).

Em adição, cabe dizer que a pandemia da Covid-19, combinada a uma crise econômica e política profunda, resultou em tragédia no Brasil, com mais de 700 mil pessoas que perderam a vida, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e regionais, além de graves retrocessos — como o aumento da fome, da pobreza e do desemprego. Isso aconteceu em um contexto de negacionismo científico, desinformação e constantes ataques à ciência e aos governadores do Nordeste durante o Governo de Jair Bolsonaro (PL). Ao mesmo tempo, gerou debates e ações importantes que escancararam não só as fragilidades em termos de Ciência, Tecnologia e Inovações (CTI) no Brasil, e nele o Nordeste, mas também as possibilidades que, a nosso ver, têm relação direta com avanços do desenvolvimento da área nas últimas décadas nesta região. “O Nordeste não é mais o de Furtado”, pois possui uma “base de universidade, tem uma base de grupo de pesquisa [...]”⁴⁰. Nesse sentido, é mais uma vez “[...] o Nordeste inovando institucionalmente”, assim como foi uma inovação a criação da Sudene com seu Conselho Deliberativo, uma nova instância de “articulação interfederativa”, coisa que o Brasil, uma federação, tem dificuldade de fazer. A lógica desse Consórcio é “antagônica a guerra fiscal”, é a da “cooperação”, de “compartilhar projetos comuns”, mas que precisa se perguntar “quais são os projetos que unem o Nordeste”. Certamente o Consórcio Nordeste encara o desafio de condições adversas a essa cooperação regional envolvendo visões e interesses entre os governadores. Esse é um tema de pesquisa importante que merece ser explorado nas Ciências Sociais.

2.2.1 (Con)viver com/no Semiárido brasileiro

Na observação do tema “Convivência com o Semiárido”, Morais (2015) afirma que esse conceito está ultrapassado, uma vez que já reconhecemos e aprendemos a conviver. É preciso progredir para um outro patamar, um novo conceito e uma nova proposta de desenvolvimento

⁴⁰ Os trechos entre aspas, citados neste parágrafo, foram retirados da palestra *A economista Tania Bacelar sobre o Consórcio Nordeste*, realizada pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia, em 31/05/2020, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBgCBjdev8> Acesso em: 12 jul. 2023.

regional. “Conviver com as secas”, “adaptação ao clima” ou Convivência com o Semiárido”, são termos que no geral representam uma ideia nada recente, mas que traz alguns elementos novos e alguns desafios. Na primeira entrevista de Celso Furtado à imprensa, em 1959⁴¹, ele já afirmava ser a seca “[...] um traço fundamental do Nordeste” e a necessidade de “criar uma economia adaptada à região e, portanto, à seca” (sic). Ademais, a política de açudagem auxiliou a pecuária, atividade econômica dos proprietários de terras, e “[...] pouco afetou a oferta de alimentos da região”, fator que atingia diretamente a massa da população. Furtado disse ainda: “Precisamos tornar a atividade agropecuária da região mais resistente à seca, reformular a política de aproveitamento das águas e solos e orientar, para novas zonas de colonização, os excedentes demográficos da região”. A seca era um elemento da calamidade social na região, mas não a causa central. Josué de Castro, sinalizou ainda nos anos 1960, que a explicação para a fome se dava pelas condições socioeconômicas, não pelas condições climáticas. Outro intelectual de destaque, José Guimarães Duque, anunciou em uma de suas obras, *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*, que não se combate à seca, mas se prepara as pessoas para viver e tirar vantagem da semiaridez. Ele disse: “[...] apresentaremos um aspecto da agricultura nordestina ainda muito desprezado; aquele das lavouras xerófilas, ou seja, a aceitação da semiaridez como vantagem” (Duque, p. 2004, p. 12). Essas ideias circulam entre diferentes grupos com interesses distintos. A propósito, essa posição de Guimarães Duque da “semiaridez como vantagem” será assumida na primeira missão do Insa, elaborada em 2008.

No contexto do debate sobre desenvolvimento sustentável e de denúncia do discurso de Combate às Secas, se construiu o paradigma da “Convivência com o Semiárido”, que se consolidou no final dos anos 1990 e se institucionalizou nos anos 2000. A partir dos anos 1970, o discurso desenvolvimentista apresentou limites, revelando-se numa crise para além da economia, também social, ético-cultural e ambiental. O conceito de desenvolvimento (sustentável) foi difundido pelo “Relatório Brundtland”, publicado em 1987, com título “Nosso Futuro Comum”, e pelos trabalhos do economista Ignacy Sachs, autor da noção de Ecodesenvolvimento, que diferente do conceito utilizado pelo referido Relatório, trazendo potencial crítico e transformador. Enquanto isso, no Brasil, a Constituição Federal de 1988, aprovada depois de um período áureo dos incentivos governamentais, de um pacto autoritário durante os governos militares e de modernização conservadora, foi considerada um grande

⁴¹ Entrevista concedida ao Jornal Correio, no dia 13 de janeiro de 1959, com matéria intitulada “Plano de ação para o Nordeste”. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Celso%20Furtado&pagfis=101243
Acesso em: 10 nov. 2022.

marco na definição de um novo pacto social, sustentada em pilares como a ampliação de direitos políticos articulados a expansão dos direitos sociais, do bem-estar da população e da democratização.

Nesse contexto de redemocratização do país, de questionamentos ao modelo de desenvolvimento e da ciência moderna hegemônica, novos atores sociais passaram a reivindicar um novo paradigma de desenvolvimento regional para o Semiárido. Na prática, os investimentos e as iniciativas do Governo Federal ao longo do século XX não foram capazes de eliminar problemas básicos relacionados à pobreza, bem como se agravavam problemas como a degradação ambiental e a desertificação na região, aliás, questão bastante atual.

Assim sendo, *para quê e para quem serviu e serve a ciência no tocante à mitigação das mazelas sociais que maculam o Semiárido nordestino?* A emergência dos movimentos sociais, dentre os quais o ambientalista, contribuiu para o repensar acadêmico de conceitos e formas de exploração da riqueza natural e suas implicações na sociedade. A região Nordeste acumulou um conjunto amplo de conhecimentos técnicos científicos e experiências institucionais em diferentes áreas e setores. Surgem novas organizações da sociedade civil, construindo regionalmente uma rede de atores que vão protagonizar novas coalizões, disputas de narrativas e políticas públicas de desenvolvimento regional.

No início dos anos 1980, a Embrapa, junto com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), publica uma proposta de ação intitulada “Convivência do Homem com a Seca: implantação de sistemas de exploração de propriedades agrícolas”. É importante lembrar que no século XXI emergiram diferentes fóruns de debates para pensar o Semiárido, dentre eles os fóruns científicos⁴², questionando a produção de conhecimento e as ações baseadas no combate às condições climáticas, que vão contribuir para dar origem a novas instituições. Duque (2008) afirma que durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), realizada pela ONU em 1999, no Recife/PE, organizações da sociedade civil promoveram, paralelamente, um Fórum que concebeu a rede ASA-Brasil⁴³, e este apresentou documento intitulado “Declaração do Semiárido”, inaugurando o “paradigma da Convivência com o Semiárido”. Essa Declaração é considerada pelos seus elaboradores uma ruptura com a lógica de Combate à Seca e aponta medidas estruturantes, políticas e práticas de

⁴² O fórum científico agrega “pesquisadores que estudam possibilidades para o enfrentamento da seca ou alternativas climáticas e sociais para o semiárido” (Amorim; Grisa, 2018, p. 44).

⁴³ Inicialmente formada por 700 entidades entre sindicatos, cooperativas, igrejas, Ong’s e associações, de diferentes partes do semiárido. Essa coalizão foi resultado de um processo que teve origem em 1993, quando trabalhadores rurais do Nordeste ocuparam a Sudene exigindo medidas diante de mais uma seca. Congrega atualmente cerca de 3 mil organizações da sociedade civil atuantes no semiárido brasileiro.

convivência para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro. Apresentou a criação de um Programa para construir um milhão de cisternas na região e defendeu o protagonismo da “[...] sociedade civil organizada na construção de alternativas aos antigos modelos de desenvolvimento propostos para o Nordeste” (Cunha; Paulino, 2014, p. 36).

Ainda de acordo com esses autores, o protagonismo da sociedade civil organizada também foi reforçado na “Declaração da Caatinga”, elaborada em 2012, durante realização da Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga. Medeiros (2019, p. 32) afirma que esta Rede de atores sociais se apropriou do termo “Semiárido” dando sentido a outro paradigma Convivência com o Semiárido — “[...] baseado na reciprocidade socioambiental, que **não resiste às**, mas **coexiste com** as outras sociedades que compõem o mundo” (grifos da autora). Os processos de legitimação deste paradigma se fazem com um esforço de cientificização que, representado “[...] estatisticamente, quantificam as ocorrências das estiagens, traçam trajetórias de sua recorrência, identificam as populações afetadas, designam prejuízos econômicos, ambientais e sociais” (Moreira Neto, 2013, p. 136). Isto é, a mesma ciência, criticada por subsidiar a lógica de Combate à Seca, é acionada para legitimar o paradigma da Convivência com o Semiárido. “A ideia de ‘combate à seca’ foi sendo transformada na ideia- movimento da ‘convivência com o semiárido’” (Rocha; Oliveira; Almeida, 2016, p. 23), a partir de debates sobre os problemas e potencialidades regionais envolvendo diferentes atores sociais.

Nessa direção, foram introduzidas novas referências no debate e ações públicas de desenvolvimento da região e, segundo Moreira Neto (2013, p. 136), a convivência com o semiárido “[...] como discurso instituído e instituidor de práticas e dizeres sobre esse espaço”, ganha força em torno da articulação de diferentes projetos acadêmicos, culturais, sociais, políticos e de produção da vida. A Convivência com o Semiárido é posta como única possibilidade de produzir desenvolvimento sustentável na região, contudo, transformar uma premissa em imperativo pode levar à exclusão de outras possibilidades de apreender conhecimentos.

Por outro lado, Moreira Neto (2013) também assinala que o discurso da convivência possui enunciados religiosos que mobilizam e apoiam relações de poder de caráter pastoral, situando os camponeses no lugar do não saber. Partindo desse entendimento, o discurso ecológico e as práticas educativas, operados pelo desenvolvimento sustentável — e, por conseguinte, pelo paradigma da Convivência com o Semiárido —, reproduzem, ao mesmo tempo em que reforçam certo conformismo dos habitantes do Semiárido em aceitar saberes,

tecnologias e procedimentos ajustados à convivência harmônica e de adaptação a este espaço e suas adversidades. O movimento em torno da adesão ao paradigma da Convivência com o Semiárido por parte de diferentes setores da sociedade remodelou discursos e iniciativas promovidas por atores sociais e instituições públicas e privadas, incluindo temas e o estímulo às práticas agroecológicas, à produção orgânica, à agricultura familiar, às tecnologias sociais de combate à desertificação e às mudanças climáticas, de preservação da natureza, de participação política etc.

Para citar algumas iniciativas: “Incentivo à utilização de tecnologias de convivência com a seca”, do Banco do Nordeste; o Programa “Viver Bem no Semiárido”, realizado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); “Projetos de Práticas agrícolas de convivência com o semiárido”, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Cunha; Paulino, 2014, p. 50). Nesse rol de iniciativas, existem as que estão relacionadas à educação contextualizada, o que inclui capacitações e especializações promovidas por universidades públicas, a exemplo do Curso de Especialização “Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido”, realizado numa parceria entre UFPB e Insa e financiado pelo CNPq, através do Edital 26/2012. Citamos ainda o “Projeto Sistemas Agrícolas Familiares Resilientes a Eventos Ambientais extremos no Contexto do Semiárido Brasileiro: alternativas para enfrentamento aos processos de desertificação e mudanças climáticas”, realizado numa parceria entre Insa e Asa-Brasil, que visa entender as estratégias de convivência com o semiárido utilizadas pelas famílias para continuar produzindo em períodos de estiagem prolongada. Para isso, realizam estudos socioeconômicos e ecológicos nas unidades agro familiares.

Do ponto de vista da produção de conhecimentos, entre os anos de 2010 e 2020, os estudos que tratam do paradigma da Convivência com o Semiárido nas áreas de ciências sociais e humanas, disponíveis no portal de periódicos da Capes, abordaram o tema a partir de alguns elementos, como impactos ambientais e recursos naturais, associativismo e cooperativismo, assistência técnica, educação do campo/contextualizada/ambiental, fóruns e comissões de debates, análise de plano municipal, percepção sobre semiárido, pobreza, sustentabilidade e agroecologia, uso e reuso de água, tecnologias sociais e políticas públicas. Os três últimos temas são os mais abordados, muitas vezes estabelecendo relações entre si⁴⁴. O que chama a atenção na maior parte dos estudos é o esforço de legitimação do referido paradigma, para o quê os

⁴⁴ Realizamos esse levantamento entre agosto e setembro de 2020 no Periódicos da Capes, utilizando os seguintes descritores: “convivência com o semiárido”, “convivência com semiárido” e “convivência com as secas”. O levantamento resultou na seleção de 61 artigos, que após leitura dos resumos foram selecionados e categorizados

autores e autoras acionaram os mesmos referenciais que circulam nos debates entre os diferentes atores sociais alinhados à perspectiva dos movimentos sociais e entidades vinculadas à Asa-Brasil⁴⁵.

No conjunto de 57 artigos selecionados no intervalo temporal citado, predominam publicações na área da Geografia e apenas 3 deles analisam a Convivência com o Semiárido numa perspectiva crítica — todos no campo das Ciências Sociais. Compartilhamos da visão sobre a relevância dos estudos sobre o tema e dos impactos positivos de ações e iniciativas do Estado, da sociedade civil ou aquelas resultantes de parcerias que conformam uma governança. Por isso mesmo, nossa intenção em compreender o debate atual sobre a Convivência com o Semiárido, particularmente nas produções no âmbito acadêmico, observando mudanças produzidas e como a ciência é mobilizada para legitimá-lo. Mas também consideramos importante entender os questionamentos a este paradigma. Se por um lado há estudos que tentam unificar o sentido da Convivência com o Semiárido, promovendo ruptura com o paradigma do Combate à Seca, e se apresenta como uma nova proposta transformadora, um projeto civilizatório (Malvezzi, 2007; Silva, 2007), por outro, há análises recentes que buscam se distanciar de uma ideia harmônica e aportam elementos históricos, políticos e sociais para compreender as contradições em torno do tema (Moreira Neto, 2013; Meneses, 2018; Favero, Santos, 2016; Sieber, Gomes, 2018; Paulino, Cunha, 2014).

No sentido de observar questionamentos e contradições, levantamos alguns aspectos que se conectam, tomando como referência esses autores. Um primeiro aspecto é que na esteira dessa proposta de Convivência com o Semiárido, o que notamos é a existência de diferentes projetos que ora se conectam em algum ponto, ora se distanciam completamente, denotando contradições, disputas de ideias, “[...] para impor e definir uma mudança na percepção social sobre as secas” (Meneses, 2018, p. 22). A princípio, essa ampla adesão por parte de diferentes grupos não se apresenta como problema. Mas, como se comportam esses diferentes grupos sociais, com interesses também distintos, nesse novo paradigma? Os processos históricos de desenvolvimento do Brasil e do Nordeste conformaram e reproduziram por séculos estruturas socioeconômicas, políticas e culturais desiguais e concentradoras, em benefício de uma elite agrária e econômica que constituiu, nas margens dessa formação territorial, não só os bolsões de pobreza e miséria, mas também o bloqueio do acesso das populações do campo aos direitos

⁴⁵ Entre os autores mais citados destacam-se nessa ordem: membros da Asa-Brasil; Roberto Malvezzi; Roberto Marinho; Luzinete Dourado Carvalho; Ghislaine Duque; e pesquisadores/publicações do Insa (com destaque para Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro).

sociais.

Partimos do pressuposto de que valores, crenças, práticas e ideologias instituídas e partilhadas neste paradigma são subvertidas em domínios diversos. No dizer e no fazer de diferentes atores e grupos sociais a Convivência com o Semiárido caiu no lugar comum, que vai ser potencializado quando articulado com o termo desenvolvimento (e sua atual adjetivação e adequação — sustentável), mas não há alterações estruturais na lógica de desenvolvimento/capitalismo; relações de produção e consumo, apropriação de riquezas, relações de dominação da natureza, do saber, do ser e do poder. Assim, parece apontar contradições e conflitos à medida que podem ser ajustadas ou atender a diversos interesses e propósitos, esvaziando o sentido e a capacidade de efetividade de uma transformação social de caráter emancipatório e questionador das estruturas.

Meneses (2018) demonstrou que a ideia de convivência com o semiárido norteia os interesses de diferentes grupos: o primeiro, formado por Ongs, Asa-Brasil, movimentos sociais e pastorais, que fazem a defesa da pequena propriedade familiar, da mulher “agricultora experimentadora”, da agroecologia e da pequena pecuária como a vocação para o semiárido; o segundo, composto por grandes proprietários, entidades de classe e elites pecuaristas, cujo discurso está pautado na defesa da grande propriedade, no patriarcado e na pecuária como mais adaptada ao semiárido. Ao comparar estes discursos, o autor assinala que, apesar das divergências entre os grupos, há convergências que aproximam seus projetos políticos: o semiárido com vocação rural, com isto a área urbana, mais habitada, não ganha importância política, assim sendo, há afinidade na posição contra a transposição do Rio São Francisco. Além disso, há uma defesa regionalista da caprinocultura, a qual mesmo setores não conservadores, como os movimentos sociais, não questionam.

Ainda com base nesse autor, a Convivência com o Semiárido defendida por grandes proprietários possibilitou uma ressignificação da pecuária e da propriedade como estratégia de manutenção do poder político e econômico local, assim como o lugar de elite; a caprinocultura hoje defendida por boa parte dessa elite pecuarista como “vocação natural” do Semiárido, antes era chamada de “miunça”⁴⁶, por estar associada as famílias mais pobres. As propriedades desse grupo são transformadas em “museus” e “fazendas modelo”, como “verdadeiros” cenários de demonstração da Convivência com o Semiárido. Além disso, participam do debate público

⁴⁶ Animais de pequeno porte. Na agricultura familiar, o uso do termo tem sentido econômico e de laços de reciprocidade. Do ponto de vista de relações de gênero, a criação de miunça fica sob a responsabilidade da mulher, mas também dos filhos e, ocasionalmente, pelo homem.

influenciando à formulação de ações por meio da publicação de livros, artigos e matérias em jornais e revistas, e eventos especializados. Esses dois projetos políticos em disputa

[...] não conseguem sair do esquema que coloca a palavra semiárido como sinônimo de um rural estritamente agropecuário — seja pelo caminho das experiências agroecológicas de mulheres agricultoras ou pela imposição de uma vocação ‘natural’ para pecuária, segundo os patriarcas da grande propriedade (Meneses, 2018, p. 22).

Outro aspecto são as lutas históricas travadas no Semiárido pelas mudanças na realidade social, que perpassam a estrutura fundiária concentrada na grande propriedade e, na mesma medida, a concentração de água, cujos conflitos são agravados nos períodos de estiagem. A modernização agropecuária no campo brasileiro, já nos anos 1960-1970, alterou a estrutura agrária, substituindo o trabalho dos camponeses pelas máquinas caras e sofisticadas, além de ter gerado o endividamento dos pequenos produtores, que não conseguiam competir com grandes empresas agrícolas. Os camponeses são bloqueados do desempenho de suas potencialidades em sua forma específica de produção. “Esse bloqueio se desdobra, hoje, nas novas estratégias do capital e do Estado que, através de processos de ‘destruição criativa’, asfixiam comunidades e às induzem à produção de novas estratégias de produção de vida” (Favero; Santos, 2016, p. 27), causando efeitos perversos no plano regional: setores produtivos, seus agentes e produtos, além dos saberes e modos de vida e de reprodução social.

Pensando essas questões no contexto atual do paradigma da convivência com o semiárido, ousamos dizer que permanecem os ataques e ameaças à sobrevivência desta população, à sua identidade e ao seu lugar — seja pela presença do latifúndio, pelas grandes obras de infraestrutura, pelos processos de urbanização, ou ainda pela presença de grandes empreendimentos, como a mineração, a energia eólica, o hidronegócio e a ampliação da nova geração de políticas públicas, num cenário com fortes estratégias do capital e do Estado neoliberal.

Se entre os anos 1960-1980, com a modernização conservadora, a “produção” era central, a partir dos anos 2000 o foco está no negócio, na troca, no dinheiro e no consumo. Convivência com o Semiárido implica conviver com novos sistemas, como o de modificar o camponês em beneficiário de políticas de transferência de renda, pois, em momentos de estiagem, evidencia-se ainda mais a baixa capacidade de resiliência, situação que se agrava quando — em nome da sua produção de sobrevivência — as políticas públicas de transferência de renda são ampliadas, transformando o pequeno agricultor em ‘beneficiário’ e ‘consumidores’. “O dinheiro, qualquer dinheiro, e não mais a produção de bens e meios de

subsistência (alimentos) no próprio estabelecimento, passa a ser o elemento estratégico da sua sobrevivência biológica e o principal objeto de seu desejo” (Favero; Santos, 2016, p. 26). Sem dúvida, há uma pressão sobre a população, sobre a região e seus recursos naturais, e esse debate precisa ser enfrentado no âmbito das instituições federais com a participação da sociedade civil.

O terceiro aspecto aqui destacado está no âmbito das análises de Cunha e Paulino (2014). Ambos os autores entendem a relevância da Convivência com o Semiárido, tanto em termos de potencial de suas experiências, quanto como objeto de reflexão, e por isso mesmo buscam discutir os pressupostos sob os quais se estruturam este paradigma. Considerada também uma proposta de modernização, afirmam existir tensão entre inovação e tradicionalismo, emergindo disso um “conservantismo de vanguarda”. Desse modo, refletem sobre efeitos de ações e políticas formuladas e executadas com essa orientação, a partir do que denominam de ‘excepcionalismo dos pobres’. Tal excepcionalismo ocorre na medida em que o referido paradigma é mobilizado para reforçar as populações rurais excluídas dos processos dinâmicos mais amplos de modernização e desenvolvimento, enquanto grupo diferenciado. Ou seja, para mantê-las como “[...] um grupo diferenciado tanto em termos socioculturais quanto de suas relações com a natureza” (Paulino; Cunha, 2014, p. 29), a partir de um modelo específico de desenvolvimento que demanda tecnologias apropriadas e adaptadas a um “puro” camponês, no lugar de construir possibilidades de acesso ao universal. “As cisternas não são anunciadas como alternativas paliativas enquanto não é possível oferecer [...] água tratada e encanada. Elas simbolizam a capacidade de adaptação do sertanejo, sua criatividade e, por fim, o desejo de que mantenham sua excepcionalidade” (Paulino; Cunha, 2014, p. 54).

Complementam:

Por que este novo paradigma, conservantista e excepcionalista, consegue tão ampla adesão entre diferentes setores sociais? Limitar-nos-emos, neste ponto, a indicar algumas pistas para reflexão. Um primeiro ponto a ser destacado é que a ideia de convivência, assim como a de desenvolvimento sustentável, é de fácil tradução, principalmente quando é apresentada como um padrão normativo geral; como um compromisso não especificado. Cada ator social tem assim a possibilidade de traduzir a noção de convivência a partir das próprias experiências e visões de mundo. Outro ponto que nos parece importante é o esgotamento do discurso do combate à seca, num ambiente social marcado pela crítica contundente dos resultados alcançados pelas políticas de desenvolvimento regional e setorial e ao mesmo tempo motivado pela possibilidade de construir novos modelos. Há que se ressaltar também a eficiente mobilização ideológica operada por alguns atores sociais importantes, particularmente algumas organizações não governamentais ligadas a ASA Brasil, com recursos humanos e financeiros para levar a cabo tal empreendimento no quadro das lutas simbólicas. Finalmente, sendo uma crítica à modernização que não recusa alguns pontos centrais do projeto de modernização, com sua lógica técnico-científica e seu discurso de transformação social de caráter conservantista, o paradigma da convivência pode ser aceito mesmo por setores que não compartilham suas implicações mais radicais (Paulino; Cunha, 2014, p. 54).

Um terceiro aspecto consiste na relação entre Estado e Sociedade. O Nordeste, particularmente, passou a experienciar, a partir dos anos 2000, um novo arranjo institucional nessa direção. Porém, até que ponto, nessa arena de debates e negociações, a sociedade civil foi capaz de materializar seu potencial de transformação social? Esse aspecto foi estudado por Sieber e Gomes (2018, p. 24-25), cujos resultados apontam para uma espécie de “confluência perversa”⁴⁷, pois o

[...] discurso da convivência é enunciado por uma sociedade civil que se pensa ativa e propositiva, contudo, para implementar as ações da convivência, setores da sociedade civil se aproximam do Estado, fazendo convergir diversos interesses e construindo uma pauta de programas e ações comuns.

Nesse sentido, apesar da relevância dos programas e projetos oriundos dessa parceria, notou-se que a Convivência como prática política produziu um espaço de concertação ambíguo e contraditório, que se pretendia transformador e moderno em termos de discursos, mas na prática evocavam-se ações de adaptação, de acomodação etc.; limitou-se ao acesso a programas e políticas governamentais, disputas por cargos públicos e atores com postura guiada por interesses partidários.

2.3 Ideias e interesses em torno da criação de instituições federais no NE no século XX

No que se refere à formulação de políticas públicas dirigidas particularmente ao Semiárido nordestino no século XX, a maior parte foi concebida no domínio do combate às secas, iniciada durante o Império e influenciada por um processo de construção de conhecimento técnico-científico na defesa das alterações das condições naturais, a partir de expedições e comissões científicas. O interesse central, defendido pelos engenheiros, estava em resolver o problema da “falta”, sobretudo através das grandes obras, ainda que contemplassem outras iniciativas (Guerra, 1981; Campos, 2014). Só a partir da segunda metade deste século surgirão estudos nas ciências sociais e econômicas mostrando, do ponto de vista político e social, como as estruturas sociais desiguais acentuavam os efeitos das secas. “As ações exercidas pelo setor público em benefício da região, desde os primeiros momentos de sua atuação mais consciente na área, se iniciaram durante a Seca de 1877-1879, seguindo direções

⁴⁷ Confluência perversa, categoria definida por Evelina Dagnino, é adotada pelas autoras, e aponta a ideia de “perversidade” como um fenômeno que age em oposição ao aparente, isto é, no lugar de atender os interesses do projeto originalmente pensado, acaba atuando em favor do projeto antagônico.

idênticas até os meados da década dos anos de 1950” (Carvalho, 2014, p. 184).

A partir desse momento, tal fenômeno passou a ser compreendido como problema nacional e regional. O tema fez parte de sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo ambiente envolvia membros da elite intelectual e política do país, e se tornou o âmago do debate sobre problemas brasileiros, com um espírito de construção de uma identidade nacional. A sessão de outubro de 1877 “[...] pode ser considerada como um primeiro momento de convergência e de articulação de reflexões e, em menor escala, de ações contra as secas”. No processo de debates e recomendações de Comissões Científicas, criou-se uma convergência para a criação, em 1909, da Inspetoria de Obras Contra às Secas (Iocs), o que representava a garantia de políticas permanentes. A “[...] Iocs deveria centralizar e unificar a direção dos serviços em toda zona assolada pelas secas, e executaria um plano, bastante amplo, de combate aos efeitos das irregularidades climáticas” (Guerra, 1981, p. 44), e, ao assumir as secas como um problema nacional e de natureza socioeconômica, geraria desenvolvimento regional.

Santos (2003, p. 54) revela que no período de 1909-1912 a Iocs realizou vários estudos científicos básicos na região, transformando-se em “um centro de pesquisas geológicas”. Para a autora, havia uma imbricação entre o desenvolvimento científico e a integração econômica da região a nível nacional. A instituição adquiriu caráter permanente em 1911, mas sofreu sucessivas alterações via decretos, chegando a ampliar, em 1919, sua denominação para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e, em 1945, com a justificativa de dar autonomia às ações, a Inspetoria Federal foi alterada para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Até o final dos anos 1950, era praticamente a única instituição do Governo Federal a executar obras de engenharia na região, sendo inegável sua contribuição para melhoria da infraestrutura no Nordeste e no Semiárido, mas também na própria definição de um conceito geográfico de Nordeste — o “Polígono das Secas”. Cabe lembrar que a mudança de Inspetoria para Departamento em nada alterou a lógica de atuação pautada no paradigma de Combate às Secas (e aos seus efeitos) através da política hidrológica, com grandes investimentos públicos na construção de reservatórios, muitas vezes criticado pelo modelo de apropriação por parte de grupos oligárquicos locais e por não conseguir resolver problemas estruturais históricos como a pobreza, a desigualdade, a concentração de terra e água e a degradação ambiental.

A organização do Dnocs representava, de certa forma, uma modernização, onde o Estado se pautava pelas ideias da racionalidade e da técnica. Desde o século XIX, havia uma leitura sobre o meio físico do Semiárido, bem como sobre as causas dos problemas socioeconômicos, de modo que a reivindicação da atuação do Estado era necessária no sentido

de reverter o cenário por meio das mudanças na geografia para alcançar o progresso; “civilizar” os povos, para a construção de uma identidade nacional pela economia, iniciativas de educação e cultura, investimentos na infraestrutura, criação de centros de pesquisa, estruturação de campos experimentais agrícolas nos lugares onde eram construídos os açudes, foram empreendidos por seus engenheiros e somavam-se aos discursos de diferentes atores sociais em defesa de um projeto de desenvolvimento econômico, de igualdade regional e integração nacional — seja no Império, na Primeira República ou no Estado Novo. Porém, esses investimentos do Estado brasileiro também estiveram nas disputas políticas locais e nacionais nos espaços de decisão. No centro dessa disputa, o Dnocs, instituição de pesquisa e intervenção no território Semiárido com quadro de engenheiros de origens, formações e articulações/contatos diversos, dedicados a estudar e solucionar os problemas a partir de uma visão científica, técnica e racional.

Entretanto, esse ambiente de espírito científico foi paralelamente marcado por intervenções imediatistas e “obreiras” em sucessivas gestões. Amorim e Grisa (2018, p. 46) afirmam que a Inspetoria “[...] refletia as ideias produzidas no fórum das oligarquias regionais [...]”. Transformado numa espécie de “empreiteira pública”, com foco na construção de barragens e açudes e na irrigação, sob a forte influência das oligarquias locais ou, nos termos de Moreira Neto (2013), do “feliz fazendeiro” defensor da “[...] seca como uma doença” a ser combatida, essas grandes obras geraram benesses para tais grupos. As ações assistencialistas e clientelistas, como as frentes de emergência, eram tomadas pelas oligarquias sertanejas como fonte de empoderamento — além das obras e trabalhadores fantasmas, os coronéis priorizavam seus eleitores reais (Silva, 2007; Albuquerque Jr., 2001; Oliveira, 1981).

Numa outra perspectiva, podemos afirmar que o Dnocs nasceu do descontentamento em relação a forma como vinham sendo encaminhadas as iniciativas de combate às secas desde 1877, que não conseguiram criar uma solução integrada à região, nem acabar com os abusos e desvios de verbas a favor de grupos oligárquicos que buscavam consolidar suas influências políticas locais. Daí a demanda por um órgão unificado e com caráter permanente para eliminar tais práticas — o Dnocs — e não demoraria para ser acusado de alimentar a chamada “indústria da seca”⁴⁸. No contexto da citada “Grande Seca”, havia desde o início do século XX uma ideia

⁴⁸ O termo “Indústria da seca” é historicamente utilizado para se referir a prática ou estratégia utilizada por elites da região Nordeste que se apropriavam dos investimentos públicos destinados as políticas ditas de combate à seca, operadas sobretudo por meio das grandes obras como os açudes construídos nas propriedades particulares, que sustentava práticas de coronelismo, clientelismo. Foi cunhado pelo jornalista, romancista e biógrafo Antônio Carlos Callado (1917-1997).

da possibilidade de erradicar o flagelo da seca, que vai ser fortalecida no mesmo momento em que se falava no país sobre a erradicação de epidemias como a febre amarela. Lembrando que o Dnocs não tocou no tema da concentração fundiária, apesar de existir um debate em defesa da irrigação para corrigir o desequilíbrio social.

Nos anos 1950, em meio às críticas de corrupção no Dnocs e da sua incapacidade de solucionar os problemas das secas periódicas, ganhava força a ideia do desenvolvimento econômico em detrimento da solução hidráulica. A intervenção do Estado, também pela via da CT, para desenvolver a economia do país, incluiu empreendimentos e estratégias como a criação de novas instituições no final do governo Vargas (1930-1945). No Nordeste, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), primeira empresa pública de eletricidade do Brasil, foi implantada em 1948, com a missão dispor energia para maior parte da região e superar o déficit energético na época. Nessa mesma perspectiva, também em 1948, surge a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com a finalidade de desenvolver as bacias do Rio São Francisco e do Parnaíba para reduzir as desigualdades regionais. Não menos importante, a Fundação Joaquim Nabuco/MEC, criada em 1949 pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, atuou na construção e difusão de conhecimentos no âmbito da educação e cultura.

A criação da Codevasf, da Chesf, do Dnocs e da Fundaj foi alargando a capacidade de atuação do Governo Federal no Nordeste, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. Se inicialmente o Dnocs contava com algumas coordenadorias regionais, a partir da segunda metade do século XX a expansão institucional era significativa; 9 unidades/coordenadorias distribuídas em 8 estados do Nordeste e uma no Sudeste, no estado de Minas Gerais. Destas, 7 estão situadas nas capitais nordestinas (Quadro 3).

Quadro 3. Relação das Coordenadorias Estaduais do Dnocs.

	Coordenadorias Estaduais	Municípios
1	Sede – Administração Central e Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST/CE	Fortaleza
2	Coordenadora Estadual no Piauí – CEST/PI	Teresina
3	Coordenadora Estadual no Rio Grande do Norte – CEST/RN	Natal
4	Coordenadora Estadual na Paraíba – CEST/PB	João Pessoa
5	Coordenadora Estadual em Pernambuco – CEST/PE	Recife
6	Coordenadora Estadual em Alagoas – CEST/AL	Palmeira dos Índios
7	Coordenadora Estadual em Sergipe – CEST/SE	Aracaju
8	Coordenadora Estadual na Bahia – CEST/BA	Salvador
9	Coordenadora Estadual em Minas Gerais – CEST/MG	Montes Claros

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis nos sítios eletrônicos institucionais.

Nesse contexto de debate da relação entre Reforma Agrária, desenvolvimento econômico e melhoria dos níveis de vida da população como caminho para transformar o Nordeste menos sujeito ao fenômeno das secas, foi criada mais uma instituição no Nordeste, pelo Governo de Getúlio Vargas, em 1952, a saber: o Banco do Nordeste (BNB), com a finalidade de atuar no território atingido pelas estiagens prolongadas, na oferta de crédito às populações e na promoção da competitividade das empresas da região. O BNB possui, além da sede em Fortaleza/Ceará, filiais em todos os estados do semiárido brasileiro. É considerada a maior instituição da América Latina com foco no desenvolvimento regional. Barbalho (2020, p. 164) afirma que formação dessa “[...] instituição bancária se deveu mesmo à Assessoria Econômica (AE) da Presidência, então sob comando do economista baiano filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Rômulo de Almeida que, na condição de técnico, acompanhou toda a tramitação do projeto no Congresso”.

Vale dizer que ele também foi o primeiro presidente do BNB. Essa AE — ligada à presidência e formada por uma maioria de técnicos de estados nordestinos, responsáveis pela formulação de propostas a longo prazo — esteve na retaguarda na elaboração de diversos projetos, incluindo também a Petrobrás, a Capes, e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), orientados por uma burocracia que buscava se distanciar da prática política partidária, do clientelismo, do corporativismo. Nesse ideário nacional-desenvolvimentista também foram criados o Banco de Crédito da Amazônia, em 1942, e o BNDES, em 1952.

A criação do BNB “[...] não se configurou como ponto de discordância entre as elites parlamentares”, mas se estabeleceu uma disputa pelo local de implantação da sede, com reações de parlamentares de diversos estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba (Barbalho, 2020, p. 172). “Para se ter uma ideia, em dezembro de 1951, foram oferecidas várias emendas propondo cada uma delas uma cidade diferente para sede: Maceió, Campina Grande, Salvador e Recife” (Barbalho, 2020, p. 171). Contudo, a atuação da bancada do Ceará e do governador do mesmo estado, Raul Barbosa (PSD-CE) (1951-1954), membro da elite conservadora do estado, foi determinante para a decisão da sede em Fortaleza. Ele viria a ser, inclusive, o segundo presidente do BNB.

Como vimos, até aquele momento a presença do Governo Federal na região estava concentrada na política hidráulica, mediada pelo conjunto de instituições já instituídas. Mas a plataforma política nacional-desenvolvimentista do governo já sinalizava a demanda por uma política social e econômica moderna para a região, em substituição à política tradicional, concentrada em obras contra as secas, limitada a intervenções no âmbito da engenharia. Nesse

contexto, a indústria brasileira se concentrava em regiões onde já havia expansão, como citamos na primeira parte deste capítulo, gerando níveis de desigualdade regional e a tendência de aumento dessa assimetria — e o Nordeste, mesmo com crescentes investimentos, mantinha lugar de desvantagem. O estudo sobre a região, encomendado em 1952 pelo BNDES ao inglês Hans Singer, técnico da ONU, mostrou o crescimento das disparidades regionais em comparação ao Centro-Sul desde o final dos anos 1930. Considerado pioneiro, esse estudo propôs medidas de investimentos em setores como o industrial e o agrícola.

O BNB havia implantado o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)⁴⁹, e seus estudos sobre a economia nordestina serviriam como referência para o relatório do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), criado em 1956, sob a coordenação do economista paraibano Celso Furtado, nomeado pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (PSD) (1955-1960) para elaborar um plano de política econômica destinado à região. Os debates giravam em torno do desenvolvimento do Nordeste, dos problemas relacionados à seca e à pobreza. O relatório do GTDN instituiu um novo marco analítico sobre a problemática econômica regional e formulou as diretrizes de um novo órgão federal — a Sudene, fundada em 1959, na condição de Autarquia vinculada à Presidência da República, e Celso Furtado, seu primeiro superintendente.

Nesse período, o “Seminário para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste”, realizado em 1959, na cidade de Garanhuns/PE, foi fundamental no debate sobre o desenvolvimento regional, tendo contado com a participação de políticos, técnicos, cientistas e empresários. Ressaltamos a relevância dos debates nos encontros dos bispos do Nordeste (realizados em Campina Grande e em Natal), liderados por Dom Helder Câmara, à época bispo auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário Geral da então recém-criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e por Dom Eugênio de Araújo Sales, apóstolo da arquidiocese de Natal, os quais apresentaram propostas de desenvolvimento socioeconômico. “Como fruto do Encontro de 1956, criou-se o *Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)*” (Rocha; Oliveira; Almeida, 2016, p. 18-19, grifos no original). O episcopado apoiou as Reformas de Base, o fortalecimento de organizações e movimentos sociais como o Serviço de Assistência Rural (SAR), o Movimento de Educação de Base (MED), os Círculos Operários, e a Ação Católica, entre outros.

⁴⁹ O Etene, criado pela mesma Lei de criação do BNB, estabeleceu convênios com entidades internacionais e promoveu treinamentos para o quadro de pessoal do BNB. Atualmente, o Etene é “responsável pela elaboração e difusão de conhecimentos técnicos e científicos sobre o Nordeste, bem como pelo planejamento, formulação, coordenação e avaliação de políticas e programas, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/institucional> Acesso em: 10 nov. 2022.

Endossamos a ideia de que o relatório do GTDN não possui caráter técnico-econômico sobre uma região problema. Trata-se de um documento político-econômico, pautado na ideia de planejamento, que lançou a perspectiva da criação de um novo polo dinâmico da economia regional no cenário nacional, buscando reverter o atraso em relação ao Centro-Sul. Um ponto relevante que queremos destacar no documento é a concentração da estrutura agrária regional como um dos aspectos limitantes ao desenvolvimento regional; de um lado, na porção litoral-úmida, a atividade produtiva de monocultura da cana-de-açúcar para exportação e capital acumulado nas mãos da elite canavieira. Do outro, a porção semiárida, onde predominam duas atividades desenvolvidas por grupos sociais distintos e, por vezes, interdependentes: a pecuária (latifúndio, apropriado por uma elite rural e política simultaneamente), com economia pouco diversificada, e a agricultura de subsistência (explorada por trabalhadores rurais com e sem terras). O desenvolvimento agrário é apontado como essencial para alcançar a industrialização regional (GTDN, 1959). Celso Furtado (1984, p. 13) compreendia que:

Na medida em que no Nordeste se constitua uma vontade política e que amadureça a consciência de que nossos problemas somente terão solução a partir da própria região, deixaremos de ser vistos com complacência, como dependentes incômodos ou como reserva de caça para aventureiros políticos. Então, recuperaremos o papel que já nos coube na condução dos destinos nacionais. E não será por falta de fé no futuro deste país que nós, nordestinos, deixaremos de cumprir a nossa missão na obra histórica de reconstrução que temos pela frente.

A interpretação estava no fato de que a seca não era o problema da região, mas uma estrutura baseada no tripé gado-algodão-policultura, que sustentava o poder do latifundiário. O fim da cultura do algodão, entre os anos 1980 e 1990, gerará uma crise econômica e o declínio dessa elite agropecuária. Refletindo sobre o Nordeste na atualidade, Araújo (2021) afirma que “a base agropecuária nordestina também mudou muito”. E reforça:

O velho tripé ‘gado-algodão-policultura’ que estruturava a economia do semiárido perdeu o algodão, o que desmontou sua lógica organizativa. O algodão agora surge em fazendas especializadas em outros territórios da região e a economia do semiárido vem fortalecendo outras atividades como a fruticultura irrigada, onde tem água; a avicultura; a ovinocultura e a psicultura. Enquanto isso vem valorizando outros potenciais, em especial sua rica biodiversidade, que busca dialogar com os avanços da bioeconomia, na direção dos fármacos, dos cosméticos, dos suplementos nutricionais, dos conservantes... é outra agenda!

A implantação no país de uma estrutura industrial integrada, era meta principal do plano de sustentação do nacional-desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek. Mas não sinalizava qualquer possibilidade de mudanças estruturais no setor agropecuário ou de influir no sistema de propriedade rural vigente, referindo-se a este setor de forma periférica. A atenção

de recursos voltados à implementação do plano citado acentuava as disparidades regionais e sociais — em termos de renda e de região —, na medida que favorecia o polo dinâmico da economia do Centro-Sul. Essa questão das assimetrias regionais só seria enfrentada no período posterior ao Plano de Metas (Cohn, 1978). O I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social da Sudene (1961), visava combater a pobreza no Nordeste; modernização da infraestrutura de transportes, energia elétrica, recursos hídricos, a reorganização da economia agrícola, indústria, consumo e produção de alimentos, recursos minerais, política e colonização, saúde pública e educação de base, levantamentos cartográficos. Uma das vertentes de investimentos era pesquisa e experimentação. O II Plano Diretor (1963-1965), contemplou, para citar algumas ações, a criação da infraestrutura de transporte e energia; pesquisa e eliminação do analfabetismo com investimentos de educação de base, ampliação de escolas, formação e treinamentos nos níveis técnico e superior para oferta de pessoal capacitado, e reestruturação da economia agropecuária, que previa entre outras iniciativas, a ampliação da oferta de terras (Sudene, 1966a; Sudene, 1966b).

A Sudene cumpriria a função de agência centralizadora das atividades desenvolvidas na região, enquanto o Dnocs estaria a ela subordinado. Celso Furtado era um nordestino, um intelectual reconhecido internacionalmente, muitas vezes visto por seus “inimigos” como um recém-chegado da Europa. Sua visão sobre as secas como uma característica do Nordeste e a defesa da construção de alternativas econômicas adaptadas contaram com a adesão da opinião pública do Sul, mas ele estava consciente da batalha contra o Dnocs e “[...] as oligarquias agroexportadoras do complexo algodão-pecuária e do açúcar”, uma luta contra “latifundiários, coronéis e a velha estrutura de poder [...]. Por isso mesmo, não subestimava a resiliência e a capacidade de cooptação dos grupos oligárquicos contra os quais lutou. Celso conhecia bem as classes dominantes nordestinas – a da Paraíba era seu termômetro” (Barboza; Ribas, 2021, p. 285).

Ainda segundo Barboza e Ribas (2021), o debate no âmbito federal não gerou impedimentos à criação da Sudene, mas na tentativa de modificar o projeto de lei para evitar o domínio da oligarquia local, concentrada em torno do Dnocs. Os embates e tensões partiram justamente de parlamentares da região. Por um lado, havia muitos aliados e simpatizantes da proposta da Sudene, por outro, provocou hostilidade de uma elite influente do Nordeste. Entre os personagens inclui governadores como Cid Sampaio, Aluísio Alves, Parifal Barroso e Virgílio Távora, entre os que tentavam cooptar Celso Furtado e esvaziar o projeto da agência; Eugênio Gudim e Bulhões, posição relativamente indiferente; Assis Chateaubriand (“magnata das comunicações”), Argemiro Figueiredo, Amaral Peixoto, José Cândido Pessoa, Gileno de

Carli etc., com posições amplamente ofensivas. Mas, “[...] ‘o inimigo público nº I da Sudene’” foi Argemiro Figueiredo (PTB-PB), que era alinhado a ideia da “solução hidráulica” e imputava a pobreza no Nordeste às secas periódicas. Entre os obstáculos impostos pelo senador paraibano Argemiro estava a emenda para retirada do Dnocs do controle e planejamento da Sudene. “Contra as ‘emendas anti-Sudene’ [...] de Argemiro, organizou-se um amplo e heterogêneo movimento de apoio à Sudene congregando setores e lideranças tão avessos entre si quanto os estudantes e sindicalistas e os usineiros, Miguel Arraes e Paulo Guerra [...]” (Barboza; Ribas, 2021, p. 290-291).

[...] os debates sobre a criação do novo órgão se deram em torno de alguns pontos centrais: o perigo de a SUDENE se transformar num super órgão federal na região e conseqüentemente diminuir a autonomia dos governos estaduais; a subordinação ou não do DNOCS à SUDENE; a “ambição” dos objetivos do novo órgão de atacar os problemas nordestinos em várias frentes simultaneamente e sua viabilidade; e a luta entre os vários Estados da região por prioridade de verbas e de concessões. Interessa notar já aqui que a tônica destes debates, de cunho eminentemente político e que traduzem a divergência de interesses dos vários grupos envolvidos, o Governo Federal sempre contrapõe o caráter neutro das medidas de planejamento propostas, em termos de representarem um programa racional (Cohn, 1978, p. 134).

A seca de 1958, com número elevado de vítimas, reforçou a ideia de que a política executada pelo Dnocs até então havia sido ineficiente, além de receber diversas acusações de corrupção. Retomemos uma questão relevante do ponto de vista sociopolítico: o Estado desenvolvimentista, com suas políticas nacionais e internacionais, e toda estrutura institucional instalada no Nordeste, não conseguiu resolver problemas fundamentais como a concentração de terra por meio da Reforma Agrária. À época, isso instaurou uma situação de instabilidade social na região que não se resumiu ao cenário da seca e de atraso econômico, pois havia um movimento de trabalhadores/as rurais organizados nas Ligas Camponesas reivindicando direitos sociais e Reforma Agrária.

As Ligas Camponesas retomaram legalmente sua luta pela Reforma Agrária em 1955, tendo sido fortalecidas com as Reformas de Base, em 1963, proposta pelo presidente João Goulart (1961-1964), e o Estado precisava responder com propostas de desenvolvimento. A Sudene de Celso Furtado se propunha a enfrentar essa questão fundiária, porém, foi interrompida com o Golpe Militar em 1964. Com o referido Golpe somando-se às questões políticas e, no âmbito da PCT, a nível nacional apontadas no início deste capítulo, no Nordeste, o Movimento das Ligas Camponesas sofreu com a repressão e as várias formas de violência, mas isso não impossibilitou a retomada da organização dos trabalhadores na luta pela distribuição de terras no Brasil nos anos 1980, tendo hoje Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST) como maior expressão política.

Barboza e Ribas (2021, p. 291) apontam que Paulo Guerra, governador de Pernambuco nomeado com o golpe militar de 1964, liderou perseguições às Ligas Camponesas e aos membros da Sudene acusados de comunistas. Neste mesmo ano, Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos e seu nome incluído no Ato Institucional Nº1 (AI-1). O modelo institucional concebido por Celso Furtado e Juscelino Kubitschek para Sudene sofreu modificações durante o período militar (1964-1985), perdendo o *status* de Autarquia para uma Agência subordinada ao Ministério do Interior. A instituição foi enfraquecida, perdeu prestígio e teve seus objetivos desvirtuados em favor do clientelismo, embora Furtado tenha tentado manter a Sudene distante das práticas de dominação e favoritismos políticos que prevaleceram no Dnocs, este marcado por denúncias de práticas de corrupção, irregularidades administrativas, construção de açudes em fazendas de coronéis, entre outras ações pouco heterodoxas.

Com a reação conservadora que resultou no golpe de 1964, o plano formulado por Celso Furtado para o Nordeste foi parcialmente aplicado por esta Superintendência.

O resultado é conhecido: industrialização parcial, urbanização caótica, constituição de uma classe trabalhadora com salários rebaixados, desconcentração débil da atividade econômica, aprofundamento da heterogeneização territorial sem superação das grandes fraturas inter e intrarregionais (Favareto, 2022, p. 22).

Décadas mais tarde, após os governos militares (1964-1985), a realidade regional foi de modernização sem transformações estruturais; persistiram demandas históricas de desconcentração fundiária e distribuição de renda, bem como de ampliação de políticas sociais, como a educação, a saúde e a habitação. Assim, no debate sobre a agricultura no Brasil, em 1970, entre o caminho da Reforma Agrária ou da expansão e intensificação da fronteira agrícola, esta última prevaleceu. O Ministério da Agricultura admitia a relevância do conhecimento científico para o desenvolvimento dessa área para torná-la competitiva e sustentada. Para isso, o esboço de uma nova instituição centralizadora da pesquisa agrícola no Brasil vinha sendo gestado e, em 1973, deu origem à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a missão de “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura”⁵⁰.

Esse processo se conecta ao contexto internacional dos anos 1960, a partir da articulação de diferentes avanços científicos na agropecuária, que lançou o processo de mecanização pesada no campo, domínio genético sobre raças e variedades, e a quimificação com o uso de fertilizantes e agrotóxicos. Esse modelo passou a orientar financiamentos e a política de CT na

⁵⁰ <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>

área, bem como a criação de centros de excelência técnica e profissional, com capacidade de racionalizar processos de construção de conhecimentos sobre os ecossistemas e biomas e intervenções na natureza. E com o financiamento de organizações internacionais, criou-se um sistema em rede de pesquisa agropecuária mundial, com unidades de pesquisa em diferentes países, denominada Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). No Brasil, o governo militar de Emílio Médici (1969-1974) nomeou Luiz Fernando Cirne Lima, porto-alegrense e engenheiro agrônomo, como ministro da agricultura; sob seu comando, houve a expansão das fronteiras agrícolas em direção a região Centro-Oeste — que já havia sido iniciado no governo Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília como nova capital do Brasil —, lançando o país na produção mundial com novos produtos no rol de exportação.

A perspectiva do Ministério da Agricultura era manter o posicionamento dos produtos tradicionais (café, algodão, cana-de-açúcar e cacau) e ampliar com novos produtos (grãos como soja e milho), fomentando a produção de fruticultura, florestas e produção animal. O assessoramento técnico era liderado pelo grupo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e, diante da preocupação de Cirne Lima com o sistema de pesquisa do referido ministério, criou um Grupo de Trabalho vinculado ao seu gabinete para “[...] formular a nova política de pesquisa agropecuária nacional, composto por José Irineu Cabral e pelo engenheiro agrônomo Otto Lyra Schrader, diretor da Divisão de Pesquisa Fitotécnica do [Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação] DNPEA [...]” (Zingler, 2020, p. 97).

As influências de José Irineu Cabral sobre agricultura vêm da relação com a “[...] Aliança para o Progresso”⁵¹, que pressupunha o engajamento dos países americanos em torno do progresso, sendo que na agricultura isso se daria por incrementos de produção e produtividade via modernização”, conceitos difundidos pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida), do qual também foi presidente (1964-1965). Para a autora, é provável que os estudos que resultaram da “Aliança para o Progresso” inspiraram a atuação e a organização da Embrapa (Zingler, 2020, p. 93). Na época presente, a Embrapa é formada por 43 Unidades Descentralizadas e uma Sede Administrativa, distribuídas em todas as regiões brasileiras, articulando-se a uma rede nacional e internacional de pesquisa e, destas, 9 unidades estão no Nordeste: “Embrapa Alimentos e Territórios, em Maceió/AL, a “Embrapa Agroindústria Tropical”, em Fortaleza/CE, a “Embrapa Cocais”, em São Luís/MA, a “Embrapa Mandioca e Fruticultura”, em Cruz das Almas/BA, “Embrapa Tabuleiros Costeiros”, em

⁵¹ A “Aliança para o Progresso” foi criada durante a Conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que aconteceu em 1961, em Punta Del Este, no Uruguai, e Cabral atuou como Assessor de Agricultura.

Aracaju/SE, e mais 4 unidades de pesquisa na região semiárida (Quadro 4), criadas em 1975. Dentre as atividades realizadas pelas unidades situadas no Semiárido, destacamos a cadeia produtiva da fruticultura baseadas na irrigação, com a “Embrapa Semiárido”, situada em Petrolina/PE.

Quadro 4. Unidades da Embrapa no Semiárido nordestino.

Denominação	Cidades	Pesquisa Desenvolvimento e Inovação
Embrapa Semiárido	Petrolina/PE	“[...] buscam inovações tecnológicas que contribuem para o desenvolvimento e a sustentabilidade da agropecuária no Semiárido brasileiro, preservando os recursos naturais e a diversidade do Bioma Caatinga”. Núcleos temáticos: Recursos Naturais, Agricultura Irrigada e Agropecuária Dependente e Chuva
Embrapa Algodão	Campina Grande/PB	“[...] gerar tecnologias e apoiar os produtores de algodão, amendoim, gergelim, mamona, pinhão-manso e sisal”, atuando em todas as regiões que estas culturas são cultivadas. Núcleos de pesquisa: Cerrado e do Semiárido.
Embrapa Caprinos e Ovinos	Sobral/CE	“Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da caprinocultura e da ovinocaprinocultura em benefício da sociedade”. Núcleos temáticos: Biotecnologia e Sanidade Animal, Segurança Alimentar Animal, Sistemas de Produção e Desenvolvimento Rural Sustentável.
Embrapa Meio-Norte	Teresina/PI	“[...] promover a elevação da produtividade e da qualidade das culturas e da pecuária; reduzir o impacto das mudanças climáticas sobre a produção agropecuária; ampliar a produção de agroenergia por meio do desenvolvimento de novas cultivares; gerar tecnologias para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas; viabilizar sistemas de produção com balanço de água mais favorável; contribuir para a inserção social e econômica da agricultura familiar; promover a agregação de valor de produtos oriundos da biodiversidade regional; e diminuir o uso de insumos agrícolas por meio da adoção de tecnologias de base ecológicas”. Núcleos de pesquisa: Produção Vegetal, Produção Animal e Recursos Naturais.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis nos sítios eletrônicos institucionais

Do ponto de vista da ampliação da produção agrícola e do crescimento econômico do Nordeste, entre os anos 1960 e 1970, estes são indiscutivelmente associados aos avanços tecnológicos mundial e nacional. Essa suposta modernização no campo não alterou a estrutura agrária e em alguns espaços ainda substituiu o trabalho dos agricultores familiares⁵² por máquinas caras e sofisticadas, bem como pôs o endividamento dos pequenos produtores que não conseguiam competir com grandes empresas agrícolas. O modelo de desenvolvimento adotado neste período produziu aumento do desemprego, a redução de salários, e intensificou

⁵² Categoria operacional com critérios amplamente utilizados pelas políticas públicas e foi definida na Lei 11.326/2006, que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar. A expressão *Agricultura Familiar* surgiu no Brasil no início dos anos 1990 entre pesquisadores, gestores de políticas públicas e movimentos sociais, e os debates sobre as experiências nos Estados Unidos e na Europa, após a II Guerra Mundial, serviram de inspiração. Todavia, tem como pano de fundo as transformações no âmbito da agricultura no Brasil. Trata-se de uma categoria ampla que passou a compreender a ideia tradicional de campesinato e pequena produção, segmentos de produtores inseridos em mercados, mas que guardam como característica o trabalho e a gestão das unidades produtivas empreendidas predominantemente pelos membros da família.

processos de degradação ambiental e de desertificação, além do êxodo rural. Isto é, um “contradesenvolvimento social”, como reflete Martins (2001, p. 32-33).

A empresa rural tornou-se o único modelo proposto para toda a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de (grande) proprietário foi confirmada como a via de acesso aos benefícios das políticas públicas então implementadas. Além disso, se ao agricultor sem-terra acenava-se com a esperança da reforma agrária – que, sabidamente, teve poucos efeitos operacionais –, ao pequeno proprietário camponês, impossibilitado de assumir a condição empresarial, coube a total exclusão (Wanderley, 2009, p. 37).

Moura (2014, p. 81-82) afirma que “[...] a ação internacional articulada pelo capital sobre a pesquisa agropecuária também influenciou na constituição da pesquisa nacional. É justamente nesse período que se estruturam as bases do nosso Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)”, estabelecido pelo Ministério da Agricultura. Em sua forma vigente, o SNPA foi instituído em 1992, e é formado pela Embrapa, pelos Órgãos Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas), além de universidades e institutos de pesquisa (federal e estadual), organizações públicas e privadas que estão vinculadas à atividade agropecuária. Essa capilaridade da Embrapa contribuiu para a ampliação das pesquisas agropecuárias em todas as regiões do país. O estudo sobre o papel desses órgãos estaduais, realizado em 2006 pelo CGEE, apontou a existência de 17 Oepas no país, das quais 6 situadas em estados nordestinos (Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas, Bahia e Paraíba), realizando atividades de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visando o desenvolvimento regional (Apêndice VII).

A centralidade no crescimento da economia apoiado no contexto do território nordestino para alcançar o desenvolvimento, não provocou a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Nesse sentido, as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal geraram efeitos diferentes nos territórios, reforçando o que já vinha se expressando durante décadas, de concentração sobretudo no Sudeste. Bacelar e Favareto (2020) revelam que a industrialização e a urbanização no país foram parciais, incompletas e, ao mesmo tempo, intensas. Houve lenta “desconcentração da atividade industrial”, todavia, “reconcentrada em polos dinâmicos”. Em termos de urbanização, se em 1960 tínhamos 80% da população vivendo no campo, depois dos anos 1980, a situação era de 8 em cada 10 brasileiros residindo nas cidades, com aumento demográfico nas metrópoles.

Quando a expressão agricultura familiar passou a ser adotada nas políticas públicas no Brasil, já havíamos, portanto, perdido uma primeira grande oportunidade. Ainda que de outra forma, não é de outra coisa que falava Celso Furtado, quando defendia a necessidade de levar a industrialização ao Nordeste, mas ao mesmo tempo chamava a

atenção para a importância de se fazer, simultaneamente, uma significativa distribuição de ativos – terra e educação, sobretudo, além de alterar a organização produtiva do Nordeste rural, onde o produtor familiar estava ‘embutido’ no latifúndio, era expulso por ele ou corria para áreas ‘livres’ menos adensadas – isso abrangia nada menos do que três das quatro diretrizes do GTDN. Assim, se preconizava a geração de uma nova dinâmica no que era, então, a periferia do capitalismo brasileiro. Algo que se expressava nas chamadas reformas de base, que nunca foram feitas (Bacelar; Favareto, 2020, p. 20).

Não houve, portanto, espaço para investimentos na Agricultura Familiar — atividade que, apesar de muito presente no Semiárido nordestino, só conquista espaço efetivo na agenda das políticas públicas mais tarde, em um processo iniciado ainda nos anos 1980 —; registram-se a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2000, chancelados pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, com notória ampliação e fortalecimento das políticas a partir de 2003 (nas áreas de segurança alimentar, acesso a mercados, assistência técnica, territoriais, inovações etc.), nos Governos Luís Inácio Lula da Silva (PT) e primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT). São fatos históricos e político-institucionais importantes que contribuíram com a melhoria de vida das populações do campo.

Enfatizamos que os movimentos e organizações sociais foram protagonistas importantes para efetivação dessas conquistas. No entanto, o desmonte e a desaceleração dessas políticas são registrados mais fortemente a partir de 2016, contexto de mudanças econômicas e políticas, quando também o MDA foi extinto por Michel Temer, empossado presidente após o Golpe Parlamentar contra Dilma Rousseff. Medeiros e Grisa (2019) nos ajudam a compreender a trajetória deste Ministério e suas conexões com os citados grupos protagonistas. Em 2023, agora no terceiro mandato do Presidente Lula e buscando retomar ações nessa área, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar foi (re)criado.

Dentro desse padrão, Duque (2008) faz uma reflexão interessante. A autora afirma que no Semiárido brasileiro muitos dos recursos das políticas públicas destinados à modernização da pecuária beneficiaram grandes fazendas, mas não os agricultores familiares, que na sua maioria nunca acessaram recursos da modernização — no máximo as ações emergenciais, como carros pipa, e as frentes de trabalho. Já Menezes (2018, p. 159) afirma que a própria Sudene, tão criticada por sua proposta de convivência com o Semiárido, entre 1970 e 1980, “[...] passou a ser uma das principais instituições responsáveis não só por favorecer economicamente, mas pelo financiamento ‘simbólico’, por ser fiadora de argumentos e discursos legitimadores de uma ideia de convivência com o semiárido entre grandes pecuaristas nordestinos”, e teria as Fazendas Experimentais como sua legítima expressão. A grande propriedade defendida por pecuaristas da região é reforçada, como vimos, pela política do Ministério da Agricultura. Neste

período a Sudene acabava, em certa medida, “defendendo” a grande propriedade como “[...] modelo viável desde que fossem feitos investimentos em produtividade e deslocamentos no fluxo populacional rural do semiárido” (Meneses, 2018, p. 161). As questões apontadas neste capítulo vão refletir na criação do Insa e desafiá-lo no processo de (re)pensar o Semiárido.

3. INSA: UM ESFORÇO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O SEMIÁRIDO BRASILEIRO?

“Um golpe na ciência e tecnologia do Nordeste”⁵³. Este ano de 2023 a Representação Regional do MCTI no Nordeste (ReNE), Unidade Descentralizada, completaria 17 anos de existência, não fosse o ato de Michel Temer (MDB), logo que empossado Presidente da República (2016-2018), ter publicado o Decreto nº 8.877 de 18/10/2016, que a extinguiu, “sem diálogo com essa comunidade [científica do Nordeste], e sem debate no Congresso Nacional”. José Antônio Aleixo da Silva e Luciana Santos (2016) afirmam: “Em seus 10 anos de funcionamento, a ReNE teve como missão combater as assimetrias características do desenvolvimento brasileiro, atuando como indutora de novas tecnologias de caráter estratégico para o Nordeste”⁵⁴.

Esse Decreto aprovou a nova estrutura regimental e de novos cargos, e incorporou ao MCTI o Ministério das Comunicações, o que gerou repúdio e protesto por parte da comunidade científica nacional, de instituições de pesquisa e de renomados cientistas. Essa incorporação colocava em risco

os avanços obtidos pela Ciência e a Tecnologia no Brasil, desde a criação do MCT em 1985. Entre os anos 2000 e 2014, foram investidos pelo MCTI R\$ 5 bilhões, o que representou um crescimento de 427 %. [...] São os investimentos em C&T que podem criar bases para superarmos nossa condição de dependentes de *commodities* [...].

Ambos os autores da matéria complementam: “Um país que abre mão da pesquisa em C&T e se nega a constituir um projeto nacional de desenvolvimento, está fadado a se manter na periferia, consumindo tecnologia produzida por países desenvolvidos”.

É notável a diversidade regional no Brasil, mais ainda quando nos deparamos com novas áreas potenciais seja no Centro-Oeste, no Norte, singularmente no Nordeste, diante das especificidades em suas áreas de clima semiárido, onde se insere experiências como o Programa Xingó — também extinto —, que será aqui abordado. O suporte institucional nesse processo é indispensável, e nos parece que a ReNE, junto aos órgãos estatais (herdados do passado e

⁵³ Matéria publicada no Jornal da Ciência da SBPC, Edição 5535, em 01 de novembro de 2016. Assinada por José Antônio Aleixo da Silva, Professor Titular da UFRPE e membro da Diretoria da SBPC; e Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Engenheira Eletricista, na época Deputada Federal pelo PCdoB. É atual ministra do MCTI. Disponível em: [Edições - Jornal da Ciência \(jornaldaciencia.org.br\)](http://jornaldaciencia.org.br) Acesso em: 14 dez. 2021. Luciana Santos é a atual ministra de CTI, assumiu o cargo em janeiro de 2023.

⁵⁴ Com a extinção da ReNE, 6 (seis) servidores do quadro – três Analistas em CT e três Assistentes – foram incorporados a equipe do Cetene. Informação disponível no Boletim de Serviço do Cetene, nº 12, de 31 de outubro de 2017, e confirmada pelo Dr. Frederico Toscano, atual Coordenador de Desenvolvimento Tecnológico do Cetene/MCTI, em 9 de agosto de 2023.

recém-criados) atuantes no Nordeste cumpriria um papel chave para garantir a perenidade de investimentos e ações em CTI, de modo a impulsionar o (des)envolvimento nacional em bases regionais, considerando espaços ditos não competitivos. Contudo, o apoio político insuficiente ou o desinteresse nessa direção, diante das diretrizes adotadas em determinados momentos pelo Governo Federal, se coloca como desafio. Isso posto, qual a relação do referido Programa com o Insa?

A experiência do Programa Xingó e, posteriormente o Instituto Xingó, origina-se com a perspectiva de promover ações sob a visão do desenvolvimento regional no Semiárido nordestino, focados na área de abrangência da Chesf — Rio São Francisco entre Itaparica e Xingó. Buscamos entender como essa iniciativa importante está relacionada ao processo que deu origem ao Instituto Nacional do Semiárido (Insa). Convém destacar que o anúncio da criação e implantação desse primeiro instituto público de pesquisa do MCTI no Nordeste, entre os anos 2001 e 2002, gerou na sociedade nordestina, por um lado, desconfiança, por outro, expectativas, mobilizações e disputas políticas. Tal revelação, manifestada oficialmente pelo ex-ministro Ronaldo Sardenberg (1999-2003) e pelo ex-secretário da Coordenação das Unidades de Pesquisa (UPs), João Evangelista Steiner, circulou em diferentes jornais e espaços político-institucionais e técnico-científicos.

No capítulo anterior, mostramos que a avaliação das UPs realizada pela Comissão Tundisi havia sido concluída em 2001 e o documento final — “Relatório Tundisi” —, apresentado ao MCTI. Nele, entre as recomendações, a criação de uma nova UP com foco no território Semiárido. A região Nordeste teria, pela primeira vez, investimentos sistemáticos em Ciência e Tecnologia (CT) dirigidos especificamente a este território e para o seu principal bioma — a Caatinga. A princípio, uma conquista diante do quadro explícito da concentração das UPs no Sudeste e até aquele momento nenhuma no Nordeste. Não por acaso durante um evento em Brasília, em dezembro de 2002, o ex-ministro abordou, entre outros aspectos relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, sobre a “[...] a luta contra a excessiva concentração geográfica da pesquisa e o incremento orçamentário e efetiva liberação de recursos [...]”, tal qual “a diminuição da distância entre a pesquisa básica e aplicada (MCT/MPEG, 2002, p. 41). Neste evento, foram avaliadas as ações e diretrizes das missões dos institutos, com a presença dos seus dirigentes e convidados, incluindo José Galizia Tundisi.

Na matéria publicada pela Fapesp em 2001, seção “Política Científica e Tecnológica” o seguinte trecho chama a atenção: “Instituto do Semi-Árido começa a funcionar”. Abaixo do título, duas imagens do então Instituto Xingó que buscava comunicar sobre “pesquisa no

sertão”: a primeira, referindo-se ao “trabalho com apicultura”, mostra um grupo de pessoas manuseando caixas de abelhas em apiário; a segunda, outro grupo de pessoas obtendo extrato de planta de forma manual, referindo-se a um “curso de manipulação de plantas medicinais”. A matéria relata ainda que o ex-ministro Sardenberg havia anunciado a criação da primeira unidade de pesquisa do Semiárido, em fevereiro do mesmo ano, e que o Programa Xingó, era o “embrião do instituto”, agora reconhecido como produtor de Pesquisa e Desenvolvimento (PD) (Pesquisa Fapesp, 2001). Discorre sobre o Programa Xingó:

Hoje, 200 pesquisadores trabalham em um projeto piloto em dez cidades nas áreas de educação, arqueologia e patrimônio histórico, aqüicultura, atividades agropastoris, biodiversidade, fontes alternativas de energia, gestão do trabalho, recursos hídricos e turismo. Agora, com a definitiva institucionalização do programa, os projetos entram numa nova fase. O investimento do MCT no Instituto do Semi-Árido será de R\$ 5 milhões em 2001. Isso sem contar com o apoio do Serviço à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), de mais R\$ 7 milhões, para organizar e capacitar os pequenos produtores. O principal objetivo é transformar a região num pólo turístico, com melhorias socioeconômicas. Aos poucos, essa meta vem sendo atingida. No ano passado, o sítio arqueológico e o reservatório da Hidrelétrica de Xingó atraíram 40 mil visitantes. [...] Também o núcleo de biodiversidade auxilia a comunidade a gerir os recursos naturais. Foram criados um herbário de plantas da caatinga e uma oficina de manipulação para testar e produzir fitoterápicos (Pesquisa Fapesp, 2001).

Mas o que tem a ver Programa Xingó com Instituto Xingó? Qual a relação dessas iniciativas com a nova UP para o Semiárido? Se a experiência concreta do Programa Xingó era o embrião da nova UP, por que e como foi definido o redirecionamento para Campina Grande, na Paraíba? Vamos aos fatos. O Programa Xingó foi criado em 1996 durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1995-1998), por uma iniciativa conjunta da Chesf, liderança institucional, que disponibilizou o apoio financeiro logístico e a infraestrutura física erguida no momento da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó⁵⁵, no Rio São Francisco, para realizar ações multidisciplinares; do CNPq, na concessão de bolsas para pesquisadores e auxílio para pesquisa; e do Programa Comunidade Solidária⁵⁶.

Em Brasília, no mês de outubro de 1996, na sede do CNPq, em reunião presidida pela Dra. Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, essas entidades assinaram um Protocolo de Intenções de Adesão e Participação, instituindo o Programa Xingó-PX. Uma vez criado, o PX passou a ter como entidades gestoras a Chesf e o CNPq, estando prevista, a médio prazo, a criação de um ente jurídico na

⁵⁵ Essa usina hidrelétrica está situada no Rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe, distante 12 km de Piranhas, município alagoano, e a 6 km de Canindé do São Francisco, município de Sergipe, “com área de drenagem de 609.386 km², bacia hidrográfica da ordem de 630.000 km², com extensão de 3.200 km, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais, até sua foz em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE”. Disponível em: <https://www.chesf.com.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Xingo.aspx>. Acesso em: 14 de jul. 2023.

⁵⁶ Esse Programa foi fundado e presidido pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso – antropóloga e foi professora da USP – durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), visando enfrentar a fome e a miséria. Instituído via Decreto 1.366 de 12/01/1995, era vinculado a Casa Civil da Presidência da República.

forma de organização social para atuar como seu futuro gestor, o Instituto Xingó. [...] O PX é pioneiro na reutilização das instalações do canteiro de obras da UHE de Xingó, estrutura edificada pela Chesf, com 600 hectares de área, suprida por energia elétrica, dotada de serviço telefônico, de vias asfaltadas (MCT, 2001, p. 12).

O ex-coordenador do Programa Xingó, Moises de Aguiar, ao falar sobre a origem dessa iniciativa detalhou:

A Chesf, que era responsável pela construção da usina de Xingó, estava concluindo a usina. [...] Para a construção da usina hidrelétrica de Xingó, que foi a maior usina no sistema do Rio São Francisco, tinha um aparato enorme de logística, infraestrutura e pessoas. No pique da obra Xingó tinha 9 mil pessoas trabalhando. Isso gerava uma população indireta que estava aí, com pessimismo, na casa dos 20 mil habitantes. A obra trouxe uma outra cidade dentro da cidade de Piranhas que estava resumida aquela parte de baixa. [...] E terminada a obra, ficava a grande questão do que fazer com toda essa infraestrutura que surgiu decorrente da usina. Apesar de que o acampamento de obra, os custos estavam embutidos na construção, ou seja, se passasse o trator e acabasse tudo isso que você viu, não teria nenhum problema porque não era patrimônio, era custo de obra. Mas era um absurdo você construir tudo isso e ter tudo isso e não ser reaproveitado. Foi quando começamos a pensar o que fazer, ainda enquanto Fundação Teotônio Vilela. Então, fizemos a primeira discussão, inclusive juntando várias pessoas, a intelectualidade mais voltada para o campo tecnológico, econômico e científico, para discutir e surgiu a ideia, que existe, inclusive, na França. Aproveitar a estrutura para fazer uma tecnópolis. [...] Uma cidade científica. Foi quando eu saí da Fundação Teotônio Vilela e assumi um cargo na Chesf para tratar disso. O presidente da Chesf entendeu a mensagem e começamos juntos a pesquisar dentro dessa linha, de uma cidade científica, quem é que poderia se envolver nisso da melhor forma. Aí surgiu visitas ao CNPq. Com o CNPq surgiu o [José Galizia] Tundisi. Tinha uma grande vantagem que ele era amicíssimo da dona Ruth Cardoso que chegou à Comunidade Solidária. Começou a ter sinergia nessas ações. Eram sete universidades. Instituições de pesquisa, o Inpe, a Embrapa, o Cepel [Centro de Pesquisas de Energia Elétrica], que era um centro de pesquisa do setor energético ligado à Eletrobrás e a Chesf. E aí formamos. O conjunto de pessoas que assinou um protocolo instituindo o programa Xingó. O impacto também foi muito positivo porque naquela ocasião era o que se apresentava como ação de desenvolvimento no Nordeste. Depois foi criado o CNPJ (Entrevista em agosto de 2023).

Além das instituições citadas pelo ex-coordenador, o Programa recebeu o apoio da Sudene, da Sebrae-PE, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Quanto as instituições universitárias envolviam a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal de Sergipe (UFS) (CGEE, 2001; CNPq, 2001; MCTI, 2001), que se envolveram na proposta desenvolvendo atividades de formação, pesquisa e extensão, buscando investigar e responder a problemas regionais e atuar a partir das potencialidades locais. Uma articulação que envolvia órgãos de diferentes Ministérios como MCTI, Minas e

Energia, Educação. A origem desse Programa partiu inicialmente do “entendimento consensual de que o melhoramento dos padrões socioeconômicos das comunidades do semiárido do Nordeste depende da educação em seus vários níveis” (MCTI, 2001, p. 13).

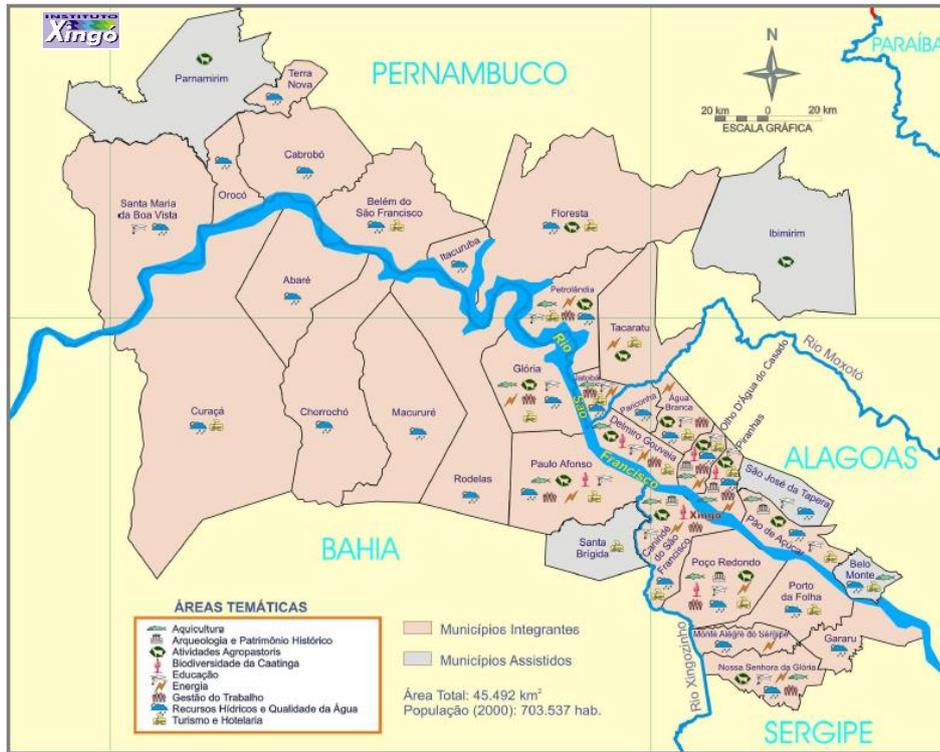
Em termos de abrangência, o Programa Xingó chegou a contemplar 29 municípios de 4 estados — Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe — o Rio São Francisco na sua porção sub-médio e baixo, e áreas das barragens de Sobradinho, Moxotó, Itaparica, Paulo Afonso e Xingó, uma área de 45.492 Km² (Figura 4 e Figura 5) e 703.537 mil habitantes. Como estava previsto desde a assinatura do Protocolo de Intenções que deu origem a este Programa, o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó — Instituto Xingó — reconhecido como ente jurídico ainda em 1998 (MCT, 2001, p. 8), e em 2001 qualificado pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)⁵⁷, passaria agora a gerir o referido Programa. Enquanto Oscip atendia aos requisitos do chamado Terceiro Setor “que visa viabilizar parcerias entre Estado e sociedade para iniciativas inovadoras de desenvolvimento social no enfrentamento da pobreza e da exclusão” (Vieira, 2007, p. 3-4). A ideia do Terceiro Setor e sua relação com o Estado Mínimo, no cenário neoliberal, levantou críticas de especialistas no país quanto ao papel deste último apenas como regulador de políticas que seriam de sua responsabilidade.

Quanto a missão e visão do Instituto Xingó, estava assim definido:

Missão: Promover o desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável, na sua área de atuação, através de produção Científica, aplicação e difusão tecnológica, valorização da cultura local e preservação da biodiversidade, visando a melhoria da qualidade de vida da população e da inclusão Social. Visão: Organização regional, consolidada institucionalmente, reconhecida pela população local, com liderança científica no seu campo atuação, coordenadora e executora de ações promotoras do desenvolvimento do semiárido e da integração da sociedade civil (Instituto Xingó, 2003).

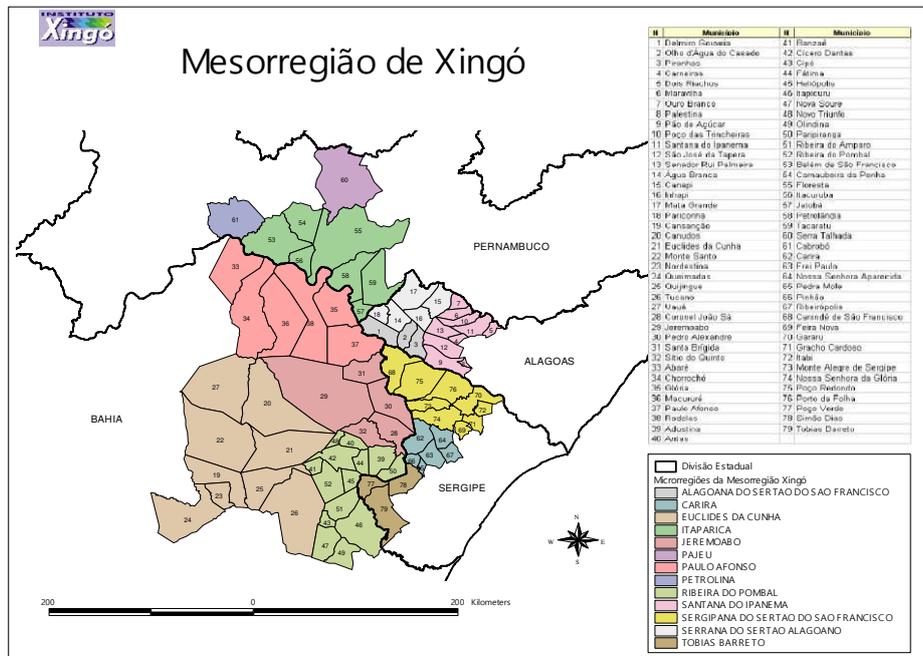
⁵⁷ Com base a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, em seu Art. 1º “Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm Acesso em: 05 nov. 2021. Essa Lei é conhecida como “a nova Lei do Terceiro Setor”, um marco legal que visa regular as relações entre Estado e Sociedade Civil. Para melhor entendimento histórico e da sua concepção, do ponto de vista oficial, consultar FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. Organização da sociedade civil e interesse público - OSCIP: a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor. 2ª Edição (revista e ampliada). Brasília: Comunidade Solidária, 2001.

Figura 4. Municípios atendidos pelo Instituto Xingó.



Fonte: Instituto Xingó (2003).

Figura 5. Identificação da mesorregião de Xingó.



Fonte: Instituto Xingó (2003).

Para o CNPq, em cinco anos de existência, o Programa Xingó realizou diversas atividades (Figura 6; Apêndice VI) em áreas de “real interesse para a região”, quais sejam: educação e gestão do trabalho; biodiversidade da Caatinga; energia; recursos hídricos; aquicultura; atividades agropastoris; informação e divulgação e arqueologia e patrimônio histórico; turismo e hotelaria. Áreas que apresentavam resultados positivos, a exemplo de reuso do resíduo da água dessalinizada, aproveitamento de água subterrânea de cristalino; implantação de herbário e centro de informações sobre biodiversidade regional; finalização do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Energias Renováveis⁵⁸; implantação do curso em associativismo e cooperativismo; conclusão do laboratório para reprodução de peixes; implantação da agroindústria para beneficiamento do caju. “Pode-se afirmar que esta proposta de inserção regional vem alcançando resultados promissores para a região do semi-árido” (CNPq, 2001, p. 44).

Figura 6. Registros de atividades realizadas pelo Instituto Xingó.



Fonte: Instituto Xingó (2003).

Ao analisarmos documentos e entrevistas não nos pareceu existir consenso ou precisão entre membros do Governo Federal quanto ao modelo institucional para o Instituto Xingó. A Comissão Específica de Avaliação do Programa Xingó, formada “Aldo Rebouças (Usp), como relator, Clóvis Cavalcanti (Fundaj), Ana Maria Giulietti⁵⁹ (UEFS) e José Otamar de Carvalho,

⁵⁸ Sobre este Centro ver: BARBOSA, Elielza M. de S. *et al.* Programa Xingó: atividades de inserção das tecnologias energéticas renováveis. An. 4. Enc. Energ. Meio Rural, 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000022002000200045&script=sci_arttext Acesso em: 27 jul 2023.

⁵⁹ Fez parte do Comitê de Busca que indicou, em 2007, o primeiro diretor do Insa.

como consultor” (CGEE, 2001, p. 9), considerou que o Instituto atendia “os requisitos básicos para se transformar em uma unidade de pesquisa do MCT”, por realizar no âmbito da CT transferência e prestação de serviços, possuir missão singular, articulação de competências regional/nacional/internacional, com capacidade de ser

instrumento da política do MCT, sob a forma de: Braço executivo de políticas estratégicas para o desenvolvimento do semi-árido do Nordeste. Laboratórios abertos para uso da comunidade científica regional, nacional e empresarial. Prestação de serviços de alto conteúdo tecnológico e desenvolvimento científico necessário.

Neste caso, o modelo sugerido foi o de Organização Social (OS) “com contrato de gestão com o MCT”. De todo modo, era “necessário realizar esforços adicionais no sentido de modernizar a gestão das atividades [...]”. Ainda a partir das experiências do Programa Xingó, este Comitê apontou a existência no Instituto Xingó de “características de rede”, orientado “por demandas da comunidade” (MCT, 2001, p. 19-20). A propósito, o modelo adotado pelo MCTI para algumas instituições foi o de OS, a exemplo do Instituto Mamirauá.

Contudo, no Relatório Final da Comissão Tundisi, concluído em 2001, e elaborado a partir dos relatórios dos Comitês de Avaliação de cada UP, o Instituto Xingó já é apresentado como uma Oscip. Entende que o Instituto não deveria ser apenas um “Centro de Extensão”, mas ter uma “base sólida de pesquisa diferenciada” focada nos problemas do semiárido, apoiando a extensão, pois na ausência dessa “base sólida, o Programa Xingó desaparecerá em pouco tempo” (CGEE, 2001, p. 81-82). O documento citou a importância de a Chesf manter o apoio financeiro, como assumiu inicialmente, a participação do CNPq por meio de um “Comitê de Supervisão” e, entre outras recomendações:

Dever-se-ia implantar um Instituto Xingó independente, com projetos e objetivos próprios e apoio financeiro diversificado, inclusive com a participação da iniciativa privada. A auto-sustentabilidade nas ações futuras desse Instituto não deveria ser descartada; pelo contrário, deveria ser estimulada (CGEE, 2001, p. 81-83).

O CNPq, no seu relatório de gestão institucional de 2001, ano que celebrou 50 anos de existência, na reflexão sobre sua trajetória, lembra que também passou a dirigir pesquisas para “áreas, temas e regiões geográficas mais carentes, o que torna possível fazer face às demandas regionais” (CNPq, 2001, p. 4). Destacava como a estabilidade do FNDCT, estimula inclusive a redução dos desequilíbrios regionais, e reconhecia que a concentração de insumos e grupos de pesquisa na região Sudeste é uma das dificuldades para o amplo avanço do potencial científico do país. No mesmo documento o Programa Xingó apareceu contemplado na ação denominada “Adaptação de tecnologia para o Semi-Árido – Xingó”, e estava dentro do Programa do CNPq

“Sistemas Locais de Inovação”⁶⁰. Para esta ação, o orçamento executado pelo CNPq, previsto no PPA 2000-2001, correspondeu a R\$ 23 mil reais, em 2000, e R\$ 158 mil reais, em 2001.

Ao avaliar a experiência do Programa Xingó, o ex-coordenador Moises Aguiar diz: “A dimensão disso foi fantástica. Por outro lado, você não sabe se foi bom ou ruim”. E comenta sobre o surgimento das disputas desde o momento em que se considerou a criação de um instituto de CT na e para a região:

Aí veio essa questão da discussão dos institutos e para o Nordeste a criação do Instituto Xingó que, disparadamente, do ponto de vista tecnológico científico, não perderia para ninguém. Fui criticado porque divulguei, fiz um folder com carimbo aprovado [...] porque a turma queria segurar mais isso. Começaram as disputas, os outros interesses. Na Bahia, eles estavam querendo aproveitar porque já existia a experiência arqueológica que era São Raimundo Nonato. O Ceará também entrou com um município, eu não me lembro o nome. E aí, correndo por fora, apareceu a Paraíba, em particular Campina Grande. Porque na Paraíba você tinha duas Paraibas, a dos Cunha Limas, em Campina Grande, e a de João Pessoa, com Maranhão. Então aí na ocasião o governador era o Cássio Cunha Lima, isso já foi no começo do governo Lula. Mas isso estava rolando e ele interessou-se bastante pelo assunto e brigou para que fosse lá em Campina Grande e, por fim, a decisão, já no governo Lula. Enfim, a decisão terminou indo para Campina Grande onde nada existia. Você não tinha sequer o prédio, eles mesmo não tinham essa concepção do Instituto que faria pesquisa aplicada e do Instituto que faria a pesquisa pura, nem a extensão. Na verdade, foi constituído aquilo ali. Eles ouviram o galo cantar e acharam que o canto era interessante e aí encamparam essa história do Instituto sem uma definição maior do que poderia vir a ser e o que tinha sido criado. Necessariamente se o Insa tivesse vindo para o Instituto Xingó você tinha que dar dentro do Instituto Xingó um incremento com relação à pesquisa pura e como você fazer o que estava sendo feito de pesquisa aplicada, à transferência de tecnologia e extensão, ter a concepção dos institutos de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, que era pouco com relação à pesquisa aplicada, a transferência tecnologia e a extensão. O modelo que estava aqui era outro. Teria que casar isso. Tinha como? Tinha, porque havia estrutura física, tinha as experiências já existentes, enfim. Você tinha uma massa crítica para você aplicar com mais propriedade, do que foi o começo do Insa a partir do zero, a partir de uma sala. Mas houve essas negociações, enfim, o governador da Paraíba então conseguiu. Foi uma luta, travou essa batalha e ganhou. Não pode haver crítica. Ele queria uma coisa que ele viu que estava bom. Nada melhor do que ele levar essa experiência lá para o estado dele. Mas por outro lado, deixou de aproveitar uma ampla estrutura que tinha sido montada, coisas que estavam funcionando. A experiência disso foi a propagação tamanha de uma das áreas temáticas, que era energia alternativa, [...] uma experiência que se multiplicou (Entrevista em agosto de 2023).

O fato é que no Relatório Tundisi, no capítulo que trata “Das recomendações à expansão do sistema de UPs”, no subtópico “6.2 Execução de P&D em novas Áreas de Conhecimento⁶¹”,

⁶⁰ Este Programa “tem por objetivo ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando a melhoria da competitividade econômica e da qualidade de vida da população”, e contemplava mais três ações: Fomento à Geração e Adaptação de Tecnologias Apropriadas; Fomento a Processos de Inovação Tecnológica baseados em Oportunidades e Capacidades Locais; e Fomento à Gestão de Incubadoras e Parques Tecnológicos (CNPq, 2001, p. 42).

⁶¹ Também propuseram a criação de Redes Temáticas: “sócio-cultural” para reunir pesquisadores das Ciências Sociais, tornando mais explícitas as “especificidades da realidade sócio-política-cultural brasileira” a partir de

consta a sugestão de institucionalizar UPs julgadas como prioritárias, mas não se tratava do Instituto (e o Programa) Xingó, este já anunciado no documento como uma Oscip, fora da estrutura do MCTI, com atividades fundamentalmente de extensão, apesar de realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, via áreas temáticas coordenadas por pesquisadores das universidades parceiras (Quadro 5). Caberia, portanto, ao MCTI “um esforço adicional de C&T para o semi-árido” dirigido às necessidades e potencialidades regionais, razão pela qual o Ministério havia lançado um edital para a região, inserido no Programa Institutos do Milênio. Assim sendo, a “Comissão propõe a criação, em adição às duas iniciativas acima, de um *Instituto de Desenvolvimento do Semi-Árido Nordestino*, com caráter de Instituto Nacional” e, entre os estados do Nordeste⁶², deveria ter sua *sede no município de Juazeiro, na Bahia*. Esse novo instituto exerceria papel de articulador e executor de ações de CT. Para tanto, foram sugeridas algumas diretrizes de missão:

realizar pesquisas científicas e tecnológicas com o objetivo de dar sustentabilidade ao desenvolvimento do semi-árido nordestino; concentrar suas ações em recursos hídricos e biodiversidade do bioma Caatinga; e dar apoio institucional ao Instituto do Milênio sobre o Semi-Árido (CGEE, 2001, p. 86, grifos nossos).

As justificativas da escolha do local de instalação deste Instituto Nacional foram:

- Juazeiro está localizada no centro geográfico do semi-árido nordestino;
- a Bahia é o Estado brasileiro mais populoso que ainda não possui nenhuma Unidade de Pesquisa do MCT;
- é, ainda, o Estado com a maior extensão territorial do semi-árido (cerca de 50% de sua área);
- Juazeiro é servida por um aeroporto, com voos diários para Brasília e principais capitais do Nordeste;
- a cidade está localizada à margem do rio São Francisco, entre as duas maiores represas da região: Itaparica e Sobradinho, local ideal para o estudo do uso e qualidade das águas do São Francisco e de seus lagos;
- conjunto Juazeiro/Petrolina possui a melhor infraestrutura do semi-árido, bem como dispõe de vários cursos de nível superior (CGEE, 2001, p. 86).

Quadro 5. Lista das áreas temáticas do Programa Xingó e seus respectivos coordenadores.

Áreas Temáticas	Coordenadores/as	Instituição
Energia Solar	Profa. Elielza Moura	UFPE
Arqueologia e Patrimônio Histórico	Profa. Maria Tereza Souza Cruz	UFS

estudos de diversos temas como desigualdade; “Nanotecnologia”, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições e setores; “Biotecnologia”, reunindo pesquisadores para avançar nas investigações, gerar conhecimento e soluções (CGEE, 2001, p. 86-87).

⁶² Entre 1999 e 2002, os governadores do Nordeste eram: AL - Ronaldo Lessa (PSB); BA - César Borges (PFL); MA - Roseana Sarney (PFL); CE - Tasso Jereissati (PSDB); SE - Albano Franco (PSDB); PB - José Maranhão (PMDB); PE - Jarbas Vasconcelos (PMDB); PI - Mão Santa (PMDB); RN - Garibaldi Alves Filho (PMDB). Tratando-se da região semiárida, não podemos deixar de citar o estado de Minas Gerais, que naquele momento o governador era Itamar Franco (PMDB).

Áreas Temáticas	Coordenadores/as	Instituição
Atividades Agropastoris	Profa. Vera Lúcia Albuquerque Ramalho	UFRPE
Recursos Hídricos e Qualidade da Água	Profa. Isabel C. S. Marinho	UFRPE
Educação e Gestão do Trabalho	Profa. Ediméa Nunes Sena	UFRPE
Aquicultura	Profa. Fábio Castelo Branco Costa	Ufal
Informação e Divulgação	Profa. Lílian Cristina Monteiro França	UFS
Turismo e Hotelaria	Profa. Marinalva Pontes Soares	UFPE
Biodiversidade da Caatinga	Profa. Maria Bernadete S. Maia	UFPE
Arquitetura e Urbanismo – reforma/adaptação do canteiro de obras da UHE de Xingó	Tânia Franca Jurema (Arquiteta)	Chesf - cedida ao Instituto Xingó

Fonte: Elaboração própria, com base no Relatório da Comissão de Avaliação do Programa Xingó (MCT, 2001, p. 5).

Tomando como referência o relatório do Comitê de Avaliação do Instituto-Programa Xingó, em nenhum momento foi feita a recomendação de uma UP na Bahia. Também não encontramos nos documentos analisados informações sobre possíveis discussões para esta definição dirigida. Visando atenuar problemas de cortes e contingenciamentos de verbas destinadas à ciência e tecnologia, o que compromete planejamento, ainda que a curto prazo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, previa um dispositivo que impedia o contingenciamento de recursos para CT. Se aprovado pelo Congresso Nacional, o orçamento do MCTI em 2003 seria de R\$ 2,6 bilhões, deste volume de recursos foram reservados “R\$ 25 milhões para a constituição de dois novos institutos e a incorporação do Instituto Bioamazônia”, conforme ressaltou João Evangelista Steiner, secretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCT (Pesquisa Fapesp, 2002, p. 16).

O Instituto do Semi-Árido Nordeste, com dotação de R\$ 8 milhões, terá como principal missão coordenar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias nas áreas de recursos hídricos, controle da desertificação, clima e pobreza. A região, com mais de 25 milhões de habitantes, tem um imenso potencial produtivo, apesar de ser uma das áreas mais desprovidas de recursos de ciência e tecnologia em todo o país, segundo Steiner. Ele lembra, por exemplo, os resultados do trabalho do Centro de Pesquisa sobre o Semi-Árido, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que promoveu ‘uma verdadeira revolução’ na fruticultura irrigada nas regiões de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia (Pesquisa Fapesp, 2002, p. 16).

Ocorre que, em 2004, a despeito de todas as justificativas apresentadas, o presidente da república Luís Inácio Lula da Silva (PT) (2003-2011), sancionou a Lei nº 10.860 de 14 de abril, que criou na forma de uma Unidade de Pesquisa (UP) do MCTI o “*Instituto Nacional do Semiárido (INSA)*”, dedicada a temas relacionados a região semiárida do Brasil, com sede no município de Campina Grande, na Paraíba. Na ocasião da institucionalização, o ministro de

ciência e tecnologia era Eduardo Campos⁶³ (em memória) (PSB-PE) (2004-2005), que havia substituído o ex-ministro Roberto Átila Amaral Vieira⁶⁴ (PSB) (2003-2004). As razões técnicas ou de outra natureza, que embasaram as mudanças relacionadas ao futuro instituto, até mesmo a “transferência” de Juazeiro (BA) para Campina Grande (PB), não foram divulgadas, muito menos se houve debates, e quais ideias, interesses ou negociações. Cabe dizer que tanto os ex-ministros Roberto Amaral (2003-2004), quanto Sérgio Rezende (PSB) (2005-2010), bem como o primeiro diretor do Insa, Roberto Germano⁶⁵, conheciam o Programa Xingó e, em determinado momento, houve uma tentativa por parte do MCTI de incorporá-lo ao Insa.

Rezende comenta que soube do interesse em criar na localidade onde funcionava este Programa, um Instituto do MCTI voltado para o Semiárido, durante a gestão do ex-ministro Ronaldo Sardenberg, mas não havia entendimento quanto a natureza jurídica. E complementa:

E aí aconteceu o seguinte Ana: um belo dia em algum lugar que eu não lembro onde é que foi, fizeram um contato dizendo que o embaixador Sardenberg queria conversar comigo. Não lembro se foi em Brasília ou se foi uma passagem dele aqui no Recife. Ele contou essa história, esse cenário, e me convidou para ser o diretor desta unidade que seria criada. Que era pesquisa. Eu não tinha relacionado ela com o Relatório Tundisi. [...] Acho que essa conversa foi antes de 2000, mas não me lembro. Pode ter sido em 2000. Pode ter sido consequência do Relatório Tundisi que apontava essa

⁶³ Eduardo Henrique Accioly Campos, pernambucano, economista, filho do poeta Maximiliano Campos e de Ana Arraes, advogada, ex-deputada federal e ministra do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi chefe de gabinete, secretário de governo e secretário da Fazenda durante a gestão de Miguel Arraes (PSB), ex-governador de Pernambuco, também seu avô materno. Filiou-se ao PSB, eleito deputado estadual, deputado federal por três vezes (1994, 1998, 2002), e entre 2005-2006 assumiu a presidência nacional do PSB. Governador de Pernambuco por duas vezes e em 2014 estava pré-candidato à presidência da república, mas faleceu no mesmo ano. Fonte: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/eduardo-henrique-accioly-campos> Acesso em: nov. de 2023.

⁶⁴ Roberto Atila Amaral Vieira (1939), cearense, tem graduação em Filosofia pela FCFC, e em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFC. É Cientista Político, Jornalista, Escritor. Com uma longa trajetória de militância política e profissional, ocupou diversos cargos. Para citar alguns: vice-presidente da UNE (1961-1962), período que também ingressa no PCB. Perseguido durante a Ditadura Militar. Docente da Faculdade de Direito da UFRJ e da Escola de Comunicação da mesma Universidade, do curso de Comunicação da PUC-Rio, do curso de Direito Constitucional e Economia Política da Universidade Gama Filho. Foi coordenador da editora da FGV. Foi presidente da ABEPEC, um dos fundadores do CEBELA. Conheceu Miguel Arraes em 1961, quando prefeito do Recife. Foi um dos refundadores do PSB, em 1985, onde assumiu vários cargos, presidindo-o em 2005, após a morte de Arraes. Atuou no PSB por três décadas, porém, em 2014, se desfilou por discordar do apoio do partido ao candidato do PSDB, Aécio Neves, para a presidência da república, naquele mesmo ano. Representou o PSB no Conselho Político da Presidência da República nos dois mandatos do presidente Lula e no primeiro mandato de Dilma. É colunista da Revista Carta Capital. Informações obtidas em: <https://ramaral.org/biografia/>; <http://lattes.cnpq.br/8426893929960087> Acesso em: 29 jul. 2023.

⁶⁵ Roberto Germano Costa, natural de Picuí/Paraíba, é Agrônomo, Zootecnista e mestre em Zootecnia pela UFPB, doutor em Produção Animal pela Unesp. Pós-Doutorado pela Universidade de Córdoba, UCO/Espanha. Atualmente é professor Titular da UFPB. Foi Diretor do Insa (2007-2011) e Presidente da Fapesq-PB (2019-2022). É o atual Coordenador do Fórum Nacional de PPGZ e Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, além de membro da Comissão Nacional do Cerrado Sustentável e coordenador da Rede Iberoamericana de Conservação de Recursos Zoogenéticos. Foi membro do Comitê de Busca para Diretor do Insa (2019) e Diretor do Centro de Formação de Tecnólogos da UFPB/Campus IV, Departamento Agropecuária (1997-2001). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1372989549983849> Acesso em: 23 mai. 2023.

saída. [...] Mas o fato é que eu fui convidado para ser o primeiro diretor desse instituto [...]. Rejeitei na hora e a rejeição foi por natureza política. Eu não queria trabalhar no governo Fernando Henrique. Ponto. Não queria. Também via dificuldades com a instituição que não teria natureza jurídica definida. Nessa época, não lembro se eu estava me preparando ou se já estava na prefeitura de Olinda. Estive na prefeitura em 2001 e 2002 e foi então uma época pré-eleitoral. Não lembro exatamente como foi, mas fui convidado para essa instituição que chamou de Instituto Xingó e que infelizmente não vingou. Não sei o que aconteceu com o Instituto Xingó. [...] a Chesf que era a dona do território, iria financiar parcialmente, mas ela tinha também muitas limitações. Não era claro, como é que essa instituição passaria a ser uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. É muito difícil um Ministério, como o de Minas e Energia, ceder para outro Ministério toda uma instalação existente. Então tinha várias complicações, mas para mim a maior era política (Entrevista em novembro de 2022).

Analisando o Relatório Tundisi, especificamente sobre algumas recomendações no âmbito do papel da nova UP, a ideia de um articulador e executor de CT focadas em recursos hídricos e biodiversidade do bioma Caatinga, na perspectiva do desenvolvimento regional, sem dúvida há uma confluência com atividades que o Instituto-Programa Xingó vinha realizando, e com diretrizes de ações do Insa sobretudo a partir do planejamento estratégico em 2007. Ao mesmo tempo converge com a perspectiva apontada tanto pelo ex-coordenador Moises Aguiar, quanto pelo Comitê que o avaliou, de ampliação do modelo deste Programa para outras áreas do Semiárido nordestino. Veremos que alguns envolvidos no processo de criação e implantação do Insa vão incorporar ideias ou, para alguns, se inspirar nessa experiência. Para o novo instituto, recomendava-se no Relatório além de ser executor de ações de CT, a função de um articulador regional, mas essa ideia não é nova. Durante a entrevista com Aguiar, dois temas foram abordados como preocupação e esforço de operacionalizá-los nas ações do Programa Xingo e do Instituto Xingó como seu gestor: articulação regional, pois reconheciam a existência de uma dispersão do conhecimento e atividades produzidas, e a questão da convivência com o Semiárido. Esse novo instituto seria um centro essencialmente de pesquisa (básica e aplicada) ou um órgão gestor de CT, com foco na articulação de competências regionais? Podemos tipificar o Insa como uma instituição com intrínseca ambiguidade estrutural e funcional?

3.1 Insa: a ideia inicial era que fosse “um gestor de ciência para transformação social”

No Relatório Tundisi, termos como pesquisa, articulação, desenvolvimento, e execução de CT, atravessam a ideia de criação da nova instituição, denominada em diferentes momentos e em outros documentos como “Instituto de Pesquisa do Semi-Árido Nordeste” ou “Instituto do Semi-Árido Nordeste” ou, ainda, “Instituto de Desenvolvimento do Semi-Árido

Nordestino”. O que pode parecer apenas termos e denominações aleatórias, no nosso entendimento expressam ideias e interesses distintos. Havia, por parte do MCTI, um entendimento da importância e do potencial científico e tecnológico do Nordeste, e a experiência do Instituto-Programa Xingó uma das expressões disso, além da desvantagem da região em relação as demais regiões do país, no âmbito da política de ciência e tecnologia. Em entrevista, João Evangelista Steiner, afirmou que a partir de 2003, a criação da nova Unidade de Pesquisa (UP) estava prevista em portaria ministerial, e sugestões resultantes da reunião de avaliação com os gestores no final de 2002, seriam repassadas à equipe de transição do novo Governo Federal.

Coube então ao Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) – e a sua equipe – que assumiu em janeiro de 2003, dar andamento as ações do MCTI. Nesse novo cenário político, os governos estaduais do Nordeste, eleitos para o período (2003-2006)⁶⁶ também tomaram posse. Como de praxe no início de qualquer Governo, nas discussões e negociações sobre a participação dos partidos políticos da base de apoio, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), presidido pelo ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), e que havia contribuído com a campanha presidencial, solicitou o MCTI. De acordo com ex-ministro Sérgio Rezende, “isso não agradou a muitos políticos do seu partido”. Ele completa:

porque o Ministério da Ciência Tecnologia não tem muitos cargos que as pessoas possam escolher livremente. Os diretores dos Institutos são escolhidos através de editais, de Comitê de Busca, pela experiência científica deles e não pela indicação política. Mas Arraes queria esse ministério e então, como eu falei, o primeiro-ministro foi Roberto Amaral, que era do PSB, muito ligado a Arraes, o segundo foi Eduardo Campos e depois fui eu. [...] Arraes, apesar de não ter formação científica e acadêmica, tinha uma grande admiração pela ciência e uma percepção que não é comum entre os políticos de que a ciência é essencial para avançar em muitas áreas. [...] Na verdade, ele quase não usava essa expressão Ciência, ele usava a expressão Conhecimento. Só que conhecimento em latim é Ciência (Entrevista em novembro de 2022).

O cearense Roberto Amaral (PSB) assumiu a liderança do MCTI (2003-2004). Neste momento, o novo instituto para o Semiárido, objetivado no Insa, foi idealizado como uma UP, porém com a função de Gestora em CT. Mas, como operacionalizar essa proposta dentro do MCTI? Os jornais *Agência Brasil* e o *Estadão*, já em fevereiro de 2003, noticiavam a criação do “Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa)”, conforme anunciado por Amaral — em Maceió

⁶⁶ AL - Ronaldo Lessa (PSB) reeleito; BA - Paulo Souto (PFL) manteve o partido; CE - Lúcio Alcântara (PSDB) manteve o partido; MA - José Reinaldo Tavares (PFL) manteve o partido; MG - Aécio Neves (PSDB); PB - Cássio Cunha Lima (PSDB); PE - Jarbas Vasconcelos (PMDB) reeleito; PI - Wellington Dias (PT); RN - Wilma de Faria (PSB); SE - João Alves Filho (PFL).

e em Recife, respectivamente —, “um novo órgão para fomentar o desenvolvimento científico no Nordeste”. Ainda sem definição de local de instalação e data de inauguração, o Instituto tinha “cerca de 5,3 milhões” garantidos provenientes dos fundos de investimentos no setor, e a perspectiva de ser implantado em um município nordestino que atendesse a maior parte dos critérios exigidos pelo MCTI, como contrapartida de governos locais, logística e desenvolvimento, antecipava o *Estadão*. Faria parte de esforços do governo para “dotar a região de condições de igualdade com as demais mais desenvolvidas do país”, revelou Amaral, a *Agência Brasil*. Nessa perspectiva, o Insa, trabalharia em parceria com os diversos órgãos da região (Dnocs, Sudene, BNB etc.). A ideia para o novo órgão era de que não deveria “sobrepor projetos ou atividades. O instituto vai funcionar como uma espécie de gerência geral. Afinal, nosso maior interesse é produzir ciência e tecnologia de forma ordenada. Só assim teremos resultados efetivos”, declarou Amaral, ao *Estadão*⁶⁷. Na visão do ex-ministro:

Não há possibilidade de desenvolvimento econômico-social, de crescimento, de distribuição de renda, de superação dos dramáticos desníveis sociais, pessoais e inter e intra-regionais sem fortes e constantes investimentos em ciência e tecnologia. O desafio que se coloca para nós no campo da C&T, é garantir a continuidade do desenvolvimento dos atuais centros de excelência, consolidar os avanços já realizados e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento acelerado das regiões mais atrasadas. É preciso saber conciliar continuidade e ação inovadora. Podemos citar como exemplos, nesse contexto, o projeto de implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus; do Centro Regional de Ciências Nucleares, no Recife, que facilitará o tratamento médico e a conservação de alimentos, beneficiando toda a região; o projeto do Instituto Internacional de Neurociência, em Natal; e a instalação, em Porto Alegre, de um Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC. Encontra-se em discussão com a Universidade Federal do Ceará a possível implantação de um Centro de Farmacologia Aplicada, em Fortaleza [...]. Em sua fase final está a instalação, no Nordeste, do Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-Árido, para coordenar todos os esforços visando conhecer melhor os recursos da região e manejá-los adequadamente no sentido de sua redenção econômica e de sua inclusão social (Amaral, 2003, p. 93-94).

A recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis)/MCTI era comandada por Jocelino Francisco de Menezes⁶⁸ (PSB). Na época, Amaral delegou a ele a

⁶⁷ *Agência Brasil*. “Roberto Amaral anuncia criação do Instituto Nacional do Semi-árido”, no dia 26/02/2003. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2003-02-26/roberto-amaral-anuncia-criacao-do-instituto-nacional-do-semi-arido> Acesso em: 29 jul 2022; *Jornal Estadão*. Nordeste ganha Instituto do Semi-Árido. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/ciencia/nordeste-ganha-instituto-do-semi-arido/> Acesso em: 29 jul 2022.

⁶⁸ É sergipano, formado em Administração pela UFS, mestre em Administração pública pela UFSC, especialista em Gestão de Ciência e Tecnologia pela USP, e especialista em Análise Organizacional pela FGV. Professor Emérito da UFS, onde também foi Pró-reitor de Extensão e ocupou outros cargos. Foi presidente da FAPESE e um dos seus fundadores. Possui vasta experiência em gestão pública, atuando em diversos órgãos federais. Para citar algumas: diretor executivo e administrativo da GEAP, diretor Executivo da Funasa, exerceu funções de secretário, subsecretário no MS, TSE, MCTI, AEB. Membro de Conselhos da FINEP, RNP, Dataprev. Participou

missão de ficar à frente da proposta de criação e organização do Insa. Tanto os ex-ministros Roberto Amaral (2003-2004) e Sérgio Rezende (2005-2010), quanto o secretário Jocelino Menezes (2003-2004), tiveram conhecimento sobre o Relatório Tundisi. “Foi um relatório feito por pessoas com muita experiência, um relatório bem-feito e com recomendações. E as recomendações o Governo acata se quiser. Então no Governo Lula o relatório do Tundisi teve pouca importância”, diz Rezende (Entrevista em novembro de 2022), que assumiu o MCTI quando o Insa estava sendo implantado. Por outro lado, Jocelino Menezes, revelou que ele e Amaral viram este Relatório e dialogaram muito sobre o assunto, inclusive com pessoas envolvidas no Instituto Xingó. Ambos conheceram pessoalmente o Instituto Xingó, mas entenderam ser um “espaço físico determinado” e, do ponto de vista conceitual, não correspondia ao que estava sendo pensado para o Insa. Em 2003, o deputado Jorge Alberto (PMDB-SE) enviou requerimento⁶⁹ ao MCTI solicitando que, na iminência da criação do Insa, o Instituto Xingó fosse incorporado a ele. Menezes afirmou que:

O Instituto [Xingó] ajudou até na questão mais ideológica, na questão da necessidade efetiva da ciência como instrumento de transformação, mas a forma de fazer isto, do Instituto Xingó é uma, e a forma que nós pensamos para o Insa é outra completamente diferente. [...] de ponto de entrada, a gente sabia que a indicação do Instituto Xingó era uma e eu sempre dizia: Amaral, o espaço físico do Instituto Xingó está determinado, o nosso estado físico do Insa não tem determinação. Vale os 9 estados do Nordeste, mais o sertão de Minas [...], aí eu disse bem assim: o espaço do sertão é ilimitado. É muito mais de Guimarães Rosa do que de Celso Furtado. É muito mais do imaginário do que do real. Sabe! Principalmente num país tão diásporo como o Brasil é. Então, é muito mais “Grande Sertão: Veredas”, do que o Semiárido da Paraíba, de Sergipe, de Pernambuco, sabe! É uma coisa assim, muito mais da transformação desse imaginário de sertões e de veredas que Guimarães Rosa tinha. Isto daí, tirando essa simbologia literária, para a simbologia real, não é! Se a gente pode dizer que existe uma simbologia real, mas é uma simbologia necessária, é que o papel do Insa não seria físico, ele seria estratégico de transformação. [...] O Xingó foi uma experiência muito importante. Eu não sei hoje por que não acompanhei mais, mas naquela época o Xingó tinha uma transformação muito grande (Entrevista em dezembro de 2022).

Entre os Interlocutores da pesquisa, do quadro de pessoal do Insa, um deles afirmou: “o Insa foi criado a partir do Relatório Tundisi”. Disse ter ouvido isso de Carlos Oiti — que participou da Comissão Tundisi, como Coordenador Geral de Avaliação Técnica. E que teve conhecimento devido as repercussões em outras unidades de pesquisa, particularmente no Inpa, chegando a ler parte do documento. Argumentou que havia um consenso sobre as desigualdades

da criação e implantação da SECIS. Também foi diretor de pesquisa do INEP. Foi filiado ao PSB (1993-2014). Informações extraídas do currículo enviado por Menezes, em novembro de 2023.

⁶⁹ Tramitação-INC-154-2003. “Requer o envio de indicação ao senhor Ministro da Ciência e Tecnologia sugerindo que na criação do Instituto Nacional do Semi-Árido haja a incorporação do Instituto Xingó”.

na distribuição das UPs, a maior parte concentrada no Sudeste, e no Nordeste, além de existir apenas representações de unidades de pesquisa como o Inpe e o CTI, nenhuma estava situada no Semiárido ou tinha a região como foco de atuação. Outro dado era que as pesquisas nesta região, realizadas predominantemente pelas universidades, eram difusas. Assim, para ele, a informação era que o Insa havia sido pensado num molde diferente, “para ser um articulador regional das instituições”, ou seja, “articular pesquisas, viabilizar pesquisas, esse tipo de coisa” (Entrevistas em maio de 2023). Mas que não tinha conhecimento sobre os desdobramentos.

Não estava em discussão a denominação dessa nova instituição para o Nordeste — Instituto Nacional do Semiárido (Insa) —, muito menos em qual Ministério deveria estar vinculada — o MCTI. O que estava em jogo eram questões relacionadas a estrutura organizacional e gerencial e à definição da localização. A “briga começou antes de se criar o Instituto”⁷⁰, diz Menezes, ao se referir às disputas pelo Insa por parte das elites políticas dos estados do Nordeste como a Paraíba, o Ceará, o Rio Grande do Norte. Ele afirma que a escolha do município de Campina Grande, na Paraíba, para instalar o Insa, foi técnica e não política. Foi um ato ministerial orientado e pensado por um “Comitê de Busca”, criado por sugestão do CNPq, para buscar o local mais apropriado “cientificamente”. Assim sendo, não teve qualquer indicação política de pessoas ou grupos locais, diz Menezes. E enfatiza:

[...] absolutamente ninguém da Paraíba participou, em nenhum momento, isso aí eu digo categoricamente. Quem diz bem assim: nós da Paraíba criamos, não teve ninguém que participou da criação do Instituto, absolutamente. Eu digo isso com veemência porque a sua tese tem que ser verdadeira. Ninguém da Paraíba participou da criação. Ninguém, absolutamente ninguém! [...] O Amaral teve o bom senso e por indicação e sugestão do Erney [Felício Plessmann de Camargo], que era presidente do CNPq [2003 a 2007], um companheiro nosso, disse: não Amaral, você faz o seguinte, você pede a Jocelino para fazer um edital. Vamos fazer um Comitê de Busca, mas para buscar o local mais apropriado. Que seja o mais apropriado cientificamente, usando esse cientificamente entre aspas, obviamente, que justifique o lugar mais necessário, mais apropriado que tenha condições de fazer isto. De se colocar... Bom! E este Comitê definiu que seria na Paraíba e na Paraíba seria Campina Grande (Entrevista em dezembro de 2022).

Seguindo tais orientações, o ex-ministro Roberto Amaral nomeou oficialmente um Grupo de Trabalho (Quadro 6) formado por cinco especialistas, vinculados a diferentes

⁷⁰ Uma matéria do Jornal *Diário do Nordeste*, publicado em 08/04/2003, dizia “Ceará mostra condições para projeto”, ao se referir a formação do Grupo de Trabalho para definição do local onde seria instalado o Insa, e defende o Ceará por possuir as credenciais necessárias, com destaque para o Cariri como local estratégico. Não encontramos outros registros nas mídias, de reivindicações de outros estados, apesar dos relatos por parte de todos os interlocutores. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/ceara-mostra-condicoes-para-projeto-1.60243> Acesso em: 01 ago 2021.

instituições, para “realizar estudos com vistas à criação do Instituto do Semi-Árido, definindo sua localização, estrutura e forma de atuação”, que deveria ser finalizado em um mês, ou seja, no período de 12 de março a 15 de abril de 2003. Pelo que consta, em meados de abril daquele ano, o lugar onde seria instalado o Insa já estava definido: Campina Grande, PB.

Quadro 6. Composição do Grupo de Trabalho (GT) para implantação do Instituto do Semiárido.

Instituição	Representante
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento/MCT	Gilberto Fernandes de Sá (Coordenador)
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social/MCT	Milton Coelho da Silva Neto
Universidade do Estado da Bahia, Uneb	Manoel Abílio de Queiroz
Universidade Federal de Sergipe, UFS	José Fernandes de Lima
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs	Eudoro Walter de Santana

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria MCT nº 104, de 12 de março de 2003.

Todos os interlocutores da pesquisa endossaram a escolha de Campina Grande para abrigar o Insa como uma das melhores opções entre as cidades da região, pois congrega diversos aspectos em um ambiente de “conhecimento técnico-científico muito forte”; e é um polo tecnológico, educacional e estratégico — possui duas universidades públicas (UFCG e UEPB) com pesquisadores de ponta, considerando que muitas universidades importantes do Nordeste estavam nas capitais; possui várias faculdades privadas; é uma cidade que está na fronteira do Semiárido, o que pode facilitar processos de comunicação e articulação; possui uma boa infraestrutura de hotéis, aeroporto; pela sua importância, abriga também a sede da Fapesq, da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), e tem a unidade da Embrapa Algodão; além de ser palco de movimentos e eventos importantes.

Manoel Abílio Queiroz — Engenheiro Agrônomo, ex-pesquisador da Embrapa/CPATSA e professor da Uneb —, um dos membros desse GT, afirmou na nossa entrevista que Campina Grande “possuía uma quantidade de doutores, maior que as outras cidades do mesmo porte” (Entrevista em junho de 2023). Sobre isso, recuperamos um dado apresentado por ele em uma palestra realizada dia 14 de novembro de 2003, na UFRN, quando afirmou que eram “quatro mil doutores no Nordeste e, desse total, apenas 400 deles estão no Semiárido. Desses 400, 50 % estão em Campina Grande, na Paraíba” (CGEE, 2003, p. 17).

De acordo com o ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Ceará, Hélio Barros, desde a divulgação do “relatório da Unesco com o resultado da consultoria para avaliação da localização do Insa, ficou clara a indicação de Campina Grande”. Diz ainda que “abriu mão da briga com outros estados pela localização do Insa, pois o Ceará poderia não ganhar, e jogou

todas as fichas pela criação da Renorbio”. Com sua contribuição, os membros do Fórum Nordeste de Ciência e Tecnologia entraram em consenso quanto a vantagens que a Renorbio traria para os estados “do que as disputas entre eles” e com essa compreensão fizeram uma proposta ao ex-ministro Roberto Amaral: “abririam mão da indicação da sede do Insa, deixando o Governo Federal à vontade para fazer a escolha pelo critério que achasse conveniente, mas, por outro lado, queriam a Renorbio com recurso em caixa [...] e todos os estados abriam mão da escolha da sede. ‘Até a Paraíba’”, afirmou Barros (Flamingo Araripe, 2011). Essa mesma matéria informa que:

A posição unificada dos Fóruns de Secretários de Ciência e Tecnologia e das Fundações de Amparo à Pesquisa da Região Nordeste ratifica a defesa da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), em “Nota de apoio do Insa” divulgada após reunião em Salvador no dia 3 de novembro de 2003, pelo seu presidente à época, Rafael Lucchesi. A nota transmite ao Presidente Lula congratulação por implantar o Instituto do Semi-árido na cidade de Campina Grande. Os secretários e presidentes das FAPs manifestam que decidiram ‘concentrar esforços na Renorbio, no desenvolvimento de tecnologias para combater problemas relacionados à produção de alimentos, saúde e desenvolvimento de culturas de exportação. Esta escolha deriva da compreensão do papel do Brasil como líder mundial de pesquisa em genética tropical, cujos resultados poderão ajudar a atenuar os problemas comuns a outros países em desenvolvimento’. Para eles, o Insa deve ter sua atuação focada na lógica da constituição de redes regionais, a exemplo da Renorbio (Flamingo Araripe, 2011).

Uma vez definido o local onde seria instalado o Insa, isto é, Campina Grande, na Paraíba, Jocelino Menezes disse que era necessário estabelecer a comunicação com o Governo deste estado e demais gestores locais, como deve ser feito em qualquer ato político de Estado. “Isso é a praxe da boa educação, do respeito as instituições, enfim, isso é o óbvio lulante”. Na época, o governador era Cassio Cunha Lima, que “não era uma pessoa de esquerda, era um governador do PSDB, que o pai tinha sido governador também”. De acordo com Jocelino Menezes, *o Insa não demandaria espaço físico determinado, uma vez que teria um papel mais estratégico, uma estrutura moderna, visando a transformação da realidade, e seria diferente das demais UPs do MCTI*. “O Insa na nossa cabeça, na minha e do Amaral era pra ser um ente jurídico rigorosamente, estritamente virtualizado, sem estrutura organizacional, a mínima possível” (Entrevista em dezembro de 2022, grifos nossos).

Ele destacou, como inspiração, a ideia de arranjos produtivos, de uma ciência à serviço da sociedade, de agregação de conhecimentos para transformação social e indução de desenvolvimento, e lembrou, principalmente, de uma de suas experiências no projeto “Nordestinos, o Brasil em busca de soluções”, lançado pela Rede Globo, em 1984. Disse ainda que tal projeto foi concebido e executado pelas universidades federais, do qual participou quando era pró-reitor de extensão na Universidade Federal de Sergipe (UFS), como parte do

comitê coletivo que envolveu mais de uma dezena de universidades do Nordeste para fazer o levantamento de toda a potencialidade científica, tecnológica e de inovação para inclusão social no Semiárido. A compreensão é de que há muito conhecimento e experiências realizadas na e sobre a região, e a questão está em como utilizá-las para transformar a realidade.

O relatório do projeto Nordestinos: o Brasil em busca de soluções, lá nas suas conclusões afirma: A população sertaneja está cansada de promessas e frustrações. Quando se fala em falta de decisão política para resolver os problemas urgentes dos sertões, estranha-se. Afinal de contas, nos últimos anos, o Nordeste tem sido um peso político considerável dentro do partido governista e seus representantes têm ocupado cargos importantes. A Prova dos Nove foi feita: não basta ter representação política formal é preciso a mobilidade de todos. Sem mobilização democrática não haverá transformação social. Esta é a política que os sertões precisam: participação e cidadania (**Projeto Nordestinos: o Brasil em busca de soluções. Relatório de Viagem ao Sertão. Rede Globo, 1984, p. 26**⁷¹, grifos no original).

Nessa fase de pensar e estruturar a proposta do Insa, além das experiências do Programa Xingó e do “Projeto Nordestinos: o Brasil em Busca de Soluções”, citados por Menezes, ele nos confirma o conhecimento e a consulta de dois documentos demandados pelo MCTI, ainda em 2002, na gestão do ex-ministro Sardenberg, no contexto das discussões sobre a nova unidade de pesquisa para a região: o primeiro, com o título “Instituto Nacional do Semi-Árido: proposta de criação e implantação — Documento para discussão”, publicado em abril de 2003, elaborado por dois cientistas, o biólogo Aldo Malavasi Filho (IB/Usp-Moscamed Brasil) e o agrônomo, já citado, Manoel Abílio de Queiroz, através de uma consultoria pelo CGEE. Por sinal, também serviu de consulta no processo de elaboração do primeiro planejamento estratégico do Insa (2007-2008). Ambos os autores participaram ativamente de diferentes atividades no processo de criação e estruturação do Insa: no referido planejamento estratégico, que resultou no PDU (2008-2011) prefaciado por eles; em Comitê de Busca para seleção de diretor com a participação de Malavasi em duas seleções; no concurso para pesquisadores, realizado em 2008; no GT para escolha do local de instalação do Instituto.

Neste documento para discussão, Malavasi e Queiroz destacaram o papel de importantes instituições estaduais e federais de ensino e pesquisa na região e a competência técnica instala,

⁷¹ Foram quase dois meses de trabalho de campo, envolvendo professores, pesquisadores e técnicos de diversas universidades, 7.700 km percorridos para coleta de informações em oito estados e vários municípios situados no semiárido. O objetivo foi “coletar testemunhos, informações de autoridades e especialmente do povo, mais de seis mil pessoas contaram suas histórias sobre a miséria, a fome e o abandono do semiárido pelas autoridades, sobre as questões da terra e as relações de trabalho, sobre as famigeradas frentes de emergências, sobre o uso da água, das novas tecnologias e dos agrotóxicos, sobre as questões da comercialização e cooperativismo, sobre o crédito agrícola, sobre educação, a saúde, a nutrição e sobre tantos outros problemas”. Disponível em: <https://meiratrigueiro.blogspot.com/2012/11/nordestinos-o-brasil-em-busca-de.html> Acesso em: 25 jan 2023.

que passam pelas contribuições do Dnocs e do seu Instituto José Augusto Trindade (Iajat), do Instituto Agronômico de Pernambuco (Ipa), da Embrapa, do Instituto Xingó, Univasf, entre outras. Analisaram as políticas públicas destinadas à região, vantagens competitivas em relação ao país citando casos como o da fruticultura, flores, indústria de calçados, e as possíveis contribuições do novo instituto, mas também analisaram o que chamaram de “pontos de estrangulamento” como a falta de infraestrutura e escassez de um quadro de pessoal qualificado da região. Ressaltaram a “necessidade de se ter um organismo que possa ser o elemento indutor e articulador de uma rede de competências relevantes para a região de modo que os grupos existentes possam se consolidar dentro de um espaço de dez anos” (CGEE, 2033, p. 14). Para cumprir esse papel, sugeriram uma proposta-modelo (Quadro 7).

Quadro 7. Proposta-modelo para criação e implantação do Insa.

Missão	“agregar, realizar e difundir pesquisas científicas e tecnológicas e inovação, disponibilizando regional e nacionalmente resultados de pesquisa obtidos que promovam a sustentabilidade do desenvolvimento do Semi-árido, especialmente nas áreas de recursos hídricos, energia renovável, biodiversidade e agronegócio do semi-árido, estimulando a capacitação e desenvolvimento equilibrado das competências regionais”.
Financeiro	Fonte primária: MCTI, captação em editais específicos (Fundos setoriais, FAPs); Fonte secundária: advindas de Propriedade Intelectual e de Serviços Técnicos.
Funcional	“Unidade coordenadora e unidades regionais inseridas dentro de instituições de ensino e pesquisa. Pesquisa, desenvolvimento e inovação de forma focada dentro das Unidades. Treinamento de recursos humanos em diferentes níveis. Comercialização de resultados em processos e pesquisa”.
Operacional	“Instituto Nacional descentralizado, aberto e organizado em Unidades Regionais e uma Unidade Coordenadora. Unidades Regionais instaladas dentro das instituições que já existem no Semi-árido, podendo atuar como núcleos de redes de pesquisa. Pessoal permanente de gestão na Unidade Coordenadora e Pesquisadores Associados nas Unidades Regionais. Pessoal permanente de apoio nas Unidades Regionais. Orçamento vinculado ao MCT”.
Atuação	“articulação entre instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento já estabelecidas na região, incluindo o Instituto Xingó e o Milênio para o Semiárido; promover sinergia com os grupos implantados e emergentes instalados na região; setor público nas questões de políticas abrangentes e específicas; setor privado nas questões de inovação tecnológica em processos e produtos nas cadeias produtivas do agronegócio”.
Abrangência	“Geologia e Hidrologia, Meteorologia, Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônômica, Biodiversidade da caatinga, Engenharia de Produção, Administração Pública e Privada”. Entre as linhas: desertificação, gestão de políticas públicas setoriais, energia renovável (solar, eólica, biomassa), produção vegetal e animal, irrigação, entre outras.
Oportunidade	A crescente atenção dada ao Semiárido por organizações públicas e privadas, e o interesse interdisciplinar pelo bioma caatinga não só da biodiversidade, como aspectos culturais.
Custos	Estimativa de R\$ 2-3 milhões para implantação física. “A construção de novos edifícios não deve ser prioritária na primeira fase de implantação”. Unidades regionais com estrutura mínima para seu funcionamento. Implantação da unidade coordenadora, que poderia funcionar em instituição existente, para isso, reformas e adaptações. Funcionários: além do pessoal de gestão da unidade coordenadora e de apoio as unidades regionais, um sistema similar a bolsa de pesquisa para os pesquisadores associados à medida que fosse incorporando.

Fonte: Elaboração própria, a partir do sumário executivo (CGEE, 2003, p. 3-4).

Manoel Abílio de Queiroz, um dos autores deste documento e interlocutor da nossa pesquisa, revelou só ter tido conhecimento sobre a criação de uma instituição para o Semiárido quando, junto com Aldo Malavasi, estiveram no MCTI para tratar da elaboração da proposta acima citada, provavelmente ainda em 2002. Segundo ele, João Evangelista Steiner, Secretário das UPs, no governo anterior, foi quem encomendou o referido estudo, e era a pessoa com quem ele e Aldo Malavasi sempre dialogava. Steiner chamava a atenção desses dois pesquisadores sobre como uma área do tamanho do semiárido tinha uma densidade tão baixa de pesquisadores, e dizia o seguinte: “uma região dessa [...] precisa ter um aporte de pesquisadores para gente poder criar conhecimentos e ouvir a população, ouvir as demandas da população, e criar uma instituição que possa atender essas demandas”.

Queiroz parte do entendimento de que o olhar e as políticas para a semiárido brasileiro foram fortemente ligadas as secas, e uma visão de região sem retorno, sem possibilidades, que só aparecia em época de grande seca. “No entanto, na Embrapa [Semiárido] a gente estudava, e eu visitei alguns semiáridos do mundo” como o da Índia, Nigéria, Arizona, Las Vegas, Espanha, e observava a vegetação, áreas irrigadas, e como a própria população conhecia e compreendia essas regiões secas. Por exemplo, “enquanto aqui no Brasil a região seca é tida [...] como inservível”, no Colorado, Estados Unidos, crianças eram levadas para conhecer o deserto. “Então veja, de tudo isso, eu criei a seguinte imagem: [...] o semiárido brasileiro é um semiárido que é menos semiárido que outros. [...] uma região que tem futuro, tem potencial”, com vegetação e que chove, ainda que pouco (Entrevista em junho de 2023).

Acho que o grande ponto que a gente imaginou do INSA era um diálogo entre as competências técnicas do semiárido, sabe, era o grande ponto. Tanto é que me lembro que eu conversava com Malavasi, ele dizia assim, a gente pode até dizer que é uma instituição praticamente híbrida [...], tanto é que naquele documento a gente fala unidade coordenadora e unidades regionais. [...] A essência de tudo isso era estabelecer uma rede de comunicação entre as competências para que a gente pudesse andar mais rápido. Essa foi mais ou menos a ideia, sabe! (Entrevista em junho de 2023, grifos nossos).

O segundo documento “Criação do Instituto Nacional do Semi-Árido: proposições para sua organização institucional” foi resultado de um Projeto de Cooperação (Prodoc) Técnica entre o Governo brasileiro/MCTI com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Este Prodoc teve como objetivo “contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico da região do Semi-Árido para a produção de conhecimentos aplicáveis a melhoria das condições de vida locais/regionais” (Unesco, 2003, p.

38). Nele, ao contextualizar a área de CT no Brasil, cita a sua importância para a democratização do saber e a redução das desigualdades regionais, mas revela que a produção em CT no país é dependente em relação aos países desenvolvidos. “Está posto no documento do MCT sobre suas orientações estratégicas — 2004-2007, que o objetivo é consolidar um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que valorize as potencialidades de cada região e que propicie a efetiva articulação das ações dos diferentes atores públicos e privados regionais” (Unesco, 2003, p. 8). E uma das ações de integração da área era a criação do Instituto para a região semiárida, buscando aumentar nas instituições regionais assentadas nas aptidões naturais, o nível de excelência em pesquisa.

Especificamente sobre a importância da região semiárida, o documento vai situando diferentes aspectos como populacionais, climático, econômico, enfatiza o sócio-cultural, e chama a atenção: a “caatinga do semi-árido é um dos ecossistemas menos estudado e conhecido do país”, descrita equivocadamente como pobre em biodiversidade. Apresentou dados referentes a exclusão e a formação em nível superior, investimentos em CT (federal e estaduais), aplicação de PD etc. Então o novo Instituto teria o objetivo fundamental de gerar “conhecimentos ‘no’ e ‘para’ o semiárido e, também, gerar tecnologias que tenham como base a vida local e regional do Nordeste semiárido” (Unesco, 2003, p. 28). A principal ação programática desse Prodoc era, portanto, a criação e organização do “instituto de pesquisa do semiárido”. O projeto buscava reduzir os desequilíbrios regionais no setor de CT. Esperava-se, na e para a região em questão, formação e fixação de competências em CT; executar pesquisas nas variadas dimensões — “meio ambiente, biodiversidade, recursos naturais e renováveis, economia, educação, cultura, vida comunitária, política”; e capacitação institucional para transformação dos conhecimentos produzidos (Unesco, 2003, p. 29).

Era uma iniciativa da política de CT para a região semiárida e sua institucionalização se daria por intermédio da realização de ações por essa nova instituição — o “Instituto Nacional do Semi-Árido” (Quadro 8). Este Prodoc estava previsto para ser concluído em 5 anos, isto é, até 2008, e estavam previstas seis fases no contexto da região semiárida: criação formal e organização institucional (2003); estruturação programática (2003); utilização de instrumentos, interface institucional e de difusão de conhecimento (2004 e 2007); ampliação e criação de novas unidades de pesquisa (2005); ampliação e consolidação de linhas de pesquisa e de extensão (2004-2008); realização eventos (nacional e internacional) em CT no semiárido (2004-2008) (Unesco, 2003, p. 30-31). Com relação ao cumprimento dessas fases, não identificamos registros oficiais e nenhum dos interlocutores, incluindo os citados nominalmente, souberam responder a respeito.

Quadro 8. Ações possíveis a serem realizadas por intermédio do Insa para o setor de CT na região semiárida.

I.	“desenvolver <i>pesquisa</i> científica e formar capacidades humanas na área de C&T para o semi-árido;
II.	realizar, propor e induzir projetos e programas de pesquisa estabelecendo os intercâmbios necessários com instituições regionais, nacionais, estrangeiras e internacionais;
III.	acompanhar e <i>difundir</i> sistematicamente, pelos meios mais adequados, a produção do conhecimento relativo ao semi-árido;
IV.	<i>subsidiar a formulação de políticas públicas</i> visando o desenvolvimento sustentado;
V.	promover a <i>articulação da capacidade regional</i> e facilitar a integração de esforços das variadas esferas do poder;
VI.	criar e manter cursos e programas de <i>capacitação</i> de recursos humanos de alto nível;
VII.	selecionar e propiciar a <i>fixação de pessoal</i> qualificado por todo o espaço semi-árido;
VIII.	formular e implementar programas de ampla envergadura para a <i>difusão de conhecimentos</i> e atividades que contribuam para a melhoria do padrão de vida da população; e
IX.	<i>organizar, participar e patrocinar</i> encontros, conferências e simpósios sobre temas relativos ao semi-árido”.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Unesco (2003, p. 30, grifos nossos).

Referindo-se aos dois documentos, elaborados por Queiroz; Malavasi e pela Unesco, Jocelino Menezes fez a seguinte afirmação:

Sem dúvida estes documentos foram basilares na concepção substantiva do Insa. Mas quanto ao desenho institucional e organizacional eles especificam a necessidade de o Instituto ser uma ‘rede’ de ciência e inovação e não uma caixa cheia de cargos reproduzindo o pecaminoso desenho burocrático para uso exclusivo da esfera política (Entrevista em julho de 2023).

A necessidade de um Instituto Nacional de CT com capacidade de atuar no âmbito da pesquisa, mas principalmente na articulação regional de competências técnico-científica, para contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais, consideramos ser um ponto de destaque em ambos os documentos. Mas outro ponto que nos chama a atenção, é que a missão do Insa, definida no planejamento estratégico (2008-2011), engloba eixos de atuação sugeridos no documento da Unesco, quais sejam: articulação, pesquisa, difusão, formação e subsídio na formulação de políticas públicas (ver Quadro 8).

Retomando a idealização do Insa entre 2003-2004, Jocelino Menezes afirma que a proposta partia de uma estrutura organizacional diferente de outras UPs do MCTI, ou seja, o principal papel do Insa seria essencialmente de articulação, além de estimular e difundir. E não de realizar pesquisas. “De articulação. De pesquisa, não! Nunca foi”, assevera Menezes. “O Insa foi feito para ser o que existia de mais moderno em termos de gestão de ciência”, e operaria de uma forma inovadora como “escritórios de articulação” ou de “unidades descentralizadas”, tendo uma coordenação em Campina Grande, na Paraíba.

Nós pensamos muito de o Insa ser, em termos de qualidade, o que a Embrapa é hoje para o mundo inteiro, como uma coisa leve que criou os seus setores específicos, a Paraíba é especializada em algodão, então a Embrapa Algodão, Sergipe é a Embrapa do coco, enfim, essa regionalidade, essa tipicidade econômica, essa tipicidade física, dessa modernidade da Embrapa. A gente sempre pensou de o Insa ser essa coisa. De um coletivo de ciência do Nordeste a serviço do semiárido. Do coletivo de você ter aqui passando um tempo na Paraíba ajudando na difusão de conhecimento sobre abobora, conhecimento sobre caju, do instrumento sobre edificações, do instrumento sobre irrigação, sobre produção, enfim, uma coisa assim leve e coletivo (Entrevista em dezembro de 2022).

Assim sendo, *o Insa consistiria em “um gestor de ciência para transformação social. E era para ser um órgão rigorosamente virtual, regionalizado e coletivo. O mesmo poder que a Paraíba tivesse no Insa, o Rio Grande do Norte teria, o Ceará teria, o Piauí teria, através dos seus conselhos”*. A pessoa dirigente da instituição seria eleita com o rigor científico utilizado pelas instituições do MCTI, seria como ocorre nas universidades federais com a eleição geral que “nós saímos de uma lista sêxtupla indicada pelos mandantes políticos para uma lista tríplice eleita pela comunidade, impusemos a nomeação do primeiro mais votado” (Entrevista em dezembro de 2022, grifos nossos). A seleção via Comitês de Busca segue a sistemática já utilizada pelo MCTI.

Nessa direção, o Insa seria um centro gestor em CT, de referência regional/nacional, abastecido pelo conhecimento produzido na, sobre e para a região semiárida, através de um processo permanente de agrupar, organizar e difundir/comunicar o conhecimento produzido, para acesso amplo da sociedade, ao mesmo tempo que fortaleceria grupos de pesquisa e instituições da região, provocando e promovendo debates e a aplicação desses conhecimentos. Menezes exemplifica isso na prática:

Um escritório de articulação e obviamente quando eu digo 3, 4 pessoas à medida que fosse chegando no seu depósito né, todos esses conhecimentos, você precisaria de mais gente para gerenciar, mais gente para fazer articulação, mais gente para fazer a complementação, você está entendendo! Mas, nós não pensamos em nenhum momento o Insa concorrendo com a universidade, nem com a Embrapa, nem com Dnocs, com ninguém. O Insa era para dizer: o que é que tem sobre irrigação? Quais são os conhecimentos, quais são as práticas? Ai traria isso para seu depósito, faria a comunicação deste conhecimento, a difusão deste conhecimento, seria indutor. Ai sim! Aí o papel do Insa seria o seguinte: você hoje tem um potencial muito grande aqui de medicamentos naturais, aí vem a pandemia... então, como é que essa experiência aqui na universidade federal da Paraíba ou da Universidade Federal do Ceará, este conhecimento precisa ser difundido, precisa ser colocado no mercado, aí seria o papel do Insa [...] por exemplo, a Fiocruz hoje tem na Paraíba, a Fiocruz tem no Rio Grande do Norte, a Fiocruz tem no Ceará, mas são estruturas assim, mais leves. E ela não concorre com a universidade, ela não concorre com os programas de pós-graduação, ela complementa a universidade. Então, o Insa era para fazer essa complementariedade (Entrevista em dezembro de 2023).

Ao ser indagado sobre se e como o pensamento do economista Celso Furtado influenciou na construção da proposta do Insa, Menezes afirma que ele e o “Roberto Amaral, ou mesmo em diálogo com Sérgio Rezende e Erney Camargo”, não houve menção em nenhum momento. Porém, revela que sua “formação ideológica foi toda de Celso Furtado” desde a juventude, trabalhou na Sudene na época da ditadura, mas apesar do contexto, o “grupo pensante de desenvolvimento da instituição era de Furtado”. Assim, pessoalmente, do ponto de vista ideológico o pensamento de Furtado estaria presente subjetivamente, e em termos operacionais, de missão coletiva. O “grande mote” foi inspirado na experiência do programa “Nordestinos: o Brasil em busca de soluções”, acima citado. Para ele, existe muito conhecimento produzido pelas universidades do Nordeste e o que precisamos é de ação. Questiona: “Agora, você fazer um Instituto para reproduzir a estrutura arcaica e obsoleta da secretaria disso, da secretaria daquilo, do órgão tal, do órgão tal! O Brasil não precisa mais de nada disso. Precisa de ação!”. E insiste: “*O Insa tem que ser aquilo que a gente pensou lá atrás. Olha, Nordeste fisicamente, geograficamente localizado, agora a ação era o Brasil em busca de soluções, ou seja, de ação, de difusão, de comunicação, de formação, essa busca de solução*” (Entrevista em dezembro de 2022, grifos nossos).

3.1.1 “Sousa reivindica sede do Instituto Nacional do Semiárido”

Este é o título da carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 08 de abril de 2003, com um abaixo-assinado assinado reivindicando⁷² a instalação do Insa no município de Sousa⁷³, no sertão da Paraíba. Entre os argumentos, a esperança em retomar atividades

⁷² É importante registrar que ao longo da pesquisa surgiram relatos de que outros grupos ligados a instituições dos estados do Ceará, da Bahia, e do Rio Grande do Norte, mais precisamente do município de Mossoró, também reivindicaram a instalação do Insa. Possivelmente, essa mobilização se estendeu para os demais estados do Nordeste. Entretanto, nesta pesquisa não foi possível, em função das circunstâncias, ampliar as investigações para aqui apresentar. Optamos por citar as que aparecem de forma mais frequente e expressiva.

⁷³ O município de Sousa, localizado no bioma Caatinga, no sertão paraibano, possui uma população 67.259 habitantes (IBGE, 2022), ocupando uma área de 728 km². Sua sede está situada às margens do Rio do Peixe, na BR 230, a 435 km a oeste da capital do estado, João Pessoa, e a 303 km de Campina Grande. Na Paraíba, o município ocupa o 6º lugar em população e o 7º em área. Já em relação à economia, situa-se em 15º lugar, com um PIB per capita de R\$17.982 (2020). Possui um índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM de 0,668, considerado médio. Entre as atividades econômicas, o setor de serviços representa 53% do PIB municipal, seguido pelos setores administração/defesa/educação pública/saúde públicas/seguridade social (29%), indústria (15%) e agropecuária (3%) (IBGE Cidades, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/pesquisa/38/47001>). Na área da educação, ciência e tecnologia, o município abriga o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG, o Campus Sousa do Instituto Federal da Paraíba, o Polo de Sousa da UEPB, além das faculdades privadas Unip, Unipar, Unit, Uninter, entre outras. Na área da saúde, a cidade possui o Hospital Regional de Sousa, unidade de referência da rede estadual para a região.

realizadas pelo Instituto Agrônomo José Augusto Trindade (Iajat) (Figura 7), criado em 1940 pelo Dnocs, nas instalações erguidas durante a construção do açude de São Gonçalo, importante reservatório para essa região. Os autores destacaram a relevância das pesquisas e contribuições à vocação local, e a existência das instalações do Iajat em condições para o desenvolvimento imediato de funções de pesquisa e administrativas. Além da prática da agricultura irrigada e estudos em áreas de sequeiro, a “cidade está situada na confluência de três grandes rios paraibanos: Piancó, Piranhas e Peixe, cujos vales e terras férteis dispõem de mais de 2,5 bilhões de metros cúbicos de água represada”. Ressaltaram: “Lembramos oportunamente, que já na década de Sessenta a FAO elaborou um documento que previa e recomendava para o funcionamento em Sousa, de um centro internacional de pesquisas e formação de técnicos para atuarem nas regiões semi-áridas em todos os países!”. Ao final, afirmaram que particularmente o perímetro irrigado de São Gonçalo estava pronto para sediar o Instituto.

Figura 7. Sede do IAJAT, em 2008 (acima) e em 2017 (abaixo).



Fonte: ARAÚJO, F. R., “IFOCS e o desenvolvimento do distrito de São Gonçalo”, monografia de conclusão de curso em História, UACS/UFPG, Cajazeiras, 2017.

Sobre a origem do Iajat. No contexto de um novo dinamismo da Inspetoria de Obras Contra às Secas (Ifocs), quando o paraibano José Américo de Almeida, advogado e escritor, assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) (1930-1934), foram criadas duas Comissões Técnico-Científicas: a “Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (CTPN)”, chefiada pelo Botânico e Zoólogo brasileiro com descendência alemã, Rodolfo von Ihering (1932 a 1937) e a “Comissão de Reflorestamento”, chefiada pelo Engenheiro Agrônomo José Augusto Trindade. É importante registrar que Trindade, ao formar sua equipe, trouxe o Engenheiro Agrônomo José Guimarães Duque (Cavalcante; Steinmuller, 2017; Meneses;

Santos, 2021). Trindade buscou consolidar suas atividades implantando Postos Agrícolas da Inspetoria, especialmente junto as barragens. Ele viu a necessidade de fomentar a pesquisa agrícola em irrigação, em 1937, e converteu o Posto Agrícola de São Gonçalo, em Sousa/PB, no “Instituto Experimental da Região Seca”, inaugurado em 1940, com a presença do presidente Getúlio Vargas. Após a morte precoce de Trindade, em 1941, este Instituto Experimental idealizado por ele, recebeu seu nome como forma de homenagem. E neste mesmo foi oficializado pelo MVOP como “Instituto José Augusto Trindade (Ijat)”. Em matéria publicada pelo Jornal Diário do Nordeste⁷⁴, em 2008, consta:

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, quase centenário, criou o Iajat - Instituto Agrônomo José Augusto Trindade, primeira instituição de pesquisa no ramo nascido no Brasil, na zona semi-árida, no coração da caatinga nordestina, que teve vida ativa de 30 anos, 1940-1970, reativado em 1984, reiniciando suas atividades na pesquisa e recuperação de solos salinos voltados para a irrigação e na promoção e difusão tecnológica desta.

E no estudo de Oliveira (2018, p. 37), ela cita que “o botânico Lauro Xavier, segundo Simpósios da UNESCO, chegou a considerar que essa instituição foi destinada às pesquisas agrícolas situadas em áreas secas e só depois, em 1950, foram criados órgãos congêneres”. Ainda segundo a autora, o Ijat buscava “estudar toda a região seca do Nordeste (Semiárido) e conhecer as suas peculiaridades de ordem técnica ligadas ao solo — água — vegetação — clima — ecologia” (Oliveira, 2018, p. 36). Logo após a morte de Trindade, José Guimarães Duque deu continuidade ao trabalho com a orientação e o desempenho do Ijat, assumindo a chefia da Comissão de Serviços Complementares. “Arregimentou as equipes na pesquisa dos recursos naturais dos sertões, realizando diversos levantamentos [...]. Reuniu os resultados das pesquisas, analisou-os e interpretou-os de modo a discutir a problemática à luz de uma doutrina ecológica, verdadeiramente agrônômica” (Duque, 2004, p. 18).

A estrutura deste Instituto estava dividida em seções: solos, fitotecnia, horti-pomi-silvicultura, fitossanidade, zootecnia, cooperação, administração do açude, médico-social, energia elétrica, além de oficinas e serviços de aprendizagem (Oliveira, 2018). O Ijat, “instituição que a sonegação de recursos financeiros deixara abandonada” (Duque, 2004, p. 19), está inativa, apesar de algumas tentativas de retomar suas atividades e de incorporá-la a outras estruturas institucionais, como o Insa.

Pelo grau de importância do Ijat e diante do anúncio da criação de uma UP do MCTI

⁷⁴ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/arquivo/dnocs-e-a-irrigacao-1.358855> Acesso em: 05 out. 2022.

para o Semiárido, criou-se um Movimento para a tentativa não apenas de reaproveitamento da sua infraestrutura. Para os atores sociais envolvidos no “Movimento pró Instituto do Semiárido” era uma possibilidade de reativação das atividades e da memória da instituição. Liderado pelo advogado e atual coordenador do Comitê de Energia Renovável do Semiárido-Cersa, César Gadelha, este Movimento articulou entre os anos de 2003 e 2005, parlamentares, representantes de instituições como a UFCG, Banco do Nordeste, Dnocs, Embrapa e o Sebrae. O próprio Dnocs, por meio do seu Diretor-Geral Eudoro Walter de Santana, enviou ofício (Ofício nº 171 DG/GAB, 28 de abril de 2003) ao ministro Roberto Amaral reforçando o pleito. E aqui cabe destacar que Eudoro Santana foi um dos membros do Grupo de Trabalho (GT) para definição do local de implantação do Insa. Em vários documentos enviados ao presidente Lula e ao ministro Roberto Amaral, o Movimento reforçou a reivindicação argumentando também o fato de o Ijat ter sido “a primeira instituição de pesquisa agrônômica neste país nascida na zona árida da caatinga do sertão nordestino”⁷⁵. E em outro abaixo-assinado, endereçado ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, solicita a reativação da estrutura do Ijat, instituição considerada pelo Movimento como “pioneira no estudo e na pesquisa agrônômica na Região Semiárida do Nordeste brasileiro”.

O chefe de gabinete do ministro Roberto Amaral, Carlos Siqueira, em resposta (Ofício nº 291/MCT, de 08 de maio de 2003) ao Diretor-Geral do Dnocs, Eudoro Walter de Santana, informava encaminhar a solicitação para Gilberto Sá, coordenador desse Grupo de Trabalho. O esforço do Movimento reacendeu o debate sobre a importância de instituições científicas, no caso o Ijat, das contribuições históricas para a formação de competências técnico-científicas na região, de importantes investimentos em políticas públicas, da contribuição do cientista José Augusto Trindade. Apesar do importante esforço do Movimento, não gerou resultados concretos no sentido da reativação ou utilização da infraestrutura do Ijat, que permanece até o momento da finalização desta tese inativa.

Cesar Gadelha diz acreditar que outras cidades que disputavam o Insa tinham bastante força política. E completa: mas, “conseguimos colocar e demonstrar a existência de um Instituto criado na década de 1940 como primeiro Centro de Pesquisa da área seca do mundo e o quanto esse Instituto contribuiu para a agricultura e para pesquisa brasileira” (Entrevista em junho de 2023). O Insa seria instalado na Paraíba, porém, no município de Campina Grande. Embora o espaço do antigo Iajat também esteja no Semiárido paraibano, não encontramos qualquer

⁷⁵ Como foi o caso do documento intitulado “Reivindicações para localização do ‘Instituto Nacional do Semi-árido – Sousa – Paraíba”, Sousa-PB, 2003. Nele, constam informações detalhadas de Sousa, do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, e da infraestrutura do Iajat, apresentando dados para justificar a localização do Insa neste município.

registro de iniciativa do Insa seja no sentido de fazer uso ou endossar a proposta de aproveitamento daquela infraestrutura ou de debates em torno das contribuições de José Augusto Trindade para a ciência brasileira, especialmente no contexto do Semiárido.

3.1.2 O anúncio oficial da criação do Insa (Celso Furtado) e a “velha” política em ação

Em outubro de 2003, durante a comitiva oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Campina Grande-PB, ele anunciou a criação do Insa e sua sede em Campina Grande-PB. Na ocasião, o então diretor-presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, colocou à disposição do novo instituto, a experiência acumulada pelas unidades de pesquisa da empresa, situadas no Nordeste. O ex-ministro Roberto Amaral em seu discurso declarou: “O Instituto do Semi-Árido será a redenção do Nordeste. Sua missão será fazer com que a natureza esteja a serviço da igualdade social. Vamos reunir toda a sabedoria da Região para dar suporte e referência às políticas públicas do Governo Federal para o semiárido”⁷⁶.

Mas, um mês antes, O MCTI promoveu o Seminário “O Desenvolvimento do Nordeste: integração entre as políticas de CT&I e desenvolvimento regional”, com objetivo de “avaliar os instrumentos de política para a área da Ciência, Tecnologia e Inovação do MCT relacionados com a desconcentração e a redução das desigualdades regionais na distribuição de incentivos” (CGEE, 2003, p. 03), e foi um espaço oportuno para reforçar o anúncio da criação do Insa, mais significativo ainda por ter sido durante a conferência sobre “Perspectivas Institucionais para o Semi-Árido”, proferida pelo professor Manoel Abílio de Queiroz. O evento aconteceu em Natal, nos dias 13 e 14 de novembro de 2003, e reuniu 185 pessoas da comunidade científico-tecnológica do Nordeste. O ex-ministro Roberto Amaral e o Secretário da Secis, Jocelino Menezes, também participaram (CGEE, 2003).

Outro ato muito importante do ministro Roberto Amaral foi a publicação no DOU da Portaria nº 798 de 20/11/2003, constituindo o Comitê Executivo, unidade colegiada, para assessorá-lo na implantação do Insa. A composição deste Comitê Executivo (Quadro 9) era formada por onze representantes de diversas instituições governamentais e não governamentais, a serem indicados por elas, englobando a região semiárida do Brasil (municípios do Nordeste e

⁷⁶Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17948837/embrapa-vai-transferir-experiencia-para-o-instituto-nacional-do-semi-arido> Acesso em: 10 mar de 2022. O discurso foi proferido na ocasião de inauguração do novo Aeroporto Presidente João Suassuna, em Campina Grande-PB.

do estado de Minas Gerais/Sudeste). Presidido por Jocelino Menezes (Secis/MCTI), o trabalho deste Comitê teria o prazo de dois anos até a finalização da implantação do Insa, com reuniões ordinárias pelo menos a cada três meses, e extraordinária quando fosse do interesse público. Para gerência executiva da implantação do Insa foi nomeado o Engenheiro Renato Araújo Júnior.

Quadro 9. Composição do Comitê Executivo para implantação do Insa.

Instituição	Representante
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	O Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Presidente do Comitê)
	O Gerente Executivo de implantação do Insa
	Um representante da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Um representante
Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene	Um representante
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes	Um representante das universidades federais dos estados do NE e MG
Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais - Abuem	Um representante das universidades estaduais dos estados do NE e MG
Fórum dos Pró-reitores da Região Nordeste - Foprop/NE	Um representante dos pró-reitores de pesquisa e pós-graduação das universidades dos estados do NE e MG
Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT	Um representante das secretarias de ciência e tecnologia dos estados do NE e MG
Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa	Um representante das fundações de amparo à pesquisa dos estados do NE e MG
Associação para Articulação do Semiárido	Um representante do terceiro setor

Fonte: Elaboração própria, a partir da Portaria MCT nº 798, de 20 de novembro de 2003.

O Insa foi oficialmente criado, ainda em 2003, por meio da Medida Provisória (MP) nº 151, de 18/12/2003, como unidade de pesquisa do MCTI, e teve como relator da Comissão Mista, destinada a analisar e dar parecer sobre a matéria, o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA). Posteriormente, essa Medida Provisória foi convertida na Lei nº 10.860 de 14/04/2004, tendo o mesmo deputado como relator. Na exposição de motivos:

A urgência da medida decorre da necessidade de atendimento de uma reivindicação de longos anos da região do semi-árido brasileiro, ainda no presente exercício, posto que a Medida Provisória se afigura como o instrumento mais ágil para efetivar a implantação do Instituto, como unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia. Dessa forma, e tendo em vista a proximidade de encerramento da Sessão Legislativa ora em curso, julgamos necessária a edição da Medida Provisória ora submetida à consideração de Vossa Excelência (MP nº 151/2003).

Vale dizer que não houve resistências ou discordâncias no Congresso com relação a criação do Insa, tanto que o tempo entre a aprovação e publicação da Medida Provisória e a sua conversão em Lei foi de cerca de três meses, e apenas duas emendas com pequenos acréscimos

ao texto. Segundo o Deputado Luiz Couto “a briga era quem seria membro da comissão” e depois no momento de definir onde o Insa seria implantado” (Entrevista em junho de 2023). A denominação Instituto Nacional do Semiárido (Insa), como vimos, foi sendo incorporado, sem debate, e se consolidou. No entanto, após a sua criação na forma da Lei, o deputado Luiz Couto (PT-PB) apresentou o Projeto de Lei nº 4.532 apresentada 25/11/2004, propondo alteração para “Instituto Celso Furtado do Semi-Árido”, justificando que “simboliza o reconhecimento do trabalho desenvolvido por esse grande economista para o Brasil e para a região Nordeste, em particular”.

Este Projeto de Lei não entrou em vigor, pois aparece no sítio da Câmara dos Deputados com *status* “arquivado”⁷⁷. Luiz Couto afirma que o projeto citado foi “o [pedido de um] companheiro e eu fiz”, reconhecendo a pertinência. Recorda da articulação feita para apoiar o ex-diretor Salcedo, o que não agradou um dos candidatos concorrentes. Como defensor da Agricultura Familiar, compreende o Insa como uma instituição relevante para defesa dessa pauta, ao mesmo tempo afirma que sua criação foi para atuar de forma ampla, inclusive com comunidades tradicionais (Deputado Luiz Couto, junho de 2023). Segundo o professor Jonas Duarte (UFPB), que também foi pesquisador visitante do Insa, e já concorreu ao cargo de diretor, “todo mundo queria homenagear Celso Furtado”. Completa:

A vitória de Lula foi como uma vitória do pensamento desenvolvimentista de Celso Furtado, o maior economista do Brasil de todos os tempos, sertanejo, paraibano, que faleceu no início do governo Lula, em 2004, creio. Nada mais justo do que homenagear Furtado, para quem a Economia e o Planejamento Estratégico só teriam sentido se fosse para transformar as condições sociais. Natural que se homenageasse Furtado. Era um dever de justiça, penso eu.

Ainda assim, encontramos alguns documentos oficiais emitidos pelo Insa, com a denominação “Instituto Nacional do Semiárido Celso Furtado - Insa”, a exemplo da escritura pública de doação das terras onde funciona a Estação Experimental, e a primeira logomarca do Insa, mas que neste último caso acabou sendo retirada alguns anos depois. A homenagem a Celso Furtado se materializou em 2011, na gestão do ex-diretor Roberto Germano, com a confecção e assentamento de um Busto na Sede do Insa (Figura 8), e a nomeação de um dos prédios de laboratórios localizado na Estação Experimental — “Laboratório Celso Furtado”. Em 2007, uma matéria publicada no sítio eletrônico da UFCG noticiou:

⁷⁷Disponível

em:

<https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=4532&ano=2004&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5BPL+-+Projeto+de+Lei%5D&data=03/08/2023&page=false>
Acesso em: 24 jul 2023.

Na aprovação final na Câmara Federal do projeto da criação do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), não aparece na denominação o nome do Celso Furtado, informa o assessor da presidência da CNI, Marcos Formiga. O secretário-executivo do MCT, Luiz Antônio Elias, quando esteve na Reunião Anual da SBPC, em Belém, chamou os dirigentes do Insa, "pedindo que fosse providenciado o retorno do nome do paraibano ilustre que recebeu a homenagem e não pode de repente, por um equívoco na votação no Congresso, ter sido abolido o nome", relata Formiga. "Há necessidade de uma movimentação. É bom que o MCT esteja alerta para isso de modo a voltar a justiça àquele que foi o maior intérprete da economia do Nordeste em todos os tempos", acrescenta o assessor da CNI⁷⁸.

Figura 8. Busto de Celso Furtado na Sede Administrativa do Insa.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Na placa abaixo do busto de Celso Furtado está escrito: “É considerado o maior economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiam das teorias dominantes em sua época e enfatizavam o papel do Estado na economia”. Seguida de uma citação de Furtado que diz o seguinte: “o desenvolvimento, na realidade, diz respeito as metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

A oficialização da instalação do Insa em Campina Grande, entre o MCTI e o Governo da Paraíba, aconteceu no dia 19 de dezembro de 2003, um dia após a publicação da Medida Provisória que o criou formalmente. Na ocasião, estavam presentes Jocelino Menezes, secretário da Secis/MCTI, representando o ministro Roberto Amaral, o governador Cassio

⁷⁸ “Aprovação de criação do Instituto Nacional do Semi-Árido na Câmara suprime nome de Celso Furtado”. Matéria publicada dia 16 de julho de 2007. disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=5542 Acesso em: 14 nov 2021.

Cunha Lima (PSDB-PB), o diretor de gestão e desenvolvimento do Banco do Nordeste, Pedro Eugênio Cabral. O Comitê Executivo, já descrito no Quadro 9, cuja finalidade era definir as diretrizes de implementação, já havia sido formado no mês anterior, e na ocasião em questão marcaria o início das atividades do Instituto. Mas, por que em um ato de Estado tão importante, o presidente da república ou o ministro de ciência e tecnologia, ou ambos, não se somariam aos presentes? Jocelino Menezes falou sobre esse fato:

Bom!... a famigerada e a trágica história da política nacional quando soube aqui na Paraíba que o Lula viria para um ato e que se sentaria na mesa com o governador e com o prefeito de Campina Grande e com o prefeito de João Pessoa se lá estivesse, e com deputados se lá estivessem, e com senador se lá estivesse, então, foi feita toda articulação para Lula não vir prestigiar. Você imagina a loucura; não pensaram no que Lula vinha anunciar para o bem do Nordeste, não pensaram. Só pensaram se ele vinha prestigiar fulano ou sicrano. Eu estou falando isso com toda a cristalinidade para dar a pequenez que é essa política local, nacional, regional, estadual e municipal. Então, foi aconselhado ao Lula não vir para a Paraíba. Então, quem viria para Paraíba era o ministro Roberto Amaral. Mas só que o ministro Roberto Amaral era vice-presidente licenciado do PSB. E aí foi aconselhado, entre aspas, pelos coronéis de esquerda do PSB, nacionais, aconselhado pelos candidatos a coronéis aqui da Paraíba, está certo! foi aconselhado a não vir. Aí é aquela história do general que olha para o coronel e o coronel olha para o capitão, e o capitão é o último do oficialato e não tem para quem olhar. [...] Então quem veio aqui pra João Pessoa fazer o anúncio da criação do Insa fui eu. Quem fez o primeiro discurso fui eu. Sabe! Fui recebido aqui pelo governador, me recebeu muitíssimo bem, fui para Campina Grande... a prefeita era do PT, me recebeu muitíssimo bem, que eu não lembro o nome dela (Entrevista em dezembro de 2022)

Começamos o ano de 2004 com a notícia da exoneração de Roberto Amaral, do cargo de ministro (01/2003 - 01/2004), bem como de Jocelino Francisco de Menezes, do cargo de Secretário da Secis (06/2003 - 02/2004). Segundo Menezes, o motivo seria o Insa e este lançamento do Instituto realizado em dezembro, e remete ao fato de que estava sendo gestada uma proposta para a instituição que não estava a serviço das elites locais, dos velhos e novos coronéis (de direita ou de esquerda), e devido a essa coragem o “Amaral pagou um preço caro”. “O Roberto Amaral não aceita a minha tese na totalidade. O que eu digo para ele é o seguinte: quem lhe demitiu foi o Insa. Aí ele diz: não, mas teve outros fatores. Aí eu digo: meu amigo, o que importa para mim é o fator determinante”. Seguindo esse raciocínio, Menezes considera que “o Insa tem um significado muito grande no comando do coronelismo desse [...] sofrido Nordeste” (Entrevista em dezembro de 2022, grifos nossos).

No estudo sobre coronelismo, realizado por Leal (2012), indica que mesmo tendo particularidades locais há um conjunto de atributos próprios independente da região. Assentado nas barganhas entre governos e coronéis, esse sistema nacional — o coronelismo —, favorece

as elites locais e líderes (estaduais, federais). Para o autor, tal sistema é “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. E acresce:

Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado [...]. é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público [...]. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema ‘coronelistas’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (Leal, 2012, p. 43-44).

Mesmo com a exoneração dos cargos, Roberto Amaral e Jocelino Menezes permaneceriam no PSB até 2014, quando o partido decidiu apoiar a candidatura de Aécio Neves (PSDB), em detrimento do apoio à candidatura de Dilma Rousseff (PT). Ao ser perguntado sobre como avalia o Insa hoje, Menezes diz não saber o que é o Insa e prefere seguir assim. Ao lembrar do dia que foi contactado por Roberto Amaral, para substituí-lo na entrevista para esta tese — uma vez que foi o responsável pela criação do Insa naquele momento e tinha todas as informações—, por curiosidade, acessou o site do Instituto, mas ao olhar a página de abertura, não se sentiu “confortável e desligou imediatamente”. Complementa:

As pessoas tentam entender [o Insa] e não entendem. Por quê? Porque quem criou, quem pensou e quem institucionalizou, saiu dois meses depois. E quem substituiu nem pensou, nem se envolveu, nunca teve nenhuma responsabilidade social, nunca teve nenhuma responsabilidade ideológica, nunca teve... ou seja, comprometimento com aquela ação, zero. Pode ser a melhor pessoa do mundo. Não estou julgando. É que estas pessoas que ali chegaram não sabiam nem o que era...sabe quando você chega num lugar e pergunta onde é que estou, o que é que sou, sabe! É isso aí. Onde é que estou e o que é que sou. Essa foi a realidade de quem substituiu a gente. Sabe aquela história de você ter um filho e dois meses depois o seu filho é encaminhado para outro caminho. Então, o que é que quem recebeu seu filho sabe sobre ele? Nada! Mas vai criar do seu jeito né! Vai educá-lo do seu jeito. Então, o filho Insa quem recebeu criou do seu jeito [risos] [...]. O jeito era completamente diferente. Veja, completamente ou muito diferente, para ser mais realista né! Com certeza muito diferente era, pelo que vi (Entrevista em dezembro de 2022).

No lugar de Roberto Amaral (PSB), assumiu Eduardo Henrique Accioly Campos (PSB-PE), onde permaneceu como ministro no período de janeiro de 2004 a julho de 2005. E como Secretário da Secis, no lugar de Jocelino Menezes, ficou Rodrigo Rollember (02/2004 - 03/2006). Poucos dias após a conversão da Medida Provisória nº 151/2003 na Lei nº 10.860 de 14/04/2004, de criação do Insa, o novo ministro, Eduardo Campos, ignorando o processo

anterior de institucionalização do Instituto, a sua primeira medida foi criar outro Comitê Executivo (DOU de 22 de abril de 2004 (Anexo 1), Seção 2, página 4, Nº 165), revogando o anterior (Portaria nº 798 de 20/11/2003). O Comitê Executivo de Implantação do Insa estava agora formado não mais por representações de diversas instituições governamentais e não governamentais, mas por um grupo formado por três pessoas da Paraíba: *Manoel Dantas Vilar Filho*⁷⁹, para presidir. Amplamente conhecido como “Manelito”, proprietário da Fazenda Carnaúba⁸⁰, e desde 1982 filiado a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)⁸¹; *Nilson de Brito Feitosa*, Engenheiro Civil, professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e diretor da Associação Técnico-Científica Ernesto Luís de Queiroz (Atecel)⁸², como Assessor Técnico (cargo hoje de coordenação de administração); e *Edgar Cavalcanti Pimenta Filho*, Engenheiro Agrônomo, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Campus II, em Areia, no departamento de Zootecnia, como Assessor Técnico (cargo hoje de coordenação de pesquisa). Também não tiveram dois anos de trabalho, como previsto no Comitê anterior. Permaneceram por cerca de quatro anos (2004-2007). Coube a estes, ao longo desse período, manter as atividades do Insa até a definição da estrutura funcional da Instituição (nomeação de diretor e de coordenadores — “Geral de Conhecimento e Tecnologia”; e “Geral de Administração”). Durante este período, o Instituto estaria vinculado diretamente ao gabinete do referido ministro (grifos nossos).

⁷⁹ Engenheiro Civil, formado em 1959 pela UFPE. Nasceu em 1937 na Fazenda Carnaúba, situada no município de Taperoá, na Paraíba, onde viveu “[...] até os 11 anos de idade, quando se mudou para o Recife a fim de dar prosseguimento aos seus estudos. [...] e por vários anos, teve uma bem-sucedida carreira como engenheiro”. Em 1971 retornou para a Fazenda para dar continuidade ao trabalho do pai, falecido em 1969 (Macedo; Menezes, 2004, p. 9). “Conhecido pelo apelido de ‘Manelito’, ele se define como um ‘sertanejo teimoso’ que nunca deixou de olhar para o seu chão e suas ‘afinidades mais íntimas com a pecuária’” Vilar Filho (1978, p. 5), citado por Meneses (2018, p. 13). Faleceu aos 83 anos, no dia 28 de julho de 2020, na mesma cidade.

⁸⁰ A Fazenda Carnaúba está situada no município de Taperoá, na Paraíba, a 240 km da capital João Pessoa. Em seu site, a Fazenda é apresentada como exemplo de sistema de produção para a região semiárida e uma “espécie de patrimônio imaterial cultural do Brasil”, preservada por gerações desde o século XVIII, tendo como representante Manoel Dantas Vilar Filho, e hoje sob a direção de seus filhos. “Manelito” e seu primo, o escritor e dramaturgo Ariano Suassuna, iniciaram juntos um projeto de criação de cabras ainda nos anos 1970. Fonte: <https://fazendacarnauba.com/nossa-historia/> Acesso em 31 de julho de 2022.

⁸¹ ABCZ ao noticiar seu falecimento diz que o trabalho na “Fazenda Carnaúba, em Taperoá (PB), era internacionalmente reconhecido pela qualidade dos animais e na produção de queijo” e em 2019 foi premiado com medalha de bronze no concurso Mundial Du Fromage. <https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/27558/pecuaria-se-despede-de-manoel-dantas-vilar-filho> Acesso em 10 de julho de 2020

⁸² A Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Junior (Atecel) “é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada por professores da antiga Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba”, em 1967. Visa “apoiar e viabilizar os programas de Pesquisa e Extensão de Universidades e Institutos de Pesquisa, principalmente na Paraíba. Todavia, também presta serviços de consultoria, elaboração de projetos e treinamento de pessoal nas diversas áreas do conhecimento. Toda e qualquer interação pode ser viabilizada através de convênios ou contrato de serviços”. Fonte: <https://www.linkedin.com/company/atecel/?originalSubdomain=br> Acesso em 11 ago 2023.

Nesse sentido, há o reconhecimento formal-oficial por parte do Governo Federal, representado pelo MCTI, de uma comissão composta por um grupo de paraibanos ligados a duas universidades locais, sob a liderança de um pecuarista, para a implantação da primeira UP do MCTI na região Nordeste, com mandato nacional, focada no Semiárido brasileiro. Um dado interessante é que ao longo da nossa pesquisa alguns Interlocutores comentavam sobre a possibilidade do envolvimento dos movimentos sociais no processo de criação do Insa, considerando que havia uma reivindicação por parte destes, oficializada por meio de uma carta entregue ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, ainda em 2002. Seguindo as pistas para sondar a informação, não localizamos, nem tivemos acesso a referida carta ou qualquer outro documento ou notícia em mídias. Todavia, o diálogo com o professor Jonas Duarte, da UFPB, foi elucidativo e nos ajuda a entender que havia uma demanda por uma instituição com papel de “articulação” na região semiárida, idealizada como órgão vinculado a outro Ministério, que não o MCTI. Ele faz uma leitura política desse processo, situando, na sua visão, possíveis negociações em torno da figura do ex-ministro Eduardo Campos. Diz:

Lula se elege em 2002 e os movimentos populares entregaram documentos de reivindicação de políticas públicas, dentre outras pautas, algumas específicas para o Semiárido brasileiro. Para ele e para os demais candidatos. À frente, a CUT — Central Única dos Trabalhadores. Ou seja, a criação de um órgão para o Semiárido estava na mesa como pauta dos movimentos populares e, sabíamos, como desenho no próprio Ministério de Ciência e Tecnologia. Estava na mesa de Lula e de Eduardo Campos. Os movimentos sociais imaginavam algo como uma Coordenadoria de Políticas Públicas para o Semiárido, que articulasse as diversas políticas públicas para os sertões secos do Nordeste. Pensávamos algo no Ministério da Integração Regional. Lula se comprometeu dar atenção a esta pauta. Imaginávamos uma instituição de articulação, não no Ministério de Ciência e Tecnologia. Eduardo Campos criou dentro do MCTI. Penso que Lula sabiamente procurou atender as diversas demandas. Entendo que o INSA foi criado como resposta a tudo isso, a todos esses movimentos. Eduardo Campos negociou com Lula. Ele queria que fosse em Pernambuco. Cassio Cunha Lima, à época governador da Paraíba queria que fosse na Paraíba. Ariano Suassuna foi decisivo na vinda do Insa para Campina Grande, ex-secretário de Cultura de Pernambuco (1994-1998), no governo Miguel Arraes e amigo pessoal de Eduardo Campos, usou seu prestígio e bateu o martelo. Trouxe para Campina Grande e indicou seu primo-irmão, uma espécie de doutor em Semiárido, Manelito Vilar, para ser o responsável pela implantação do Insa. Essa é a minha visão e versão dos acontecimentos daquela época (Jonas Duarte, abril de 2023).

Em 2004, o nome do pecuarista Manoel Dantas Vilar Filho (Manelito) — primo de Ariano Suassuna — como presidente do Comitê de Implantação do Insa, era uma realidade. De acordo com a Revista Piauí (2014), Eduardo Campos “iniciou na política como assessor do avô”, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, mesmo estado onde ele também foi governador. Ariano Suassuna era amigo e vizinho do ex-ministro Eduardo Campos, e sua casa “virou uma extensão da família Campos. Foi ali, [...] que [...] conheceu Renata [sua esposa, de

família de políticos regionais], [...] sobrinha em primeiro grau de Zélia, mulher de Suassuna”. Eduardo Campos cresceu chamando o escritor de ‘tio Ariano’”. No seu governo, Ariano chegou a assumir cargos. Campos conheceu o presidente Lula aos 14 anos e a relação entre eles sempre foi de “empatia total: tinham o mesmo interesse, o mesmo senso de humor, dividiam a inclinação social, e ao mesmo tempo tinham o pragmatismo político nas veias”. Assumiu o MCTI, em 2004, a convite do presidente Lula, contudo, isso contrariava Arraes, que projetava para o cargo o pesquisador Sérgio Rezende, o qual assumiria o cargo no ano seguinte (Revista Piauí, 2014).

Dizia-se que o velho Arraes era um coronel de esquerda. Sempre se elegeu com chapas que juntavam empresários, fazendeiros e oligarcas. Tinha uma legendaria capacidade de transitar por várias tendências do espectro ideológico sem ficar preso a uma ou outra. Em 2002, apoiou Anthony Garotinho à Presidência da República. Eduardo Campos é feito dessa argamassa: a da família que, de um lado da mesa, faz sentar o mítico homem da esquerda; do outro, o avô da oligarquia. Numa ponta, os tios maternos – intelectuais, artistas, escritores –; na outra, a família da mulher, que é tradicional e conservadora (Revista Piauí, 2014).

O interlocutor A, entrevistado em agosto de 2021, comenta que “a escolha de Manelito foi política” e teve a influência direta de seu primo Ariano Suassuna, e possivelmente de Miguel Arraes, que era presidente do PSB, e avô do então ministro Eduardo Campos. O ex-diretor Roberto Germano acredita que foi “uma conjunção de forças para que fizesse essa indicação de dr. Manelito” (Entrevista em março de 2023). Porém, a participação efetiva de Arraes só foi confirmada pelo Interlocutor E. Quando indagado se tinha conhecimento sobre como foram feitas as negociações, ele relatou sobre o que chamou de “essa parte política”: “Ah, tenho, porque o doutor Manoel falava: o grande idealizador daqui, da implantação do Instituto, foi o Miguel Arraes. Doutor Manoel contava essa história, que ele o chamou a Recife, e foi lá, participou da reunião com Miguel Arraes, e depois disse que queria que ele levasse à frente esse comitê de implantação, e incumbiu doutor Manoel disso” (Entrevista em maio de 2023).

Quanto a participação de Ariano Suassuna, foi reforçada pela quase totalidade dos Interlocutores, inclusive alguns citados nominalmente. O interlocutor E, disse ainda que não tinha conhecimento sobre uma participação efetiva de Ariano Suassuna, mas achava que deve ter ocorrido, e lembrou que nas conversas com Manelito “ele falava que o Ariano criou o símbolo, [...] o logotipo do Instituto” (Entrevista em maio de 2023). Manelito “tinha boas ideias, mas era mal de diálogo. Tinha que seguir o raciocínio dele, se não saía. [...] Não gostava de dialogar com as universidades [...]. As pessoas que entraram para comandar [o Insa] não eram adequadas. Foi a partir de Roberto, depois Salcedo... que o Insa começou a dar um sentido

científico, de pesquisa” (Interlocutor A, agosto de 2021). Para Sérgio Rezende, Manelito era uma pessoa brilhante, com experiência de vida, inteligente, “tinha a visão concreta das coisas [...]. Ele achava que não precisava ter formação pós-graduada para ser pesquisador no Insa. Mas isso é um problema!” (Entrevista em novembro de 2022). A “‘politização’ no sentido corrente do termo, do campo científico e das lutas que aí se desenrolam, isto é, a importação dos modelos políticos para o campo científico” é extremamente danosa. Pois, é “quase sempre obra daqueles” que estão interessados na heteronomia [...]: fazendo intervir poderes externos nas lutas internas, eles impedem o pleno desenvolvimento das trocas racionais” (Bourdieu, 2004, p. 68).

3.2 O Insa e a ideia de “pegar a Carnaúba e espalhar para o Nordeste seco todinho”

*“O que eu queria fazer ou induzir na chefia do Instituto de pesquisa do Semiárido era pegar a Carnaúba e espalhar para o Nordeste seco todinho”*⁸³, declarou o presidente do novo Comitê Executivo de Implantação do Insa, Manoel Dantas Vilar Filho. Popularmente conhecido por alguns como “Manelito”, por outros, inclusive a maioria dos interlocutores da pesquisa, como “Dr. Manelito”, é admirado e respeitado pelo seu conhecimento, experiência e defesa de uma ideia e uma prática de Convivência com as Secas experimentadas em sua propriedade. Essa declaração nos revela que o Insa era a oportunidade de transformar a Fazenda Carnaúba na institucionalização de um conceito baseado nas “Fazendas Modelos”, em geral, de propriedade de famílias bem-posicionadas econômica e politicamente. Nada novo. Parte de uma visão sobre agricultura, influenciada pela extensão rural, mas que sofreu críticas por não estar conectado com a realidade; diante da incapacidade de aprendizado de novas técnicas por parte dos produtores, eles “imitavam”. As Fazendas Experimentais chegaram a ser símbolo da ideia de Convivência com as Secas dos grandes pecuaristas, disseminada e financiada entre os anos 1970 e 1980, com a participação de órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura e a própria Sudene, em detrimento de uma política de reforma agrária. “Ele queria transformar o Insa em uma fazenda com aptidão pecuarista”, declarou o Interlocutor C (Entrevista em outubro de 2021).

⁸³ Trecho da entrevista extraído do vídeo “O amor, a cultura e a fazenda”, publicado em 2016. Disponível no canal da Fazenda Carnaúba no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=r0D4TUEcNgQ> Acesso em 12 de junho 2019.

Nesse período de implantação, uma das primeiras iniciativas do Comitê foi a instalação de uma Estação Experimental, numa Fazenda situada na zona rural de Campina Grande, dentro do processo de aquisição/doação à União das terras desapropriadas pelo Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), para instalação do Insa. Meneses (2018, p. 29) demonstrou em sua pesquisa conflitos presentes no período de planejamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em fins de 1950, envolvendo grandes pecuaristas que reivindicavam o respeito e a valorização das fazendas como “instituições morais de um passado do ‘sertão frugal e verdadeiro’ do Brasil, mas que também sejam prioridade de políticas de crédito, modernização técnicas e obras do Estado. [...] dramatização política que já atravessava a criação de órgãos como DNOCS e BNB”. Em geral, não houve um consenso sobre o que o Insa é ou deveria ser e fazer, e isso parece se expressar de forma emblemática no desejo do pecuarista Manoel Dantas Vilar Filho, como mencionado anteriormente.

A maior parte dos Interlocutores disse não ter conhecimento sobre reações da comunidade científica em relação a indicação de Manelito para presidir o Comitê Executivo de implantação de uma instituição de pesquisa do MCTI, visto que ele não era considerado um cientista ou mesmo reconhecido por esta comunidade para tal tarefa. O ex-secretário da Secis, Jocelino Menezes, revelou que tanto ele, quanto o ex-ministro Roberto Amaral, não o conhecia, e ambos não acompanharam o Insa depois das exonerações. Já o ex-ministro Sérgio Rezende afirmou: “pessoas estranharam, mas não chegaram a reagir. Se fosse um político sem experiência concreta, haveria reação. Mas, Manelito não era um político, [...] era uma pessoa de grande conhecimento do semiárido”. Declarou ainda que, como pesquisador, e na época presidente da Finep, achou “que era um problema, mas como só conhecia Manelito pelos elogios” pensou: “pera aí, vai ser uma experiência, vamos ver o que acontece. Então acho que muita gente considerou dessa maneira. Manelito era uma pessoa admirada pelo trabalho dele” (Entrevista em novembro de 2022).

O interlocutor E, disse ter escutado “mais coisas a favor dele. Era uma pessoa que vivia, conhecia [o Semiárido]”, e acrescentou: “O que eu acho triste é que, quando ocorreu a escolha do diretor, já na gestão do outro ministro, [...] o doutor Manoel e aquilo que ele representava, sabia e conhecia, foi colocado de lado. [...] A gente não dá valor a história, a quem tem experiência, vivência, conhecimento”. No seu entendimento, o Insa não foi criado para fazer pesquisa, mas para articular CT, e disse ter ouvido isso de pessoas do MCTI. E considerava Manelito um bom articulador (Entrevista em maio de 2023). De fato, o Insa não vinha sendo concebido desde 2003 como órgão fundamente de pesquisa. O que não era um consenso no

MCTI, haja vista os investimentos feitos a partir de 2007, de estruturação nos padrões de uma UP, o que demandava um habilidades minimamente aceitável para pensar uma instituição científica. Nesta lógica, o perfil de Manelito vai na contramão. Não obstante, a pergunta é para quais interesses Manelito utilizou sua aptidão de articulador político. Por outro lado, o pesquisador Manoel Abílio de Queiroz, revelou ter tido conhecimento sobre questionamentos. E comentou:

Porque realmente o [Manoel] Dantas [...] era um criador muito bom, ele tinha um trabalho magnífico lá em Taperoá, lá na fazenda dele. E ele tinha uma visão muito prática das coisas que queria fazer, uma coisa que fosse ali uma fazenda, que desse um suporte às fazendas do semiárido, mas isso não é tarefa fácil. [...] Ele era uma pessoa muito boa, ele vinha aqui na Embrapa Semiárido discutir com os pesquisadores daqui o trabalho da gente na área animal, na região seca [...]. E ele tinha ideias muito boas para isso, mas a gente aqui era um alvo de pesquisa e ele estava dando algumas ideias para os pesquisadores que trabalhavam com essa parte, eles iam implementar de acordo com o trabalho de pesquisa. Mas, assim, [...] ele teve a ideia de criar uma grande fazenda e tocar um trabalho, e esse lado não foi muito bem visto por muita gente, porque de fato limitou muito o trabalho de pesquisa [do Insa] [...]. E você fazer uma fazenda para ter essa visão de servir a muitos objetivos [...]. Quando Germano assumiu, aí ele mudou completamente a lógica [...] o que é totalmente normal [...] (Entrevista em junho de 2023).

O Insa estava sendo apresentado nos estados do Nordeste pelo Manelito, com o apoio operacional dos professores Edgar Pimenta e Alberício Pereira, e na Paraíba o evento aconteceu no espaço do Sebrae, conta João Macedo — agrônomo pela UFPB e foi pesquisador-bolsista do Insa entre 2012-2016 — que na época participou deste evento como representante da Articulação do Semiárido da Paraíba (Asa-PB). Na ocasião, quando Manelito pediu para os interessados levantarem a mão para participar do processo de definição das linhas de trabalho do Insa, só se apresentaram pesquisadores. Macedo conta que pediu a palavra e disse: “seria importante um ator social do Semiárido que é o agricultor experimentador”. Manelito prontamente responde: “João, com todo respeito que tenho a você, mas o agricultor experimentador já está representado por mim”. Macedo retruca: “com todo respeito e admiração que tenho pelo senhor, mas o senhor não representa esse agricultor”. Em outra ocasião, durante uma entrevista com Manelito, realizada por João Macedo e Rômulo Menezes, para um artigo publicado na Revista Agriculturas, Manelito descreve o que aconteceu em uma das suas idas ao MCTI: foi abordado por alguém do Ministério que perguntou: “o senhor está responsável pela implantação do Instituto no Nordeste? Sim. E qual é o seu referencial teórico? Manelito responde: a Bíblia Sagrada, que carregava a saga de um povo pelas áreas secas por quarenta anos, buscando se libertar; Os Sertões, de Euclides da Cunha; e o Código de Hamurabi, primeiro código de Lei criado na humanidade” (Entrevista em abril de 2023).

Na visão do Interlocutor G, “Manelito sempre mostrou a potencialidade do semiárido. Porque a propriedade dele, que é a Fazenda Carnaúba, trabalha sempre voltada com tecnologias adaptadas para regiões secas”, e suas ideias de convivência com o semiárido e das vantagens da região, “ainda hoje são propagadas”. E complementou: “Eu digo que pegando o que Celso Furtado pregava, Guimarães Duque, Manelito e outros pensadores do Semiárido é que se pensou, chegou no Instituto Nacional do Semiárido”, e a visão sobre Semiárido e ciência, do referido Instituto (Entrevista em maio de 2023). Convenhamos que ainda que Manelito tenha boas ideias e que tenha se inspirado em algum ponto do pensamento de Celso Furtado, há um elemento central e estrutural que os distanciam: Furtado questiona o latifúndio pecuário e combatia os interesses oligárquicos. A indicação de Manelito para presidir esse Comitê estaria associada, ao fato dele ser do Semiárido e através da Fazenda dele “tinha como mostrar que as coisas podiam funcionar, que era só ter boa vontade” (Interlocutor B, maio de 2023). Soma-se a isso uma certa ideia da virtude de um homem que faz “o caminho inverso” de pedir demissão da Universidade, “largou tudo e foi para o sertão, para a Fazenda dele, produzir”, o que seria uma vantagem na “gestão do Instituto” (Interlocutor E, maio de 2023).

As palestras que assisti de Manelito, na época, as vezes que se pronunciou trazia muito de Guimarães Duque, e algumas coisas de social, de Celso Furtado. Agora, era muito mais presente as ideias do Guimarães Duque. Mas assim, por ser mais ideias técnicas. Convivência com as secas, plantar lavouras xerófila, criação de raças animais resistentes. A parte social era mais discreta, comentou o interlocutor G (Entrevista em maio de 2023).

Essas leituras predominam no Insa e foram sendo reproduzidas e incorporadas. Manelito passou a ser visto como uma espécie de “símbolo”, de referência sobre convivência com as secas e sua Fazenda como uma “espécie de centro de extensão” ou “vitrine” de boas práticas adaptadas à região. Não por acaso, conhecer a Fazenda Carnaúba era quase uma “obrigação” para aqueles que estavam ou chegavam no Insa, ou que quisesse saber o que é o Semiárido. Então, ao chegar no Insa e sem conhecer muito a respeito da região, “se falava muito na época da visão sobre o Semiárido de Manelito e ele era uma grande referência. Dizia que o desenvolvimento do Semiárido não precisa de formação, de títulos. Precisa de experiência. E que doutor não sabia de nada, tinha que ter a prática do campo”, não admitia que as bolsas do Insa fossem para doutores (interlocutor B, outubro de 2021), registro feito pela maioria dos interlocutores.

Este Interlocutor diz ainda que “conhecia [Manelito] de ouvir falar. Porque eu sei que ele é primo do Suassuna, a Fazenda dele é uma Fazenda modelo”. Agora, ser um “fazendeiro no Semiárido é uma coisa, você ser um [pobre] no Semiárido é outra. Diga-se de passagem, com prêmios, além de ser de uma família importante, primo do Ariano Suassuna e tal”. Assim este entrevistado entende que a ideia de convivência é certamente muito distinta da que é defendida pelos movimentos sociais. Institucionalmente há uma distância grande quando se fala “que a gente [Insa] está aqui para atender a sociedade. Mas que sociedade? São os meus pares? É o pessoal que é classe média? É o agricultor familiar?” (Interlocutores D, B, maio de 2023). Definitivamente não dá para pensar na resolução de problemas socioeconômicos concretos no país, particularmente nos Semiáridos nordestinos, seja na área urbana ou rural, com “boa vontade”. O papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas, através de suas instituições, é indispensável. Ainda que se negue discursivamente. Talvez os subsídios do Banco do Nordeste, por exemplo, seja um caminho interessante para pensar sobre como tais políticas são importantes também grupos dominantes da região, do qual Manelito faz parte.

A ideia de convivência com o Semiárido defendida por Manelito, como paradigma de desenvolvimento para a região, não está para a agricultura familiar, nem para a reforma agrária, a agroecologia, as questões de gênero, entre outros temas que dão sustentação a perspectiva defendida pelos movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Nessa direção, parte da defesa da grande propriedade, da grande produção voltada exclusivamente para o mercado e não gera distribuição de riquezas. São diferentes projetos que convivem na região semiárida e em algumas situações se aproximam, a exemplo da defesa da caprinocultura como alternativa de desenvolvimento para o semiárido. Mas, partem de grupos com interesses distintos. A ideia de convivência com as secas ou com o semiárido atravessa a trajetória do Insa, ora como um termo genérico, dado, ora com alguma reflexão crítica, e uma alternativa que possibilita o diálogo com a realidade concreta, ora reforça, ainda que inconsciente, projetos dominantes.

Nesse contexto, pensando a partir do modelo de agricultura, a maior parte dos Interlocutores diz que pensar o paradigma da Convivência com o Semiárido é fazer a defesa sobretudo à agricultura familiar. Para outros, uma minoria, não faz diferença se à agricultura familiar ou o agronegócio, por exemplo, uma vez que o Insa está para diferentes projetos no contexto do Semiárido. De todo modo, partindo do entendimento de que não há neutralidade no campo científico, os discursos e práticas dos indivíduos refletem ideologias que podem fortalecer ou fragilizar a identidade da instituição. “A menos que, como equipe, participem da construção ou reorientação do modo de inovação (modo de interpretação + modo de intervenção) da instituição”, e assim compartilhem do “mesmo marco de referência [...] mesmo

quando estiverem atuando individualmente”, apontou José de Souza (Entrevista realizada em maio de 2023).

O interlocutor H, ao comentar se o paradigma da convivência com o semiárido é a principal filosofia do Insa, lembrou das ideias de Manelito, e observou:

Eu acho que é um dos paradigmas. Mas eu acho que é o mais importante porque cai naquela história [...]: quando Manelito falava sobre isso, ele dizia assim, que as pessoas que moram, por exemplo, em regiões geladas, elas convivem lá e conseguem viver. [...] É a mesma situação aqui da gente, enquanto a gente aí entra para história da convivência e não do enfrentamento [...]. Então, é de convivência mesmo, é de você saber o que você pode, o que você não pode na situação ou para aquelas condições climáticas que você vive [...]. Você precisa pensar que os elementos, e aí é a cara de Manelito, os elementos biológicos têm que ser compatíveis mesmo com o ambiente que você vive. E sim, dá para você viver, produzir e viver bem no semiárido. Então acho que é sim, e é o principal. A diferença que eu posso dizer aqui, [...] que eu percebo, é que a diferença de Manelito para o pensamento de convivência dos movimentos sociais, é que Manelito era mais focado nos grandes produtores, e os movimentos sociais é na agricultura familiar. Que eu acho que sim, que tem que focar, porque os agricultores familiares são maioria. Manelito pensava parecido então é, isolamentos biológicos, isso é até uma fala dele, animais, plantas compatíveis com o nosso clima, com a nossa região, que eu acho que é o que os movimentos sociais também fazem, é tecnologias de convivência. Só que os movimentos sociais, eles pensam mais pensando na agricultura familiar. Manelito pensava mais no grande, digamos assim. Acho que era isso (Entrevista realizada em maio de 2023).

Manelito Dantas Vilar, Nilson de Brito Feitoza (Atecel/UFCG) e Edgar Cavalcanti Pimenta Filho (UFPB), estavam com a incumbência de implantar uma unidade de pesquisa do MCTI com a missão de “promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semiárido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área do desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região”, conforme a Lei nº 10.860/2004. Neste momento importante do Insa, a equipe era composta por pessoas contratadas pelo Manelito. Sérgio Rezende nos ajuda a entender: “Porque é o seguinte: na fase de implantação de uma instituição, ainda não tem pessoas definitivas, porque as pessoas passam a fazer parte do quadro definitivo fazendo concurso público. Mas por outro lado a instituição tem um orçamento flexível para contratar colaboradores” (Entrevista realizada em novembro de 2022).

O arranjo eram esses três cargos, além de bolsistas, terceirizados, entre outros colaboradores que chegaram entre 2005 e 2007. E mesmo após a saída de Manelito, muitos permaneceram atuando na instituição na condição de bolsistas ou de terceirizados, passando

também pelas gestões dos dois primeiros diretores⁸⁴ — Roberto Germano (2008-2011) e Ignácio Salcedo⁸⁵ (2012-2015). Há bolsistas que se intitulam os “dinossauros do Insa”. Mas há também casos de pessoas que permanecem até hoje, seja como terceirizado ou via concurso público. Bem como professores da UFPB, a exemplo de Daniel Duarte Pereira, que já se candidatou ao cargo de diretor do Insa. Ele foi assessor técnico (2006-2007), pesquisador bolsista (2012-2016) e pesquisador visitante (2016-2020). E Alberício Pereira de Andrade que já colaborava desde 2005, também já concorreu a diretor do Insa, viria a ser o coordenador administrativo do Insa (2008-2011). Ambos são agrônomos e professores do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias (CCA-UFPB), campus localizado em Areia/PB. O professor Silvio José Rossi (UFPB), da área de Engenharia de Alimentos, foi pesquisador visitante do Insa (2007-2011). “Tinha muito Zootecnia e Agronomia. Eram essas duas áreas que predominavam na composição do corpo de criação do Insa, a comissão [de implantação]. Era predominantemente o campus de Areia” (Interlocutor D, maio de 2023).

Nesse momento, o Insa funcionava inicialmente numa sala da Atecel/UFCG, posteriormente, mudou-se para um espaço na Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande, no centro da cidade, e só em 2011, muda definitivamente para o prédio próprio. Os convênios, cooperações técnicas eram feitas com a intermediação da Atecel, da qual Nilson Feitosa fazia parte. Em algum momento um familiar de Ariano Suassuna — nome não confirmado — assumiu um cargo, provavelmente no lugar do professor Nilson Feitosa. Roberto Germano, primeiro diretor do Insa, lembra porque ao assumir a diretoria, em 2008, essa pessoa “fez questão de dizer que não gostaria de continuar com essa atribuição por entender que com a saída de Manelito ele se sentia desconfortável em permanecer na estrutura do Insa” (Entrevista em abril de 2023).

Walter Alves de Vasconcelos — agrônomo e mestre em Zootecnia pela UFPB — foi da primeira turma de bolsistas do Insa, permanecendo pelo período de 2006 a 2014. Ele conta que em 2006, o Instituto publicou um edital para seleção de profissionais recém-formados em

⁸⁴ É comum ouvir e encontrar referências a Manelito em documentos, como o primeiro diretor do Insa. No entanto, oficialmente o primeiro Diretor foi nomeado a partir de um processo de seleção realizado pelo Comitê de Busca, em 2007. Portanto, ele ocupou o importante cargo de “presidente” (ou diretor) do Comitê Executivo para implantação do Instituto, e na própria Portaria nº 165, que o nomeou, no Art. 2º, determinava o funcionamento do referido Comitê, até “a nomeação do Diretor”.

⁸⁵ Ignácio Hernan Salcedo, é argentino, Agrônomo pela Universidad de Buenos Aires, mestre e doutor em Ciência do Solo pela *Michigan State University*. Foi Professor Visitante Adjunto na UFRPE (1976-1979), Professor Visitante Adjunto na *University of Saskatchewan*, Canadá (1989-2002), Professor Titular da UFPE (1981-2010), Vice-Presidente da *International Union of Soil Science*, Áustria (2006-2010), Professor Visitante Sênior no CCA/UFPB (2011-2015) e Diretor do Insa (2011-2015). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0345527443269554>.

ciências agrárias para compor o quadro de pessoal do Instituto. O referido edital foi divulgado em todas as universidades do Nordeste e 268 pessoas de diversos estados se inscreveram. Destas, foram selecionadas apenas 30 pessoas, que participaram de uma primeira fase, realizada em Campina Grande, com as despesas pagas pelo MCTI. A seleção incluiu a elaboração de uma prova, além de atividades teóricas e práticas ministradas/avaliadas por uma equipe de instrutores, coordenada por Manelito, no contexto do curso “Intensivo de Informação sobre Semiárido” (Figura 9), durante três meses. Esse processo foi acompanhado por um profissional da psicologia. “Muita coisa veio do pensamento e da vivência dele [Manelito] no Semiárido, dos seus diálogos com Ariano Suassuna, com a família. Por isso que ele falava muito em prestigiar cada vez mais as coisas do Nordeste, da convivência com a seca” (Entrevista em agosto de 2023). Todas as etapas foram filmadas e, possivelmente, as imagens ainda se encontram arquivadas no Insa. Nesse processo, ficaram 20 pessoas, por fim, foram selecionados 10 bolsistas, e pouco tempo depois chamaram mais 2. Walter Vasconcelos ressalta que Manelito se inspirou na forma como Celso Furtado selecionava o pessoal da Sudene. E a perspectiva era que essas 12 pessoas selecionadas fizessem parte do corpo efetivo do Insa.

Foram três meses imersos nesse curso, que abordou temas como raças nativas (aprendemos, inclusive, sobre o corte da carne de bode, cabrito, para valorização das carnes das nossas raças nativas), produção de queijo, inseminação artificial, Caatinga, lavoras xerófilas, entre outros. Tudo acompanhado e filmado porque estávamos concorrendo as dez vagas. No final dos três meses selecionaram 12 pessoas: 5 da Agronomia — Anastácio e eu (PB), Ricardo (CE), Alexandre e Lenildo (PE) — 4 da Zootecnia — Mônica (PB), Andrea (RN), Tiago (PE), e Ivan (RN) —, e 3 da Medicina Veterinária — Jucileide (PB), Wagner (PI), Leonardo (PE). Após isso, começamos a organizar a Fazenda [Estação Experimental], que na época não tinha nada do que tem hoje, era só uma casa. E onde hoje é a sede, só tinha o terreno. Cada um de nós foi se especializando dentro das nossas áreas, mas ao mesmo tempo Manelito dizia que precisávamos aprender tudo e de todas as áreas, que não adiantava o veterinário só saber aplicar injeção, tinha que saber plantar. Então, quando chegamos na Fazenda [Estação Experimental] passamos muito tempo ainda aprendendo e interagindo com as outras áreas, de maneira que o agrônomo não cuidava só da plantação, e nem o veterinário apenas das doenças, por exemplo. Então, a gente fez o serviço de todo mundo. E Jucilene Araújo era a nossa coordenadora. Foi assim que o Insa surgiu com a primeira turma de colaboradores, na condição de bolsista PCI. Foram 3 meses intensos! Para você ter uma ideia, a nossa última palestra foi com Ariano Suassuna, que abordou assuntos como a cultura do Nordeste e o Movimento Armorial. E só depois que Manelito já tinha saído [do Insa], foi feito o primeiro concurso. Foi um curso extremamente importante. Foi a partir daí que eu comecei a entender o meu Nordeste, e eu digo isso porque apesar de ter nascido na Paraíba, fui morar muito cedo em São Paulo, e não tinha tanto conhecimento como passei a ter depois desse curso. Foi maravilhoso!” (Walter Vasconcelos, entrevista realizada em agosto de 2023).

Figura 9. Registros do curso “Intensivo de Informação sobre Semiárido”.



À esquerda, imagem do certificado de participação no curso; à direita, programa de aulas e instrutores; abaixo, bolsistas do Insa reunidos na Fazenda Carnaúba, após aula prática do curso de capacitação (2006).
Fonte: cedido por Walter Vasconcelos, ex-pesquisador bolsista do Insa. Em 21/08/2023.

Em 2006, o pesquisador Alexandre Bakker veio transferido do Inpa, e foi quem elaborou o primeiro Programa de Capacitação Institucional (PCI), para o período 2006-2008, com projeto intitulado “Pesquisa e desenvolvimento de alternativas sustentáveis voltadas para a gestão ambiental no semiárido” (Insa, 2006, p. 01). Registra-se que o Insa contava com três servidores de carreira, sendo dois gestores em CT e o pesquisador/doutor já citado, todos transferidos, além de doze bolsistas (recém-formados) e um com doutorado, selecionados em 2006. Este mesmo documento cita a perspectiva de concurso público, que veio a ser realizado pelo Insa e pelo MCTI em 2008. Com relação aos projetos, estavam organizados em áreas temáticas: ciências agrárias — agropecuária (4); ciências ambientais — Botânica (1) e meteorologia e sensoriamento remoto (1); e ciências sociais e econômicas (1). A previsão para 2006 era a de implantação de 38 bolsas, destas 2 para ciências sociais e econômicas, 2 para ciências ambientais, as demais para ciências agrárias (20 para apoio técnico, a exemplo de preparo de muda, solo, plantio, capina etc.). A existência de uma equipe predominantemente das ciências

agrárias permanece até os dias atuais, inclusive no corpo de pesquisadores permanentes, como veremos no próximo capítulo.

Ele [Manelito] pensava que ia poder entrar aqui e fazer um concurso. Ele fez um curso aqui, em Campina Grande, sobre semiárido. Demorou não sei quantos meses, um curso muito bom e no final ele aproveitou 13 bolsistas que foi transformado em bolsista no PCI. E ele pensava que [...] no final do curso ia poder fazer um concurso, ia botar todo mundo como pesquisador tecnologista, mas não era assim (Interlocutor E, entrevista em maio de 2023).

Nesse processo de implantação do Insa, uma contrapartida importante negociada e articulada pelo Comitê Executivo com o Governo do estado da Paraíba, representado por Cássio Cunha Lima (PSDB), foi a aquisição das terras onde estão instaladas a Sede Administrativa e a Estação Experimental e, nesta última, ainda em 2006, iniciou-se a criação do Cavalinho Nordestino. Ribeiro (2023, p. 59) conta que foi Manelito que iniciou essa atividade, quando em visita ao estado do Piauí, representando o Insa, recebeu de criadores sete equinos, doados ao Instituto. Há registros sobre lançamento de três editais de pesquisa voltados a produção agrícola: “estudo de lavouras xerófilas, mas especificamente da planta conhecida como ‘faveleira’”, [...] “a palha forrageira”, [...] e a perspectiva do estudo sobre “umbuzeiro”⁸⁶. Outro elemento que também marca esse período é o logotipo da instituição, que tem a forte presença de Ariano Suassuna⁸⁷ na sua construção (Figura 10), primo e sócio de Manelito; na primeira logomarca, ao centro o símbolo esculpido da Pedra do Ingá, monumento arqueológico localizado no município de Ingá/PB, letras em Armorial⁸⁸, ambas de autoria do referido escritor

⁸⁶ Matéria intitulada “Instituto do Semi-Árido consolida estrutura e prepara novo edital”. publicada em 18 de março de 2005. Disponível em: <http://www.taperoa.com/instituto-do-semi-arido-consolida-estrutura-e-prepara-novo-edital/> Especificamente sobre as informações que citamos, foram extraídas do subtópico “Pesquisa no Semi-Árido”, possivelmente texto republicado, escrito por Bruno Radicchi – Assessoria de Imprensa do MCT, como consta nesta.

⁸⁷ Ariano Vilar Suassuna é paraibano, nascido na capital João Pessoa, mas também morou no município de Taperoá. Filho de João Suassuna, que foi presidente (hoje Governador) da Paraíba. Além de Advogado, foi dramaturgo, romancista, ensaísta, poeta e professor. Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 32, desde 1989. Também membro das Academias de Letras dos estados da Paraíba e de Pernambuco. Autor de diversas obras, com destaque para *O auto da Compadecida* (1955), que resultou em versão cinematográfica em 2000. “Grande pensador e defensor da Cultura Popular Brasileira, foi o idealizador do Movimento Armorial (movimento que leva à academia as expressões genuínas da cultura popular no âmbito da literatura, artes visuais (sobretudo através das xilogravuras), pintura, cerâmica, escultura, dança, música, tapeçaria e cinema”. Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/ariano-suassuna-escritor-e-dramaturgo-brasileiro-/590249 Acesso em: 19 set 2020. Na política, foi filiado ao PSB desde 1990, além de ter ocupado cargos como o de Secretário de Educação e Cultura do Recife (1975–1978), secretário de Cultura de Pernambuco (1994–1998), secretário especial de Cultura de Pernambuco (2007–2010) e secretário da Assessoria Especial do governador Eduardo Campos (2011–2014). Faleceu em 2014, na cidade do Recife (PE), onde vivia.

⁸⁸ O Movimento Armorial foi criado por Ariano Suassuna nos anos 1970, com intuito de realizar uma arte genuinamente brasileira, inspirada em elementos e linguagens da cultura popular, valorizando a arte popular do

paraibano. Acima do círculo outro símbolo, o bode. Circulando o símbolo da pedra de Ingá, está escrito em letras Armoriais: “Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado”. O Insa teria sido projetado, neste período, para ser um instrumento institucional voltado à consolidação e fomento de uma “teia de instituições pró-caprinocultura” em toda a região semiárida do Brasil?

Figura 10. Diferentes logotipos do Insa⁸⁹.



Fonte: Folheto do primeiro Planejamento Estratégico do Insa; e Planos Diretores da Unidade (PDUs) dos períodos 2008-2011 e 2012-2015.

A logomarca atual é a primeira (da direita para a esquerda). Quando comparamos as três logomarcas, notamos que desaparecem o símbolo do bode, o nome de Celso Furtado e as letras em Armorial, mas entre os elementos simbólicos criados por Ariano Suassuna, mantém-se a Pedra de Ingá. Do ponto de vista do Regionalismo, o que esses símbolos nos revelam? Entre os argumentos para essas exclusões, o símbolo do bode, porque representava a imagem de uma instituição que atuaria exclusivamente com a caprinocultura, imagem esta que vinha sendo construída e fortalecida inclusive do Insa como “órgão de fomento à agropecuária”. O ex-diretor Roberto Germano afirmou que além do Insa não ser um órgão de fomento, não pode e não deve atuar de forma restrita a isso, pois tem uma missão mais ampla (Entrevista em março de 2023). Segundo o interlocutor A, essa exclusão gerou indignação, particularmente em Manelito, que “se sentia traído pelo ‘pessoal de Areia’⁹⁰. Foi na gestão de Salcedo que contrataram uma empresa para fazer a nova identidade visual [...]”, ocasião que houve a segunda modificação,

Nordeste, e é considerado um marco na história da cultura no país. Seu livro “Feros do Cariri: uma heráldica sertaneja”, publicado em 1974, pela Editora Guariba, traduz essa iniciativa. As letras do alfabeto Armorial foram criadas a partir dos ferros de marcar gados da região. “Na condição de Diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, lança, a 18 de outubro, o Movimento Armorial, por ele idealizado para combater o processo de vulgarização e descaracterização da cultura brasileira. O Movimento, que vinha sendo pensado por Suassuna desde o seu tempo de estudante de Direito, empenha-se na criação de uma arte erudita brasileira, realizada a partir das raízes populares da nossa cultura” (p. 19), da obra: NEWTON JÚNIOR, Carlos. Ariano Suassuna 80, memória: catálogo e guia de fontes. Rio de Janeiro: Sarau, 2008.

⁸⁹ Os três logotipos mantiveram o símbolo esculpido na pedra do Ingá. O logotipo ao centro foi elaborado na gestão de Roberto Germano da Costa. O terceiro logotipo, da esquerda para a direita, é o vigente, e foi elaborado na gestão de Ignácio Hernán Salcedo.

⁹⁰ Referindo-se aos professores do Campus de Ciências Agrárias da UFPB, situado no município de Areia, Paraíba, que faziam parte da gestão do Insa no período de 2008-2011. De acordo com o Interlocutor A, “Manelito [...] não falava nem no nome de Alberício” (Entrevista agosto de 2021).

com a exclusão das letras em Armorial e da cor preta. Disse ainda que as letras em armorial (Figura 11) geravam confusão na leitura do nome “Insa”, que em seu lugar era lido pelas pessoas como “Ijusa”. Quanto a retirada do nome de Celso Furtado foi apontada como sendo possivelmente em função de uma simplificação para facilitar a divulgação do Instituto, ainda pouco conhecido (Entrevista em agosto de 2021). Em 2012, quando Ignácio Hernán Salcedo assumiu a direção do Instituto, Manelito visitou o Insa e na ocasião “solicitou a Salcedo que voltasse o bode na logomarca do Insa”, pontuou o ex-diretor Salomão Medeiros⁹¹ (Entrevista em abril de 2023).

Figura 11. Símbolo do logotipo com a descrição do nome do Insa em letras Armoriais.



Fonte: INSA, 2007.

Podemos inferir, com base na pesquisa de Meneses (2018), que o “bode” é a representação simbólica da caprinocultura — já observado no capítulo 1, era vista como “miunça”, ligada as famílias pobres do Semiárido e de “menor *status* social em relação aos bovinos” — projetada como uma vocação natural do Semiárido e de “uma nordestinidade autêntica”. A defesa da caprinocultura compõe o arsenal de estratégias de “reconversão social” de elites pecuaristas para se manter distinta, que tem a grande propriedade da terra ou as Fazendas Experimentais como lugar de referência para aprender a conviver com as secas. Em entrevista, ao falar sobre o que o levou a iniciar o trabalho de resgate de raças de caprinos, e ao que confere o desaparecimento de raças nativas de caprinos no Nordeste, Manelito respondeu:

Do ponto de vista biológico, qualquer animal nativo ou planta nativa, por definição, seja qual for, tem maior compatibilidade com o local do que outro que não é nativo,

⁹¹ Salomão de Sousa Medeiros, paraibano, é Engenheiro Agrícola pela UFPB, mestre em Irrigação e Drenagem e doutor em Recursos Hídricos e Ambientais pela UFV, MBA em Gestão Pública: Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável pela Fundace. Foi técnico em desenvolvimento regional e chefe geral na Codevasf (2007-2008), presidente da Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva (2012-2014), no Insa, exerceu a função de pesquisador, assessor técnico, e Diretor entre 2009 e 2020. Atualmente, é pesquisador no Polo de Inovação do IFPB, professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos na UFCG. Possui um canal no *youtube* onde socializa, junto aos convidados, os avanços científicos e tecnológicos nas áreas de Recursos Hídricos, Saneamento e Irrigação. Foi membro do Comitê de Busca para Diretor do INSA (2011). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9621251182899061> Acesso em: 23 ago 2023.

não é verdade? Tanto é que o nome das raças dos animais, desde a galinha até o boi, quase sempre faz uma referência ao lugar onde foi selecionada. Então, logo de cara, as nativas são melhores de que as “gringas”. Tudo o que eu fiz foi um elementar exercício de lógica de engenheiro, com a assessoria ideológica de um intelectual brasileiro decente, que é Ariano Suassuna, pois nós somos sócios na criação de cabras [...]. [Disse atribuir o desaparecimento] ao abandono do material genético superior, que a natureza do Nordeste selecionou por ela mesma, criando uma incrível compatibilidade. O que realmente deve ser feito é um processo de seleção dentro dos agrupamentos do mesmo tipo, da mesma raça, mesmo que não tenha sido oficialmente reconhecida como tal. Depois, você restabelece a função leiteira, volta ao encontro do potencial original dela. Só é preciso ter alguma competência e paciência. Olhe para o ombro daquela Moxotó (aponta para uma das cabras que vai passando). Em cima daquela cabra tem 41 anos de serviço de seleção. Era isso que as empresas de pesquisa deviam estar fazendo no Nordeste. [...] a ocorrência desses animais [caprinos] é generalizada. O que eu fiz foi sair por feiras e propriedades catando animais com as características fenotípicas das raças originais e os coloquei para cruzar com os das raças análogas européias. [...] [sobre a valorização das forragens nativas da caatinga] [...] a agronomia oficial do Nordeste é em cima de algaroba, atriplex, leucena e cunhã, e que despreza o maior manancial de leguminosas e ervas deste país que é a vegetação do semi-árido do Nordeste. Nós temos forrageiras nativas adaptadas às condições da região semi-árida que possuem alto valor nutritivo, como a jureminha, o feijão-bravo, o feijão-de-rolinha, o amarra-cachorro, o engorda-magro, a jurema-preta, a malva-doce, além de outras espécies (Macedo; Menezes, 2004, p. 9-11).

Entre 1980 e 2010, se consolidou entre elites pecuaristas nordestinas uma crise econômica e de decadência de poder, “algo que pode ser registrado sob um ponto de vista das gerações das famílias proprietárias, bem como, em plano mais geral, em mudanças nas desigualdades sociais do eixo rural-urbano em todo semiárido nordestino” (Menezes, 2018, p. 24). Ainda segundo este autor, é justamente nesse período que a caprinocultura alcança visibilidade em diferentes espaços por onde circulam grandes pecuaristas, mas é também o momento que o debate político e acadêmico em torno do fenômeno das secas assume novos contornos, na perspectiva de desenvolvimento regional. “Manelito” e seu primo Ariano Suassuna estabeleceram, ainda nos anos 1970, uma sociedade para criação de cabras e bodes.

Enquanto Manelito começava a selecionar cabras para rebanho, Ariano Suassuna, com a habilidade de escritor, tentava legitimar um sentido para a nova estratégia pecuária na Carnaúba, em artigos semanais, publicados em jornais de Pernambuco e reproduzidos na Paraíba. Em um deles, o escritor assume na criação de cabras e bodes uma dívida moral com seu pai e as gerações anteriores de sua família. [...] Essa produção de textos e argumentos, nas colunas de jornais de Ariano Suassuna e nos periódicos e boletins das associações de criadores por Manelito, vai dar subsídios para construir um consenso a favor da caprinocultura e entre os grandes pecuaristas do Nordeste. As visões defendidas por Suassuna e Dantas Vilar venceram resistências e críticas aos caprinos dentro do meio da elite pecuarista — as acusações de que os caprinos eram improdutivos e geravam desertificação foram vencidas [...] (Menezes, 2018, p. 126-127).

Em junho de 2005 assumiu o novo ministro do MCTI, Sérgio Rezende (07/2005-01/2010), no lugar de Eduardo Campos. E no final de 2006, foi aprovado por este Ministério o

Regimento Interno do Insa, que definiu sua estrutura básica em termos de competências, organização/cargos, seleção para diretoria, das atribuições do dirigente e de cada setor, das atribuições e composição do Conselho Técnico Científico (CTC), e disposições gerais. Neste momento, também foi definido que a escolha para o primeiro dirigente do Insa aconteceria no ano seguinte, por meio de um processo de seleção onde as pessoas interessadas seriam submetidas a avaliação de um Comitê de Busca, com perfil científico, constituído e nomeado pelo referido Ministro. Isso já vinha sendo feito em outros institutos do MCTI. Rezende, ao comentar sobre a figura de Manelito, declara: “Quando eu assumi o Ministério, em julho de 2005, um ano depois é que eu fui conhecer Manelito melhor. Eu conhecia ele de nome, sabia da fama dele e tal, e logo, logo eu vi que tínhamos dificuldades”. Ele, com sua vivência concreta do Semiárido, não julgava importante a formação em nível de pós-graduação para ser pesquisador do Insa. “Alguns pesquisadores jovens quando obtêm o diploma de doutor acham que agora tem a solução para o mundo porque são doutores [...]. Ele [Manelito] não gostava disso” (Entrevista em novembro de 2022).

Então [...] eu resolvi fazer o seguinte: Várias unidades de pesquisa do Ministério já tinham a prática recente de escolher o diretor por meio de Edital e Comitê de Busca. O edital você sabe bem, abre o processo de seleção, abre para qualquer pessoa de qualquer lugar, as pessoas se inscrevem e o Comitê de Busca seleciona por exame de currículo e por entrevistas, faz um lista tríplice que vai para o Ministro e o Ministro escolhe uma delas. Poucas instituições tinham isso, porque até a década de [19]90 todo diretor era escolhido pelo Ministro autocraticamente. E quando eu assumi havia alguns Institutos que tinham diretores há 8 anos, um há 10 anos e eu achava que não podia ser assim. Eles eram escolhidos e não tinham mandato. Então eu resolvi fazer uma Portaria [...] definindo que todas as Unidades de Pesquisa deveriam ter diretores escolhidos a partir do processo de Comitê de Busca. Manelito ficou muito bravo comigo e foi reclamar com Eduardo Campos, que estava no Congresso. E o Eduardo Campos entendeu. E aí nós fizemos o Comitê de Busca. Esse Comitê escolheu, então, Roberto Germano que foi o primeiro diretor escolhido por esse processo e com mandato de quatro anos (Entrevista em novembro de 2022).

Roberto Germano da Costa, em entrevista, diz que sempre teve “afinidade com a área agropecuária”, posteriormente, ao longo da sua trajetória profissional, surgiu sua “paixão pela caprinocultura, na área pecuária”⁹², a partir daí passou desenvolver suas pesquisas — no mestrado e no doutorado — na área de Zootecnia. Assumiu a direção do Insa entre 2007 e 2011, período de institucionalização e consolidação do Instituto, mas também de alguns desafios político-institucional. Ele considera que sua experiência administrativa “como diretor do Centro

⁹² “Roberto Germano Costa 1” – A Ciência que eu Faço. Disponível em: <https://eduplay.rnp.br/portal/video/406>
Acesso em: 14 ago de 2023.

de Tecnólogos de Bananeiras foi que, digamos assim, abriu um pouco as portas para outras caminhadas”, uma delas, participar do “concurso através do Comitê de Busca para a primeira diretoria” do Insa. Revelou na época: “Estamos tentando consolidar essa estrutura [do Insa] e recebendo apoio muito forte do Ministério de Ciência e Tecnologia, fazendo com que possa reduzir um pouco as desigualdades regionais e um estímulo muito forte à pesquisa das potencialidades que temos no Semiárido brasileiro”. Discutiremos sobre a sua gestão, bem como as demais gestões do Instituto, no capítulo 6. Antes, é importante compreender nesse processo de institucionalização do Insa, a estrutura regimental. Essa matéria será abordada no próximo capítulo. Primeiro, vamos entender no processo de institucionalização do Insa, sua estrutura regimental.

3.3 Da Lei de criação e organização à Regulamentação do Insa

Enquanto Instituição Científica e Tecnológica (ICT)⁹³, parte da estrutura básica do MCTI (Decreto nº 886 de 06/09/2006), o Insa foi regulamentado em 2006, através da Portaria nº 896 de 30/11/2006⁹⁴, que trata Regimento Interno⁹⁵. No que se refere a sua estrutura básica, até 2021 existiam quatro cargos comissionados⁹⁶: Diretoria; dois Assessores Técnicos; e um Assistente Técnico. Além do Conselho Técnico Científico (CTC), que só foi oficializado a partir de 2009. O Regimento Interno atual — Portaria MCTI nº 7.059 de 24/05/2023 — apresenta uma estrutura ampliada, contando com oito cargos comissionados: Diretoria; Divisão de Planejamento (Dipla); Setor de Gestão Estratégica (Seges); Coordenação de Administração (Coadm); Serviço Administrativo (Seadm); Setor de Compras (Secom); Coordenação de Pesquisa (Copeq); Divisão de Pesquisa (Dipes). Vale salientar, que essa ampliação e organização dos cargos já se apresentava no Regimento Interno de 2022, na gestão de Mônica

⁹³ Conforme Lei nº 10.973 de 2 dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Lei de criação do Insa nº 10.860/2004, e a regulamentação foi via Decreto nº 5.886.

⁹⁴ Primeiro havia sido aprovado via Decreto nº 5.886. A Portaria foi revogado em agosto de 2020, pelo Decreto nº 10.463, e atualizado pela Portaria nº 3.451/2020.

⁹⁵ “Os regimentos internos definirão o detalhamento dos órgãos integrantes da estrutura regimental, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes” Art. 42, do Decreto 5.886 de 06/09/2008.

⁹⁶ Segundo a Portaria nº 771, de 6/10/2006, que publicou a relação nominal dos servidores ocupantes de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS no âmbito do MCTI, os cargos de Diretor, Assessor Técnico (2) e Assistente Técnico do INSA encontravam-se vagos, vindo a ser ocupados em 17/10/2006 por Domingos Sávio de Moura Pacheco como Assessor Técnico (Portaria 788), Daniel Duarte Pereira como Assessor Técnico (Portaria 790), Roberto de Albuquerque Wanderley como Assistente Técnico (Portaria 791). Essas informações referem-se ao período de implantação do Insa, que tinha como presidente do Comitê Executivo, Manoel Dantas Vilar (Manelito).

Tejo⁹⁷. No Quadro 10, apresentamos o histórico da composição de cargos de gestão, de 2007 aos dias atuais. Nele, observamos que na gestão de Ignacio Salcedo e na maior parte da gestão de Salomão Medeiros os cargos de assessoria técnica (Coordenação de Pesquisa e de Administração) foram ocupados unicamente por servidores do Insa.

Quadro 10. Composição das funções de gestão no Insa desde a sua criação.

Período	Função*	Titular	Substituto
2007 a 2011	Diretor	<i>Roberto Germano Costa</i> **	Alberício P. Andrade**
	Assessor Técnico	Alberício P. Andrade**	---
	Assessor Técnico***	Juciene S. Araújo****	---
		Pedro Dantas Fernandes**	---
	Assistente Técnico	José Osterne da Silva**	---
		Orlando Vilar Miranda**	---
	Vinícius Sampaio Duarte	---	
2011 a 2015	Diretor	<i>Ignacio H. Salcedo</i> **	Salomão S. Medeiros
	Assessor Técnico	Salomão S. Medeiros	---
	Assessor Técnico***	Aldrin M. P. Marin	---
	Assistente Técnico	Vinícius Sampaio Duarte	---
2015 a 2020	Diretor	<i>Salomão S. Medeiros</i>	Ricardo C C Lima
	Coordenador de Pesquisa	<i>Ignacio H. Salcedo</i> **	Fabiane R. C. Batista
		Ricardo C C Lima*****	Fabiane R. C. Batista
	Coordenador de Administração	Everaldo G. Silva	Giuseppe R. M. Paiva
	Chefe de Serviço Administrativo	Inesca C. M. Pereira	José Rafael A. Motta
		---	Claudia M. B. Ribeiro
	Claudia M. B. Ribeiro	Sara R. Medeiros	
2020 a 2024	Diretora	<i>Mônica T. Cavalcanti</i> **	Emmanuel M. Pereira**
	Coordenador de Pesquisa	---	Fabiane R. C. Batista
		Emmanuel M. Pereira**	Fabiane R. C. Batista
	Chefe de Divisão de Pesquisa	Fabiane R. C. Batista	Marcelo J. G. Silva
	Chefe de Divisão de Planejamento	Giuseppe R. M. Paiva	Maria Amazile V. Barbosa
	Chefe de Setor de Gestão Estratégica	Marcelo J. G. Silva	Fabiane R. C. Batista
	Coordenador de Administração	---	Andreia P. M. Joffily
		---	Inesca C. M. Pereira
		Inesca C. M. Pereira	---
	Chefe de Serviço Administrativo	Inesca C. M. Pereira	Carlos Ticiano C. Ramos
Maria do Carmo F. Soares		---	
Chefe de Setor de Compras	Sara R. Medeiros	Maria Amazile V. Barbosa	

* Atualmente, só o cargo de Direção do Insa pode ser ocupado por pessoa fora da administração pública.

** Colaboradores externos.

⁹⁷ Monica Tejo Cavalcanti é paraibana, graduada em Farmácia, com mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela UFPB e doutorado em Engenharia de Processos pela UFCG. MBA em Empreendedorismo de Alto Impacto e Inovação. Professora da UFCG/CCCTA - Campus Pombal e do Programas de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais (Acadêmico e Profissional) na mesma instituição. Coordena a Incubadora de Impacto Social do Semiárido da Paraíba - IACOC/PaqTcPB (2014-atual). Coordenou projetos no Programa de Estudos e Ações para o Semiárido - PEASA/UFCG (2013-2021). Membro de Conselhos, dentre eles o Conselho Diretor da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTcPB (2022-atual). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6080767236693953> Acesso em: 16 ago. 2023.

*** Cargo Assessoria Técnica/Coordenação de Pesquisa, excetuando Ricardo Lima, que é Engenheiro Eletricista, todos os demais coordenadores/a são Agrônomos/a.

**** Jucilene Silva Araújo foi nomeada em 16/08/2007 através da Portaria nº 532 de 17/08/2007, e exonerada em 15/10/2008 conforme Portaria nº 762. Em seu lugar assumiu o professor Pedro Dantas Fernandes (UFPB), Portaria nº 763 de 16/10/2008.

***** Ricardo C. C. Lima foi nomeado em 15/12/2017 através da Portaria nº 7.276 (ocupou o cargo até 03/2020), no lugar de Ignacio Salcedo que faleceu no dia 03/04/2017 (Nomeação Portaria nº 5.826 12/12/2016; Exoneração Portaria nº 7.275 15/12/2017). Entre os meses de abril e novembro de 2017 essa coordenação ficou sob a responsabilidade da pesquisadora Fabiane Batista.

Fonte: Elaboração própria, a partir das portarias MCTI de nomeação, publicadas no DOU.

Entre 2006 e 2023, o Regimento Interno recebeu seis alterações (Apêndice VIII), com destaque para 2022. Analisando os documentos, percebe-se que há bastante similaridade entre as competências institucionais estabelecidas nos anos 2006, 2016 e 2020 e, por outro lado, total semelhança entre os anos 2022 e 2023. Em uma análise comparativa entre os anos 2006, início da implantação do Instituto, e 2022, último ano da gestão anterior do Governo Federal, nota-se entre as principais diferenças, que o Regimento Interno de 2006 destacava a necessidade de desenvolver e aplicar tecnologias apropriadas e de interesse regional e nacional, e de promover e realizar estudos e pesquisas aplicadas aos recursos hídricos, à preservação e recuperação de ecossistemas e à sustentabilidade da região. Estas competências não são encontradas no Regimento Interno de 2022 que, por outro lado, prioriza atribuições junto ao setor produtivo como, por exemplo, estimular a constituição de alianças entre empresas, ICTs e entidades sem fins lucrativos, apoiar a criação de ambientes promotores da inovação para aumento da competitividade e interação entre empresas e ICTs, celebrar contratos de transferência de tecnologia e outorga do direito de uso, e ainda incentivar o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas e entidades de direito privado sem fins lucrativos, mediante apoio material, humano e financeiro.

No que diz respeito ao Conselho Técnico Científico (CTC) “é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas”. Deverá se reunir ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando convocados pela presidência, neste caso, o dirigente do Insa. Ao analisarmos os documentos, percebemos algumas diferenças entre o que consta nos Regimentos Internos e nas Portarias. Nos Regimentos, a partir de 2020 houve uma redução das representações, de 10 para 8 membros. A representação de UPs do MCTI, que não tinha assento, foi inserida a partir de 2022, e a representação da Comunidade CT foi reduzida para 1 assento em 2020, porém em 2022 foi excluída. Por outro lado, a representação da sociedade civil que foi inserida em 2016, em 2020 esta representação é excluída, e volta a compor a partir de 2021 (Tabela 2). Já nas Portarias com as nomeações, que só aparece até 2021 (Quadro 11), consta que a sociedade civil

vem participando desde 2018, e confirma a redução para apenas um membro da Comunidade Científica. O Insa passou de 3 para 2 membros.

Tabela 2. Quantidade de membros do CTC do Insa.

Instituições / RI	2006	2008	2016	2020	2021	2022	2023
INSA	3	3	3	2	2	2	2
Federação da Agricultura e Pecuária NE	1	1	1	1	1	1	1
Federação das Indústrias NE	1	1	1	1	1	1	1
Comunidade CT	3	3	2	1	1		
Pró-Reitores Pós-Graduação e Pesquisa	1	1	1	1	1	1	1
Secretários Estaduais de CT	1	1	1	1	1	1	1
Sociedade Civil			1		1	1	1
Unidade de Pesquisa MCTI						1	1
TOTAL	10	10	10	7	8	8	8

Fonte: elaboração própria, a partir dos Regimentos Internos publicados no DOU.

Quadro 11. Membros do Conselho Técnico-Científico (CTC) do Insa.

Instituições / CTC	2009	2012	2015	2018	2020	2021
Insa	- Roberto Germano da Costa - Geovergue Rodrigues de Medeiros - Salomão de Souza Medeiros	- Ignacio Hernan Salcedo - Alexandre Pereira de Bakker - Geovergue Rodrigues de Medeiros	- Salomão de Souza Medeiros - Alexandre Pereira de Bakker - Aldrin Martin Pérez Marin	- Salomão de Souza Medeiros - Fabiane Rabelo da Costa Batista - Andreia Ponciano de Moraes	- Mônica Tejo Cavalcanti - Fabiane Rabelo da Costa Batista - Andreia Ponciano de Moraes	- Mônica Tejo Cavalcanti - Jucilene Silva Araújo
Federação da Agricultura e Pecuária NE	- Mário Antônio Pereira Borba (FAEPA)	- Flávio Viriato de Saboya Neto (FAEC)	- Flávio Viriato de Saboya Neto (FAEC)	- Raimundo Coelho de Sousa (FAEMA)	- Humberto Miranda Oliveira (FAEB);	- Mário Antônio Pereira Borba (FAEPA)
Federação das Indústrias NE	- Francisco de Assis Benevides Gadelha (FIEP)	- Francisco de Assis Benevides Gadelha (FIEP)	- Francisco de Assis Benevides Gadelha (FIEP)	- André de Freitas Siqueira (FIEC)	- André de Freitas Siqueira (FIEC)	- André de Freitas Siqueira (FIEC)
Comunidade CT	- Aldo Malavasi Filho (SBPC) - Michel François Fossy (Fapesq) - Nataniel Franklin de Melo (Embrapa Semiárido)	- Aldo Malavasi Filho (Moscamed Brasil) - Nataniel Franklin de Melo (Embrapa Semiárido) - Frederico Cavalcanti	- Geovane Barbosa do Nascimento, (IFBaiano) - Pedro Carlos Gama da Silva (Embrapa Semiárido) - Humberto Alves Barbosa (UFAL)	- Cristiane Elizabeth Costa de Macêdo (UFRN) - Jackson Roberto Guedes da S. Almeida (Univasf)	- Cristiane Elizabeth Costa de Macêdo (UFRN) - Jackson Roberto Guedes da S. Almeida (Univasf)	- Cristiane Elizabeth Costa de Macêdo (UFRN)

Instituições / CTC	2009	2012	2015	2018	2020	2021
		Montenegro (Itep)				
Pró-Reitores Pós-Graduação e Pesquisa	- Edna Maria da Silva (Coordenadora do Foprop)	- Robert Evan Verhine (Foprop)	- Marcus Eugênio Oliveira de Lima (Foprop)	- Maria José Lima da Silva (UEPB)	- Jean Berg Alves da Silva (Ufersa)	- Robério Rodrigues da Silva (Uesb)
Secretários Estaduais de CT	- Ildes Ferreira (Secretário de CTI da Bahia)	- Francilene Procópio Garcia (PaqTcPB)	- Francilene Procópio Garcia (PaqTcPB)	- Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda (Secitece)	- Cecília Herrmann Rocha (SECTI-AL)	- Cláudio Benedito Furtado (SECTIES/PB)
Sociedade Civil				- Marcelo Galassi de Freitas Paranhos (Asa Brasil)	- Marcelo Galassi de Freitas Paranhos (Asa Brasil)	- Marcelo Galassi de Freitas Paranhos (Asa Brasil)
Total	10	10	10	10	10	8

Fonte: elaboração própria, a partir das portarias de nomeação publicadas no DOU.

De acordo com informações de Marcelo Paranhos, representante da sociedade civil no CTC, pela ASA-Brasil, o ano de 2012, início da gestão de Ignácio Salcedo, foi um marco importante de abertura efetiva de diálogo do Insa com a sociedade civil, mais precisamente com atores sociais que atuam na defesa da agricultura familiar. Como resultado desse diálogo surgiram iniciativas conjuntas importantes como os projetos “Insa-ASA” e na área de reuso de água, este último já na gestão de Salomão Medeiros, quando também houve a inserção da Sociedade Civil como membro do CTC do Instituto, em 2018, permanecendo até os dias atuais. Entretanto, em 2020 houve a tentativa de retirada dessa representação. Segundo Paranhos, a nova diretora, professora Mônica Tejo (UFCG) (2020-2024), divulgou uma nota na qual argumentava a redução dos membros deste Conselho por orientação do MCTI. Na ocasião, “fui para o embate, e de modo incisivo argumentei” a necessidade de permanência desse segmento da sociedade, e assim foi mantida. Porém, as reuniões do CTC passaram a ser apenas para aprovação dos relatórios de gestão, que é uma das funções, mas ficou muito restrito a isso. “Não tinha mais o debate sobre as ações e iniciativas do Instituto, o que para nós é muito importante, e isso foi desmotivando a nossa participação” (Consulta parentre julho e agosto de 2023).

O procedimento de seleção e indicação dos dirigentes das UPs do MCTI vinha sendo praticado desde o ano 2000, por força da Instrução Normativa Conjunta MCT-CNPq nº 1, de 28 de abril de 2000. Em 6 de setembro de 2006, o Decreto nº 5.886, em seu Art. 41, determina que "Os dirigentes das unidades de pesquisa serão indicados pelo Ministro de Estado, a partir

de listas tríplexes apresentadas por comissões específicas de alto nível, compostas por pesquisadores científicos e tecnológicos, e nomeados na forma da legislação vigente". Vale lembrar que no Relatório Tundisi, no tópico 4.5 "Gestão das UPs", ao tratar do "Comitê de Busca", já estava posto que devia ser preocupação imprescindível do MCTI a definição de dirigentes institucionais, ao considerar que uma boa definição da missão e da liderança, possibilitará o enfrentamento de desafios.

O MCT implantou, no início de 2000, a sistemática de Comitê de Busca para assessorar o Ministro da Ciência e Tecnologia na escolha dos dirigentes das suas Unidades de Pesquisa. Trata-se de uma sistemática semelhante às melhores práticas internacionais e recomenda-se que essa sistemática seja mantida e ampliada para outras organizações. Para que o modelo de Comitê de Busca seja bem-sucedido é imprescindível que:

- Comitê seja formado por especialistas do mais alto nível e reconhecidos no seu meio;
- seja assegurada ampla liberdade de ação ao Comitê;
- não haja interferência de natureza política ou corporativista, em qualquer fase do processo, incluindo a escolha final do dirigente.

A Comissão recomenda 'que as direções das Unidades sejam definidas por prazos que não superem 4 anos, com a possibilidade de apenas uma eventual recondução'. Gestões superiores a 8 anos devem ser sempre evitadas. Dado o caráter das UPs do MCT, a Comissão também recomenda 'ser fundamental que os Conselhos Técnico-Científicos (CTC) tenham uma maioria de membros externos e que os usuários estejam neles fortemente representados' (CGEE, 2001, p. 50).

Durante a gestão do ex-ministro Sérgio Rezende (2005-2010), com o objetivo de regulamentar e detalhar este dispositivo legal, foi publicada a Portaria MCT nº 1.037, de 10 de dezembro de 2009 (que normatizou o art. 41, do Decreto nº 5.886 de 06/09/2008), e em seu Art. 2º, dispõe que:

As comissões específicas, doravante denominadas de Comitês de Busca, serão compostas por 5 (cinco) membros, incluindo seu Presidente, todos com renomada reputação e experiência no campo de atuação da Unidade de Pesquisa, os quais têm por missão divulgar o processo seletivo, incentivar a inscrição de candidatos à altura do certame e implementar todo o processo.

Comitê de Busca é criado pelo Ministro, e seus membros recebem apoio logístico do MCTI. No art. 4º da referida Portaria define também que:

O Conselho Técnico-Científico — CTC da Unidade de Pesquisa, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício do Diretor, encaminhará ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa — SCUP, o pedido de instalação de Comitê de Busca para iniciar a procura de candidatos ao cargo de Diretor da Unidades.

Assim sendo, a seleção para dirigentes do Insa segue essa normativa desde 2007. A Scup elabora a minuta do edital da chamada pública para as candidaturas e o Comitê de Busca avalia e autoriza. A divulgação ampla do edital é feita pela Scup, mas é também atribuição da UP fazer essa divulgação através de seus canais de comunicação institucional, dando o “destaque apropriado”. O processo de seleção dos candidatos ao cargo de dirigente inclui etapas como exposição oral pública de um plano de gestão⁹⁸, entrevista individual e análise de documentos como *curriculum vitae* e um texto com visão de futuro. Após a seleção, o Comitê recomenda uma lista tríplice — que não é divulgada — registrada em Ata e em Carta de encaminhamento do resultado, endereçadas ao Ministro. Este, por sua vez, faz a indicação “não havendo obrigatoriedade na prerrogativa ministerial, de que o primeiro candidato da lista seja o escolhido para o cargo” (Art. 12, Portaria nº 1.037/2009). Por fim, a pessoa selecionada será designada pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Ademais, no edital deverá ser indicado os critérios mínimos a serem observados para avaliação do candidato a dirigente, quais sejam:

I – formação acadêmica de alto nível (ou equivalente), experiência técnico-científica e competência profissional na área de atuação da Unidade de Pesquisa, demonstrada no *curriculum vitae*; II – experiência gerencial e administrativa envolvendo atividades de relacionamento com organizações de fomento, do Governo e entidades da sociedade em geral; III – notoriedade junto à comunidade científica ou tecnológica; IV – entendimento e comprometimento com a execução do Plano Diretor da Unidade de Pesquisa e com o Plano de Ação do Ministério da Ciência e Tecnologia; V – visão de futuro voltada para o crescimento científico e tecnológico da Unidade de Pesquisa e do País; VI – capacidade de liderança para motivar o corpo técnico e científico e os demais colaboradores da Unidade; VII – competência para propor soluções, capacidade para enfrentar desafios e superar obstáculos com o objetivo de fortalecer a atuação da Unidade (Portaria nº 1.037/2009, Art. 8º).

Na visão dos interlocutores da pesquisa, esse formato da seleção é legítimo e, por um lado, o Comitê de Busca ajudou a enfrentar ingerências políticas que Institutos estavam antes submetidos. Por outro lado, acreditam que a divulgação ampla da lista tríplice poderia tornar esse processo mais transparente. Como isso não ocorre, consideram uma fragilidade institucional devido as possíveis interferências políticas e, como efeito, a escolha final de dirigentes com caráter mais político e menos técnico-científico. O cargo de dirigente é exercido

⁹⁸ De acordo com o Ministério “os planos de gestão dos candidatos a cargo de Direção nas Unidades de Pesquisa do MCTI são apresentados, publicamente, no âmbito dos trabalhos das Comissões de Busca de que trata a Portaria MCTI N° 6.628, de 8 de dezembro de 2022. Sendo assim, as propostas apresentadas pelos candidatos não são arquivadas por este Ministério tampouco pela Unidade de Pesquisa interessada”. Conforme resposta obtida através do FalaBR, no dia 18/04/2023. Nesse sentido, a maneira mais rápida e direta foi solicitar diretamente aos dirigentes, dos quais só foi possível acessar os de Salomão Medeiros (2016-2019) e Ignácio Salcedo (2020-2024).

por quatro anos e pode ter dois mandatos consecutivos⁹⁹. É de sua competência planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades da instituição e representá-la, convocar e presidir as reuniões do CTC, bem como executar as demais atribuições conferidas à função. A seleção¹⁰⁰ do primeiro diretor do Insa foi em 2007, mas a Portaria que criou o Comitê de Busca para subsidiar o Ministro, foi publicada em 2006 (Portaria nº 977 de 21/12/2006). Foi nessa ocasião que Roberto Germano da Costa — professor da UFPB-CCHSA/Campus de Bananeiras — foi selecionado e nomeado, pelo ex-ministro Sérgio Rezende. Roberto Germano diz: “sempre reputo [Sérgio Rezende] como uma pessoa de uma visão espetacular. Nós conversávamos de uma forma ideológica, de sonhos para o desenvolvimento regional de uma forma muito empolgante. Toda conversa com ele a gente aprendia muito. E ele escutava muito” (Entrevista em março 2023). Por sua vez, Sérgio Rezende nos revelou o seguinte:

Eu me dei muito bem com Roberto, ele realmente tinha uma boa experiência acadêmica e de gestão acadêmica. Ele tinha uma boa visão [...], uma experiência de semiárido. [...] E disse a ele também que era importante manter Manelito no quadro de colaboradores, ele podia ser muito útil. Manelito ficou não lembro quanto tempo, e não gostou mais do ambiente, se aborreceu e saiu. E o Insa então foi progredindo, o diretor seguinte foi Salcedo, depois de Salcedo não lembro quem foi e agora tem uma nova diretora (Entrevista em novembro de 2022).

Vejamos no Quadro 12, a composição dos Comitês de Busca que selecionaram e recomendaram as listas tríplices para os cargos de dirigentes do Insa. Ao todo somam quatro dirigentes indicados destas listas, contando com a atual, destes, dois vinculados a UFPB, um a UFCEG, e o outro era pesquisador do Insa. Tanto Roberto Germano (UFPB), quanto Salomão Medeiros (Insa) tentaram recondução ao cargo. Apesar da regra oficial definir que o Comitê de Busca seja formado por cinco pesquisadores científicos e tecnológicos, verificamos que os Comitês das seleções para o primeiro e o segundo diretor, foram 6 e 7 membros, respectivamente. Em ambos os casos tiveram representantes do Insa; Manoel Dantas Vilar Filho — Manelito, que estava presidindo o Comitê Executivo de implantação do Instituto, foi indicado pelo MCTI — na época Sérgio Rezende como ministro — para ser o presidente do Comitê de Busca, e no segundo momento o ex-servidor/pesquisador do Insa, Salomão

⁹⁹ Completados dois mandatos, só pode ser reconduzido ao cargo após o intervalo de quatro anos. Em caso de exoneração *ad nutum* o Ministro indicará diretor interino, até a implantação do Comitê de Busca, que é solicitado pelo CTC, para nova seleção, conforme Portaria MCTI nº 7.059 de 24/05/2023.

¹⁰⁰ As listas com os nomes dos candidatos que se inscreveram e concorreram ao cargo de Diretor do Insa, nas quatro seleções realizadas até o momento (2007; 2011; 2016; e 2020), não foram localizados na internet, nem no sítio do Insa (em notícias ou outras formas de divulgação), e não conseguimos acesso através de outros canais de acesso a informações do Insa. Nos relatos de vários interlocutores, a primeira seleção foi a mais concorrida, e a média de inscritos e concorrentes em cada uma das demais seleções (até 2020) foram de cerca de 10 candidaturas.

Medeiros. De acordo com o interlocutor A, Salomão foi indicado na época para representar os servidores do Insa. Isso aconteceu porque um grupo de servidores argumentou junto ao MCTI haver conflitos de interesse: “nós mostramos [ao MCTI] que [naquele Comitê de Busca] tinha pessoas ligadas diretamente” a um dos candidatos, reiterou (Entrevista em agosto de 2021).

No histórico dos Comitês de Busca do Insa, observamos uma formação com membros de diferentes instituições científicas, principalmente de universidades, com destaque para UFPE e UFRPE. Mas, ao analisar por períodos, notamos uma diversificação de representações, exceto na última seleção, para o mandato 2020 a 2024, em que todos os membros do Comitê de Busca eram de universidades federais (Portaria Nº 5.143 de 27/09/2019). Destacamos ainda que, entre os membros dos Comitês de Busca, aparece o nome da professora Ana Maria Giulietti Harley, que fez parte da Comissão Tundisi, como uma das especialistas da Comissão Especial de Avaliação do Instituto Xingó. Outro nome é o de Aldo Malavasi, um dos autores de uma proposta para subsidiar a discussão de criação do Insa, publicada pelo CGEE, em 2003, já citada neste capítulo. Convém observar também a presença de alguns especialistas por mais de uma vez no Comitê de Busca: Maria Norma Ribeiro (UFRPE), Everaldo Rocha Porto (Embrapa Semiárido), Aldo Malavasi (Biofábrica Moscamed).

Quadro 12. Histórico dos Comitês de Busca para seleção de Dirigentes do Insa.

Ministros MCTI	Períodos (escolhido)/Instituição	Membros	Órgãos de origem
Sérgio Rezende (PSB)	2007-2011 (Roberto Germano Costa)/UFPB	<i>Manoel Dantas Vilar Filho (Presidente)</i>	Comitê Executivo para Implantação do Insa
		Ana Maria Giulietti Harley	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
		Everaldo Rocha Porto	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Semiárido)
		Ivon Palmeira Fittipaldi	Representação Regional do MCT no Nordeste (ReNE)
		João Batista Queiroz de Carvalho	Centro de Tecnologias e Recursos Naturais (UFCEG)
		Maria Norma Ribeiro	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Sérgio Rezende (PSB)*	2011-2015 (Ignacio Hernan Salcedo)/UFPE-UFPB	<i>Aldo Malavasi Filho (Presidente)**</i>	Biofábrica Moscamed Brasil, S. Francisco BA/PE
		Ana Rita Pereira Alves	Universidade Federal do Pará (UFPA)
		Avílio Antônio Franco	Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
		Everaldo Rocha Porto	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Semiárido)
		Maria Norma Ribeiro	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
		Manoel Barral Neto	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
		Salomão de Souza Medeiros ***	Representante dos servidores do Insa
Aldo Rebelo (PCdoB)	2015-2019 (Salomão de Sousa Medeiros)/Insa	<i>Helena Bonciani Nader (Presidente)</i>	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
		Aldo Malavasi Filho **	Biofábrica Moscamed Brasil, S. Francisco BA/PE

Ministros MCTI	Períodos (escolhido)/Instituição	Membros	Órgãos de origem
		Avílio Antônio Franco	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
		Evaldo Ferreira Vilela	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)
		José Antonio Aleixo da Silva	Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE)
Marcos Pontes (PSL)	2019-2023 (Mônica Tejo Cavalcanti)/UFCG	<i>José Almir Cirilo (Presidente)</i>	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
		Francisco Suetônio Bastos Mota	Universidade Federal do Ceará (UFC)
		José Nilton Silva	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
		Regina Pekelmann Markus	Universidade de São Paulo (Usp)
		Roberto Germano Costa ****	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

* A nomeação do diretor escolhido foi realizada na gestão do ministro Aluísio Mercadante Oliva (PT) (2011-2012).

** Um dos autores do documento/proposta para criação do Insa, publicado pelo CGEE em 2003.

*** Ex-pesquisador do Insa e foi o 3º diretor do Instituto.

**** Foi o 1º diretor do Insa.

Fonte: Elaboração própria, a partir das Portarias MCTI de nomeações, publicadas no DOU.

Roberto Germano da Costa (UFPB) revelou em entrevista que está convicto do que o Insa representa para o Nordeste e rememorou o momento em que foi previamente informado pelo ex-ministro Sérgio Rezende, que seria o primeiro diretor do Insa, para o mandato 2008-2011. Afirmou que no início de 2008, quando já havia acontecido o processo de seleção, foi até o Cetene, no Recife, a convite de Rezende, para uma conversa. Argumentou: “E como eu tinha participado do processo, evidentemente associei [...] que antes os candidatos [da lista tríplice] teriam uma entrevista com o ministro Sérgio Rezende”. Nesta reunião, além de Rezende falar sobre o que entendia e desejava para o Insa, compartilhou alguns desafios e recomendou tarefas, dentre elas, o planejamento estratégico do Instituto. Ao final da conversa, Roberto Germano indagou sobre o fato de ainda não ter sido nomeado oficialmente, portanto, respaldo para se dirigir as pessoas como “representante da instituição”. Logo, Rezende assegurou que ele poderia começar a trabalhar como diretor do Insa. Mas em seguida disse: “Roberto, um instante! As suas ponderações eu acho que tem a ver com o fato de que eu soube que Campina Grande é uma cidade muito política e talvez você esteja colocando isso para evitar qualquer influência de ordem política”. Roberto Germano confirmou. Depois desse momento, uma das primeiras iniciativas, também recomendada, foi visitar Manelito e “já dizendo que após essa conversa com Sérgio Rezende, ele pediu que eu fosse ao Instituto” (Entrevista em março de 2023). Germano continua:

E eu não esqueço nunca porque nós estávamos indo visitar a Estação Experimental, com dr. Manelito dentro do carro, com o seu motorista. E no momento ele recebe uma ligação do Ministério de Ciência e Tecnologia convocando para uma reunião de

planejamento do Ministério de Ciência e Tecnologia que iria ocorrer. Nós estávamos praticamente no início de ano, que o orçamento sempre retardava um pouco, e dr. Manelito sabiamente no momento que estava recebendo isso dizia: mas na verdade eu não devo ir porque nós vamos ter a nomeação do próximo presidente e ele, inclusive, está presente aqui, e eu vou passar para ele. Ele passou o telefone. Aí, [a pessoa do MCTI] disse: nós estamos convocando [...] a presença de todos os Institutos. Bom, missão dada, missão cumprida (Entrevista em março de 2023).

No evento realizado pelo Insa em 2020, em comemoração ao Centenário de Celso Furtado — já mencionado na introdução desta tese — foram evidenciadas preocupações do ex-ministro Sérgio Rezende não só relacionada a estrutura organizacional, finalidade, mas também de interferências políticas no Insa. Quando o entrevistamos para esta pesquisa ele afirmou: “com o Roberto Germano, então, eu tive muitas conversas chamando atenção em primeiro lugar desse papel do Instituto como nucleador de atividades de pesquisa no Semiárido, mas atuando em cooperação com as universidades, escolas técnicas e assim por diante” (Entrevista em novembro de 2022). Isso seria base fundamental para o novo momento que se iniciava no Insa a partir de 2007, com o enquadramento regimental e simbolicamente representado pela seleção oficial do primeiro diretor, estrategicamente apoiado, orientado e respaldado político-institucionalmente a construir o direcionamento necessário para ocupar seu lugar de Unidade de Pesquisa do MCTI.

Roberto Germano destacou a importância do pensamento de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste e disse ter sido orientado por Rezende a tomar o documento do GTDN como inspiração para pensar o Insa e seu papel para a região semiárida nesse novo momento, mas “deixando muito claro que [o Insa] é voltado para a ciência e tecnologia, [e está vinculado a] outro Ministério [...]”, portanto, diferente da Sudene. O que justificou, durante a sua gestão, a homenagem a Celso Furtado, com a confecção e assentamento do busto em 2011, bem como o nome dado a um dos laboratórios da Estação Experimental. Como vimos anteriormente, em 2004, houve a tentativa de homenageá-lo dando nome a Instituição. Contudo, segundo Germano, a maior inspiração para a criação do Insa foi o Instituto Xingó. “No fundo, no fundo, o Instituto Xingó tinha, digamos assim, quase que a mesma inspiração que tem o Instituto Nacional do Semiárido, evidentemente numa dimensão um pouco menor porque envolveria três estados”. Ele afirmou que ao assumir a direção do Insa, o ex-ministro Luciana Rezende solicitou que fizesse uma visita técnica ao Instituto Xingó para verificar a possibilidade do Insa absorvê-lo (Entrevista em março de 2023).

A questão o Instituto Xingó, ele tem uma inspiração maior [...], [era] muito voltado para pesquisa, mas era um mix tanto de dinheiro de ciência e tecnologia, também do Ministério da Educação. Fortíssimo! É tanto que os pesquisadores eram todos ligados

a universidade e os recursos boa parte iam para as universidades desenvolver os seus projetos. Então quando começou a minguar esses recursos, quem é que vai tomar conta? E agora como é que vai ser? Foi quando o ministro disse: vamos ver se o Ministério tem como absorver isso. E era totalmente impossível. A mesma coisa aconteceu com aquele projeto que nós temos lá na Serra do Piauí, da Dra Niède Guidon, [de preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara]. Foi também aventada a possibilidade de que o Instituto pudesse absorver. Mas, ora, aí foi quando a gente começou a entender claramente que o Instituto não teria como absorver todas essas coisas. Ele tinha que se ater no foco para o qual ele foi criado. Porque quando ele absorve uma ação dessa, você passa a absorver o ônus e o bônus. Foram essas duas ações, durante a nossa gestão, uma de absorver o Instituto Xingó, que tecnicamente a gente avaliou claramente que era impossível, bem como a questão da Serra da Capivara, que é mais ligada a paleontologia (Roberto Germano, março de 2023).

A visita ao Instituto Xingó foi feita pelo ex-diretor Roberto Germano e sua equipe, junto a representantes do MCTI. Sobre essa experiência, ele reforçou: “quando nós chegamos na estrutura ela já estava um pouco depreciada, faltavam recursos e aí começou a ter dificuldades de gestão”. Após essa visita, colocaram para o ex-ministro Sérgio Rezende as dificuldades de recuperação da infraestrutura física e de manutenção de projetos, considerando que o suporte do MCTI ao Insa era insuficiente para acolher a responsabilidade de incorporação do Instituto Xingó e a absorção da demanda do Parque da Serra da Capivara. “Porque como é que você está tendo dificuldade hoje para ter o Instituto aqui em Campina Grande, que você nem a parte física tinha ainda. [...] Nós não tínhamos ainda a nossa Sede. [...] Então praticamente era impossível a absorção dessa estrutura por parte do Instituto”, completou o ex-diretor.

Verificamos que desde 2003, as iniciativas ou tentativas de incorporar ao Insa o Instituto Xingó ou o Iajat, foram consideradas ineficazes. Em 2007, Roberto Germano da Costa (UFPB), assumiu a direção do Instituto, que já contava com uma média de 750 hectares de terras doadas pelo Governo da Paraíba à União, para sua instalação definitiva. Nessas terras, havia sido instalado o “Centro Nordestino de Pecuária de Múltipla Função, no ambiente de uma Estação Experimental Modelar, para estudo e disseminação dos elementos biológicos (plantas e animais) apropriadas às terras secas do Nordeste”, inaugurado por Manelito e o ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB), como vimos antes. Com perfil agropecuário, profissionais das ciências agrárias, predominantemente agrônomos, o Insa também já contava com estrutura regimental aprovada pelo MCTI. Germano iniciaria junto a sua equipe, uma jornada para (re)definição do papel do Insa no e para o Semiárido brasileiro, bem como ampliar e criar condições de infraestrutura física, material e de pessoal, na perspectiva de uma Unidade de Pesquisa (UP) do MCTI, em princípio, com a autonomia que uma instituição científica pode e deve ter. Para isso, tinha o apoio do Ministério, representado pelo novo ministro Sérgio Rezende. Assim como Manelito, Germano formou sua equipe de assessores técnicos com

professores vinculados a duas universidades locais, UFPB e UFCG, sendo dois agrônomos. No capítulo a seguir, aprofundaremos oportunamente os desdobramentos disso.

Antes disso, é fundamental registrar que o território Semiárido brasileiro será compreendido pelos novos atores sociais envolvidos na (re)definição do papel do Instituto, ao mesmo tempo como “magnitude da importância do INSA para a região e do seu desafio” (Insa, 2007, p. 16). Isso também fica explícito ao longo das entrevistas realizadas no curso de elaboração desta tese e nas consultas a documentos oficiais, seja pela dimensão geográfica e populacional, da diversidade e riquezas naturais, de paisagens, de culturas, e pela própria constituição histórica das estruturas socioeconômicas e político-institucionais no Semiárido, principalmente nordestino. Estas dimensões, bastante debatidas entre e pelos agentes de setores variados, interessados e atuantes na região, revelam importantes mudanças ocorridas ao longo das décadas, mais precisamente intrarregional. Isso inclui as referências ideológicas e políticas para (re)significar e definir a região semiárida, e a necessidade de construção de novas alternativas de desenvolvimento — também dialogadas com aquelas externas à região — para responder as demandas das populações mais necessitadas, em detrimento de interesses privados. O surgimento do Insa se insere nesse cenário com suas contradições e, naturalmente, vai ser influenciado, e confrontado a partir das respostas dadas aos desafios regionais.

4 O INSA E O SEMIÁRIDO DO INSA COMO NÃO LUGARES

“Existe uma coisa que uma longa existência me ensinou: toda a nossa ciência, comparada a realidade, é primitiva e inocente; e, portanto, é o que temos de mais valioso”. Albert Einstein. Com esta epígrafe, diversos atores sociais iniciam a “carta-sugestão”¹⁰¹ enviada à ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos¹⁰² (PCdoB), no dia 04 de janeiro de 2023. Na referida Carta, os autores se apresentam como “atores protagonistas e testemunhas das importantes mudanças ocorridas neste Território Semiárido no Século XXI, a maioria delas transcorridas nos governos progressistas do companheiro Lula e da companheira Dilma Rousseff”. Entendem que o Insa “representou uma das mais importantes conquistas para os povos do Semiárido”. Apesar disto, “não conseguiu até hoje cumprir suas missões primordiais, pois ou foi dominado por interesses oligárquicos locais ou ficou preso a um cientificismo formal, distante das reais e urgentes demandas dos povos sertanejos”. Assim, argumentam que o Insa deve estar presente de forma efetiva no cotidiano dos habitantes da região semiárida, produzindo conhecimentos científicos e tecnológicos de forma sustentável e inclusiva. Ser ativo na captação de recursos para fortalecer a “ciência na Região”, articular as instituições do Semiárido, realizar parcerias com ministérios, e “restabelecer a articulação fecunda entre sociedade civil organizada no Semiárido e o Estado brasileiro”.

Na perspectiva de uma ciência a serviço dos “seres humanos”, promovendo vida digna, particularmente aos habitantes do Semiárido, os autores apontam três “eixos gerais para nortear as ações” do Insa: 1. “O fortalecimento da Agricultura Camponesa Familiar e sua transição Agroecológica, pois estamos tratando de 90% da população rural do Semiárido”; 2. “Alinhado

¹⁰¹ Assinaram essa “Carta-sugestão”: AS-PTA, Observatórios, dentre eles, o dos Movimentos Sociais da América Latina (UPFE/CAA), Redes, como a Latino-Americana de Educação do Campo e Cidade – Movimentos Sociais (Rede PECC-MS) e a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT-NE 2 e do Ceará), Universidades, Fóruns, a exemplo do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), Movimento Camponês Popular (MCP), Articulação do Semiárido Brasileiro (Asa), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (Mab). Além de Coletivos, Sindicatos, Associações, Núcleos e Grupos de Estudos, Pesquisa e Extensão de diferentes universidades da região semiárida, Comitês, Centros, entre outras organizações não governamentais do território Semiárido e do Nordeste.

¹⁰² Luciana Barbosa de Oliveira Santos é pernambucana, Engenheira Elétrica pela UPFE. Iniciou na política no movimento estudantil nos anos 1980. Foi Deputada Estadual (1997-2000) e Federal (dois mandatos 2011-2019) por esse estado. Presidente do IPEM-PE, durante o governo de Miguel Arraes (PSB) (1995-1999). Ex-prefeita de Olinda-PE (dois mandatos 2000-2008), e ex-secretária de CT de PE (2009-2010), na gestão do ex-governador Eduardo Campos (PSB). Vice-governadora de PE (2019-2023), junto ao ex-governador Paulo Câmara (PSB). Filiada ao PCdoB desde 1987, do qual é presidenta (2015-atual). Participou de várias comissões, inclusive na área de CT. Fonte: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luciana-barbosa-de-oliveira-santos>; <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/ministra> Acesso em: jan 2024.

com as questões ambientais que nortearão necessariamente o Governo Lula, o INSA precisa estar à frente da política de combate à desertificação e de mitigar os efeitos das mudanças climáticas”; 3. “por fim, o INSA precisa articular um grande movimento de Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido. É o meio de criarmos uma cultura de valorização do bioma Caatinga e do território Semiárido”. Para isso, indicam um nome de “consenso” para assumir a direção do Insa, o do professor Jonas Duarte (historiador, professor da UFPB e ex-pesquisador visitante do Insa), destacando suas qualificações para além do que consta na “Plataforma Lattes”.

Esse movimento aconteceu após a publicação no DOU da Portaria nº 57 de 01/01/2023, que exonerou todos os cargos comissionados indicados/selecionados — no período do Governo de Jair Bolsonaro — no âmbito do MCTI, do qual o Insa é vinculado e tem como atual diretora Monica Tejo Cavalcanti (UFCG). Contudo, no dia 06/01/2023, o Governo Federal publicou no DOU uma nova Portaria nº 265, tornando a anterior sem efeito. A diretora do Insa segue exercendo seu mandato até 2024.

É interessante perceber na natureza da relação desses cargos de direção, como existem disputas que estão para além da questão institucional. Que é uma das razões de demonstração dessa pesquisa: mostrar que o ‘caráter científico’ do Insa não está alicerçado apenas no critério técnico-científico. Haja vista que a própria comunidade de pesquisadores e/ou a Sociedade Civil, bem como membros oficiais da instituição, divergem e disputam o caráter de razão de ser, o trabalho por ela realizado e sobre quais grupos deve servir. No sentido de que alguns vão atrelar o empenho da instituição em fazer valer o repertório de saber-fazer local dos atores sociais com a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, inclusivo, com vida digna; e outros, que se valem desse mesmo discurso, mas orientados por interesses de mercado. Ou ainda pensar que o desenvolvimento regional e social em torno dos recursos dessa região devem estar justificados em razão do fomento a produção agropecuária e a partir da difusão de “modelos” ou “pacotes tecnológicos”. O que é um equívoco.

Pelo exposto até o momento sobre a trajetória do Insa, surgiram algumas inquietações: o quê do desenho de uma instituição de ciência e tecnologia no e para o Semiárido, tal como idealizado no Relatório Tundisi ou no início do Governo Lula, se mantém na atuação da instituição no presente? O Insa é atravessado por conflitos e disputas para definição de um lugar no Semiárido, essencialmente ora de articulação, ora de desenvolvimento, ora de pesquisa? Como o Instituto tem definido e orientado suas competências essenciais e de que modo isso afeta a sua consolidação e legitimação? O Insa pode ser considerado um nucleador das atividades de pesquisa no Semiárido, atuando como articulador regional de competências

técnico-científicas? À primeira vista nos deparamos com um dado relevante: a necessidade urgente de romper com a ideia que vinha sendo construída no período de implantação, de ser um instituto de “fomento à agropecuária” voltado a interesses específicos. E isso além de ser alvo de questionamentos do MCTI a partir de 2006, era apontado como condição indispensável para avançar na fase de consolidação do Insa. Ao passo que se reconheciam feitos do período inicial de implantação, havia preocupações do ex-ministro Sérgio Rezende, quanto ao papel desempenhado pelo Insa, cuja missão deveria ser a de pensar a CT no âmbito nacional, porém com foco regional, e ‘distante’ de interferências políticas. O que permite supor que o contexto a partir de 2007 era a oportunidade de imprimir uma “nova” orientação político-institucional. A seleção para dirigentes a partir de Comitês de Busca, o planejamento estratégico, os concursos para compor o quadro de pessoal (áreas de pesquisa e administrativa), a construção da infraestrutura física da Sede Administrativa e na Estação Experimental, incluindo laboratórios, estão entre os elementos estruturantes do Insa, assevera o ex-diretor Roberto Germano. Ao falar sobre como teve conhecimento sobre o Insa e sua candidatura a diretor, Germano revela:

Eu passei um tempo fora do Brasil quando estava em processo de pós-doutorado. Ao retornar [...], coincidentemente ligado a pós-graduação de Areia, o CCA-UFPB, estava reunido com alguns professores aqui da região Nordeste e me falavam justamente da criação de um Instituto Nacional do Semiárido e naquele momento estava em fase de instalação, ou seja, havia sido formada a Comissão de instalação que era coordenado pelo saudoso dr. Manelito com a colaboração dos professores Edgar Pimenta e o Alberício Pereira de Andrade. E essa informação chegou acrescentada de que este instituto estaria abrindo um processo de seleção para eleição do primeiro diretor [...] e que na visão dessas pessoas a gente poderia colaborar com a iniciativa participando deste processo [...]. Deste modo, a universidade dar a sua contribuição nesse processo de instalação do instituto. Foi a primeira informação que me chegou. Eu faço questão de dizer que foi um marco porque nesse encontro tinha pessoas de Pernambuco e do estado do Ceará que formavam o Programa de Pós-Graduação de Zootecnia, de Areia[PB], que era em associação com Pernambuco e o Ceará. [...] havia sido discutido também com outras pessoas da região, [...] e achavam realmente que talvez nosso nome fosse interessante para participar. Diante disso, eu disse que pensaria no assunto e evidentemente reconhecia que era uma iniciativa muito importante para a região Nordeste e para o país de um modo geral, e que a universidade não deveria se furtar de maneira nenhuma de participar deste processo. Iria aguardar conhecer um pouco o edital e se de fato o meu perfil se adequava [...]. O fato é que depois de uma leitura cuidadosa e conversa com algumas outras pessoas alheias aquelas que estavam presentes [naquela reunião], inclusive com pessoas que participavam do próprio comitê de instalação [do Insa], achei por bem de participar do processo de eleição do primeiro diretor eleito. Isso teve uma repercussão muito grande porque foi um número bastante significativo de participantes do certame e ao final foi retirada a lista tríplice [...] que culminou com a nossa indicação para presidir o Instituto (Entrevista em abril 2023).

A primeira seleção para dirigente do Insa, realizada em 2007, teve cerca de 16 inscritos.

Após o processo, enquanto os candidatos aguardavam o resultado da seleção, Roberto Germano contou o seguinte: “nesse meio tempo tem uma coisa muito interessante. [...] nós recebemos um comunicado do ministro Sérgio Rezende, que gostaria de conversar comigo em Recife, no Cetene”. Nessa primeira conversa, Sérgio Rezende destacou pontos como a importância da pesquisa e da articulação, da criação e fortalecimento de redes de pesquisa na região, no diálogo permanente com as instituições, e no apoio as universidades disponibilizando a infraestrutura de laboratórios no processo de formação na pós-graduação etc. (Entrevista realizada em março de 2023). Mas havia uma preocupação, naquele momento, que na nossa interpretação certamente o mais urgente e desafiador do ponto de vista político-institucional, que era o de (re)orientar ou (re)direcionar o Insa para o foco científico, ou seja, um órgão dedicado a pesquisa que articula esforços e capacidades institucionais em torno do desenvolvimento técnico e científico (sustentável) da região, e a questão das “redes de pesquisa” era central. A infraestrutura do Insa, mais do que servir à manutenção das suas próprias atividades, deveria, igualmente, possibilitar apoio as pesquisas realizadas por e com outras instituições sobretudo universidades. Naquele momento, o MCTI, com Sérgio Rezende, entendia que era necessário trilhar novos caminhos, diferentes dos até então construídos no/para o Insa. Isso vai se expressar na preocupação e recomendação pontuadas pelo ex-ministro. Conforme Germano, Rezende revelou:

Roberto, está sendo criada uma ideia um pouco equivocada do Instituto Nacional do Semiárido e nós precisamos quebrar este conceito mal direcionado, de que o Insa é uma instituição de fomento ao setor agropecuário. O Instituto não é isso! O Instituto é um organismo do Ministério de Ciência e Tecnologia, por isso que exige esse perfil para o diretor [...]. Ela não é uma unidade de fomento a pesquisa. Para isso, nós temos o CNPq, a Finep, que são unidades de fomento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Bem como não somos instituição de fomento a qualquer outro setor, muito menos, o agropecuário. Porque na verdade ele [o Insa] atua em qualquer eixo do desenvolvimento regional, não somente do setor agropecuário. Pode atingir o turismo, energias, várias áreas estratégicas do desenvolvimento da nossa região (Entrevista realizada em março de 2023).

Sobre esta preocupação, Roberto Germano comentou: “isso ficou muito bem consolidado na minha cabeça [...]. E ele [Sérgio Rezende] disse: é por isso que eu quero que nós desenvolvamos como a primeira ação da sua gestão o planejamento estratégico do Instituto”. Recomendando ainda que fosse feito contato com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), pois estava sendo destinado na época o “montante de R\$ 250 mil reais para realização do estudo e confecção [...] deste planejamento. [...] eu quero que você vá em todas as secretarias de ciência e tecnologia dos estados, área de atuação da Sudene, inclusive, Minas Gerais e Espírito Santo”. O desafio foi lançado e Germano disse ter compreendido o

desejo do ex-ministro de que o planejamento estratégico fosse “uma ação agregadora do sistema” de CT do país, e neste caso naturalmente concentrado no Semiárido brasileiro (Entrevista realizada em março de 2023). No caso do primeiro logotipo do Insa, abordado no capítulo anterior, que tinha na sua composição a imagem do “bode”, podemos inferir que esta era uma das representações simbólicas do que Rezende observou de “conceito mal direcionado” do Instituto, e não por acaso é na gestão de Germano que haverá a retirada do referido símbolo. Nessa perspectiva, a identidade institucional, representada na missão, além da visão, dos valores, revisão do logotipo, seguiram o planejamento estratégico, iniciado em maio de 2007, que gerou o primeiro Plano Diretor da Unidade (PDU) 2008-2011. O princípio fundamental partia da compreensão “que era preciso mudar as pessoas que mudam as coisas para poder transformar a história hegemônica do Semi-Árido como região problema e possa usar a semiaridez como vantagem” (CGEE, 2009, p. 4).

O planejamento não se reduz às dimensões instrumental e operativa. Suas dimensões filosófica, conceitual, e ética são mais importantes porque condicionam a natureza de seus produtos tangíveis e intangíveis, atuais e futuros. [...] a Rede Novo Paradigma para a inovação institucional na América Latina (De Souza Silva, *et al.* 2006) encontrou que 95% dos atores institucionais que fracassam praticam (conscientemente ou não) a filosofia de inovação de mudar as ‘coisas’ para mudar as pessoas, enquanto 98% dos poucos casos relativamente bem sucedidos praticam (conscientemente ou não) a filosofia de inovação de mudar as ‘pessoas’ que mudam as coisas. No primeiro caso, a maioria das iniciativas *formula apenas novos documentos* que propõem mudanças apenas para certos aspectos insatisfatórios de sua realidade, *sem que as pessoas (i) mudem suas verdades sobre o que é a realidade, (ii) ampliem sua compreensão sobre como funciona a realidade e (iii) construam novas habilidades para transformar as coisas identificadas como insatisfatórias*. Portanto, o PE do INSA não deve visar apenas a formulação de seu Plano Diretor, mas iniciar também a construção de um novo ‘comportamento institucional’ (De Souza Silva 2007), para que seu modo de interpretação da realidade do Semi-Árido brasileiro e seu modo de intervenção para transformá-la o diferenciem de outras instituições que atuam na região (CGEE, 2007, p. 4-5, grifos nossos)

Antônio Carlos Guedes — Engenheiro Agrônomo e pesquisador da Embrapa/CNPB — coordenou pelo CGEE o planejamento estratégico do Insa. Em consulta, comentou que o Relatório Tundisi (2001) apresentou entre as recomendações a revisão das missões de todos os institutos do MCTI. Então, na primeira metade dos anos 2000¹⁰³ esse trabalho foi realizado pelo

¹⁰³ O MCTI, por meio da Scup, e apoiadas pelo CGEE, “iniciou um processo em 2004/2005 para estabelecer uma nova cultura de planejamento em suas Unidades de Pesquisa (UPs)” com a finalidade de “contribuir à sustentabilidade institucional das UPs e facilitar a construção de um alto grau de correspondência – sintonia – entre elas e o Plano Estratégico 2004-2007 do MCT, o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e as demais políticas públicas para o setor”. Nesse processo o Insa foi a última UP a realizar o seu planejamento estratégico, e tinha até dezembro de 2007 para formular o seu PDU 2008-2011. Seguiu a mesma metodologia das outras UPs do Ministério (CGEE, 2007, p. 3).

CGEE, do qual ele também participou. Lembrou do desafio desse processo em alguns institutos, em que pelo menos metade dos pesquisadores pensavam de forma diferente sobre a finalidade das instituições que pertenciam. Mas que isso não aconteceu no Insa, uma vez que ainda não possuía uma equipe, e naquele momento foi um projeto diferenciado dos demais, um trabalho que definiu as bases do que deveria ser o Instituto. Guedes disse ainda que o “mérito de Manelito foi iniciar a implantação do Insa. Era um criador [pecuarista] reconhecido pela Embrapa, uma pessoa valiosa, mas para ser diretor de um Instituto de pesquisa, tinha uma distância grande. Por isso, se apressou o planejamento estratégico para dar um viés científico ao Insa”. Neste caso, considerou a construção do planejamento estratégico uma experiência rica e ressaltou a importância da equipe que realizou o trabalho; consultores/especialistas externos que realizaram estudos para subsidiar essa construção, gerando documentos e discussões amplas, e ao final o PDU para quatro anos (2008-2011), com a previsão de avaliação e revisão após esse período para mais quatro anos, e assim sucessivamente. Existia um roteiro base para isso. Rememorou alguns nomes de consultores experientes que colaboraram como o de “Dr. Manoel Abílio e Dr. José de Souza, ambos da Embrapa, do Dr. Aldo Malavasi, e do Dr. Roberto Germano, diretor do Insa na época, que era entusiasmado e tinha uma autoridade”. Ao final, fez ponderações, iniciando com algumas perguntas:

Esse planejamento estratégico está sendo renovado e de que forma? Como o Insa tem feito a seleção de projetos? Tem utilizado as competências ao seu redor? Como tem dialogado com as universidades? A sociedade está satisfeita com o trabalho do Instituto? Seria importante analisar se o Insa está revisando e renovando o seu papel, fazendo autoanálise, se está sendo avaliado pela sociedade etc. É importante se submeter as avaliações externas e isso pode ser feito de diferentes formas, a exemplo da aplicação de questionários para instituições que trabalham na área e atuam na região ou eventos com apresentação de resultados com a participação de especialistas na área. Esse Instituto deve ter uma força motriz grande para o Semiárido brasileiro. Acho que ele tem capacidade incrível de carrear recursos internacionais pelo próprio bioma [Caatinga]. Para isso, qualquer instituição precisa descer do pedestal, perder o orgulho, e ter humildade. Captar recursos é importante, mas também precisa de uma boa equipe, estimulada, e isso faz o Instituto crescer internamente e ser visto lá fora (Antônio Guedes, agosto de 2023).

O primeiro Plano do Insa (2008-2011) é apresentado como “o marco inicial de um novo tempo para a geração e difusão de informação e inovações relevantes para o Semi-Árido brasileiro” (Insa, 2007, p 12). Bem estruturado, o documento traz em suas 66 páginas, textos e imagens (da Caatinga, de vaqueiros montados a cavalo e com vestimentas: gibão, perneira e chapéu de couro — também na forma de desenho em xilogravura —, do bode, de cultivo e do fruto da palma forrageira, de árvore da espécie florestal nativa Faveira etc.). Símbolos que remetem a um Semiárido rural. Resultado de “um longo processo de construção coletiva, que

contou com a participação de 65 Instituições e 1.652 técnicos, especialistas e interessados na temática ‘Semi-Árido’ e sintetiza o pensamento e as aspirações daqueles que participaram dessa construção” (Insa, 2007, p. 7). O Instituto chamava a atenção para a necessidade de ampliar e direcionar as leituras e ações no e para a região a partir dos seus potenciais; era “a hora de romper o paradigma das adversidades e construir o paradigma das potencialidades do Semi-Árido brasileiro” (Insa, 2007, p. 15). Essa ruptura partia de duas premissas: “Primeiro, o Semi-Árido não constitui uma exclusividade geográfica do nosso país. Segundo, a singularidade pouco conhecida e raramente explorada no nosso Semi-Árido reside no fato de ser ele considerado o mais privilegiado entre todas as regiões semi-áridas do mundo”.

Para seus formuladores, esse documento é considerado um “marco histórico” e “quebra de paradigma para o desenvolvimento da região”. Dessa feita, o Insa se somaria aos esforços que já vinham sendo empreendidos por outros atores sociais em defesa e na legitimação da Convivência com o Semiárido. Se, por um lado, a criação do Insa pelo MCTI representou “um esforço institucional governamental na região, desde a época do Império”, por outro, não deveria ser “uma instituição a mais”. Ficou definido como “filosofia de inovação” do Insa: assumir “o fenômeno da semi-aridez a partir de suas múltiplas vantagens” (Insa, 2007, p.15). Ou seja, determinar a região semiárida como viável, concentrando esforços em torno da identificação e o impulsionamento das qualidades e capacidades também inerentes ao Semiárido, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, obviamente observando os limites naturais. Com essa filosofia, o Insa “pretende se tornar uma fonte de conhecimento, inspiração e orientação para os atores institucionais econômicos, sociais e políticos da região” (Insa, 2007, p. 8). José de Souza Silva, Engenheiro Agrônomo e pesquisador da Embrapa Algodão/CNPA, foi convidado pelo ex-diretor Roberto Germano para coordenar o Grupo Gestor¹⁰⁴ do Planejamento Estratégico do Insa, por ele ter sido o “coordenador nacional e líder intelectual do primeiro processo de planejamento estratégico — com base em cenários — da Embrapa (1990-1993)”. Silva explicou que:

O mais relevante é distinguir a semiaridez como fenômeno complexo da seca como um evento dentro desse fenômeno. Quando se reduz a semiaridez a ocorrência de secas cíclicas, facilmente se elege a falta de água como o maior e único problema do Semiárido brasileiro. Foi a partir dessa falsa premissa que o Dnocs prometeu acabar com a sede dos sertanejos através da solução hídrica: a grande açudagem. Se falsas

¹⁰⁴ Esse Grupo Gestor foi formado por 9 especialistas, 5 deles vinculados a UFPB e UFCG: Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa); Ivan Targino Moreira (UFPB); Silvio José Rossi (UFPB); Pedro Dantas Fernandes (UFCG); Selma Ferreira Torquato (Apoio Técnico/UFCG); José de Souza Silva (Embrapa Algodão); Antônio Carlos Guedes (CGEE); Igor André Carneiro (CGEE); e Lavínia Santos Navarro (Apoio Administrativo e Eventos) (INSA, 2007).

premissas inspiram falsas promessas e soluções inadequadas, o “enfoque da seca” revela só adversidades geradas pelas grandes estiagens; tudo dá errado. Porém, o concreto da semiaridez como fenômeno inclui, mas transcende, a existência de adversidades, para revelar potencialidades que permitem a convivência criativa, a convivência inovadora com tal fenômeno superando ou diminuindo muito os efeitos das adversidades. Só no caso do paradigma das potencialidades, os povos e comunidades da região se descobrem como a primeira e mais crítica potencialidade, por ser capaz de perceber e interagir com as demais potencialidades para construir o Bem Viver comunitário, que inclui sua felicidade e a sustentabilidade de seus modos de vida (Entrevista em maio de 2023).

Alguns pressupostos da percepção do Insa sobre o Semiárido brasileiro: trata-se de um região com vantagens em relação as demais áreas semiáridas do mundo; existem múltiplos semiáridos; a seca é um evento natural, e a convivência com o semiárido uma realidade; e que não há falta de água, mas irregularidade no tempo e no espaço. Esse olhar sobre a realidade precisaria ser mais exercitado, estimulado, comunicado e debatido nos diferentes espaços da sociedade (escolas, academia, mídias, política etc.), de forma articulada e coordenada, e o Instituto como órgão do Governo na área de CT cumpriria esse papel. Romper com a visão homogeneizante do Semiárido brasileiro não só é importante, mas urgente. Assim como é ultrapassado e reducionista pensar e atuar na região utilizando critérios ou parâmetros baseados nas secas periódicas e na escassez hídrica como problemas a serem combatidos. Daí o foco nas potencialidades da região como oportunidade para desconstruir imaginários negativos, que justificaram historicamente as políticas públicas dirigidas a esse território, até mesmo a criação de instituições. Essa compreensão aparece de forma direta e indireta em diversos documentos e nas entrevistas, mas a percepção crítica sobre interesses de elites (agrária e política) da região em torno de narrativas e práticas que sustentaram — e ainda sustentam — estruturas excludentes ou, ainda, a associação desses interesses em torno do Insa, só apareceu nos discursos de dois interlocutores.

Percebemos não apenas nos documentos que subsidiaram o PDU 2008-2011, o esforço em mostrar as vantagens e potenciais da região em relação a outras regiões semiáridas do mundo. Naquele contexto, podemos afirmar que diversos atores sociais como é o caso dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, já mobilizavam esse debate, apresentando um repertório no âmbito da defesa do paradigma da “Convivência com o Semiárido”. E uma das linhas de ação do Insa, prevista neste Plano, é a da “Convivência com a Seca”, com objetivos específicos e metas que previam a criação de um fórum de discussão, rede de difusão de práticas, curso e evento regional, e um desses objetivos era “articular-se com as instituições públicas e privadas engajadas no desenvolvimento dos diferentes espaços do Semi-Árido brasileiro, objetivando garantir uma pauta relacionada a práticas de convivência com a seca”.

Nessa direção, a educação (formal e informal) foi contemplada, buscando contribuir para “a incorporação de uma concepção contextualizada” do Semiárido brasileiro, com a “adequação dos currículos e práticas pedagógicas de instituições”, por meio de parcerias com o Ministério da Educação (Mec) e com Secretarias Estaduais de Educação (Insa, 2007, p. 46-47), não por acaso o Insa e o CNPq lançarão em 2010 um Edital para promoção de cursos e materiais didáticos nessa linha.

No prefácio do referido PDU, assinado pelos pesquisadores Manoel Abílio de Queiroz e Aldo Malavasi, eles afirmam que no Semiárido brasileiro, não obstante as ações exitosas, seguia sendo no país, exemplo em termos de exclusão e baixos índices de desenvolvimento (Insa, 2007). Esse ponto de vista institucionalizado no campo, reconhecido e reproduzido pelos atores sociais, se coloca como um consenso. É o que Pierre Bourdieu denomina de *doxa*, isto é, “opiniões e percepções pré-reflexivas compartilhadas, mas não questionadas, que são comunicadas dentro de entidades sociais relativamente autônomas [...] ligadas intimamente ao campo e ao habitus” — percepção e práticas adquiridas por esses atores ou agentes — e essa conexão (campo e habitus) além de revigorar o “poder predominante da *doxa*” conduz o ‘senso do jogo’ (Deer, 2018, p. 156-157), dá sentido as disputas travadas, e o que vai diferir em cada grupo são os sentidos, projetos, interesses. Essa perspectiva de análise se encaixa também na ideia de Convivência com o Semiárido (ou com as secas).

Entre “as razões para esse descompasso” regional, Queiroz e Malavasi apontam a ausência de infraestrutura com projetos estruturantes, a carência nas áreas de ensino superior e pesquisa, pois estiveram concentradas no litoral nordestino. O dado apresentado foi de “cerca de 90% dos doutores ligados aos programas de pós-graduação acadêmicos estavam concentrados nessa faixa” litorânea (Insa, 2007, p. 11). Cabe um parêntese nosso sobre este dado, diante do cenário atual; o movimento de expansão e interiorização do ensino (graduação e pós-graduação) e da pesquisa durante os Governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) (2003-2011), e da presidenta Dilma Rousseff (PT) (2011-2016), e fortalecido do mesmo modo por universidades estaduais, produziu um impacto positivo nas pequenas e médias cidades do Semiárido nordestino (Cf. Capítulo 1). Experimentei esse processo, inclusive como parte do quadro docente da UEPB, no campus de Monteiro, município do semiárido paraibano, no ano de 2006, onde posteriormente também foi instalado o campus do IFPB e, na cidade vizinha, Sumé, o campus da UFCG. Retomando o entendimento de Queiroz e Malavasi, outro ponto abordado por ambos foi a falta de diálogo e articulação entre pesquisadores e instituições (locais e nacional) e, destes, com o setor privado, e ressaltavam a necessidade de pensar isso

estrategicamente, analisando os cenários e as mudanças.

Assim, o INSA foi concebido como uma instituição híbrida *que possa executar pesquisas estratégicas, mas que também devote um grande esforço de articulação para estabelecer sinergia entre os grupos existentes dentro e fora da região.* [...] O Instituto deve primar pela interação com os atores da região, incluindo uma forte participação de instituições, pesquisadores, empresários, agricultores e estudantes, na identificação e clara definição de desafios relevantes, cujas soluções possam ser integradas aos processos produtivos, inspiradas em critérios e princípios de inclusão social” (Insa, 2007, p. 12, grifos nossos)

Entre as áreas julgadas como estratégicas e relevantes que se esperava contribuições do Insa, destacamos algumas: climatologia e monitoramento ambiental, aquática e terrestre, logística nas cadeias produtivas do agronegócio para cultivos irrigados e de sequeiro, políticas públicas setoriais, gestão de bacias hidrográficas, levantamento e utilização de vegetação para usos múltiplos, energia renovável (solar, eólica e biomassa), além de outras também abarcadas no PDU. Em alguma medida, muitas dessas dimensões vinham sendo estudadas e com iniciativas aplicadas por diferentes instituições estaduais e federais como universidades, institutos de pesquisa, até mesmo os extintos Iajat e o Instituto Xingó. Verificamos, pelo exposto, a posição dos atores do campo sobre desenvolvimento do Semiárido e a finalidade do Insa, legitimada pelos próprios termos empregados em seus discursos, também reforçados por alguns Interlocutores nas entrevistas; “potencialidades” regionais, contida na própria ideia da “semiaridez como vantagem”, sobretudo um “esforço de articulação” como principal colaboração institucional. Vejamos o seguinte:

... embora o Instituto deva fazer um esforço crítico na execução de algumas pesquisas estratégicas de grande impacto, *sua contribuição institucional mais esperada e de maior benefício é a articulação.* Quando o INSA conseguir mobilizar uma parte considerável da grande infra-estrutura e dos muitos talentos já existentes na região, em torno de desafios relevantes e no aproveitamento das imensas potencialidades do Semi-Árido, nascerá outra vez a esperança de mudar sua história. *Basta que sejam dadas as condições para o INSA cumprir o compromisso, firmado em sua missão, de buscar soluções interinstitucionais para desafios estratégicos do Semi-Árido brasileiro a partir do potencial da própria região.* Sendo o INSA bem sucedido, a seca na região deixará de ser temida como surpresa catastrófica e passará a ser percebida e manejada como fenômeno natural com o qual é possível conviver de forma proveitosa. A mídia passará a relatar o desenvolvimento sustentável da região, do mesmo modo como vem fazendo com outras regiões do país. *Estabelecer as condições para o cumprimento da missão do INSA deve se transformar em prioridade de Estado* [...] porque milhões de brasileiros da região podem se beneficiar com seu sucesso institucional (Insa, 2007, p. 13, grifos nossos)

Um primeiro ponto que chama a atenção é a ideia de articulação e de pesquisa, posições que desde a origem do Insa se opõe e estão em disputa no campo. A estrutura do campo “é, *grosso modo*”, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento”

(Bourdieu (2004, p. 24). O volume de capital do agente (dominante) e a sua posição em relação ao campo proporciona poder de estabelecer as regras do jogo, e esta estrutura se impõe aos dominados. No campo, lugar de relações de forças e de lutas, os dominados não agem de forma passiva, uma vez que possuem disposições adquiridas (*habitus*), e utilizam estratégias que se orientam em função do interesse de conservar ou transformar a estrutura. Assim sendo, quanto menos autônomo e frágil for o campo, mais sofrerá interferências, caracterizando-se como campo heterônomo. Um segundo ponto, é sobre a percepção da seca como fenômeno natural, uma constatação aceita por diferentes grupos e setores, principalmente a partir da segunda metade do século XX, mas é empregada para alicerçar projetos antagônicos, até mesmo na lógica do desenvolvimento sustentável. Por fim, um terceiro ponto é a dependência do Insa em relação ao Estado. Este, também representa um lugar de correlações de forças e de sentido e, na medida que o ato de Estado confere poder simbólico aos seus agentes — do mesmo ou de diferentes campos (jurídico, político, econômico, científico etc.) que compõem o espaço social — são formados grupos com interesses distintos, podendo haver divergências internas a eles (Bourdieu, 2014). O Estado [...] não possui ele próprio, em sua realidade, o caráter monolítico evocado pela noção de aparelho: os diferentes ministérios, os diferentes serviços de um mesmo ministério ou os diferentes corpos são separados por toda espécie de discordâncias [...]” (Bourdieu, 2004, p. 55-56). Essas oscilações impactam a autonomia e força das instituições. No caso do Insa, pensemos: qual é a sua capacidade de ação, de se afirmar e se consolidar (ou não) como uma instituição autônoma (ou heterônoma), como legítima para tratar de temas ligados ao Semiárido brasileiro?

Ademais, com relação as áreas citadas como possíveis de contribuições do Insa, um comentário que consideramos relevante é o exemplo das energias renováveis, cuja produção no Brasil está concentrada no Nordeste. Dado reconhecido e debatido amplamente como uma vantagem competitiva no contexto do desenvolvimento do país a partir da região Nordeste, observando ainda o engajamento das instituições. Entretanto, existem questionamentos no tocante ao modelo ou padrão de projetos que vêm sendo implementados nessa área, em nome do desenvolvimento “sustentável”. Fatores socioambientais negativos em algumas experiências, particularmente no Semiárido (e no bioma Caatinga) são notáveis¹⁰⁵ e tem

¹⁰⁵ O caso de Caetés, município do semiárido pernambucano, está sendo denominado de “latifúndio eólico”. Apesar dos contratos questionáveis, reconhecido pela empresa responsável, e dos graves prejuízos causados às famílias agricultoras – “insônia”, “perda auditiva”, “depressão”, mas também de abandono de terras –, o prefeito da cidade, Nivaldo Martins (Republicanos), que tem imagens de torres eólicas decorando seu gabinete, afirma que “a chegada das eólicas levou mais benefícios do que problemas [...]”. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cglyg8np3mno> Acesso em: 18 ago 2023.

mobilizado acadêmicos, movimentos e organizações sociais do campo, a exemplo da Articulação do Semiárido (Asa-Brasil), que tem buscado pautar esse debate em diferentes espaços. Nesse contexto em que também se denuncia impactos negativos desses projetos na vida das populações como as famílias agricultoras, bem como a tendência de aumento das desigualdades sociais, há também uma crítica implícita com relação ao engajamento por “modismo” institucionalizado, onde agentes e instituições em posições de disputas se apropriam dessa agenda e a nova roupagem pode ser utilizada para atender velhos interesses. O Insa é chamado a se posicionar, pois há uma agenda concreta e contemporânea de pesquisa e de políticas públicas na e para a região semiárida em amplo crescimento. Se entre 2008 a 2019 esse tema não foi alvo de atenção efetiva por parte do Instituto, no PDU 2020-2024 houve uma ampliação de áreas de atuação, e o tema da Energia é retomado¹⁰⁶. Mas, como o Insa tem pautado essa demanda das energias renováveis? Não é objetivo desta tese tratar essa questão, mas consideramos a relevância.

O termo “semiaridez como vantagem” é recorrente ao longo das discussões e organização da estrutura do Insa, nesse momento de sua consolidação. Consta na missão como filosofia institucional. Contudo, a pesquisa revelou que não houve consenso entre membros do Grupo Gestor do Planejamento Estratégico, mas não só, e isso também vai se expressar na

¹⁰⁶ Em 2022 o Insa publicou uma “Agenda estratégica para a sustentabilidade e inovação em energias renováveis no semiárido 2032: repensando o futuro das energias renováveis no semiárido”. A Agenda Estratégica é “uma ferramenta visual e descritiva que indica como será desenvolvido uma iniciativa [...]”. Na execução institucional consta a diretora Mônica Tejo Cavalcanti, e como coordenadores Emmanuel Moreira Pereira e Inesca Cristina Malaquias Pereira, além de José Nilton Silva como representante da Incubadora de Agronegócios IACOC e da Fundação PaqTcPB. De acordo com o documento, participaram dessa construção “centenas de especialistas e membros da sociedade”, por meio de oficinas e as informações coletadas, validadas por meio de consultas públicas com formulários eletrônicos. Foram 106 participantes, mais da metade vinculados a instituições de ensino superior. 73% dos participantes são do Nordeste, destes, 40% da Paraíba, e o segundo maior grupo foi de Pernambuco, 12%. Os participantes de estados de outras regiões (DF, MS, MG, SP, PR, RJ), correspondeu a 27%. A dificuldade de articulação entre os atores estratégicos envolvidos neste setor de energias renováveis foi apontada, e para facilitar a comunicação entre eles, o Insa disponibilizou um mapa georreferenciado, mapeando “mais de 200 atores estratégicos”. Além de assumir o compromisso de compartilhar a referida Agenda e coordenar de forma participativa redes de especialistas e atores estratégicos, assim como atrair novos, visa convertê-la em resultados reais “para as pessoas e instituições da região”. O documento cita o Núcleo de Energias Renováveis, inserido no Programa Semiárido Sustentável Inovador do Insa, e para ampliar as ações desse Núcleo, afirma existir no Instituto o Centro de Tecnologia de Energias Renováveis para o Semiárido (CTERSA). Informações extraídas em: INSA-MCTI. Agenda Estratégica para sustentabilidade e inovação em energias renováveis no semiárido 2032: (re)pensando o futuro das energias renováveis no semiárido em 2032. Campina Grande: Insa-MCTI, 2022. Em 2021, o Insa também apresentou uma plataforma digital “Renova-Semiárido” – Energias renováveis, que mostra “a localização dos casos de sucesso com informações, fotografias e vídeos com depoimentos reais”. Esta iniciativa foi patrocinada pelo FIDA/ONU, realizada pela Incubadora de Agronegócios IACOC, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), e o Insa (nessa ordem); e a parceria de várias instituições governamentais e não governamentais, e de governos estaduais. Fonte: <https://renovasemiario.insa.gov.br/> Acesso em: 28 ago 2023.

principal finalidade da instituição: pesquisa ou articulação. Em 2012, quando a nova gestão do Insa assumiu, houve alteração na missão, recém definida, excluindo dois termos centrais: “semiaridez como vantagem” e “articulação”. Depois um pequeno ajuste em 2016, mas mantendo a ideia anterior. E em 2020 ela é totalmente modificada. Antes, vale a pena entender as diferentes percepções sobre o referido termo. De um lado, a “semiaridez” é interpretada como fenômeno complexo: “é este fenômeno que, no caso do Brasil, explica por que o nosso semiárido é o melhor do mundo”, afirmou José de Souza Silva, coordenador do citado planejamento pelo Insa (Entrevista em maio de 2023). De outro, predomina a visão de “semiaridez” como um “conceito” isolado e sinônimo de seca, no sentido da alta vulnerabilidade pluviométrica ou a “falta” de recursos naturais, logo, é problema. A exclusão do termo foi resultado do estranhamento e resistência, e não do debate amplo, afirmou o Interlocutor A. Trataremos melhor dessas questões adiante.

Na elaboração inicial, a ideia de “semiaridez como vantagem” precisaria ser problematizada na sua complexidade, atravessar o processo de educação formal e não formal, e alcançar os meios de comunicação como um todo. Isso geraria um novo olhar e postura da sociedade frente a esse fenômeno, consequentemente em relação a região. Ora, entre todos os semiáridos do mundo, o brasileiro é o que mais chove, tem potencial para produção de energias renováveis, possui “maior diversidade agroecológica, social, cultural, econômica, territorial, aliada à maior diversidade de Povos e Comunidades com modos de vida rurais distintos”. É múltiplo em diversos aspectos, inclusive recursos naturais (solo, água, animais, vegetais, minérios, floresta — com predomínio da Caatinga, única brasileira — etc.). Possui “o mais baixo índice de pragas e doenças próprias de regiões com alto índice de umidade do ar (clima seco)”, além de possuir “uma herança incomensurável da sabedoria milenar de povos originários”, reforça José de Souza Silva (Entrevista em maio de 2023). Estes são indicadores que precisariam compor amplamente o debate, ultrapassando os limites do senso comum. Notemos que há um léxico contemporâneo, e a questão das energias renováveis parece ser exemplo da atualização de um debate de décadas atrás. A ideia de “semiaridez como vantagem” também é abordada por Guimarães Duque.

O embate sobre esse termo nos lembrou que os movimentos sociais e a sociedade civil ao aderirem ao conceito de “Convivência *com o Semiárido*” para designar o novo paradigma, em oposição ao de “Convivência *com as Secas*”, justamente por este último ser associado ao polígono das secas e suas implicações, se posicionam no debate influenciando até as produções acadêmicas (Cf. Capítulo 1). O próprio Insa, entre 2012 e 2019, quando houve importante

abertura de diálogo com os movimentos e organizações sociais — com menor intensidade nos últimos anos desse período — assumiu institucionalmente esse discurso específico. O pecuarista Manelito, presidente do comitê de implantação do Insa, de 2004 a meados de 2007, organiza uma segunda posição, fazendo uso da expressão Convivência com as Secas, porém para qualificar sua Fazenda como modelo a ser adotado na região; partindo de argumentos mais gerais ele afirmava que entre as zonas secas do mundo, a região do semiárido nordestino “é onde mais chove, é a que tem a vegetação natural mais rica e a que acolhe a maior densidade de população. Tudo isso é uma informação fundamental de que a região é boa. Infelizmente, o reconhecimento disso é algo que institucionalmente ainda não aconteceu” (Macedo; Menezes, 2004, p.11).

Notamos que esse movimento de valorização e legitimação do Semiárido como lugar com potencialidades e com vantagens, envolve atores do campo com discursos que ora convergem, até mesmo acionando intelectuais como Celso Furtado e o já citado Guimarães Duque, mas para legitimar interesses divergentes, declaradamente opostas em termos de pretensões de objetividade e universalidade. Para José de Souza Silva “o Insa, grande articulador da maior e mais potente matriz institucional de qualquer Semiárido do mundo, estava ativo construindo a possibilidade de convivência criativa dos Povos e Comunidades com o fenômeno da semiaridez, e não a acomodação com a seca” (Entrevista em maio de 2023). Todo campo tem a posição ortodoxa (dominante) e a heterodoxa (dominada), e esta questiona a hegemonia do grupo dominante, pretendendo ser a posição dominante. Há uma dualidade de poderes no campo e nem sempre o agente que detém mais poder é necessariamente quem possui mais prestígio científico, mas quem investe tempo em estratégias políticas para exercer cargos na direção das estruturas. Para Bourdieu (2004) a autonomia dos campos possibilita a redução das contradições entre os diferentes tipos de capital, de modo a frustrar o uso exagerado de outros meios que não os da lógica científica. Até que ponto e em que medida esses precedentes históricos do Insa o manteria distante de um grau de autonomia, necessária para qualquer instituição que se diz e se faz científica, refletimos a seguir.

4.1 A consolidação da “forma de ser, pensar e fazer” do Insa

É importante lembrar que o Insa vinha sendo apresentado à sociedade tanto durante a sua criação (2003-2004), quanto a implantação (2004-2007), em meios de comunicação, reuniões etc., e a partir de visões diferentes sobre seu papel institucional (Cf. Capítulo 2). No

entanto, o esforço de construção do planejamento estratégico¹⁰⁷, que gerou o primeiro Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU 2008-2011), é considerado pelos seus idealizadores como o de consolidação da “forma de ser, pensar e fazer” do Instituto. Esse processo incluiu sensibilização e capacitação, elaborações de notas técnicas, fóruns, seminários, reuniões com grupos focais, revisão de literatura especializada, consulta estruturada “efetuada pelo CGEE a 1.248 profissionais da região”. Além de reuniões e visitas a instituições dos estados do Semiárido brasileiro, envolvendo as secretarias estaduais de CTI que mobilizaram autoridades, lideranças e profissionais. Esse conjunto de atividades subsidiaram oficina com especialistas convidados para “construção de cenários possíveis para os próximos 10 anos (2008-2017)” (Insa, 2007, p. 24). “O significado mais importante deste Plano é de um ‘contrato social’ do INSA” com todos os “habitantes da região, para liderar um processo de transformação, teórica e prática, da visão reducionista, distorcida e muitas vezes preconceituosa do Semi-Árido brasileiro” (Insa, 2007, p. 18). Em entrevista, o ex-diretor Roberto Germano explicou como foi mobilização nos estados da região:

Quando [algum estado que forma o Semiárido brasileiro] não tinha secretaria de [CT], como era o caso aqui da Paraíba, nós utilizávamos o órgão que fosse responsável pela política de ciência e tecnologia dentro do estado e assim fizemos. De modo a ter envolvido mais de mil pesquisadores, técnicos ligados ao setor, [...] secretários de estado e todas as pessoas ligadas, digamos, ao setor de ciência e tecnologia. Visitas a 18 instituições ligadas a esta área, envolvendo Embrapa, as empresas estaduais de ciência e tecnologia e outros órgãos responsáveis, para ouvirmos. Foram realizadas pesquisa de opinião, [...] pesquisas mais estruturadas, e ao final de um ano nós tivemos a realização deste [PDU] (Entrevista em março de 2023).

Cabe reforçar que em função do Insa não possuir um quadro de servidores efetivos naquele momento, pois era “um Instituto ainda em construção”, preponderou na análise do ambiente interno “um esforço propositivo mais do que diagnóstico. Todas as propostas desta fase devem visar a execução da missão do INSA em correspondência com os problemas, desafios e demandas do Semi-Árido”. Para isso, estava prevista para os envolvidos uma “capacitação sobre a ascensão e declínio de paradigmas, incluindo uma desconstrução do ‘modo clássico’ de inovação e uma exploração dos paradigmas — *neo-racionalista*, *neo-evolucionista* e *construtivista-emergente* no contexto da atual mudança de época histórica [...]” (CGEE, 2007, p. 13). A partir desse processo, ficou determinado que a “forma de ser, pensar e fazer” do Insa, estavam assentadas nas seguintes premissas:

¹⁰⁷ As etapas do planejamento foram as seguintes: planejamento inicial, análise do ambiente externo, análise do ambiente interno, construção de cenários e formulação de estratégias, e ao final de um ano a elaboração e validação do Plano Diretor da Unidade-PDU.

- Instituição multifuncional – O INSA deverá *desempenhar as funções de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas*, como estratégia para ocupar nichos institucionais que se constituem em antigas lacunas na matriz institucional de CT&I da região;
- Atuação em parceria – O INSA deverá *desenvolver suas funções sempre em parceria* com atores institucionais internos e externos à região, a fim de privilegiar o que já foi feito, a atuação dos seus parceiros e abreviar o tempo de cumprimento de suas metas;
- Fórum para pensamento do Semi-Árido brasileiro – O INSA deverá buscar *ser a principal fonte institucional de pensamento do desenvolvimento sustentável da região* Semi-Árida do Brasil. Sua intenção deve ser ‘compreender para transformar’;
- Filosofia das potencialidades do Semi-Árido – O INSA deverá *atuar sob a filosofia de inovação, assumindo as potencialidades do Semi-Árido* brasileiro como vantagens mobilizáveis para o seu desenvolvimento sustentável (Insa, 2007, p. 17, grifos nossos).

Para o período de 2008-2011 o Insa previa um cenário referencial para direcionamento da instituição — “Cenário Insa” — apresentaria “um baixo grau de relevância nacional, mas um alto grau de relevância regional” (Insa, 2007, p. 30). A expectativa era buscar mobilizar “a imaginação, a capacidade e o compromisso de atores sociais, econômicos, políticos e institucionais interessados em participar de um ‘choque social¹⁰⁸’” na região semiárida. Nesse sentido, o Instituto não deveria trabalhar de “forma isolada, individual, egoísta”, mas em parceria, para viabilizar os desafios, cuja fonte de soluções está na própria região. Uma leitura precisa, porém nada nova: não falta água, mas, políticas públicas que viabilizem e facilitem a melhor convivência das populações com as condições naturais do Semiárido. Nessa construção do planejamento estratégico, consequentemente do seu primeiro PDU, entre todos os participantes mobilizados nos estados da região, o Insa contou com a colaboração direta de vários especialistas em diferentes momentos (Quadro 13), com base em uma estratégia organizativa (CGEE, 2007; Insa, 2007):

Quadro 13. Relação dos colaboradores do primeiro planejamento estratégico do Insa.

1ª Momento: Oficina de trabalho preparatória para consulta estruturada – Brasília/DF	2ª Momento: Oficina de Trabalho Cenários – João Pessoa/PB	3ª Momento: Oficina de Trabalho de Estratégias – Petrolina/PE
1. Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa)*	1. Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa)	1. Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa)
2. Antonio Carlos Filgueira Galvão (CGEE)	2. Aldo Malavasi Filho (Moscamed) ****	2. Aldo Malavasi Filho (Moscamed)
3. Antonio Carlos Guedes (CGEE) *	3. Antonio Carlos Guedes (CGEE)	3. Clóvis Guimarães Filho
4. Antonio Maria Gomes de Castro	4. Antonio Maria Gomes de Castro	4. José de Souza Silva

¹⁰⁸ Na conclusão do PDU (2008-2011) citam que em 2005 a Unicef afirmou: “o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil vai depender de um esforço concentrado no Semi-Árido brasileiro”. Sobre isso, Cristovam Buarque afirmava ser preciso um “‘choque social’” na região, uma vez que a atenção só é dada em períodos de seca, e que suas vantagens (naturais, culturais e de convivência das populações com o clima) continuavam desconhecidas.

1ª Momento: Oficina de trabalho preparatória para consulta estruturada – Brasília/DF	2ª Momento: Oficina de Trabalho Cenários – João Pessoa/PB	3ª Momento: Oficina de Trabalho de Estratégias – Petrolina/PE
(Embrapa) 5. Everaldo Rocha Porto (Embrapa Semiárido)** 6. Frans Germain Corneel Pareyn (APNE) 7. Igor André Carneiro (CGEE) * 8. Kleber de Barros Alcanfôr (CGEE) 9. Lilian Thomé Andrade (CGEE) 10. Lúcia Carvalho Pinto de Melo (CGEE) 11. Márcio de Miranda Santos (CGEE) 12. Maria Pinheiro Fernandes Corrêa (Embrapa) 13. Mario de Andrade Lira 14. Otamar de Carvalho (CGEE) ***	(Embrapa) 5. Elcida de Lima Araújo (UFRPE) 6. Everaldo Rocha Porto (Embrapa Semiárido) 7. Everardo Valadares Barreto Sampaio (UFPE) 8. Ivan Targino Moreira (UFPB) * 9. José de Souza Silva (Embrapa Algodão) * 10. Luiz Fernando Schettino (UFES) 11. Pedro Dantas Fernandes (UFPB) * 12. Roberto Germano da Costa (UFPB/Insa) 15. Selma Ferreira Torquato (UFCEG) * 13. Sérgio Vicentini (Insa) 16. Silvio José Rossi (UFPB) *	(Embrapa Algodão) 5. Manoel Abílio de Queiroz (Uneb) ***** 6. Pedro Dantas Fernandes (UFPB) 7. Rivaldo Chagas Mafra 8. Silvio José Rossi (UFPB)

* alguns dos membros do Grupo Gestor do Planejamento Estratégico do Insa.

** Foi membro por duas vezes do Comitê de Busca para seleção de dirigentes do Insa.

*** Foi um dos consultores do Comitê de Avaliação do Programa Xingó, conforme Relatório Tundisi (2001).

***** Autores do Documento/Proposta para subsidiar a criação do Insa, publicado pelo CGEE em 2003. Aldo Malavasi foi também por duas vezes membro do Comitê de Busca para seleção de dirigentes, e nos mesmos períodos membro do CTC do Insa.

Fonte: Insa, 2007.

Ainda na primeira etapa, foram elaboradas por consultores especializados, 24 “notas técnicas em temáticas” contextualizadas ao Semiárido (Quadro 14), organizadas por grupos temáticos e subtemas, que subsidiaram a elaboração de estratégias e de redação do PDU. São discursos mobilizados por diferentes agentes e posições institucionais. Desse total, 14 delas foram elaboradas por especialistas vinculados a duas universidades locais UFPB (8) e UFCEG (6). O documento de cada tema deveria incluir na sua estrutura: “introdução; relevância do tema; estado da arte; tendências estratégicas (a serem consideradas na construção de cenários); lacunas essenciais (nichos potenciais para o INSA); desafios para o INSA; sugestões para a construção de cenários”. Além destas, contemporar “sugestões para desenvolvimento de estratégias; conclusões e recomendações: premissas (ideias-força), diretrizes, ações estratégicas; bibliografia consultada; e lista de colaboradores” (CGEE, 2007, p. 18).

Quadro 14. Relação dos temas e subtemas das notas técnicas com seus respectivos responsáveis/autores e instituições.

Grupos Temáticos/Responsáveis *	Subtemas	Temas	Autores(as)/Instituições
1. Meio Ambiente, Caatinga e Recursos Naturais do Semiárido - Pedro Dantas Fernandes (UFCEG/Insa) *** - Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa) ***	Meio Ambiente e Caatinga	Monitoramento climático e aquecimento global com enfoque no Semiárido brasileiro	Bernardo Barbosa da Silva (UFCEG) Dr. em Engenharia Civil
		Espécies de plantas do Semiárido com potencial econômico	Frans Germain Pareyn (APNE) Engenheiro Florestal
		Prevenção e recuperação de áreas degradadas	Aldeodato Ari Cavalcante Salviano (UFPI) Dr. em Agronomia
		Monitoramento e prevenção de processos de desertificação	Iêdo Bezerra Sá (Embrapa Semiárido) Dr. em Geoprocessamento
		Ecosistemas do Semiáridos	Leonardo Alves de Andrade (UFPB) Dr. em Agronomia
	Recursos Naturais	Genoma de espécies do Semiárido	Gonçalo Apolinário de Souza Filho (UENF) Dr. em Biociências e Biotecnologia
		Biodiversidade, avaliação e manejo de recursos genéticos vegetais no Semiárido	Manoel Abílio de Queiroz (Uneb)**** Dr. em Genética e Melhoramento de Plantas
		Bacias hidrográficas: planejamento e gestão	Carlos de Oliveira Galvão (UFCEG) Dr. em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
		Potencialidades dos recursos minerais do Semiárido	Marcelo Bezerra (CPRM)
	2. Agroecossistemas e Pecuária no Semiárido - Alberício Pereira de Andrade (UFPB/Insa) - Pedro Dantas Fernandes (UFCEG/Insa)	---	Arranjos e cadeias produtivas locais do Semiárido
Conservação e melhoramento dos recursos genéticos de raças nativas			José Herculano de Carvalho (Embrapa Meio Norte) Me. em Agronomia
Produção, conservação e utilização de forrageiras nativas			Divan Soares da Silva (UFPB) Dr. em Zootecnia
Manejo agrossilvo pastoril			José Carlos Batista Dubeux (UFRPE) Dr. em Agronomia
3. Agroindústria e Energias Renováveis e/ou Alternativas para o Semiárido - Alexandre Pereira Bakker (Insa)** - Everaldo Gomes (Insa) **	Agroindústria de Produtos Naturais	Potencial de uso industrial das matérias primas do Semiárido	Mário Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata (UFCEG) Dr. em Engenharia de alimentos
		Fármacos, medicamentos, cosméticos, óleos essenciais e pigmentos oriundos de espécies nativas	Marcelo Sobral da Silva (UFPB) Dr. em Química Orgânica
		Melhoria do valor nutritivo de alimentos (uso humano e animal)	Rita de Cássia Ramos do Egypto Queiroga (UFPB) Dra. em Nutrição
		Certificação de qualidade e origem de produtos animais e vegetais no Semiárido	Alexandre José de Melo Queiroz (UFCEG) Dr. em Engenharia de Alimentos

Grupos Temáticos/Responsáveis *	Subtemas	Temas	Autores(as)/Instituições
		Iniciativas do setor agroindustrial e de utilização de produtos naturais, energias alternativas renováveis e sustentáveis do Semiárido	Silvio José Rossi (UFPB) *** Dr. em Engenharia de Alimentos
	Energias Alternativas Renováveis e Sustentáveis	Biocombustíveis: potencial de espécies nativas e adaptadas ao Semiárido	Antonio Gouveia de Souza (UFPB) Dr. em Química
		Energias solar, eólica e outras fontes de sergéticas renováveis para o Semiárido	Roberto Devienne Filho (Renove) Me. em Engenharia Elétrica
4. Política de Desenvolvimento Social - Grupo Gestor	Políticas de Inclusão Social e Ações de Inovação	Potencial de contribuição do Insa para formulação de políticas de desenvolvimento social para o Semiárido	Ivan Targino Moreira (UFPB) *** Dr. em Economia
	Educação Contextualizada e Cultura do Semiárido	Conceitos e práticas de convivência com a seca	Ghislaine Duque (UFCG) Dra. em Socioeconomia do Desenvolvimento
		Cidadania no Semiárido	Edgar Afonso Malagodi (UFCG) Dr. em Ciências Sociais
		Valorização da cultura local no Semiárido	Fernando Abath Cananéa (UFPB) Dr. em Educação

* O Grupo temático 5. Modelo Institucional, com os subtemas: 5.1 Matriz institucional de CTI para o Semiárido brasileiro (Inserção institucional inovadora do Insa na região Nordeste e no país; e Criação no Insa de um 'Núcleo de articulação para Inovação' no Semiárido brasileiro); 5.2 Gestão de Competências (Gestão de Pessoas), ficaram sob a responsabilidade de José de Souza Silva (Embrapa Algodão); Selma Ferreira Torquato (UFCG/Insa).

** ex-servidores do Inpa, transferidos para o Insa.

*** Colaboradores externos. Membros do Grupo Gestor. Participaram de oficinas de trabalho do Planejamento Estratégico do Insa.

**** Um dos autores do Documento/Proposta para subsidiar a criação do Insa, publicado pelo CGEE em 2003. Participou da oficina de trabalho de estratégias, em Petrolina-PE, 3ª etapa do Planejamento Estratégico, e é um dos autores do prefácio do PDU 2008-2011.

Fonte: Insa (2007); CGEE (2007).

Nesse conjunto de Notas Técnicas estão apontadas a ausência de articulação da matriz institucional científico e tecnológica e a preocupação com a superposição de ações. Esses documentos foram elaborados por especialistas de diferentes áreas de conhecimento e experiências, trazendo uma leitura ampla e multidisciplinar. São fundamentais para entender a construção da missão institucional, referenciada em análises de temas contextualizados regional, nacional e internacionalmente, apontando lacunas, potenciais e desafios para o Instituto — um Insa, portanto, pensado para ser multidisciplinar e tomar decisões para além da Agronomia. Um dos temas é o da Convivência “com o Semiárido”, porque tem um “sentido

político” e anuncia o “fim do assistencialismo, resgate da dignidade das populações, valorização do saber e incentivo a sua autonomia” (Duque, 2007, p. 3)¹⁰⁹.

Ademais, tais notas apontam a relevância de uma instância de articulação das instituições da região, da sistematização e divulgação das informações e resultados de pesquisa, e da interlocução central em CTI na região. Listam importantes instituições, contatos de pesquisadores de referência nos temas, grupos de pesquisa — a exemplo do Instituto do Milênio de Semi-árido (Imsear), criado em 2002, que visa caracterizar a biodiversidade do Semiárido, e da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), que busca integrar a formação ao desenvolvimento de CT em Biotecnologia, entre outros. Um Insa que pense a partir de um desenvolvimento científico e tecnológico que contribua para a cidadania, observando métodos e processos de difusão da inovação, onde “[...] dialoga e constrói o conhecimento prático com o próprio agricultor” e a agricultora, para não “reproduzir relações clientelistas tradicionais de poder” (Malagodi, 2007, p. 6)¹¹⁰. Poucos pesquisadores tiveram acesso a esses documentos. O Interlocutor B disse ter recebido “apenas uma Nota Técnica” depois do concurso, acerca do tema que tem relação com sua área de atuação no Insa (Entrevista em maio de 2023). Não há registros de debates internos utilizando esses documentos, que fazem parte da memória da instituição.

Aquelas premissas, declaradas na identidade do Insa, foram apresentadas nos elementos que caracterizam e orientam as ações (Quadro 15). A perspectiva era que o Instituto deveria trabalhar com “uma visão de redes de pesquisa”, ações com “visão de desenvolvimento regional”, como se “fosse molas propulsoras”, e assim buscar alcançar com suas ações os diferentes estados da região, explicou o ex-diretor Roberto Germano (Entrevista em março de 2023). As parcerias institucionais, fortemente definida como parte da missão do Instituto, tinha a criação de redes temáticas fator importante para delinear e desempenhar as funções (articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas), e a previsão era de organizar o que chamaram de “RedeSAB”, com “pelo menos cinco redes temáticas: Monitoramento Climático e Ambiental; Lavouras Xerófilas; Recursos Naturais; Agroindústria e Convivência com a Seca” (Insa, 2007, p. 61-62).

¹⁰⁹ DUQUE, Ghislaine. *Conceitos e Práticas de Convivência com a Seca*. Nota Técnica. Campina Grande: CGEE, 2007.

¹¹⁰ MALAGODI, Edgar. *Cidadania no Semi-Árido*. Nota Técnica. Recife: CGEE, 2007.

Quadro 15. Apresentação resumida da missão, visão, valores, princípios, prioridades estratégicas e diretrizes de ação do Insa.

Missão	<i>Viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem.</i>
Visão de futuro	Até 2017, o Insa pretende <i>ser reconhecido</i> regional, nacional e internacionalmente <i>como o principal centro de pensamento do Semiárido brasileiro.</i>
Valores	Solidariedade social e institucional, interação, relevância científica, contexto como referência máxima, compromisso ético, talentos humanos cultura do semiárido.
Princípios	Compartilhamento da infraestrutura, intercâmbio de talentos profissionais e locais, negociação interinstitucional, e gestão legitimada (deve adotar consulta a atores externos e estratégicos para a região, para tomar decisões e formular iniciativas institucionais).
Prioridades Estratégicas * e suas respectivas linhas de ação no âmbito do semiárido brasileiro	(1). <i>Meio ambiente e Caatinga</i> (mudanças climáticas e o semi-árido; Ecossistemas, dinâmicas da Caatinga e uso de espécies vegetais; Desertificação e manejo de áreas degradadas); (2). <i>Recursos naturais</i> (Genoma e diversidade genética animal, vegetal e de microorganismos; Relação solo-água-planta; Aproveitamento dos recursos hídricos; Uso e conservação do solo); (3). <i>Agroecossistemas e pecuária</i> (Arranjos produtivos locais e cadeias produtivas; Exploração de lavouras xerófilas; Recursos genéticos de raças nativas; Nutrição e alimentação animal; Utilização de forrageiras nativas); (4). <i>Agroindústria e energias alternativas</i> (Agroindústria para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis); (5). <i>Políticas de Desenvolvimento Social</i> (Convivência com a seca; Educação e desenvolvimento; Políticas de desenvolvimento e inclusão social).
Diretrizes de ação e metas operacionais **	<i>Desenvolvimento e Pesquisa:</i> (1). Organizar e consolidar a agenda de pesquisa institucional do Insa; (2). Efetuar o mapeamento de competências e iniciativas regionais, nacionais e internacionais relacionados a temáticas do semiárido; (3). Definir e implantar políticas de cooperação interinstitucional para o estabelecimento de parcerias estratégicas; (4). Definir e implantar no Insa política de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, na forma de ‘Laboratórios Associados’; (5). Estabelecer um sistema de informação e comunicação social no Instituto; (6). Estabelecer mecanismos e procedimentos para diulgação científica de pesquisas desenvolvidas no semiárido brasileiro; (7). Estabelecer e implantar um programa de capacitação para o público externo; (8). Avaliar anualmente os efeitos das atividades desenvolvidas pelo Instituto, na sociedade.
Diretrizes administrativo-financeiras **	<i>Pessoal</i> (1). Estabelecimento do quadro técnico-científico do Insa; (2). Estabelecimento de um quadro de apoio técnico-administrativo do Insa; (3). Estabelecer um programa de capacitação interna para o Insa; (4). criar, na agenda de trabalho do Insa, a figura do ‘Colaborador Associado’; <i>Recursos financeiros</i> (1). Estabelecer no Insa a gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários, em consonância com os sistemas federais correspondentes; (2). Estabelecer mecanismos para a captação de recursos financeiros; (3). Estabelecer o sistema de gestão de receitas e despesas do Insa; <i>Gestão Organizacional</i> (1). Institucionalizar o fluxo de informações técnicas e gerenciais no Instituto; (2). Estabelecer o sistema de acompanhamento e avaliação da execução do Plano Diretor do Instituto; (3). Estabelecer um programa de avaliação de desempenho funcional dos servidores do Instituto; (4). Proporcionar melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores do Insa; <i>Infraestrutura</i> (1). Implementar e consolidar a estrutura física do Insa.
Projetos estruturantes ***	(1). Criação do Fórum ‘Futuro do Semi-Árido Brasileiro’; (2). Estruturação, implementação e consolidação da Rede para o Desenvolvimento do Semiárido brasileiro (RedeSAB); (3). Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Semiárido brasileiro; (4). Museu Vivo do Semiárido brasileiro; (5). Observatório do Semiárido brasileiro.

* Estão apresentadas 52 metas propostas, com objetivos específicos, cujas implementações estavam condicionadas a efetivação da infraestrutura física, estrutura organizacional, orçamento e formação da equipe. Ademais, as linhas não contempladas neste PDU, pela relevância para a região, seriam especificadas e aprofundadas no Plano seguinte para o mandato 2012-2015.

** No âmbito das Diretrizes somaram 39 metas com as respectivas justificativas.

*** Esses projetos, considerados essenciais para a consolidação do Insa, previam ao todo 8 metas.

Fonte: Insa (2007, grifos nossos)

Para o reconhecimento do Instituto como “centro de pensamento e articulação” do Semiárido brasileiro, a criação do Fórum permanente era essencial. Considerada uma iniciativa regional inovadora que congregaria diferentes atores sociais e institucionais (público, privado e da sociedade civil), seria um espaço de discussões sobre o futuro da região, “de onde deverão emergir políticas, prioridades, estratégias e ações para o desenvolvimento da região”. Com a mesma relevância, a proposta de criação do Observatório do Semiárido Brasileiro, serviria como “uma fonte de insumos para formulação de políticas relevantes para a região”¹¹¹. A criação de uma pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (doutorado) era mais uma proposta que seria executada “mediante a formação de uma rede de integração entre as instituições parceiras da região, mobilização que também possibilitaria cursos de especialização *latu sensu*. (Insa, 2007, p. 61-63).

[...] o Instituto ainda não propõe políticas de desenvolvimento para a região, neste primeiro mandato, mas a construção de um paradigma de inovação para inspirar e orientar a formulação de políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável para a região. Para isso, propõe, entre outras metas, a criação de um foro com preocupação continuamente voltada para o futuro do Semi-Árido brasileiro e que possa funcionar como um espaço de interação para reflexão, interpretação, negociação e construção coletiva do futuro da região (Insa, 2007, p. 18).

Para o ex-diretor Roberto Germano, esse PDU (2008-2011) é “o documento mais importante” do Insa, pois “originou tudo” e é a “carta de navegação do Instituto”, de modo a nortear a política institucional, uma vez que reflete a visão e as propostas dos diversos atores sociais atuantes e interessados na área de CT, ligados as diferentes instituições do Semiárido brasileiro, os quais foram mobilizados e participaram desse esforço de construção coletiva. “Coisas que até a instituição não reconhecia como tal porque a gente procurava na página [eletrônica] do Instituto e não estava lá o documento que originou tudo isso, porque o que vem após são atualizações de planejamento institucional” (Entrevista realizada em março de 2023). A expressão “carta de navegação” também aparece no Plano de Trabalho do Grupo Gestor do planejamento estratégico, e nele o PDU é traduzido como “fonte de inspiração e orientação de uma longa e relevante viagem institucional na paisagem do desenvolvimento” do Semiárido

¹¹¹ Um registro importante é a existência na região semiárida de duas importantes iniciativas. Uma, como Fórum Permanente, que é a Articulação do Semiárido (Asa-Brasil), criada no final dos anos 1990, que agrega mais de três mil entidades da sociedade civil. Informações disponíveis em: <https://www.asabrasil.org.br/> A outra, é o Observatório do Semiárido, iniciativa do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que em seu Relatório de Atividades de 2007, assinala que tal Observatório “começou a ser estruturado [em 2007] e que em 2008 pretende mobilizar um conjunto de atores no semiárido e oferecer uma ferramenta específica de monitoramento da imprensa com o objetivo de mudar de forma consistente o paradigma da cobertura do semi-árido na grande mídia”. Disponível em: https://moc.org.br/upload/relatorios/20-10-2008_18_24_24.pdf Ambos acessos em: 04 Set 2023.

brasileiro (CGEE, 2007, p. 3). No esforço de legitimação da missão, Germano e outros membros da equipe, em artigo publicado, escrevem que a maior função do Insa competirá:

[...] galvanizar todos os esforços, articular instituições, programas, otimizar recursos físicos e materiais e infra-estrutura já existentes no Nordeste; identificar as lacunas, incentivar o seu preenchimento, arregimentando competências e garantindo financiamento para os estudos; fortalecer parcerias e intercâmbios, criar e administrar redes técnico-científicas (Costa *et al.*, 2009, p. 254).

De modo concreto, o que o Insa deveria ser e como atuar na região está definido neste PDU, orientando-se sempre pelas reais necessidades, as potencialidades, as lacunas, as experiências vivenciadas, as contribuições das instituições existentes. Portanto, o Insa se consolidava a partir de 2007 assumindo compromissos, a partir de interpretações, reflexões e negociações, o que reforçava mais ainda sua relevância e a necessidade do diálogo constante com a sociedade. Roberto Germano enfatiza o que todos ouviam dos participantes do planejamento estratégico: “o Instituto não deve replicar o que já vem sendo feito pela Embrapa ou que já vem sendo feito pelas universidades [...]. Então, esses depoimentos são interessantes para nós entendermos a concepção do Instituto” (Entrevista realizada em abril de 2023). E complementa:

Não é da cabeça de Roberto Germano, não! É da cabeça de todas as pessoas que foram pesquisadas e a gente foi apenas um agente em implantar esta concepção do Instituto na nossa região. Então, esses elementos, você imagina aí da orientação que você dá a um filho no início da sua vida, ele vai guardar para toda sua vida. É lógico que agregando coisas à medida que vai se desenvolvendo, mas a estrutura básica, a estrutura celular, ele vai levar para a vida inteira esta herança. Então, isso é muito importante e eu gosto sempre de insistir nisso que o primeiro planejamento estratégico, não é porque ele tem a validade de quatro anos e depois não existe mais. Não! Não é isso! Ele vai continuar existindo sua vida inteira. O que vai acontecer são as atualizações de nortes reguladores ou nortes orientadores do que significa essa instituição, mas ela [a Instituição] é aquela que foi criada, onde foram ouvidos todos os secretários, onde foi ouvido o ministro, onde o governo se posicionava para criar um órgão que ele não tem data de validade. Ele é feito, ele é criado para a vida inteira, como política de desenvolvimento regional. Então, isso é uma questão ou um elemento muito importante para a história do Instituto Nacional do Semiárido, e era por isso que Sérgio Rezende já recomendava isso bem antes, inclusive, de eu ser nomeado para que a gente comece a trabalhar nesta concepção (Entrevista realizada em abril de 2023).

A preocupação de o Insa não reproduzir o que as demais instituições da região já fazem, vem sendo reforçada desde as discussões iniciais da proposta de criação. Também é importante notar que alguns atores sociais envolvidos nessas discussões, participaram do Planejamento Estratégico, a exemplo do pesquisador Manoel Abílio, que foi autor de uma das primeiras propostas para estruturação do Instituto, tomada como referência pelo MCTI. Manelito, Roberto Germano e Jocelino Menezes, apresentam em seus discursos a reivindicação de um

lugar do Instituto que havia sido constituído sob seus comandos. Há um ponto em comum: em nenhum dos casos o Insa seria um órgão exclusivamente de pesquisa ou um campo científico “puro”. A ideia de um órgão articulador de competências regionais atravessa a história da instituição — e isso também se conecta com uma demanda da Sociedade Civil, conforme anunciado no capítulo anterior —, porém com variações; inicialmente só de articulação e comunicação, depois, com Manelito, predomina uma visão de fomento/desenvolvimento, e a partir do momento em questão, os documentos e entrevistas revelaram ser sobretudo de articulação, e no âmbito da pesquisa (básica e aplicada) o Insa se dedicaria apenas a liderar aquelas consideradas relevantes e que nenhuma instituição estivesse investigando. Nesses termos, o Insa estaria mais para um centro de pesquisa ou, como denominou Jocelino Menezes, um “gestor de ciência” e tecnologia?

O ponto alto desse processo do planejamento estratégico foi com a cerimônia de lançamento do PDU 2008-2011, realizado no auditório da UFRPE, no Recife, em abril de 2008, e contou com a presença de autoridades, uma delas, a do ex-ministro Sérgio Rezende, ainda pesquisadores, entre outros. Por uma sugestão de José de Souza Silva, o Poeta Oliveira de Panelas foi convidado para apresentar o Insa na forma de poema popular, a partir da perspectiva da convivência “digna e prazerosa” com a região. Sua referência era o referido PDU. Roberto Germano declarou que Oliveira de Panelas “traduziu isso em versos e prosa, tornando público qual era o documento que nortearia a criação desse Instituto” (Entrevista em março de 2023). Vejamos alguns trechos do Cordel intitulado “O Paradigma das oportunidades” (Panelas, 2008):

Com o INSA é diferente

O desafio do INSA
Pra o semiárido é saudável:
Pelo desenvolvimento
Altamente sustentável;
Sai da ‘região problema’
Para a ‘região viável’

[...]

Nas potencialidades
É onde o INSA se inspira...
Quem diz que o Sertão é pobre
Diz uma grande mentira!
Tudo na vida depende
Do prisma que a gente mira
Com esta Instituição
Agora não estamos sóis,
Com sua força somada
Nós teremos vez e voz.
O sol da nova esperança

O Paradigma do INSA

Vem com o INSA o paradigma
Das potencialidades:
Que fartura e abundância
Geram oportunidades,
E prova bem que o talento
Supera dificuldades

[...]

Nas mentes tem que mudar
Do Sertão, a sua imagem
O que sempre foi ‘barreira’
Com o INSA será ‘passagem’
Porque daqui por diante
‘Semiaridez é vantagem’
[...]

Trabalhando em parceria
O INSA vai conseguir
O que ninguém nunca fez

Brilhará pra todos nós. [...]	Não dispersar, mas unir 'Semi-aridez é vantagem' O INSA vai corrigir
Nas estratégias do INSA Todo Nordeste evolui, O Brasil ganha com isso Ao exterior influi, Na singular abundância Que o Semiárido possui. [...]	[...] O paradigma do INSA É um paradigma humano Porque desenvolvimento Não sendo humano, é tirano, Nem é desenvolvimento Quem disser: comete engano.
Com outra realidade É grande a transformação; O INSA veio propor Mudança pra região: Junta o saber científico Com o saber do sertão. [...]	[...] Assim na soma total Muda-se a realidade, Unindo ONG's, Governo Ciência, sociedade... Teremos nosso futuro Com nova mentalidade.

Desconstruir a imagem de “região problema” e apresentar a “região viável”, com “potencialidades”, “abundância”, “desenvolvimento humano”, são alguns termos e ideias que anunciam o Insa, mas elas também nos remetem aos anos 1950, ao período da Sudene, e a apropriação por parte de elites regionais em seus discursos. O que não anula a importância, ao contrário, nos convida a refletir sobre a concepção, implantação e consolidação do Insa. Embora a “Diretriz I: Implementar e consolidar a estrutura física do INSA”, na meta 38, deste Plano, prever “Até 2010, instalar, pelo menos, quatro Unidades Descentralizadas do INSA em instituições parceiras em locais estratégicos da região”, Roberto Germano alegou que era inoportuna a ideia da instalação de unidades filiadas ou “braços em todos os estados”, como imaginavam algumas pessoas. “Ora, como é que você iria fazer isso com sete pesquisadores que foi o número de vagas determinado na criação do Instituto Nacional do Semiárido, no primeiro concurso que foi feito?”. E lamentou: “Essa visão infelizmente eu acho que nunca foi absorvida pela própria equipe” (Entrevista em abril de 2023).

Lembramos que essa ideia de Unidades Descentralizadas ou Regionalizadas, havia sido proposta pelos pesquisadores/consultores Manoel Abílio (Embrapa Semiárido/Uneb) e Aldo Malavasi (Usp), no documento para subsidiar a criação do Insa, elaborado/publicado entre 2002 e 2003. Ideia igualmente defendida pelo MCTI, entre 2003-2004, quando o ministro era Roberto Amaral, e tinha o professor Jocelino Menezes como responsável pelo processo de criação do Instituto; previam uma equipe pequena e a implantação de unidades regionais formada no interior de outras instituições como universidades, e composta por especialistas destas, ou seja,

colaboradores externos. O que nos remete a propositura do PDU dos “Colaboradores Associados”, neste caso, ampliada para aqueles fora do Brasil, todos atuando desde as suas instituições de origem. Bom, isso ficou apenas no plano das ideias. E o que se postula desde 2009, a partir da composição da equipe de pesquisadores permanentes, é a ampliação do quadro de especialistas a partir de concursos, entendendo ser o Insa uma Unidade de Pesquisa (UPs) como as demais do MCTI.

Em 2011, passados cerca de 3 anos da finalização do primeiro planejamento estratégico do Insa e do lançamento do seu PDU (2008-2011), era final do mandato de Roberto Germano. O Insa contava com um quadro de pessoal formado por oito pesquisadores (3 das áreas de Recursos hídricos, Ecologia, e Melhoria Vegetal; e 5 tecnologistas das áreas de Meio Ambiente, Agroindústria, Produção Animal, Produção Vegetal e Engenharia), e servidores para o setor administrativo, contratados via concursos realizados em 2008, pelo Insa e pelo MCTI, além de colaboradores de empresas terceirizadas, pesquisadores na condição de bolsistas. Destacamos que a maior parte dos servidores concursados só teve acesso a este PDU após o concurso, no entanto, segundo relatos, foram realizadas várias atividades para apresentação e discussão sobre ele. Como parte das atividades direcionadas aos pesquisadores recém concursados, em 2009, o Insa também promoveu uma “expedição” para conhecer o Semiárido, registrada em vídeo intitulado “*Estudos Prospectivos*”, que tive acesso a partir do compartilhamento do arquivo pessoal de um dos Interlocutores, de onde retirei um trecho da fala de um agricultor que consta na abertura da tese. Pesquisadores permanentes e membros da gestão percorreram vários estados conhecendo diversas experiências e práticas promovidas por instituições públicas como escolas, universidades, e em comunidades apoiadas por organizações não governamentais. Sobre essa experiência, o Interlocutor B declarou: “Foi quando vi o quanto a gente desconhece o Nordeste e o Semiárido” (Entrevista em outubro de 2021). Ao tentar comparar os PDUs do Insa, o Interlocutor G avalia mais precisamente os 3 primeiros, dos quais 2 foram atualizações do primeiro. Não cita o atual, que foi fruto de um novo planejamento estratégico, com mudanças significativas também na missão. Ele avalia:

O primeiro planejamento estratégico para mim, é um dos melhores, é tanto que nas últimas gestões a gente teve que consultar o primeiro porque terminava nos outros planejamentos colocando-se coisas que quando você olhava já estava previsto no primeiro. Aí você olha, vamos olhar aqui no primeiro como é que estava, e qual a meta, só que os planejamentos estratégicos seguintes, a partir do primeiro, foram meio que adaptação a algumas situações do primeiro. Na gestão do professor Salcedo aí foi uma coisa mais pé no chão; vamos fazer aqui o que a gente pode. Para você ter uma ideia como as coisas estavam tão bem pensadas no primeiro. Tem um cenário lá, porque eu fiquei admirado quando houve a pandemia. Isso aí estava praticamente previsto no primeiro, [...] de casos de calamidades, [...] e o que o INSA deveria fazer numa situação dessa. Agora, se a gente pegasse um conjunto de metas daquele, fosse

tirando de cada gestão, fosse tirando um pouquinho daquele, aí nós executaríamos. Declarou o Interlocutor G (Entrevista em maio de 2023).

Os projetos de construção da infraestrutura física e a aquisição de materiais e equipamentos para a Sede Administrativa e para a Estação Experimental estavam sendo executados e adquiridos, e entre 2010 e 2011, a Sede própria havia sido inaugurada. Ademais, alguns projetos e diretrizes previstas no PDU estavam em andamento. No cenário nacional, Dilma Rousseff (PT) assumiu a presidência da república (2011-2016) e Aloísio Mercadante (PT) o MCTI (01/2011-01/2012), mas o Edital de seleção para dirigente do Insa, mandato 2012-2015, bem como a Portaria de criação do Comitê de Busca para subsidiar o novo Ministro nessa escolha, haviam sido publicadas ainda durante a gestão do ex-ministro Sérgio Rezende. E o então diretor do Insa, Roberto Germano (UFPB), se preparava para essa seleção pleiteando a recondução ao cargo (por mais 4 anos) e dar continuidade ao trabalho. Nesse intervalo, Mercadante publicou outra Portaria (Nº 76, de 16 de fevereiro de 2011) designando mais dois membros para compor o referido Comitê: Manoel Barral Neto (CNPq) e Salomão de Sousa Medeiros (como representante dos servidores do Insa), totalizando sete membros. O Insa, sob o domínio disciplinar de pesquisadores/as agrônomos/as, experimentaria a partir de 2012 algumas mudanças que nos permitem admitir a existência de uma clivagem no bojo da instituição, separando visões quanto a sua missão.

4.1.1 Do “fortalecimento institucional” para uma “jornada em busca da excelência”

No dia 26 de maio de 2011, o Ministro de CT, Aloisio Mercadante, indicou e nomeou por meio da Portaria do MCTI nº 1.054 o segundo diretor do Insa: o agrônomo e pesquisador Ignacio Hernan Salcedo (UFPE-UFPB). A gestão da instituição seria, pela segunda vez, formada predominantemente por um grupo de pesquisadores das Ciências Agrárias (Quadro 16). Ao tempo em que havia uma expectativa em relação aos novos rumos que a instituição tomaria, recém definidos no referido planejamento, um desafio se colocava para Salcedo: a tensão já instalada entre os pesquisadores relacionada a principal função do Insa, ou seja, a de ser um articulador regional. Ao que parece, os momentos de apresentação e discussão sobre o PDU envolvendo a equipe dirigente anterior e os/as novos/as pesquisadores/as do Insa, que não participaram do planejamento estratégico, não foram suficientes para dirimir ou minimizar possíveis divergências. O que significa ser um órgão articulador? Em que medida essa tensão

resulta de diferentes visões e posições sobre a razão de ser, da missão do Insa e a que interesses e grupos deve servir? Lembremos que essa tensão não é recente na história do Instituto. Mas, neste momento, atores sociais internos se articularam com agentes externos para não só mobilizar novos concorrentes ao cargo de dirigente do instituto, mas também para a inclusão de um representante dos servidores no Comitê de Busca. O fato é que, diante do desafio, Ignacio Salcedo fez uma recomendação à sua equipe: “não quero ninguém na geladeira”. Ele se referia a reprodução de qualquer prática que caracterizasse “perseguição”, “cancelamento” ou “exclusão” dentro da instituição (Interlocutor A, entrevista em agosto de 2021). Sua equipe seria composta por dois coordenadores (administração e pesquisa), ambos pesquisadores do Insa. Retomaremos esses pontos mais à frente. Os primeiros cinco meses de trabalho da nova gestão foram realizados no espaço da Associação Comercial de Campina Grande, até a mudança definitiva para a Sede própria do Insa, no final de 2011.

Quadro 16. Diretores¹¹² e coordenadores do Insa e suas formações acadêmicas.

Período	Função	Titular	Formação
2007 a 2011	Direção	<i>Roberto Germano Costa (UFPB)</i>	Agrônomo, Zootecnista e mestre em Zootecnia (UFPB), doutor em Zootecnia (UNESP), pós-doutor (Univ. Cordoba, Espanha)
	Assessoria Técnica (Adm)	Alberício Pereira Andrade (UFPB)	Agrônomo (UFPB), mestre em Engenharia Agrícola (UFSM), doutor em Agronomia (Univ. Cordoba, Espanha)
	Assessoria Técnica (Pesquisa)	Jucilene Silva Araújo (Insa)*	Agrônoma, mestre e doutora em Agronomia (UFPB)
Pedro Dantas Fernandes (UFPB/UFCG)		Agrônomo (UFPB), mestre em Fitotecnia e doutor em Solos e Nutrição de Plantas (USP), pós-doutor (Univ. Arizona, USA)	
2011 a 2015	Direção	<i>Ignacio Hernan Salcedo (UFPB)</i>	Agrônomo (Univ. Buenos Aires, Argentina), mestre e doutor em Ciências do Solo (Univ. Michigan, USA)
	Assessoria Técnica (Adm)	Salomão Souza Medeiros (Insa)	Engenheiro Agrícola (UFPB), mestre e doutor em Engenharia Agrícola (UFV)
	Assessoria Técnica (Pesquisa)	Aldrin Martin Perez Marin (Insa)	Ciências Agrárias (Univ. Popular, Nicarágua), mestre em Agronomia (UFV), doutor em Energia Nuclear na Agricultura e Meio Ambiente (UFPE)
2015 a 2020	Direção	<i>Salomão Souza Medeiros (Insa)</i>	Engenheiro Agrícola (UFPB), mestre e doutor em Engenharia Agrícola (UFV)
	Coordenação de Pesquisa	Ignacio Hernan Salcedo (UFPB)	Agrônomo (Univ. Buenos Aires, Argentina), mestre e doutor em Ciências do Solo (Univ. Michigan, USA)
		Ricardo Cunha Correia	Engenheiro Eletricista (UFCG), mestre em

¹¹² Datas das respectivas nomeações e exonerações dos dirigentes do Insa: Roberto Germano Costa (Portaria nº 341, 27 de abril de 2007 / Portaria nº 1.056, 26 de maio de 2011); Ignacio H. Salcedo (Portaria nº 1.054, 26 de maio de 2011 / Portaria 1.457, 3 de novembro de 2015); Salomão S. Medeiros (Portaria 1.458, 3 de novembro de 2015 / Portaria nº 735, 21 de fevereiro de 2020); Mônica T. Cavalcanti (Portaria nº 736, 21 de fevereiro de 2020 / atual).

Período	Função	Titular	Formação
		Lima (Insa) ***	Ciência e Tecnologia Ambiental (UEPB), doutor em Recursos Naturais (UFCG)
	Coordenação de Administração	Everaldo Gomes Silva (Insa) **	Biólogo e mestre em Ciências Biológicas (UFPB)
2020 a 2024	Direção	Mônica Tejo Cavalcanti (UFCG)	Farmacêutica e mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFPB), doutora em Engenharia de Processos (UFCG)
	Coordenação de Pesquisa	Emmanuel Moreira Pereira (UFPB)	Agrônomo e mestre em Engenharia Agrícola (UFCG), doutor em Agronomia (UNESP)
	Coordenação de Administração	Inesca Cristina Malaquias Pereira (Insa) **	Gestão Pública e especialista em Gestão Pública (Univ. Anhanguera)

*Afastou-se da função de Assessora para participar do concurso público, realizado em 2008, e em seu lugar assumiu o professor Pedro Dantas Fernandes.

** São servidores do Insa, na área administrativa. Everaldo Gomes, era Analista em CT no Inpa, e solicitou transferência para o Insa em 2006.

*** Era Tecnologista no Inpe, e foi removido para o Insa em 2007.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos Currículos Lattes, CNPq, acesso em 16/08/2023; documentos oficiais e sítio do Insa.

Ao longo das cinco páginas do Plano de Gestão¹¹³ do novo diretor Ignacio Salcedo, apresentado durante a seleção, ele reconhece que há uma mudança de paradigma em curso no semiárido, reconhecido como “Convivência com o Semiárido”. Na sua visão, um cenário que precisa ser contextualizado na *dimensão humana* — observando a população rural e urbana — pois, “embora as necessidades de ambas sejam semelhantes (segurança alimentar e nutricional, educação, saúde), as condições para o desenvolvimento socioeconômico sustentável no campo e na cidade são diferentes”. *E na dimensão física*, que se apresenta “de forma mais explícita no meio rural, pela variabilidade na qualidade dos seus solos, que fornecem o sustento para a vida vegetal e animal, da topografia, do clima, da disponibilidade hídrica, entre outros”.

Na sua visão, o “verdadeiro desafio” para integrar as ações e estimar de forma assertiva a participação da região para o desenvolvimento do país, é retirar informações dos diferentes arranjos possíveis dessas duas dimensões, de tal modo que permitam diagnósticos precisos dos aspectos ambientais, sociais e econômicos predominantes nas comunidades [...]”. Considerando algumas condições para as funções do Insa, como um quadro de “recursos humanos reduzido,

¹¹³ Os Planos de Gestão aqui citados foram cedidos gentilmente pelo ex-diretor Salomão Medeiros. Não conseguimos acessar os Planos dos demais dirigentes. Em resposta a solicitação destes documentos junto a coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/MCTI), nos informaram que “os planos de gestão dos candidatos a cargo de Direção nas Unidades de Pesquisa do MCTI são apresentados, publicamente, no âmbito dos trabalhos das Comissões de Busca de que trata a Portaria MCTI N° 6.628, de 8 de dezembro de 2022. Sendo assim, as propostas apresentadas pelos candidatos não são arquivadas por este Ministério tampouco pela Unidade de Pesquisa interessada”. Resposta obtida em: 18/04/2023.
<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>

mas elevada qualificação (26 servidores e 16 bolsistas), com 33 servidores terceirizados”; a existência de uma infraestrutura física da Sede (prevista para ser concluída em 2011). Também uma área experimental com núcleos de caprino-ovicultura, animais nativos e pesquisas pontuais com plantas nativas; além dos projetos estruturantes, diretrizes e metas previstas no PDU (2011-2015), afirmou:

a lista de prioridades para minha eventual gestão como diretor do INSA no período 2011-2015 guarda o devido equilíbrio nas ações de articulação, pesquisa, formação, difusão e de políticas propostas no PDU 2011-2015, mas mantém uma posição flexível quanto a novas oportunidades que possam surgir ou ser identificadas no futuro, entendendo que *o INSA exigirá uma gestão orientada a resultados (produtos), transformando intenções estratégicas (constantes no PDU 2011-2015) em resultados concretos* (Grifos nossos).

Para sua gestão estavam previstas seis prioridades: na *Gestão Administrativa* — estrutura organizacional descentralizada; ambiente de trabalho estimulante; transparência e visibilidade das atividades técnico-científicas e orçamentárias; capacitação permanente dos colaboradores; conclusão da infraestrutura física; estabelecer a infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e inovação — complexo laboratórios e estação experimental (pesquisa, difusão de conhecimentos e estudos de biodiversidade); *Articulação* — caberia aos pesquisadores a “articulação de ações junto às Instituições do setor público e privado, localizadas ou com linhas de ação” no Semiárido brasileiro, a partir da execução de cinco tipos de ações: 1) parcerias institucionais; 2) consolidação das redes temáticas formalizadas (desertificação e agroindústria); 3) inserção do Insa em redes geridas por outras instituições; 4) manter canais de contato permanentes com diversas instituições federais e estaduais; 5) parcerias com organizações não-governamentais, e o Insa se inserir como facilitador e articulador entre setor empresarial e o de CTI para “aumentar a qualidade e competitividade dos produtos gerados” no Semiárido.

A terceira prioridade, no âmbito da *Pesquisa*, visava estimular a inserção dos pesquisadores em programa de pós-graduação *strictu sensu* que tivesse afinidade com suas áreas de atuação, podendo analisar a possibilidade de um programa interinstitucional com a participação do Insa; estimular os pesquisadores a buscar fontes externas de financiamento; os pesquisadores deveriam propor projetos de natureza multidisciplinar, contemplando difusão de tecnologias e práticas de convivência com o semiárido, a serem desenvolvidos por bolsistas (no Insa e em outros estados da região), e avaliados por pesquisadores externos. Ainda na pesquisa, estava contemplada a prioridade quatro. Envolveria o esforço de estabelecer cooperações com instituições ou redes internacionais com experiência de pesquisa e convivência com o semiárido

ou, ainda, interessadas em financiar ou desenvolver pesquisas nas atuais linhas temáticas do Insa; Convites e organização de visitas de especialistas internacionais “para interações com pesquisadores do INSA e outros atores do SAB [Semiárido brasileiro], com programas definidos de encontros, seminários e viagens previamente programadas na região”.

A *Difusão e/ou Gestão da Informação* foi considerada a quinta e de “altíssima prioridade desenvolver uma interface amigável no portal do INSA, com informações confiáveis e atualizadas sobre o SAB”. Com base no mapeamento de iniciativas de desenvolvimento na região, incluía instituições públicas em diferentes níveis e a sociedade civil organizada; levantamento de potencialidades no âmbito do ensino e de linhas de pesquisa, a partir da lista de instituições de ensino na região; um banco de dados com séries estatísticas para o Semiárido brasileiro. Ainda, um banco de dados das instituições e pessoas ligadas as redes de desertificação e agroindústria, inserindo novas redes que fossem criadas; banco de dados com informações bibliográficas (publicações sobre o Semiárido brasileiro). E mais, gestão de informações regionais (físico, social, econômico espacialmente integrada para gerar mapas temáticos úteis para formulação de políticas públicas) por meio das técnicas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG)¹¹⁴, em parceria com órgãos como Inpe, Ana, MMA/Ibama. “Um objetivo concreto dessa parceria seria criar mapas anuais de níveis de vulnerabilidade às secas [...]”. Esses eixos, segundo Salcedo, contemplariam a criação do Observatório do Semiárido, previsto no planejamento estratégico.

Na prioridade seis, *Políticas Públicas*, uma estratégia importante era a estrutura de um Fórum permanente para o Semiárido, de modo a consolidar a convivência com o semiárido. Assinalado como “um espaço privilegiado para debater temas relacionados com o acesso à segurança alimentar e nutricional, à educação contextualizada, à saúde para todos, à informação confiável, à energia, à água para consumo humano, animal e irrigação de pequenas lavouras”, mas também à tecnologias inovadoras e conservacionistas, ao crédito rural, e ao conhecimento científico”, um debate que previa a participação de diversos atores da região que subsidiarão ações de convivência. Nessa direção, Salcedo finalizou seu plano com a apresentação de uma visão de futuro para o Insa: “Ser um instituto de referência, pela sua ação de articulação interinstitucional e de participação ativa na execução e divulgação de estudos e pesquisas, relevantes para a construção de um semiárido econômico e ambientalmente sustentável, que valorize suas potencialidades e a sua diversidade”.

¹¹⁴ São técnicas que apresentam os fatos “onde” eles ocorrem, normalmente em forma de mapas, pois considera-se que a informação sempre tem um “local” ao qual ela se refere.

Seguindo a finalidade de uma UP, a missão do Insa deve ser singular no contexto do país, com abrangência nacional/regional, além de traduzir a identidade e orientar as ações institucionais. Até aqui tudo bem. Tomando como base os documentos que fundamentaram os debates e a formulação do Planejamento Estratégico, refletido no PDU (2008-2011), a função “articulação” foi posicionada como o maior problema e desafio para o Semiárido brasileiro. Para o coordenador do GT deste planejamento, José de Souza Silva, não por acaso, na construção do texto final da missão ela aparece antes das demais funções que o Insa deveria ter, nessa ordem: articulação, pesquisa, difusão e formação. Não obstante, no PDU (2012-2015) termo “articulação” é excluído da missão, e em primeiro plano aparece a função “pesquisa”. Como mostramos anteriormente, nessa mesma ocasião a ideia de “semiaridez como vantagem”, considerada antes a “filosofia do Insa”, também é suprimida e em seu lugar aparece “potencialidades socioeconômicas e ambientais da região”. Consta ainda que a missão “uma vez assentada sobre a estratégica adotada para a região semiárida, aponta para realidade futura — Visão Institucional — em horizonte temporal de 20 anos”, ou seja, até 2030 (Insa, 2012, p. 10).

Notamos que um dos primeiros atos do novo diretor Salcedo foi um “*ajuste do foco*” de atuação do Insa e, segundo ele, atendia seu plano de gestão e o compromisso assumido junto ao Comitê de Busca e ao MCTI no momento da sua candidatura. Sobre isso, no relatório de gestão de 2011, afirmava que “*o INSA não se distanciou de sua Missão Institucional, tampouco dos compromissos pactuados no Termo de Compromisso de Gestão [TCG] instituído pela administração anterior. Mas buscou acentuar ações em pesquisa e inovação para o desenvolvimento sustentável da região semiárida do Brasil*” (Insa, 2012, p. 01). Já no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2012-2014), visava “promover a difusão e popularização da ciência” a partir da estruturação da política de Tecnologia da Informação (TI) na perspectiva de tornar o Insa um “*centro de excelência em pesquisa voltada ao Semiárido brasileiro*” (Insa, 2012, p.14-21, grifos nossos). O seu plano de trabalho apresentava uma *visão de futuro* para o Insa: “Ser um instituto de referência, pela sua ação de articulação interinstitucional e de participação ativa na execução e divulgação de estudos e pesquisas, relevantes para a construção de um semiárido econômico e ambientalmente sustentável, que valorize suas potencialidades e a sua diversidade”. Na nossa leitura, isso está coerente com o que os documentos citados anunciam: a defesa de um instituto dedicado principalmente a realização de pesquisas, viabilizadas por um *modus operandi* que tem a articulação como estratégia discursiva do grupo em questão para disputar a instituição e seu sentido. Os “ajustes” na missão do Instituto, construída cerca de quatro anos antes, legitimará essa posição.

Nessa direção, a nova gestão norteou-se na adoção de uma “nova metodologia de ação” que inverte a “antiga organização de redes de pesquisa, para a pesquisa em rede”, conforme relatório TCG/2011. Entendida como mais moderna e dinâmica, afirmava buscar fomentar a articulação com organismos nacionais e internacionais e requalificar “um de seus projetos estruturantes para uma nova abordagem no papel da ciência, quanto à geração de conhecimento e inovação, por meio de um banco de dados e geração de informações, originárias do conhecimento tácito e explícito”. E a ampliação do enfoque das potencialidades e riquezas em “suas interfaces entre o campo e as cidades no Semiárido brasileiro”, estudando aspectos demográficos, organização de Seminário sobre Áreas de Preservação Permanente no meio ambiente urbano (APPs Urbanas), com a perspectiva de mostrar resultados em 2012 (Insa, 2012, p. 2). Adiantamos que sobre esse tema das APPs Urbanas não encontramos informações de contribuições efetivas do Insa. Os investimentos na construção da infraestrutura e de laboratórios estavam mantidos desde a gestão anterior. E as áreas estratégicas do Insa estavam focadas em Recursos Hídricos, Biodiversidade e Sistemas Produtivos.

Assim sendo, um dos Interlocutores indagou: “o que era a Articulação para Roberto Germano? Era falar, mobilizar alguns órgãos de pesquisa no nível governamental. Para os Interlocutores A, I, B, D, quando Roberto falava em articulação era um “vácuo”, era de “diretor para diretor” (Entrevistas em maio de 2023). Um deles completa:

Salcedo começou articulação com as organizações sociais, com as pessoas que precisam, com as pessoas que estão na ponta. Começou a construir projeto com a Asa. Eu acho que a melhor articulação que a gente faz para ter resultados práticos para a instituição ter relevância é justamente com as organizações, é com quem precisa, quem tá com problema e quem precisa de solução. Então eu acho que o nível de articulação é muito importante. E o que foi que mudou? O nível de articulação. [...] O impacto foi positivo. Então, por exemplo, hoje você fala no reuso de água e as organizações sociais pensa no Insa (Entrevistas em agosto de 2021 e maio de 2023).

Na gestão seguinte, do pesquisador do Insa Salomão Medeiros (2015-2019), que também fez parte da equipe de Salcedo, como coordenador de administração e diretor substituto, mantém-se a essência da missão ajustada por seu antecessor, até porque defendiam e disputavam o mesmo projeto institucional. Porém, a missão sofre mais um “ajuste” com a substituição dos termos “desafios” por “ações”, e “Desenvolvimento” por “convivência”. Seguindo a lógica anterior, afirma-se que a missão “uma vez assentada sobre a estratégia adotada para a região semiárida, aponta para a realidade futura em sua Visão Institucional para um horizonte temporal [agora] de 15 anos” (Insa, 2016, p. 16). Os PDUs das gestões de Ignácio

Salcedo e a de Salomão Medeiros (2012 a 2020)¹¹⁵, no geral, apresentam semelhanças na forma de conceber o Insa e suas ações. E aqui, para nós, ficou evidente o perfil de uma gestão mais de continuidade, o que também se observa no Plano de Gestão do ex-diretor Salomão Medeiros. Ao perguntarmos sobre essa continuidade, ele respondeu:

Com mudanças de alguns aspectos, eu considero que sim. Cada um tem seu estilo. Porque a visão [...] de Salcedo, de como deveria ser as pesquisas, era uma visão [...] inovadora, porque ela chamava o beneficiário para a conversa. E não era aquele tipo que o pesquisador estava dentro de um laboratório, dentro de uma sala, e dizia eu quero pesquisar isso (Entrevista em abril de 2023).

Para Medeiros, a gestão de Salcedo “inovou” ao definir no Insa — instituto de pesquisa — uma forma de pensar-fazer pesquisa científica e tecnológica dialogada e construída com os beneficiários diretos, o que é pouco comum nas Ciências Agrárias. Para isso, processos de negociações e aprendizados eram necessários, e a incorporação, em alguma medida, de novas áreas de conhecimento foi fundamental. Em 2020, com Mônica Tejo na direção, apresentou à sociedade o PDU (2020-2024) elaborado a partir de um novo Planejamento Estratégico (2020-2030)¹¹⁶, com o subtítulo “Uma jornada em busca da excelência para a construção de um futuro

¹¹⁵ Na equipe de consolidação de ambos os PDUs, teve como coordenador técnico Leonardo Bezerra de Melo Tinôco (Foi pesquisador bolsista do Insa de 2011 a 2015. É Engenheiro Agrônomo, Dr. Em Ciência do Solo pela UFPB, cujo orientador foi Ignacio Salcedo). Utilizando-se de uma metodologia baseada na formação de “mesas de conversação” e reuniões, foram feitas a coleta de dados, construção das bases de planejamento, a formatação do PDU, e as revisões e aprovações do documento por parte da Scup-MCTI. Sempre em consonância com as ENCTIs. No caso da gestão de Ignácio Salcedo privilegiou apenas a participação dos pesquisadores e de servidores da assessoria de comunicação e os gestores da Estação Experimental. Já na gestão de Salomão Medeiros, consta a realização de “mesas de conversação” divididas pelas seguintes temáticas: Consolidação do PDU; Desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas; Sistemas de produção no Semiárido brasileiro; Biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas no Semiárido brasileiro; Formação contextualizada e tecnologias sociais, inovação e economia criativa no Semiárido brasileiro; Gestão de recursos hídricos e reuso de águas no Semiárido brasileiro; Formação para a convivência sustentável com a semiaridez; e Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social e cultural do Semiárido brasileiro. Cada uma dessas mesas de conversação era formada por um “líder” e “componentes” tanto do Insa (pesquisadores e da área administrativa) quanto de professores/pesquisadores e técnicos de diversas instituições (Universidades e Institutos, AS-PTA, BNB, Embrapa Algodão, IRPAA, MPA, MST, CPT, entre outras) (Insa, 2012, p. 23; Insa, 2016, p. 30-35).

¹¹⁶ Este Planejamento Estratégico teve na equipe de elaboração: a diretora do Insa, Mônica Tejo Cavalcanti; a coordenação de pesquisa e a equipe de tecnólogos e pesquisadores; a coordenação de administração e a equipe administrativa, e Robson Crestani, como consultor de Cultura e Estratégia Organizacional, vinculado a empresa OPEN Educação Corporativa, situada no Paraná. Ao comentar sobre o trabalho deste Consultor, Mônica Tejo escreveu: “Trabalhamos juntos em ações na incubadora IACOC em dois ciclos de incubação e Robson Crestani adaptou toda a metodologia para a linguagem do nosso público-alvo. Não foi um trabalho fácil, eu sei que não foi, mas resultado foi fantástico. No INSA estamos com ações de desenvolvimento do nosso planejamento estratégico e ações relacionadas a cultura organizacional e o “fazer junto” é realmente o diferencial da open. Recomendo”. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/robsoncrestani/?originalSubdomain=br> A Open foi fundada em 2016, setor ‘Treinamento profissional e Coaching’ e busca “Promover através da coalisão de pessoas o alinhamento de mindset, comportamentos e ações que construam transformações culturais nas organizações. O alinhamento é condição necessária para transformar Pessoas & Processos & Cultura”. Disponível: <https://www.linkedin.com/company/escolaopen/about/> Ambos os acessos em: 8 set 2023. Em 2020, o contrato do Insa com Open Educação Ltda (Nº 5/2020 – UASG 240114) previa “serviços de Capacitação com o Programa de

Sustentável e Inovador para o Semiárido Brasileiro — RUMO AO INSA 2030”. A missão do Instituto adquiriu novos contornos, enquanto “agente” focado na “inovação tecnológica e social”. Como princípios na formulação do PDU (2020-2024) “cinco verticais de desenvolvimento”, fundadas na elaboração de programas, projetos, pesquisas e iniciativas para o Semiárido e de acordo com a “estratégia INSA 2020-2030”: 1) sustentabilidade; 2) Impacto social; 3) CTI; 4) políticas públicas; 5) construção de conhecimento. A partir delas, o Instituto se propõe a “mitigar os desafios e potencializar as oportunidades da região, fomentando iniciativas de CTI nas áreas estratégicas: 1) CT de Alimentos; 2) Biodiversidade; 3) Desertificação; 4) Energia; 5) Gestão da Informação e Popularização do Conhecimento; 6) Recursos Hídricos; 7) Sistemas de Produção Animal; 8) Sistemas de Produção Vegetal; 9) Solos e Mineralogia; e 10) Inovação, “que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e/ou a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais” (Insa, 2020, p. 19).

A seguir, no Quadro 17, apresentamos um resumo com os “ajustes” e a alteração da missão institucional. José Souza Silva, pesquisador da Embrapa, e coordenador do GT do primeiro planejamento estratégico, faz uma avaliação:

Na nossa visão, falta consistência filosófica e institucional do Insa, com o abandono da missão original, que emergiu do primeiro processo de planejamento estratégico, do Grupo Focal mais relevante, que propôs a missão mais original e mais consequente entre todas as cogitadas: como o problema mais óbvio e mais contundente no Semiárido brasileiro, para uma nova instituição recém criada, mas ainda muito longe de sua consolidação institucional, era a total falta de articulação da matriz institucional de tecnociência da/na região. A Missão mais óbvia, que teria a melhor recepção sem causar superposição, competição nem “ciúme institucional”, além de potencializar todo o imensurável potencial tecnocientífico da matriz institucional da região. “Viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, difusão, formação e políticas públicas”. Ao mudarem a missão original da instituição, sem discutir com todos aqueles que a conceberam e a propuseram, num processo que foi contextual, interativo e ético, a gestão do Insa, que assim procedeu, o fez com violência ontológica (à revelia da região), epistemológica (tripudiu sobre o conhecimento social, coletivo, mobilizado), metodológica (violou o método interativo que permitiu ao Grupo Focal gerar uma Missão que melhor respondia ao diagnóstico do principal problema histórico da matriz institucional do Semiárido Brasileiro) e axiológica (desmoralizou o conjunto de valores, princípios, interesses e compromissos expressados pelo Grupo Focal que trabalhou a partir do lugar-de-vida dos Povos do Semiárido Brasileiro). Eu afirmo que isso foi/é um “crime contra os Povos do Semiárido Brasileiro” (Entrevista em maio de 2023).

Cultura e Performance Organizacional in Company para o pessoal integrante do quadro do INSA”, com vigência 21/05/2020 a 20/05/2021 (DOU Edição 99, Seção 3, p. 5, de 26/05/2020). E em 2023, o novo contrato (Nº 2/2023 – UASG 240114), com vigência de 03/02/2023 a 03/02/2024, para “serviços de Capacitação de Servidores na Área de Gestão com Foco no Desenvolvimento de Habilidades nas Áreas de Confecção de *Roadmaps* de Gestão e de Plataforma de Gestão de Resultados Institucionais, além da revisão do PDU e TCG do INSA e aplicação e análise de pesquisa de clima organizacional para o INSA”. Neste último, Robson Crestani assina como Sócio Administrador (DOU, Seção 3, Nº 27, de 7 de fevereiro de 2023). Ambos os contratos por Inexigibilidade.

Quadro 17. Missão, visão e valores do Insa por período de gestão.

Período	Missão	Visão de Futuro	Valores Institucionais
Conforme a Lei 10.860 de 14/04/2004, que criou o Insa, sua finalidade é promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos pólos sócioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semi-árido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área do desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.			
Roberto Germano 2007-2011	Viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de <i>articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas</i> para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, <i>a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem.</i>	Até 2017, o Insa pretende ser reconhecido regional, nacional e intencionalmente <i>como o principal centro de pensamento do Semiárido brasileiro.</i>	Solidariedade social e institucional, interação, relevância científica, contexto como referência máxima, compromisso ético, talentos humanos cultura do semiárido.
Ignácio Salcedo 2012-2015	Viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de <i>pesquisa, formação, difusão e políticas</i> para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, <i>a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.</i>	<i>Ser um Instituto de referência</i> até 2030, <i>por meio de ações de articulação e de execução participativa de estudos e pesquisas</i> , que sejam relevantes para a construção de um semiárido social, econômico e ambientalmente sustentável, valorizando suas potencialidades e a sua contribuição para o desenvolvimento do País, fundados nos princípios democráticos, equidade social, da probidade e excelência na gestão administrativa pública.	
Salomão Medeiros 2016-2019	Viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de <i>pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas</i> para a convivência sustentável do Semiárido brasileiro, <i>a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região.</i>	<i>Ser um Instituto de referência</i> até 2030, <i>por meio de ações de articulação e de execução participativa de estudos e pesquisas</i> , que sejam relevantes para a construção de um semiárido social, econômico e ambientalmente sustentável, valorizando suas potencialidades e a sua contribuição para o desenvolvimento do País, fundados nos princípios democráticos, equidade social, da probidade e excelência na gestão administrativa pública.	
Mônica Tejo 2020-2024	<i>Ser agente de transformação promovendo inovação tecnológica e social</i> para o Semiárido brasileiro.	<i>Ser reconhecido</i> até 2030 como <i>Instituto de excelência em ciência, tecnologia e inovação por meio de ações de articulação</i> com o ecossistema para a construção de um Semiárido sustentável.	Inovação, valorização das pessoas, Impacto e Responsabilidade Social, Ética e transparência, Cooperação, Conhecer o Semiárido.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das informações da Lei de criação do Insa e dos PDUs (Grifos nossos).

O Interlocutor C, compartilhando da visão do ex-diretor Salomão Medeiros, ao falar sobre a gestão de Salcedo (2012-2015) disse: ele “não mudou a missão do Insa, colocou em prática, [tornando] um pouco mais pragmática, trazendo o povo para dentro”, referindo-se a abertura de diálogo com as organizações e movimentos sociais (MST e MPA), entendidos como representantes legítimos dos beneficiários das ações. Além de valorizar os/as agricultores/as familiares, comunidades e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos, fundo de pasto etc.). Na sua visão, o Insa “já nasce revolucionário porque defende democracia à terra, à água, aos meios de produção, à agroecologia” (Entrevista em maio de 2023). A visão deste Interlocutor é interessante, porém, considerando a trajetória do Insa, interpretamos mais como uma estratégia discursiva, que reforça a disputa de sentido à instituição, compartilhada por alguns atores sociais que jogam o jogo o jogo e aqueles interessados no campo. Consultando documentos e publicações desse período, observamos que essa aproximação com o referido público está expressa em imagens, relatos, iniciativas de cursos de formação, projetos de pesquisa com envolvimento das comunidades e projetos de difusão/popularização de conhecimentos. Também a ampliação de temas para além daqueles no âmbito das Ciências Agrárias, como Inovações Metodológicas para a “convergência da sabedoria popular e acadêmica”, Tecnologias Sociais, Educação Contextualizada, Economia Criativa, Cidadania, Participação Popular, Gênero, Cultura, entre outros. Asseguramos, no entanto, que havia a predominância dessa perspectiva de ser-pensar-fazer do Insa, mas não o consenso.

Destacam-se ainda nesse período, programas e projetos de compartilhamento de saberes, publicações como “relatórios popularizados”, exposições e eventos permanentes como a “Semana Nacional de Popularização da Ciência do Semiárido”, entre outras ações que privilegiaram a integração de diferentes áreas e temáticas (história, cinema, comunicação social, sociologia, serviço social, arte e mídia, educação, agronomia etc.) contextualizadas à região. A Convivência com o Semiárido é recorrente nos discursos e a interação entre saberes como transversais as áreas e projetos de pesquisa (básica e aplicada). Para citar alguns exemplos que parece expressar esse contexto: “Bioprospecção, conservação e avaliação dos recursos genéticos e bioquímicos do bioma Caatinga”, que parte do diálogo entre o conhecimento tradicional e científico; Revitalização da Palma Forrageira com a implantação de 26 campos de palma, uma experiência piloto, com uma metodologia que envolveu a participação de “produtores”; o projeto de “estudos socioeconômicos e ecológicos em unidades agrofamiliares, em transição agroecológicas”, nos estados do Semiárido, em uma parceria com a Asa-Brasil. São iniciativas que ainda carecem de estudos sociológicos. A realização de um seminário

intitulado “O Semiárido brasileiro na perspectiva de instituições e organizações não governamentais (Ongs)”, em abril de 2012, com a participação de profissionais de diversas áreas de conhecimento, marcava simbolicamente essa abertura de diálogo com diferentes públicos e áreas de conhecimento. Na dinâmica mais geral, identificamos diversas atividades com a presença de técnicos, estudantes (ensino médio e fundamental, universidades, institutos federais, faculdades — das redes pública e privada), gestores públicos, parlamentares, agricultores experimentadores, professores e pesquisadores etc. Assim, a gestão de Salcedo também vai se destacando e se fazendo politicamente.

O Plano de Gestão de Salomão Medeiros (2015-2019), apresentado ao Comitê de Busca, segue essa linha de pensamento, de tal forma que o título é “*Sinergia entre o conhecimento científico e popular para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro*”. No seu entendimento, considerando o espaço complexo da região, “soluções unificadas tendem a intensificar ainda mais as desigualdades regionais”. Algumas dimensões são citadas e analisadas: a social, a econômica e a ambiental. Ele reconhece a importância das instituições públicas e da sociedade civil e a necessidade de integrar ações e políticas para promoção do desenvolvimento regional e a CTI como indutoras. Reconhece também que mesmo o Insa tendo um quadro de pesquisadores (efetivos e bolsistas) com elevada qualificação, ainda é uma equipe pequena para enfrentar os desafios do Semiárido brasileiro. Diante da experiência da gestão anterior (2011-2015), que ele entende com “repercussões positivas” na forma de construir ciência, o Insa buscou atuar em todos os estados da região, integrando os diversos temas (Recursos Hídricos, Biodiversidade, Sistemas de Produção, além de Gestão da Informação e do Conhecimento, e Desertificação), pautando-se no que definiu de como um “modelo de gestão descentralizada e participativa, com foco nos resultados”, a partir da articulação com a academia, gestores, movimentos sociais.

Nessa mesma direção, Medeiros propôs uma gestão com um modelo de *pesquisa* “crítica, educadora e emancipadora com objetivo de transformar a realidade”. Participativa porque “traz consigo a possibilidade de unir o conhecimento científico e popular”, inclusiva, por “reconhecer as contribuições e as necessidades dos atores envolvidos”, orientado a superar os desafios da região na perspectiva da Convivência. Do ponto de vista *administrativo*, destacou três prioridades: gestão de pessoas, orçamento e gestão institucional. Estimular a capacitação, intercâmbio, ampliar o quadro de servidores, estimular o corpo funcional, criatividade, iniciativa e liderança, criação de um ambiente de trabalho estimulante e criativo. Além de equacionar recursos financeiros, manter, ajustar e avançar nas atividades considerando o contexto de incertezas econômicas no país. Dentre as suas propostas: incentivar as parcerias,

estimular as universidades para criação e adequação cursos de pós-graduação interdisciplinares contextualizados a região; fortalecer e ampliar as pesquisas no Insa nas áreas de sistema de produção, recursos hídricos, biodiversidade e desertificação. Consolidar e ampliar a difusão e compartilhamento de conhecimentos foi considerado estratégico. Por fim, no âmbito das *políticas públicas*, criar, mobilizar e estimular espaços de discussões com a participação de vários atores foi considerado essencial, tendo o fórum como espaço privilegiado. Como *visão de futuro*: “Ser um instituto de referência e reconhecido pela sociedade por seu caráter articulador e realizar pesquisas participativas, inclusivas e orientadas à solução de problemas e/ou desafios a partir da convivência com a semiaridez”.

Ao falar sobre como surgiu o interesse em concorrer ao cargo de diretor do Insa, Salomão Medeiros revela:

Nos governos do PT, pelo menos as informações que eu tenho, é que eles sempre privilegiavam o primeiro lugar. A lista [tríplice] é secreta, acho que é um coisa ruim. Poderia todo mundo saber quem são os três. Isso é um processo formal. Eu não tinha nenhum interesse em ser diretor do Insa, mas sempre tive o interesse que o Insa crescesse como instituição. E a minha intenção era que o Salcedo continuasse o trabalho que estava fazendo. Houve uma mobilização e ele disse que ia [concorrer], só que depois ele disse que não tinha interesse. Estava cansado. Eu confesso que eu não estava bem estimulado. O Salcedo disse um dia: você tem grande chance de ser diretor [...] pela sua experiência. [...] então eu acho que foi a única pessoa que me apoiou. [...] A gente fazia algumas reuniões para ter um alinhamento macro com participação de todo mundo. A estratégia era criar um grupo que tivesse uma visão do que o Insa deveria ser [...] (Entrevista em abril 2023).

No PDU (2016-2019) os temas Segurança Alimentar, Segurança Forrageira e, principalmente, Segurança Hídrica, são apontados como desafios para o Semiárido, “elevando a dependência dessa região em relação aos programas sociais”, mas admite que tais programas articulados a interiorização do ensino superior e da pesquisa, a produção de energias renováveis (pelo potencial natural do Semiárido — sol e vento), demonstram mudanças significativas na região, tanto “na qualidade de vida da população, tanto no município onde esses empreendimentos se instalam”. Outrossim, para viabilizar as atividades deste PDU, elencou pressupostos como a realização de concurso público, o aumento do número de bolsas PCI. E em 2017, já sinalizava a negociação junto ao MCTI para dispor as vagas essenciais no sentido de recompor e ampliar a equipe (Insa, 2016, p. 17). O referido PDU também estava fundamentado no seguinte entendimento:

a CT&I como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, buscando reduzir a defasagem tecnológica, bem como estimular a economia verde e criativa, contribuir para a afirmação do Semiárido brasileiro como região com forte expressão no

desenvolvimento nacional e na inserção internacional e soberana do Brasil nos diferentes mercados (Insa, 2016, p.17).

Nas ações de CTI do Insa para esse período constam: combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas, visando a realização de mapeamento e monitoramento; sistemas de produção, voltados as atividades agropecuárias; biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas, para conhecimento e melhoramento de espécies vegetais para promover preservação e conservação; recursos hídricos, direcionado a aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias focalizadas em atividades urbanas, agrícolas e industriais. E como ação estruturante, a realização de uma conferência nacional e a implantação do fórum de CTI. Anuncia na conclusão do documento, que a “visão institucional do Insa remete a construção coletiva de um futuro desejável”. Para isso, sua atuação deveria compreender a articulação sistemática, a produção sustentável e a inovação manifestada a partir do diálogo entre CT e educação e as demandas da sociedade. Movimento que deveria considerar as dimensões “humana, social, cultural, ecológica e ética” (Insa, 2016, p. 29). A leitura que o documento traz sobre o Semiárido, apesar de não ser nova, evidencia elementos atuais a exemplo das energias renováveis, mas não estava precisa a forma como o Insa estava discutindo ou discutiria internamente essas questões, articuladas as suas ações de CTI, na perspectiva de um desenvolvimento nacional com base regional.

Examinando o PDU atual (2020-2024), da gestão de Mônica Tejo, percebemos que o documento toma como referência a Lei de criação do Insa (10.860/2004) e o Regimento Interno (Portaria MCT nº 896/2006), buscando, segundo seus formuladores, “reafirmar os conceitos fundamentais deste Instituto de pesquisa, e orientar a atuação dos colaboradores e parceiros [...] em busca da excelência para um futuro sustentável e inovador do Semiárido brasileiro” (Insa, 2016, p. 06). Portanto, partiram do entendimento de que o Insa tem a finalidade de “promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos pólos sócioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semi-árido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área do desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região” (Lei nº 10.860/2004).

Com este PDU, fruto de um novo planejamento estratégico (2020-2030), o Insa passou a atuar com base no que seus elaboradores chamam de “verticais de impacto na sociedade” ou “verticais de sustentação” que visa “alcançar e implementar ações capazes de beneficiar e impactar a população do Semiárido de forma legítima, dinâmica e sustentável, contribuindo

para o desenvolvimento”, na perspectiva da “convivência sustentável com o Semiárido”. A partir daí, as áreas de atuação foram “ampliadas” (

Quadro 18). Como qualquer planejamento, alinhou-se ao PPA do Governo Federal, na ocasião presidido por Jair Bolsonaro (PL), por conseguinte, as prioridades estratégicas do MCTI (Portaria nº 1.122/2020), e seguiu a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC)¹¹⁷ (Insa, 2020, p. 05-09).

Quadro 18. Verticais de Impacto e Temáticas/Áreas de atuação do Insa.

Verticais de Impacto	Descrição	Temas/Áreas de atuação
I. Sustentabilidade no Semiárido	Tecnologias voltadas a sustentabilidade do Semiárido brasileiro, aos problemas de eliminação da pobreza, alinhado à segurança hídrica, energética e alimentar, saúde, habitação e o processo de inovação;	1. Ciência e Tecnologia de Alimentos – ampliar os investimentos em PD&I agropecuária para fomentar e sustentar a capacidade produtiva e disponibilidade de alimentos seguros e de qualidade; 2. Biodiversidade – expandir o conhecimento científico dos ecossistemas do Semiárido brasileiro e da biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e a inovação para proteção ambiental e a agregação de valor aos bens e serviços provenientes deste recurso natural, além de, preservar e fomentar o uso sustentável da biodiversidade brasileira;
II. Impacto Social no Semiárido	Tecnologias voltadas a transformação e desenvolvimento socioeconômico do Semiárido brasileiro através da transferência de tecnologia;	3. Desertificação – gerar informações sistematizadas mediante ampliação e consolidação da base técnico-científica de pesquisa, inovação tecnológica e monitoramento dos processos de desertificação e recuperação de áreas degradadas, que contribuam para subsidiar políticas públicas e estratégias de conservação e uso racional dos recursos naturais da região semiárida;
III. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Semiárido	Pesquisa científica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental e inovação tecnológica para o Semiárido brasileiro;	4. Energia – fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas de energia, visando fortalecer a competitividade e aumentar a diversificação da matriz energética, garantindo segurança e eficiência energética; 5. Gestão da Informação e popularização do conhecimento – promover a formação, capacitação e fixação de pessoas para contribuir com o desenvolvimento humano no Semiárido brasileiro, bem como a melhoria do acesso à informação e apropriação social do conhecimento pela população da região;
IV. Políticas Públicas para o Semiárido	Apoio efetivo na implementação de políticas públicas formuladas para o Semiárido brasileiro;	6. Recursos Hídricos – ampliar a capacidade de resposta do Semiárido brasileiro a vulnerabilidade hídrica, através da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, quanto ao aproveitamento de águas de chuvas, salinas e residuárias visando atendimento às atividades urbana, agrícola e industrial;
V. Construção do Conhecimento no Semiárido	Desenvolvimento da capacidade das pessoas para aplicar a PD&I para geração de impacto social no Semiárido brasileiro.	7. Sistemas de Produção Animal – realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico para geração de conhecimento voltado ao fortalecimento das atividades agropecuárias do

¹¹⁷ *Balanced Scorecard* (Indicadores Balanceados de Desempenho) “modelo de gestão estratégica [...], uma ferramenta de mensuração de desempenho que traduz a visão da empresa em um conjunto coerente de medidas, [...] permite gerenciar os resultados corporativos” https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-que-significa-o-conceito-de-balanced-scorecard/#Entenda_o_conceito_de_Balanced_Scorecard

Verticais de Impacto	Descrição	Temas/Áreas de atuação
		Semiárido brasileiro, por meio de ações que visam promover a conservação, preservação e uso sustentável de espécies animais nativas do Semiárido brasileiro; 8. Sistemas de Produção Vegetal – promover pesquisa e desenvolvimento tecnológico para geração de conhecimento voltado ao melhoramento de plantas biotecnologia, fertilidade de solos, proteção de plantas, agroenergia e engenharia de irrigação do Semiárido brasileiro, com vistas à competitividade e sustentabilidade ambiental; 9. Solos e Mineralogia – caracterizar os atributos mineralógicos de solos do semiárido, busca-se contribuir com o fornecimento de informações químicas e mineralógicas dos solos de referência do Semiárido brasileiro; 10. Inovação – estimular e consolidar práticas e processos de Inovação do Instituto para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e científico do Semiárido, por meio do desenvolvimento de produtos, processos, serviços e transferências de tecnologias nas suas áreas de atuação estratégicas.

Fonte: Insa, 2020, p. 17-18.

Quanto aos projetos estruturantes, constam 1) “Gestão 4.0”, dentro do programa “Transforma Insa”, visando aprimorar a gestão e expandir a “performance dos colaboradores”; 2) “Conecta Semiárido”, voltado ao fortalecimento da relação do Instituto com a sociedade e as instituições; 3) “Inova Insa” que busca fortalecer a cultura de inovação no Insa; e 4) “Cultura e Performance Institucional”, focado no fortalecimento do clima organizacional e o desempenho institucional. Por fim, o documento, no tópico sobre “Processo de atualização e execução do PDU”, faz considerações em relação aos Planos anteriores, observando ajustes e atualizações do período 2008-2011 para o período 2011-2015, “com uma visão mais progressista”, onde a CT está à serviço da sociedade, subentendendo a continuidade deste último no intervalo 2016-2019. Assim, informa que o Plano atual considerou a “identificação junto aos atores do ecossistema de desenvolvimento da região e interessados em participar da construção de um futuro sustentável, inovador, empreendedor e promissor do Semiárido, diversas perspectivas de impactos e limitações do Instituto, o que por sua vez proporcionou uma visão de prováveis horizontes [...]” (Insa, 2016, p.35).

Depois da entrega do primeiro planejamento estratégico, em 2008, José de Souza (Embrapa-Algodão) e Antônio Guedes (CGEE), que foram do Grupo Gestor, revelaram nunca terem sido convidados a colaborar com debates para os “ajustes” ou a elaboração do novo planejamento estratégico realizado em 2020, que alterou a missão institucional. Guedes diz que isso não é uma regra, mas esse acompanhamento é importante e chegou a acontecer em outros institutos do MCTI, que realizaram seus planejamentos na mesma época do Insa, dos quais ele

também foi responsável. Diante do exposto como alcançar o “fortalecimento institucional” e a “excelência”?

4.2 O Insa não nasceu empoderado

Para o ex-ministro Sérgio Rezende, que teve papel fundamental no processo de organização e consolidação do Insa entre 2005 e 2010, o Instituto foi criado no contexto de debates sobre as desigualdades regionais, nesse horizonte de que “as questões do semiárido são importantes, difíceis, e que era preciso ter um Instituto voltado para o Semiárido, da mesma forma que já tinham dois voltados para à Amazônia”. Acrescentou que as demandas do semiárido são interdisciplinares em diversos aspectos, por esta razão é “preciso ter ecólogos, biólogos, matemáticos completos, sociólogos, para entender as questões e achar soluções e contribuir para que a sociedade utilize essas soluções desenvolvidas”, e a parceria com as Universidades e outras entidades é necessária. Observou que, quando ministro, o Inpa — criado em 1952 —, por exemplo, tinha um acúmulo de conhecimento sobre a Amazônia em vários aspectos, com os melhores pesquisadores, mas havia pouca articulação com as Universidades daquela região. “Hoje eu não sei. Até porque as universidades da Amazônia se desenvolveram mais tarde” (Entrevista em novembro de 2023). Por outro lado, o ex-diretor Roberto Germano entende que:

o Semiárido nunca esteve como pauta política-administrativa dentro do nosso cenário nacional. A gente sempre achou que nossas forças políticas pouco defendiam, digamos assim, do ponto de vista de foco, como é na região Amazônica, políticos têm isso como símbolo, lutam por isso [...]. Mas isso nós não tínhamos com relação ao semiárido. [...] Por que na verdade o Semiárido se caracteriza pelo quê? pelo bioma característico e único do mundo, que é o bioma da Caatinga. Na esfera federal o bioma mais importante do ponto de vista político sempre foi o bioma Amazônico. Longe de nós imaginarmos que essa defesa aconteceria para o Semiárido, embora a gente tenha o Semiárido representado pela [...] Embrapa Semiárido. Mas o que estou dizendo é que as forças políticas nossa nunca trabalharam com vigor como trabalham as forças políticas com relação ao bioma amazônico. [...] E quando foi em 2010 estava marcada a terceira ou é a quarta conferência de ciência e tecnologia, acho que é a quarta. Nós incorporamos na conferência nacional de ciência e tecnologia a questão da temática do Semiárido brasileiro como área estratégica para o desenvolvimento nacional. Essa eu considero uma das maiores obras que nós fizemos [...] (Entrevista em abril de 2023).

Para Rezende, em 2004, quando o Insa é cancelado, “já tínhamos na região várias universidades federais e estaduais com muito conhecimento sobre as questões do Nordeste, do Semiárido em particular”. Reconhece a importância da “vivência da população nativa porque

tem o conhecimento prático. Agora, o papel delas é limitado porque não têm um conhecimento científico e a ciência se desenvolveu muito nos últimos 50 anos”. Faz-se necessário muitas vezes um conhecimento científico aprofundado, a exemplo dos estudos sobre a genética e melhoramento de plantas e animais, que aumentam a produtividade e a qualidade etc. Uma instituição em CT no Semiárido nordestino era inevitável, e estava dentro de um debate sobre a melhoria da distribuição geográfica da ciência no Brasil, portanto, a desigualdade regional é mais um ponto de consenso. Todavia, para o Interlocutor A, “o Insa foi criado como instituição, mas não geraram os elementos, um quadro mínimo de pessoas que possa fazer um debate científico” no âmbito da região semiárida (Entrevista em agosto de 2021), e essa é a visão dos demais Interlocutores que atuam nas áreas da pesquisa e da administração do Instituto. Assim, a insuficiência de pessoal é considerada uma das dificuldades de cumprimento da missão institucional, bem como daquelas propostas formalizadas no primeiro planejamento estratégico (2008-2011). Rezende reconhece que o quadro de pesquisadores do Insa é pequeno. Ao mesmo tempo declara que havia um entendimento certo: “o Insa não deveria ser autossuficiente, pelo contrário, deveria trabalhar em rede, articulado com as universidades, oferecendo aportes que são mais difíceis para elas”, a exemplo de equipamentos sofisticados de laboratórios (Entrevista em novembro de 2022).

Olhando para a trajetória do Instituto, o pensamento do Sr. Manoel Dantas Vilar Filho (Manelito) — presidente do Comitê de Implantação, indicado pelo ex-ministro Eduardo Campos (PSB) — era completamente diferente. Ele resistia a ampliação do quadro de pessoal, ao diálogo com as universidades e com “pesquisadores doutores”, pois considerava-os ‘desnecessários’ à finalidade para a qual o Insa teria: “espalhar a Fazenda Carnaúba para o Nordeste seco todinho”. Tampouco era a visão, na sua totalidade, do ex-ministro Roberto Amaral e do ex-secretário da Secis, Jocelino Menezes, que partiram da concepção de uma instituição mais “moderna”, com escritórios virtuais, e dedicada exclusivamente as funções de articulação e comunicação, no âmbito da gestão da CT na região. Nestes dois períodos, o Insa não teria a função de pesquisa. Há um esforço do MCTI para dar materialidade a ideia de uma UP como as demais, a partir de 2007, quando o ministro era Sérgio Rezende. O que não apareceu durante a pesquisa, exceto para Menezes, conseqüentemente Amaral, foi a afirmação de que o Insa seria uma UP com finalidade diferente das demais. E talvez o momento que mais se aproximou dessa possibilidade de debate tenha sido na construção do primeiro planejamento estratégico, quando os participantes desse processo, incluindo aqueles atuantes na área de CT, reforçaram a carência de uma instituição na região com papel de articular e agregar os diversos atores sociais e os conhecimentos e práticas dispersas, como percebido em documentos e

entrevistas. O que se aproximava da demanda dos movimentos sociais apresentada ao Governo Federal em 2001, já registrada no capítulo 2. Essas oscilações quanto a definição do papel do Insa não se encerra aí; o efeito disso foram as sucessivas modificações da missão institucional.

Reforçando os relatos da maioria dos entrevistados sobre o período de implantação do Insa (2004-2007), o Interlocutor A, afirmou:

Manelito não entendia que [o Insa] era de ciência não viu! Pelo que ele começou a construir era mais um instituto de extensão rural. Pelas práticas e pelo corpo técnico que ele montou achava que o Insa não era para ser um Instituto de ciência. E não precisava de doutor. Inclusive o Insa hoje tem uma estrutura precária em termos de organograma, de cargos comissionados porque ele devolveu todos. Ele só queria dois. Devolveu todos. Disse que não precisava daquilo não. E hoje o Insa padece. Por exemplo, dificilmente a gente vai ter um bom coordenador de pesquisa de fora da Paraíba. Por quê? Porque o DAS [cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior] é pequeno, não compensa sair do estado de Pernambuco, alugar uma casa e custear suas despesas fora do seu domicílio. A não ser que você venha com a família toda. Até o próprio coordenador de administração. Se bem que o coordenador de administração eu sou a favor que seja do quadro, mas tem esses impeditivos (Interlocutor A, agosto de 2021).

Concordando com este Interlocutor A, sobre essa dificuldade para atrair pessoas de outras regiões e instituições do Nordeste e do país, interessadas em concorrer à diretoria do Insa, outros Interlocutores da pesquisa citam a insuficiência de auxílios seja financeiro/salarial ou de moradia/mensal¹¹⁸. Numa visão oposta a esta, o Interlocutor D, diz: “pelo contrário, o Insa é o mais concorrido, o que mais tem candidato, variando entre nove, dez, e não vejo isso em outros Institutos de Pesquisas”, então se for pela quantidade, o Insa atrai o interesse de candidatos (Entrevista em maio de 2023). Mas há outra leitura que impera, indo na mesma linha de pensamento do Interlocutor G: fica sujeita a “capacidade de articulação política junto ao Governo, de quem tem um aparato político mais forte. Eu acho que isso tem contado bastante”. Referindo-se ao peso que isso tem na hora da decisão de se candidatar, avaliar quais possíveis apoios de grupos (universidades, sociedade civil, movimentos sociais, e de partidos políticos) e da habilidade pessoal de criar tais condições políticas para competir a vaga, o que teria, por conseguinte, um “peso político no momento da indicação pelo MCTI” (Entrevista realizada em maio de 2023). Há relatos de formação de grupos alinhados politicamente, em que mais de uma

¹¹⁸ No caso do Dirigente do Insa, além do DAS, tem direito ao auxílio moradia mediante ressarcimento, desde que não resida na cidade onde exercerá o cargo em comissão ou função de confiança. Conforme Lei 11.355 de 19/10/2004, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111355.htm e o que determina o Art. 157 desta Lei - A Seção I do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), passa a vigorar acrescida da seguinte Subseção: “Subseção IV, Do Auxílio-Moradia.

pessoa se candidata, e a que entrar estaria representando tal alinhamento (Interlocutores A, E, F, maio de 2023).

Ao falar sobre a predominância de candidatos/as a dirigente do Insa advindos de instituições da Paraíba, o ex-diretor Roberto Germano expôs:

Eu acho que é parte ainda daquele confundimento que existe, como se ele [o Insa] fosse uma instituição local, e não regional. O primeiro concurso, primeiro comitê de busca foi a que deu a volta ao número de candidatos. Depois disso, vem se reduzindo um pouco. Mas eu acho que talvez o Instituto traga pouca atratividade para uma pessoa vir de fora. O que é um equívoco. Não era para ser assim. Porque tem gente daqui doído para correr pra Brasília para ocupar cargos do Governo federal, quando você tem um cargo de renome dentro da sua própria região. Só que esse cargo é técnico, até porque a busca que é feita é pela capacidade técnica. Então, infelizmente parece que o povo se sente muito atraído pelo poder de ir para Brasília e nós perdemos um pouco da representatividade dos cargos dentro do [Insa]. Hoje, até para formar a equipe da base administrativa tem dificuldade de trazer determinadas pessoas com uma boa capacidade ou um bom suporte para ajudar na gestão. É uma questão mais de estrutura, organização do Ministério; antes o pesquisador de alto padrão tinha resguardado de todos os seus benefícios financeiros no órgão de origem. Hoje não. Se você trazer um professor universitário, ele vai perder a dedicação exclusiva. Você começa a ter dificuldades para criar e formar uma boa equipe. Foi um pouco de perda de visibilidade que a gente deixou de ter ao longo da história do Instituto (Entrevista em março de 2023).

Uma questão que merece atenção e que foi recorrente durante a pesquisa são os vários relatos de formação de grupos alinhados, em que mais de uma pessoa concorre, e a que entrar estaria representando uma dada posição política. Principalmente para os Interlocutores A, E, F, não se trata de um caso “isolado” no Insa, pelo contrário, tem sido uma prática comum (Entrevistas em maio de 2023). Ficam algumas questões importantes para futuras investigações: em que medida, em termos quantitativos, essa “alta concorrência” no Insa, em relação as eleições para dirigentes de outros institutos do MCTI, reflete a estratégia de grupos alinhados? Qual o perfil desses candidatos? Como a comunidade de pesquisa da região semiárida avalia o Insa? Ainda que a concorrência no seio da comunidade de pesquisa paraibana seja maior, pressupõe a ampliação no plano regional. Fora o aspecto financeiro, haveria outras razões em termos de diminuição de concorrência de cientistas/pesquisadores de outros estados e regiões? Como os próprios pesquisadores do Insa avaliam a possibilidade de candidaturas de seus pares?

Não é excesso lembrar que Roberto Amaral e Jocelino Menezes — ambos do PSB até 2014 —, Sérgio Rezende (PSB), Ariano Suassuna, e o próprio Manelito, possuíam algo em comum: vínculo com ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (PSB), fundador o PSB, em 1990¹¹⁹, do qual também foi presidente. Ele é avô de Eduardo Campos (PSB), ex-ministro

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.psbrs.com.br/portal/noticias.php?n=4682> Acesso em: 28 jan. 2024.

do MCTI que antecedeu Rezende. Arraes tinha sensibilidade, admiração e a percepção de que a ciência é fundamental “para o avanço em muitas áreas” do desenvolvimento, o “que não é comum entre os políticos”, reiterou Rezende. Como vimos no capítulo 1, quando tratamos da expansão e interiorização da CT, é interessante perceber o pioneirismo de Pernambuco nessa área em relação aos demais estados do Nordeste, e não por causalidade foi na gestão de Arraes, da qual Sérgio Rezende fez parte e colaborou com esse processo. Rezende também contribuiu com a concepção da PCT no Governo Lula, ocupando cargos importantes (Finep, até 2005, e depois o terceiro ministro do MCTI, até 2010). Daí ele ser um ator central para entender a busca de alinhamento do Insa como instituição de pesquisa, quando o referido Ministério estava sob seu comando. Quanto a possíveis desafios políticos que enfrentaria particularmente no contexto paraibano, não era uma novidade. Assim, “só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’” (Bourdieu, 2004, p. 23-24).

Mas, questionamos: por que não houve reações públicas da comunidade científica e da sociedade em geral, ao saber que a primeira Unidade de Pesquisa (UP) do MCTI no Nordeste, dedicado ao Semiárido, sugerido pela Comissão Tundisi em 2001, estava sendo implantado por um pecuarista e proprietário de fazenda? Até que ponto podemos afirmar que o Insa foi capturado, de forma parcial ou total, por uma elite política e rural local e regional? As disputas de atores sociais de diversos setores da sociedade, com seus interesses e ideias distintas em torno do desenvolvimento do Semiárido, fazem parte da constituição do Insa, e apesar disso se manifestar mesmo antes do momento da sua implantação, a nomeação do pecuarista Manelito 2004 é muito simbólica, saltando aos olhos a força do campo político. O Insa, enquanto campo de disputas e de lutas, se configura como uma instituição heterônoma, pois “a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente” Bourdieu (2004, p. 22), contrariamente ao que ocorre com o campo autônomo que se caracteriza pelo seu poder de romper ou retraduzir interferências externas contrárias as normas do campo científico.

Sintomaticamente, há uma preocupação constante entre os Interlocutores, que gera incertezas: “o Insa vai flutuar em função do gestor de plantão” ou “a coisa caminha de acordo com o gestor”. O Interlocutor H, reforçou: “E isso é desde sempre. Não é de agora, não é na gestão passada, é desde sempre. [...] Quando muda a gestão, então mudam os rumos, às vezes para melhor, mas às vezes não. Fico naquela aflição de nova gestão, porque a gente não sabe o que vai acontecer. Isso preocupa muito a gente” (Entrevista em maio de 2023). Essas mudanças

são notadas na missão institucional; excetuando a primeira gestão, quando a missão foi construída, as duas seguintes fizeram “ajustes” e a atual gestão promoveu uma alteração significativa, como mostramos no tópico anterior. O referido Interlocutor, completa: “o que a gente mais tem aqui é exemplo de um diretor desmanchando o que o outro faz”. Para ele, a inexistência de uma “política interna”, com projetos bem estruturados capazes de dar respostas concretas à sociedade, parece ser um caminho para que as coisas fluam independente do gestor. Ainda em torno desse tema, a Embrapa Semiárido e a Embrapa Algodão foram citadas pela metade dos Interlocutores como bons exemplos, no sentido de que ambas possuem focos de atuação, e dizem ainda “faltar ao Insa” que possui um leque amplo de atuação. Nessa direção, o Interlocutor H afirma que caso deixe muito aberto, pode correr o risco de “não fazer nada bem feito” (Entrevista em maio de 2023). Essas constatações, no entanto, até o momento não geraram internamente debates coletivos.

Perguntamos sobre o que seria importante os pesquisadores do Insa agregarem as suas competências para concorrerem ao cargo de direção. O Interlocutor G que

primeiro a gente precisa ter clareza do que é a instituição, conhecer a instituição no seu conjunto e qual a sua missão desde a lei da criação. Eu acho que é justamente essa maturidade que a gente vem tendo. Outra, cada um de nós se quiser concorrer vai ter que ter um ambiente externo, um ambiente que eu falo de apoio, de reconhecimento institucional externo e interno também, muito forte, para poder concorrer. E a outra é infelizmente ou felizmente, ter um apoio político, porque a gente tem notado, não só aqui, mas nas outras instituições que no finalzinho de tudo, naquela lista tríplice que chega lá em Brasília, termina se tomando mais decisões políticas ou um determinado candidato, do que a decisão técnica, do que ele propôs na sua candidatura. Aí eu não sei se isso é bom ou ruim para o Insa ou para as instituições. As experiências que a gente tem visto aqui, principalmente fora, é que parece não ter sido boas essas decisões tão políticas no finalzinho de tudo. Se é para colocar, então é melhor colocar direto como ocorreu no passado aí recente, gente que tinha ficado em 4º, 5º lugar num concurso, numa reitoria, terminava em primeiro por uma decisão política, então quer dizer, cadê o processo democrático, quando tinha outras pessoas talvez com uma competência maior ou dentro dos critérios estabelecidos. Conseguiram lograr o êxito dentro do critério, mas não no critério político (Entrevista em maio de 2023).

Sem dúvida, essa relação entre os critérios técnicos-científicos e políticos é um ponto central, de modo que se faz necessário entender como esses eixos se estruturam e como os agentes estão situados a partir de seus discursos em um ou outro eixo. No Insa ou qualquer UP do MCTI, os dirigentes podem ser do quadro permanente ou pessoas externas, desde que atendam aos critérios técnico-científicos para ocupar o cargo (conhecimento e experiência nas áreas de atuação do Instituto, experiência gerencial e capacidade de liderança, visibilidade na comunidade científica, visão de futuro para expansão da CT, entre outros). Pelo que observamos nas menções positivas a Embrapa (unidades Semiárido e Algodão) feitas pelos Interlocutores,

além de se referirem ao “foco” explícito de atuação, não gerando qualquer dúvida para a sociedade sobre o seu papel, outro aspecto é que os cargos para a presidência somente são exercidos por servidores da própria empresa. Evidentemente que a Embrapa tem uma história desde a sua concepção muito distinta a do Insa. Como já abordamos, para o MCTI, a criação dos Comitês de Busca foi um avanço importante enquanto mecanismo para enfrentar as interferências políticas antes recorrentes em outros institutos (cargos ocupados por indicações políticas), o que não significa a anulação das lutas entre atores sociais nesse espaço. Seria ingenuidade afirmar que há total neutralidade no campo científico.

Neste momento da pesquisa não foi possível comparar os editais de seleção do Insa com os de outros institutos do Ministério, nem situar melhor como as redes entre atores sociais do campo ou interessados nele, se constituem ou se constituíram nesses processos. Em princípio, os selecionados pelo Comitê de Busca que compõe a lista tríplice estão aptos do ponto de vista técnico-científico e, pela regra oficial, não é obrigatória a nomeação/indicação do primeiro da lista. Na avaliação do Interlocutor A, mesmo que a competência seja avaliada “quem define é a política. Nem mesmo nós [pesquisadores] participamos do processo de busca. Isso aconteceu apenas uma vez porque fizemos uma carta ao Ministério. Entram pessoas que nem mesmo visitaram o Insa ou conhece o sistema do MCTI” (Entrevista em maio de 2023). Bourdieu (2004, p. 22) nos ajuda a entender que a ‘politização’ de um campo não é um sinal de “grande autonomia”. E um dos maiores desafios para alcançar a autonomia (mesmo que relativa) é que “pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas científicas, possam sempre intervir em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas”.

A fala do Interlocutor G é interessante também para pensar alguns pontos: “clareza” mais recente sobre a missão do Insa, associando isso a “maturidade que a gente vem tendo”, nos parece mais um discurso de incorporação e envolvimento com um modelo específico de gestão, do que necessariamente uma mudança feita a partir e pelo coletivo de pesquisadores. E aqui vale lembrar que a maior parte dos Interlocutores afirmaram não ter participado do novo planejamento estratégico que definiu a missão atual, portanto, essa é uma questão com debate em aberto. Um segundo ponto, é que até o momento apenas dois pesquisadores efetivos do Insa concorreram ao cargo, um deles selecionado/indicado e não conseguiu ser reconduzido. O discurso que prevalece internamente confere sempre o maior peso ao campo político e, neste caso, o campo científico estaria a ele submetido. Aparentemente isso desestimula a participação de uma parte dos pesquisadores nas seleções.

De todo modo, isso não elimina as articulações internas e externas, algo já praticado no Insa, para influenciar ou determinar candidaturas que representem os interesses de determinados atores sociais do campo. Até que ponto estes atores estão diretos e indiretamente implicados nesse movimento político? Do ponto de vista externo, o que as evidências sinalizam na trajetória do Insa são diferenças de mudança de rumo da instituição inclusive durante o mesmo Governo, e tudo indica que o perfil do ministro teve (total ou parcial) influência. Por exemplo, os ex-ministros do MCTI dos Governos Lula foram todos do PSB; Eduardo Campos possuía forte capital político, e na sua gestão o pecuarista Manelito foi indicado para implantar o Insa. Já Sérgio Rezende, apesar de transitar no campo político, possui forte capital científico. Justamente com ele, o olhar sobre o Insa partiu de estratégias mais ao campo científico, a começar pela formação do Comitê de Busca que selecionou o primeiro diretor. Ao fazer essa relação não desconsideramos as possíveis contradições que marcam tal trajetória.

Gostaríamos de retomar essa questão da missão atual do Insa e o fato dela não ser compartilhada pela maioria dos pesquisadores. O ex-coordenador do GT do primeiro planejamento estratégico do Instituto, José de Souza, disse:

Os indivíduos, como indivíduos, não podem contribuir ao fortalecimento da identidade institucional. A menos que, como equipe, participem da construção ou reorientação do modo de inovação (modo de interpretação + modo de intervenção) da instituição. Somente assim a maioria compartilha o mesmo marco de referência que lhes permite contribuir à consolidação e fortalecimento da identidade institucional, mesmo quando estiverem atuando individualmente. Por exemplo, hoje os indivíduos do Insa não contribuem ao fortalecimento da identidade do Instituto. Ao contrário, sem um marco de referência de cuja concepção tenham participado, como no primeiro Planejamento Estratégico, [...] os atuais indivíduos pensam e atuam de forma fragmentada, às vezes contraditórias, erodindo a identidade da instituição, que ainda estava em processo de consolidação, quando recentemente “rasgaram a carta de navegação” original e unilateralmente, autoritariamente, incoerentemente e de forma despolitizada redefiniram a Missão do Instituto, de forma tão ambígua e sem sentido que lhe permite fazer qualquer coisa, sempre descolada da realidade do Semiárido Brasileiro e em traição à função de Articulação, a principal que justificava a existência e aceitação do Insa na matriz institucional da região [...] (Entrevista em maio de 2023).

Para o ex-pesquisador do Insa e que também foi diretor, Salomão Medeiros, uma vez selecionado e indicado o que o dirigente faz é dar “prioridade” as áreas consideradas estratégicas. Ele disse: “como foi o nosso caso, que tentamos imprimir a questão da água devido a transversalidade do tema”. E dá um exemplo: “todo mundo sabe qual é a função do Inpa: clima e monitoramento, seja climático, de vegetação. Entra diretor, sai diretor e ninguém vai tirar essa característica dela. Mas entra diretor e diz que em vez de privilegiar área climática, vai privilegiar o monitoramento da Amazônia. Dá mais ênfase, entendeu! Mas não foge dos temas centrais. No Insa não temos isso” (Entrevista em abril de 2023). Sem entrar no mérito de

qual(is) área(s) o Insa deveria priorizar na sua gestão ou em outras, que é um tema de conflitos internos, a visão sobre ‘falta de foco’ é compartilhada por Medeiros, pelo Interlocutor H acima citado, e por outros pesquisadores. Na recomendação do Relatório Tundisi a nova UP para o Semiárido atuaria em dois temas: Recursos Hídricos e Biodiversidade da Caatinga. Do primeiro PDU (2008-2011) para cá, considerando os “ajustes” e a recente “mudança”, as áreas de atuação do Insa passaram para dez, porém com um quadro reduzido de sete pesquisadores e o registro de perdas de especialistas que atuavam em áreas específicas como a de Recursos Hídricos. Por enquanto, sem perspectiva de ampliação desse quadro, dado que o Insa perdeu o prazo estipulado pelo Governo Federal para publicação do edital do concurso previsto para 2023/2024.

Para o Interlocutor A, o dirigente que “chega e diz que vai criar uma nova área, mesmo sem ter pesquisador [efetivo] que possa dar continuidade a esse trabalho”, é um problema. Tomando como exemplo a área das energias renováveis, o interlocutor E, diz que a questão não é a área em si, pois ela já estava prevista no primeiro planejamento estratégico, e questiona: “como é que a gente pode entrar nessa seara se a gente não tem pessoal qualificado para isso? A não ser que seja no sentido de captar recursos”. O Interlocutor B complementa dizendo que a captação de recursos é muito bem-vinda, “mas é necessário refletir também sobre as desvantagens, porque não é só o dinheiro”. Avaliando esses aspectos, o Interlocutor F, desabafou: “Nós não temos a rotina de sentar e conversar sobre ciência e tecnologia. [...] quando [os pesquisadores] disserem não, a direção não pode fazer isso porque nós não queremos, porque nós somos Insa. Você está no Insa. Nós somos Insa, nós somos MCTI”, referindo-se a dirigentes externos. Outro assunto citado entre os Interlocutores foi sobre conciliar ao mesmo tempo o exercício da gestão com o de pesquisador. Seja um dirigente oriundo do Instituto ou de outra instituição, o entendimento é de que estes passam a acessar informações privilegiadas, e que isso também tem suas implicações. Nessa direção, o Interlocutor B, referindo-se especificamente no caso de ser um servidor da casa, levanta um questionamento: até que ponto haverá “isenção” e se “consegue blindar os exageros de favorecer demais a própria área de atuação?”. Para eles, um corpo técnico forte, coeso, com um entendimento sobre o que o Instituto deve priorizar, faria esse enfrentamento no sentido de definir e fortalecer as áreas prioritárias, e não permitir que um dirigente faça prevalecer seus interesses. Isso dialoga com a ideia de “massa crítica”, termo que aparecerá bastante nas entrevistas (Entrevistas em maio de 2023).

O Interlocutor G, reconhece que um dirigente quando privilegia uma área de atuação do seu interesse, em detrimento de outras, “termina ficando uma instituição por gestão”. E isso limita a articulação do Insa com outros atores institucionais, demonstrando visão estreita sobre a região e o Instituto. Para ele, as experiências vivenciadas no Insa “não tem sido boas” nesse sentido. Já o Interlocutor C, parte de uma percepção parecida e observa a tentativa de abrangência de atuação do Insa, mas reconhece “uma fragilidade institucional porque há espaço para que um dirigente aponte caminhos que pessoalmente considere importante para o Instituto, e para dar visibilidade e atenção a sua área de atuação”. Assim, pecuária, solos, recursos hídricos e, atualmente, empreendedorismo — mas também ciência e tecnologia de alimentos — foram e vão caracterizando o Insa nos discursos e ações em cada período de gestão (Interlocutores A, C, H, E, B, F, I e D). Ao perguntamos sobre o porquê isso acontece, a maioria remeteu a ausência do que chamaram de “massa crítica” no Instituto (Entrevistas em fevereiro de 2021 e maio/junho de 2023).

Segundo eles, “massa crítica” pode ser entendido também como “espírito coletivo”, um grupo de pesquisadores coeso, com uma posição de observação sobre os rumos — interno e externamente — que a diretoria toma, se está sendo dialogado, e não “ficar sujeito” ou “ficar à mercê” de um dirigente ou de seu pequeno grupo de gestão. É ser um grupo capaz de discordar um do outro, em um debate respeitoso, agregador, de compartilhamento, a ponto de um aprender com o outro (Interlocutores A, D, F). Ser capaz de dizer “não é por aqui, vamos nos reunir e decidir” (Interlocutor H), afinal, “todos têm seus talentos, todos são necessários” (Interlocutor G), e não colocando, conforme o Interlocutor E, “colegas de lado ou no *freezer* ou na geladeira. [Mesmo] todos sabendo disso, não tomam atitude”. Ao falar isso, ele está se referindo a postura de colegas que se em gestões anteriores reprovavam esse tipo de postura, hoje, ao ocupar posição de “dominação” utiliza-se da mesma prática. Então, para ele, é muito fácil “navegar” em um espaço com uma “equipe frágil e desarticulada”, e mantê-la assim, pode ser uma oportunidade para concretizar interesses outros (Entrevistas em maio de 2023).

No decorrer da trajetória do Insa, detectamos a existência de tensões entre ser uma instituição com competência para tomar decisões sobre desenvolvimento — incluindo a extensão ou de aplicação tecnológica e de conhecimentos e experiências acumuladas, ainda que na Fazenda Carnaúba — e ser uma instituição científica no sentido mais estrito, com autonomia para definição sobre o que vai estudar, ou seja, sobre seu objeto de pesquisa. E isso vai refletindo nas percepções (internas e externas) sobre o Instituto, e nas gestões. Para os Interlocutores, as funções de formação e de difusão/popularização/gestão de conhecimentos, são transversais e possuem o mesmo nível de importância. A “articulação” ou a “pesquisa”

como a principal função do Insa, está no centro dessas tensões, e isso ficou evidente nos “ajustes” na missão. O ex-diretor Salomão Medeiros reconhece que na gestão de Salcedo o Insa elevou a importância da pesquisa, em detrimento da função de articulação, definindo as linhas de investigação, e ele mesmo disse ter visto “que o [rumo] era aquele, porque tem um caminho de construção, de como você pesquisar. Porque todo mundo falava na pesquisa participativa, [...] [mas] quem começou a envolver mesmo de verdade foi o Insa”, e que na sua gestão buscou consolidar a proposta iniciada pelo seu antecessor (Entrevista em abril de 2023).

Os perfis dos dirigentes também compõem argumentos para avaliar a capacidade do Insa cumprir ou não sua função, para alguns como o Interlocutor H, a de “articulação”. Sua declaração vai nessa direção:

Houve esse avanço em relação a articulação, captação de recurso, o Insa mostrar a cara, o Insa dizer nós chegamos e estamos aqui. Nós estamos lá em Campina Grande, mas a gente precisa estar no Semiárido todo. Então Roberto Germano fazia muito bem as duas coisas, tanto a articulação, como captação de recursos, que não deixa de ser articulação. [...] O professor Salcedo era muito tímido. Eu acho que retrocedeu a questão da articulação, captação de recursos externos, e não me lembro de ter tido na gestão dele. Então era meio que o Insa tímido. Aquela visibilidade [...] eu acho que ela foi se apagando. E assim, talvez o perfil dele [Salcedo], ele era um perfil muito acadêmico, sabe. Quando Salomão entrou, eu acho que também retrocedeu. [...] O Insa se fechou, aí eu não sei os motivos deles [Salcedo e Salomão] para isso. Chegou um tempo aqui, que ninguém se interessava pelo Insa. [...]. O povo fazia pergunta do tipo assim: o que é que o Insa faz? O que é que vocês fazem? (Entrevista em maio 2023).

Este Interlocutor apresenta uma visão que também é partilhada por outros pesquisadores. No intuito de refletir sobre isso, recorreremos mais uma vez a Bourdieu (2004). Para ele, os campos possuem duas formas de poder e de capital científico, quais sejam, o ‘puro’, poder “específico”, que possui autoridade pessoal e desfruta do reconhecimento dos pares. Conquista-se por meio de contribuições no âmbito da ciência, “as invenções ou as descobertas” (publicações em canais de prestígio, por exemplo). E o da “instituição”, poder “temporal”, ligado ao exercício de posições de destaque nas instituições científicas, e se obtém por meio de estratégias políticas que “exigem *tempo*” (cargos de direção, coordenações, participação em comissões, bancas examinadoras, concursos, reuniões, eventos tradicionais no nível científico etc.), poder relacionado aos meios de produção (contratos, créditos...) e de reprodução (nomeações, concursos...). Não é comum e fácil a concentração de ambos os capitais, e “podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição que eles ocupam nessa estrutura”, se mais para o capital ‘puro’ ou para o capital ‘institucional’ (Bourdieu, 2004, p. 35-38). Lembremos que tanto Roberto Germano, quanto Jocelino Menezes, falam do Insa enquanto “gestor de ciência e

tecnologia”, o que pressupõe que o perfil de dirigente atenderia a esse pré-requisito que tem maior peso político, a de um pesquisador-administrador científico. Os discursos de Salomão Medeiros, Ignacio Salcedo, mas também de Aldrin Perez que foi o coordenador de pesquisa na gestão de Salcedo, é o da defesa do Insa como um “centro de pesquisa”, assim sendo, demanda forte crédito de capital científico ‘puro’, por sua vez, menor peso político. Ambos os capitais possuem seu grau de importância e estão presentes no Insa. Como isso se expressa na relação entre editais de seleção, formação dos comitês e a indicação de dirigentes, será fruto de uma futura análise.

O Interlocutor H ainda faz a seguinte afirmação: “chegou um tempo aqui, que ninguém se interessava pelo Insa. [...]. O povo fazia pergunta do tipo assim: o que é que o Insa faz? O que é que vocês fazem?” (Entrevista em maio 2023). Mas, constatamos que essa dificuldade de entendimento sobre o que Insa é e faz, não é exclusividade de um período de gestão, e extrapola os muros do Insa. Os demais Interlocutores falaram da ausência de um consenso, de uma missão não compreendida e partilhada coletivamente, o que tem reforçado visões particulares ou de grupos divergentes, ainda que no geral se conectem em alguns pontos como a defesa da Convivência, de um desenvolvimento regional sustentável, da agricultura familiar, de um semiárido rural. A maioria afirma sentir falta de debates internos para refletir e alinhar compreensões acerca da instituição e seu lugar no Semiárido. Ou seja, o entendimento é de que não há nada estático na sociedade, mudam Governos, conjunturas, que são afetadas por fatos políticos, econômicos, sociais, ambientais que ocorrem também internacionalmente. Os pesquisadores ou os servidores e colaboradores como um todo, precisam estar constantemente se atualizando em termos de conhecimento, e isso não pode ser visto apenas como um esforço individual, mas principalmente institucional. Ainda assim, a maioria dos Interlocutores acredita que essa incompreensão sobre o Insa “já diminuiu bastante”.

Até uns 8 anos atrás, talvez a imaturidade institucional ainda existisse, mesmo nos 10 anos de criação [do Insa]. Uma maturidade não se transforma de uma hora para outra. A gente vai vendo onde acertou, onde errou, como é que a gente pode aprender com um e com outro, e eu acho que a gente está nesse processo de saber o que vai ser bom para a instituição. E o que ela deve fazer. Eu acho que a gente está começando agora nos últimos 8 anos para cá. E muita gente, vou puxar agora para a [minha] área de pesquisa, já estamos muito mais conscientes do que Insa faz e do que eu faço na instituição. O pessoal da administração também já está mais consciente do que o Insa faz. Embora tenha pontualmente um outro que só está ligado ali com a cabeça na administração, não está ligado numa visão institucional como um todo. Mas no global, aí eu digo que a gente está naquela fase, está experimentando isso aqui, uma coisa boa, coisas que não foram, juntamos conhecimento aqui, os aprendizados e estamos hoje na fase de saber compreender o que é a instituição, o que ela faz e o que deve fazer e como deve fazer. [...] Temos muito ainda a aprender. O Insa faz o quê? Antigamente, o pessoal perguntava, a gente ficava sem saber o que dizer. Ah, o Insa pesquisa o quê? Não tinha aquela missão da instituição na cabeça. Não tínhamos

sequer conhecimento das principais áreas de atuação do Insa, o que o Insa deve fazer na sua constituição legal, que é a articulação, pesquisa, formação, subsídio de política pública. A gente não sabia muito como era isso aí. Hoje eu digo que nós estamos muito mais maduros e compreendendo o que é cada uma parte daquela (Interlocutor G, maio de 2023).

A frase “Ah, o Insa pesquisa o quê?” nos mostra esse esforço de construção da identidade do Insa. E ao final, referindo-se aos eixos de atuação (articulação, pesquisa, formação, difusão e subsidiar políticas públicas) definidos na missão em 2008, ele expressa o sentimento coletivo: “A gente não sabia muito como era isso aí”, principalmente como operacionalizá-los e o que significa ser uma instituição articuladora das competências regionais, o que reforçou as tensões para definição do sentido de ser-fazer do Insa. A declaração de outro Interlocutor (B) é a de que hoje faz uma leitura diferente da região e do Insa. Interpreta que o Instituto não tem espaço para pesquisador que deseja apenas produzir artigos científicos para serem publicados em revistas A1. Se assim pensar, “sai do Insa. Você vai ter que servir café, você vai acompanhar a visita, você vai falar com o produtor. Aqui a gente faz de tudo”. Este Interlocutor faz o relato de uma experiência: alguns anos atrás, durante a visita de uma autoridade vinculada ao MCTI, em resposta ao comentário de um dos membros da equipe do Insa sobre o uso dos laboratórios junto as universidades, esta autoridade manifestou: “o dia que o Insa fizer a mesma coisa que a universidade, fizer análises de laboratório para gerar artigos científicos, deixa de ter razão de existir e a gente fecha”. A partir desse fato, o Interlocutor fez algumas reflexões abrangendo a todos do Insa: é urgente pensar “sobre essa nossa missão mesmo [...] porque é muito mais fácil, mais cômodo [...] pesquisar o que quiser”, sem cobranças, com equipe de bolsistas, publicando, e “como diria um colega: o importante é que daqui a alguns dias o salário está na conta”. E indaga: “mas é esse o comprometimento? Cadê o sangue no olho e a vontade de fazer diferença?” (Entrevistas em outubro/2021 e maio/2023). E destacou a falta de interação entre pesquisadores, principalmente, hoje menos ainda, como um dos maiores problemas.

Vamos a alguns elementos que apareceram como um consenso e acionamos algumas afirmações entre os Interlocutores que consideramos representativas; a existência do Insa e a sua relevância para a região são fatos. Assim como é uma realidade que todos concordam que o Insa pode e deve dar uma contribuição no âmbito da Agricultura Familiar. Obviamente que isso perpassa por questões ideológicas distintas e muitas vezes conflitantes, em termos da defesa (consciente ou inconsciente) de projetos que reforçam interesses de determinados grupos dominantes. A discussão sobre Convivência com o Semiárido parece exemplar. Com quase

duas décadas de existência, o Insa ainda não está amplamente conhecido e, atualmente, a “gente é muitas vezes confundido com a Embrapa [Semiárido], com a diferença que está é focada nos perímetros irrigados do São Francisco”. Ademais, “o Insa não vê o Semiárido como um todo”. Então, “quando você olha para o Insa, uma das principais funções é articular, é ser um agente de articulação, eu acho isso muito importante, apesar da gente ainda patinar” (Interlocutor H, maio de 2023). Ainda tomando como exemplo a Embrapa Semiárido, o Interlocutor A destaca o importante volume de conhecimento produzido por ela, mas que o seu foco é “o médio e o grande produtor”, e a irrigação como uma das suas áreas de atuação não é uma potencialidade em todo o semiárido. Em nível de produção de conhecimento, ele também destacou as universidades (que não está só direcionada ao Semiárido), porém “é um foco muito acadêmico”. Então, existe uma lacuna: “áreas não irrigáveis que demandam “desenvolvimento tecnológico mais aplicado”, e é aí que “vejo a importância do Insa”, pois a Embrapa e as universidades sozinhas não dão conta. O Interlocutor B, comparando o Insa com a Embrapa, e comentando sobre a ampliação de áreas de atuação do Insa hoje, diz:

O Insa não se atém apenas ao agronegócio, pode e deve ir além. baseado, por exemplo, no regimento interno que a gente tinha, que era as áreas prioritárias, sistemas de produção, biodiversidade e desertificação. Hoje a gente tem inovação, a gente tem energia, a gente tem outras coisas que mesmo não tendo, vamos dizer assim, servidores concursados para trabalhar especificamente naquela área, mas são coisas que fazem parte do Ministério de ciência, tecnologia e inovação. Então, que a gente precisa responder e eu acho que é isso. Eu acho que a gente, o que diferencia o Insa, principalmente, é isso, são as entregas, o tipo de entrega que a gente pode, que precisa fazer (Entrevista em maio de 2023).

Perguntamos sobre o que distingue o Insa das demais instituições da região semiárida. O ex-diretor Roberto Germano argumenta que o Instituto é um dos “braços” do MCTI na região, assim como é o Cetene, e ambos devem “andar mais próximos para não se superpor, mas se complementarem”. O Instituto deve ser um articulador porque a visão estreita de achar “eu por si só me complemento”, diminui, restringe ou o extingue. Portanto, não sobrevive “se não fizer uma articulação com os outros agentes de desenvolvimento regional, [...] o diálogo com as políticas públicas. O que é um desafio no setor público” (Entrevista em abril de 2023). Nessa mesma linha, o Interlocutor G, enxerga a articulação como a principal função, e a realização de pesquisa é entendida como “complementar”, onde o Insa atuaria apenas em temas que outras instituições de pesquisa como as citadas acima, não dão conta ou não enxergam determinadas demandas do Semiárido, “gerando conhecimento técnico-científico e o próprio desenvolvimento tecnológico, que deve ter uma aplicação, um produto, capaz de “transformar a realidade”. Então, “vejo hoje o Insa com esse perfil” (Entrevista em maio de 2023). Ambos

os entrevistados retomam a discussão que traduz a missão inicial do Insa. No relatório interno do período 2007-2011, está posto que a função do Insa como de Articulação interinstitucional entre os diferentes atores do Semiárido, na perspectiva da transversalidade e contextualização das ações, é fundamental para o cumprimento da missão:

Ao mesmo tempo em que cresce o número de instituições de desenvolvimento, incluindo as de CT&I, aumenta a crítica pela superposição de ações, dispersão de recursos e ausência de intercâmbio de resultados entre elas. Dessa forma, no desempenho da função de *articulação interinstitucional*, o INSA deverá se dedicar ao preenchimento dessa lacuna institucional, uma das mais antigas existentes no Semiárido brasileiro. Esse isolamento institucional foi confirmado no processo de planejamento estratégico, uma vez que muitos temas de interesse regional continuam sendo tratados de forma pontual, em esforços dispersos, quando poderiam ser concentrados em núcleos de inovação, integrados por conjuntos de instituições interessadas em compartilhar infra-estrutura (sic) e talentos para gerar impactos positivos, inovadores e sustentáveis na região (Insa, 2011, p. 04).

O Interlocutor G, complementa: estamos aprendendo o “que a Embrapa já faz muito bem. Então ela pega uma pesquisa, a partir da pesquisa desenvolve um produto, um processo e aplica”, e nesse sentido cita duas ações do Insa que julga ser exemplar: O projeto Palma Forrageira e o sistema Saneamento Ambiental e Reuso de Água (Sara). Segundo ele, ambos os exemplos beneficiam a “agricultura familiar, principal beneficiária do Insa”. Cita outro exemplo que representaria, a partir da ideia de inovação e aplicação tecnológica, a capacidade de articulação do Instituto: o IRPAA tem feito um trabalho que é referência, eles aplicam na Bahia, e o Insa, a partir da articulação, poderia ser um difusor ou ainda adaptá-las para outras realidades do Semiárido. O mesmo pode ser feito junto a outras instituições; “tecnologia da Embrapa, tecnologia das universidades, de outros centros e organizações, que tem tantas experiências exitosas” (Entrevista em maio de 2023). Já o ex-diretor Salomão Medeiros diz que é o “modo de fazer” que distingue o Insa das demais instituições. Concebe o Insa com a principal função de pesquisa, que deveria ser “participativa e orientada a resultados” e considera que isso começou na gestão do ex-diretor Ignácio Salcedo. Pensando a partir da estrutura operacional atual do Insa, avalia que o foco é o agropecuário e a população beneficiária principalmente da agricultura familiar. Na impossibilidade de o Instituto dialogar diretamente com as populações e comunidades, qualifica a articulação com os movimentos e Organizações Sociais como imprescindível, por essas entidades representar de forma mais fidedigna as necessidades dos povos da região (Entrevista em abril de 2023).

[O Insa] não pode deixar de considerar outras categorias como “acadêmico, muito importante, pela questão da pesquisa, do conhecimento científico. O próprio público

empresarial, que tem algumas ações do Insa, que acho que já começam a demandar, porque para você ter uma ideia, tem algumas empresas que trabalham com a matéria-prima, mas que tem limitações dentro do próprio processo industrial ou agroindustrial. De análise, de melhoria do produto. Então, hoje começam a demandar o Insa, e o Insa está começando a dar resposta, como está preparando alguns laboratórios para atender um público assim, quer dizer, se atende uma demanda dessas o retorno vai voltar até o setor primário. Diretamente, eu acho que a agricultura familiar, criadores e tal (Entrevista em maio de 2023).

Alguns Interlocutores afirmam que o Insa não compete com as demais instituições. “O que talvez falte definir é como o Insa estabelecer as parcerias, essa rede de pessoas que estão no Semiárido, para potencializar o que existe. O Instituto, como um lugar que pensa o Semiárido todo, teria que formar grupos, [...] redes de pesquisa por assuntos que tem relevância no semiárido”. As pesquisas dialogadas com os beneficiários é um diferencial, agora, “a formação convencional de onde vieram os pesquisadores não preparam” para esse tipo de abordagem. A missão do Insa exige essa interação “com as pessoas, com o campo científico e popular, com o pequeno camponês. Por exemplo, se algum grande [produtor] me procura eu posso dar minha opinião, também não será meu foco porque ele já tem todos os recursos para resolver seus problemas [...]. Tento focar na maioria dos excluídos, que é 90%” (Interlocutores A, C, entrevistas em agosto/2021 e maio/2023, respectivamente). Mas tem um aspecto ainda colado ao Insa, da visão interna e externa de uma instituição de pesquisa agropecuária, provavelmente seja esta uma das razões da Embrapa ser a mais referenciada pelos interlocutores, entre todas as instituições, incluindo os demais institutos de CT do MCTI. Apesar do esforço a partir de 2007 de tentar implementar um novo direcionamento, fora a superação da ideia de uma instituição de fomento (agropecuário) que vinha sendo construída por Manelito, o foco agropecuário é um dos elementos estruturais do Insa. E os vários relatos de Interlocutores sobre o Insa ser confundido com a Embrapa Semiárido ou de estar competindo com outras instituições que atuam nessa área, como as estaduais de pesquisa agropecuária, são bastante ilustrativos.

Historicamente, o Insa tem forte apelo para as Ciências Agrárias. Desde a sua implantação esteve sob o comando de grupos predominantemente desta área de conhecimento, uma das primeiras iniciativas, como mencionado em outra ocasião, foi a criação da Estação Experimental, onde desenvolvia atividades produção animal e vegetal, o primeiro logotipo tinha destacado a imagem de um “Bode”, a seleção dos primeiros bolsistas PCI foram dessa área (Agronomia e Zootecnia), o concurso público que aprovou sete pesquisadores das Ciências Agrárias, principalmente da Agronomia, e dos quatro dirigentes três tem formação nessa área. O ex-diretor Salomão Medeiros comenta que o Insa “não deveria ser [visto como um Instituto com foco na agropecuária], “mas quando você olha o quadro de servidores, todos são das

ciências agrárias. As vezes ele termina sendo [percebido] por ter esse quadro”. E indicou sua área Recursos Hídricos como a que tentou mudar o direcionamento, quando passou a trabalhar com o tema do “saneamento rural e de uma melhoria de um saneamento urbano” (Entrevista em abril de 2023). “É muito focalizado”, apesar da tentativa de ampliar, como foi o caso das ações em Educação Contextualizada, outras iniciativas em determinado momento na área de desertificação e mudanças climáticas, que estariam mais para o campo ambiental. Mesmo assim, a ênfase ainda é maior na agropecuária. “Fizeram-na dessa forma”. E “infelizmente o concurso não foi ampliado para outras áreas como a biologia, a social, por exemplo”. No final das contas, “confundem o Insa como sendo a Embrapa, porque ambas são das Ciências Agrárias” (Interlocutores E, C, F, H, I entrevistas entre maio e junho de 2023).

Ao perguntar ao ex-diretor Roberto Germano (UFPB) sobre essa questão, ele responde:

Se você fizer isso, está reduzindo o desenvolvimento regional ao setor agropecuário. E não é, de maneira nenhuma. Ele [o Insa] é multisetorial, isso está muito claro no planejamento estratégico inicial. A visão que deve existir para o Instituto é multifacetária e multidisciplinar. Olha, você não pode reduzir desenvolvimento regional ao setor agropecuário, pelo amor de Deus. Você pode até dizer não, eu sou agrônomo e sou zootecnista, mas eu nunca tive esse entendimento de que nós iríamos transformar o Instituto numa visão agropecuária. E eu espero que doutor Manelito não tenha tido essa visão, porque senão ele faz uma confusão incrível, embora ele seja um largo pecuarista. Mas ele [o Insa] tem que ir para a área mineral, do turismo, econômica, energia. E isso é tanto que ultimamente vem se voltando para isso. Mônica me informou que foram aprovados alguns projetos já dentro desta visão multifacetária, da visão de desenvolvimento regional. Pelo contrário, hoje o setor primário, ele representa muito pouco da economia regional. Se você pensar só dessa forma, você estaria praticamente querendo repetir mal, muito mal, o que faz o [CPATSA-Embrapa Semiárido] que tem uma visão até mais forte para isso. Mas veja que mexe com agroindústria, mexe com todas as outras áreas. É assim que deve ser a visão do desenvolvimento regional (Entrevista em abril de 2023).

Face ao exposto, um elemento evidente é que o Insa se preocupa com o espaço Semiárido onde está situado o bioma Caatinga, exclusivamente brasileiro. À vista disso, não é um Instituto Nacional “de Pesquisas da Caatinga”, assim como é o “Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), este poucas vezes referenciado por interlocutores que tentaram comparar o Insa a outro instituto do MCTI. Essa relação automática entre o Semiárido e o bioma Caatinga, aparentemente dado, a nosso ver é indispensável para pensar sobre este lugar que o Insa ocupa ou deseja ocupar na região, a partir das suas ações de CT. E esse entendimento contribuiria para um olhar mais criterioso em relação ao próprio bioma, seja do ponto de vista social, econômico, cultural, ambiental. Refletimos até que ponto pensar em política de desenvolvimento da e para a região semiárida, implica necessariamente falar e olhar para o referido bioma.

O Inpa é um instituto já consolidado e eu acho que a Amazônia ela tem um apelo maior em nível mundial, tanto é que lá no Inpa tem vários convênios internacionais; Estados Unidos, da Inglaterra, da União Europeia, do Japão, então existe um investimento muito grande de pesquisa na região, que eu não vejo na região semiárida. Então o peso que o Inpa tem na pesquisa da Amazônia em comparação com o Insa é muito maior. Por esses dois aspectos. O mundo visa muito a Amazônia, já o semiárido não é tão divulgado. Ele não tem o apelo que a Amazônia tem, não que não seja importante, até porque é o único bioma brasileiro, existe uma diversidade muito grande de ambiente, de comunidade. Tem um potencial muito grande que é pouco explorado. Então acho que o Insa poderia despertar mais para esse lado. Na minha opinião deveria haver escritórios regionais, pelo menos em alguns estados que tem semiárido deveria ter um correspondente, um escritório, e eu tomo como base também a experiência do Inpa. Talvez uma ação futura seria expansão, seja em parcerias com as universidades, para ações de descentralização de pesquisa [através] de articulação entre as instituições de pesquisa na região, convênios, aquelas ações que nós tínhamos com a Asa-Brasil, com as universidades, Embrapa, IFs. que se perdeu um pouco nos últimos quatro anos, houve certa ruptura. [Afinal], o Insa foi criado para ser um articulador regional das instituições [...] porque a análise foi que a pesquisa estava difusa na região. Acho que o Insa não cumpriu esse papel (Interlocutor D, maio de 2023).

Interessante que a luta para transformar o Bioma Caatinga em patrimônio cultural do país, não aparece efetivamente como prioridade estratégica do Insa. Curiosamente, ao comemorar 19 anos de existência, o Insa publicou em sua rede social — *Instagram* — que “foi criado em 2004 com objetivo de promover pesquisas e desenvolver tecnologias voltadas para o Semiárido brasileiro. Desde a sua criação, o INSA contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações da região e para a preservação do bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga”¹²⁰. Para o Interlocutor G, “trabalhar para o Semiárido não é fácil, é um desafio gigantesco e sempre vai ser, porque cada dia ocorrem mudanças no Semiárido; ambientais, políticas, sociais, mudanças... e eu acho que em si a instituição não acompanha tudo isso” (Entrevista em maio de 2023).

Um segundo elemento, é a relação entre “Semiárido” e a “Semiaridez” (como vantagem). Instituto Nacional *do Semiárido*, e este é um termo *político*, que se refere a um recorte físico geográfico oficial, para efeitos de políticas públicas e investimentos, que está no FNE como prioridade, e é espaço de disputas. Um “desafio geral é o tamanho da abrangência que esse Instituto precisa abraçar”. A *Semiaridez* nos remete a uma leitura ampla e complexa da relação entre sociedade e natureza, sujeito e objeto. A constituição da Embrapa, por exemplo, foi definitiva para a estruturação da pesquisa e da modernização da agricultura e da pecuária no Brasil a partir dos anos 1970¹²¹. Qual é o lugar ideológico do Insa no Semiárido? Longe de

¹²⁰ Publicado em 14 de abril de 2023 <https://www.instagram.com/p/CrBg1rjMO6I/> Acesso em: 15 abr 2023.

¹²¹ Sobre isso conferir: ENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Sílvia Lima de. A modernização da agricultura e a criação da Embrapa: transformações na pesquisa agropecuária brasileira. *Campo Território: revista de geografia agrária*. V. 10, n. 21, p. 4-27, ago., 2015.

querer comparar esta empresa com o Insa, chamamos a atenção para a necessidade de reflexão sobre as ambiguidades em torno de discursos da Convivência com o Semiárido (ou com as Secas), do desenvolvimento sustentável, da inovação tecnológica, ou ainda, da Agricultura Familiar, como áreas estratégicas do Insa.

4.2.1 *Quadro de pessoal*

Um dos desafios apontados pelos Interlocutores para cumprimento da missão do Insa é o número reduzido de pessoal do quadro permanente (pesquisa e administrativo). O relatório de gestão de 2010 já trazia uma reflexão no que diz respeito a sobrecarga de atividades e sobre a falta de cargos comissionados (apenas três DAS). Até os primeiros meses de 2009 o Insa “funcionou basicamente com pessoal terceirizado e bolsistas” (Insa, 2011, p. 33). Ao longo das quase duas décadas de existência, o Insa avançou em vários aspectos, mas essa questão se arrasta até os dias atuais como uma dificuldade apontada por todas as gestões.

Em 2006, o Instituto dispunha de três servidores transferidos ou cedidos: “o Alexandre Bakker que era o pesquisador, Domingos Pacheco, que era do Ministério [MCTI] e tinha vindo para ajudar na implantação do Instituto, e Everaldo Gomes”, transferido do Inpa, estes últimos atuavam na área da gestão. Depois vieram transferidas “Meire, Rosi, Vinícius e Claudia Mara”. Todos para a área administrativa. Destes, só permaneceram Claudia, Everaldo e Bakker (Interlocutor D, entrevista em maio de 2023). No PDU 2008-2011 havia uma proposta para contratação até 2009, via concurso público, de 77 profissionais (50 entre pesquisadores, tecnologistas e analistas de CTI; e 27 técnico-administrativos para apoio às atividades do Instituto), como consta nas metas 14 e 15 das diretrizes I e II (Insa, 2007, p. 54-55).

No entanto, esse quantitativo ficou muito aquém do esperado; das 9 vagas liberadas pelo MCTI para a área fim (pesquisa), só aprovaram 7, no único concurso realizado até o momento para os cargos enquadrados como pesquisadores e tecnologistas. E só a partir de abril de 2009 o Instituto passou a contar com 9 pesquisadores (além dos 7 aprovados, o já citado Alexandre Bakker e Ricardo Lima, transferido do Inpe). Ocorre que entre 2013 e 2016, dois pesquisadores foram removidos: Arnóbio Cavalcante, para o Núcleo Regional do Inpe, situado em Fortaleza/CE. Com sua saída o Insa deixou de atuar em definitivo na área de Ecologia do Semiárido; e Maristela Santana, para o Núcleo Regional do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Fortaleza/CE, assim, o Insa ficou sem atuar na área de agroindústria por pelo menos sete anos. Esta pesquisadora retornou ao Insa em 2020, mas neste

mesmo ano perde o pesquisador de Recursos Hídricos, Salomão Medeiros, removido para o IFPB, campus de João Pessoa/PB. O saldo atual disso é de apenas 7 especialistas efetivos, entre pesquisadores e tecnologias¹²² (Quadro 19).

Quadro 19. Relação dos servidores de carreira de Pesquisa em CT/Insa.

	Pesquisadores/ Tecnologistas	Área de atuação	Formação
1.	Aldrin Martin Pérez Marin	Desertificação e Agroecologia	Ciências Agrárias pela Universidade Popular da Nicarágua. Mestrado em Agronomia pela UFV. Dr em Energia Nuclear na Agricultura e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutorado em Agroecologia na <i>University of California, Berkeley/Department of Environmental Science, Policy, and Management/Laboratory of Agroecology</i> . Foi pesquisador do Instituto de Pesquisa Agronômica (Ipa)/Pernambuco (2006-2008). Ingressou no Insa em 2009 como Tecnologista Sênior.
2	Alexandre Pereira de Bakker	Desertificação e Mineralogia	Engenheiro Florestal e Agrônomo pela UFRJ. Atuou no Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Dr. em Mineralogia de Solos pela <i>University of Kagoshima Rendai</i> , Japão. Removido do Inpa para o Insa em 2006 e no mesmo ano foi redistribuído para o Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste CRCN-CO. Em 2012 regressa ao Insa como Pesquisador Titular.
3	Fabiane Rabelo da Costa Batista	Biodiversidade Vegetal	Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dra em Genética e Melhoramento de Plantas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Ingressou no Insa em 2009 como Pesquisadora Titular.
4	Geovergue Rodrigues Medeiros	Sistemas de Produção - Raças Nativas	Zootecnista e mestre na mesma área pela UFPB. Dr. em Zootecnia pela UFRPE. Foi professor do ensino profissional da Escola Agrotécnica Federal de Codó (EAFMA). Ingressou no Insa em 2009 como Tecnologista Sênior, onde também exerceu função gratificada em 2007.
5	Jucilene Araújo Silva	Sistemas Produção - Lavouras Nativas	Possui graduação, mestrado e doutorado em Agronomia pela UFPB. Consultora <i>ad hoc</i> da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Ingressou no Insa em 2009 como Tecnologista Sênior, mas já atuava no Instituto desde 2005, em diferentes atividades.
6	Maristela de Fátima Simplicio de Santana	Agroindústria	Agrônoma e Mestre em Engenharia Agrícola pela UFPB. Dra em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas. Foi pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental (2006-2010). Ingressou no Insa em 2010 como Tecnologista Pleno, onde atuou até 2013, quando foi removida para o Centro de Tecnologia Renato Archer/Núcleo Nordeste. Retornou ao Insa em agosto de 2020.

¹²² A tecnologista Andréia Ponciano de Moraes Joffily é do quadro de servidores de carreira de Pesquisa em CT. Ela é graduada em Direito (UEPB), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPB). Removida do MCTI-Sede para o Insa em 2014. Durante a gestão de Mônica Tejo, foi nomeada Coordenadora de Administração Substituta, em abril de 2020, dispensada desse cargo em outubro de 2020, e colocada à disposição da Advocacia Geral da União (AGU-5ª Região/PB), em agosto de 2022, “lotada no Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande, onde exerce a função de Chefe de setor”. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/2585138020218010> Acesso em: 15 set 2023.

	Pesquisadores/ Tecnologistas	Área de atuação	Formação
7	Ricardo da Cunha Correia Lima	Gestão da Informação e Popularização da Ciência	Engenheiro Eletricista pela UFCG. Dr. em Recursos Naturais pela mesma universidade. Foi servidor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-Inpe, de onde foi cedido em 1992 para o Governo da Paraíba, onde atuou na implantação e coordenação do Laboratório de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto da Paraíba; foi Diretor da Aesa/PB entre 2005-2006; e colaborou e coordenou o Programa Pró-Água Semi-Árido 2003-2007. Em 2007 foi removido do Inpe para o Insa, onde atua como Tecnologista Sênior.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis na Plataforma Lattes. Consultas realizadas entre agosto e setembro de 2023.

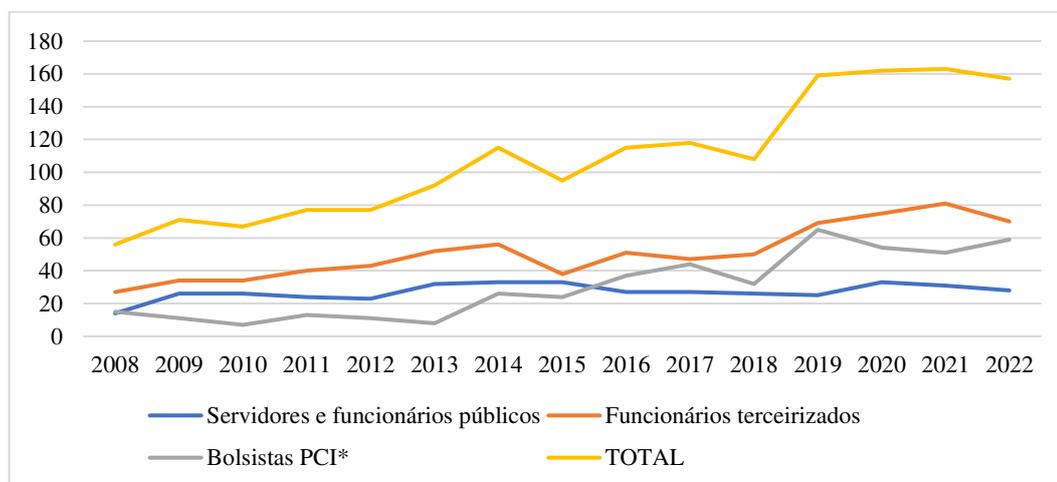
A existência de certa instabilidade pode refletir na descontinuidade de projetos, parcerias e cooperações importantes. A dinâmica do trabalho, portanto, depende dos recursos destinados a contratação de profissionais remunerados substancialmente através de bolsas do Programa de Capacitação Institucional (PCI), que é patrocinado pelo MCTI e operacionalizado pelo CNPq, com vistas a fomentar a capacitação Técnica, Científica e de Inovação das Unidades. Hoje atuam na área finalística pesquisadores-bolsistas, a maioria das ciências naturais. Segundo dados obtidos nos relatórios TCG, entre 2008 e 2022, percebemos um aumento crescente de pessoal contratado (terceirizados e bolsistas), sobretudo a partir de 2019, mas a partir de 2020 registra-se uma queda no número de servidores efetivos¹²³. Em 2022, o Insa contou com cerca de 157 trabalhadores no total, entre servidores e funcionários públicos (28), destes, 6 são funcionários da Infraero cedidos para o Insa desde 2019¹²⁴, além de funcionários terceirizados (70) e bolsistas PCI (59) (Gráfico 2). Somam-se a estes bolsistas PCI, outros “30 bolsistas, sendo 02 pela Sudene, 10 pelo MDR, 06 pelo MCTI e 12 pela Funcate” colaborando, segundo a direção do Insa, em atividades de interesse da instituição, “a partir da execução de projetos, TEDs, parcerias e/ou convênios, através das fundações ou órgãos parceiros”¹²⁵.

¹²³ Entre 2020 e 2022, o Insa também perdeu alguns servidores da área administrativa. Com exceção de Felipe Ataíde de Albuquerque - Assistente em CT, que pediu demissão em 2022 para ocupar cargo em outro estado, os demais foram removidos do Insa para outros órgãos: Gregoriev Aldano de França Fernandes - Técnico em CT, removido, a pedido, do Insa para a Anatel, em 2020; José Rafael Ayres da Motta - Analista em CT, redistribuído do Insa para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, em 2021; Rodrigo Soares Barreto - Técnico em CT, removido, a pedido, do Insa para a Anatel, em 2023. Informações extraídas das Portarias publicadas no DOU.

¹²⁴ Em setembro deste ano de 2023 houve a interrupção da cessão de uma profissional da Infraero e o Insa passou a contar com apenas 5 pessoas.

¹²⁵ Como esses dados não estão disponíveis em documentos ou canais de acesso público, solicitamos ao Insa via plataforma FalaBr (<https://falabr.cgu.gov.br/>), no dia 15/08/23. Em resposta, o Insa informou que devido a modalidade de contratação de bolsistas, “estas informações não constam no site [...] e em eventuais documentos oficiais consultados”.

Gráfico 2. Quantidade de servidores, terceirizados e bolsistas do Insa entre 2008 e 2022.



* Bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI) em dezembro de cada ano.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos Relatórios dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG), disponíveis em <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas-e-documentos-oficiais> Acesso em 9 de agosto de 2023.

Os primeiros concursos aconteceram em 2008. Para pesquisadores, foi realizado pelo Insa, com vagas distribuídas da seguinte forma: 4 vagas para Pesquisador Adjunto e 5 vagas para Tecnologista Pleno, em nível de doutorado, com formação principalmente em cursos das Ciências Naturais como Agronomia, Biologia, Ecologia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, Ciência Ambiental, Engenharia ou Tecnologia de Alimentos, Agrometeorologia, além de Engenharia de Produção, Engenharia Química, Engenharia Civil. Apenas uma das vagas (Meio Ambiente) admitia candidatos formados em geografia. Todas as 9 vagas contemplavam a área de Agronomia, inclusive a que foi destinada para Socioeconomia, que exigia o perfil em Economia ou Sociologia ou Agronomia, com doutorado em Sociologia Rural, Economia Rural ou Socioeconomia Rural. Analisando os perfis do concurso é notório o direcionamento para o Semiárido rural (Edital N° 1 - MCT, de 28 de agosto de 2008). O ex-ministro Sérgio Rezende, falou sobre o quadro de pessoal do Insa:

Tem falta de pessoal, algumas pessoas que foram para o Insa no primeiro momento, fizeram o concurso e passaram, mas na verdade não queriam ficar no Insa. E ficaram pouco tempo. Conseguiram transferir para outro Instituto do MCTI. Então o Insa tem falta de pessoal, mas eu acredito que com a interação com as universidades, ele esteja indo bem. Infelizmente não pude acompanhar os resultados concretos das suas ações (Entrevista em novembro de 2022).

A Comissão do Concurso Público para Pesquisador, Tecnologista e Técnico, foi constituída por Alberício Pereira de Andrade (Agronomia), como Presidente, Pedro Dantas Fernandes (Agronomia) e José Silvio Rossi (Engenharia de Alimentos), com base no Art. 1º,

da Portaria Insa/MCT - nº 8 de 10/05/2008 (DOU, nº 107, Seção 2, 06/06/2008). Tal comissão selecionou as bancas (Quadro 20) para cada área de atuação prevista no referido Edital, estruturadas a partir do processo de planejamento estratégico. Para cada área foram selecionados currículos de professores de diversas instituições e feitos os convites para compor a banca de examinadores. O concurso foi organizado em 4 etapas: prova escrita a partir de um tema sorteado no dia, entre cinco temas divulgados antecipadamente; prova pública de defesa e arguição do memorial; prova pública de erudição e expressão; e, avaliação de títulos e currículo (Edital de Concurso Público nº 01/2008). Para as vagas de Melhoramento Animal e de Socioeconomia não houve aprovação. O Instituto não realizou novo concurso para preenchimento das duas vagas acima, por isto, ingressaram apenas 7 profissionais. “O nosso perfil é todo das ciências agrárias, então isso restringe muito. Eu acho que limita muito por falta de conhecimento nosso de atuar em outras necessidades do Semiárido que não o campo, que é a área que a gente tem mais afinidade” (Interlocutor B, entrevista em maio de 2023).

Quadro 20. Relação de integrantes das Bancas/Comissões Examinadoras do Concurso 2008¹²⁶.

Área	Membros	Orgão
Agroindústria	Levi de Moura Barros Ricardo Elesbão Alves Rita de Cássia R. Do Egypto Queiroga Rossana Maria Feitosa de Figueiredo Sílvio José Rossi	Embrapa Embrapa UFPB UFCEG UFPB
Ecologia	Dilma Maria de Brito Melo Trovão Elcida de Lima Araújo Mailson Monteiro do Rego Maria Jesus Nogueira Rodal Riselane de Lucena Alcântara Bruno	UEPB UFRPE UFPB UFRPE UFPB
Fitotecnia	Ivandro de França da Silva José Aliçandro Bezerra da Silva Leossávio César de Souza Maria do Socorro de Souza Carneiro Patricio Borges Maracajá	UFPB Univasf UFPB UFC Ufersa
Meio Ambiente	Iêde de Brito Chaves Jacob Silva Souto José Tavares de Sousa Niwton Leal Filho Vera Lucia Antunes de Lima	UFPB UFCEG UEPB MCT/Inpa UFCEG
Melhoramento Animal	Edgard Cavalcanti Pimenta Filho José Lindernberg Rocha Sarmento Kleber Régis Santoro	UFPB UFPI UFRPE

¹²⁶ Essas informações foram extraídas de documentos oficiais, conforme sinalizamos na fonte. Não encontramos no sítio do Insa e em nenhum outro sítio eletrônico. Assim, solicitamos oficialmente ao Insa através da plataforma FalaBr (<https://falabr.cgu.gov.br/>). Em 15/08/23 obtivemos a seguinte resposta: Os servidores que participaram “da equipe de apoio (logística) ao referido concurso, não tendo acesso aos documentos oficiais elaborados e expedidos à época, referentes ao certame”, portanto, não poderiam atender ao pleito. Mas no dia 12/09/2023, um dos Interlocutores da pesquisa, nos cedeu gentilmente os dois documentos complementares expedidos na época pelo Insa, assinados pelo presidente da Comissão Interna de Concurso Público do Insa, professor Alberício Pereira de Andrade (Portaria PO-02/2008 – MCT/INSA), e informa que “a composição das bancas foi submetida ao Ministério da Ciência e Tecnologia para homologação [...], podendo haver alguma alteração”. A homologação da Banca do concurso para a vaga de Socioeconomia, foi divulgada separadamente, em 16/01/2009.

Área	Membros	Órgão
	Lúcia Helena de Albuquerque Brasil Severino Benone Paes Barbosa	UFRPE UFRPE
Melhoramento Vegetal	Elizanilda Ramalho do Rego Fernando Luiz Finger Luiz Paulo de Carvalho Paulo Roberto Cecon Paulo Vanderlei Ferreira	UFPB UFV Embrapa UFV Ufal
Produção Animal	Ariosvaldo Nunes de Medeiros Dermeval Araújo Furtado Divan Soares da Silva José Carlos Batista Dubeux Jr. José Morais Pereira Filho	UFPB UFCEG UFPB UFRPE UFCEG
Recursos Hídricos	Carlos Alberto Vieira de Azevedo João Carlos Ferreira Borges Júnior José Ramon Barros Cantalice Lúcia Helena Garófalo Chaves Vicente de Paula Silva	UFCEG UFRPE UFRPE UFCEG UFRPE
Sócio-Economia	Elmano Pontes Cavalcanti José de Souza Silva José Lincoln Pinheiro Araújo Pedro Carlos Gama da Silva Tarcísio Patrício de Araújo Luis Henrique Hermínio Cunha * Anderson Moebus Retondar *	UFCEG Embrapa Embrapa Embrapa UFPE UFCEG UFPB

*Membros suplentes.

Fonte: Documento complementar divulgado com base na Portaria nº 757/MCTI, DOU de 11/11/2008. Edital de Concurso Público Nº 01/2008 do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa).

Durante o concurso, os planos de trabalho dos candidatos não tomaram como base o PDU 2008-2011, pois ainda estava em fase de elaboração. Segundo os Interlocutores, para elaboração desse Plano, partiram de suas experiências, pesquisas realizadas durante o doutorado, outros documentos oficiais do Ministério, e a legislação disponível referente ao Insa. “Chegamos em 2009, e o PDU naturalmente foi disponibilizado, foi apresentado” (Interlocutor C, maio de 2023). As notas técnicas elaboradas ainda na primeira fase do planejamento estratégico foram disponibilizadas pela gestão logo que os pesquisadores assumiram o cargo, mas “não foram todas as notas, apenas as que correspondiam as nossas áreas de atuação”, relatou o Interlocutor B (Entrevista em maio de 2023). Afirmou ainda desconhecer todos os documentos elaborados na época porque não estão disponíveis no Insa.

Dos 7 pesquisadores, um é estrangeiro (Nicarágua), 2 são do Sudeste (Rio de Janeiro), 4 do Nordeste (3 da Paraíba e 1 do Ceará). Todos residem em Campina Grande, cidade onde o Insa está situado. Para dois Interlocutores, recém doutores na época do concurso, o Insa foi a primeira experiência profissional. Os demais, possuíam experiências e vivências em outras instituições, inclusive em institutos de pesquisa (estadual e federal). Pelo menos 3 deles já conheciam o Insa, 2 destes chegaram a atuar no Instituto mesmo antes do concurso. Outros 2 estavam desde 2006 e 2007, inclusive um deles se candidatou ao cargo de diretor em 2007. A maioria (4) disse ter tido conhecimento sobre o Insa e sobre o concurso através de terceiros ou

pela internet. O Interlocutor F, afirmou que o que “encantou na proposta do Insa foi a ideia de gestão de pesquisa [...], de pensar a articulação entre as pesquisas e os pesquisadores da região, era pensar os gargalos para serem resolvidos para a sociedade, e não ser pesquisador de laboratório, atuar na ciência básica” (Entrevista em maio de 2023). Com o exposto pelo Interlocutor, está presente um aspecto sobre o qual o Insa parece não tocar: relação entre ciência básica e a ciência aplicada. Até que ponto isso gera conflitos sobre a pesquisa que o Instituto faz ou deveria fazer?

No segundo concurso, realizado pelo MCTI, foram 4 vagas para cargos Técnicos nas áreas de Informática, Agropecuária e Comunicação (Edital Nº 2 - MCT, de 12 de setembro de 2008). Um aspecto a ser observado é que os Bolsistas se constituíram categoria indispensável no desenvolvimento e manutenção das atividades finalistas, e como mostrou o Gráfico 2, acima, são quase sempre superior ao número total de servidores permanentes. O Insa conta ainda com uma equipe de funcionários de empresa terceirizada para execução de serviços gerais, vigilância, auxiliar de laboratório, analista de laboratório, técnico de tecnologia da informação e secretaria. Apesar das oscilações do quantitativo de trabalhadores terceirizados, entre 2008 e 2022, esse grupo de trabalhadores sempre foi superior aos demais, e também registrou aumento ao longo do tempo, chegando a quase 50% do total de pessoal do Insa.

O Insa é uma instituição teoricamente grande, fisicamente muito bem instalada, com uma estrutura física fenomenal. Mas a infraestrutura de pessoal é pequena. Uma das limitações que a gente tem é essa. Há um esforço muito grande de todos, tentando ao máximo levar o Insa para outras regiões, seja em um projeto, seja uma ação de difusão tecnológica, seja como for. Se tivesse mais gente, nós teríamos mais capilaridade no Semiárido. Ampliar o corpo técnico e administrativo vai depender de uma política do Ministério, do Governo federal (Interlocutor G, maio de 2023).

A demanda para aumento do quadro de servidores do Insa vem sendo apresentada ao MCTI por todas as gestões do Insa. No entanto, apenas este ano de 2023, no Governo Lula, este Ministério anunciou e autorizou a realização de concurso público para provimento de cargos das suas Unidades de Pesquisa (UPs), conforme Portaria MCTI nº 7.227, de 12 de julho de 2023. Com base neste documento, estão previstas para o Insa 31 vagas em diferentes cargos¹²⁷, destas, 19 vagas para a área de pesquisa — pesquisador (10) e Tecnologista (9) — e 12 vagas para a área administrativa — Analista em CT. A constituição da “Comissão Especial de Concurso Público no Instituto Nacional do Semiárido — INSA”, conforme Quadro 21, foi criada ainda no mês de julho com a finalidade de “planejar, organizar e supervisionar a

¹²⁷ <https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/concurso-publico-do-mcti-preve-31-vagas-para-o-insa-mcti>

execução do concurso público destinado ao provimento de cargos das carreiras de Pesquisa” em CT e de Desenvolvimento Tecnológico. Entre os dias 13 e 25 deste mesmo mês, a direção do Instituto publicou três portarias com alterações dos nomes e no quantitativo dos componentes desta Comissão.

Quadro 21. Integrantes da Comissão Especial do Concurso do Insa 2023, com seus respectivos cargos no Instituto.

Portaria Insa Nº 29 de 13/07/2023	Portaria Insa Nº 30 de 17/07/2023, revogando a Portaria anterior	Portaria Insa Nº 31 de 25/07/2023 revogando a Portaria anterior
1. Fabiane Batista (Agrônoma-Pesquisadora) – como Coordenadora da Comissão	1. Fabiane Batista (Agrônoma-Pesquisadora) - como Coordenadora da Comissão	1. Fabiane Batista (Agrônoma-Pesquisadora) – como Coordenadora da Comissão
2. Marcelo José Gama da Silva (Meteorologista-Chefe de Setor de Gestão Estratégica) – como Coordenador Substituto da Comissão	2. Jucilene Araújo (Agrônoma-Pesquisadora) – como Substituta da Comissão	2. Jucilene Araújo (Agrônoma-Pesquisadora) – como Coordenadora Substituta da Comissão
3. Jucilene Araújo (Agrônoma-Pesquisadora)	3. Geovergue Medeiros (Zootecnista-Pesquisador)	3. Geovergue Medeiros (Zootecnista-Pesquisador)
	4. Ricardo Lima (Engenheiro Eletricista-Pesquisador)	4. Giuseppe Roncali – Chefe de Divisão de Planejamento
		5. Inesca Cristina Pereira – Coordenadora de Administração

Fonte: Elaboração própria, a partir das Portarias publicadas.

Ao verificar as razões dessas mudanças, pelo menos três Interlocutores revelaram o seguinte: diante da publicação da primeira Portaria nº 29, 4 dos 7 pesquisadores efetivos solicitaram a direção, através de e-mails, informações sobre a forma como estava sendo conduzido esse processo de organização e definição dos perfis das vagas para o concurso, uma vez que nenhum deles havia sido sequer convidado para participar ou consultado, e reivindicavam a ampliação desta Comissão. Como resposta, a direção não realizou reunião com todos os pesquisadores, apenas informou que já existia uma relação com os perfis dos cargos no MCTI, enviada ainda em 2022, e publicou a segunda Portaria nº 30, revogando a anterior, em que excluiu o nome de Marcelo José Gama da Silva, e incluiu dois pesquisadores: Geovergue Medeiros e Ricardo Lima. Ainda de acordo com esses Interlocutores, a relação com os perfis dos cargos, citada pela diretora, não havia sido discutida ou compartilhada, pelo menos com eles. No parágrafo único desta Portaria tem o seguinte texto:

Os membros da Comissão deverão manter sigilo sobre as questões discutidas no âmbito do colegiado, com vistas a garantir a lisura do concurso de que trata o art. 1º desta Portaria, e declarar antecipadamente, se houver, a inscrição para o certame de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Diante disso, Ricardo Lima, solicitou a retirada de seu nome da Comissão, alegando

conflitos de interesse. A direção do Insa então publicou a terceira Portaria Nº 31, excluindo seu nome, incluindo dois servidores da área administrativa, não havendo qualquer movimento no sentido de incorporar a esta Comissão outro pesquisador entre os 4 que haviam manifestado interesse. Em lugar disso, optou por solicitar a estes, por escrito, sugestões de perfil dos cargos. Vale dizer que para qualquer instituição, mais precisamente as científicas, a formação do quadro de pessoal, para além do quantitativo, tem na definição dos perfis profissionais aspecto determinante para o cumprimento da sua missão e da sua própria sobrevivência. Isso pressupõe criar as condições favoráveis, a começar pela formação da própria Comissão do Concurso Público. Até o momento da publicação desta tese não encontramos qualquer informação sobre a publicação do edital do concurso para pesquisador do Insa e, segundo informações dos Interlocutores A e E, o Insa “perdeu o prazo estipulado pelo MCTI”.

4.2.2 Recursos Orçamentários

O Insa é mantido com recursos orçamentários advindos predominantemente da União, através da Lei Orçamentária Anual (Loa), que assegura os meios necessários para que as ações alinhadas ao Plano Diretor da Unidade (PDU) e pactuadas junto ao MCTI via Termo de Compromisso de Gestão (TCGs), sejam executadas. Outras fontes de recursos como parcerias, cooperações, convênios e Termos de Execução Descentralizada (TEDs)¹²⁸ com instituições públicas e privadas, em nível regional, nacional e internacional são praticadas, no entanto, as informações referentes a estas formas de captação de recursos não estão contempladas nos gráficos aqui apresentados, uma vez que não conseguimos obtê-las. Nossa intenção é mostrar, com base nos dados disponibilizados pelo Insa¹²⁹, uma perspectiva evolutiva do volume de

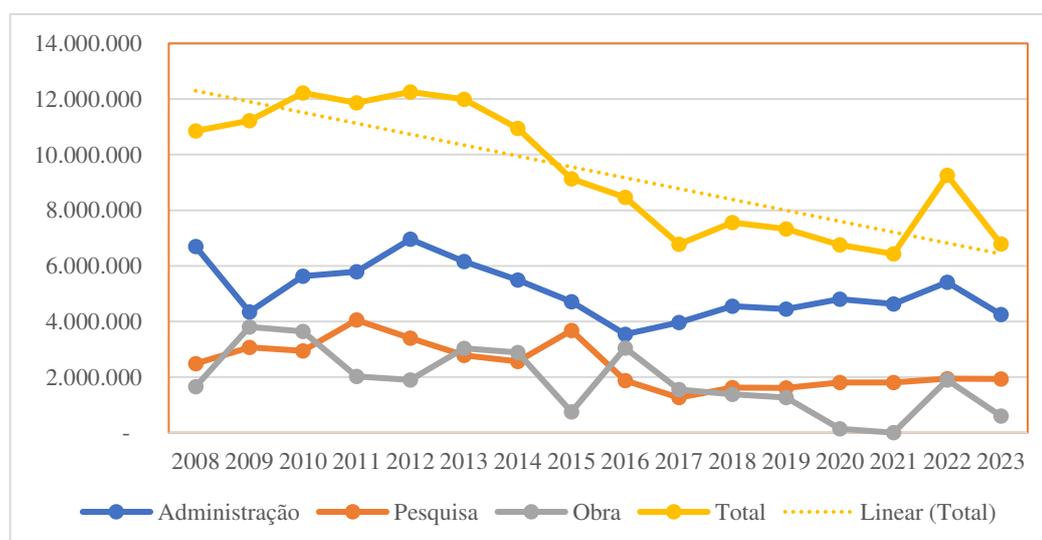
¹²⁸ TED é um “Instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora, nos termos estabelecidos no plano de trabalho, que poderá ter as seguintes finalidades: I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua; II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora; ou III - ressarcimento de despesas - descentralização de crédito para reembolso por despesa realizada anteriormente pelo CNPq”. Fonte: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/nacionais-1/termo-de-execucao-descentralizada-ted> Acesso em: 18 ago 2023.

¹²⁹ Os dados orçamentários apresentados aqui não contemplam o período de 2004 a 2007. Solicitamos informações orçamentárias do Insa, desde a sua criação, organizadas por ano, fontes (administração, pesquisa e obras) e natureza da despesa (custeio e capital). Em resposta, o Insa reforça: “Encaminhamos a resposta deixando explicado o seguinte: as informações são oficiais e completas dos últimos 10 anos. Os anos antecessores são recortes de informações buscadas em arquivos de uso pessoal e outros sistemas limitados”. A referida solicitação foi feita por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal (FalaBR). <https://falabr.cgu.gov.br/>

recursos destinados às ações de ciência e tecnologia do Instituto, nos últimos 16 anos, com destaque para os investimentos no âmbito da pesquisa. Partimos do pressuposto de que assim como o quadro de pessoal, os recursos financeiros são condições essenciais para a sobrevivência de qualquer instituição científica, logo, para o desenvolvimento da pesquisa científica ou outras atividades no âmbito da ciência e tecnologia.

Para efetuar uma análise histórica, utilizamos como fator de deflação o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, que mede oficialmente a inflação no país. Assim, no Gráfico 3, percebemos que ao longo do período informado e analisado (2008-2023), considerando as variações anuais, a média dos recursos orçamentários repassados anualmente ultrapassa R\$ 9 milhões, com destaque para os anos de 2010 a 2013 que alcançaram os R\$ 12 milhões. Embora registre um aumento em 2022, há uma tendência de queda contínua nos anos analisados (linha pontilhada). Enquanto as atividades de pesquisa utilizam 26% e as obras 20%, a maior parte dos recursos, 56%, é destinada ao custeio, para pagamento de empresas de terceirização de mão de obra, aquisição de materiais de consumo e serviços diversos, como telefonia, água, energia, manutenções etc. Especificamente, o orçamento para obras oscila bastante, com picos em 2009-2010 (construção da sede), 2013-2014 (construção dos setores de serviços e infraestrutura da Estação Experimental), e 2016-2017 (construção do novo acesso à Estação Experimental). É importante registrar que os recursos orçamentários disponibilizados para o Insa nem sempre são executados na sua totalidade, ou seja, pode haver variações entre os valores recebidos e os executados, como mostram outros documentos, a exemplo dos TCGs.

Gráfico 3. Histórico Orçamentário do Insa (em reais, deflacionado pelo IPCA).

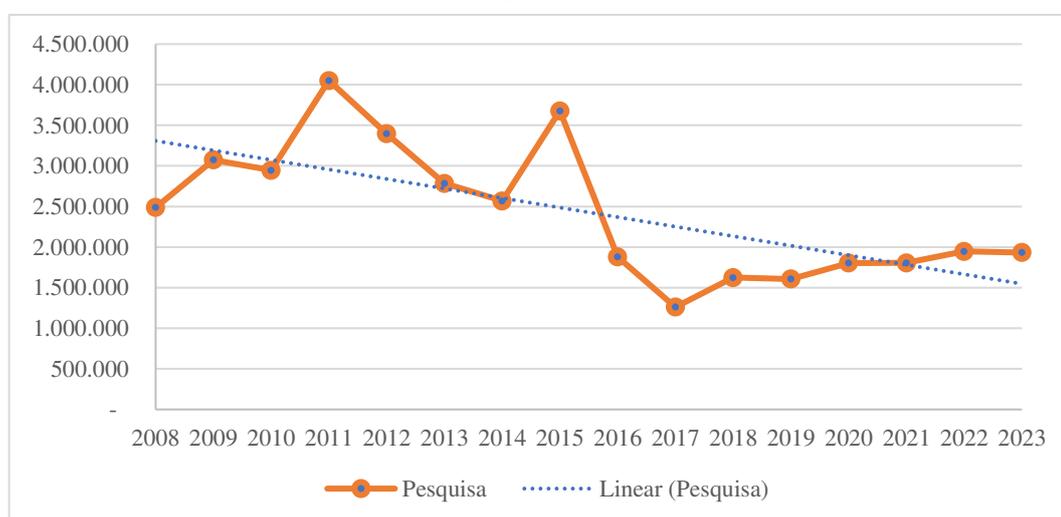


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados pelo Insa (2023).

Este histórico orçamentário geral não inclui pagamento de pessoal — servidores do quadro permanente da administração e da pesquisa, e nem dos técnicos e pesquisadores na condição de bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI)/CNPq ou que são remunerados com bolsas de outras instituições de fomento. Na fonte Pesquisa, a maior parte do orçamento fica concentrado nas atividades de pesquisa propriamente ditas, ou seja, compra e manutenção de equipamentos, e aquisição de insumos. Seria muito importante entender como e se são destinados recursos para as atividades dos outros eixos de atuação do Instituto, quais sejam, a articulação, a formação e a difusão (e popularização da ciência)¹³⁰.

No Gráfico 4, ressaltamos que, na série histórica do orçamento de pesquisa, também há uma tendência contínua de redução, considerando os valores deflacionados pelo IPCA, como dito anteriormente. O ano de 2011 apresenta o maior valor histórico, R\$ 4 milhões, seguido por uma nova alta em 2015 (R\$ 3,7 milhões) e uma queda vertiginosa em 2017, menor valor da série (R\$ 1,3 milhões). A partir de 2018, houve um discreto aumento nos valores repassados para a atividade de pesquisa, embora não tenham alcançado os R\$ 2 milhões, valor abaixo da média histórica do período, de R\$ 2,3 milhões. Por fim, percebemos que os orçamentos em CT do Insa para a pesquisa científica foram mais expressivos entre 2008 e 2015.

Gráfico 4. Histórico orçamentário de Pesquisa do Insa (em reais, deflacionado pelo IPCA).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados pelo Insa (2023).

Diante do pequeno quadro de pessoal, particularmente na área da pesquisa, a maioria dos Interlocutores consideram que o orçamento é “proporcional” ao tamanho do Insa e, segundo

¹³⁰ Um quinto eixo que consta em documentos do Insa é o de subsidiar políticas públicas. Abordaremos os eixos de atuação no capítulo 7.

o Interlocutor G, “de certa forma suficiente”. Nessa linha de pensamento, ele levantou a preocupação com a devolução, quando há dificuldade de executar altos volumes de recursos, o que para o “serviço público não é bom”. E ressaltou: “pelo que a gente escuta de relatos do pessoal da administração [do Insa] já está começando a ficar curto pelos sucessivos cortes que o Governo tem dado aí, começa a encurtar o lençol. Está puxando, cobrindo uma parte e descobrindo outra. É mais ou menos assim que o pessoal fala”.

Afirmou ainda que devido a limitação orçamentária a partir de 2020, há uma percepção no Insa sobre a necessidade de captar recursos para desenvolver projetos do Instituto, com financiamento de outras instituições e ministérios, e assim ampliar mais a atuação institucional (Entrevista em maio de 2023). Mas, cabe lembrar que essa ideia de o Insa captar recursos não é recente.

4.2.3 *Infraestrutura física*

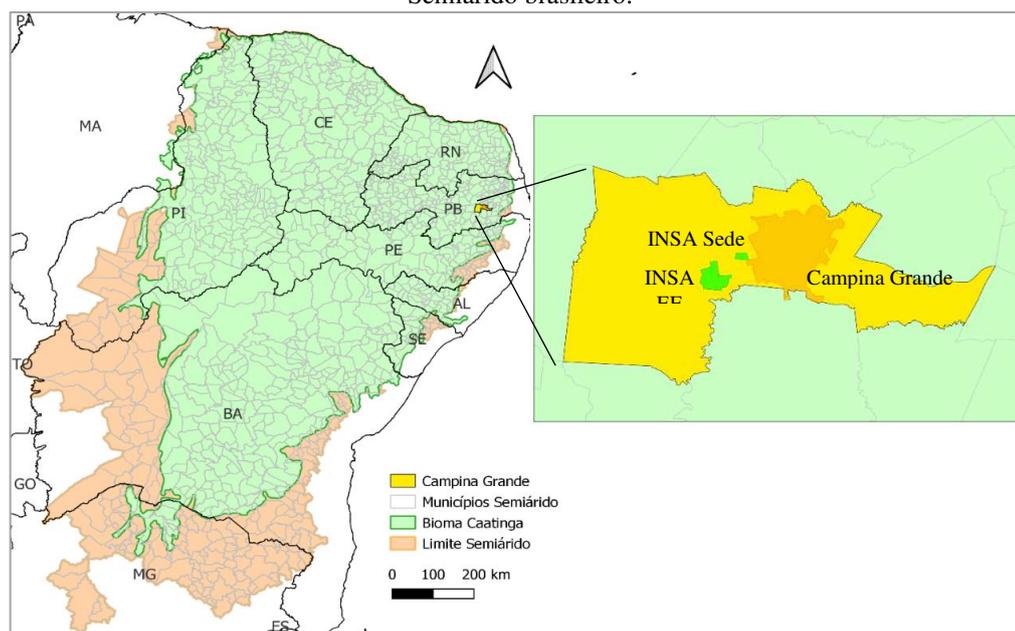
A Sede Administrativa do Insa funcionou inicialmente de forma provisória numa sala da Atecel/UFCG (2004-2005), depois mudou para um espaço no prédio da Associação Comercial de Campina Grande (2006-2011), até a instalação definitiva na nova Sede, em outubro de 2011¹³¹. Atualmente, o Instituto dispõe de dois sítios — a Sede Administrativa e a Estação Experimental Ignácio Salcedo — distantes 6,5 km entre eles, localizados a Oeste da cidade de Campina Grande, na Paraíba (Figura 12 e Figura 13). São áreas contíguas, que pertenciam a diferentes proprietários. Isso aconteceu porque a percepção na época era que apenas “uma área não seria suficiente” e caso o Insa fosse instalado onde funciona a Estação Experimental, ficaria muito distante da cidade. Juntos, ocupam uma área total de 764 hectares de terras, que foram desapropriadas pelo Governo do estado da Paraíba na gestão de Cássio Cunha Lima (PSDB), entre 2003-2006, no seu primeiro mandato. Para esta pesquisa, devido ao tempo, não foi possível investigar quem eram os donos das propriedades, a razão da desapropriação pelo Estado, até mesmo se beneficiou alguém ou algum grupo.

A princípio, pela própria influência do dr. Manelito em Campina Grande, pela história, ele conseguiu fazer com que o Instituto fosse instalado na Associação Comercial, [...] até a inauguração da Sede que nós construímos, que se deu justamente

¹³¹ A Atecel/UFCG fica localizada na Rua Aprígio Veloso, nº 882, bairro Bela Vista. E a Associação Comercial, na Rua Floriano Peixoto, 715, no Centro da cidade. Em novembro de 2011, a Sede Administrativa passou a funcionar em definitivo no prédio próprio (Complexo de Edificações), situado na Av. Francisco Lopes de Almeida, s/n (início da PB-138), bairro Serrotão. A Estação Experimental Prof. Ignácio Salcedo – nome dado em homenagem ao segundo diretor do Insa, em fevereiro de 2018, na ocasião da inauguração da estrada de acesso a este sítio – fica situada também na PB 138, Km 4,6, Sítio Lucas, Campina Grande.

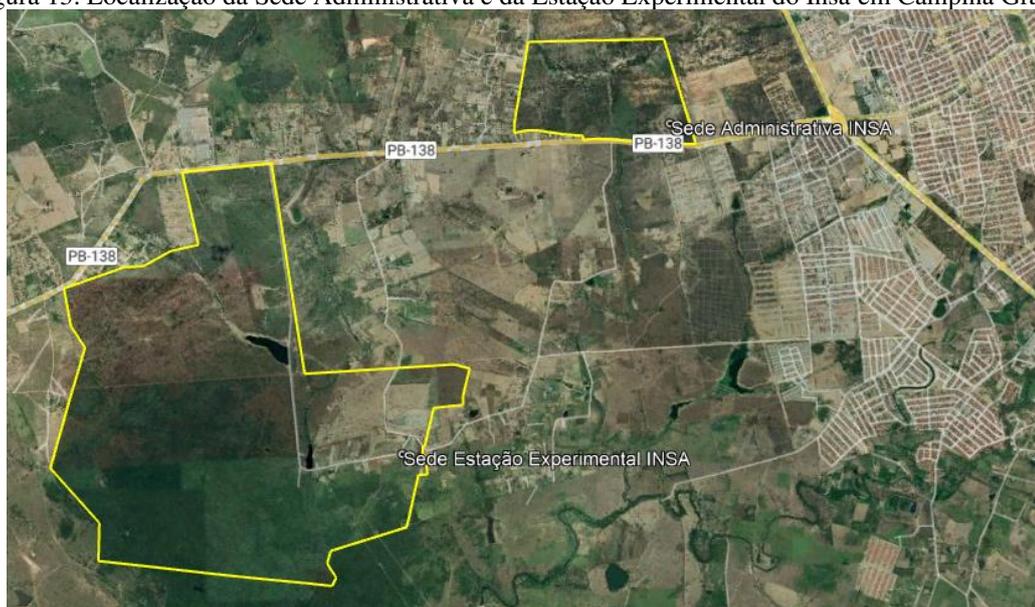
no dia que eu estava já a ponto de entregar [o Insa] para o novo diretor nomeado [Ignacio Salcedo]. A inauguração desta nova unidade se deu nesta passagem de 2011, em maio, com a presença do chefe de gabinete do ministro [Aloizio Mercadante]. [...] tem praticamente duas inaugurações do Instituto: esta seria a oficial na Sede, mas já havia sido feita uma outra [cerimônia] virtual [em 2010], quando nós tivemos uma visita do presidente Lula ao Cetene, em Recife, uma vez que Lula não pode vir a Campina Grande. [...] Aliado ao planejamento estratégico, eu creio que essa seja a outra ação de maior impacto para o que é hoje o Instituto Nacional do Semiárido, que é a consolidação da sua casa. Disse Roberto Germano (Entrevista em março de 2023).

Figura 12. Localização da Sede Administrativa e da Estação Experimental (EE) do Insa no contexto do Semiárido brasileiro.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, acessados em novembro de 2021.

Figura 13. Localização da Sede Administrativa e da Estação Experimental do Insa em Campina Grande.



Fonte: Google Earth 2023. Data das imagens sobre o Insa: 09 de fevereiro de 2022.

A Sede Administrativa, afastada cerca de 9 km do Centro da cidade, na área urbana, possui 100 hectares, propriedade esta que se encontra em litígio na justiça, pois o valor ofertado pelo Governo do estado da Paraíba para aquisição foi contestado pelo proprietário. Na justiça, as partes buscaram um acordo para que seja devolvido 70 hectares ao referido proprietário, restando 30 hectares para que a desapropriação se converta em doação definitiva à União¹³². No caso da Estação Experimental, localizada em uma propriedade rural denominada Lagoa Bonita, possui 664 hectares¹³³, e a doação definitiva foi oficializada em janeiro de 2007, quando o então presidente do Comitê de Implantação, Manoel Dantas — “Manelito”, inaugurou o espaço com a presença do Governador Cássio Cunha Lima (Figura 14). Dentre os presentes, também estava Roberto Germano, que viria a ser o primeiro diretor do Insa. Todavia, desde 2006, a Estação Experimental “Modular”, denominada “Centro Nordestino de Pecuária de Múltipla Função”, realizava atividades com a participação de professores/colaboradores e técnicos/bolsistas (das áreas de Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária). Este espaço foi pensado para realizar “estudo e disseminação dos elementos biológicos (plantas e animais) apropriados às terras secas do Nordeste”, conforme texto impresso na placa de inauguração (Figura 14).

Figura 14. Registros da cerimônia de entrega da área da Estação Experimental ao INSA

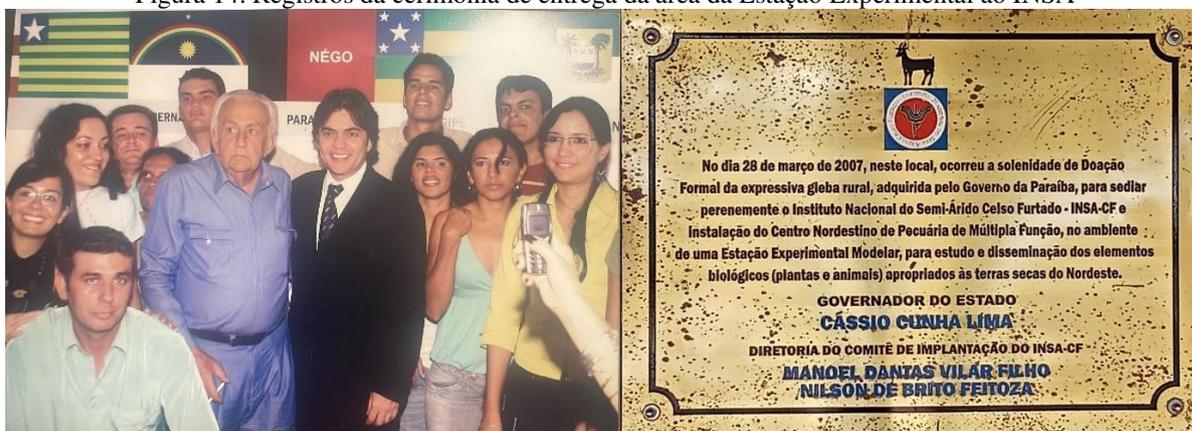


Foto com a presença de Manelito (vestindo roupa na cor azul) e do governador Cássio Cunha Lima (vestindo paletó e gravata), acompanhados pelos bolsistas PCI (2006); Placa alusiva a solenidade de doação da área da Estação Experimental (2007).

Fonte: Acervo da primeira turma de bolsistas do Insa. Fotos cedidas pelo ex-bolsista Walter Vasconcelos (2023); foto da placa: Everaldo Gomes, 2023.

¹³² A desapropriação dos 100 hectares para construção da Sede Administrativa do Insa foi anunciada através do Decreto nº 26.554 de 18 de novembro de 2005, e publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba conforme nº 13.082 de 19 de novembro de 2005. Em 2011, em audiência com o Governador do estado, a regularização da área havia sido solicitada (Insa, 2013, p. 88). Como vimos, atualmente, o processo segue em negociação.

¹³³ A escritura pública de doação foi registrada no 1º Cartório de Imóveis de Campina Grande-PB, Tabelião Ivandro M. Cunha Lima. Sem valor declarado. Adquirida pelo outorgante Governo do Estado da Paraíba, representada pelo Governador Cássio Rodrigues da Cunha Lima, e como outorgada a União, através do Insa, representada pelo presidente do Comitê de Implantação, Manoel Dantas Vilar Filho.

Na referida escritura a propriedade está assim descrita:

Uma propriedade rural denominada Lagoa Bonita, deste município, medindo 133,00 hectares mais ou menos, com quatro casas, uma cachoeira, um pequeno açude e algumas fruteiras. Limitando-se: ao norte, com terras de Antônio Lúcio e José Vicente; ao sul, com terras de Alice Barbosa, Maria Barbosa da Conceição, Cícero Gesuíno, Severino Gomes e José Agripino; leste, com terras de Ivandro Moura Cunha Lima; Uma área de terra que mede 509,05 hectares, [...], compreendidas no imóvel Fazenda Lucas, deste município, limitando-se: ao norte, com terras de Luiz Cabral Messias Braga, estrada Campina/Boa Vista e terras de Margarida Motta Rocha; ao sul, com terras de Ivandro Cunha Lima; a leste, com terras de Margarida da Motta Rocha, Antônio Gouveia, José Claudino e Ademar Andrade; a oeste, com terras de Ivandro Moura Cunha Lima e Luiz Cabral; adquirido por ele outorgante doador através de desapropriação, conforme escritura pública e registrada [...].

Ambos os sítios contam com uma infraestrutura de laboratórios, auditório, salas de capacitação, biblioteca, refeitórios, escritórios, entre outros. As obras foram financiadas com recursos do Governo Federal, por intermédio do MCTI e de sua agência de fomento Finep. Entre 2008 e 2011, a Finep, através de convênios com a Atecel, aprovou e liberou recursos para a execução de “quatro grandes projetos para criação da infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido, na ordem de R\$ 20.955.000,00 (vinte milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais)” (Insa, 2011, p. 16). Tais projetos estavam definidos da seguinte forma (Quadro 22):

Quadro 22. Projetos para criação infraestrutura do Insa*.

Projetos	Valor (R\$)	objetivos
I. INFRAINSA Criação da Infraestrutura de Pesquisa da Estação Experimental (Fase 1)	2 milhões	“construção dos laboratórios: a) Reprodução Animal e Genética Aplicada e b) Ecofisiologia e Ecologia Vegetal. [...] iniciando a construção do Complexo de Laboratórios ‘Celso Furtado’, construção do Núcleo de Caprino-Ovinocultura, com instalações e equipamentos não existentes no interior do nordeste brasileiro, facilitando o acesso a programas de pós-graduação (desenvolvimento de pesquisas para dissertações e teses) e acesso a pesquisadores do país e do exterior, que desejarem conduzir parte ou todo o seu trabalho na região Semiárida brasileira”.
II. CIDSAB Centro Integrado de Inovação e Difusão de Tecnologias para o Semiárido brasileiro	10 milhões	“Construção, na Estação Experimental do INSA, de um prédio denominado de Complexo de Laboratórios, sendo este caracterizado pelas seguintes unidades: a) biotecnologia, b) Recursos Naturais e c) Agroindústria. Somado a construção deste Complexo, o projeto, através de parcerias com instituições de CT&I, prevê a implantação de unidades avançadas do CIDSAB a serem instaladas inicialmente em 5 Estados da região Semiárida brasileira. Também, está prevista a construção de um Centro de Treinamento e Capacitação em Tecnologias e Inovações para o Semiárido brasileiro, além da aquisição e instalação dos equipamentos imprescindíveis ao funcionamento do CIDSAB e ainda a fixação de 20 Doutores e Mestres, como bolsistas, para atuarem na articulação entre instituições de CT&I dos Estados e o INSA e na execução de pesquisas”.
III. ADSAB Ações de CT&I para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido brasileiro	7,9 milhões	“Implantar no INSA o Programa Entidades Associadas, na forma de Laboratórios Associados; Implantar o Fórum "Futuro do Semiárido brasileiro"; ampliar a atuação do Centro Integrado de Inovação e Difusão de Tecnologias para o Semiárido brasileiro (CIDSAB), com implantação de unidades em outros Estados da Federação; possibilitar a consolidação da infra-estrutura do INSA, garantindo-lhe instalações físicas e laboratoriais complementares; possibilitar condições para a execução de pesquisas de médio e longo prazos.”
IV. CIEINSA	1,055	“Complementação da infra-estrutura da Sede do INSA (CIENSA), por meio da

Projetos	Valor (R\$)	objetivos
Complementação da Infra-estrutura da Sede do INSA	milhões	construção dos reservatórios superior e inferior, incluindo tubulações e casa de bombas para abastecimento das edificações da Sede do INSA-Castelo d'água.”

* Em todos os projetos estão identificados os números dos convênios.

Fonte: Insa, 2011.

Roberto Germano relata que a sua primeira reunião de planejamento, como diretor, aconteceu em Brasília, com o Ministério do Planejamento e com a presença de todos os Institutos do MCTI. Na ocasião estavam sendo discutidas as prioridades estratégicas dessas unidades. Antes disso, na primeira reunião com o ex-ministro Sérgio Rezende, fez a pergunta: “e a casa para nós morarmos? Porque nós estamos emprestados na Associação Comercial”. Rezende comentou sobre o processo burocrático na administração federal, mas “nós vamos fazer isso de uma forma modular, a cada ano vamos construindo uma parte que componha um conjunto”. Germano descreve a caminhada desde a garantia dos recursos, a viabilização dos projetos, o processo de construção etc. O trecho abaixo, nos ajuda a entender:

Fomos para essa reunião do Ministério do Planejamento. Na reunião era para que todos os institutos do MCT determinassem quais seria suas ações estratégicas. Ai você imagine, um professor saindo da academia, embora conhecendo pouco como funciona o sistema público federal, mas conhecendo pouco a dinâmica de gestão especificamente dentro daquele Ministério. E eu comecei a ficar inquieto porque cada unidade estava dizendo: nós já planejamos isso, já consta assim, assado. Aprovado! E foi aumentando minha inquietude porque muitas coisas eram estruturantes, tipo assim, construção de um anexo do Inpe, laboratório tal, e assim por diante. Aí eu perguntei uma pessoa que estava do meu lado: curioso isso, porque estou chegando agora e nem casa para morar nós temos ainda. E como é que funciona esta dinâmica aqui? Ela disse: bom, de vocês eu não sei que foram criados agora, mas a gente está colocando nossas prioridades, então, se isso está lhe incomodando o faça também. Foi quando eu me inscrevi e até brinquei sobre isso, que admirava aquela dinâmica e aquela ritualística toda, de todos apresentando a reforma de sua casa de morada quando, na verdade, nem casa nós tínhamos para morar. Na verdade, a grande estratégia para instalação do Instituto era ter onde morar. [...] Na época a pessoa que estava conduzindo os trabalhos no Ministério do Planejamento disse: a sua reivindicação não é adequada neste momento porque nós estamos aqui apresentando demandas abaixo do valor do teto que nós temos no Ministério de Planejamento, que é 15 milhões de reais. Eu não esqueço nunca desse número! Eu disse: com 15 milhões de reais se nós aplicássemos não seria presidente do Insa, seria governador do estado da [Paraíba], porque esse valor é inimaginável! O valor [que precisamos] é muito abaixo disso. Entretanto, se você me perguntar eu não tenho um projeto ainda porque estamos em fase de planejamento estratégico, mas é abaixo desse valor. Foi quando ela disse: Bom, sendo abaixo desse valor, nós poderemos discutir. Abro a discussão e se tem algum encaminhamento no sentido de não considerar isso como relevante. Todo mundo ficou calado. E ao ficar todo mundo calado, disse: bom, estou entendendo que seria aprovada a reivindicação do presidente do Instituto Nacional do Semiárido. Eu fiquei extremamente emocionado. Na época, para você ter uma ideia, eles liberaram 7 milhões e setecentos mil reais. Não esqueço nunca porque era bem abaixo do 15 milhões que tinha sido falado na reunião, que era o teto. E isso era o que na visão de Sérgio Rezende dizia que seria de forma modular. Então, no primeiro ano já liberou 2 milhões e quinhentos, de imediato, [...] do orçamento do Insa para a construção. E que isso seria de uma forma gradativa ao longo dos três anos. E assim foi feito! O papel

que nós tínhamos na mão era um croqui que tinha sido feito pela equipe do doutor Manelito, uma área de 240 m², onde seria a sede do Instituto. E eu dizia: olha, isso não representa o anseio de um ministério que pretende instalar a Sede de um Instituto com mandato nacional. Aliás, isso aqui é uma casa pequena, reconheçamos. Então, foi quando essa questão da liberação dos recursos a gente começou a trabalhar na idealização na estrutura física de um instituto nacional, onde tivesse laboratórios, onde tivesse estrutura administrativa (Entrevista em março de 2023).

Segundo ele, após a jornada para viabilizar os recursos destinados à construção das instalações físicas do Insa, se deparou com um desafio. Os recursos foram via Finep, através dos Fundos Setoriais. Para cumprir as exigências legais é necessário apresentar a escritura do Imóvel, neste caso, das terras doadas à União pelo Governo do estado da Paraíba, para usufruto do Insa. As terras haviam sido desapropriadas, mas diante da ausência da escritura, devido ao processo judicial em curso, e da decisão de não construir a Sede nas terras onde se encontra a Estação Experimental, em função da distância, a estratégia foi enviar a escritura da Estação Experimental, que já estava regularizada. “Mas automaticamente eu determinei: vamos correr atrás de resolver esse problema, pois ou a gente resolve judicialmente com o Estado como vai ser amparada a situação do ex-proprietário ou a gente não vai ter a escritura”. Não houve questionamento jurídico. Mas era preciso viabilizar o projeto arquitetônico e esse seria, segundo ele, outro desafio, superado “com a contribuição valiosa da Arquiteta Maria Constância Ventura Crispim”, que foi quem projetou as edificações do Insa. A respeito dessa história ele discorre:

Vinicius [Sampaio Duarte] era o coordenador de finanças [...] e conhecia o Ministério como ninguém. [Disse:] professor depois da licitação do projeto, o senhor vai abrir uma licitação para a construção. A gente fez os cálculos e fomos passar mais ou menos um ano para *startar*, digamos assim, todas essas coisas, e o dinheiro liberado. E aí o que é que nós vamos fazer? Na época, a gente contratou como bolsista Adalberto [Ferreira dos Santos] — que é um engenheiro, tinha construído, inclusive, a rodoviária [de Campina Grande], trabalhou no DER — para auxiliar porque não tínhamos experiência com relação a isso. A gente tem que fazer uma planta e precisa do auxílio arquitetônico. Foi quando procuramos uma professora [*a Arquiteta Maria Constância Ventura Crispim*], que foi uma madrinha. Era uma boa Arquiteta de Campina Grande. Fizemos uma visita e ela ficou empolgadíssima do que seria esse Instituto. E ela começou a formar modelo. Eu digo pronto, agora vamos falar do problema. A realidade é a seguinte professora, para gente cumprir esse desejo precisa cumprir algumas regras que a gente está vendo como dificuldade. Aí eu expliquei. Sim, mas o que é que vocês estão pretendendo? Fazer um contrato de risco com a senhora. Mas o que é que você está chamando de contrato de risco? É porque até o valor da licitação, que era um valor na época se não me engano era 17 mil reais, até esse valor não era necessário licitação. Se nós tivermos esse *croqui* aqui dentro deste valor nós gostaríamos de contar com a senhora apresentando essa proposta inicial porque a partir do momento que nós tivermos essa proposta, abrimos uma licitação para o projeto estrutural. Ela disse: mas é muito pouco! Porque se você fosse me pagar simplesmente para fazer esta planta seria mais do que isso. Eu disse: professora, mas é por isso que eu estava gostando da empolgação da senhora porque a senhora não está colocando um elemento dentro desta conversa que estamos tendo aqui. É que a senhora vai fazer uma obra que a senhora vai se notabilizar e se imortalizar nesta obra. Professora é que esta obra não vai se acabar nunca. Nós vamos morrer, mas esta obra vai ficar. Quando estou falando na imortalização é neste sentido. E é um marco muito

importante, que não há dinheiro que vale a pena. É exatamente o que a senhora tem. Ela disse: é realmente eu estava me empolgando porque é uma coisa muito envolvente isto. Então, que tal a senhora topa? Ela disse: deixa eu dar pensada nisso aqui e venha depois para a gente conversar. Depois ela telefonou e disse: venha que eu quero conversar com vocês. Quando chegamos lá ela já tinha uma concepção. Ela dizia: olhe, eu pensei muito e já tenho uma concepção para apresentar para vocês. Ela disse: *como é uma coisa do Semiárido e uma cultura que é muito implantada no Nordeste eu imagino que a gente poderia construir uma estrutura como se fosse uma planta de palma forrageira, onde a gente tivesse uma base e tivesse ali todos os cladódios como prédios. E a gente podia fazer isso na forma de uma mão, onde um prédio administrativo fosse a base da mão e todos esses outros prédios satélites fossem justamente complementares a esse aqui.* Ela nem terminou de dizer, e dissemos, aprovado! Ela entregou rapidamente esse projeto e a gente começou a trabalhar. Ao final do primeiro ano nós já estávamos com a construção do primeiro prédio administrativo. Começamos a construir o cladódio principal que é o prédio administrativo. Licitamos primeiro este e depois licitamos os outros, e o auditório foi o último a fazer porque é mais complexo porque envolve som, iluminação. E depois vieram os projetos complementares (Entrevista em março de 2023, grifos nossos)

Esse projeto da Sede Administrativa foi concretizado (Figura 15 e Figura 16)¹³⁴. Possui prédios integrados formando um complexo com instalações modernas; 8 blocos horizontais e a portaria, sendo 34.000 m² de área urbanizada e 4.670 m² de área construída. Estes blocos concentram atividades administrativas, de pesquisa, apoio e formação/capacitação com salas providas de armários e equipamentos para pesquisadores e técnicos, copas e banheiros em cada bloco, biblioteca, auditório para 120 pessoas, salas de treinamento, refeitório, sala de vídeo conferência, salas de reuniões, ambiente de convivência, almoxarifado, galpão/garagem, um espaço amplo para apoio aos trabalhadores terceirizados — “Casa do Trabalhador” — com vestuário, refeitório etc. O laboratório Vasconcelos Sobrinho¹³⁵ — nome dado em homenagem ao Agrônomo e Ecólogo Conservacionista, professor da UFRPE e UFPE — é destinado a atividades relacionadas a análise de solos.

¹³⁴ Exceto a Figura 17, devidamente identificada na fonte, todas as demais imagens utilizadas na apresentação da Sede Administrativa e da Estação Experimental Ignácio Salcedo estão disponíveis no *Flickr* do Insa, e foram acessadas em novembro de 2020. Conforme endereço eletrônico a seguir: <https://www.flickr.com/photos/186836709@N08/albums/with/72157716864663821>

¹³⁵ O Dia Nacional da Caatinga é comemorado em 28 abril, data do seu nascimento. Sobre sua biografia acessar: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/vasconcelos-sobrinho/>

Figura 15. Vista panorâmica da Sede Administrativa.



Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

Figura 16. Blocos da Sede Administrativa do Insa.



(A) salas de pesquisadores (B), administração central, (C) refeitório e almoxarifado, (D) laboratório Vasconcelos Sobrinho, (E) auditório, biblioteca e salas de treinamento, (F) busto de Celso Furtado, (G) Caixa D'água, (H) garagem e depósito, e (I) casa do trabalhador. Estes últimos (H e I) estão posicionados, nesta imagem, em frente aos prédios C e D.

Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

A Figura 17, mostra uma das fases do processo de construção da Sede Administrativa. À esquerda, encontra-se um complexo formado pelo auditório Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque¹³⁶, nome em homenagem a esse professor da UFPB que, entre os cargos importantes ocupados na área de CT foi presidente do CNPq (1980-1985), reitor da UEPB (1973-1975) e da UFPB (1976-1978). E à direita, a entrada de acesso lateral de um dos blocos.

¹³⁶Para mais informações sobre sua rica carreira, acessar: <https://centrodememoria.cnpq.br/lynaldo-cavalcanti.html>
Acesso em: setembro de 2023.

Figura 17. Imagens do processo de construção de blocos da Sede Administrativa*.



*Não conseguimos imagens desse período nos canais formais do Insa, nem junto aos entrevistados.

Fonte: <http://desimbloglio.blogspot.com/2011/09/ceara-e-o-nordeste-so-tem-ganhar-com.html> [Foto A:] “Jornalistas visitam as obras da Sede do Insa em Campina Grande”; [Foto B:] “Prédio do Insa em Campina Grande”. Acesso em: 21 de dezembro de 2021.

Há também o Cactário Guimarães Duque (Figura 18), inaugurado em 2014. Formado por 3 blocos de exposições tipo casa de vegetação, abriga uma coleção com “[...] 133 espécies de cactos e outras suculentas”. Das 32 espécies de cactáceas que existem no bioma Caatinga e apresentam algum grau de ameaça de extinção, 25 delas estão representadas neste Cactário¹³⁷ (Batista *et al.* 2018, p.16). Faz parte de um projeto de pesquisa na área de Biodiversidade que visa “Conservação, propagação e caracterização citomolecular de cactáceas do Semiárido brasileiro” (Insa, 2020, p.23).

Figura 18. Vista panorâmica e detalhes do Cactário Guimarães Duque.



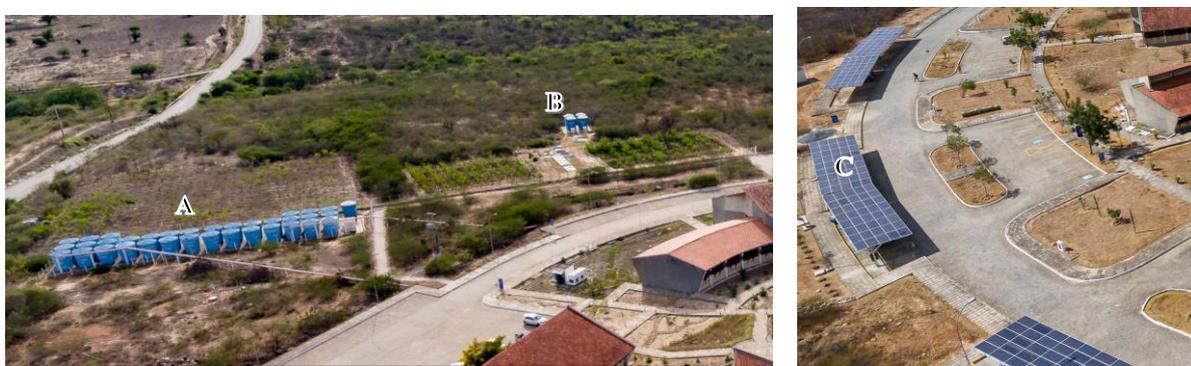
Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

Em 2017, através do projeto de pesquisa de Sistema de Captação de Água de Chuva, que coleta nos telhados dos prédios, armazena em reservatórios e distribui pelo sistema central

¹³⁷ O Insa também “mantém uma coleção *in vitro* de cactáceas com cerca de 3.350 exemplares, representando 27 espécies, distribuídas em 12 gêneros” (Batista *et al.*, 2018, p.16), que fica no laboratório de cultura *in vitro* na Estação Experimental Ignácio Salcedo.

de abastecimento de água, o Insa alcançou autossuficiência em torno de 78% no abastecimento da água para uso geral em sua Sede Administrativa, mesmo em plena manifestação da última grande seca. Outro projeto de pesquisa em funcionamento é o de Coleta, Tratamento e Reutilização do Esgoto Sanitário para fins de experimentos agrícolas de produção de forragem e espécies madeireiras. Desde 2019, com a instalação de painéis fotovoltaicos em estruturas tipo estacionamento, com 1.900 m² de área, o Instituto tem produzido grande parte da energia elétrica que consome (Figura 19). Esses projetos e iniciativas contemplam tanto a Sede Administrativa quanto a Estação Experimental.

Figura 19. Projetos e iniciativas nas áreas de recursos hídricos e energia renovável na Sede Administrativa.



(A) Sistemas de coleta de água de chuva, (B) Tratamento e reuso agrícola de esgoto, e (C) Geração fotovoltaica de energia elétrica.

Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

A Estação Experimental Prof. Ignácio Salcedo (Figura 20) está instalada na Fazenda Lagoa Bonita, onde são executadas atividades de pesquisa e demonstração de tecnologias. Dos 664 hectares, 300 são de reserva de Caatinga conservada, 28.000 m² de área urbanizada e 4.410 m² de área construída; dispõe de espaço administrativo, almoxarifado, portaria, refeitório, galpão para armazenamento de feno, viveiro de produção de mudas, casas de vegetação, estação meteorológica, centro de manejo de raças bovinas (curraleiro pé duro), áreas cultivadas com cactáceas, forrageiras e outras espécies nativas, além de uma estrutura sofisticada de laboratórios multiusuários que se divide em dois complexos: o de Laboratórios Celso Furtado, destinado à pesquisa nas áreas de produção/reprodução animal, ecofisiologia e ecologia vegetal; e o de Laboratórios Miguel Arraes, com pesquisas em biotecnologia, recursos naturais e agroindústria (Figura 21).

Figura 20. Vista panorâmica da Estação Experimental Prof. Ignácio Salcedo*.

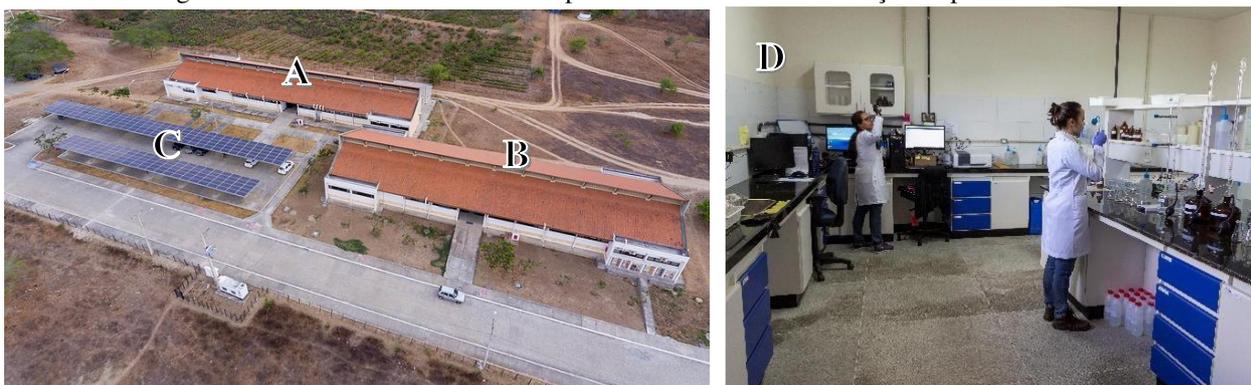


*Recebeu este nome em homenagem ao ex-diretor Ignacio Hernan Salcedo (em memória), em 2017, durante a gestão de Salomão Medeiros (2015-2019).

(A) Complexo de laboratórios, (B) Casa do trabalhador, (C) Garagem, oficina e almoxarifado, (D) Galpão de feno, (E) Apriscos, e (F) Armazenamento de água de chuva.

Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

Figura 21. Vista área e interna do complexo de laboratórios da Estação Experimental.



(A) Laboratório Miguel Arraes, (B) Laboratório Celso Furtado, (C) Geração fotovoltaica/estacionamento, e (D) Espaço interno de um dos laboratórios (Qualidade da Água) com pesquisadores em ação.

Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

Em 2017, foi finalizada a obra de pavimentação asfáltica da nova estrada de acesso a Estação Experimental do Insa, inteiramente construída no interior do imóvel, de propriedade da União (Figura 22). Esta opção foi escolhida, de acordo com o Insa, para melhorar o acesso aos campos experimentais, as condições de vigilância patrimonial, a recuperação do barramento do Açude Preto, bem como a construção de um novo barreiro nas proximidades da área de maior consumo de água bruta. Houve uma mobilização da comunidade que reside ao longo da estrada do antigo acesso a Estação Experimental, para que a pavimentação também a beneficiasse. Tal reivindicação foi analisada e avaliada pelo Instituto, entretanto, não se apresentou uma alternativa viável, em função das seguintes limitações: impossibilidade legal do Instituto efetuar investimentos em terras de propriedade do município, dificuldade de desapropriar longas faixas

no percurso da estrada hoje ocupadas por residências para permitir a construção da estrada na largura mínima recomendada pelas normas técnicas, e não havia recursos disponíveis. Tais explicações foram oferecidas às comunidades apenas quando estas se manifestaram contra a construção do acesso no interior da Estação Experimental. A obra consumiu um montante de recursos da ordem de R\$3,2 milhões, para uma extensão de 3,1 km, dois açudes e uma portaria de controle de acesso. A implantação da infraestrutura da Estação Experimental, que inclui os laboratórios, setores de produção animal e vegetal, além da pavimentação, drenagem, redes de água, esgoto, energia elétrica, combate a incêndio e fibra ótica, foi iniciada em 2011 e concluída em 2019 (Insa, 2018, p. 42).

Figura 22. Nova entrada de acesso à Estação Experimental Ignacio Salcedo.



Fonte: Acervo do Insa, 2019. Fotos: Felipe Lavorato.

No estudo sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no Insa, realizado por mim, em 2012, foram abordados vários aspectos relacionados a satisfação dos funcionários (permanente ou temporário). Os resultados demonstraram que a grande maioria (65,4%) está satisfeita ou muito satisfeita com a infraestrutura e as oportunidades criadas pela instituição (Santos, 2012, p. 54). Podemos afirmar que passados mais de dez anos após essa pesquisa, o nível de satisfação aumentou. Todos os Interlocutores da pesquisa realizada para construção dessa tese de doutorado declararam serem boas ou ótimas as condições de infraestrutura física, analítica e laboratorial instrumental do Instituto. O quadro de pessoal efetivo, ainda que necessite ser ampliado nas visões desses mesmos Interlocutores, também cresceu desde a criação do Insa em 2004, como vimos nos dados apresentados anteriormente. Então, “acho que a gente tem uma

grande estrutura. Para mim, impensável há 10 anos atrás. [E] cada período de gestão foi botando seu tijolinho, um pouco mais, um pouco menos, mas foi fazendo essa construção”. Podemos afirmar que “nosso crescimento interno de estrutura foi fantástico” (Interlocutores B, F, maio de 2023).

Eu converso até com outros colegas de outras instituições que visitam a gente, que eles costumam dizer assim: quem dera que a gente tivesse lá, na instituição dele, o que a gente tem aqui no Insa, e é verdade. A gente tem tudo muito disponível pra gente trabalhar, então, eu costumo dizer também que a gente só não trabalha se não quiser. Adicionou o Interlocutor H (Entrevista em maio de 2023).

Contudo, a QVT vai muito além disso. Naquele ano, o resultado da pesquisa mostrou que havia a necessidade de melhorar as relações interpessoais na instituição. E que a gestão precisava dar mais atenção às questões como comunicação, participação dos funcionários nos processos de decisões, e nos processos de formação e capacitação. Agora, esse aspecto foi reforçado, e apontado como um dos maiores gargalos internos. Para os Interlocutores I e F, “isso nunca foi levado a sério efetivamente por nenhuma gestão. Não será um levantamento de clima organizacional que vai resolver. As pessoas também precisam assumir responsabilidades e estarem dispostas a mudar”. Porque a “instituição está travada numa mágoa, construída por anos. [...] As gestões não sabem o que fazer. E nós também não sabemos o que fazer” (Entrevistas entre maio e junho de 2023).

5 QUAL INSA PARA QUAL SEMIÁRIDO: CONFLITOS E DISPUTAS POR “TRÁS DAQUELAS PAREDES DE CONCRETO”

Em nossa pesquisa de campo encontramos repertórios variados, desde o pequeno agricultor até os discursos de dirigentes institucionais. “Seu” Severino, agricultor e morador do Assentamento Vitória, revelou durante uma pesquisa da qual participei, que antes de conhecer o Insa sempre que passava em frente à Sede Administrativa — porque é caminho para sua comunidade — ficava se perguntando o que era que tinha ali, quem eram as pessoas e o que faziam “por trás daquelas paredes de concreto”. Pois bem, passados alguns anos, o Instituto realizou um projeto piloto na área de recursos hídricos naquela comunidade, envolvendo uma equipe multidisciplinar, com diferentes iniciativas, além da parceria indispensável com organizações sociais que também já atuavam no local. Dessa aproximação com a comunidade, a equipe viabilizou intencionalmente a visita das famílias assentadas ao Insa, para que conhecessem a infraestrutura e as atividades desenvolvidas. Não demorou muito para que o “Seu” Severino, que também era presidente da Associação do referido assentamento, fosse um dos palestrantes em evento realizado pelo Insa, no próprio auditório do Instituto, falando sobre a história e a luta da sua comunidade, bem como sobre possíveis mudanças na vida das famílias a partir dessas parcerias. Essa é uma experiência bonita que não cabe aprofundar agora. É interessante pensar sobre a importância da relação que as instituições científicas podem e devem construir com a sociedade, com seu entorno, no processo de sentir-pensar-fazer ciência e tecnologia. E não tenho dúvidas que ainda é preciso avançar nesse sentido.

As parcerias e o diálogo com instituições governamentais e não governamentais, diante do quadro reduzido de pesquisadores do Insa, como no caso acima, tem sido uma estratégia adotada pelo Instituto em diferentes momentos, algumas vezes de forma mais ampla e efetiva. A divulgação do concurso público do MCTI, em 2023, pelo Governo Lula, gerou diferentes expectativas entre os pesquisadores. O Interlocutor B, revelou estar “esperançoso com o concurso”, com a entrada de novos pesquisadores com vontade de “fazer a diferença no Insa” (Entrevista em maio de 2023), e associou a possibilidade de melhoria das relações interpessoais. No geral, os interlocutores revelaram que nenhuma das quatro gestões levaram efetivamente a sério o enfrentamento dos problemas de conflitos internos e não “conseguiram contribuir para integrar e unir os servidores” (Interlocutor F, maio de 2023). Mas também observaram a postura da equipe, ao afirmar que, de forma direta ou indireta, os mesmos que “criticaram atitudes do

passado, reproduziram e reproduzem quando estão no lugar de poder de decisão” (Interlocutor H, maio de 2023), ou seja, na posição de dominantes no campo.

Quanto às tensões entre as funções de pesquisa e articulação para definição da “forma de ser, pensar e fazer” do Insa, veja como isso reflete internamente. Uma leitura predominante é a de uma espécie de “revezamento no poder” entre grupos internos que ao invés de discutir internamente sobre tais tensões — que também estão na origem dos conflitos —, se articulam interna e externamente para tentar influenciar de algum modo na escolha de dirigentes que defenda dadas posições e interesses.

Acho que a gente já poderia ter avançado mais se nós servidores contribuíssemos e não ficássemos preocupados com as vaidades pessoais. A gente vai conseguir avançar enquanto instituição na hora que conseguir resolver os nossos problemas internos. Deixamos a coisa crescer demais e agora vai precisar dar um passo para trás para tentar organizar a casa (Interlocutor B, maio de 2023).

Apesar disso, o ambiente do Insa é considerado “muito favorável para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, de difusão tecnológica, de formação” (Interlocutor G, maio de 2023), e todos admitem o potencial para transformar esse mesmo ambiente, também favorável às relações interpessoais sadias, especialmente quando o olhar sobre o Insa foca o conjunto e não o individual (pessoa, fato ou área/projeto). Termos como “cancelamentos” e “perseguição” estão entre os mais citados por todos, e por mais que uma gestão ou outra contribua para acentuá-los, há um entendimento geral de que se trata de prática recorrente no Instituto, independente do dirigente. “O problema somos nós, está em nós”. Isto é, os servidores, “[...] cada um com uma visão e não compartilha. A área de pesquisa do Insa é muito divergente”. “Falta um alinhamento dentro do Insa entre a área finalística e a área meio, que não existe” (Interlocutores H, B, maio de 2023). Refletindo de forma ampliada, no contexto da sociedade capitalista ocidental, o Interlocutor E comenta:

O coletivismo produz muito mais resultado. Às vezes eu penso assim, a gente nunca passou por guerra, por privação. [...] Na hora de reconstruir, de ver o quanto a vida é frágil, você está mais unido, irmanado em fazer alguma coisa. Eu não observo isso na nossa sociedade. Talvez na sociedade ocidental. Mas eu acho que no Brasil as coisas são ainda piores. [...] Predomina o individualismo (Entrevista em maio de 2023).

A ausência de diálogo e interação com o coletivo é indicada como um problema geral. Pelo constante nas entrevistas, isso não acontece entre pequenos grupos, que se relacionam mais por afinidades pessoais. Será por que estamos habituados a dialogar com quem pensa igual e

não com o diferente, com quem temos divergências ou ainda com aqueles que consideramos “adversários”? Asseguramos que é comum mobilizar correntes, pessoas, conceitos que nos apoiamos e, no geral, não considerar a outra perspectiva, que muitas vezes enriquece e amplia nosso olhar sobre determinado ponto da realidade. Por sua vez, não conseguiríamos enxergar limites e possibilidades sem essa abertura de diálogo com prisms concorrentes. A perspectiva que apreendemos da realidade é um recorte e, na medida que isso não é problematizado à luz do que a própria realidade apresenta, pode produzir um viés problemático? O olhar individual é apenas um dentre tantos, sobre a mesma realidade. Por exemplo, o que a realidade nos apresenta sobre a Convivência com o Semiárido, empreendedorismo, sustentabilidade ou mudanças climáticas? A própria ciência se constroi a partir das divergências, em um processo dialético.

A teoria nos permite enxergar uma fração, de modo que o que escapa dela fica de fora e a falta de controvérsia empobrece o debate; é mais confortável dialogar com quem concorda conosco. No entanto, essa não é uma realidade exclusiva no Insa, nos parece que está na cultura da academia. O Interlocutor F, afirma: “Não sei o que o colega trabalha porque não sentamos para discutir com o coletivo e ver como cada um pode contribuir com sua área” e essa situação piorou nos últimos anos porque o clima no país era de medo, violência e ameaças, durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro, e isso refletiu no Insa. Concordando com essa avaliação, os Intelocutores A e I, completam: internamente não havia espaço para diálogo ou reclamações, qualquer coisa dita ou acontecimento isolado gerava (também ameaças) processos administrativos e judiciais, a ponto “de ter gente que parecia andar com a legislação embaixo do braço” (Entrevistas em outubro de 2021 e maio de 2023). Outros relatos ainda sobre esse contexto são de “intimidações com a presença de militares”, a ponto de chegarem repentinamente e “entrarem em salas sem bater, sem pedir licença”. E refletem: algumas coisas já aconteciam dentro do Insa, mas pioraram muito nesse período (Interlocutores A, C, F, I, B, maio de 2023). Um dos Interlocutores declara:

Eu desconheço uma instituição que tenha tanta denúncia, tanta equipe de comitê de ética, de PAD, num lugar só. Como é que pode? Isso tudo relacionado a servidor. Como é que um lugar que tem 28 servidores todo ano tem auditoria, todo ano tem corregedoria, todo ano tem denúncia. E não é uma. São várias ao mesmo tempo. [...] isso drena muito da nossa energia, do que a gente poderia fazer, do que a gente poderia botar na ponta, na pesquisa, nas entregas, no desenvolvimento, a gente gasta para acalmar os ânimos, não é nem para resolver [...] (Entrevista em maio de 2023).

Uma situação em particular foi apontada por seis dos oito Interlocutores como

traumática e constrangedora. A expectativa com o evento público realizado em 2020¹³⁸, era a um espaço de compartilhamentos, mas que acabou se transformando em “insultos”, “provocações” e “acusações” entre membros de uma “comissão externa” e pesquisadores. A maioria dos Interlocutores disse ter se surpreendido, pois foi solicitado “que cada área apresentasse seu trabalho. Quando chegou no dia do evento tinha uma comissão para avaliar. Foi dito na hora do evento. Não consegui entender naquele momento, achei estranho, mas eu não consegui extrair qual era o objetivo daquilo”. Esse fato provocou e acentuou conflitos internos, sobretudo entre a maioria dos pesquisadores e a direção, cuja “reparação junto à equipe”, o coletivo do Insa, não aconteceu. “A intenção pode até ter sido boa, mas a forma como se deu a organização e o direcionamento foram desastrosos”. E a impressão que ficou foi a de que “era para expor e desqualificar o trabalho”, pelo menos de alguns colegas (Interlocutores A, B, C, D, E H, I, agosto de 2021 — maio e junho de 2023).

No âmbito do fazer CT no Insa, ouvimos: “Eu não sei fazer pesquisa do Insa”. Dizer isso significa que a pesquisa realizada ou impulsionada pela Instituição não é a mesma feita

¹³⁸ O evento, no qual eu e outras pessoas externas ao Insa estavam presentes, foi realizado no dia 9 de março de 2020 no auditório do Insa. Iniciou-se às 9h e foi coordenada e mediada por Mônica Tejo, diretora do Insa. Na abertura, ela afirmou ser uma apresentação do Instituto através dos pesquisadores para enxergar as ações, impactos e tecnologias. Citou o fato de o Insa não ter patentes para proteger suas iniciativas. Disse ainda, que havia convidado especialistas voluntários para dar sugestões, contribuições, que seriam anotadas numa ficha (roteiro) previamente entregues. Como convidados: os produtores Joaquim Dantas Vilar (Fazenda Carnaúba), que é filho de Manelito, presidente do Comitê de Implantação do Insa; Fernando Gomes de Almeida (médico veterinário e produtor de leite em Pombal/PB), e um terceiro produtor chamado Isaias, criador de caprino; um representante da Empaer; Nilton Soares da Silva, do Parque Tecnológico/PB, que também foi do Comitê de Busca para escolha da nova dirigente do Insa para o mandato (2020-2024); Nivea Regina Felisberto Perdigão e Antônio Silvio do Egito, pesquisadores da Embrapa Caprinos e Ovinos; Alberto Suassuna, consultor autônomo; Vicente Albuquerque Cavalcanti, coordenador geral do Peasa/UFCG; e um representante do INPI/PB (A relação destes convidados foram confirmados junto a Interlocutores). A programação se estendeu pela manhã e à tarde. Incluiu além da participação do prof. Kepler, coordenador do CTTD/UFCG, que apresentou este Centro, e teve as exposições dos pesquisadores sobre as ações do Insa nas suas respectivas áreas de atuação. Os comentários da comissão externa a partir de cada apresentação das ações do Insa foram diversas e algumas direcionadas; desde a ideia de que “não enxergava ciência, mas sim extensão”, a “falta de interação entre as ações”, até a de que era necessário “sair da zona de conforto”. Sobre estar atentos a “tendência de captação de recursos”, bem como a de “entrada e saída do setor privado”. Por parte dos produtores convidados surgiram comentários como o de que o Insa deveria “fomentar o desenvolvimento da região” e que “o maior espelho era a Fazenda Carnaúba”. Na apresentação do então pesquisador de Recursos Hídricos, Salomão Medeiros – também ex-diretor –, o produtor Joaquim Dantas Vilar, faz a seguinte pergunta: “como o recurso é dividido entre os pesquisadores [do Insa]”? questionando o número de bolsistas por pesquisador. Medeiros, quando tentava explicar, o produtor retrucava falando ao mesmo tempo. Em um dado momento, dirigindo-se a este ex-diretor, a atual diretora Mônica Tejo, afirmou ser sobrinha de Adrianus, prof. da UFCG, que era parceiro do projeto de reuso, coordenado por Medeiros. Em sua fala ela disse que “discordava” de Salomão, que “sim, o Insa estava para resolver os problemas do Semiárido”. Antes que Salomão Medeiros respondesse, a plateia reagiu dizendo que ele havia dito outra coisa: “o Insa não resolveria os problemas do mundo” e não o que ela afirmava. No horário da tarde, vieram outras reações, e a pesquisadora Jucilene Araújo questionou a forma como o evento foi “pensado e conduzido” pela manhã, “de julgamento entre certo e o errado” daquilo que os colegas pesquisadores haviam apresentado. A plateia reagiu com palmas e gritos, apoiando a sua fala. Segundo os Interlocutores A e I, a presença de Joaquim, filho de Manelito, nesta comissão “foi porque a Fazenda Carnaúba apoiou politicamente a última indicação para dirigente”, e relataram um fato que presenciaram. (Entrevista em agosto de 2021 e maio de 2023).

pelas Universidades. Pelo menos não deve ser, do contrário, estaria competindo. Porque pressupõe diálogo e interação com diferentes públicos, parcerias, trabalho em rede, com aprendizados mútuos. Pressupõe um perfil de pesquisador que a academia não capacita, porque também presume uma outra visão de ciência. “E nós não aprendemos a fazer a pesquisa com esse diferencial, pelo menos na nossa área [Ciências Agrárias]” ou ‘faz melhor no laboratório’. O relato de um dos Interlocutores chamou atenção: “Você já ouviu falar na metodologia nado cachorrinho? Você joga o cachorro no lago, se ele nadar e sobreviver, ótimo. Se ele não sobreviver, morrer, problema dele. Eu acho que o Insa faz isso, joga e diz, faz pesquisa “participativa”, faz “articulação”, faz “inovação tecnológica””. Mais uma vez, a questão da formação, da capacitação planejada e permanente no Insa foi destacada; temas importantes como Semiárido, Ciência, bioma Caatinga, Redes, Desenvolvimento Sustentável, Agricultura Familiar, Convivência com Semiárido, Inovação e o pensamento de Celso Furtado, entre outros que poderiam fazer parte dos debates internos, mas não ocorre o “compartilhamento de saberes entre os pesquisadores” (Interlocutores C, F, B, I, maio/junho de 2023). Para um destes Interlocutores, é também:

como se fosse uma disputa entre quem vive no semiárido e desenvolve suas tecnologias para viver sobreviver, e quem tem uma formação que vem pra colocar um pouco do conhecimento formal. Fica uma briga como se uma coisa descaracterizasse a outra. O que me chamou mais atenção nesses anos que estou no Insa, é que ainda tem muito isso dessa separação. Se valoriza o tradicional, não pode colocar a ciência, o desenvolvimento tecnológico. Acho que passa por outras coisas. Se mais gente se apropria daquilo, mas pessoas têm conhecimento. E alguns não tem interesse nisso. É muito melhor deixar repetir o que você faz, tá na zona de conforto, do que abrir pra concorrência. Isso é muito comum na Agronomia. Assim como a pergunta: quem é você? Não é só uma questão de se abrir para o conhecimento, acho que tem a ver com poder. Preciso desqualificar você pra que não apague o que fez até agora. Acho que a gente já podia estar em outro lugar. Acabar com a ideia de que eu preciso brilhar mais (Entrevista em outubro de 2021).

Como consequência, os relatos dos Interlocutores revelam vários movimentos internos para mudar ou “tirar” dirigentes do Insa. Isso traduz um espaço da instituição como campo heterônomo, minado por disputas, visões e objetivos profissionais com interesses individualizados. Esse tipo de lógica parece ser recorrente nas instituições em geral. No Insa, em particular, para além de grupos formados por servidores, há os grupos externos, constituídos por indivíduos advindos da sociedade civil, de universidades, por exemplo, e que — a depender dos alinhamentos de interesses — podem se aproximar ou distanciar. Contudo, ainda que as justificativas possam ser interpretadas mediante contextos específicos, o *modus operandi* parece o mesmo. O Interlocutor D declarou: “conflitos internos sempre vai existir, mas atribuo

a questões políticas. E acho que existem relações de poder, grupos externos, acadêmicos, políticos, instituições, com ideologias antagônicas, disputando o Insa”. E que um fato que chama a sua atenção é “que o escolhido pelo Comitê de Busca sempre foi de universidades do estado [Paraíba]”, que formava uma equipe de assessores também da academia. E que às vezes “dava conflito, porque vinha com a cultura da universidade e não de um Instituto nacional” (Entrevista em maio 2023). Perguntamos: até que ponto os dirigentes são tão diferentes? As pessoas que pedem ou provocam a saída de um dirigente ou outro são as mesmas? O que essas pessoas pensam sobre o que é o Insa?

Quem gosta de poder não tem coisa melhor que o Insa. [...] Um Instituto de envergadura nacional, que não tem um quadro formado, ou seja, uma instituição do ponto de vista vulnerável. E qualquer pessoa pode fazer o que bem entender quando entrar lá. [...] Porque quando você chega, até do ponto de vista de infraestrutura quando você chega alí cai o queixo. Então pra quem gosta de poder, pra quem tem alguns projetos, digamos assim, pessoais estratégicos, não tem instituição melhor que o Insa pra você executar isso. Então, existem grupos disputando o Insa. É [disputa] mais localizada porque não compensa [financeiramente] as pessoas saírem dos seus estados para assumir cargos no Insa (Interlocutor A, agosto de 2021). Quem assume um cargo desse fica num palco muito interessante, se souber utilizar esse palco e articular ganha muita notoriedade, então acho que atrai a vontade das pessoas (Interlocutor G, maio de 2023).

Quanto às motivações geradoras de mobilizações de alguns servidores do Insa para “tirar” o primeiro diretor, destacaram-se as seguintes:

Para a gente poder fazer pesquisa, colocar as ideias, ter alguém que acreditasse que a gente não era só tarefeiro, não ia ser [tratado] como aluno de pós-graduação. Eu não acredito que a intenção do Roberto Germano enquanto diretor era essa. Mas o coordenador de pesquisa na época, [...] via a gente como aluno dele, então a gente não tinha espaço para colocar as coisas. [O outro coordenador] estava muito envolvido com a parte administrativa e eu confesso que havia medo e receio dele. O Roberto Germano não ficava na instituição, ele estava sempre em Brasília, sempre fazendo o que Mônica faz. Sempre articulando as coisas. Então a gente ficou muito “cuidado”, vamos dizer assim, por [esses dois coordenadores]. E o [coordenador de pesquisa] achava assim: vocês chegaram agora, vocês não sabem nada. Era muito ruim, foi muito desestimulante. [outro Interlocutor disse:] O Roberto Germano tinha um bom discurso, viabilizou a estrutura [do Insa] e era uma conjuntura favorável. Ele foi importante para trazer recursos, mas faltou valorizar o pessoal que contrataram, quem estava chegando, havia grandes discussões internas sobre a perspectiva de desenvolvimento. O Insa não estava se articulando com a população do Semiárido para fazer pesquisa contextualizada, era só com os órgãos do Governo. A missão do Insa foi bem-feita, há uma profundidade, mas não soubemos operacionalizar (Interlocutores A, B, I, C, entrevistas em outubro de 2021 e maio de 2023).

Nas duas entrevistas concedidas durante a pesquisa para esta tese, Roberto Germano relata diversas situações em que foi necessário se deslocar para reuniões, diálogos e articulações

junto ao MCTI e outros órgãos vinculados, o que possibilitou viabilizar os recursos para investimentos da infraestrutura do Insa, o planejamento estratégico e, para isso, a mobilização de diversos atores sociais nos estados do Semiárido, ao tempo que apresentava e representava o Insa também em eventos. Conta que “tudo era muito corrido”, especialmente nas experiências em que era necessária a elaboração de Termos de Referências (TRs) na ordem de milhões, chegando a reunir-se até em final de semana com a equipe do Insa — os coordenadores Alberício Pereira e Pedro Dantas — para assegurar tais recursos. Relata a “ação de uma política para ser instalado o Instituto como difusor ou defensor do Semiárido nordestino”: após uma conversa com Sérgio Rezende, numa sexta-feira, saiu com a demanda de fazer uma TR no valor de R\$ 20 milhões, para ser entregue no início da semana seguinte. Saindo dessa reunião, ligou para a equipe e informou: “Temos que fazer uma TR e entregar isso na próxima semana. [...] A gente conversa no sábado, mas comece a idealizar. E assim foi feito! Na terça-feira nós já mandávamos essa TR para o ministério”. Ao descrever como foi todo o processo, diz o seguinte: “Pedro [Dantas] era muito bom do ponto de vista técnico, tinha alguma dificuldade com relação a trato pessoal de algumas questões, mas tecnicamente era incrível, uma máquina” (Entrevista em março de 2023).

E aí esses 20 milhões nós colocamos para os laboratórios do Semiárido, porque a ideia, isso aí a gente aprendeu com Sérgio Rezende desde o início. Ele dizia: Roberto, bota uma coisa na tua cabeça, os Institutos do Ministério de Ciência e Tecnologia são institutos nacionais, a gente tem mandato nacional, então nós temos políticas nacionais, nós temos laboratórios nacionais. Então, a ideia de laboratório dentro do Instituto não é laboratório para gente se preocupar de resolver questões locais ou pegar nossa equipe, não! É para montar laboratório que o pesquisador do recanto de Minas Gerais venha realizar a pesquisa dele aqui, dentro desse laboratório. Porque a ideia laboratório nacional é para atender a comunidade e, evidentemente, precisa de pesquisadores para darem a base para isso. Então, a ideia era construção de laboratório nacional. E de fato foi feito! Aí foram liberados dos 40 milhões apenas 20 milhões. Ainda faltavam 20 milhões. Sérgio Rezende, da visão dele, política, de entender que o Instituto era nessa esfera que deveria trabalhar de articulação, ele chega para mim aí diz: olha, vai acontecer a ICID, que provavelmente vai se chamar Rio+20 [...] e eu queria que vocês comessem a trabalhar na realização de um evento preparatório para isso no Nordeste. [...] E eu queria vocês coordenando esta questão. Esse desafio é seu, tudo bem, eu aceito! Depois telefona para mim e diz: Roberto, o secretário das Nações Unidas está vindo para Fortaleza para discutir o evento preparatório que vai ser em Fortaleza. E eu gostaria que você fosse recebê-lo em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia. [E eu, como diretor do Insa, fui] representando o ministro Sérgio Rezende. Após esse evento ele disse: agora nós vamos realizar a reunião aqui, com a estrutura da equipe para a ICID e já a realização do evento e eu preciso de você estar presente, e porque a gente vai traçar algumas estratégias para isso. E a responsabilidade dentro dessa estrutura do ministério é do Instituto Nacional do Semiárido (Entrevista em março de 2023).

Neste segundo momento, em reunião com diversos órgãos do Governo — como CNPq, Finep, Capes, BNDES, Secretária Executiva do MCTI e representante do Ministério do Meio Ambiente, entre outros —, após fazer a abertura, Sérgio Rezende informa que Roberto Germano, diretor do Insa, definiria com eles as questões operacionais. E as prioridades, afirmava o ministro, seriam aquelas sobre o Semiárido, já tratadas com ele por Germano. Neste momento foi questionado, pelo representante da Finep, sobre qual era o seu pensamento sobre a ação. Germano respondeu: “tinha discutido com o ministro que a gente precisa ter um edital para a questão da temática do desenvolvimento sustentável do semiárido [...]. Pensamos em abrir um edital, tal qual foi lançado o edital para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. A resposta do representante do CNPq foi que “não abria editais regionais”, e a de Germano: “Então por que vocês abrem o da Amazônia? Aí ele disse: não, mas a Amazônia é problema nacional. [Diz Germano:] Sim, o Semiárido também é nacional, o Insa não é regional, Dr.! O Insa é um Instituto de mandato nacional, o Semiárido não é problema do Nordeste, ele é problema da nação. E é por isso que existe um Instituto lá dentro”. Ao final, ele ouviu: “É, faz sentido, com relação a isso!” (Entrevista em março de 2023).

Roberto Germano conta que sua referência para pensar o Semiárido era a Amazônia, o bioma Amazônico. “Se uma coisa deu certo para a Amazônia, talvez se a gente utilizar aquele modelo pra cá, guardando as nossas peculiaridades, [...] e eu defendia a criação de um edital para o desenvolvimento sustentável do Semiárido, e eu nunca encontrei guarida para isso”. O recurso garantido era de R\$ 10 milhões, “do jeito que o ministro determinou”, respondeu estrategicamente. Ao surgir outro comentário na reunião, agora acerca de sobre a forma como seria gasto o referido valor, uma vez que os editais do CNPq eram valores bem abaixo disso, Germano diz que o Insa se comprometeria a ajudar nesse processo. A jornada passou por vários desafios relacionados a prazo, à burocracia, a lidar com os responsáveis de setores estratégicos do CNPq, até a elaboração deste edital, que contou com a colaboração de Alberício Pereira, Pedro Dantas e Silvio Rossi. “A gente queria criar um curso de especialização em desenvolvimento sustentável do Semiárido e sabia como botar isso no edital”. Em uma semana o esboço foi apresentado a “Dora” e ao “outro servidor [acho que era Roberto]”, ambos do CNPq, responsáveis pelos editais. Feitos os ajustes recomendados por estes, em um mês o Edital MCTI-INSA/CNPq/CT-Hidro/Ação Transversal N° 35/2010 estava publicado¹³⁹ (Entrevista em março e abril de 2023).

¹³⁹ O objetivo desse Edital foi o “de congregar ações para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro. Das quatro linhas temáticas em que foi organizado, uma possibilitou a criação de projetos para capacitação de

Germano descreve com riqueza de detalhes todos os processos de articulação, negociações e organização do que considera os elementos estruturantes do Insa durante a sua gestão. No Insa, contudo, havia algumas discordâncias em termos de qual seria o papel do Instituto, o que vai se confirmando ao longo da nossa pesquisa.

Algumas pessoas do Insa achavam que a gente estava querendo transformá-lo em CNPq. Olha, se eu tivesse a capacidade de transformar o Insa em um CNPq é porque estamos mais fortes do que imaginávamos. Gente, não se trata disso! Se trata de agente de desenvolvimento e fomento, faz parte do desenvolvimento, desde que o fomento seja para ciência e tecnologia. E quem dá fomento é o Insa, através dos nossos organismos de fomento — que é CNPq, que é Finep. Agora, se nós não conseguirmos instituir e articular isso, aí vão levar tudo para a Amazônia. Essa era a briga interna que a gente tinha (Entrevista entre março e abril de 2023).

O edital já estava em curso, o recurso garantido na TR, mas a sua liberação aconteceu quando Roberto Germano não era mais o diretor do Insa — Ignácio Salcedo havia assumido. Germano relata que as pessoas não acreditavam na liberação dos recursos deste edital, inclusive Salcedo; “Ele achava essa ideia de que a gente queria transformar o Insa no CNPq. Ora, o Insa era o executor do edital, com a parceria do CNPq, porque nós não temos autonomia para lançar um edital” desse tipo (Entrevista entre março e abril de 2023). “[...] foi o único edital que foi feito na história do Insa para ação como essa [...]. O projeto foi concluído. E eu considero essa entre esses capítulos das ações que foram estruturantes dentro do Instituto. [...] Nós fomos de fato protagonistas disso. Quando digo nós, estou trazendo para o Insa” (Entrevista entre março e abril 2023). Tenho “orgulho da capacidade que a gente teve de triplicar o orçamento” do Insa, “do contrário, não haveria Instituto e laboratórios construídos”. Um dirigente do Insa precisa interagir e dialogar com o Ministério e outros órgãos, precisa lidar com suplementação orçamentária, e isso “vai dar trabalho”. Mas “a gente já teve situações de dirigente dizer que não gostava de ir à Brasília. Então fica difícil, se você imaginar que você vai administrar [o Insa], se o seu interlocutor está em Brasília”, avalia Germano.

educadores e agentes de extensão, por meio de cursos de especialização em Educação Contextualizada, além de produção e publicação de materiais didáticos e paradidáticos contextualizados para a realidade da região, ambos na perspectiva da convivência com o Semiárido. Foram 24 propostas, todas vinculadas a Instituições de Ensino Superior (IES) de sete estados” do Semiárido: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. “Dentro dessas propostas, três objetivaram a produção de materiais didático e paradidáticos e 21 a criação de cursos de especialização” (Cunha; Santos; Perez-Marin, 2014, p. 10). Cf. CUNHA, Andrews Rafael Bruno de Araújo; SANTOS, Ana Paula Silva dos; PEREZ-MARIN, Aldrin Martin. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: debates atuais e estudos de caso. Campina Grande: Insa, 2014. 170p. Além dos resultados previstos neste Edital, foram publicadas duas coletâneas pelo Insa, uma delas a citada.

Depois [...] que nós saímos, simplesmente como nós não estávamos mais no Insa, não foi demandada mais nenhuma bolsa para o CNPq [destes três milhões]. Dois anos depois, o professor Alberício Pereira de Andrade, que era o coordenador do projeto é contactado pelo CNPq [para] apresentar o relatório do projeto. Que projeto? O projeto do Insa a respeito das bolsas. Eu não estou mais no Insa, já faz dois anos que nós não estamos mais dentro do Insa. [...] Simplesmente botaram [no Insa] uma pedra em cima e deixaram [...]. Mas imagine quantos pesquisadores deixaram de ser contratados, quanto a região perdeu em não ter sido utilizado isso. Poderia ter formado grandes grupos de pesquisa. O Observatório do Semiárido poderia estar totalmente instalado. E não precisava de dinheiro para isso, porque o dinheiro já existia, já existia a TR para isso, que estava dentro da Atecel. Quantos doutores você poderia ter contratado com isso. Os equipamentos nós compramos, inclusive, os equipamentos da TR para o laboratório foram comprados na nossa época. A construção dos laboratórios se deu depois, com Adalberto [engenheiro contratado], mas toda parte foi feita antes, toda a parte dos projetos foi feita antes da gente sair. As plantas todas daqueles dois galpões foram feitas antes. Tem muitas histórias, tem muitos capítulos (Entrevista em março de 2023).

Na sua opinião, os servidores da instituição possuem uma “incompreensão sobre a função” do Insa. “Os laboratórios foram criados e os recursos liberados na minha gestão”, os documentos da Atecel e da Finep comprovam isso, mas “não é para nós pensarmos que 7 pesquisadores vão dizer: esse laboratório daqui é meu para fazer minhas pesquisas”. A visão dos laboratórios é para servir à comunidade científica da região, de modo que o Insa subsidie, com esse tipo de aporte, o desenvolvimento das pesquisas com impacto regional. Segundo ele, essa é uma visão das UPs do MCTI. “Acho que a gente está reencontrando esse caminho com Mônica [Tejo] em alguns laboratórios. Por exemplo, eu tive a felicidade de ficar à frente da [Fapesq/PB], e lançamos um edital para que alguns Laboratórios pudessem ser “Acreditados”. Um dos que estão sendo “Acreditados” é o Laboratório do [Insa], para o desenvolvimento da cachaça”. Nesse sentido, ao invés de fazer pesquisa para “dar respostas para o Nordeste inteiro [...] está prestando um serviço para toda a região”. Segundo ele, a demanda atenderá a uma necessidade do Nordeste, que é fazer a análise da cachaça, exigida pelo Ministério da Agricultura (Mapa). Ao fazer isso, o Insa “está cumprindo a visão de laboratórios nacionais”¹⁴⁰. A função dos laboratórios do Insa é “para fora e não para dentro”. E exemplifica:

o Inpe, [...] tem toda a parte de meio ambiente, tem laboratórios abertos à comunidade. Você pode trabalhar Meteorologia aqui em Campina Grande, e parte da sua dissertação ou tese desenvolver lá. O laboratório de aceleração de partículas que tem em Campinas, segunda vez que visitei, é um laboratório que abre edital para que venha qualquer pessoa do país desenvolver pesquisas. Não é que o Instituto vá financiar a

¹⁴⁰ Em matéria intitulada *Diretora do INSA/MCTI participa de II Areia Mostra de Cachaça, em Areia (PB)*, informa que “O evento reuniu produtores de cachaça, com o objetivo de apresentar a estrutura do laboratório multiusuário do INSA/MCTI, e o colocar à disposição para prestação de serviço de pesquisa e controle da qualidade. Também foram realizadas visitas aos engenhos, aproximando o centro de pesquisa do arranjo produtivo local de cachaça da Paraíba”. Matéria publicada pelo Insa em 5 mai. 2023 e atualizada em 16 mai. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/diretora-do-insa-mcti-participa-de-ii-areia-mostra-cachaca-em-areia-pb> Acesso em: 17 set. 2023.

pesquisa da pessoa, mas disponibiliza o laboratório para que ela venha desenvolver pesquisa aqui dentro. Vou dar outro exemplo muito claro, que é mais voltado para minha área, mas isso se aplica para qualquer outra área. Qualquer pessoa da área de caprinovinocultura tem uma estrutura da nossa Estação Experimental. Aquela estrutura não é para Geovergue fazer pesquisa, [...]. Mas é para Geovergue poder receber pesquisadores de toda a região Nordeste, de qualquer parte do país para desenvolver pesquisas aqui. Essa é a visão de laboratórios nacionais. Se você não tiver essa visão, você vai ficar nas picuinhas de achar que o seu projeto está resolvendo ou estou cumprindo minha função porque estou fazendo meu projeto. O que [o Insa] tem que ter é um pesquisador com capacidade de articular as pessoas da universidade, todas do Nordeste. [...] Tem que ter o entendimento de que você é parte da engrenagem ou do sistema nacional da ciência e tecnologia. Se, na verdade, a pessoa que entrar no Instituto não tiver essa visão, aí sim, vai funcionar de acordo com a cabeça dele. Falta essa compreensão, falta algumas coisas. O Instituto é muito novo. [...] Conversando com a atual diretora sobre o edital [concurso do MCTI] que vai ser aberto para contratação de pesquisadores e eu dizia que tinha que ter uma articulação [...] para recuperar a capacidade técnico-administrativa, fortalecer os grupos de pesquisa. Mas o problema é que sempre se olhava e eu acho que ainda se olha muito para dentro do umbigo. Como se nós bastássemos por si só. Não! O Instituto não é para isso (Roberto Germano, entrevista em março e abril de 2023).

Na visão desse ex-diretor, o Insa, diferente das universidades ou da Embrapa, tem a “função de *articular os atores do desenvolvimento científico regional através de Redes*, fazer as vezes do que a gente chama de *Secretaria Executiva desta Rede*”. Comenta que na sua gestão, ao formar as Redes de Combate à Desertificação, “a gente sabia todos os pesquisadores que estavam dentro daquele leque; do Piauí tem esses pesquisadores, aqui do Ceará tem esses e, assim por diante”. No caso da Rede de Agroindústria, seguiu essa mesma lógica de formação. Portanto, “você ter um braço em Pernambuco, um braço na Bahia, você sabe quem é seu interlocutor, você passa a ser um interlocutor [o pesquisador do Insa]. É o que a gente chama de *Gestor de Ciência e Tecnologia*”. Então, *é mais gestor de CT do que pesquisador na sua área*. E muitas vezes “nós temos um entendimento confuso de que as pessoas acham que por ser pesquisador, ter formação naquela área, ele é apenas um pesquisador daqueles desafios que você tem em nível local. Isso é um equívoco sem limite” (Roberto Germano, abril de 2023, grifos nossos). Acrescenta:

Corra ali para UFCG, para o UEPB, para UFPB, que você vai encontrar pesquisador para bater um no outro. Aí é preciso que você faça a pesquisa? Não! É preciso que você articule como isso vai ser desenvolvido. Pode ser desenvolvido aqui, parte na universidade e assim por diante. Você não deixa de ser pesquisador. Agora você *é mais um articulador de pesquisa, ou seja, um gestor de ciência e tecnologia, do que um pesquisador, por si só, da natureza do que é um pesquisador. Você continua sendo um pesquisador. Mas você passa a gerir ciência e tecnologia*. Aí você só consegue fazer isso através de Redes. Através de associações, e assim por diante (Entrevista em abril de 2023, grifos nossos).

Notamos que essa visão sobre o Insa e do perfil dos pesquisadores não foi apreendida e aceita na sua totalidade pelo coletivo, e certamente a ideia de incompreensões sobre a missão não é suficiente para explicar as disputas, há outros interesses que mobilizam atores sociais e grupos. Percebamos que a questão de mobilizações para “tirar” dirigente ou grupo gestor, os dados da pesquisa mostram que não se trata de um acontecimento relacionado à primeira diretoria. Vai se repetir em processos posteriores e, de acordo com alguns interlocutores, com mais força em 2019. Mas é importante voltar um pouco antes para entender alguns aspectos da conjuntura política e econômica nacional, de modo que isso afeta diretamente o Estado e a capacidade de atuação das suas instituições. A partir de 2016, em particular, início do primeiro mandato do ex-diretor Salomão Medeiros, o país enfrentava uma crise política-institucional e econômica que se arrastaria por anos, com enxugamentos dos recursos públicos, entre outras mudanças e instabilidades no poder executivo. O golpe parlamentar que retirou a ex-presidenta da República Dilma Rousseff (PT) do cargo foi um marco nesse processo. “Havia um clima político tenso no país e dentro do Insa”, e não podemos olhar a questão de forma isolada. A gestão de Medeiros (2016-2019), diferente das de seus antecessores, foi atravessada por três Presidentes da República — Dilma Rousseff (PT) (2011-2016), Michael Temer (PMDB) (2016-2019) e Jair Bolsonaro (PL) (2019-2023) — e três ministros do MCTI¹⁴¹.

Tais mudanças afetaram diretamente as instituições públicas federais, dentre elas o Insa. Esse é um aspecto pouco tocado pelos Interlocutores, de modo que apenas dois deles chegam a ponderar essa conjuntura política nacional, apontando críticas quanto à forma como Medeiros conduziu a gestão. O que teria distanciado alguns apoiadores internos e externos, posto que, do ponto de vista político, havia expectativa de ampliação e fortalecimento do alinhamento do Insa com as organizações movimentos sociais, assim como durante a gestão de Ignacio Salcedo, da qual Salomão participou ativamente, inclusive como diretor substituto. Em sua gestão, vale lembrar, Salcedo passou a ser o coordenador de pesquisa, cargo que anteriormente ocupado por

¹⁴¹ Importante lembrar que, entre 2011 e 2019, passando pelas gestões de Ignacio Salcedo e a de Salomão Medeiros, foram 8 ministros; incluindo a interina Emília Curi (04-05/2016), Aloizio Mercadante (2011-2012), Marco Antônio Raupp (2012-2014), Clélio Campolina Diniz (2014-2015), Aldo Rebelo (01-10/2015), Celso Pansera (10/2015 a 04/2016), Gilberto Kassab (05/2016 a 01/2019) e parte da gestão de Marcos Pontes (2019-2022). Pegando o período de Salcedo (meados 2011 a 2015), foram 5 ministros; já no de Salomão (2016-2019), 3 ministros. Embora as alternâncias de ministros tenham sido maiores na gestão de Salcedo, notamos que além da chefia do poder executivo ter sido a mesma — Dilma Rousseff —, foi uma fase de execução orçamentária no Insa, considerando projetos de infraestrutura e estruturantes etc., que já estavam assegurados nos anos anteriores. Sem falar que o Insa vivenciava uma nova fase: equipe recém-contratada, nova sede administrativa se estruturando e, em certa medida, um contexto político favorável e que refletia a construção de uma nova relação Estado e Sociedade, com a participação desta nos debates, ampliação de direitos sociais, de expansão e interiorização da CT, com impactos positivos no Semiárido. Só para citar um exemplo, os programas de construção de cisternas como política pública, financiada pelo Governo federal e gerenciada pela Asa-Brasil, a partir de um arranjo inovador.

Aldrin Perez, pesquisador do Insa. Com relação à abertura de diálogos e interações entre a equipe de pesquisadores e destes com a diretoria e a coordenação de pesquisa, a maior parte dos Interlocutores não considerou melhora com a mudança da gestão de Germano para a de Salcedo, em termos de diálogo com a coordenação de pesquisa. Começa a melhorar a partir da gestão de Salomão.

Com o Ricardo [Lima] sempre teve diálogo, dava chance para todo mundo se colocar e isso foi muito bom. Mas não era assim antes. Primeiro, com o Pedro Dantas era: você acabou de chegar, você não sabe que você está falando. Era nesse nível. Em seguida, com Aldrin [Perez], tinha problemas de todos os tipos, um deles, de desprezar qualquer coisa que as pessoas fizessem, só o que ele fazia prestava. Foi um período bem difícil, de todas as gestões. Mas cheguei a ouvir de Salcedo “primeiro você começa a trabalhar, depois pede ajuda” (Interlocutores B, F, maio de 2023).

Algumas das posturas do ex-diretor Salomão Medeiros foram observadas por uma parte dos Interlocutores com desconfiança, mas considerando o contexto, dois Interlocutores afirmam achar que “ele fez o que era possível, mas perdeu o conceito de ciência, de centro de pesquisa” (Interlocutores C, outubro de 2021). No seu discurso, a ideia de “perder o conceito ciência” tenta comparar sua gestão à de Salcedo. Se tomarmos como referência o plano de gestão de Medeiros, apresentado ao Comitê de Busca, é possível notar que há defesa do Insa como instituição de pesquisa, pautada numa abordagem participativa e inclusiva que busca a “sinergia entre conhecimento científico e popular”. Este ex-diretor disse acreditar que tal caminho tornaria o Instituto distinto das demais instituições da região semiárida, visto que “tem muito a ensinar, principalmente no modo de fazer ciência e tecnologia”, o que também ajudaria a repensar a própria ideia de articulação. Pelo que vimos no capítulo anterior, essa visão converge com as ideias da gestão de Salcedo, da qual Medeiros fez parte tendo forte influência nas tomadas de decisões. Até que ponto essa afirmação de “perda” do sentido de ser do Insa enquanto um “centro de pesquisa” diz mais sobre a disputa e a perda de posição “dominante” para definição desse lugar institucional? Medeiros disse o seguinte:

O que eu notei na prática é que quando você bota as pessoas para participar elas começam a se apropriar daquilo e a tua voz começa a ter uma ressonância maior. Porque o que acontece é que a contribuição dessas pessoas é mais no como fazer [...] a dar sugestões de como fazer [...] porque como vão ser os beneficiários, eles já tiveram experiências anteriores que ajudam. Ai que sai a boa tecnologia. É o caso do [Sistema] SARA. Então isso aí eu não abro mais mão de não fazer uma pesquisa envolvendo as pessoas (Entrevista em abril de 2023).

Verificamos que no PDU (2016-2019) a proposta contemplava a consolidação do Insa como “unidade de pesquisa de referência regional” e que partia do entendimento de que

“estreitando as parcerias com as instituições de ensino superior e pesquisa, setores da sociedade organizada e com movimentos sociais com atividades na região, o Insa superou as dificuldades e começou a ter sua identidade revelada à sociedade da região semiárida a partir de 2012”, portanto, o referido PDU apontava “[...] na mesma direção, visando tornar-se referência em desenvolvimento científico e tecnológico à serviço da sociedade e do desenvolvimento da região e do país” (Insa, 2016, p. 6-7).

Em carta dirigida às organizações e aos movimentos sociais, ao partilhar o resultado da seleção para o mandato (2015-2019), Medeiros escreveu: “Compreendo que a Ciência, a Tecnologia e a Inovação só serão elementos indutores da promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da região semiárida, se houver o envolvimento efetivo dos diferentes atores sociais que atuam, vivem e sentem o Semiárido”, esperando contar com o apoio desses segmentos. Esses pontos vão nos mostrando mais alinhamento com a gestão anterior, do que o contrário. Naturalmente que não estamos anulando qualquer crítica interna ou externa com relação a sua gestão. Em uma das entrevistas concedidas por Salomão Medeiros ele apontou algumas questões relacionadas à sua gestão em termos de avanços e desafios, mas também reforça a sua visão sobre o Insa. Em seu discurso, levanta elementos dentro do que chamou “macropolítica” para situar os fatores externos, e a “micropolítica”, os específicos do Insa. Segundo ele, foram necessárias mudanças e ajustes no modo de pensar e fazer na sua gestão, devido a esses contextos políticos no país e em função do seu “perfil”, que é diferente do de Salcedo, bem como das prioridades das ações estratégicas do Instituto. Assim, relata:

Foram 4 anos bem conturbados. Primeiro porque um dos grandes desafios na macropolítica foi que não conseguimos estabelecer um contato muito bom com o Ministério, mudanças de vários ministros e de prioridades diferentes, corte sistemático de recursos do Insa. Nós estávamos recebendo muito menos do que recebíamos há 4 anos atrás. Olha, eu participei da gestão de Salcedo. A gestão de Salcedo foi uma lua de mel, porque tudo era a mais. Recursos a mais, todo ano havia incremento dos recursos — teve um concurso que a gente nem sabia e daqui a pouco chegaram 9 pessoas para trabalhar no Insa, na parte administrativa. Então só trazia robustez. Um momento muito bom, vibrante. Foi o momento que o Insa começou a trabalhar junto com as organizações sociais. Então eu costumo dizer que Salcedo fincou as bases do que o Insa deveria estudar e modelou como seria essa pesquisa. Na minha gestão eu tentei implementar isso na prática. Então, os cortes de recursos começaram no governo Dilma. Houve uma estabilidade com o ministro Gilberto Kassab (PSD/SP) [2016-2019], para o não corte, porque a gente se articulou com Rômulo Gouveia [Deputado Federal-PSD/PB], e porque foi o ministro desse período que mais tempo permaneceu no cargo, então deu uma certa estabilidade de construir relações com o ministério. A gente começou a mostrar alguns trabalhos do Insa, principalmente os voltados para saneamento e recursos hídricos, e isso sensibilizou. Nós tínhamos o PCI, que era 1,5 milhão e foi para 3 milhões, então a gente aumentou o número de pessoal para trabalhar no Insa. Fizemos isso sob algumas condições do próprio ministério, que pediu para privilegiar a área de saneamento e recursos hídricos, devido à possibilidade de ter resultados consistentes. E é o que está acontecendo. Hoje o Insa é reconhecido,

visto pelo trabalho que foi feito na parte de saneamento rural e na parte de reuso de água. Foi quando surgiu o Sistema SARA, que é Saneamento Ambiental e Reuso de Água. Com pesquisa junto à área de Sistema de Produção. A temática de desertificação que é importante e forte, com Michel Temer acabou, desarticulou. E hoje o povo fala de ESG [sigla em inglês que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização], mas o Insa já é isso há tempos; faz aproveitamento de água de chuva, gera esgoto, o esgoto é coletado, tratado dentro do Insa para fins de pesquisa, estudo de recuperação de área degradada. Concluímos todo um sistema de energia solar para produzir energia (Entrevista em abril de 2023).

A isso somam-se, segundo ele, as condições internas “próprias do Insa”, e que foram muito difíceis de administrar durante sua gestão. Na sua visão, para ser um “Instituto grande, de relevância” precisa de pessoal, e hoje o quadro é pequeno. “Na época a gente até fez um levantamento do que seria o Insa dos sonhos e o Insa enxuto. Chegamos a esses números que, entre pesquisadores e tecnologistas, nós deveríamos ter pelo menos uns 50”, para que comece a criar uma “massa crítica” e que não seja “vulnerável a quem entrar”. Avalia que nesse esforço de aumento do quadro de pessoal, na sua gestão, o Insa passou de “30 pesquisadores bolsistas para mais de 70 [...], [mais] o pessoal da Infraero”. E acrescenta: “nós conseguimos aumentar o número de publicações por pesquisador”. Porque o Insa tem “uma missão que é olhar para a problemática do Semiárido com um enfoque, não quer dizer exclusivamente rural, que é a área mais desprivilegiada do Semiárido, onde falta infraestrutura de água, saneamento, tudo, e o Insa tem que visar soluções descentralizadas” (Entrevista em abril de 2023). Destaca um ponto específico que acredita ter criado mais animosidades e que nutriu divergências internas:

O Insa tem pouco servidor e qualquer um faz falta. Muitos estavam querendo ir para seus órgãos de origem ou para suas cidades de origem, por exemplo. Então, a gestão teve muita dificuldade porque a gente dizia que não podia liberar. Na verdade, para essa liberação o ministério consulta a unidade, a prerrogativa de transferir é do ministro. A gente tinha feito, inclusive, um diagnóstico do quadro de pessoal, e quando nos consultavam, chegava algum pedido, nós falávamos qual era a função daquele servidor e como aquele servidor poderia impactar nas atividades do Insa, mostrando também o diagnóstico, e nós expusemos a situação crítica do Insa. Aí isso criou uma certa animosidade de alguns grupos de pessoas que queriam sair, então a gestão teve esse tipo de dificuldade, foi de toda ordem, sinceramente (Entrevista em abril de 2023).

Essa questão dos pedidos de remoção foi considerada pelos Interlocutores como um desafio para o Insa. Não há um consenso sobre como proceder no geral, ainda mais pelo quadro reduzido de pessoal. E “há casos e casos”. A postura de Salomão foi considerada por alguns como coerente. Mas, por outro ângulo, há um entendimento de que é melhor liberar, assumindo o custo das dificuldades de a instituição operacionalizar suas ações, do que “impedir alguém de sair porque a pessoa fica infeliz, não faz o trabalho dela, arruma atestado, se afasta, tem

problemas psicológicos e com os outros, além de atrapalhar o trabalho dos outros”. Nessa lógica, a postura do servidor é que conta, partiria da consciência sobre a responsabilidade que cada um assumiu perante a sociedade, pois “ninguém veio para o Insa enganado ou forçado”. Então, “se você não está ajudando aqui, vai ajudar em outro lugar. Você servidor público, pelo menos honre o seu compromisso do negócio que você assinou lá atrás”. Este Interlocutor lamenta que seja o tipo de situação que nutre discursos “ruins contra o servidor público em geral, que até o ano passado [...] o problema do Brasil era o servidor público” (Interlocutores I, B, maio e junho de 2023), referindo-se aos comentários públicos feitos e ao tratamento dado pelo Governo do presidente Jair Bolsonaro.

Apesar dos Interlocutores avaliarem que as gestões, algumas mais outras menos, conferiram maior ênfase e visibilidade às suas áreas de atuação, esse ponto em particular foi motivo de mais insatisfação e conflitos na gestão de Salomão Medeiros. Segundo os Interlocutores, a ênfase da área de Recursos Hídricos durante a sua gestão — cujo pesquisador responsável é o próprio Salomão — como a ação estratégica do Insa foi uma questão que ficou mal resolvida, porque “faltou diálogo aberto e franco com a equipe [de pesquisadores]. Quem decidiu que aquela área era prioritária? Ou você é diretor ou você é pesquisador, porque o cargo dá acesso a informações privilegiadas e gera conflitos de interesse”. Essa reflexão e preocupação está para todos que já passaram, para quem lá está hoje ou para futuros dirigentes. A tentativa desse ex-diretor justificar de forma mais consistente só aconteceu em momento posterior, quando não mais ocupava o cargo. “Acho que eu entendo qual foi a intenção do Salomão, mas a forma foi errada”. Apesar disso, os Interlocutores reforçam que foi na sua gestão, especificamente com Ricardo Lima, coordenador de pesquisa — que também é pesquisador do quadro efetivo do Insa —, que “tinha abertura para levar proposta para o grupo e discutir. Acho que avançou”. Mesmo assim “a gente não tem sabido utilizar a transversalidade” das áreas de atuação do Insa (Interlocutores A, B, G, agosto de 2021 e maio de 2023).

Em 2019, o MCTI publicou a portaria constituindo o Comitê de Busca para subsidiar o então ministro e tenente-coronel Marcos Cesar Pontes (PL) na escolha do novo dirigente do Insa. O Edital MCTI nº 249/2019, assinado pelo Subsecretário Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, informava que poderiam “[...] se inscrever para o cargo quaisquer cidadãos com notório conhecimento e experiência profissional nas áreas de atuação do Insa”, doutores e quem atendesse aos requisitos básicos do processo de seleção, composto por análise de currículos, documentos e propostas, exposição oral pública do projeto de gestão e entrevista individual. O ex-diretor Salomão Medeiros tentava sua recondução ao cargo para o

mandato de mais quatro anos (2020-2024). Cerca de dez candidatos concorreram ao cargo, entre homens e mulheres. Aliás, das quatro seleções para dirigentes do Insa, essa foi a que mais contou com mulheres inscritas, vinculadas ao Insa (funcionária da empresa terceirizada), professoras da UEPB e da UFCG.

No dia 21 de fevereiro de 2020, o ex-ministro Marcos Pontes publicou a nomeação de Mônica Tejo Cavalcanti (UFCG), através da Portaria nº 736, para o mandato 2020-2024. O ex-diretor Salomão Medeiros, retomava sua função de pesquisador do Insa na área de Recursos Hídricos. Mas não duraria muito tempo, dado que, passados alguns meses, a Portaria de Pessoal SGP/SEDGG/ME nº 3.631, de 20 de novembro de 2020, assinada por Wagner Lenhart, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGG), autorizou o exercício deste servidor para compor o trabalho no IFPB/João Pessoa, por tempo indeterminado, e não houve, qualquer objeção por parte da nova direção do Insa. A partir deste momento, as atividades da referida área passaram a ser conduzidas por pesquisadores (bolsistas), sob a coordenação da diretora Mônica Tejo Cavalcanti¹⁴². Essa remoção do ex-diretor é observada pelos Interlocutores de diferentes formas, desde “sofrer perseguição” a “questões de ego”. O ex-diretor relatou um fato relacionado à transmissão do cargo de direção dele para a nova diretora do Insa, como ocorre normalmente nesse tipo de situação:

Fui comunicado um dia antes da posse, que eu iria participar. Porque até então eu não tinha sido convidado para participar da posse, entregando o cargo. Não fui convidado. Machado, era o subsecretário, chegou e disse: ele tem que participar. Aí me ligaram, tipo essa hora, 17h, comunicando que eu iria fazer a abertura. Aí eu digo, o que é que eu vou falar. Geralmente fala das suas realizações. Aí eu fui buscar os relatórios, os TCGs [...] e vi o tanto que a gente fez, com aquele número reduzido pessoas, problemas de toda ordem. Meu principal colaborador faleceu no meio da caminhada, que foi Salcedo. Tentaram impedir que eu fizesse a apresentação em slides, que eu havia preparado, mas publicamente insisti e apresentei (Salomão Medeiros, abril de 2023).

Comparando os requisitos básicos exigidos para o exercício do cargo de dirigente do Insa¹⁴³ nas duas últimas eleições, temos o seguinte (Quadro 23):

¹⁴² Conforme sítio eletrônico do Insa, sessão “Quem é quem”. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>. Acesso em: 19 set. 2023.

¹⁴³ Não conseguimos acessar através dos Interlocutores, nem localizar nos canais formais como DOU, sítios eletrônicos institucionais etc. ou informais, os Editais referentes às seleções para os mandatos 2007-2011, gestão Roberto Germano, e 2012-2015, gestão Ignacio Salcedo.

Quadro 23. Critérios exigidos à candidatura a dirigente do Insa nos dois últimos mandatos.

Mandato 2015-2019 Salomão Medeiros Nomeado pelo ex-ministro Aldo Rebelo (PCdoB) *	Mandato 2020-2024 Monica Tejo Cavalcanti Nomeada pelo ex-ministro Marcos Pontes (PSL)
a) Notório conhecimento, competência e experiência profissional nas áreas de atuação do INSA; b) visibilidade junto à comunidade científica e tecnológica; c) experiência gerencial e administrativa envolvendo atividades de relacionamento com organizações de fomento, do Governo e entidades da sociedade em geral, bem como capacidade de trabalhar na forma articulada com políticas públicas do MCTI e do Governo Federal; d) capacidade de liderança para motivar o corpo técnico e científico e os demais colaboradores da Unidade; e) visão de futuro voltada para o crescimento científico e tecnológico do INSA e do País; e f) entendimento e comprometimento com a execução do Plano Diretor do INSA e com o Plano de Ação do MCTI.	a) Competência profissional reconhecida para o exercício do cargo; b) visibilidade junto à comunidade científica e tecnológica; c) experiência administrativa e capacidade de promover a integração entre os servidores do INSA, levando em consideração a diversidade de áreas de atuação da instituição; d) visão de futuro para o INSA e empenho no desenvolvimento integrado científico e tecnológico do País, bem como na participação da instituição no cenário nacional e internacional; e) capacidade para tratar de questões científicas, administrativas, políticas e de visão estratégica relacionadas como o INSA; f) capacidade de interagir com o setor produtivo para a contratação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; g) experiência em cooperação nacional e internacional; e h) entendimento e comprometimento com a execução do Plano Diretor do INSA 2016-2019 e com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022.

* O Subsecretário da Coordenação das UPs era o paulista Adalberto Fazzio, Físico e professor da USP.

Fonte: Editais-publicado no DOU, Seção 3, p. 10, de 17/08/2015; Edital N° 249/2019, DOU, seção 3, N° 202 de 17/10/2019, respectivamente.

Observamos no quadro acima semelhanças quanto aos critérios básicos exigidos. Destacáramos, do ponto vista interno, a capacidade de promover integração, liderança e motivação entre servidores do Insa. Enquanto do ponto de vista externo aparece descrita, no primeiro caso, a interação também com a “sociedade em geral” e, no segundo caso, a interação junto ao “setor produtivo”. Avaliando as gestões, os Interlocutores B e I afirmaram que “Roberto tinha visão do Insa para fora, Salcedo e Salomão tinha visão para dentro”, e que “a Mônica voltou com essa visão do Insa para fora”. Um destes Interlocutores ainda avalia que na gestão atual, do ponto de vista interno, a comunicação melhorou e, do ponto de vista externo, avançou. Mas essa não é a visão da maioria dos pesquisadores. O referido Interlocutor relata: “Semana passada recebemos a visita do representante de [uma empresa]. Ele falou do trabalho com comunidades e já queria assinar convênio. Ficou encantado com o trabalho do Insa. Acho que hoje veem o Insa como instituição importante para o semiárido” (Entrevistas em outubro de 2021 e junho de 2023). Percebemos nessas entrevistas que tais enquadramentos de visão para “dentro” e para “fora” são confusos. Primeiro que acompanham uma ideia de Articulação fortemente associada à captação de recursos e como única possibilidade de o Instituto adquirir reconhecimento. Depois, que há um olhar individualizador da função de articulador como algo que cabe ao dirigente, não como função institucional, portanto, dos pesquisadores. Ao falar de sua nomeação para dirigente do Insa, Mônica Tejo revela:

Estou assumindo a diretoria geral do Instituto Nacional do Semiárido com a missão de catalisar o desenvolvimento regional, bem como promover uma maior articulação entre a tríplice hélice e ainda propor um modelo de gestão disruptiva. O desafio é enorme, mas com o apoio de vários parceiros conseguiremos dar continuidade as ações do instituto¹⁴⁴

Para a diretora atual, estar no Insa é um desafio pessoal porque considera ter “uma forma diferente de governança, alinhado com a inovação e tendências de pesquisas em diferentes áreas”. Ainda sobre desafios a curto prazo, afirma que, do ponto de vista institucional, é “a sensibilização do INSA, dentro e fora, sobre o desenvolvimento tecnológico, promoção de sustentabilidade, adequação a tendências mundiais, gestão ágil e transferência de tecnologia”. Ademais, em sua perspectiva, “trazer” a Convivência com o Semiárido e, sobretudo, “levar a independência as pessoas” que nele vivem são caminhos para a “geração de impacto social na região”. Para ela, a população possui um “conhecimento empírico e um ‘saber fazer’ excepcional”, mas a “alfabetização tecnológica” é uma possibilidade para provê-la de condições para “geração de negócios rurais” com uso da tecnologia e da inovação, “agregar valor à produção”, aumentar “capacidade produtiva”, bem como gerar “mais renda e mais oportunidade de trabalho” (Revista Nordeste, 2020). Em seu currículo, normalmente destaca a conquista em uma das categorias do Prêmio Celso Furtado, promovido pelo Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento. Não por acaso, nessa mesma entrevista foi interpelada sobre o que considera essencial na obra de Celso Furtado para resolução de problemas atualmente. Em resposta, Tejo pontua:

O INSA tem Celso Furtado como guia, digamos assim, mas na minha interpretação, muito ainda deverá ser realizado para que consigamos alcançar seus ensinamentos. A frase que mais me identifico, tendo em vista o momento em que estou enfrentando no INSA, é: ‘Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve’ (Revista Nordeste, 2020).

Ao falar sobre o papel do Insa, ressalta:

A gente tem também como missão tentar identificar as pesquisas que já foram desenvolvidas ou que estão sendo desenvolvidas com impacto direto no Semiárido, e levar essas tecnologias, essas pesquisas para que realmente sejam utilizadas pela sociedade, pelo homem do campo, pela indústria, pela empresa privada, pelo poder

¹⁴⁴ Matéria publicada em 26/02/2020, na Revista Nordeste. Disponível em: <https://revistanordeste.com.br/paraibana-e-nomeada-para-comandar-instituto-nacional-do-semiarido-em-campina-grande/> Acesso em: 22 set 2023. Ainda segundo essa matéria, Mônica Tejo, “é uma das responsáveis pelo levantamento e do plano de ação para projetar o mapeamento das potencialidades da região do Brejo, criando um roteiro da cachaça e da rapadura”, conforme afirmou o “deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Eduardo Carneiro (PRTB)”, o qual a parabenizou e demonstrou interesse em fortalecer o referido trabalho.

público, e que faz com que se tenha esse elo direto de ligação entre a unidade de pesquisa e o impacto na sociedade (MCTI, 2020)¹⁴⁵.

*Insa se volta para a cultura do empreendedorismo na PB*¹⁴⁶ é o título da matéria escrita por Márcia Dementshuk sobre a posse da nova diretora do Insa, professora Mônica Tejo. Com a presença de agentes públicos, servidores do Instituto, o Subsecretário das UPs, “Brigadeiro Machado” entre outros. Na ocasião, representantes de associações e comunidades da região de Pombal/PB, cidade onde está situado o campus da UFCG e a Iacoc, instituições às quais a diretora está vinculada. Sobre as vivências de produção e empreendedorismo apresentadas na matéria, “[...] têm em comum o fato de passarem por processos de capacitação ao empreendedorismo tendo por princípio o associativismo, a economia solidária, a formação de parcerias, entre outros valores”. E complementa: “Mônica Tejo coordenou esses trabalhos pela IACOC, incubadora de agronegócios atuante no semiárido cujo portfólio enumera situações semelhantes, [...] promovendo o sustento de várias famílias que antes viviam na dependência de programas assistenciais governamentais” e desempregadas.

Ainda segundo a referida matéria, para Machado, o que a gestão propunha baseado nas experiências apresentadas “está na própria missão do ministério” e a população não consegue usufruir dos resultados das pesquisas. “Temos um novo rumo para tomar. O mundo mudou, o Brasil mudou, o MCTIC mudou e o INSA está mudando agora”. E finaliza anunciando o Programa Águas Atmosféricas”, a ser implantado em escolas da região, “[...] com capacidade de produzirem cerca de 1.600 litros de água por dia a partir do vapor do ar”, e sob a coordenação do Insa. “As máquinas provêm de Israel”. Esse discurso nos lembra um debate muito presente no Semiárido sobre a ideia de soluções vindas de fora e muitas vezes do completo desconhecimento sobre experiências pensadas e difundidas há tempos na região. Pensar CT no Brasil em diálogo com conhecimentos produzidos em outros países é importante, mas é importante pensar se e quais interesses estão por trás dessas “boas” iniciativas.

O ex-diretor o Insa, Roberto Germano, e que também foi do Comitê de Busca para dirigente do Insa em 2019, esteve também presente na referida posse, enquanto presidente da

¹⁴⁵ Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovações. Título: “Insa/MCTI: A “voz” da ciência, tecnologia e inovação no Semiárido brasileiro: Instituto Nacional do Semiárido promove pesquisa e desenvolvimento na região”, publicada em 27/10/2020 às 18:02, atualizada em 03/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2020/10/insa-mcti-a-201cvoz201d-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-no-semiarido-brasileiro> Acesso em: 20 set 2023.

¹⁴⁶ Título da matéria publicada pelo Governo da Paraíba, na sessão “Empreendedorismo”, com subtítulo: Posse da nova diretora aconteceu na última semana em CG com compromisso de fomentar diversas regiões”, de autoria de Márcia Dementshuk. Publicada em 13 mar. 2020, 13h27; última modificação 16 mar. 2020, 11h08. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-ciencia-tecnologia-inovacao-e-ensino-superior/noticias/insa-se-volta-para-a-cultura-do-empreendedorismo-na-pb> Acesso em: 19 set. 2023.

Fapesq/PB. Na ocasião, ao relembrar do período da sua gestão no Insa, que buscou articular parceria em benefício da região por meio de edital do CNPq, visando “o desenvolvimento de soluções para problemáticas do semiárido brasileiro”. E declarou: “Nós tivemos um resultado extremamente positivo em 2011 quando o INSA lançou um edital de cerca de R\$ 123 milhões. Agora, em parceria com as FAPs, pode-se formular um edital com boa amplitude”, conforme a citada matéria.

Nessa linha de pensamento, a diretora declarou à jornalista Márcia Dementshuk:

O INSA ainda não tem essa cultura de empreendedorismo, de desenvolvimento tecnológico aplicado para o semiárido para resolver problemas de negócios que ainda não foram impulsionados. Nessa gestão vamos trabalhar estratégias para implantar novas linhas de projetos e novas políticas para conseguirmos capilarizar as ações que já vem sendo desenvolvidas. Significa escalar as ações em nível de Semiárido.

Mônica Tejo considera sua gestão “[...] disruptiva, digamos assim, uma gestão pautada numa governança colaborativa, pautada nas nossas dores e na realidade do que temos hoje, dentro do Insa”. Nesse sentido, “[...] caminham dentro do conceito de sustentabilidade, com aplicação direta de ações ambiental, social, de governança, alinhados ao conceito de SG [Sistema de Gestão]”¹⁴⁷. Ao falar sobre o momento em que assumiu a direção do Insa, diz: “[...] elaborei ferramentas de gestão a partir da minha visão de futuro para o Semiárido brasileiro, [...] criei o planejamento estratégico do Insa no horizonte de dez anos, 2020-2030 [...]”. Além disso, o Insa “[...] celebrou diversas parcerias para elaboração e realização em rede dos nossos projetos, como também parcerias internacionais, junto com Alemanha, Inglaterra, Portugal e Espanha”, citando ainda a relevância da organização da política de inovação do Instituto¹⁴⁸. Com relação à “gestão disruptiva”, na prática, Mônica Tejo diz que significa o seguinte:

É importante partirmos dos sinônimos de ruptura, que são: ruptura, rompimento, suspensão e descontinuação. Na prática significa que tentarei incorporar no INSA uma gestão com propósito claro alinhado ao desenvolvimento do nosso semiárido, sistematizada e com planejamento. Realizar ações de impacto na pesquisa e na administração interna será uma forma disruptiva de gestão.

No tocante à criação de mais áreas de atuação no Insa, a gestora argumenta que elas estão alinhadas ao conceito de “água, energia e alimentos”, bem como à ideia de inovação como “um conceito transversal” a todos os temas. Revelou que o Insa estava, naquele ano (2022), em

¹⁴⁷ Com base em “INSA/MCTI: há 18 anos promovendo Ciência, Tecnologia e Inovação Social para um Semiárido Sustentável”. publicado em 14 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HdHZJQNY5I>. Acesso em: 19 set 2023.

¹⁴⁸ Trecho da apresentação do vídeo “Institucional Gestão Drª Mônica Tejo (Insa/MCTI)”, publicado em 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wS2fX-bZRhY>. Acesso em: 19 set. 2023.

destaque no MCTI, pois além da Lei Orçamentária (Loa) do Insa, havia sido realizada “[...] uma maior captação de recursos, [...] com a contribuição de todo time Insa”¹⁴⁹. Um dos pontos de crítica da maior parte dos Interlocutores para com a gestão atual, referente à ampliação de áreas de atuação no Insa, é a ausência de pesquisadores efetivos — um exemplo, é a área de energias renováveis. Associada a isso a preocupação com os impactos negativos no bioma Caatinga, questões não discutidas no e pelo Insa. Contudo, na visão de Mônica Tejo, o tema é importante e a PD nessa área é mais estudada e vista por pesquisadores de outras regiões que do Nordeste. Assim, o “Nordeste precisa tomar para si o protagonismo de celeiro das energias renováveis”, para isso, o Insa não fará “sozinho [...] está pensando nesse sentido de estruturar uma ação em rede”. Diz ainda, que é necessário “reter os nossos cérebros, dar oportunidade para produção de [PD] voltada à energia renovável”¹⁵⁰.

Os três primeiros anos da gestão de Tejo (2020-2022) se deram no contexto do Governo de Jair Bolsonaro (PL), sem que houvesse mudança de ministro do MCTI. Nesse aspecto manteve certa estabilidade política, o que talvez tenha facilitado processos de diálogos com o executivo. Mas tal gestão foi também atravessada por desafios diante do negacionismo da Ciência, da falta de investimentos nessa área, bem como pelo período da pandemia da Covid-19, que registou a marca de 700 mil mortes no país. Em 2023, último ano do mandato de Jair Bolsonaro (PL), assumiu o novo Governo do presidente Luiz Inacio Lula da Silva (PT), o que exigiu novos ajustes e alinhamentos. Para entender esse novo momento, recorreremos a uma entrevista concedida pela diretora ao Programa de Rádio “Balanço Geral”¹⁵¹, em fevereiro deste ano. Na ocasião ela apresenta o Insa, destaca o trabalho relacionado à pesquisa e difusão de espécies de Palma resistentes à Cochonilha do Carmim. Ao falar sobre a origem dos pesquisadores cita nominalmente Fabiane/RJ, Geovergue/PB e Jucilene/PB. Ao ser questionada sobre como seria com a “mudança de governo” e se “continua a mesma ideia de pesquisa”, ela responde:

[...] ontem eu estive com a ministra Luciana Santos [PCdoB] em João Pessoa e a gente conversou um pouco sobre essa questão do direcionamento de ações, mas a bandeira do nosso Governo hoje é combate à fome. Então a gente precisa fazer com que a ciência e a tecnologia ela caminhe aliado ou alinhado a ações para combater a fome, também as ODSs que é a Agenda 20-30 da ONU, que a gente tem 17 ODSs e todo

¹⁴⁹ Com base em “INSA/MCTI: há 18 anos promovendo Ciência, Tecnologia e Inovação Social para um Semiárido Sustentável”. 14 abr. 2022. <https://www.youtube.com/watch?v=HdHZJQNYPSI> Acesso em: 19 set. 2023.

¹⁵⁰ Entrevista concedida ao EJ-Escritório de Jornalismo: Hub de Conteúdo e Notícias. 29 mar. 2023. Conteúdos Especiais. Título: “No meio do caminho, o INSA transforma vidas no Semiárido brasileiro”. Disponível em: <https://escritoriodejornalismo.com.br/no-meio-do-caminho-o-insa-transforma-vidas-no-semiarido-brasileiro/> Acesso em: 20 set 2023.

¹⁵¹ Programa da Rádio Correio FM. *Diretora Mônica Tejo Cavalcanti concede entrevista ao programa Balanço Geral CG - Correio FM*. 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=in8GPqfRYtA&t=16s>. Acesso em: 19 set. 2023.

trabalho ele já vem sendo alinhado desde a minha chegada ao Insa em 2020, mas agora de forma mais intensiva para se alinhar a expectativa do Governo. Mas as linhas básicas elas permanecem, mas com alinhamento voltado a questão da erradicação da pobreza, combate à fome.

Sobre o Clima Organizacional no Insa, a diretora afirma:

Desenvolvemos ações de melhoria do clima organizacional, com pesquisas realizadas periodicamente e também (sic) com capacitações voltadas ao desenvolvimento humano, com temas relacionados a gestão de mudanças, gestão das emoções e também gestão ágil, para que nossos colaboradores possam potencializar os seus resultados diários¹⁵².

É importante registrar que em março de 2014, durante a gestão de Ignacio Salcedo, e com base no PDU 2012-2015, o Insa buscou “[...] desenvolver um diagnóstico para ‘explorar’ elementos de formação e aperfeiçoamento que poderiam ajudar aos membros da INSA (pesquisadores e administrativos) a melhorar seu trabalho e sentirem-se mais satisfeitos na instituição” (Insa, 2014-2015, p. 3). Esse processo, de caráter qualitativo, gerou um “Programa de Formação e Aperfeiçoamento (2014-2015)” com diversas propostas organizadas por categorias, com indicação de atividades, períodos e pessoas responsáveis (pesquisadores efetivos e bolsistas — e servidores da área administrativa), que resultaram das reflexões, preocupações, críticas, comentários e sugestões dos participantes. Estavam previstas a avaliação e ajustes. O conteúdo deste Programa incluiu, entre outras questões, a percepção sobre o trabalho individual e coletivo, relações interpessoais, relação do Insa com a sociedade. Ao final do documento do referido Programa tem-se a seguinte afirmação: “[...] que cada pessoa seja um ser integral capaz de provocar mudanças”. E segue como uma pergunta: “o que você está fazendo para construir a identidade do Insa?” (Insa, 2014, p. 41-42).

Além de reuniões e oficinas, também resultaram desse processo negociações entre a gestão e servidores, culminando na redistribuição de uma pessoa do quadro, com formação compatível com a finalidade de um setor de Gestão de Pessoas, para liderar atividades nessa área, inclusive com a recomendação de participação em cursos de formação/especialização. Esse processo resultou também em publicações: uma intitulada *6 Recomendações para melhorar uma discussão (no bom sentido)* (Forero; Bezerra; Oliveira, 2014) e a outra sobre *Comunicação interpessoal entre pesquisadores: momentos sinérgicos* (Forero; Perez-Marin; Medeiros, 2015), publicadas pelo Insa como documento que pode servir de base para outras

¹⁵² Trecho extraído da apresentação do vídeo *Institucional Gestão Dr^a Mônica Tejo (Insa/MCTI)*, publicado em 20 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wS2fX-bZRhY> Acesso em 19 set 2023.

instituições. Todas essas iniciativas tiveram a assessoria direta do Núcleo de Inovação Metodológica (NIM) (2013-2015), com objetivo de “[...] enriquecer as ações do Insa e seus parceiros com novas abordagens e práticas metodológicas que contribuam para o diálogo entre os portadores da sabedoria popular e o conhecimento do formato acadêmico” (Insa, 2013, p. 60). Era liderado por Luís Felipe Ulloa Forero, escritor, educador popular e pesquisador-visitante do Insa (2012-2015). O NIM contava com o apoio de pesquisadores-bolsistas de diferentes áreas de conhecimento — como Psicologia, Serviço Social, História e Agronomia, todos com diferentes experiências e vivências profissionais e acadêmicas.

Ainda sobre esse aspecto do Clima Organizacional, na gestão seguinte, a de Salomão Medeiros, foi realizada pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)¹⁵³/UFCG a Avaliação de Clima Organizacional no Insa¹⁵⁴, entre 2018-2019, a partir da articulação entre a equipe psicossocial (psicóloga e assistente social) e a gestão do Instituto, diante de uma demanda recorrente no SIASS, envolvendo vários servidores¹⁵⁵. A referida equipe formulou uma “[...] proposta de intervenção organizacional que teve como base uma Pesquisa de Clima, a fim de identificar lacunas e dificuldades existentes no *modus operandi* e na vivência cotidiana institucional [...]”, para ao final do estudo propor “junto aos servidores e à gestão [...], alternativas que promovam melhoria dos processos de trabalho, das relações interpessoais, e conseqüentemente da saúde dos servidores” (Siass/UFCG, p. 3). Utilizou-se a pesquisa quantitativa aplicada ao universo total do Insa, com um questionário composto por 9 dimensões, uma delas sobre conflitos, e 72 questões de percepção e de perfil, além de dados levantados a partir de uma roda de conversa.

¹⁵³ O SIASS foi fundado por meio do Decreto nº 6.833 de 29/04/2009, com a finalidade de assegurar “a institucionalização e manutenção de ações estratégicas em defesa da saúde dos servidores públicos federais [...] para evitar o cada vez mais crescente número de afastamentos médicos prolongados, absenteísmo e aposentadorias precoces [...]” (SIASS/UFCG, 2018-2019).

¹⁵⁴

Disponível

em:

http://www.siass.ufcg.edu.br/images/stories/pdf/relatorio_de_avaliacao_de_clima_organizacional-INSA.pdf

¹⁵⁵ O Relatório de Gestão do Exercício de 2017 traz a seguinte informação: “Conforme informações obtidas junto ao SIASS/UFCG, durante o exercício foram contabilizados 636 dias de afastamento por 12 servidores. Contudo, três servidores se destacaram com aproximadamente 40% do total de afastamentos. Destacamos que desde 2015, o Insa tem informado ao MCTIC (sic) da necessidade de ampliação do quadro da Unidade e da realização de um trabalho que possa ajudar na melhoria da qualidade de vida dos seus servidores” (Insa, 2017, p. 38). No Relatório de Gestão de 2015 há uma preocupação com a “figura” do “Servidor Concurseiro”, aqueles que “[...] ingressam no serviço público através de concurso para um nível (cargo) muito aquém da sua qualificação. Após um período, estes se submetem a outros concursos em nível compatível com sua qualificação e ou com salários mais vantajosos, deixando a vacância do cargo” (Insa, 2016, p. 51), assim, no ano anterior a gestão já avaliava que a força de trabalho da área administrativa do Insa era “muito boa”, pois todos os servidores possuíam qualificação (a maioria com graduação e pós-graduação, inclusive mestrado e doutorado) acima da exigência para o cargo exercido (Insa, 2015, p. 65-66). Soma-se a essas preocupações registradas as solicitações de transferência ou cessão para outras instituições.

O relatório final contém 43 páginas, detalha objetivos e metodologia, faz a reflexão a partir dos dados e, por fim, a “análise e propostas da equipe psicossocial do SIASS”, com sugestões e seus respectivos detalhamentos de 6 pontos considerados “indicativos para a gestão com base nas análises realizadas”. Quais sejam: “Especificar responsabilidades e papéis; aprofundar a democracia interna; Planejamento e comunicação; adequar-se às exigências da legislação de segurança do trabalho; Estimular a valorização dos servidores; Modernizar o RH (investir na gestão de pessoas)”. Assim, considera relevante o esforço coletivo na concretização de tais recomendações, além do comprometimento da gestão, uma vez que a realidade revelada é a de um ambiente com “opiniões bastante divididas” e “grupos formados com juízos e lados opostos”, questões que podem ser amenizadas e administradas “através da desburocratização, do aumento da participação dos funcionários, do gerenciamento de conflitos etc.” (Siass/UFCG, 2018-2019, p. 38-42). Como complementação, queremos situar especificamente o entendimento sobre Conflito no qual a equipe do Siass se baseia:

Sabemos que o local de trabalho reúne pessoas com diferentes visões de mundo, crenças, idades, formações pessoais, profissionais e políticas, classes sociais, condições físicas etc. É, portanto, inevitável que tamanha diversidade não resulte em divergências de ordem pessoal, teórica ou metodológica (sic). Pensamos que tais diferenças e divergências são inclusive saudáveis e interessantes pois apresenta aos indivíduos em sua interação com a coletividade outros modos de pensar, fazer, viver e se relacionar. É importante que uma instituição tenha clareza dessa diversidade e procure, no estabelecimento de normas e rotinas, respeitar todos os trabalhadores que a compõem. Quando as diferenças são respeitadas e as divergências são tratadas dentro da dimensão do diálogo, estas tendem a não evoluir para os conflitos. Os conflitos são profundos desentendimentos que ultrapassam as possibilidades de diálogo e partem para outros níveis de enfrentamento, algo que se tornou incompatível. Sabe-se que o Clima Organizacional é composto de variados elementos e influenciado por múltiplos fatores, sejam eles de ordem externa — que diz respeito ao contexto socioeconômico, político, familiar dos servidores, ou interna — que abrange a realidade e os desdobramentos do cotidiano institucional. Os conflitos atuam na construção de uma atmosfera de negatividade constante expressa no enfraquecimento da cooperação, das relações de amizade, da confiança, da estabilidade e conseqüentemente de um clima desfavorável às possibilidades de bem-estar dos trabalhadores. Saber lidar com o acirramento dos ânimos, posturas intransigentes, competitividade excessiva e interesses distintos é uma habilidade indispensável aos profissionais de gestão de pessoas e gestores em geral a fim de evitar índices elevados de conflitos (Siass/UFCG, 2018-2019, p. 27-28).

Segundo informações de interlocutores e em consulta a pessoas diretamente envolvidas nessas iniciativas, apenas algumas atividades propostas naquele *Programa de Formação e Aperfeiçoamento (2014-2015)* foram realizadas. No segundo caso, referente ao estudo e propostas elaboradas pelo Siass, só houve um evento específico para socializar e discutir o relatório final, com a presença da equipe do Siass (a psicóloga, a assistente social e o

coordenador) e de todos os servidores e colaboradores do Insa. Em ambos os casos, os relatos são de que não houve efetiva implantação ou continuidade de ações e recomendações. Destacamos que, até o momento, o Insa não dispõe de um setor estruturado de Gestão de (e com) Pessoas, e estamos nos referindo a um setor com funções muito além de atividades burocráticas, o que demanda a formação de uma equipe com especialistas no tema. Os concursos realizados entre 2008 e 2009 para a área administrativa não contemplaram essa questão. E o novo concurso anunciado em 2023 e em curso, não contempla profissionais com essa competência. Outro aspecto relevante é que não encontramos qualquer evidência de que a gestão atual esteja utilizando intencionalmente, ainda que de forma parcial, os resultados desses esforços realizados pelas gestões anteriores para o trabalho de melhoria de clima organizacional como anunciado.

As avaliações de mais de 50% dos Interlocutores referente à comunicação interna — diálogo, integração, cooperação e motivação da equipe do Insa — é de que não houve melhora na gestão atual. Uma das declarações mostrou-se significativa para expressar o sentimento dessa maioria: “para aqueles que estão dispostos a enxergar a equipe, sabe que não melhorou. Mas para aqueles que olham para um grupo ou só olham para si próprio, aí pode ser que tenha melhorado”. Na relação do Insa com o externo, a sociedade, os movimentos sociais etc., os questionamentos consistem no tipo de alinhamento ideológico, pois atualmente está focado no “empreendedorismo científico, com uma “linguagem de mercado” e “não está claro qual ciência e tecnologia e para quem”. Outro questionamento recorrente é se “hoje o Insa é do Parque Tecnológico [da Paraíba (PaqTcPB)]” (Interlocutores A, I, F, C, D, agosto de 2021 e junho de 2023).

Numa leitura geral, quando analisamos as declarações de todos os interlocutores que participaram dessa pesquisa, que estão dentro do tema Clima Organizacional, e comparamos particularmente com a pesquisa de Santos (2012), com o diagnóstico que resultou no Programa de Formação e Aperfeiçoamento (2014-2015), bem como com a pesquisa do Siass (2018-2019), notamos que todas as gestões, em alguma medida, apresentam preocupações e um esforço de identificar e refletir sobre os conflitos internos. Porém, os esforços não foram suficientes para amenizá-los.

Não menos importante do que os temas abordados até aqui, queremos registrar um aspecto que apareceu na pesquisa como um ingrediente passível de conflitos, que podemos qualificar como questões de “Gênero na Ciência”. Um dos Interlocutores do Insa fez a seguinte observação: “quando se é mãe, você tem que sair mais cedo para buscar o filho na escola. Então, precisa interromper o que está fazendo do trabalho. E ao chegar em casa vem os cuidados com

a criança e outras tarefas”. Afirma conhecer casos de colegas [homens] que “chegam depois das 8h da manhã, mas sai da instituição por volta das 20h, 21h da noite”, porque ao longo do dia, muitas vezes, têm dificuldade para escrever artigos, projetos, relatórios etc., devido às interrupções para tratar de burocracias e outras questões que a atividade científica-tecnológica no Insa exige. Após às 17h seria mais tranquilo. Mas, “para as mulheres a situação é diferente, até mesmo pela questão da segurança”. Essas falas refletem bem as desigualdades entre homens e mulheres no campo científico, em termos de “produtividade”, cujos impactos negativos sob diversos aspectos afetam mais as mulheres, ao tempo que urge a necessidade de estudos e debate sobre o tema no Brasil — e ao que parece a pandemia escancarou o problema, quando as pesquisadoras e trabalhadoras em geral tiveram que conciliar demandas do trabalho e da casa no espaço privado de suas residências. Portanto, as instituições precisam pensar sobre essa questão, desde as avaliações internas, até os critérios dos editais de financiamento para a pesquisa. E qualquer iniciativa nesse sentido, inclusive no Insa, precisa considerar o machismo, a misoginia e a discriminação, presentes não só nos discursos, de uma forma séria, respeitosa e pedagógica (Interlocutores F, B, I, maio de 2023).

No conjunto das entrevistas, nos chamou a atenção a preocupação dos Interlocutores com relação aos rumos da instituição e à ideia de “resgate do Insa”. De um lado, manter para melhorar e avançar, de outro, mudar para melhorar e avançar. No centro da questão, a disputa para definir a “forma de ser, pensar e fazer” do Insa. Lembramos de um comentário do ex-diretor Salomão Medeiros, ao lembrar da época que Ignácio Salcedo assumiu a diretoria do Insa; em contato com um dos coordenadores do MCTI, ouviu: “o Insa mudou da água para o vinho”, e o Instituto era “uma das preocupações porque não tinha um caminho”, referindo-se à organização de uma “política” científica na instituição, a partir de 2012. Nessa visão, o Instituto deveria ser uma instituição prioritariamente de pesquisa, o que “justificaria” ser uma Unidade Pesquisa (UP) do MCTI (Entrevista em abril de 2023). Logo, depreendemos que a “Articulação” não assume, na visão de alguns atores sociais do Ministério, *status* de função prioritária do Insa, como está posto no primeiro planejamento estratégico e, segundo alguns interlocutores, agora retomada pela diretora Mônica Tejo, que informa: “O Regimento Interno do INSA estabelece que as atividades desenvolvidas pelo instituto sejam baseadas em cinco eixos: 1ª Articulação; 2º Pesquisa; 3º Formação; 4º Difusão; e 5º Políticas Públicas”¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/biografia>. Acesso em: 29 set. 2023.

Nesse sentido, nossa investigação revelou e aprofundou neste capítulo que o eixo “Pesquisa” como função prioritária é defendido por uma parte dos Interlocutores-pesquisadores do Insa. Por outro lado, a “Articulação” como função prioritária está para outros Interlocutores. Interligada a essa questão, a ideia de qual o público prioritário das ações do Insa (instituições públicas, organizações e movimentos sociais ou mercado) e qual o tipo e abordagem de pesquisa (básica, aplicada, ou ainda participativa etc.), também vai se manifestar nos discursos, ora como vantagens, ora como conflitos, para qualificar o melhor ou pior dirigente. No âmago dessa tensão de visões “antagônicas”, como isso se manifesta em ações do Insa e como vai constituindo sua autoimagem? Até que ponto a relação entre o dizer e o fazer CTI posiciona o Insa ora como de pesquisa, ora de desenvolvimento ou essencialmente articulação? No capítulo a seguir, buscaremos trazer alguns elementos para reflexão.

6 AÇÕES, PROJETOS E AUTOIMAGEM DO INSA

O Insa é uma instituição que possui elementos curiosos, dentre os quais a força do capital simbólico, tanto interpessoal, quanto institucional. Por exemplo, em setembro de 2020, a atual diretora do Insa, Mônica Tejo Cavalcanti (2020-2024), recebeu a Medalha de Honra ao Mérito Agropecuário “Manelito Vilar”, concedida pela Assembleia Legislativa da Paraíba¹⁵⁷; honraria também concedida à Fazenda Carnaúba, que, segundo o Insa, é “[...] uma referência nacional em genética de caprinos, ovinos e bovinos”¹⁵⁸. No ano seguinte, inspirando-se no citado pecuarista, o Insa lançou um Mascote chamado “Manelito — o cacto cientista” (Figura 23). “Criado para ser um novo porta-voz nas redes sociais, Manelito passa a se comunicar diretamente com os públicos interno e externo, através de conteúdos em vídeo, *gifs* e imagens diversas”. Além disso, “[...] representa o compromisso com as pesquisas desenvolvidas no Semiárido brasileiro”, informa a instituição em seu Boletim Mensal¹⁵⁹. Em 27 de julho de 2022, o Insa divulgou em rede social¹⁶⁰ que, “pela primeira vez”, participou como expositor e proferiu palestra na “X Edição do DIA D da Fazenda Carnaúba”¹⁶¹, evento realizado anualmente, desde 2012, pela e na propriedade do pecuarista “Manelito”, em Taperoá-PB, atualmente administrada por seus filhos.

¹⁵⁷ Conforme Resolução nº 1.903, de 24 de setembro de 2020. Aprovada pela referida Assembleia e pelo Presidente da casa, Deputado Adriano Galdino. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2020/09/DPL-25.09.2020.pdf> Acesso em: 28 set. 2020. Tanto a Resolução Nº 1.898, de 26 de agosto 2020, que institui a referida Medalha de Honra ao Mérito Agropecuário Manelito Vilar na Paraíba, quanto a indicação dos homenageados citados foram proposições do ex-deputado estadual Nabor Wanderley (Republicanos), atual prefeito de Patos (PB). No Art. 1º da referida Resolução, a Medalha deverá ser “[...] concedida a personalidades de destaques nas áreas de pesquisa, extensão e demais atividades voltadas à agropecuária”. Em 2021, o deputado reeleito Júnior Araújo (Avante) propôs a concessão dessa mesma Medalha a dois filhos de Manelito Vilar, a saber: Daniel Pereira Dantas e Joaquim Pereira Dantas Vilar. Defensor da lei que regulamentou o sistema de produção e comercialização de queijos artesanais na Paraíba, este deputado foi homenageado em 2019 no evento “Dia D da Fazenda Carnaúba.

¹⁵⁸ Trecho extraído da postagem na rede social Instagram do Insa, cujo título é “*Mônica Tejo Cavalcanti*. Diretora do Insa, recebe a Medalha “Manelito Vilar” de *Honra ao Mérito Agropecuário* da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) (grifos da fonte). Afirma-se na postagem que a referida diretora coordena a incubadora IACOC – Incubadora de Agronegócios, e já havia recebido outros dois prêmios. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFxZFTwni73/> Acesso em: 28 set. 2020.

¹⁵⁹ Boletim Mensal Insa/MCTI, Ano IX, Nº 25, dez. de 2021. <https://www.gov.br/insa/pt-br/boletim-informativo/2021/boletim-dezembro-2021-1.pdf>

¹⁶⁰ INSA/MCTI participa da X Edição do DIA D da Fazenda Carnaúba. Instagram @insamcti. 27 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CghqNWNOGsH/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

¹⁶¹ Seus idealizadores dizem: “[...] além de mostrarmos animais, produtos, tecnologias, palestras, sonhos, celebrações e sugestões para a vida nas terras onde a certeza da Seca e a incerteza das chuvas comandam os destinos de um povo. A cada ano recebemos milhares de pessoas durante os dias de evento, entre produtores rurais, empresários, criadores, expositores e pesquisadores, além de visitantes, para interagir com os processos de funcionamento da Fazenda e vivenciar a experiência de um dos maiores dias de campo do Brasil”. O evento reúne diversos atores sociais e conta com o apoio de instituições como Sebrae e Embrapa, dentre outras. Disponível em: <https://fazendacarnauba.com/dia-d/>. Acesso em: 28 set. 2022.

Figura 23. Mascote do Insa. “Manelito – o cacto cientista”, lançado em 2021.



Fonte: Instagram @insamcti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXmLoFrlroR/> Acesso em: 17 de dez. 2021

Como vimos no capítulo 3, o primeiro logotipo do Insa contava com o símbolo de um bode, ressaltando a atividade da caprinocultura no Semiárido. Idealizado no período de implantação do Instituto (2004-2007), cujo presidente da comissão era Manelito, representava a relevância da agropecuária, também simbolizada por outra iniciativa nesse período — a instalação da Fazenda-Estação Experimental do Insa. A imagem do bode do logotipo foi retirada na gestão de Roberto Germano (2007-2011), momento em que sob a orientação do MCTI, buscou-se desconstruir a imagem do Insa de uma instituição de fomento a agropecuária (Cf. Capítulo 4), com perfil de desenvolvimento/extensão. Esses símbolos não surgem ao acaso, ao contrário, partem de uma visão e de interesses distintos em torno de um paradigma de desenvolvimento do Semiárido, que reúne na caprinocultura a centralidade da sua expressão e a personificação do referido pecuarista. São movimentos políticos que reforçam as ambiguidades e tensões na busca de uma identidade institucional.

Podemos afirmar que o Insa não se resume a imagem e visão de Manelito. Isso é fato. Mas há uma forte corrente de pensamento em torno do que é visto e dito como “importante legado” deixado por este pecuarista, a ser preservado, difundido e legitimado pelo Insa. Na entrevista com o pesquisador Manoel Abílio, ele comenta que Manelito era uma pessoa com ideias muito boas na área de produção animal, de modo que chegavam a ser utilizadas por pesquisadores da Embrapa Semiárido em suas investigações, a partir dos diálogos feitos durante as visitas de Manelito à empresa. A relação dele com o Insa segue outros padrões, a começar pela sua tentativa, ao longo de cerca de quatro anos, transformar o Instituto em um difusor do

modelo de Convivência com as Secas aplicado na sua Fazenda Carnaúba (Cf. Capítulo 3). Criar um *Mascote* parece uma estratégia de marketing muito interessante; o que nos desperta curiosidade é, portanto, sobre como foram as discussões entre os pesquisadores para escolha simbólica do homenageado para ser o “porta voz” científico da instituição.

Pensemos por parte: este Mascote está para conectar o Instituto com a sociedade. Perguntamos com quem de fato o Insa está se conectando. Convenhamos que mesmo que se admita a importância do homenageado, o lugar que ele ocupa — o do grande proprietário de terras e empresário rural — não exprime ideias e interesses dos povos do Semiárido ou de um modelo de desenvolvimento regional que possa ser amplamente aplicado, ainda mais por uma instituição pública como o Insa. Segundo o Insa, repetindo a frase citada no início deste capítulo, o Mascote Manelito “[...] representa o compromisso com as pesquisas desenvolvidas no Semiárido brasileiro”. Mas, qual pesquisa e para quem? Nas nossas entrevistas, indagamos os Interlocutores sobre esse assunto, e as respostas foram desde não saber quem sugeriu e a de que não houve discussão, apenas a solicitação de sugestões. Ainda que alguns deles tenham se incomodado com a escolha, por acreditar que existem outros nomes, seja no âmbito científico ou da sociedade, que melhor representasse, a maioria esboçou indiferença ou aprovação, no geral sem questionamentos. Um deles afirma: “a gente fala da identidade do Insa a muito tempo. Na minha visão, ela já está mais consolidada. Mas por muito tempo a identidade do Insa era a identidade do diretor. [...] foi produção animal, zootecnia, depois solos, depois foi recursos hídricos e agora o Insa não é alimentos [...]”. Finaliza: “acho que foi uma forma de aproximar mesmo as pessoas comuns” (Interlocutor B, maio de 2023). Manelito em uma dada situação, citada no capítulo 3, disse que ele já era o representante do agricultor experimentador do Semiárido. Será? São questões institucionais que colocamos à mesa para o debate. E não há nada contra o pecuarista Manelito, pelo contrário, ele (através de suas ideias e posições) representa um projeto de desenvolvimento regional de um grupo específico, entre outros projetos que convivem neste mesmo espaço Semiárido, mas que não é, por exemplo, o da Agricultura Familiar.

Nessa perspectiva de diálogo e aproximação do Insa com a sociedade, porém olhando para outro fato, levantamos mais uma questão para reflexão. Em 2015, durante a gestão da Presidenta da República Dilma Rousseff (PT), foi anunciado que o Insa e outros três institutos

mais novos¹⁶² seriam extintos e formariam coordenações de nova instituição denominada Instituto dos Biomas Brasileiros (IBB). Isso aconteceu em meio a uma crise econômica e político-institucional no país e meses antes do golpe parlamentar que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Abrindo um parentese; entre esses quatro institutos do MCTI, o Insa era o mais estruturado, razão pela qual, segundo o ex-diretor Salomão Medeiros, que esteve no MCTI para tratar do assunto, ofereceram ao Insa a coordenação geral deste IBB. Para Medeiros, a proposta não fazia sentido, pois gerava mais problemas que soluções, e buscava apenas “dar satisfação, do ponto de vista político [...], à sociedade [...]”. Disse ainda que chegou a explicar para a secretaria das UPs na época: “Semiárido não é bioma. O Semiárido é uma região e dentro do semiárido tem o bioma caatinga, tem o bioma cerrado, tem o bioma mata atlântica” (Entrevista em abril de 2023). No capítulo anterior, citamos uma situação em que o ex-diretor Robero Germano também foi impelido a dar esse mesmo tipo de explicação para agentes públicos vinculados a órgãos do MCTI. Ambos os casos demonstram desconhecimento sobre a região por parte de pessoas que ocupavam cargos importantes no Ministério.

Retomando a questão, a notícia de extinção do Insa mobilizou organizações e movimentos sociais, Fóruns, Associações, Universidades, parlamentares etc., em defesa da permanência e da “autonomia” do Instituto. Entre abaixo-assinados, cartas e *e-mails* enviados aos poderes executivo e legislativo, audiências e pronunciamentos de parlamentares (de diferentes partidos de esquerda, centro e de direita)¹⁶³, os argumentos e o apelo: o Insa é “um patrimônio nacional”¹⁶⁴ e “um direito do Semiárido”¹⁶⁵, de modo que a “[...] história reconhecerá a relevância da iniciativa do Governo Federal” ao criá-lo em 2004. Ainda, “[...] ao tempo que [o Insa] resgata os reclamos científico-históricos para essa parte do Brasil [a região Semiárida], atende aos movimentos sociais e suas expressões organizacionais”. Para dar

¹⁶² A proposta surgiu na gestão do ministro Pansera (PMDB/RJ). O argumento central foi a contenção de despesas do Governo Federal. Atingia além do Insa, outras três unidades de pesquisa do MCTI (Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e Instituto Nacional de Água). Houve mobilização também em defesa dos demais Institutos, com o envio de abaixo-assinados para o MCTI e outros Ministérios.

¹⁶³ Pelo levantamento que realizamos em mídias e pronunciamentos no Congresso, eram principalmente políticos da Paraíba.

¹⁶⁴ Trecho extraído do Requerimento 21, de 2015, emitido pelo Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB), requerendo a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir extinção do Insa.

¹⁶⁵ Este e os demais trechos que seguem, no mesmo parágrafo, foram extraídos da Carta assinada pelas seguintes instituições: Articulação do Semiárido (Asa-Brasil), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores Brasil (MPA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Águas do Nordeste, Associação Plantas do Nordeste, Fórum de Secretários de Estado da Agricultura Familiar – dos Estados do Semiárido, Fórum dos Pró-Reitores dos IF’S – Nordeste, Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa do Nordeste, Ong Maturidade Cidadã, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). A carta pode ser lida na íntegra no seguinte endereço: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/9153-o-insa-e-um-direito-do-semiarido> Acesso em: 9 nov. 2021.

respostas aos desafios, tem gerado “sinergia concreta entre a produção científica e os saberes populares”, no sentido da construção de conhecimento “participativo e inclusivo”. O Instituto é uma “[...] referência internacional no debate sobre desertificação e os efeitos das mudanças climáticas em nosso Planeta [...], é a expressão e a resposta firme da possibilidade de convivência com a semiaridez”. A possibilidade de extinção do Insa foi considerada por esses atores sociais um retrocesso no âmbito da política de CTI no país e no Nordeste. A partir de 2016, não se falou mais sobre o assunto.

Esse apoio em defesa do Insa, especialmente de entidades e movimentos sociais importantes para o país e para a região, foi possível pela relação que vinha sendo construída desde meados da segunda década dos anos 2000. No dia 15 de junho de 2023, durante o debate no seminário comemorativo ao dia mundial do Combate à Desertificação, realizado no auditório do Insa, a Asa-Brasil e o MST, reivindicaram um Insa que precisa restabelecer o diálogo “com os povos”, porque não se faz “ciência sem o povo”. Um Insa que, entre outras coisas, precisa pensar a tecnologia para orientar na resolução de problemas, discutir sobre políticas públicas e a questão fundiária, pois há uma população a espera de uma institucionalidade que dialogue com as pessoas. Vejamos as falas¹⁶⁶ das representações dessas entidades:

Eu queria fazer um registro desse lugar, o Insa. O Insa precisa ser ocupado como está sendo hoje. E nessa direção, Alexandre, Aldrin, prof. Jonas e todas e todos que aqui estão, eu acho que essa tarde de hoje, não quero fazer nada conclusivo, muito pelo contrário, quero abrir um novo ciclo diante do que a gente viveu e está vivendo aqui hoje. Um encontro de sociedade e estado, sociedade e pesquisa. E eu acho que é assim que a gente constrói agroecologia e é assim que a gente constrói a Convivência com o Semiárido. Então, é muito importante o diálogo entre os diversos atores sociais, as pessoas, o povo. Muitas vezes se faz ciência sem povo. Como é que se pode fazer ciência sem povo? Como se pode fazer política sem povo? [...] Quero dizer que a tarde de hoje é pra gente pensar, [...] em outras tardes [...] da convivência, tardes dos diálogos. Que a gente possa continuar fazendo este [o Insa] ser o lugar dos povos do Semiárido. [...] Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional convidou a Asa para que nos dias 28, 29 e 30 de junho, aqui nesse lugar [auditório do Insa], para que a gente possa discutir a Caatinga. Então, [...] é importante o diálogo entre o

¹⁶⁶ As falas das representantes da Asa e do MST citadas nesta tese foram extraídas do registro do evento transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do Insa. Mesmo eu tendo participado deste evento e feito as anotações, foi necessário consultar o vídeo posteriormente para conferência da transcrição. Como o vídeo da transmissão não ficou salvo neste canal, acessei a partir do arquivo pessoal de um dos organizadores. As instituições/responsáveis pela organização do evento foram as seguintes: “Núcleo de Desertificação e agroecologia – Instituto Nacional do Semiárido (Insa); Núcleo de Agroindústria – Instituto Nacional do Semiárido (Insa); Núcleo Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares - Nuseampo/UFPB; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA/UFCG; Programa de pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental - PPGECA/UFCG; Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação – UEPB; Pesquisa Ecológica de Longa Duração no Rio Paraíba - PELD-RIPA e, Articulação no Semiárido Brasileiro Asa - Brasil”. Fonte: <https://www.cdsa.ufcg.edu.br/index.php/noticias/1066-cdsa-participa-do-seminario-comemorativo-ao-dia-mundial-do-combate-a-desertificacao> Acesso em: 15 jun. 2023. O outro evento mencionado por Glória Batista (Asa) em sua fala foi o 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga (Seminac), que aconteceu entre 28 e 30 de junho de 2023, tendo o Insa como um dos organizadores.

Ministério, o Governo do estado e a Sociedade Civil. Então assim, eu não poderia ficar com esse convite só para mim, nem só pra Asa, [...] de estar participando aqui da casa, o Insa, a casa dos povos do Semiárido. Porque é no Semiárido que a vida pulsa, é no Semiárido que o povo resiste! (Glória Batista – Asa-Brasil).

Logo depois a liderança do MST disse:

Para nós do MST que voltamos a estar nessa casa [Insa], é uma tarde que leva muitas lições [...]. O capital vê sempre novas formas de se recompor pra explorar a classe trabalhadora [...]. O MST tem um desafio de plantar um milhão de árvores. Então, é um desafio muito grande, porque [...] tu vai plantar, mas o capital destrói. Então tu tens que fazer duas lutas: a luta contra o capital e a luta para recompor essa natureza. Então eu acho que o debate aqui hoje é muito rico no sentido de a gente repensar em um momento, [...] a soberania, soberania energética, dos povos [...]. É assustador e é gratificante a gente ver o tanto de assentamentos que têm no Semiárido. É gratificante pra nós, mas também a responsabilidade aumenta muito esse número de assentamentos, porque, quando não tem, como diz, o pote cheio com política pública nos nossos assentamentos, também como é que a gente sobrevive a esse momento? Então eu acho que é um momento desafiador, mas é um momento da gente construir e pensar em processos que nos tragam soberania em lutas de classe contra o capital. E pensa, como diz um companheiro, se o Inca não tem dinheiro, não tem reforma agrária. Também um orçamento gordo pra manter isso tudo que a gente tá conversando não adianta. E aí, quem é que vai garantir que o pote tenha recursos, se não, não tem Pronera, não tem nada. E aí, a gente tem que fazer luta. Independente de continuar organizando nosso povo, organizando os comitês populares, fazendo luta popular, fazendo formas de pressão popular. Porque se não, vai de novo cometer o erro, o erro que nós cometemos de não ter organização popular suficiente pra ter enfrentamento. Por último, acho que um elemento extremamente importante [...], gente, nós estamos em um momento de tecnologia. E pra gente resolver algumas questões, a gente precisa avançar em tecnologia. Acho que isso o Insa tem que resolver, [...]. Não adianta ficar nós andando lá, contando, vendo as áreas desertificadas. Hoje em dia tu tem tecnologia, tu tem drone, [...]. Eu acho que a tecnologia serve para nos orientar o que é que a gente tem que fazer aqui. Eu acho que a gente tem bons quadros, cientistas, mas tem que investir em tecnologia. Sem tecnologia também nós vamos ter dificuldade de enfrentamento e de saber onde a gente vai enfrentar os problemas, principalmente do Semiárido. Viva o Semiárido, viva o Brasil e viva o novo projeto, e viva todos os biomas porque todos os biomas são importantes nesse país (Dilei Schiochet – MST).

A partir dos discursos acima e da leitura dos documentos em defesa do Insa, diante da ameaça de extinção, extraímos uma visão sobre o Insa como um direito, uma conquista histórica e científica para a região semiárida, e de que se faz e refaz a partir do diálogo com os povos, através das suas representações, numa perspectiva de desenvolvimento pautada na convivência com o Semiárido, e fundamentado na construção de conhecimentos por meio da cooperação entre os saberes científico e popular, entre humanos e não humanos. Como o (cacto cientista) Manelito, com o que ele representa simbolicamente para o Insa — “compromisso com as pesquisas desenvolvidas no Semiárido brasileiro” — pode dialogar com este público? A identidade de uma instituição envolve um conjunto de conceitos expressos nos objetivos, constituindo a missão, a visão, os valores e suas competências, bem como no que a distingue das demais. Enquanto instituição pública, o envolvimento dos povos na construção, avaliação

e revisão do seu mandato é crucial.

Perguntamos aos Interlocutores sobre como eles acham que as outras instituições da região enxergam o Insa. Partem da ideia de que será visto e avaliado pelo que faz. Por um lado, como “inerte” ou que “não deveria existir”, com ponderações ao considerar que foi criada recentemente e possui poucos profissionais, especialmente quando comparado com a Embrapa, Universidades ou, ainda, com o Inpa. Por outro, um Instituto “muito importante” ou “essencial”, pois o “fato de estar falando do semiárido, sertão, o tempo todo, dá um diferencial de qualquer outro lugar, outro centro”. E nesse nível de importância deveria ser “fortalecido cada vez mais com recursos humanos, dinheiro para executar as pesquisas com as pessoas” (Interlocutores F e D; C, entrevistas em maio de 2023). Um destes Interlocutores disse que a existência de um centro de pesquisa só pensando em questões relacionadas ao Semiárido brasileiro é internacionalmente valorizada. E citou com orgulho sua experiência em apresentar o Insa para pesquisadores de outros países e ouvir deles que “o Brasil está bem”.

A maior parte dos Interlocutores acredita ser uma imagem externa positiva em relação ao Insa, contudo, o conjunto dos argumentos não foge a lógica de oposição entre a sua função prioritária — articulação ou pesquisa. O que nos despertou o interesse em entender no contexto atual do Insa como os pesquisadores interpretam, também nas suas ações, a ideia de Articulação. Um dos Interlocutores relatou que certa vez ouviu do colega: “existe um negócio aqui que ninguém sabe o que é. Chama Articulação. Sabe o que é?”. O episódio ocorreu pouco tempo depois da posse dos pesquisadores concursados. Mas ele revela que essa pergunta continua atual para o Insa. Este termo significa “o mesmo que falas, inter-relações, pronunciações, uniões”¹⁶⁷. Na perspectiva dos Interlocutores, é a capacidade de “realizar parcerias”, de “captar recursos externos”, de “abertura de diálogo” para identificar e atuar nos “gargalos” e de “construção participativa” de projetos e processos, envolvendo instituições de diferentes setores. Todos os Interlocutores admitem que o Insa deve investir nesse ponto. Até porque, segundo o Interlocutor H, a sua capilaridade só é possível se “tiver o apoio [a parceria] local. [...] por isso reafirmo que a articulação é o principal ponto” (Entrevistas em maio de 2023).

O Interlocutor G destaca que muitos conhecimentos e experiências produzidas por instituições com *expertise* — como a Embrapa, o Ipa, as universidades e as organizações da Sociedade Civil, entre outras — ainda estão dispersas, de modo que o Insa pode e deve atuar

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/articulacoes/> Acesso em: 10 nov 2023.

nessa lacuna. Mas essa é a leitura de diversos atores sociais da região há décadas e que embasou as discussões durante o planejamento estratégico, em 2008. “Ao mesmo tempo que cresce o número de instituições de desenvolvimento incluindo as de CT&I, aumenta a crítica pela superposição de ações, dispersão de recursos e ausência de intercâmbio de resultados entre elas” (Insa, 2011, p. 9), uma lacuna que o Insa informava na época estar buscando preencher. Este Interlocutor reforça ainda que a Articulação evita sobreposições e todos “só têm a ganhar com isso”. Na prática, “uma articulação bem-feita [...] encurta caminhos, a gente consegue chegar com os resultados para a sociedade de forma mais rápida, porque eu não vou fazer uma coisa que já está feita ali. De repente, não está publicada ainda, publicizada, mas a gente já sabe que tem” (Entrevistas em maio de 2023). Nesta perspectiva, o Insa reconhece os esforços das instituições de ensino, pesquisa e extensão situadas no Semiárido, mas também os desafios, especialmente quando se trata dos impactos sobre os recursos naturais da região. Para o Interlocutor H, “vai depender muito [da habilidade] de cada gestão”. E revela: “eu particularmente fui aprendendo a trabalhar essa questão da parceria, da articulação. A gente sai da academia e pula direto dentro do instituto já para trabalhar”. Então, o exercício dessa Articulação é percebido como desafiador, porque “não depende só de nós”, mas também do interesse da “outra instituição, do outro grupo, se eles estão abertos a essa parceria, e esbarra na questão da vaidade”. Então é preciso ter muito “jogo de cintura” para não desistir no primeiro obstáculo, até porque já aconteceu de estar numa parceria que fluía e “esbarrar aqui dentro da própria instituição” (Entrevista em maio de 2023).

Segundo alguns Interlocutores, outro tipo de situação prática que pode acontecer durante a parceria e é “complicado de lidar”, é o do outro (indivíduo ou equipe/grupo) tentar se beneficiar, tomando para si a autoria da ação e dos resultados, “deixando de lado o Insa”. Relataram uma experiência desse tipo, particularmente com instituições públicas de diferentes estados, no contexto do projeto em uma dada área. Mas não chegaram a avaliar o acontecimento de forma ampla. Ao tempo em que falam da maturidade profissional adquirida desde a entrada no Insa, de modo que foram “aprendendo também essa questão da articulação” e entendendo a importância de integrar todos os eixos, avaliam que atualmente “a instituição tem muito mais embasamento para fazer pesquisa; a gente tem laboratórios lá na Estação [Experimental], tem bastante coisa funcionando. Tem recurso. Todos os laboratórios eram para ser aqui [na Sede], em um sistema modular, como lá no Inpa, em Manaus [...]”, resultado de um processo de construção e fortalecimento que começa a partir de 2008 (Interlocutor E, maio de 2023). Essa não é uma visão isolada. Contudo, o Interlocutor B desabafa: “tem hora que a gente tem dificuldade de dizer o que é que o Insa faz” (Entrevista em maio de 2023).

Atualmente o Insa informa ter “Mais de 50 pesquisas e projetos realizados 20/23”¹⁶⁸ e que “[...] nasceu com a missão de ser agente de transformação, promover inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro”¹⁶⁹. Dizer que “nasce” com esta missão parece desconsiderar sobretudo a missão definida no primeiro planejamento. Nasce para quem? Em 2023, ao completar 19 anos, o Instituto publicou na página do Instagram¹⁷⁰ o seguinte: o Insa foi criado em 2004 “[...] com objetivo de promover pesquisas e desenvolver tecnologias voltadas para o Semiárido brasileiro”. Se olharmos para esta e a missão informada antes, deixa margem para dúvida quanto a função do Instituto.

Observando de forma contínua as publicações da instituição nas mídias sociais (Figura 24), para além da leitura e de consultas a documentos que tratam da trajetória, reparamos o surgimento de novos conceitos ou a ênfase a outros, como empreendedorismo rural, *roadmap* (roteiro, mapa), agronegócio, *business* (negócio), *hub* (espaço físico ou virtual), patentes, *stakeholders* (grupo de interesse), entre outros. Nesse aspecto, a imagem de um Insa com feições totalmente diferente das anteriores, com outro repertório institucional, e que busca se apresentar como o da inovação, com projeção nacional e internacional. Um Insa, segundo os Interlocutores A e B, que se propôs a ser “*case* [caso] do MCTI” durante o Governo anterior de Jair Bolsonaro (Entrevistas em agosto de 2021 e maio de 2023).

Importante resgatar uma informação: quando perguntamos aos Interlocutores sobre a área central de atuação do Insa ou os temas que têm orientado suas ações e pesquisa, revelaram que ainda é muito forte a dimensão da agropecuária, devido à formação dos pesquisadores, associando o tema da Convivência com Semiárido, e como beneficiários prioritários foram unânimes na indicação daqueles inseridos na agricultura familiar. O agronegócio aparece nas entrevistas como modelo alinhado a outros interesses e instituições, mas sinalizam que o Insa está para o Semiárido e podem (co)existir projetos que beneficiam também médios e grandes proprietários de terras, porém não seria essa a prioridade do Instituto (Interlocutores G, H, I e E, entrevistas em maio de 2023).

¹⁶⁸ Perfil da página do Instagram disponível em: <https://www.instagram.com/insamcti/> Acesso em: 10 nov. 2023.

¹⁶⁹ Jornal A União, p. 5. Edição: Andréa Alves, Editoração: Ulisses Demétrio. João Pessoa, Paraíba, quarta-feira, 11 out. 2023.

¹⁷⁰ “INSA 19 ANOS. O que faz o Instituto Nacional do Semiárido?” 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrBg1rjMO6l/> Em outra publicação sobre esta comemoração consta: “Hoje (14) ao completar 19 anos de criação, a Unidade de Pesquisa do MCTI reafirma perante a sociedade civil o compromisso de continuar promovendo pesquisas científicas e desenvolvendo tecnologias para a convivência com o Semiárido, sempre de modo inclusivo e também de seguir na missão de contribuir para um futuro mais sustentável e justo para todos brasileiros”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrBApmWoJhW/> Ambos acessados em: 15 abr. 2023.

Figura 24. Imagens de publicações do Insa em redes sociais.



Fonte: <https://www.instagram.com/insamcti/>; <https://pt-br.facebook.com/InsaMcti/> Acesso em: 10 nov 2023.

A ampliação e reorganização recente das áreas de atuação do Insa, que passou de 4 para 10, gerou discordâncias e questionamentos especialmente pela ausência de pesquisadores do quadro permanente para dar continuidade a ações específicas. Já tocamos neste ponto. Mas para entender esse movimento retomamos o Regimento Interno para observar com mais atenção como isso se apresenta. Ao longo da trajetória do Insa o Regimento foi alterado diversas vezes, ora para acompanhar as mudanças em seu Ministério (MCT, MCTI, MCTIC, MCTI...), ora para acomodar nova organização institucional e novas diretrizes incorporadas pela gestão da vez, dentre as quais a criação de novas áreas de atuação. Conforme seus regimentos internos, partindo, em 2008, das áreas de Recursos Hídricos, Biodiversidade e Sistemas de Produção, o Insa incorporou a área de Desertificação em 2016. Outras áreas de atuação também foram alvo de atividades fins neste período, segundo os três primeiros planos diretores — como Agroindústria, Gestão da Informação e Solos e Mineralogia. No entanto, apenas no último período de gestão estas áreas foram consolidadas no regimento interno, com Agroindústria sendo substituída por Ciência e Tecnologia de Alimentos, e outras duas áreas introduzidas: Bioeconomia e Energia (Quadro 24).

Quadro 24. Áreas das atividades fins do Insa em cada período de gestão.

Período de Gestão	Áreas das atividades finalísticas
2007-2011 (Portaria MCT n° 88, de 25/02/2008)	Recursos Hídricos, Biodiversidade e Sistemas de Produção (3)
2011-2015	Manteve as áreas da gestão anterior (3)
2015-2019 (Portaria MCTIC n° 5.150, de 14/11/2016)	Manteve as áreas da gestão anterior e acrescentou Desertificação (4)
2019-2023 (Portaria MCTI n° 7.059, de 24/05/2023)	Biodiversidade, Bioeconomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Desertificação, Energia, Gestão da Informação e Popularização do Conhecimento, Recursos Hídricos, Sistemas de Produção, Solo e Mineralogia (9)

Fonte: Últimas portarias MCTI de Regimento Interno do Insa.

A partir de 2020, as mudanças nos Regimentos Internos foram realizadas em pelo menos três momentos. No PDU 2020-2024 a Inovação (social e tecnológica) aparece como área de atuação (conforme Quadro 18), mas é suprimida do Regimento atual. O que conseguimos captar sobre a ideia de inovação para o Insa, foi de um “tema transversal” às demais áreas de atuação que visa “[...] estimular e consolidar práticas e processos de Inovação do Instituto para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e científico do Semiárido, por meio do desenvolvimento de produtos, processos, serviços e transferência de tecnologias nas suas áreas de atuação estratégicas” (PDU 2020-2024, p. 18). Por sua vez, a Inovação Social é fazer “[...] com que a ciência e a tecnologia mudem [positivamente] a vida das pessoas”, impactando social, econômica e ambientalmente; “vidas transformadas”, “dignidade”, melhoria da “receita direta”, “empoderamento feminino” etc.¹⁷¹ Para a maioria dos Interlocutores esses novos conceitos não foram apreendidos ou aceitos, até mesmo pela dificuldade de conseguir avaliar e operacionalizar essa relação do campo econômico com o campo científico, no âmbito de uma instituição pública. Consideram que mais “exprime o perfil da gestão atual”, do que uma mudança a partir de uma demanda social, coletiva, e definida e incorporada pelo corpo técnico.

6.1. Ideias e ações: entre continuidades e descontinuidades

Consideramos que uma das marcas que demonstra a solidez de uma instituição é a clareza quanto à sua missão e aos seus objetivos. A partir desse entendimento, tentamos verificar como as questões expostas acima aparecem em ações e projetos realizados pelo Insa

¹⁷¹ Excertos extraídos da entrevista concedida pela diretora do Insa no Programa do MCTI “Que Ciência é Essa?”. Na forma de videocast, traz como tema “Tecnologia Social para melhorar a vida no Semiárido”. 24 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ix8DGkFdbug> Acesso em: 29 out. 2023.

nas quatro gestões, considerando os eixos de atuação, e como o Instituto tem sido avaliado pelo MCTI. Para isso, utilizamos como referência Relatórios do Termo de Compromisso de Gestão (TCGs), do período entre 2010 e 2022. Conforme os TCGs, os critérios estabelecidos pelo MCTI para avaliação de desempenho anual vão desde aqueles relacionados a metas dos eixos estratégicos, diretrizes de ação, projetos estruturantes, até indicadores físicos operacionais. De início, adiantamos que a avaliação do Insa para o período analisado é considerada pelo MCTI entre Boa ou Muito Boa, com nota média geral variando entre 8,4 e 9,7¹⁷².

No *período de 2007 e 2011*¹⁷³, no âmbito do que está gestão compreende como *Articulação*, o Insa iniciou o planejamento de duas Redes, oficialmente criadas em 2010, a saber: a Rede de Desertificação do Semiárido Brasileiro (Portaria Interministerial MMA/MCTI, nº 92-A de 30 de março de 2010), com intuito de “[...] tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação sobre a temática”, e a Rede de Agroindústria do Semiárido Brasileiro – Rede AgroSAB (Portaria MCT nº 495/2010), para propiciar soluções fortalecendo a área e “[...] contribuir com o desenvolvimento sustentável” (Insa, 2011, p. 9-10)¹⁷⁴. Além dessa iniciativa, o Instituto participou e apoiou outras Redes. Uma delas, citada no TCG de 2010, é a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab)¹⁷⁵, que resultou em uma das ações consideradas mais importantes nesse período.

¹⁷² As notas são calculadas a partir de indicadores de desempenho estabelecidos pelo MCTI para avaliar as unidades de pesquisa, cujos valores são pactuados anualmente. No geral, os relatórios possuem duas partes: uma para descrever as atividades desenvolvidas e outra para calcular os valores atingidos para cada indicador, gerando uma nota final. Neste capítulo, as informações referenciadas a eles correspondem aos seguintes períodos: 2010, 2011, 2014, 2015, 2018, 2019, 2020 e 2022.

¹⁷³ Utilizamos como fonte dois relatórios: o TCG de 2010 e um Relatório de final de gestão que resume as ações dos 4 anos por eixos: articulação, pesquisa, difusão, formação. Portanto, os dados correspondem ao período de 2007 a 2011.

¹⁷⁴ No primeiro caso foram realizados três eventos em diferentes estados, entre parcerias e apoio da Embrapa Semiárido, BNB, CNPq e MMA, entre outras instituições da região. No segundo caso, AgroSAB, envolvia diversas instituições públicas e privadas: AS-PTA, Asa, Biofábrica Moscamed Brasil, Instituto Eco Engenho, Ifets, Itep, 9 unidades da Embrapa e 12 universidades federais de vários estados (Insa, 2011, p. 10-11).

¹⁷⁵ Resab – “Articulando políticas públicas de educação para a convivência com o Semiárido” – é uma “articulação que congrega educadoras e educadores da Sociedade Civil Organizada e do poder público-governamental, no Semiárido Brasileiro. Uma articulação que nasce e tem raízes em experiências da Sociedade Civil organizada, especialmente no campo. [...] A Resab denuncia essa visão equivocada (intencional) e anuncia uma nova proposta de educação problematizadora dialogando com a realidade natural e cultural, ressignificando os componentes da matriz curricular (dita “oficial”) e, de forma inter-transdisciplinar, dialogando com o Paradigma de Convivência com o Semiárido que vem sendo construído pela Sociedade Civil Organizada. Algumas das entidades que estiveram na origem desse movimento são, entre outras, O IRPAA -Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, a Escola de Massaroca, ambas no município de Juazeiro-BA, O MOC -Movimentos de Organizações Comunitárias, em Feira de Santana- BA, integrante da Asa-Brasil. Depois outras entidades formam sendo incluídas, inclusive algumas Secretarias Municipais de Educação, desde o início, como a Secretaria de Educação do Município de Curaçá, na Bahia, que elaborou a uma proposta político-pedagógica para as escolas municipais, com assessoria de professores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) Campus de Juazeiro e do Unicef. O projeto foi o primeiro exemplo de política pública de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido (ECCSA) publicado ainda no ano 2000. Esse movimento vai se expandindo, posteriormente, pelos

O Insa articulou junto ao CNPq um edital — Edital CNPq nº 035/2010 — para realização de cursos de especialização em Educação Contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido. O aporte de investimento foi de R\$ 12,5 milhões. A ideia foi “[...] contribuir com o desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação no Semiárido brasileiro” (Insa, 2010, p. 3). Ao todo, foram aprovadas 24 propostas de instituições de ensino superior em 7 estados do Semiárido nordestino. Destas, 21 para a criação de cursos de especialização e 3 para a produção de materiais didáticos e paradidáticos. O Insa “[...] acompanhou de perto o andamento dos cursos, com mais de 500 estudantes de diferentes áreas” (Insa, 2014, p. 10). A Resab tem uma trajetória de experiências com diversos parceiros na região, uma delas contou com participação do Insa, tendo Silvio Rossi — à época assessor técnico do Insa — como interlocutor, a partir daí foi estabelecida a parceria. Segundo a professora Adelaide Pereira da Silva (Resab), inicialmente foi realizado um importante seminário, no ano de 2010, com participação do MEC e de outras entidades. Evento do qual saiu o encaminhamento para a realização dos cursos, articulados pelo Insa e concretizados neste Edital. Na sua avaliação:

Foi muito importante essa parceria por ter fortalecido a Resab, dando visibilidade a essa rede dentro e fora do Semiárido e apoiando ações ousadas para aquele momento, como a realização de cursos de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido em vários estados dessa região e, inclusive, apoiando publicações sobre ECCSA. hoje essa proposta de educação está consolidada em muitos lugares. Na Paraíba, na região do Cariri Ocidental já existem muitas experiências na educação escolar contextualizada, desenvolvidas a partir da experiência da especialização em Sumé. Também temos experiências em outros estados e destacamos a do Ceará, naquela região de Crateús, acompanhada pela Caritas Diocesana de Crateús que já teve abrangência em 25 municípios no Ceará, embora nem todos com o mesmo êxito, pois depende da gestão municipal. Além disso, outras tantas no Piauí, na Bahia em Alagoas e outros. Destacamos, mais uma vez, o Mestrado *em Educação*, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) do Campus III da Universidade, Estadual da Bahia que tem formado muita gente e já tem uma rica produção teórica em Educação contextualizada para a Convivência com o Semiárido. Embora esse Mestrado não seja uma atividade da Resab a motivação para a sua consolidação reside, principalmente, na sua origem, no sucesso das iniciativas da especialização em ECSA, assim entendo. [...] considero que a parceria da Resab com o Insa foi de fundamental importância para a Resab enquanto articulação tendo como bandeira a ECCSA, mas registro que os Sistemas de Educação escolar tanto estadual como municipal, ainda não aprenderam a trabalhar dialogando com o paradigma da convivência com o Semiárido. Temos experiências isoladas, como citado, quando esperávamos que toda a educação escolar dessa região já tivesse assumido essa postura (Prof^a Adelaide Pereira da Silva, junho de 2023).

outros estados do Semiárido, tendo como parceiro/apoiador financeiro o Unicef, que financiou, inclusive, a produção do Livro da Resab “Conhecendo o Semiárido” - volumes 1 e 2, publicado em 2006” (Prof^a Adelaide Pereira da Silva, entrevista em junho de 2023).

Outra iniciativa nesse eixo foram cooperações promovidas com “[...] instituições públicas, empresas privadas e entidades da Sociedade Civil organizada” (Insa, 2011, p. 39). Esse documento lista os acordos, nominando os parceiros e a finalidade. Foram 19 acordos de cooperações nacionais e 04 internacionais, para pesquisas, gestão e uso racional de recursos naturais, desenvolvimento de atividades, avaliações, realização de eventos e desenvolvimento e difusão tecnológica nas áreas de atuação do Instituto. Entre as instituições: unidades da Embrapa, BNB, Ana, Ministérios, Universidades, Cetene, Ipa, CNPq, MMA, Finep, Sebrae, Codevasf, Mapa, Senar/Faepa, e empresas — IDRSisal-BA e Laboremus. No tocante às cooperações internacionais: Universität Göttingen-Aemanha, com estudos sobre estratégias e tecnologias dirigidas à mitigação da escassez de água; Governo de Burkina Faso, para estudos de cooperação nas áreas científica, cultural e educacional; Governo da Jordânia, estudos nas áreas de agricultura, recursos hídricos e energias renováveis; e com países iberoamericanos participantes da COP9, nos temas desertificação e recursos zoogenéticos. O Insa assumiu a representação do Brasil na Cúpula América do Sul — Países Árabes (ASPA). “Trata-se de um mecanismo de cooperação bi-regional e um fórum de coordenação política criado na I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em 2005. Sua função é discutir formas de combater a desertificação em regiões Áridas e Semiáridas” (Insa, 2011, p. 42).

No âmbito da *Pesquisa*, ainda segundo o relatório em questão, o Insa concentrou esforços para captação de recursos destinados à criação da infraestrutura laboratorial. As 28 pesquisas realizadas pelo Instituto neste período estão concentradas na Estação Experimental e nas áreas de produção vegetal (28 projetos) e animal (18 projetos), com 37 trabalhos publicados, em sua maioria artigos. Envolve ainda atividade de organização, promoção e participação em eventos científicos. “Apesar de ser uma instituição recente e de ainda contar com um quadro de pesquisadores aquém do ideal e desejável, o INSA demonstrou nesses primeiros anos sua vocação científica, realizando pesquisas de interesse para a região Semiárida” (INSA, 2011, p. 32). Pesquisadores de outras instituições parceiras e bolsistas foram importantes para essa contribuição. Foi implantado o projeto piloto “Fármacia Viva” para “[...] obtenção de matéria prima para a confecção de produtos fitoterápicos no Sistema Unico de Saúde da região” (INSA, 2010, p. 2).

Já nos âmbitos da *difusão* e da *formação*, diversas foram as atividades promovidas, entre cursos, palestras, visitas na Estação Experimental, a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), projeto de Educação Ambiental — junto a escolas públicas do entorno do Insa, o projeto Estação em Foco —, espaço de debates aberto ao público. Para promover atividades itinerantes, o Projeto Semiárido na Praça teve o apoio do MCTI, para alunos e

professores de escolas públicas, e adquiriu, em 2010, caminhão para atividade. Uma iniciativa foi a realização de seminário com jornalistas locais, estaduais e nacionais, quando houve o lançamento da “Agência de Notícias do Semiárido brasileiro – SAB Notícias”, criada pelo Insa em 2010, com objetivo de criar “[...] outro quadro de entendimento e conhecimento sobre o SAB, região estratégica para o país” (Insa, 2010, p. 31). Neste período foi ainda lançada a primeira edição do jornal informativo trimestral.

No período seguinte, *entre 2012-2015*¹⁷⁶, o Insa buscou priorizar o eixo da Pesquisa. Anuncia que avançou ao

empreender um processo de comunicação [institucional] social dialógica e participativa, de mão dupla, entre a Instituição Pública e a sociedade, com intuito de obter, dentre outros resultados, o fortalecimento e a construção de sua imagem institucional [...] [e a] construção coletiva para o desenvolvimento social e cultural em bases sustentáveis (Insa, 2014, p.05).

Define uma visão de pesquisa baseada na “[...] pesquisa-ação junto a agricultores experimentadores”, reconhecendo-os como “protagonistas”, aproximando o conhecimento científico e popular. Informa a continuidade da consolidação da infraestrutura laboratorial. Nessa direção, reforça que o Insa “[...] continuou no firme propósito de atuar em duas grandes vertentes: fortalecimento de sua estrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e articulação para promoção e difusão dos conhecimentos científicos e das tecnologias sociais do Semiárido brasileiro” (Insa, 2014, p. 5). Essa articulação estaria materializada na construção de diálogos e ações “[...] junto aos movimentos sociais e a grupos de produtores rurais familiares, cuja permeabilidade e dispersão no Semiárido brasileiro possibilitam e potencializam a ação integrada do Insa quanto a interface entre a produção científica e as demandas sociais” (Insa, 2014, p. 5-6).

No eixo da *Pesquisa*, destacam-se os estudos sobre segurança alimentar animal; conservação e melhoramento genético de raças nativas e em perigo de extinção; produção agrossilvopastoris; conservação e uso sustentável de cactáceas; sistemas agroflorestais; captação de água de chuva; e potencial de reúso de água na recuperação de áreas degradadas. Em 2014 foi finalizado o Cactáreo Guimarães Duque, “[...] visando contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira, baseado na criação de uma coleção viva e no armazenamento *ex situ* de espécies emblemáticas do bioma caatinga [...] e a redução do risco

¹⁷⁶ Utilizamos os TCGs referentes aos anos de 2014 e 2015, e uma informação adicional do relatório popularizado de 2012. Assim, muitas iniciativas e projetos ao longo da gestão (2012-2015) não estão aqui contemplados.

de extinção dessas espécies do Semiárido” (Insa, 2014, p. 75); Projeto Umbu; Projeto Fruteiras Nativas. A criação de um Núcleo de Inovações Metodológicas (NIM) para convegência do saber popular e acadêmico, fundamentada na ideia da importância de contribuir com as ações do Insa e dos parceiros (eventos, cursos/capacitações, publicações, elaboração de projetos, formas de comunicação, diagnósticos e proposições na área de gestão de pessoas, roteiros para lançamentos de publicações, entre outras atividades), “[...] na busca de aprofundar na interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade em uma visão complexa”. Constam entre as preocupações do NIM “a colonialidade do conhecimento”, “padronização da vida”, “padronização excessiva” (Insa, 2014, p. 165-169), gerando, a partir de diferentes processos, publicações.

Percebemos nesse período uma preocupação em definir as linhas de pesquisa do Insa, um caminho de construção, uma abordagem diferenciada de pesquisa — “pesquisa ação” — e de problematizar conceitos. Assim, em 2012 foram realizadas oficinas no Insa com a participação de pesquisadores (permanentes e bolsistas) e servidores da administração, para a construção coletiva sobre o entendimento do Instituto acerca de CTI, cujo resultado segue abaixo (Quadro 25):

Quadro 25. Conceitos de CTI para o Insa.

Ciência...	Tecnologia...	Inovação...
é o conhecimento produzido, utilizando-se os rigores do método científico. Aquele saber derivado da observação de fatos ou fenômenos denominados de conhecimento empírico, o qual pela formulação de hipóteses, alimenta o conhecimento científico.	é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos que se aplicam às diversas atividades humanas, com o intuito de melhorar ou aumentar a eficiência ou eficácia dessas atividades, sejam estas individuais ou coletivas, e pertençam a esfera material ou espiritual.	é o ato de inovar, renovar. Pode acontecer tanto no mundo das ideias quanto no mundo físico. Uma inovação pode representar também um uso novo para algo já existente. Portanto, inovação não envolve, necessariamente, o conceito estrito de original ou originalidade, apesar de estarem fortemente ligados.

Fonte: Relatório Popularizado (Insa, 2013).

No eixo *Articulação*, ainda em 2014, o Insa informa ter realizado e fortalecido parcerias com diversos atores sociais, a saber: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Articulação do Semiárido (Asa-Brasil), Movimento Sem Terra (MST), Universidades estaduais e federais, Institutos Federais (Ifs), Banco do Nordeste, Unidades da Embrapa e Inra. Além dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, além do Inemet, FAO, além dos “alinhamentos” com Ups do MCTI: Inpe, Inpa, ON, Cetene, Cetem, entre outros (Insa, 2014, p. 6). Em termos de inserção no panorama internacional, o Insa tem assento como “[...] Correspondente Científico junto à Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação, nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação,

particularmente na África (UNCCD)”. Além de ser o Coordenador Nacional do “[...] Marco de cooperação entre os países da América do Sul e Países Árabes para Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica voltada para impactos, vulnerabilidade, adaptação e redução de riscos de mudança climática, degradação e desertificação” (Insa, 2015, p. 7)

Em 2014, quando o Instituto completou 10 anos de existência, entre outras ações de cooperação e parcerias, destacamos as seguintes (Quadro 26):

Quadro 26. Ações de cooperação destacadas em 2014.

Instituições	finalidade
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Nordeste brasileiro (FAO)	Instalação do Escritório no Insa ¹⁷⁷
Vários grupos de Pesquisa de Instituições brasileiras de ciência, tecnologia e indústria e a sociedade: Insa, UFPE, Ufersa, UFRN, CPAM, Univasf, UFCG, UFRPE, UFPB, CNAV, Embrapa Semiárido, UFRS	Formação e consolidação do Núcleo de Conservação e Bioprospecção da Caatinga – BioCaatinga. Para identificar e avaliar potenciais “genéticos e bioquímicos do bioma Caatinga, não só estudos de estratégias para utilização da biodiversidade, mas também auxiliando na conservação das espécies do Semiárido brasileiro”.
Parcerias locais com prefeituras e entidades	Projeto-piloto. Formação de Gabinetes de Palma Forrageira e finalização da implantação de 26 campos de pesquisa com palma forrageira. Estratégia de segurança alimentar e hídrica para rebanhos da região
Articulação do Semiárido Brasileiro - Asa-Brasil, que engloba mais de 3 mil organizações sociais da região	Projeto de pesquisa em rede, denominado “sistemas agrícolas familiares resilientes a eventos extremos no contexto do Semiárido brasileiro”, contemplando todos os estados do Semiárido brasileiro

Fonte: elaboração própria, a partir do TCG (2014).

Em ações de articulação que dialogam com a *formação*, observamos que a ação iniciada na gestão anterior, em parceria com a Resab, foi concluída, e que no ano de 2014 o Insa organizou/publicou duas coletâneas com artigos das monografias de especialização, mas depois disso não há registro de ação semelhante junto à Resab. Contudo, em 2013, em uma parceria da UFPB com o Insa, foi realizado o Curso de Especialização em Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido Brasileiro, no contexto do Pronera, possibilitando a formação de “[...] educandos e educandas oriundos da Reforma Agrária, Educadores e Educadoras das Escolas dos Assentamentos, Profissionais de Ates, Militantes dos Movimentos sociais do Campo, Servidores do Inca”. Foram 55 educandos de diferentes áreas de conhecimento, em sua maioria do sexo feminino. Contemplou: 6 estados do Semiárido (AL, PB, PE, CE, SE, BA); 14 comunidades; 4 Movimentos Sociais do Campo; 7 assentamentos do MST; 1 comunidade do MAB; 3 assentamentos da CPT; e 3 comunidades do MPA. O curso

¹⁷⁷ Este escritório funcionou por pouco tempo. Não encontramos registros sobre quando foi encerrada as atividades, nem o motivo.

objetivou “[...] reafirmar o compromisso coletivo de estudar o Semiárido, a partir de suas limitações e potencialidades”, abordando “formação histórica, da cultura e suas condições físico-climáticas, produção e socialização de saberes, ciências, tecnologias, técnicas e culturas”, a partir da metodologia “Tempo Escola e no Tempo Comunidade” (Insa, 2014, p. 158). Foi concluído em 2014.

No âmbito da *gestão da Informação e do conhecimento no Semiárido brasileiro (difusão)*, o Insa anunciou o lançamento da primeira fase do Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento Brasileiro (Sigsab), uma proposta para “[...] tornar as informações oriundas das diversas instituições envolvidas com a produção científica ou empírica, de interesse para o Semiárido brasileiro, acessíveis e sistematizadas para os diferentes atores sociais protagonistas da vida no Semiárido” (Insa, 2014, p. 7). Integrando o Sigsab, o Insa realiza ações transversais: *Semiárido em Foco* — para difundir e refletir sobre pesquisas, experiências e conceitos a CTI. Este Programa resulta do Projeto “Estação em Foco”, realizado na gestão anterior; o *Semiárido em Tela*, formulado a partir de uma parceria com o Projeto *Cine Mandacaru* — para capacitar, registrar e difundir CTI por meio do cinema; e o Projeto *Lendo é que se faz* — minibiblioteca como ferramenta de apoio didático-pedagógico, realizado em parceria com a Embrapa, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Meio Ambiente de Campina Grande. Mas a “Agência de Notícias do Semiárido brasileiro — SAB Notícias”, criada pelo Insa em 2010, não teve continuidade. Em 2015, em parceria com a UFRPE, ON/MCTI e a Estação Ciência/Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, o Insa criou a Semana de Popularização da Ciência do Semiárido Brasileiro, realizada anualmente em diferentes estados do Semiárido, envolvendo novos parceiros a cada edição. Esta iniciativa se mantém até hoje. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) também é uma atividade anual, liderada e patrocinada pelo MCTI.

Quanto às publicações, a partir de 2012 é criado o “Relatório Popularizado”, que objetiva “[...] propiciar o acesso, a compreensão e o diálogo com os diversos segmentos da sociedade”. No documento constam atividades as realizadas pelo Insa ao longo do ano, “[...] compartilhando os resultados das ações e expondo os compromissos assumidos”. A última publicação desses relatórios anuais foi em 2015. Nessa linha de publicações, o Insa investiu ainda em materiais didáticos, mas também técnicos, inclusive, voltados aos estudos urbanos: Cesta Metodológica — com cartilhas técnicas utilizadas na agroecologia; tecnologias adaptadas, este em parceria com a UFCG e o CNPq; Abastecimento urbano de água; Cartilha (Re)conhecendo o Semiárido brasileiro — riquezas, diversidades e saberes; Guias Rápidos — material gráfico e colorido para popularização da ciência (cactos e flores da Caatinga); livro

infantil para ler e colorir — Cactos do Semiárido do Brasil; Cartilha — O Caminho da Água; Cartilha — Fruteiras da Caatinga (ameixa do mato e quixaba): Série Sinergia na Pesquisa. Entre 2014 e 2015, somaram-se à produção científica, abrangendo diversas temáticas: livros (14), capítulos de livros (6), artigos científicos (20), documentos técnicos (14) e trabalhos em congresso (30) (Insa, 2014; Insa, 2015).

Paralelamente, o Insa promoveu, organizou e participou de eventos técnico-científicos — em parceria, como convidado ou proponente — envolvendo instituições como UFPE, Capes, AS-PTA, bem como eventos de abrangência latino-americana, com a participação de comitativas de vários países da região — Asa-Brasil, ON/MCTI, *Concern Universal* União Europeia, UNCCD, IFPB, Incra, Organização Social IDS e UFRPE. As áreas de genética; desertificação; CTI; estratégias de Convivência com o Semiárido; ensino, pesquisa e extensão; biodiversidade camponesa da realidade da reforma agrária; adaptações da agricultura e mudanças climáticas; reaproveitamento de água servida; institucional — Observatório Astronômico do Sertão; Sustentabilidade de modos de vida no Semiárido brasileiro; Avaliação do projeto Insa-Asa; Agricultura familiar e agroecologia; e Ação comunitária para promoção da conservação do bioma Caatinga; Águas no Semiárido correspondem a temas que compõem os conceitos em torno de ações e discursos, predominantes nesse período.

No **período 2016-2019**¹⁷⁸, o Insa buscou manter a concepção da gestão anterior, dando continuidade aos projetos e às atividades de conclusão da infraestrutura laboratorial, às ações transversais de formação e difusão e às áreas de atuação do Insa. “Achei que o caminho [pesquisa participativa] era muito legal, e tentei consolidar. Na verdade, o meu mandato foi objetivando consolidar e avançar, até porque eu boto isso lá no meu plano que era consolidar as conquistas e avançar”, afirma o ex-diretor Salomão Medeiros. Completa: “E a gente avançou, principalmente na parte de popularização da ciência. Quando falo popularização da ciência é o Sigsab¹⁷⁹, gerar informação para o Semiárido” (Entrevista em abril de 2023). Sobre o Sigsab, foram “mantidas as bases de dados” e “introduzidas novas funcionalidades”, além do desenvolvimento de mais duas ferramentas: Olho N’ Água — “ferramenta interativa de acompanhamento do volume de água armazenado nos principais açudes da região semiárida brasileira; e o Portal da Desertificação — “portal e ferramenta WEBGIS para visualização de indicadores e índices socioeconômicos, ambientais e institucionais acerca do processo de

¹⁷⁸ Informações obtidas nos TCGs 2018 e 2019.

¹⁷⁹ O Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento (Sigsab) foi uma iniciativa da gestão anterior, de Ignacio Salcedo, da qual Salomão foi coordenador administrativo.

desertificação na região semiárida brasileira”, com a colaboração da UFCG/LSD, UFPB/PPGMMC, Finep, PaqTcPB, Fundep, IBGE, Ipea, Inpe, Asa, MAPBIOMAS, USGS etc. Congrega 27 indicadores “ambientais, sociais, econômicos e institucionais” (Insa, 2018, p. 4-6).

Essas ferramentas, bem como o Sigsab e o próprio sítio eletrônico do Insa, que formavam um conjunto de ações de difusão e acesso a informação, deixaram de funcionar a partir de 2021, sem maiores explicações ou comunicação à sociedade¹⁸⁰. Assim, todo histórico de notícias e algumas publicações não estão mais disponíveis. As ações *Semiárido em Foco*, *Semiárido em Tela* e o *Projeto Lendo é que se Faz* também não tiveram efetivamente continuidade nessa gestão¹⁸¹.

Em termos de *Pesquisa*, destaca-se projeto piloto de Combate à Desertificação no Seridó/RN — com parceria do MMA, FAO, IICA, Idema, Secretaria Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMARH —, onde o Insa prestava assessoria técnica a projetos de Ater. O projeto atendeu a aproximadamente 80 famílias, sendo concluído em 2018. O Insa faz parte de uma Rede Multidisciplinar de pesquisadores nacionais e internacionais — o Projeto INCT-ONDACBC — “Observatório Nacional da Dinâmica da Água e de Carbono no Bioma Caatinga”, e integra um grupo de 100 projetos do INCT, “[...] que atuam no desenvolvimento de pesquisas experimentais e de modelagem da dinâmica de água e carbono no Semiárido brasileiro” (Insa, 2019, 18). Outra Pesquisa integrada para a “Garantia da SUSTentabilidade hídrica alimentar e energética no Bioma caatinga (Pegasus)” — pesquisa e desenvolvimento em ações integradas e sustentáveis para a garantia da segurança hídrica, energética e alimentar nos biomas Caatinga e Cerrado. Ambos com parcerias nacionais e internacionais. No Projeto Pegasus, o Insa “tem como função principal a de coordenador de divulgação científica” (Insa, 2019, p. 20).

A partir de 2019, o projeto “Saberes 10.0 no Semiárido: Transforma” ampliou a atuação nas áreas secas de cinco estados do Nordeste, reunindo uma equipe transdisciplinar, formada por famílias locais e pesquisadores, buscando gerar “[...] pesquisas acadêmicas vinculadas ao saber popular” (Insa, 2020, p. 13). Segurança forrageira e produção madeireira em bases agroecológicas, estoque de carbono e nitrogênio em solos cultivados com palma, desenvolvimento do mandacaru, características morfológicas e desempenho, são temas de

¹⁸⁰ O primeiro sítio eletrônico foi criado na gestão de Roberto Germano. No início da segunda gestão, com Ignácio Salcedo, o Instituto criou identidade visual e site novos, migrando todo o conteúdo do anterior. Em consulta ao relatório TCG 2021, consta apenas que houve a necessidade de “[...] aderir à plataforma Gov.Br, onde os portais institucionais das organizações do Governo Federal estão sediados” (Insa, 2021, p. 77)

¹⁸¹ Mas em nenhum momento aparecem no relatório TCG 2022.

pesquisa com a palma forrageira.

Após a implantação do projeto piloto de Revitalização da Palma Forrageira, buscou-se analisar socialmente 22 beneficiários, no intuito de analisar os impactos dos campos experimentais no processo de organização social nas comunidades. Ainda na área de Sistemas de Produção, citamos “sistemas produtivos de espécies animais”; nela, além dos estudos relacionados a bovinos Curraleiro Pé-Duro, destacou-se “[...] uma pesquisa participativa desenvolvida em cinco municípios da Paraíba, com a participação de três redes territoriais de transição agroecológica e com organizações sociais” (Insa, 2019, p. 52). No TCG 2019, o Insa declara que “[...] ações de articulação, pesquisa, difusão e formação têm sido realizadas pela Produção Vegetal e Produção Animal do Insa” (Insa, 2020, p. 22).

Além de estudos das cactáceas ocorrentes na região, um destaque na ação de pesquisa em rede em que o Insa está envolvido é o já citado “Núcleo de Bioprospecção e Conservação da Caatinga (NbioCaat)”. Este Núcleo busca “[...] encontrar produtos com alguma atividade biológica que possam ter aplicação nos setores farmacêutico, agropecuário, de cosmético, dentre outros”. Dados de 2018 revelam que essa Rede “[...] publicou 22 artigos sobre o potencial biotecnológico de diversas plantas da Caatinga. Foram formados nesse período sete doutores e 10 mestres, além do desenvolvimento de nove trabalhos de iniciação científica, com maior concentração de resultados na UFPE” (Insa, 2019, p. 46). Estudo sobre Pedohidrologia, mineralogia, microbiologia e dinâmica de metais pesados em solos em processo de desertificação no Semiárido também foi registrado.

A área de recursos hídricos concentra esforços nos estudos do aproveitamento de água de chuva no meio urbano do Semiárido brasileiro. Outra linha de atuação é a da tecnologia de tratamento de esgoto para usos múltiplos na região, onde — em uma parceria com o Patac — o Insa monitora sistemas de tratamento unifamiliares implantados “[...] junto às famílias agricultoras no Assentamento São Dominos, Cubati-PB” (Insa, 2019, p. 57). Também em 2018,

[...] houve a contratação da empresa responsável pela elaboração do projeto da planta piloto de tratamento de águas residuárias, tendo sido entregue a etapa do projeto básico. Os próximos passos são a entrega do projeto executivo e dar início ao licenciamento ambiental e a contratação da empresa que implantará o empreendimento (INSA, 2019, p. 58).

No sistema de tratamento em escala municipal estavam sendo analisadas as condições técnicas para instalação, enquanto na Estação Experimental está sendo realizada pesquisa para fins de reuso industrial. UFCG, UEPB, Patac e Insa, em parceria, buscam “[...] viabilizar a

tecnologia do reúso de águas para fins agrícolas, em escala familiar e comunitária, nas condições do Semiárido brasileiro” (Insa, 2019, p. 58). Nos TCGs de 2018 e 2019 são registradas as limitações para avanços e concretização dessas duas ações: o Sigsab e o Fórum Nacional do Semiárido Brasileiro (ação estruturante), em razão da “deficiência de pessoal na área finalística”.

No *período de 2020-2024*¹⁸², segundo o Relatório TCG 2022, o Insa foi “[...] marcado pela consolidação de ações em níveis de excelência [...] antes nunca alcançados” (INSA, 2023, p. 4) possível pela “existência de novos instrumentos”, como o planejamento estratégico elaborado em 2020. No âmbito da *Pesquisa* destacam-se a continuidade em ações na área de biodiversidade como a manutenção, curadoria e ampliação da coleção do Cactáreo Guimarães Duque — com excursões na Bahia, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, para obtenção de amostras —, e novos projetos. A coleção deste Cactáreo foi ampliada de “10.696 para 15.420 e de 31 para 44 espécies de cactáceas” (Insa, 2023, p. 4). Atividades de laboratório da Coleção *in vitro*, caracterização citogenética de 20 espécies de cactáceas, sequenciamento genético de espécies do Cactáreo Guimarães Duque com definição e padronização de protocolos. Nessa linha de atividade, entre 2021 e 2022, foi estruturado o Programa “adote um cacto”, para “divulgação e ampliação do potencial ecológico e ornamental dessas plantas, promovendo sua conservação”. 195 mudas foram disponibilizadas para doação em quatro eventos: SBPC, MPEG, 19ª SNCT e Minicurso no Jardim Botânico da UEPB.

O projeto Conservação e Reintrodução de *Melocactus lanssensianus*, com financiamento internacional, vem sendo realizado na Paraíba, mas o relatório não informa a origem do financiamento. Outros projetos como Curadoria do BAG de Palma do Insa; Desenvolvimento de padrões analíticos para fitoterápicos (piloto); Inseticida naturam a base de Neem, em parceria com phytoTEC, onde “[...] espera-se realizar a redação e a submissão do pedido de patente do processo”; estudos sobre Pigmentos Naturais — Índigo, incluindo mapeamento de áreas de ocorrência, acompanhamento de produção artesanal, e pesquisas em laboratório fora registrados. Este projeto vem realizando “Ensaio preliminares para produção em escala piloto”, com apoio da Finep, submetido ao edital 01/2022, “Subvenção Econômica à Inovação — Fomento às Cadeias Produtivas da Bioeconomia em Biomas” (INSA, 2023, p. 14-23). Publicações como a Cartilha – Conhecendo os polinizadores dos cactos do Semiárido, para ser publicada em 2023; a Cartilha – Frutos do Cactáreo Guimarães Duque; e a Cartilha –

¹⁸² Utilizamos como base os TCGs de 2020, principalmente o de 2022. Neste, não consta a numeração das páginas, por isso seguimos a regra da Norma da ABNT, enumerando a partir da folha de rosto, para facilitar a localização das informações/citações.

Conhecendo o Cultivo *In Vitro* de Cactáceas também foram citadas.

Na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos¹⁸³, o Insa, visando também estimular empreendimentos rurais, estruturou um laboratório de agroindústria e análise de alimentos, voltado ao “incentivo ao empreendedorismo rural no Semiárido”. Foram formalizados com MDR e a Sudene: Desenvolvimento de ações de Impacto Social Complementares ao Programa Água Doce (DAIS PAD), com ações em três assentamentos da Paraíba; e o “Programa de Aceleração de Empreendimentos Rurais do Semiárido do Brasil – PAC”, para fortalecer negócios, promover acesso a mercados e melhorias produtivas. No primeiro ciclo, contemplou os estados de PB, PE, CE e RN. Foram 41 empreendimentos, mais de 800 horas de capacitações entre 2021 e 2022, finalizando com a “graduação dos empreendimentos”, em dezembro de 2022.

Atividades na área de desertificação citadas são: Mapeamento de Processos de Desertificação no Semiárido; Monitoramento da dinâmica de Carbono e Água na Caatinga, com a realização de “estudos para caracterizar parâmetros fenológicos e avaliar a relação entre a Caatinga e impulsionadores ambientais”, em 2022. Outras pesquisas para “quantificar a composição e estrutura horizontal do componente arbustivo-arboreo da Reerva Florestal do Insa” foram realizadas em paralelo. No documento analisado, estão apresentados em detalhes processos e análises.

Ainda segundo o TCG 2022, neste mesmo ano o Insa manteve o esforço de executar e finalizar o projeto “Mapeamento, Análise e Identificação de Agroecossistemas Resilientes às Mudanças Climáticas e Desertificação no Semiárido Brasileiro”, com metodologia participativa. Na área de Solos e Mineralogia são realizados estudos em oito linhas, inseridas no “Projeto Pedohidrologia, mineralogia, microbiologia e dinâmica da matéria orgânica e metais pesados em solos de referência e sob processos de desertificação no Semiárido brasileiro”. Tais linhas estão descritas no relatório com detalhamento da pesquisa básica realizada.

Na área de *Gestão de Informação e Popularização do Conhecimento*, destaca-se o projeto de acesso e *difusão* da informação e do conhecimento sobre a região semiárida do Brasil. Segundo o documento, o objetivo do projeto é “[...] realizar ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de um sistema informatizado para acesso e difusão de informações e conhecimentos sobre o SAB, de cunho científico articuladas ao conhecimento

¹⁸³ No site essa área é identificada como “Agroindústria”.

popular, visando subsidiar a formulação de políticas públicas contextualizadas” (Insa, 2022, p. 39). As atividades envolvem a manutenção do portal institucional, desenvolvimento da aplicação de *software* — “Forragem AlterNATIVA”, desenvolvimento da aplicação de *software* “sigINSA”, produção de materiais de divulgação científica, realização de eventos de difusão e popularização da ciência — como a SNCT, a Semana de Popularização da Ciência do Semiárido e Expedição do Semiárido. Também a produção de mídias audiovisuais e a organização de visitas institucionais. O projeto Ciência Móvel: popularização da CT para o Semiárido Brasileiro, aguarda subsídio financeiro para a sua execução para transformação do caminhão baú¹⁸⁴ do Insa. O investimento está calculado em R\$ 250 mil.

O documento apresenta, na área de Inovação, as seguintes ações: criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do Insa. Estão listadas diversas atividades mensais e, dentre as iniciativas vinculadas ao Núcleo, a criação, por meio da Portaria nº 93/2022, do Observatório Tecnológico do Semiárido. Dois pedidos de patentes do Insa foram registrados: 1) processo de obtenção e composição de extrato de palma para remoção de cianobactérias e cianotoxinas em sistemas de armazenamento e tratamento de águas ou efluentes; 2) Saneamento Ambiental e Reúso de Água, já publicada pelo INPI. Além de procedimentos de pedido de patente: processo de elaboração de Ora Pro-Nobis (*Pereskia grandifolia*) em pó e produto obtido; Processo de elaboração de extrato do cálice de vinagreira em pó e produto obtido. Evidencia-se a Busca de anterioridade do Mascote Manelito, para dar entrada no INPI, entre outras.

Em Recursos Hídricos, mantém-se o monitoramento da tecnologia SARA da sede do Insa, pesquisas na estação de tratamento de esgoto da Estação Experimental, a Implantação do projeto SARA-sabiá, na Estação Experimental, iniciada em 2022. Com recursos do IICA e do MDR, a implantação de 15 unidades SARA em diferentes estados do Semiárido brasileiro (CE, RN, MG, SE, PB, PE e AL). Além da instalação de áreas de reuso em fertiirrigação de frutíferas e forrageiras. Inclui capacitações dos beneficiários (famílias e representantes da escola rural). No projeto “*Mission-oriented innovation for smallholder regenerative agriculture – WTT*”, uma parceria do Insa com a WTT, a UFRPE e Patac, o acompanhamento da construção das “[...] unidades de tratamento, coleta de amostra e análise físico-químicas e microbiológicas e realização de testes de vazão em sistemas de irrigação instalados”. Citam, ainda, na área de captação de água de chuva do Insa, a otimização da tecnologia e o monitoramento quantitativo dos Sistemas. Informa que 5 projetos foram submetidos a editais.

¹⁸⁴ Este caminhão foi adquirido durante a gestão de Roberto Germano (2007-2011), com recursos federais, para a realização de atividades de popularização.

Na área Sistemas de Produção Animal, avaliação e manejo de espécies arbóreas como suporte forrageiro e suplementação proteica animal, realizando na Estação Experimental o cultivo de plantas forrageiras nativas e adaptadas; formação do Banco Ativo de Germoplasma (BAG) com maniçoba; mapeamento, diagnóstico e caracterização fenotípica de caprinos nativos Landi em unidades produtivas familiares da PB; caracterização, situação de risco e estratégias de conservação do remanescente do Cavallo Nordestino; Planejamento e conservação do patrimônio genético do bovino Curraleiro Pé-Duro; Sistemas de produção de abelhas nativas e africanizadas para o Semiárido brasileiro, projeto iniciado em 2022; há previsão da implantação de um Núcleo do Insa nessa área. “Como ação de articulação com apicultores, melipolicultores e pesquisadores”, foram realizadas visitas, reuniões e encontros com representantes de associações, principalmente da PB, e uma do RN. Além de atividades com pesquisadores de universidades da PB, RN e da Embrapa Amazonas. Na área de Sistema de Produção Vegetal, citam quatro projetos: Segurança forrageira madeireira em bases agroecológicas no semiárido brasileiro; Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em melhoramento genético e controle de pragas e doenças direcionados para o fortalecimento da cultura da palma no semiárido; Saneamento Rural Sustentável: tratamento de esgoto e reúso de água para produção agrícola; e Nutrição da palma forrageira no semiárido brasileiro (Insa, 2023, p. 85), há menção a convênios com BNB/FUNDECI, Fundep, cooperações: IICA, MDR, parcerias UFPB, Embrapa Semiárido, Emparn, Empaer, publicações de boletins, bem como a realização de dias de campo e oficinas com técnicos e agricultores. Referente ao ano de 2022, publicaram nesta área 10 artigos científicos e outros documentos técnicos.

Os Projetos “Saneamento Ambiental e Reuso de Água” — especificamente a “Tecnologia SARA” — e “Produção de Palma Forrageira” têm sido ampliados e difundidos, atualmente considerados os carros-chefes do Insa. Ambos foram concebidos entre 2011 e 2019 como projetos-piloto de pesquisa, tendo por base a abordagem de pesquisa participativa, envolvendo o público beneficiário em diferentes etapas, e a partir de parcerias e cooperações com outras instituições de pesquisa, ensino e extensão, bem como da sociedade civil. Realizando, ainda, projeto que integra as duas áreas: “Produção de palma forrageira e reuso agrícola: alternativa para convivência com o Semiárido”¹⁸⁵. Aproveitando a entrevista com o

¹⁸⁵ Em matéria recente, o Insa informa que, “[...] juntamente com o IRPAA-BA e a SADA-PI realizaram ações ligadas” ao referido projeto, executado “em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para implementação do projeto nos municípios de Remanso e Pilão Arcado, na Bahia e São Lourenço do Piauí, no Piauí”. Disponível em:

ex-diretor Salomão Medeiros e ex-pesquisador da área de Recursos Hídricos, responsável pela Tecnologia SARA, indagamos se e como a ideia de Articulação do Insa está materializada nesta ação, ao que respondeu: “Sim. Tenho o Insa como articulador e participando de financiamento e tudo. Juntou o Insa como articulador, com o Patac e a Universidade Federal de Campina Grande. [...] O IRPAA já implantou mais de 80 sistemas familiares lá no Semiárido baiano. Essa informação que eu tenho é de 2 anos atrás” (Entrevista em abril de 2023).

Durante as entrevistas para esta tese, quase todos os Interlocutores acionaram uma ação ou outra, ou ambas, para exemplificar bons exemplos do que consideram articulação e pesquisa do Insa. Isso não é diferente da visão da atual diretora, que em entrevista recente revela: “[...] o Sara é um dos carros-chefes de transbordamento, digamos, das nossas ações internas para a sociedade”¹⁸⁶. Continua:

Traz um impacto muito positivo para a população, está totalmente alinhado aos objetivos do desenvolvimento sustentável e faz com que a gente tenha um impacto tanto na saúde, como no sistema produtivo, como no desenvolvimento regional, para as pessoas que estão inseridas no Semiárido brasileiro. É bem legal! A gente já tem hoje mais de 200 sistemas instalados no Semiárido brasileiro. Só com o FIDA [...] a gente tá finalizando a instalação junto com o Ministério do desenvolvimento agrário, o MDA, e o nosso ministério, MCTI, através do INSA, 110 unidades de SARA familiar. Ou seja, impactando mais de mil pessoas dentro do semiárido brasileiro e pessoas em condição de vulnerabilidade, a gente diz assim, pessoas que antes nada chegava e hoje tem essa unidade montada e que está impactando positivamente as suas vidas, dando dignidade.

Na mesma entrevista, ao falar sobre estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre a utilização da palma na alimentação humana, algo muito comum no México, diz:

A gente está vendo a possibilidade e a sensibilização com relação ao consumo humano da palma, não só a palma, mas também o seu fruto. [...] a gente precisa mudar um pouco esse *mindset*, digamos assim, das pessoas e fazer com que as pessoas se interessem, se motivem, para que a gente possa trazer a segurança alimentar, a partir de um elemento tão difundido, que tem tanto no Nordeste brasileiro, que é a palma forrageira.

Face ao exposto, analisando essas atividades fins, identificamos que o Insa tem feito o esforço de cumprir suas funções, planejando ações e projetos dentro de suas áreas de atuação,

<https://www.gov.br/insa/pt-br/assuntos/noticias/insa-mcti-continua-a-promover-aco-es-para-implementacao-do-projeto-201cproducao-de-palma-forrageira-e-reuso-agricola-alternativa-para-convivencia-com-o-semiarido201c-desta-vez-na-bahia-e-piaui> Acesso em: 17 nov. 2023.

¹⁸⁶ A entrevista concedida pela diretora foi realizada por Víctor Abreu e está inserida no contexto do Programa do MCTI “Que Ciência é Essa?” Na forma de videocast, traz como tema “Tecnologia Social para melhorar a vida no Semiárido”. Disponível em 24 de outubro de 2023, no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Ix8DGkFdbug> Acesso em: 29 out. 2023.

por sinal, mantendo as originalmente definidas quando o Instituto foi criado e em seu primeiro planejamento estratégico (biodiversidade, sistemas produtivos, recursos hídricos), considerando os eixos de atuação — articulação, pesquisa, difusão, formação —, com maior dificuldade com relação ao eixo subsidiar “políticas públicas”, que não está preciso. No fazer CT do Instituto, a pesquisa básica e a pesquisa aplicada revelam mais complementariedade. Apesar de, ao longo das entrevistas, aparecerem conflitos e disputas pontuais entre alguns pesquisadores permanentes com perfis, experiências e afinidades mais alinhados a uma ou a outra, no sentido de definir a mais importante para a instituição. Essa questão precisaria ser tratada com a atenção que lhe cabe.

Durante oito anos (2012 a 2019), o Instituto assume ou “veste a camisa” da Unidade de Pesquisa do MCTI e vai tentar construir seu diferencial ou sua distinção entre as demais instituições de pesquisa da região; adota uma abordagem de “pesquisa participativa” ou “pesquisa-ação”, valorizando um “processo (co)construído” junto às instituições públicas e privadas, mas tendo nesse diálogo as organizações e os movimentos sociais como público prioritário, afirmando serem estes os reais representantes dos interesses dos povos do Semiárido. Essa seria a estratégia para alcançar os 10 estados da região semiárida e obter maiores impactos das ações institucionais. Isso, contudo, não significa um consenso interno.

Nesse novo ambiente político de construção de diálogos e negociações estavam todos aprendendo, uma vez que essa forma de produzir conhecimento não é ensinada durante a formação dos cursos convencionais de Agronomia, conforme apontado pelos Interlocutores nas entrevistas. Não por acaso, para lidar com esse desafio e temas objeto de estudos de outras áreas, a instituição também incorpora à sua equipe de pesquisadores-bolsistas profissionais das ciências sociais e humanas, além de profissionais com experiências junto a organizações e movimentos sociais. Esse modo de pensar e fazer do Instituto como orientação institucional, foi interrompido a partir de 2020, expressando-se apenas em projetos pontuais, seja porque estava em andamento ou por escolha política do próprio pesquisador/a.

Esse papel de uma instituição essencialmente de pesquisa, que se desenha em um contexto institucional de dificuldade na compreensão da missão inicial, vai se consolidando, reforçado pela infraestrutura de laboratórios e pela forma como o MCTI se relaciona com o Insa, inclusive na própria avaliação de suas atividades¹⁸⁷. Portanto, no conjunto das ações e

¹⁸⁷ Um fator que pode ser analisado, mas que não conseguimos neste momento, é a avaliação das unidades de pesquisa do MCTI a partir dos indicadores. Pelo que consta, são semelhantes para todas elas. Neste ponto, parece que o que mais se aproxima da ideia de Articulação é o do estabelecimento de cooperação nacional e internacional

projetos descritos, não é de se estranhar que predomine a apresentação das pesquisas feitas pelo e no Insa, e que a articulação apareça como sinônimo de parcerias, cooperações e na capacidade de captar recursos para viabilizá-los. Portanto, o Insa não se consolidou como referência regional em Articulação das competências regionais em CT ou como um Gestor de CTI no Semiárido brasileiro. Entre as ações e projetos há mais continuidades que rupturas, inclusive buscando aprimorá-las e expandi-las também no âmbito da inovação. E isso é interessante. As duas ações carros-chefes do Insa (Projeto Palma Forrageira e o Projeto Saneamento Ambiental e Reúso de Água – Tecnologia SARA) são exemplos concretos. Depreendemos que não é simples um dirigente, ao assumir o cargo, dizer para o pesquisador/a que vem estudando determinado tema há alguns anos, com resultados e investimentos não só financeiros, que será interrompido. E isso é ainda mais difícil quando o pesquisador/a possui alto capital simbólico, o que engloba o reconhecimento, a autoridade e o crédito a ele/a conferidos.

As Redes de Pesquisa articuladas, criadas e oficializadas pelo Insa ainda na primeira gestão, não tiveram continuidade a partir de 2012, ficando apenas no papel. E nas Redes de Pesquisa citadas nos TCGs analisados, a exemplo da “INCT-ONDACBC” e o “NbioCaat”, o Insa atua como membro e não como criador e administrador, como esperado inicialmente. Quanto à proposta do Observatório do Semiárido e do Fórum do Semiárido, nenhuma gestão conseguiu implementá-la até este momento; o máximo que se observou foram ensaios nessa direção. Ainda em termos de descontinuidades, ficaram explícitas ações nos eixos de formação e, principalmente, de difusão, apesar de ambas serem considerados importantes para todos os Interlocutores e para a maioria dos dirigentes. No que diz respeito ao eixo de formação, o Insa desenvolveu iniciativas muito importantes que, no nosso entendimento, consolidam institucionalmente uma visão diferente de outros institutos do MCTI, constituídos também pelos seus cursos de pós-graduação — a exemplo do Inpa e do Inpe.

Para o Insa, não é de sua competência a educação formal — para isso, existem as universidades —, mas atuar junto a estas instituições, à Resab, organizações e movimentos sociais, para viabilizar iniciativas no âmbito da educação contextualizada está entre as suas competências. Seja articulando editais de financiamento junto ao CNPq ou apoiando aqueles de interesse específicos no âmbito da questão agrária, entre outras iniciativas nessa linha. Os cursos de capacitação e oficinas realizados pelo Instituto, por exemplo, aparecem como uma das etapas dos projetos de pesquisa, seja básica ou aplicada. Um exemplo muito positivo foi a

em seus projetos. Não foi possível confirmar se esses indicadores são discutidos entre o MCTI e as unidades de pesquisa. Ou seja, ao que tudo indica o Insa é avaliado pela sua finalidade — pesquisa — e não como uma unidade desse Ministério com finalidade diferenciada — essencialmente como um Articulador regional.

criação de um Núcleo de Inovação Metodológica (NIM), em 2012, que além de subsidiar as ações do Insa construindo caminhos metodológicos de forma coletiva — na perspectiva da transdisciplinaridade, da educação popular, de valorização dos conhecimentos populares e científicos —, buscava enriquecer as ações de instituições parceiras. Nesse sentido, “o como” fazer era considerado importante para se alcançar impactos positivos na vida das pessoas e, para isso, pensar e avaliar com a participação delas é indispensável.

Com relação ao eixo difusão, entendemos que as iniciativas se dão de duas formas: partindo da ideia de comunicação/divulgação/popularização como sinônimos, o Insa busca apresentar à sociedade as ações institucionais e seus resultados, utilizando várias ferramentas (redes sociais, sítio eletrônico, eventos, vídeos, artigos e relatórios popularizados, entre outros) — de modo que a população é a receptora da informação. A outra forma corresponde às iniciativas de “gestão e democratização do conhecimento”, que tentam ampliar a visão para além da divulgação das ações institucionais, incorporando na ideia de comunicação e popularização uma perspectiva dialógica, de debate e construção do conhecimento, que valoriza os saberes científicos e populares, normalmente prezando por processos que agregam a formação, onde o outro é sujeito ativo e não simples receptor. Aqui podem ser citados o *Semiárido em Foco*, *Semiárido em Tela* e, em alguma medida, a Semana de Popularização da Ciência — ainda que identifiquemos fragilidades nesse sentido, ao problematizá-las. Através dessas formas, supõe-se existir no Insa uma reflexão sobre a importância da redução das desigualdades sociais e regionais também por meio da formação e da difusão.

O Sigsab, pelo que se apresenta, é um portal do conhecimento para o Semiárido, portanto, as duas formas citadas conformariam um dos campos, no conjunto de outros saberes e experiências produzidas por diferentes instituições, compartilhados e disponibilizados à sociedade neste portal. Certamente atenderia lacuna existente na região, de organizar e disponibilizar informações e conhecimentos técnicos científicos — mas não só — sobre a região. No entanto, o Sigsab e outras ferramentas (portal da desertificação e o Olho N’Água) foram descontinuados em 2021, ano no qual também se processou a descontinuidade do sítio eletrônico anterior para se “adequar ao GovBr”, de modo que muitas notícias, documentos e publicações da instituição já não se encontram disponíveis. O Insa, como instituição pública, cumpre a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 18/11/2011) que prevê a transparência na divulgação de suas atividades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando o Insa nasceu, o sol brilhou
 O Sertão, ao recebê-lo, enverdeceu
 Todo nosso Semiárido festejou
 Quando o novo Instituto apareceu
 De tão boa, a semente germinou
 No lugar colossal onde nasceu”.
Poeta Oliveira de Panelas

O Instituto Nacional do Semiárido (Insa), como diz o poeta, é uma semente “tão boa” que germinou. Apesar das contradições, sem dúvida, há uma institucionalidade ainda à espera de chegar ao sertão, ao cerrado, aos rincões e desempenhar um papel mais relevante, inclusive articulando e impulsionando certos temas no Brasil e no Semiárido nordestino. Ainda que os dados apresentados sejam sobre o Insa, acreditamos que muitas questões não dizem respeito somente a ele, mas refletem a experiência regional, quiçá nacional. Primeiro porque esta tese permite e convoca à reflexão sobre a relação entre ciência e política; os dilemas institucionais, as incompreensões e a ausência de debates, os limites em torno das competências de ambas, o que se deseja produzir como efeitos, a apropriação das instituições brasileiras por alguns interesses privados, bem como pensar sobre um nexos recorrente que associa a criação de instituições de pesquisa com a geração automática de desenvolvimento (nacional, regional, sustentável), o que não ocorre dessa forma.

Investir nas instituições científicas no Nordeste e no Semiárido ou em qualquer região do país é extremamente importante, contudo, é preciso questionar porque, para quê, e em que medida contribui mais para legitimar as desigualdades sociais e regionais do que para enfrentá-las ou superá-las. A ciência se realiza a partir de uma autonomia que lhe é peculiar, o que não significa a ausência de influência política, mas a garantia e o acesso a recursos para realizar-se. Por este aspecto, de imediato afirmamos que a invenção do Insa, oficializada entre 2003-2004, enquanto uma Unidade de Pesquisa (UP) do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI), não foi efetivamente um projeto científico, de maneira que as condições dadas não viabilizavam o cumprimento de uma função científica importante. Nessa perspectiva, destacamos também a relevância de olhar para o campo científico em diálogo com a sociedade local e global, tendo a política como aliada e interlocutora, e não como “patrão”, se quisermos romper com o viés patrimonialista e personalista que historicamente tem subvertido instituições públicas aos interesses de grupos privados. Mas é preciso enfrentar esse debate.

O Insa foi concebido temporal e espacialmente em um contexto de questionamentos das estruturas de desenvolvimento socioeconômico desiguais histórico e culturalmente, com profundas marcas de práticas oligárquicas e coronelistas que têm se modernizado, no entanto,

não escapa a essa lógica. O que nos ajuda a entender os discursos e percepções de grupos diferentes em torno da origem e consolidação do Instituto. Uma das interpretações mais recorrentes é a de que essa instituição foi uma proposta do pecuarista paraibano Manoel Dantas Vilar Filho (Manelito), junto a seu primo e sócio, o escritor Ariano Suassuna, articulando-se com Miguel Arraes (PSB), ex-governador de Pernambuco e avô do ex-ministro Eduardo Campos (PSB) (todos em memória). Este pecuarista era defensor de uma ideia de “Convivência com as Secas” e tinha como modelo sua propriedade, a Fazenda Carnaúba.

Do lado oposto desta percepção, alguns atores sociais associam uma reivindicação dos “movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), a [rede Articulação do Semiárido] (Asa-Brasil) e intelectuais comprometidos”, que entregaram, ainda em 2002, uma carta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) (2003-2011). Assim, o “Insa nascia com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do Semiárido, a partir das potencialidades da região e em articulação com outros atores”¹⁸⁸, para a defesa de uma perspectiva de “Convivência com o Semiárido”, distinta da anterior. Uma terceira informação pontual era a de que, devido à extinção da Sudene em 2001, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1995-2002), o Insa teria sido criado como uma espécie de “compensação” para a região Nordeste. Por fim, também de forma pontual, a suspeita da origem do Instituto associada ao Programa Xingó, uma iniciativa da Chesf, criada em 1996, com o apoio do CNPq, e extinta anos mais tarde. No geral, essas conjecturas levantadas por atores sociais internos e externos ao Insa apontavam ambiguidades quanto à finalidade da instituição. Seguimos todas essas pistas, mas foi necessário construir alguns caminhos diante da inexistência de estudos sobre a história da instituição, que ao longo do processo se revelou complexa e antagônica.

Considerando que o Insa é uma instituição de ciência e tecnologia, compreender a Política Científica e Tecnológica (PCT) no Brasil foi fundamental, possibilitando que encontrássemos o Relatório de Avaliação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, publicado em 2001, produto do trabalho de uma comissão científica, também conhecida como “Comissão Tundisi”. Este documento é central para localizar a origem do Insa. Em que pese a relevância dos movimentos e organizações sociais citadas, para o Brasil e para a região semiárida, ou as contribuições do referido pecuarista em determinado momento da

¹⁸⁸ Estes dois trechos são falas de um pesquisador, registradas e devidamente autorizadas para divulgação, durante um diálogo em outubro de 2021, na ocasião da coleta de informações para a preparação do roteiro das entrevistas. Contudo, a informação circulava entre outras pessoas direta ou indiretamente ligadas ao Insa.

trajetória do Insa ou, ainda, a possibilidade de o Instituto ocupar um suposto “espaço vazio” deixado pela Sudene à época, a pesquisa revelou que a origem do Insa é um desdobramento da recomendação desta Comissão, a partir da avaliação do Programa Xingó. Logo, as demais conjecturas revelaram-se como parte do conjunto de acontecimentos no contexto de criação e implantação do Insa e, curiosamente, nenhuma delas fazia referência a uma instituição científica, mas com função de desenvolvimento/extensão/articulação. A menção a uma Unidade de Pesquisa (UP) consta na recomendação da Comissão Tundisi, anunciada em 2002.

Cabe registrar que a extinção da Sudene — órgão idealizado pelo economista paraibano Celso Furtado, seu primeiro superintendente — simbolizou o fim de um ciclo de transformações substanciais na política regional e nacional, inauguradas em 1959, com a sua criação. Em 2007, três anos após a criação do Insa, esta Superintendência seria recriada pelo presidente Lula, cumprindo sua promessa de campanha em 2002, e como parte de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que previa o fortalecimento, a expansão e a interiorização das instituições. Como resultado, somaram-se ao conjunto de instituições situadas no Nordeste desde o século XX, além da retomada da Sudene, o Insa (2004) e o Cetene (2005), ambas do MCTI, e de diversos *campi* universitários e de institutos federais, em sua maioria nos municípios do Semiárido. Nesse contexto, o debate sobre os desequilíbrios regionais, também no âmbito da Política de Ciência e Tecnologia (PCT) no Brasil, estará mais evidente entre as prioridades do Governo Federal, tema em nada novo, principalmente para a comunidade científica do país. Enquanto no Nordeste, até 2002, a presença do MCTI reduziu-se ao apoio a ações específicas, como no caso do Programa Xingó, o Sudeste já concentrava mais da metade das instituições de CT do país e, por conseguinte, os investimentos nessa área. Então, foi um avanço importante, sobretudo para regiões como Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Nesse novo cenário, o Insa passa a integrar um quadro amplo de instituições científicas competentes já instaladas para viabilizar ações de CT, tendo como um de seus desafios catalisar, articular esses esforços. A expectativa de agentes externos era de que o Insa cumprisse esse papel.

Com os dados disponíveis no momento, o que foi possível depreender das ideias da Comissão Tundisi em relação à recomendação para criar uma UP no Nordeste, destacamos a possibilidade concreta de investimentos sistemáticos destinados à realização de pesquisas específicas na região semiárida, pela sua importância e experiência acumulada também no que diz respeito ao bioma Caatinga, ao mesmo tempo, a oportunidade de incluir a região Nordeste no mapa das instituições científicas do MCTI, do qual esteve fora até o ano de 2002. Isso não descarta a possibilidade da existência de interesses outros, pois não aparecem nos documentos analisados porque e como a referida recomendação já indicava a escolha de Juazeiro/BA para

instalação da sede do Instituto, tampouco as razões das mudanças entre a recomendação da comissão científica específica de avaliação do Programa Xingó e o relatório final. De toda forma, trata-se de avaliações e recomendações feitas por cientistas no contexto do MCTI, o que justifica a indicação de uma instituição científica para a região.

Na nossa interpretação, não havia demanda explícita nem da comunidade científica regional e nem da sociedade em geral para criação de uma instituição científica para o Semiárido. Também não foi fruto do debate, de demanda partilhada e socialmente construída a partir dos movimentos sociais. Mesmo com a experiência do Programa Xingó, esta recomendação era de uma nova instituição, no formato de UP, para ser pensada e estruturada pela equipe do novo Governo, contando com a indicação em portaria do MCTI, local para ser instalada, perspectiva de recursos e estudos preliminares para subsidiar a criação. Portanto, não há dúvida de que a nova instituição estaria vinculada a este Ministério. Ocorre que em 2003, com as negociações do novo Governo, o MCTI passa a ser comandado por ministros vinculados ao PSB, com diferentes perfis, ligados ao ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, também presidente deste partido. O Nordeste é contemplado não com uma, mas duas instituições deste Ministério: o Insa, concebido como instituição de articulação, situado na Paraíba, e o Cetene como instituição de pesquisa, situado em Pernambuco.

O Insa pode ser interpretado como uma espécie de compensação diante dessa disparidade gritante na distribuição das instituições de CT no país. Mas o importante é que, do ponto de vista de uma instituição essencialmente de pesquisa, com autonomia, o Instituto já nasce desempoderado e com uma tensão no seu âmago entre a função de pesquisa e a de articulação. Cabe dizer que essa realidade não diminui em nada a importância do Instituto. Todavia, não conseguirá ser consolidada, diante de sucessivas intervenções políticas que marcarão uma trajetória atravessada por rupturas e continuidades, bem como por disputas em torno da definição da sua missão e dos interesses e grupos a que deve servir.

As recomendações da Comissão Tundisi e a experiência do Programa Xingó vão servir de inspiração para a concepção de uma nova UP do MCTI e a primeira do Nordeste, com a função de articulador de competências regionais ou de gestor de CT no Semiárido — o Insa. Naturalmente, isso gera implicações na forma como o MCTI avalia, estabelece critérios para seleção/indicação de dirigentes, formação da equipe etc. Porém, pelo que consta, o Insa sempre esteve submetido às mesmas regras de qualquer UP. Ou seja, demandaria, por parte do Ministério, o debate sobre o assunto. Mas outra questão que ficou evidente foi a ausência de consenso sobre o Insa entre os ministros da época, expressa na maneira como a instituição vai

sendo conduzida. No entendimento na gestão do ex-ministro Roberto Amaral (na época PSB) (2003-2004), como vimos, o Insa seria um órgão “diferenciado”, basicamente com missão de articulação e comunicação.

Nesse período, sua implantação seria pensada por representações de diferentes segmentos da sociedade (instituições públicas, fundações, sociedade civil, entre outras) e o lugar de instalação estudado e definido a partir de um grupo de trabalho, tendo já em 2003 a cidade de Campina Grande, na Paraíba, como local que sediaría o Insa. Em ambas as situações foram publicadas portarias ministeriais. Sobre essa indicação, os dados revelaram que tanto a definição da comissão para implantação do Insa, quanto a escolha do local onde seria instalado teriam sido uma estratégia para impedir manobras políticas, o que não agradou a alguns políticos. As disputas dos estados pelo Insa vão estar presentes desde o momento do anúncio da criação do Instituto. Entre todos os municípios dos estados nordestinos, a escolha de Campina Grande se deu porque este atendeu aos pré-requisitos técnico-científicos, dentre os quais os de ser um polo tecnológico e concentrar o maior número de doutores. Se houve algum tipo de negociação política paralela, isso não foi apresentado ao longo da pesquisa.

A despeito das decisões e dos encaminhamentos até então, por uma decisão meramente política, Eduardo Campos (PSB), que assume o MCTI no ano seguinte (2004-2005), nomeia um comitê de implantação do Insa formado por três paraibanos, tendo como presidente o pecuarista Manoel Dantas Vilar (Manelito), indicado pelo amigo da família, o escritor Ariano Suassuna, primo e sócio de Manelito. Após essa ruptura radical, entre 2004 e meados de 2007, a imagem e as atividades do Instituto eram as de um órgão de fomento agropecuário, tendo sua Fazenda Carnaúba como inspiração. Manelito, além das relações políticas, representa uma elite ilustrada e inovadora; era admirado, reconhecido e respeitado nesse ambiente agropecuário, o que certamente lhe deu força para permanecer esse tempo. Nesses dois períodos que marcam a trajetória do Instituto, por caminhos diferentes, o Insa não demandava estrutura robusta (física, laboratorial, pesquisadores-doutores e projetos bem definidos etc.), uma vez que sua função primordial não seria pesquisar.

Mas se já havia uma dificuldade em admitir efetivamente uma UP com função de articulação, agora, com a função de fomento a agropecuária atendendo a interesses privados, de fato era um problema para o MCTI. E novamente o Insa vivencia outra ruptura, porém com continuidades em alguns aspectos. Com Sérgio Rezende (PSB) (2005-2010), o novo ministro, pesquisador com experiência também no campo político, reconhece-se a necessidade de “corrigir” ou romper com a imagem de fomento agropecuário, mas era sabido que a tarefa não seria fácil, sobretudo no contexto da Paraíba.

A tentativa de dar um novo sentido ao Insa ou de alinhá-lo ao campo científico era oportuna e o contexto político e socioeconômico favorável. A aprovação do Regimento Interno, seleção para dirigente via Comitê de Busca, elaboração do planejamento estratégico, realização dos concursos públicos para pesquisadores e para o setor administrativo, criação de uma infraestrutura física, material, laboratorial etc., marcavam uma nova fase do Instituto e um passo importante, mas não anulavam a estrutura político-ideológica construída até então. O referido planejamento, assessorado pelo CGEE, envolveu diversos especialistas e atores sociais atuantes no âmbito da CT na região, e a missão do Insa foi definida tendo como função principal a articulação da matriz institucional da região, de modo que atuaria na pesquisa apenas em temas importantes e que nenhuma instituição da região estivesse realizando. A propósito, ainda que de modo diferente, a função de Articulação havia sido pensada já no período 2003-2004, na gestão do ex-ministro Roberto Amaral.

A primeira missão do Insa até hoje não foi plenamente apreendida, o que não possibilitou a sua consolidação. Internamente não haverá consenso, daí a tensão entre a função de Articulação e o fato de a Pesquisa como função essencial ganhar novos contornos, com novos atores sociais do campo, os pesquisadores empossados entre 2008-2009, e sua expressão nos “ajustes” na missão nas duas gestões seguintes, até a modificação radical atual, que, apesar de anunciar rupturas, no geral não apresenta mudanças significativas; foco na articulação (2007-2011), foco na pesquisa (2012-2019), foco na promoção de inovação tecnológica e social (2020-2024), em todos os casos propondo-se a implementação de um mandato institucional que permitiria o desenvolvimento regional.

Uma instituição não se resume a normas e procedimentos padronizados impostos aos indivíduos e reproduzidos pela sociedade, é sobretudo produto histórico, construído social e politicamente para solucionar problemas, por meio da articulação de atores sociais e estratégias para seu funcionamento. É uma convenção que a transforma em agrupamentos sociais legitimados. No nosso entendimento, mais importante que verificar o que é uma instituição, é perceber e questionar como ela, por meio de seus agentes, opera suas ideias, ações e projetos, e como impulsiona uma rede de atores sociais para tomada de decisões. Nessa direção, o Insa também nos mostra a existência de forças internas em conflitos constantes, entre aqueles que — racionalmente ou não — tentam conservar ou transformar o campo, que podem ser o motor de construção dessa nova institucionalidade, se canalizadas para essa finalidade.

O papel do Insa não estava e ainda não está claro; nasce no seio do MCTI como recomendação de uma UP, mas foi concebido como instituição de articulação, depois

implantado por um grande pecuarista e a serviço de interesses privados. E num terceiro momento, a tentativa de transformá-lo em unidade de pesquisa, mas demandada a partir da elaboração do seu planejamento estratégico para ser essencialmente de articulação e só atuar nas lacunas no âmbito da pesquisa regional. Essas ambiguidades permanecem e têm gerado disputas e conflitos para definição de um lugar do Insa no Semiárido brasileiro e nordestino.

São praticamente duas décadas de existência, passando por diferentes Governos e ministros, e a cada escolha de dirigente, o Insa vai se transformando numa espécie de projeção das visões e dos interesses de grupos distintos, entre rupturas e continuidades. Nesse contexto, sua posição instável vai impactar sua força, sua capacidade institucional de autonomia, de ação e de consolidação nacional e regional. Sob o domínio local, leia-se Paraíba, e o predomínio de uma agenda programática definida no âmbito da disciplina agrônômica, quando é chamado para atuar em questões que exigem conhecimentos de outras disciplinas.

O Insa é de fato um campo de disputas e interesses. E diante desse quadro político-institucional justifica a desconfiança da sociedade, bem como da comunidade científica, seja ela nacional ou regional, e mais que isso, nos faz entender a razão da inexistência de ampla reação pública destes segmentos, particularmente diante da ruptura com a concepção inicial do Insa, para indicação política de um pecuarista para a presidência do Comitê de Implantação do Insa e que declaradamente tinha a intenção de que o Instituto fosse um difusor das experiências estudadas e experimentadas na sua Fazenda. O recém-criado mascote do Insa, “cacto cientista Manelito”, e o Laboratório Miguel Arraes, por exemplo, são dados interessantes para pensar na força do capital social e político desses atores sociais e em como isso se apresenta na instituição.

Se é verdade que hoje o Insa se constitui “patrimônio do Semiárido” e resultado de uma construção coletiva — envolvendo desde atores estratégicos que participam da construção e consolidação de novos paradigmas de desenvolvimento e experiências no âmbito da ciência e tecnologia na região, aos que recomendaram e conceberam a proposta de uma instituição de CT para a região semiárida, até os que compõe e compuseram o quadro de pessoal de dirigentes do Insa —, também é verdade, aceitemos ou não, que essa constituição política foi forjando, como vimos, uma instituição com perfil agropecuário, ambígua quanto a sua missão, e com dificuldades de implementar seu mandato.

Naturalmente isso produziu incongruências e uma visão, para alguns, de possível sobreposição de ações na região, mesmo com algum esforço para não cair nessa armadilha. Afinal, já existem muitas instituições de pesquisa agropecuária bem consolidadas no Nordeste, a exemplo do Ipa e da Embrapa, esta última tão citada ao longo da pesquisa pelos Interlocutores em geral. A pergunta frequente se o Insa é a Embrapa, ou possíveis conflitos e resistências de

pesquisadores e instituições em relação ao Insa e seus pesquisadores, não são meras coincidências. Há disputas de posição sobre a definição do desenvolvimento do Semiárido, inclusive no âmbito das Ciências Agrárias e das instituições atuantes nessa área.

As ações de ciência e tecnologia do Insa são pensadas e executadas a partir de orientações político-ideológicas e perspectiva de desenvolvimento regional ambíguas. Mudanças de termos ou conceitos na missão, elaboração de documentos orientadores, introdução de novas ferramentas gerenciais, seja para cumprir formalidades ou para atender interesses particulares, não necessariamente alteram o modo como os atores sociais do quadro permanente constroem cotidianamente o Insa, compreendem e interpretam a realidade concreta e o próprio campo. Enquanto campo heterônomo, permite intervenções externas, em um movimento onde seus agentes adotam estratégias de subversão e de conservação do campo, ou seja, para manter ou modificar a estrutura, a partir de suas posições. A quem interessa manter o Insa como ele é? Aqueles que hoje detém mais poder dentro do campo, num jogo sendo jogado pelas mesmas pessoas ou grupos.

É em torno da ideia de cumprimento da missão do Insa que a disputa se organiza, isso é fato. A princípio, o desafio e desconforto vivenciado no Insa é a tensão entre pesquisa e articulação como foco de atuação, mas é preciso entender o que de fato está por trás dessa falsa oposição. No final das contas, todos defendem e dizem buscar realizar nas suas ações a articulação, então não se trata da ideia em si mesma, qual seja, do Insa como uma instituição que dirige, coesiona e articula esforços e capacidades institucionais já instaladas em torno do problema do desenvolvimento do Semiárido num contexto de desenvolvimento sustentável nacional e regional. Mas, quando se trata da busca de um sentido para o instituto, uma função, um campo de ação exclusivo, isso muda completamente a correlação de forças. Neste caso, uma instituição de articulação tem poderes especiais para estabelecer diretrizes gerais, definir prioridades e imprimir uma política geral para falar em nome da região. Significa poder político-institucional em torno da redefinição dos problemas regionais, e aqui se posicionam grupos com poder local, seja acadêmico e/ou político, em disputas, alguns buscando ampliar o seu alcance, sua esfera de influência, outros, novos grupos com menor poder ou “dominados”, tentando encontrar e construir oportunidades de adquirir influência e se tornarem dominante no campo.

Disputa o campo quem está nele, porque vale a pena e merece jogar o jogo; para além do aspecto financeiro, a disputa tem um valor simbólico, como reconhecimento e prestígio perante seus pares e parceiros, além de participação em comissões, coordenações, direções etc.

Entre seus agentes, aquele que está numa posição dominante (detém mais capital) tende a legitimar estratégias de conservação para manter sua posição, e, quando dominado (detém pouco capital), assume estratégias de subversão para alcançar a posição dominante. Nem sempre quem detém mais poder é o que possui prestígio científico, mas aquele detentor de tempo para atuar politicamente dentro das estruturas institucionais (para mudar ou conservar).

As dificuldades internas de comunicação, interação, divergências e disputas estão longe de ser uma questão individual — uma vez que as instituições são formadas por pessoas com suas diferenças — ou exclusiva do Insa. São questões urgentes, relevantes, que o Insa precisa encarar seriamente, com vistas a construir e manter um ambiente saldável entre seus colaboradores, do contrário, há um gasto excessivo de energia, que na prática se manifesta, muitas vezes, de forma perversa, acirrada e estéril. Chama a atenção, por exemplo, o fato de até hoje o Instituto não ter estruturado em definitivo um setor de gestão de pessoas, nos moldes como deve ser; e isso pode e deve ser negociado junto ao MCTI porque envolve a realização de concurso. Naturalmente, essa iniciativa precisa ser pensada junto de alternativas também construídas coletivamente.

Se o Instituto deseja resolver questões próprias da região em que ele é chamado a ter uma missão consolidada, influência e referência, e não agir a reboque do/a dirigente da vez, é importante assumir uma visão crítica de que a ciência apreendida e praticada nas Universidades está longe de resolver problemas exclusivos do Semiárido ou da Amazônia, por exemplo. É fundamental perceber na relação entre a pesquisa básica e aplicada como estão posicionadas e como vem lidando com ambas, pois essa é uma questão que também define o papel da instituição e resolve conflitos, diante de problemas com a oposição entre superior/inferior, dominante/dominado, entre pesquisadores ‘puros’ e pesquisadores ‘aplicados’.

Observar a própria organização interna na forma de núcleos de modo a não estimular a desintegração, fragmentação e hierarquização, como se cada um em seus “departamentos”, disputando recursos, bolsas etc. Antes, é preciso se questionar sobre qual ciência, tecnologia e inovação quer defender e praticar, o que é o Semiárido, ampliando a sua visão para além do rural, e observar as feições que este adquiriu na atualidade, inclusive com a presença do conjunto das UFs e IFs. Debater e entender como se posicionam os discursos sobre Convivência com o Semiárido, normalmente utilizado de forma genérica, assim como a ideia de desenvolvimento. Quais desafios contemporâneos se colocam e em que medida estes podem ser respondidos apenas pelo conhecimento agrônomo.

Ademais, refletir sobre a sua posição acerca, dentre outros temas, da agricultura e trazer à tona um debate importante que historicamente não aparece no horizonte do Insa — o da

estrutura fundiária, elemento central de organização do território nordestino e do Semiárido. Refletir sobre o conjunto de conhecimentos e experiências acumuladas, também em diálogo com a sociedade. Como já reportamos em outro momento deste trabalho, “o Nordeste precisa ser revisitado”, nele, o Semiárido e o bioma Caatinga, e diríamos ainda que o Insa precisa revisitá-lo e se visitar. É preciso tomar consciência para mudar “o jeito e a direção do olhar” (Sousa, 2022) e assim construir novas alternativas para sair do “labirinto” no qual o Insa foi erguido e continua sendo fomentado. Porque de tanto olhar para fora, se esquece que as soluções estão dentro do próprio campo, com suas competências constituídas para organizar uma luta coletiva em defesa da autonomia e contra todas as formas de desagregação.

O Insa é uma instituição pública/estatal, pressupõe que seus agentes estejam dedicados ao serviço público e de interesse geral, universal, com projetos coletivos comuns, dialogado com a sociedade que faz e integra essa região, bem como com as experiências e vivências nesse espaço. Assim sendo, pensando a partir da missão atual de ser um agente de inovação tecnológica e social, e da circulação de ideias e promoção de ações de empreendedorismo, de valorização da pesquisa de aplicações e de produtos, cabe refletir criticamente sobre como o Insa tem relacionado os campos científico e econômico, que possuem lógicas diferentes, e em que medida, por exemplo, contratos podem ser uma ameaça à “autonomia”, no sentido da definição dos objetivos da pesquisa e da própria finalidade da instituição. Ou seja, usando os termos de Bourdieu (2004), não cair no discurso de valorização da pesquisa expressa no desejo de uma “privatização disfarçada”.

Compreendemos que o Insa ocupa um “não lugar” no Semiárido brasileiro e nordestino, o que não significa negá-lo, pelo contrário, mas no sentido de que há uma posição mal definida no campo das instituições de pesquisa. Isto é, enquanto UP do MCTI, está fora do lugar e em desajuste nos moldes em que se concebe esse tipo de instituição; e esta posição foi imposta ao Insa desde a sua concepção, um campo, portanto, que já nasce heterônimo.

Por estar vinculado ao MCTI, existe uma dependência em relação ao Estado e este também é um espaço de correlação de forças e de sentido, espaço social que agrega grupos com interesses distintos. Assim sendo, o Estado não é um bloco monolítico, pois nos diferentes ministérios há também discordâncias. Pelo que está posto no processo de indicação de um dirigente da lista tríplice, por mais que se busque a “neutralidade”, em última instância o critério de validade será político e, a depender do contexto governamental, haverá força ou fraqueza. É interessante refletir se há uma comunidade científica regional voltada para os temas do Semiárido com coesão e organização para impor novos critérios.

A forma mais eficaz de reduzir contradições entre diferentes tipos de capitais, como é o caso do campo científico e político, e assim afastar-se do uso excessivo de mecanismos estranhos às disposições científicas, é a autonomia dos campos (Bourdieu, 2004). Assim, “[...] para fazer progredir a cientificidade, é preciso fazer progredir a autonomia e, mais concretamente, as condições práticas da autonomia, criando barreiras na entrada, excluindo a introdução e a utilização de armas não específicas [...]” (Bourdieu, 2004, p. 42), capazes de regular a competição e que estejam sujeitas à lógica racional.

Em abril deste ano de 2024, o Insa completará o ciclo de duas décadas de existência, uma oportunidade para comemorar refletindo efetivamente sobre o que se deseja sentir-ser-pensar-fazer. Tentando estabelecer aqui um diálogo com “Seu” Isaias e Celso Furtado, a partir dos discursos citados na epígrafe desta tese, diríamos que é preciso abandonar as “falhas” e juntar os “talentos” para construir um “mundo viável”, mas não é suficiente “armar-se de instrumentos eficazes”. Imaginação, coragem, atuação política e “assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico” se tornam fundamentais para contribuir com o avanço da ciência. Como pesquisadora, penso que o caminho do Insa ainda está sendo traçado. A solução está no campo e deve partir dos seus agentes a organização dessa luta coletiva para revisitá-lo, que, se definida coletivamente com a missão efetiva de Articulador regional de competências em CT, continua sendo na atualidade uma institucionalidade muito relevante.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALESSIO, Maria Fernanda. **Estratégias de escolha de dirigentes públicos no Brasil: alcance e limitações das experiências recentes à luz do debate internacional**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: FGV, 2017. Tese de Doutorado.

AMARAL, Roberto. O papel e a missão do Conselho Nacional de Ciência & Tecnologia. Cerimônia de reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Palácio do Planalto, Brasília/DF, 11 de setembro de 2003. In: **Ciência e Tecnologia a serviço do progresso e da inclusão social**. Brasília: Unesco-MCT, 2003.

AMORIM, Lucas Oliveira do; GRISA, Catia. **Combater a seca ou conviver com o semiárido? Fóruns e arenas de políticas públicas no semiárido brasileiro**. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v.38, n.2, p.43-57, 2018.

ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. *Novos Estudos*, novembro de 2011.

AQUINO, Sandra Helena Silva de. **Entre a escassez, prioridades e negociações: a COGERH e os trajetos e destinos das águas que vêm do sertão para a metrópole**. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2019.

ARAÚJO, Fernando Rodrigues de. **IFOCS e o Desenvolvimento do Distrito de São Gonçalo**. Monografia. UFCG: Cajazeiras, 2017.

ARAÚJO, Bacelar Tânia. **Tania Bacelar: o Nordeste precisa ser revisitado**. Movimento Econômico – o site de economia do Nordeste. Artigo de Opinião. Outubro de 2021. Disponível em: <https://movimentoeconomico.com.br/opiniao/analise-ceplan/2021/10/08/o-nordeste-precisa-ser-revisitado/> Acesso em 21 nov. 2022.

ARAÚJO, Bacelar, Tânia. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr.1997.

ARAÚJO, Bacelar, Tânia. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

ARAÚJO, Bacelar, Tânia; FAVARETO, Arilson. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional do Nordeste – Uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Suplemento Especial, 2020.

BARBALHO, Alexandre. **A criação do Banco do Nordeste e o Congresso Nacional: momento de disputa inter e intra elites ou de consenso regional?** DRd -Desenvolvimento Regional em debate, v.10, p. 161-174, 23/04/2020.

BARBOZA, Darlan Praxedes; RIBAS, Elisabete Marin. Volta às fontes batismais: Celso Furtado e a profecia da Sudene. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.78, p.274-301, abr. 2021.

BECKER, Howard S. **Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**.

Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2015.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. *Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling*. *Sociological Methods and Research*. V.10, n.2, p. 141-163, novembro de 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência – Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. Conferência e debate organizados pelo Grupo *Sciences and Questions*. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. *Le champ Scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.2/3, jun. 1976, p.88-104. Tradução de Paula Montero.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: BNB, 1962.

BRAZ, Paula Bessa & RIBEIRO, Pedro Roney Dias. 2020. "Como as Instituições Pensam". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em:

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo presidente da república por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951**. Rio de Janeiro, 1951.

BRASIL. Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003.

BRASIL. **Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional: plano de ação 2007-2010: documento resumo**. Brasília: MCTI, 2007.

BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo o Semiárido Nordeste. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol.19, n. 1, 2011.

CAMPOS, José Nilson Bezerra. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados** [on-line], 28(82), 65-88, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005. Acesso em: 8 set. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança, Brasil: proposta de governo**. Rio de Janeiro: Centro Edelsein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687.pdf> Acesso em: 21 nov. 2022.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **A extinção da Sudene - um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp, 2006.

CARVALHO, Otamar de. Perspectivas do Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 295-310. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/conteudoExtra.php?m=MjY3> Acesso em: 20 jan. 2024.

CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTI, V. M. **Por dentro de uma experiência de inovação: o desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido**. In. MENEZES, Marilda A. de; GOMES, R. A. (org). *Modernização e transformações no mundo rural: trabalho, atores e experiências*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

CAVALCANTE, E. D.; STEINMULLER, M. I. Rodolpho von lhering e a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste: a descoberta da técnica da hipofisação no açude Bodocongó em Campina Grande-PB (1934-1935). **RIHGRGS**, n.152, p.129-155, 2017.

CGEE. Relatório de Avaliação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. In: **Parcerias Estratégicas** 15: 145-272. Relatório Tundisi. Brasília, DF: CGEE-MCTI, 2001. Disponível em: <https://www2.cbpf.br/index.php/pt-br/paginas-internas/lei-de-acesso-a-informacao/avaliacoes-institucionais-historico>

CGEE. **Processo de planejamento estratégico do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA)**. Campina Grande: CGEE, 2007.

CGIAR. **Parceria para Pesquisa e Desenvolvimento: O Brasil e o CGIAR**. Grupo Consultivo em Pesquisas Agrícolas Internacionais. USA: CGIAR, 2006. Disponível em: https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10947/5522/cgiar_brazil_2006_portuguese.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 10 jun. 2020.

CILONI, Arquimedes D.; BERBERT, Carlos Oiti. As unidades de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) no contexto da ciência brasileira. **Parcerias Estratégicas**. Edição Especial. Brasília, DF, v18, n. 37, jul.-dez. 2013. P. 83-102.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

COSTA, Roberto Germano; FERNANDES, Pedro Dantas; ANDRADE, Alberício Pereira de; LACERDA, Alecksandra Vieira de; ARAUJO, Jucilene Silva. Desafios institucionais em Ciência e Tecnologia: a visão do Insa. In. ANGELOTI, Francislene; SÁ, Iêdo Bezerra; MENEZES, Eduardo Assis; PELLEGRINO, Giampaolo. **Mudanças climáticas e desertificação no semi-árido brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido; Campinas, SP: Embrapa Informática Agropecuária, 2009.

CUNHA, Luís Henrique; PAULINO, Jonatta Sousa S. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para Políticas Públicas no Nordeste? In: **Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas**. NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. **A observação direta**. In. PAUGAM, Serge (coord). **A pesquisa sociológica**. Petropolis-RJ: Vozes, 2015.

DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Caderno Difusão Tecnológica**. Brasília, v.2, n.1, jan/abr. 1985

DEER, Cécile. Doxa. In. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópoles: Vozes, 2018.

DINIZ, Paulo César O.; PIRAUX, Marc. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de 'experimentalismo institucional' no semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.26, nº2, p. 227-238, jul./dez, 2011.

DNOCS-MDR. Plano Estratégico Institucional 2021-2024. DNOCS: Fortaleza-CE, 2021.

DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº28, set./dez. 2011, p. 316-344.

DUQUE, G. **“Conviver com a seca”:** contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.17. Editora UFPR, jan./jun., 2008. p. 133-140.

DUQUE, José Guimaraes. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. 2ª ed. Fortaleza: Banco do

Nordeste do Brasil, 2004.

DUQUE, José Guimarães. **Perspectivas Nordestinas**. Nota prévia: Francisco Alves de Andrade. 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3ª ed. Tradução: Paulo Neves Revisão. da tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAPESP (2002). **Revista Pesquisa FAPESP: Avanços e problemas: governo federal cria institutos de pesquisa, edita medida de incentivo à inovação e libera recursos para o CNPq, em caráter de emergência**. Edição 80, out. 2002, p. 14-16. <https://revistapesquisa.fapesp.br/avancos-e-problemas/>

FAVARETO, Arilson. **O desenvolvimento regional em perspectiva – uma abordagem territorial baseada na tríade atores, ativos e instituições**. In. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KARNOPP, Erika (org.) Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

FAVERO, Celso. A.; SANTOS, Stella R. **O campesinato e o Bolsa Família no semiárido do Nordeste**. Salvador: EDUFBA/EDUNEB, 2016.

FERREIRA, Angela Lucia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. **Por uma história técnica das secas**. Revista Conviver 100 anos DNOCS. Edição Especial, outubro de 2009.

FORERO, Luis Felipe Ulloa; BEZERRA, Hallyson Alves; OLIVEIRA, Victor Maciel do Nascimento. **6 Recomendações para melhorar uma discussão (no bom sentido)**. Campina Grande: NIM/INSA, 2014.

FORERO, Luis Felipe Ulloa; PEREZ-MARIN, Aldrin Martin; MEDEIROS, Geovergue Rodrigues de; SILVA, Maria Medeiros de Araújo. **Comunicação interpessoal entre pesquisadores: momentos sinérgicos**. Campina Grande: INSA, 2015.

FURTADO, Celso. **Perspectiva da economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

FURTADO, Celso. **O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, Vol. 4, nº 3, julho-setembro de 1984.

FURTADO, Celso. **Discurso dos recém-empossados, pelo acadêmico Celso Furtado**. Posse dos Novos Acadêmicos. Academia Brasileira de Ciências-ABC. Paris, maio de 2003. Disponível: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2020/07/celso-furtado-discurso.pdf> Acesso em: 06 dez. 2020.

FLAMÍNIO ARARIPE. **Ceará e o Nordeste só tem a ganhar com a Renorbio**. Matéria publicada em 27 de setembro de 2011. Disponível em: <http://desimbloglio.blogspot.com/2011/09/ceara-e-o-nordeste-so-tem-ganhar-com.html> Acesso em: 12 dez 2021.

GOMES, R. Modos de Objetivação de Programas Públicos: o PAA em foco. In: **Quadros e programas institucionais em Políticas Públicas**. NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.515-539.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1959.

INSA. Plano Diretor da Unidade, **2008-2011: Planejamento Estratégico do INSA**. Brasília, DF: MCT, 2007.

INSA. **Relatório Institucional 2007-2011**. Documento interno. Campina Grande: Insa/MCTI, 2011.

INSA. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2008-2011**. Campina Grande: Insa-MCTI, 2007.

INSA. Plano Diretor da Unidade, **2020-2024: Planejamento Estratégico do INSA**. Brasília, DF: MCTI, 2020.

INSA. **Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, 2012**. Brasília, DF: MCTI, 2012a.

INSA. **Relatório Final do Termo de Compromisso de Gestão (TCG)**. Campina Grande: Insa, 2011.

INSA. **Programa de Formação e Aperfeiçoamento 2014-2015**. Equipe mobilizadora: ULLOA, Luis Felipe; PEREZ-MARIN, Aldrin Martin; MEDEIROS, Geovergue. Campina Grande: Insa/MCTI, 2014.

INSA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2013.

INSA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2015.

INSA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2016.

INSA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2018.

INSA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2020.

INSA. **Plano Diretor da Unidade PDU 2020-2024**. Campina Grande: Insa/MCTI, 2018.

ISMAEL, Ricardo. **As elites políticas do Nordeste e o modelo de desenvolvimento regional**. Perspectivas, São Paulo, v. 53, o. 119-135, jan./jun. 2019.

INSTITUTO XINGÓ. **Apresentação institucional**. 2003. Arquivo pessoal.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Danyela da Cunha; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. **A evolução das políticas de ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação**. Rio de Janeiro: LALIS, 2013.

TRINDADE LIMA, Nísia. **Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Volume: 5 Suplemento, Publicado: julho, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ssftpHJTTrFMGJRkvg83nrYm/?lang=pt#>> Acesso em setembro de 2022.

LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. **Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21.** Parc. Estrat., Brasília-DF, v.23, n.46, p.191-212, jan-jun 2018.

MACEDO, João; MENEZES, Rômulo. Manelito de Taperoá e o resgate de raças de caprimos no semi-árido. In. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Revalorizando a agrobiodiversidade. AS-PTA, Nov 2004, vol. 1, nº 1.

MALAVASI, A.; QUEIROZ, M. A. de. **Instituto Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido: proposta de criação e implantação-Documento para discussão.** Brasília: CGEE, abril de 2003.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007.

MANINI, Ricardo. **30 anos do MCTI.** Estabilidade e responsabilidade na política de inovação são as principais marcas. SBPC. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 67, no. 2, São Paulo abr./junho de 2015. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200003

MARTINS, J. S. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** Estudos Avançados. Vol.15, n.43, São Paulo, Set./Dez., 2001. p. 31-36, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf> (MCT, 2002)

MCT. **Portaria nº 896 que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Semiárido-Insa.** Brasília-DF, 2006.

MCT. **Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação: principais resultados e avanços 2007-2010.** Brasília: MCT, 2010.

MCT. **Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó: Relatório do Comitê de Avaliação Constituído pela Coordenação Geral de Avaliação Técnica-MCT.** Brasília: MCT, 2001.

MEDEIROS, Rondinely Gomes. **Mundo Quase-Árido.** Revista Ilha, v. 21, n. 1, p.21-37, junho de 2019.

MENESES, Valdênio Freitas. **Admirável Bode Novo: regionalismo e ruralismo em defesa da caprinocultura no semiárido nordestino.** Revista Estudos Avançados, v.28, n.1, fev. A maio de 2020.

MENESES, Valdênio Freitas. **Saudade e Rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri paraibano.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018.

MENESES; Valdênio Freitas; SANTOS, Ana Paula Silva dos. **Seca, ciência e poder no Nordeste: um sertão “sem regionalismo” nas expedições científicas de Rodolpho von Lhering (CPT/IFOCS) e Edgar Aubert de la Rüe (UNESCO) (1930-1955).** 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021. Disponível em: <https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtc>

[yI7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjYyIjt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImNhZDg1MDIwNDFhZDg4Y2RmNzY2YjI2NDBlOTVmZGJiIjt9&ID_ATIVIDAD E=262](http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Relação_de_Municípios_Semiárido.pdf)

MENEZES, V; GOMES, R. **Mediação social em projetos de desenvolvimento: os ADRS e a caprinocultura leiteira no cariri paraibano**. In: Quadros e programas institucionais em MIN - Ministério da Integração Nacional. Nova Delimitação do Semiárido. SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), pg. 1-63. 2014. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Relação_de_Municípios_Semiárido.pdf.

MINAYO, M. C. de L. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de L. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIN-PDNE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI – Versão para Discussão**. Recife: IICA-ADENE-MIN, abril de 2006.

MIN-PDSA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI – Versão para Discussão**. Brasília: IICA-ADENE-MIN, novembro de 2005.

MOREIRA NETO, Mariana M. **Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2013.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. Tradução. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Luiz Henrique Gomes de. **Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional**. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, R. (orgs). **MST: Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Bezerra de. **O Instituto José Augusto Trindade e a Ciência Agrônoma**. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, v.15, n.1, p.35-42, 2018.

PANELAS, Oliveira de. **O paradigma das oportunidades**. Campina Grande: INSA, 2008.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, set./dez., 1989.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **O sistema Nacional de Pesquisa agropecuária: histórico, estrutura e financiamento**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 1990.

PAUGAM, Serge. “Afastar-se das prenoções”. In: PAUGAN, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Vozes, 2015.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Grandes nomes do pensamento brasileiro São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

ROCHA, Dom Jaime Vieira; OLIVEIRA, Josineide Silveira de; ALMEIDA, Maria da

Conceição de. Para uma ecologia da fé-teoria-política. In. **A convivência com o Semiárido: fé, política e resistência**. PENZIN, Adriana Maria Brandão; ALVES, Claudemir Francisco; NORMANDO, Roberto Jefferson; SOUZA, Robson Sávio Reis. Observatório Social do Nordeste/NESP. Belo Horizonte: FUMARC, 2016.

SERAFIM, Milena Pavan; DAGNINO, Renato Peixoto. A política científica e tecnológica e as demandas da inclusão social no governo Lula (2003/2006). **Revista OES**. Salvador, v.18, n.58, p. 403-427, julho/setembro, 2011.

REVISTA NORDESTE. **Para onde caminha o Semiárido, maior território do Nordeste?** Presidente do INSA, Instituto de Pesquisa e Ação, analisa conjuntura e propõe medidas. Ano 13, Número 159, Abril de 2020, pelo repórter Walter Santos. Disponível em: <https://www.mflip.com.br/pub/NORDESTE/index.jsp?edicao=11337&code=1588356794433#page/34>

REZENDE, Sérgio Machado. **Momentos a ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

SANTOS, Ana Paula Silva dos; GOMES, Ramonildes Alves. Mediação e mudança social: um campo de possibilidades criado pelo paradigma da convivência com o semiárido. In. **Anais do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais: concepções de sociedade e direitos de cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro**. Florianópolis: Rede de Estudos Rurais, 2019

SANTOS, Claudia Penha. **As comissões científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Dissertação/Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde.

SANTOS, Ana Paula Silva dos. **Qualidade de Vida no Trabalho no Insa**. Campina Grande-PB: UEPB, 2012 (Monografia de Especialização em Gestão Pública).

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e tecnologia na década perdida: o que aprendemos? In. SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Orgs.) **Lições da década de 80**. São Paulo: EDUSP-UNRISD, 1995.

SIEBER, Shana Sampaio; GOMES, Ramonildes Alves. **Política e negociações nos trilhos da convivência com o semiárido**. Revista Raízes. V.38, nº2, Campina Grande: UFCG, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.38, nº3, jul-set, 2007.SILVA, 2017

SOUSA, Cidoval Moraes de. Quando as saídas estão no próprio labirinto. Prólogo. In. J. Kleba; C. Cruz; C. Alvear (org) **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas**. Vol. 3: **Diálogos interdisciplinares e decoloniais**. Campina Grande: UEDUEPB, 2022.

SUDENE. **I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)**. Recife: Div. Documentação, 1966^a.

SUDENE, **II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965)**. Recife: Div. Documentação, 1966b.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Criação do Instituto Nacional do Semi-Árido: proposições para sua organização institucional**.

Brasília-DF: UNESCO, dezembro de 2003.

VESENTINI, José William. **O conceito de região em três registros. Exemplificando o Nordeste brasileiro.** *Confins revue franco-brésilienne de géographie*, n. 14 p.1-13, 2012. Disponível em: journals.openedition.org/confins/7377. Acesso em: 10 jan. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. PETERSEN, P. (org.). Revista Agriculturas – Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009. p.33-45

XAVIER, Maico Oliveira. **A presença dos índios da região da Ibiapaba-CE nos relatos de viagem de Francisco Freire Alemão.** XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 e julho de 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42346> Acesso em: 07 nov. 2022.

ZINGLER, Karine Daiane. **Ambiente Institucional e Mudança na Pesquisa Agropecuária no Brasil: institucionalização da EMBRAPA.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRS/PPGDR, 2020.

Obras consultadas

VIEIRA, Maria do Carmo. **O Instituto Xingó e o desenvolvimento (in)sustentável: caixa-preta versus projeto político.** In: 1º Encontro de Ciências Sociais e Barragens, 2005, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos, 2005. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_anteriores/st5_04.pdf Acesso em: 25 jul 2023.

CGEE. **Seminário: o desenvolvimento do Nordeste.** Relatório Final. Brasília: MCT, 2003.

BARRETO, Sérgio Alberto Menezes. **A história do cangaço enquanto atrativo turístico: o caso do produto Xingó (Canindé do São Francisco-SE).** Dissertação do Mestrado em Cultura & Turismo. Ilhéus-Bahia: UESC, 2004.

CNPq. **Relatório de Gestão Institucional. 2001.** Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/2001-relatorio_gestao_2001.pdf Acesso em: 14 de jul. 2023

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. **A extinção da Sudene – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições.** Tradução Mônica Pinto. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

FUNDAJ. **Planejamento Estratégico 2020-2025.** Recife: FUNDJ/MEC, 2021.

MCT/MPEG. **Relatório de Gestão.** Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Disponível em: https://www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/relatorio_gestao_2002.pdf Acesso em 26 jul 2023.

RIBEIRO, Neila Lidiany *et al.* **Cavalo Nordestino: histórico, perfil morfológico e genético In. Cavalos & jumentos do Brasil: raças e ecótipos.** Campina Grande: Insa, 2023. Fonte: <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-do-insa/sistemas-de-producao-animal/cavalos-e-jumentos-do-brasil-racas-e-ecotipos> Acesso em: 25 ago 2023.

Matérias publicadas em sítios eletrônicos

AGÊNCIA FAPESP. **Fomento a pesquisas no semi-árido nordestino**. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/fomento-a-pesquisas-no-semi-arido-nordestino/1118/> Acesso em: 02/08/2022.

AGÊNCIA BRASIL. Roberto Amaral anuncia criação do instituto nacional do semi-árido. **Memória EBC**, 26 de fevereiro de 2003. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2003-02-26/roberto-amaral-anuncia-criacao-do-instituto-nacional-do-semi-arido> Acesso em: 12 dez 2021.

ESTADÃO. Nordeste ganha Instituto do Semi-Árido. **Agência Estado**, 26 de fevereiro de 2003. Disponível em <https://www.estadao.com.br/ciencia/nordeste-ganha-instituto-do-semi-arido/> Acesso em: 12 dez. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ignacio Hernán Salcedo (1944-2017). Mortes: cientista renomado e vaqueiro do sertão. **Folha UOL**, 06 de abril de 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1873026-mortes-cientista-renomado-e-vaqueiro-do-sertao.shtml> Acesso em: 16 jul. 2021.

SOUSA, Cidoval Moraes. “**Professor da UEPB defende nova proposta de ação para o desenvolvimento do semiárido**” (2015). Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/professor-da-uepb-defende-nova-proposta-de-acao-para-o-desenvolvimento-do-semi-arido-nordestino/> Acesso em: 03 de março de 2020

PESQUISA FAPESP. **Instituto do Semi-Árido começa a funcionar**. Estratégias. Edição 62, março de 2001. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/instituto-do-semi-arido-comeca-a-funcionar/> Acesso em 26 jul 2022.

MCTI. <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/rede-mcti> (s/d). Acesso em 26 nov. 2021.

REVISTA PIAUI. **Candidato Anfíbio: do governo para a oposição, Eduardo Campos tenta encarnar a terceira via**. Vultos da República. Daniela Pinheiro. Ed. 94, Julho 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/candidato-anfibio/> Acesso em 19 dez 2023.

ANEXOS

Anexo 1 – Diário Oficial da União publicado em abril de 2004/Portaria que define a composição do Comitê Executivo de implantação do INSA, com destaque vermelho.



4

ISSN 1677-7050

Diário Oficial da União - Seção 2

Nº 76, quinta-feira, 22 de abril de 2004

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 19 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.056, da Casa Civil da Presidência da República, de 11 de junho de 2003, resolve:

Nº 162 - Exonerar, a pedido, LUIZ BLANK do cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, da Coordenação-Geral de Inovação e Competitividade da Secretaria de Política de Informática e de Tecnologia deste Ministério.

Nº 163 - Nomear ANA MARIA PEREIRA, para exercer o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, na Coordenação-Geral de Inovação e Competitividade da Secretaria de Política de Informática e de Tecnologia deste Ministério.

EDUARDO CAMPOS

PORTARIAS DE 20 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 164 - Art. 1º - Constituir Grupo de Trabalho para realizar estudos e elaborar propostas de estruturação e definição de temáticas com vistas à realização da 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Designar os seguintes membros para compor o referido Grupo de Trabalho:

- Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do MCT, que coordenará;
- Sérgio Machado Rezende, Presidente da Finep;
- Emev Plessmann Camargo, Presidente do CNPq;
- Rodrigo Sobral Rollenberg, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social;
- Franceline Lamy Prado, Secretário de Política de Informática e de Tecnologia;
- Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento;
- Artur Pereira Nunes, Assessor Especial do Ministro;
- Vera Lúcia Canfran Mas, Chefe da Assessoria de Comunicação Social;
- Alexandre Navarro Garcia, Chefe da Assessoria Parlamentar;
- Ione Egler, Coordenadora-Geral de Políticas e programas em Biodiversidade;
- Lúcia Melo, Fundação Joaquim Nabuco;
- Emno Candotti, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC;
- Adonias Lemes do Prado Junior, Fórum Nacional de Secretários Municipais de Ciência e Tecnologia;
- Denise Aparecida Carvalho, Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia;
- Wraná Maria Panizzi, Associação Nacional do Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES; e
- Francisco Romeu Landi, Fórum Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho deverá concluir seus trabalhos e apresentar suas proposições até o dia 15 de maio de 2004.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a criação através da Lei nº 10.860 de 14 de abril de 2004, do Instituto do Nacional Semi-Árido - INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do MCT, com sede na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, resolve:

Nº 165 - Art. 1º Constituir Comitê Executivo para implantação do Instituto Nacional do Semi-Árido, com a seguinte composição:

- Manoel Dantas Vilar Filho, que o presidirá;
- Nilson de Brito Feitoza, Diretor da Associação Técnico-Científica da UFCG;
- Edgard Cavalcanti Pimenta Filho, Professor da UFPA.

Art. 2º O Comitê Executivo manterá suas atividades até a publicação da estrutura funcional do Instituto, quando serão nomeados o Diretor, Coordenador Geral de Geração de Conhecimento e Tecnologia e o Coordenador Geral de Administração.

Art. 3º Durante a fase de implantação, que não deverá ultrapassar o prazo de um ano, o INSA ficará vinculado ao Gabinete do Ministro.

Art. 4º Fica revogada Portaria MCT nº 798, de 20.11.2003.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MCT nº 160, de 16 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2004, Seção 2, Página 3 Onde se Lê: Auxiliar, código DAS 102.1 Leia-se: Assistente Técnico, código DAS 102.1.

Na Portaria MCT nº 161, de 16 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2004, Seção 2, Página 3 Onde se Lê: Auxiliar, código DAS 102.1 Leia-se: Assistente Técnico, código DAS 102.1.

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 32, DE 19 DE ABRIL DE 2004

O Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, em virtude da delegação de competência outorgada pelo artigo 1º, item VIII, da Portaria nº 166, de 16 de abril de 2003, e considerando o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.112, de 1990, com redação dada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270, de 1991 e na alínea "b", inciso I, do item 2, da IN SAF nº 10, de 1993, resolve publicar a cessão autorizada pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, do servidor do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado a este Ministério, na forma abaixo indicada:

Nome: CLAUDIO DA SILVA LIMA
Cargo: Analista em Ciência e Tecnologia
Matrícula: 0673464
Para: Presidência da República
Cargo a ser ocupado: Coordenador, código DAS 101.3
Amparo Legal: Inciso II, do art. 93, da Lei nº 8.112/90 (art. 2º da Lei nº 9.007/95)
Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente
Processo nº: 01200.001056/2004-20

DIALMO DE OLIVEIRA LEÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

PORTARIA Nº 34, DE 20 DE ABRIL DE 2004

O Coordenador-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Ciência e Tecnologia, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria 62, do dia 16 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de maio de 2003, de acordo com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, resolve:

Art. 1º Designar Projeção e equipe de apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, os seguintes servidores:

- Wagner Vasquez Mello - Matrícula SIAPE nº 6663725;
 - Jan Pietro Buzos Malovany - Matrícula SIAPE nº 0662593;
 - Domingos Carlos Pereira Rego - Matrícula SIAPE nº 0662542;
 - Rolmeir de Oliveira Batista - Matrícula SIAPE nº 1437444;
 - Edmilson Rodrigues Barros - Matrícula SIAPE nº 0662253;
 - Wanderley Vieira Borges - Matrícula SIAPE nº 1114958;
 - Maria de Fátima Silva - Matrícula SIAPE nº 0671357.
- Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir desta data.
- Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 11 de 03 de fevereiro de 2004.

LUIZ AUGUSTO CARDOSO PINTO

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 19 DE ABRIL DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, Interino, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º inciso I, do Decreto nº 4.579, de 21 de janeiro de 2003, publicado no DOU de 22 de janeiro de 2003, resolve:

Nº 60 - NOMEAR MARIA CLÁUDIA DA SILVA, para exercer o cargo de Assistente, código DAS 102.2, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Nº 61 - NOMEAR MOACIR CARLOS BORGES, para exercer o cargo de Gerente, código DAS 101.4, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

Nº 62 - NOMEAR MAGALI GUEDES DE MAGÉLA MOURA, para exercer o cargo de Assistente, código DAS 102.2, da Secretaria de Políticas Culturais.

Nº 63 - DESIGNAR ANGELINE MONTEIRO PRATA, para exercer a Função Comissionada Técnica, código FCT - 01.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 18, DE 6 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 4.819, de 26.08.2003, publicado no Diário Oficial da União em 27.08.2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.888, de 20.11.2003, publicado no Diário Oficial da União em 21.11.2003, decide:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial de Avaliação com a finalidade de selecionar livros para a composição do acervo bibliográfico destinado ao Programa Fome de Livro.

Parágrafo Único - A Comissão, observada as áreas de interesse das bibliotecas públicas, deverá compor uma lista de 2000 (dos mil títulos), destinada a dotar as bibliotecas públicas de acervo básico necessário ao desempenho de suas funções.

Art. 2º Designar para compor a Comissão constituída no Art. 1º, os seguintes membros: Adauri Silva Bastos, Alberto Sá, Ana Lúcia Medeiros, Ana Maria da Costa Souza, Ana Maria Beltran Pavani, Brás Aparecido Penpato, Célia Ribeiro Zaber, Cynthia Maria Campelo Rodrigues, Daniel Piza, Elizabeth D'Angelo Serra, Esther Caldas Bertolotti, Fernando Cochochale, Francisco Alves Cunha, Geraldo Gonçalves Chaves Júnior, Hagar Espanha Gomes, Haroldo Caravolli, Lia Calabre, Luciano Figueiredo, Luciano Trigo, Luis Carlos Sá, Madalena Schmid, Margarida Carvalho de Santana, Maria da Conceição Moreira Salles, Maria de Nazareth Freitas Pereira, Marisa Colnago Coelho, Marta de Senna, Mônica de Cássia Vieira Waldheli, Pedro Benjamin de Carvalho Garcia, Raquel Teixeira Valença, Ubiratan Brasil, Sandra Maria de Mendonça Domingues, Soriana Reolon Pereira, Vera Maria da Costa Califia, Virginia de Oliveira Silva.

Art. 3º - Designar como Presidente da Comissão o Sr. Luciano Trigo e como Secretária-Executiva a Sra. Maria Regina Simões Sales.

Art. 4º - Esta Decisão Executiva entra em vigor na data da sua assinatura.

PEDRO CORRÊA DO LAGO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 63, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 13 do Anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002, resolve:

Art. 1º Designar os servidores ZÉLIA MARIA BARRETO, Assessora, matrícula no SIAPE nº 01617176, RONALDO LEITE PACHECO AMARAL, Assessor do Diretor Presidente, matrícula no SIAPE nº 1351727, e WALTER GOMES, matrícula no SIAPE nº 1420197, sob a presidência do primeiro, constituíram a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, encarregada de processar e julgar licitações destinadas à aquisição de bens patrimoniais permanentes e de consumo e a contratação de obras e serviços, para cumprirem um mandato de 1 (um) ano, contado a partir da publicação desta portaria.

Parágrafo Único - Designar Hilda Guilherme Panentel, matrícula no SIAPE nº 0922808, como membro suplente da comissão licitatória referida neste artigo.

Art. 2º Designar RONALDO LEITE PACHECO AMARAL para substituir a Presidente da Comissão, em caso de impedimentos eventuais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GUSTAVO DAHL

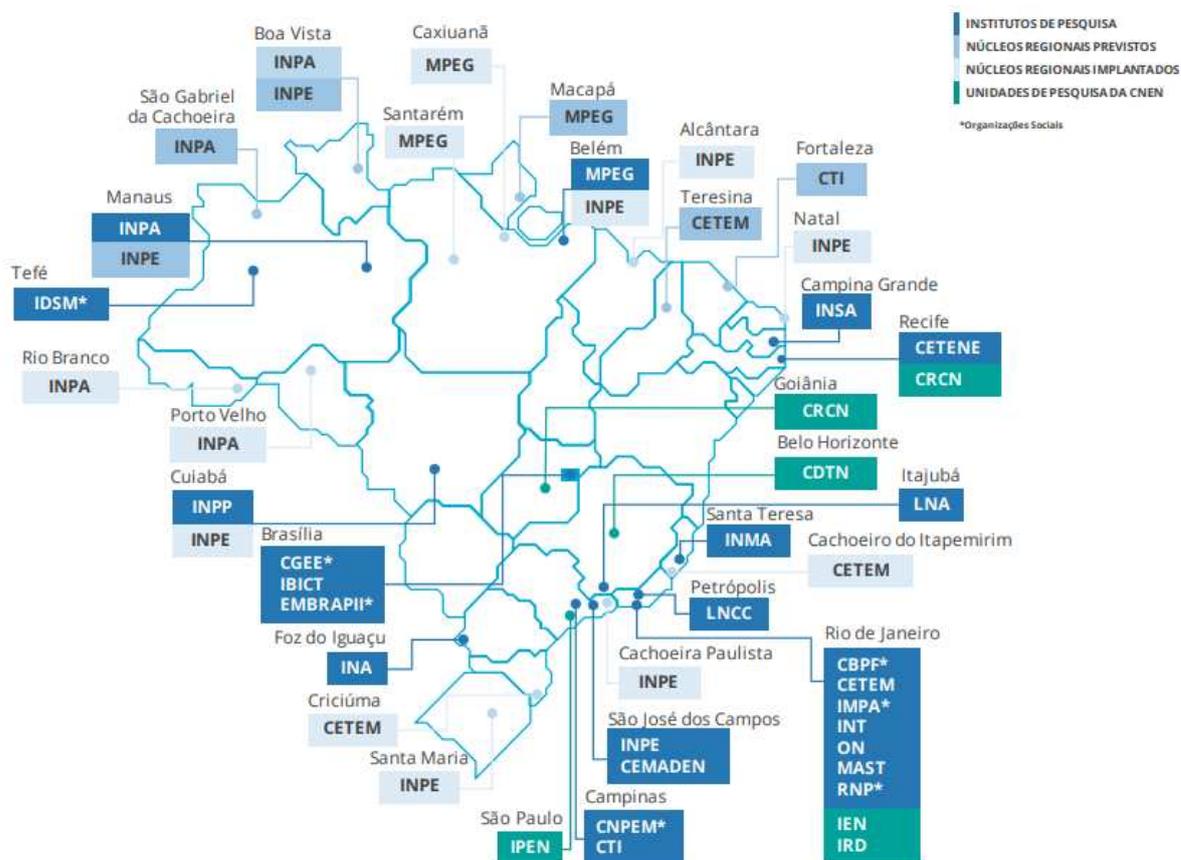
**DIÁRIOS OFICIAIS
ELETRÔNICOS**

A Imprensa Nacional está disponibilizando assinaturas. Agilidade no acesso e segurança na informação oficial.

Informações pelo e-mail ediarrios@fn.gov.br.

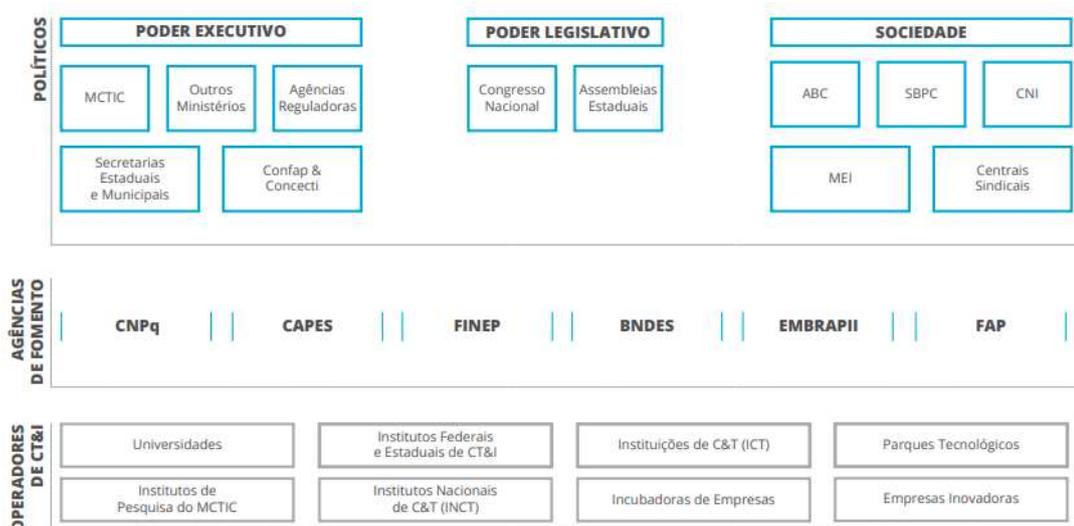
O acesso gratuito aos atos oficiais publicados no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça continuará disponível tanto para os jornais do dia quanto para os de edições anteriores.

Anexo 2 - Distribuição geográfica dos Institutos e Núcleos Regionais de Pesquisa do MCTI.



Fonte: Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação 2016-2022. Brasília: MCTIC, 2016, p. 14.
http://www.finep.gov.br/images/afinep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf

Anexo 3 - Principais atores que compõem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)



Fonte: Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação 2016-2022. Brasília: MCTIC, 2016, p. 31.
http://www.finep.gov.br/images/afinep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf

APÊNDICES

Apêndice I – Algumas instituições e comissões científicas fundadas entre o século XIX e XX, por ano de criação e estado.

Instituição	Ano da criação	UF
Escola de Cirurgia da Bahia Anatomia	1808	BA
Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro	1808	RJ
Academia dos Guardas-Marinhas	1808	RJ
Real Horto Botânico	1808	RJ
Academia Real Militar	1810	RJ
Museu Real ou Museu Nacional	1818	RJ
INT - Instituto Nacional de Tecnologia	1921	RJ
Observatório Astronômico	1827	RJ
Faculdade de Direito de Recife	1827	PE
Museu Arqueológico e Etnográfico do Pará	1866	PA
Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo	1886	SP
Comissão Geológica Imperial	1875	-
Escola de Minas de Ouro Preto	1875	MG
Instituto Agrônomo de Campinas	1887	SP
Instituto Vacinogênico	1892	SP
Museu Paulista	1893	SP
Instituto Bacteriológico	1893	SP
Escola Politécnica de São Paulo	1894	SP
Instituto Butantan	1899	SP
Escola Livre de Farmácia e Odontologia	1899	SP
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	1899	SP
Instituto Manguinhos	1900	RJ
IOCS - Inspetoria de Obras Contra às Secas*	1909	CE
Instituto Federal de Pernambuco	1909	PE
ABC - Academia Brasileira de Ciências	1922	RJ
Associação Brasileira de Educação	1924	RJ
Faculdade de Filosofia e Letras da USP	1934	SP
Faculdade de Ciências da Universidade do Distrito Federal	1935	DF
IPA-Instituto de Pesquisa Agrônoma de Pernambuco	1935	PE
EAP- Escola de Agronomia da Parayba	1934	PB
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil/RJ	1939	RJ
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce	1942	RJ
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	1948	SP
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	1949	RJ
FUNDAJ-Fundação Joaquim Nabuco	1949	PE
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica	1950	SP
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1951	DF
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1951	DF
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	1952	RJ

Instituição	Ano da criação	UF
INPA - Instituto de Pesquisas da Amazônia	1952	AM
IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	1952	RJ
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S. A.	1953	RJ
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear	1956	RJ
CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello **	1966	RJ
CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações ***	1976	SP
FUNTEC - Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico****	1964	--
UNICAMP - Universidade Federal de Campinas *****	1966	SP
FINEP - Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas	1967	RJ
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico *****	1969	--
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária *****	1973	DF

*Em 1919 a Iocs passa a ser denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e, em 1945, é alterada para Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs).

** unidade da Petrobrás; *** fundado pela Telebrás; **** No âmbito do BNDES; ***** Criada oficialmente em dezembro de 1962 através da Lei nº 7.655/62, porém só passou a funcionar efetivamente em 1966; ***** gerido pela Finep; ***** possui sede em Brasília (DF) e tem representações em todas as regiões do país através dos seus 42 Centros de Pesquisa e 7 Unidades Administrativas.

Fonte: Elaboração própria, com base em Schwartzman (1995), Motoyama (2004) e Lemos; Cário (2013); <https://impa.br/>; <http://inpe.br/>; <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>; <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario>; <https://petrobras.com.br/pt/>; bem como sítios eletrônicos institucionais.

Apêndice II – Lista das Fundações de Amparo à Pesquisa FAPs por Estado e ano de criação.

Sigla	Nome	Ano	Cidade	UF
FAPESP	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1960*	São Paulo	SP
FAPERGS	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1964	Porto Alegre	RS
FAPERJ	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1980	Rio de Janeiro	RJ
FAPEMIG	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1985	Belo Horizonte	MG
FACEPE	FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	1989	Recife	PE
FAPEAL	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	1990	Maceió	AL
FUNCAP	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	1990	Fortaleza	CE
FAPEMA	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO	1990	São Luís	MA
FAPDF	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	1992	Brasília	DF
FAPESQ	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA	1992	Campina Grande	PB
FAPEPI	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ	1993	Teresina	PI
FAPEMAT	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO	1994	Cuiabá	MT
FAPESC	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ¹⁸⁹	1997	Florianópolis	SC
FUNDECT	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	1998	Campo Grande	MS
FA	FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO PARANÁ	1998	Curitiba	PR

¹⁸⁹ A história da FAPESC tem início em 5 de junho de 1990 quando foi instituído o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FUNCITEC). Já em 1997, com a Lei 10.355, Santa Catarina passou a contar com a Fundação de Ciência e Tecnologia, mantendo a sigla Funcitec. O nome Fapesc surgiu pela primeira vez em 28 de fevereiro de 2005 com a sanção da Lei Complementar nº 284, que transformou a Fundação de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC) em Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Sigla	Nome	Ano	Cidade	UF
FAPESB	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA	2001	Salvador	BA
FAPEAM	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS	2003	Manaus	AM
FAPERN	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2003	Natal	RN
FAPEES	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	2004	Vitória	ES
FAPEG	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS	2005	Goiânia	GO
FAPITEC	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE	2005	Aracaju	SE
FAPESPA	FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ	2007	Belém	PA
FAPEAP	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAPÁ	2009	Macapá	AP
FAPERRO	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E À PESQUISA DO ESTADO DE RONDÔNIA	2011	Porto Velho	RO
FAPT	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO TOCANTINS	2011	Palmas	TO
FAPAC	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ACRE	2012	Rio Branco	AC
FAPERR	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE RORAIMA	2022	Boa Vista	RR

*Começou efetivamente a funcionar em 1962. Inspirou a criação posterior das demais FAPs.

Fonte: CONFAP, disponível em <https://confap.org.br/pt/faps>, acesso em 30/07/2022

Apêndice III - Instituições vinculadas ao MCTI por estado e ano de criação

Em 2015 já havia Núcleos Regionais Implantados (NRI) ou Núcleos Regionais Previstos (NRP)

	Entidade Vinculada	UF	Ano de criação	Missão atual
Unidades de Pesquisa				
1	ON - Observatório Nacional	RJ	1827	Realizar pesquisa, desenvolvimento e inovação em Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência , formar pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, capacitar profissionais, coordenar projetos e atividades nestas áreas e gerar, manter e disseminar a Hora Legal Brasileira.
2	CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	SP	2011	Realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de risco em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o País.
3	CETEM - Centro de Tecnologia Mineral ¹	RJ	1978	Desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis , e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral.
4	CETENE - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	PE	2005	Desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste , promovendo cooperações baseadas em redes de conhecimento e nos agentes da economia nordestina.
5	CTI - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer ²	SP	1982	Gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação , em articulação com os agentes socioeconômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.
6	IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	DF	1976	Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico.
7	INMA - Instituto Nacional de Mata Atlântica	ES	2014	Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas suas áreas de atuação, relacionadas à Mata Atlântica .
8	INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia ³	AM	1952	Gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia .
9	INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ⁴	SP	1971	Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.
10	INSA - Instituto Nacional do Semiárido	PB	2004	Ser agente de transformação, promovendo inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro .
11	INT - Instituto Nacional de Tecnologia	RJ	1921	Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica , da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.
12	LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica	MG	1985	Planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira .
13	LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica	RJ	1980	Realizar pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos em Computação Científica, em especial na construção e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos, bem como disponibilizar ambiente computacional para

	Entidade Vinculada	UF	Ano de criação	Missão atual
				processamento de alto desempenho, tendo como finalidades o avanço do conhecimento e o atendimento às demandas da sociedade e do Estado brasileiro.
14	MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	1985	Ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da atividade científica brasileira.
15	MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi ⁵	PA	1866	Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia.
16	CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas ⁶	RJ	1949	Realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações , atuando como Instituto Nacional de Física do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Polo de investigação científica e de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.
Organizações Sociais				
17	CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos	DF	1998	Subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI.
18	CNPEM - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	SP	1997	Integrar competências singulares em Laboratórios Nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e apoio à inovação em energia, materiais e biociências.
19	EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	DF	2013	Promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para setores industriais por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica.
20	IMPA - Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	RJ	1952	Realizar pesquisas em ciências matemáticas e afins , formar pesquisadores, disseminar o conhecimento matemático em todos os seus níveis e entregá-los a outras áreas da ciência, cultura, educação e do setor produtivo.
21	IDSAM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	AM	1999	Promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.
22	RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RJ	1989	Promover o uso inovador de redes avançadas.
Empresas Públicas				
23	CEITEC S.A.	RS	2008	Desenvolver soluções inovadoras em microeletrônica , com alto padrão de qualidade e sustentabilidade financeira, atendendo às necessidades estratégicas do Brasil e do mercado, contribuindo para o desenvolvimento nacional.
24	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	RJ	1967	Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.
Autarquias				
25	AEB - Agência Espacial Brasileira	DF	1994	Capacitar o País para desenvolver a ciência e utilizar tecnologias espaciais para a solução de problemas

	Entidade Vinculada	UF	Ano de criação	Missão atual
				nacionais em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida por meio da geração de riqueza e oferta de empregos, da ampliação da consciência sobre o território nacional e da melhor percepção e gestão ambiental.
26	CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear ⁷	RJ	1956	Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear , desenvolver e disponibilizar tecnologias nucleares e correlatas, visando o bem-estar da população.
Fundação				
27	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	DF	1951	Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

¹ NRI – Cachoeiro de Itapemirim/ES; ² NRI - Fortaleza/CE; ³ NRI - Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Boa Vista/RR, e um NRP São Gabriel da Cachoeira/AM; ⁴ NRI – Cachoeira Paulista/SP, Santa Maria/SC, Cuiabá/MT, Alcântara/MA, Natal/RN e os NRP – Manaus/AM, Boa Vista/RR, Belém/PA; ⁵ NRI – Cuiabá/MT e em Melgaço/PA; ⁶ NRP – Belém/PA.

Fonte: https://arranjoamoci.org/images/PDF/AExperiencia_ArranjosNIT.pdf acesso em 26/11/21

⁷ Possui cinco unidades vinculadas: o CDTN – Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear/MG; CRCN – Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste/PE; IEN – Instituto de Engenharia Nuclear/RJ; IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares/SP; IRD – Instituto de Radioproteção e Dosimetria/RJ (ALESSIO, 2017, P.132-133).

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MCTI e portais institucionais, disponível em <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/rede-mcti>, acesso em 26/11/21

Apêndice IV – UPs por blocos e comissões específicas de avaliação

Blocos	Unidades de Pesquisa (UPs) *	Comitês Específicos
I - Amazônia	- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) Diretor: José Marcio Ayres	João Lúcio Azevedo (USP/ESALQ) – Relator; Talal Younes (IUBS, Paris); José Rodrigues Coura (Fiocruz); César Barreira (UFC); John Hay (UnB); Luiz Hildebrando Pereira da Silva (UFRO).
	- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) Diretor: Warwick Estevam Kerr	Evaristo E. Miranda (Embrapa) (Relator), Roberto BrandãoCavalcanti (UnB), Francisco Esteves (UFRJ) e Mahabir Gupta (CYTED, Panamá).
	- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) Diretor: Peter Mann de Toledo	Roberto Cardoso de Oliveira (UnB) - Relator, Sérgio deAlmeida Bruni (Jardim Botânico) e Reinhardt Fuck (UnB).
II - Foco em Ciência	- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) Diretor interino: João Carlos C. dos Anjos	Roland Köberle (USP/S. Carlos) – Relator; Francisco César Sá Barreto (UFMG); Celso Grebogi (USP); João A. Herz da Jornada (Inmetro).
	- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) Diretor: Jacob Palis Júnior	Imre Simon (USP) – Relator; Aron Simis (UFPE); Antônio MacDowell de Figueiredo (UFRJ).
	- Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) Diretora interina: Mirian Abaliac Rodin	Alaor Chaves (UFMG) – Relator; Kepler Oliveira (UFRGS); Adolpho Melfi (USP); João A. Herz Jornada (Inmetro); Fernanda Sobral (UnB).
	- Observatório Nacional (ON) Diretor interino: Waldimir Pirró e Longo	Alaor Chaves (UFMG) – Relator; Kepler Oliveira (UFRGS); Adolpho Melfi (USP); João A. Herz Jornada (Inmetro); Fernanda Sobral (UnB).
III - Foco em Tecnologia	- Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) Diretor: Fernando Antônio F. Lins	Reinhardt A Fuck (UnB) - Relator, Renato Papaleo (USP); Arthur Pinto Chaves (USP); Nelson Back (UFSC).
	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) Diretor: Volker Johann H. Kirchhoff	Paulo Artaxo (USP) – Relator; César Ghizoni (Equatorial); Nelson Maculan (UFRJ); Hugo Borelli (Embraer); Maria Assunção F. Dias (USP/IAG); Eneas Salati (Fund. Bras. de Desenv. Sustentável).
	- Instituto Nacional de Tecnologia (INT) Diretor: João Luiz H. Selasco	Reinhardt A Fuck (UnB) - Relator, Renato Papaleo (USP); Arthur Pinto Chaves (USP); Nelson Back (UFSC).
	- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) Diretor: Carlos Ignácio Z. Mammana	Claudio Violato (CPqD) – Relator; Anderson Gomes (UFPE); Raul Felipe Papaleo (Electra-Telecom).
IV - Área Nuclear	- Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) Superintendente: Silvestre P. Sobrinho	Alejandro Toledo (USP) – Relator; Martha Aldred (USP); Marília Marone (SBBMN); Sônia Laranjeira (UFRGS).
	- Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN) Coord.: Roberto Paulo Câmara Salvi	Fernando Zawislak (UFRGS) – Relator; Cláudio Meneghetti (Incor); Luiz Bevilacqua (LNCC).
	- Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) Diretor: Sérgio Chaves Cabral	Alejandro Toledo (USP) – Relator; Martha Aldred (USP); Marília Marone (SBBMN); Sônia Laranjeira (UFRGS).
	- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) Diretor: Cláudio Rodrigues	Alejandro Toledo (USP) – Relator; Martha Aldred (USP); Marília Marone (SBBMN); Carlos Vogt (Unicamp); Sônia Laranjeira (UFRGS).

Blocos	Unidades de Pesquisa (UPs) *	Comitês Específicos
	- Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD) Diretora: Eliana Amaral	Alejandro Toledo (USP) – Relator; Martha Aldred (USP); Marília Marone (SBBMN); Sônia Laranjeira (UFRGS).
V - Laboratórios Nacionais	- Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) Diretor: Clemens Gneiding	Carlos Escobar (Unicamp) – Relator; Juan Carlos Forte (UNLP-Argentina); Beatriz Barbuy (IAG/USP); Sidney Wolff (USA).
	- Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) Diretor: Marco Antônio Raupp	Martin Tygel (Unicamp) – Relator; Djairo Figueiredo (Unicamp); Flávio Rech Wagner (UFRGS).
	- Laboratório Nacional de Luz Síncrotron Diretor: Cylon E. T. Gonçalves da Silva	Eduardo Chaves Montenegro (PUC-Rio) – Relator; Alfredo Mayall Simas (UFPE); Win Degraive (Fiocruz).
VI - Missão Específica	- Centro de Estudos Estratégicos (CEE) ** Diretor: Conselheiro C. Henrique Cardim	Waldimir Pirró e Longo (Finep) – Relator; Eduardo Moreira Costa (EEUU); Rogério Meneghini (ABTLuS); Juarez Távora Veado (IBQN)
	- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) Diretor: Almiro Blumenschein	Waldimir Pirró e Longo (Finep) – Relator; Eduardo Moreira Costa (EEUU); Rogério Meneghini (ABTLuS); Juarez Távora Veado (IBQN)
	- Programa Xingó Coord.: Moisés Aguiar	Aldo Rebouças (USP) – Relator; Clóvis Cavalcanti (Fundaj); Ana Maria Giulietti (UEFS); José Otamar de Carvalho (Consultor) ¹⁹⁰ .

* As 22 UPs contavam na época com 5.400 servidores; 4.600 bolsistas, estagiários e empregados terceirizados. O orçamento geral em 2000 foi aproximadamente R\$ 552 milhões, chegando a ser comparado ao orçamento destinado a unidades de pesquisa de outros Ministérios a exemplo o da Saúde, Defesa e do Agricultura, Pecuária e Pesca (CGEE, 2001, p. 03).

** Criado em 2000 e extinto em 2001. Em seu lugar foi criado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Organização Social (OS) supervisionada pelo MCTI. Tem a missão de “subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia, inovação e educação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI”. Fonte: <https://torre.mcti.gov.br/rede-de-suporte/centro-de-gestao-e-estudos-estrategicos-cgee/> Acesso em 23 jul. 23.

¹⁹⁰Aldo da Cunha Rebouças (1937-2011), cearense, foi um Geólogo pela UFPE, mestre e doutor pela Université de Strasbourg-França, pós-doutor na Stanford University-EUA. Trabalhou na Sudene Professor do departamento e Geologia-USP, atuava na área de Hidrologia. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas-Abas, que em sua homenagem instituiu o Prêmio Aldo Rebouças. Para ele, o problema do Nordeste não era “de seca, mas de cerca” (<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaa/aldo-da-cunha-reboucas>); Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti (1940), pernambucano, economista pela UFPE, poeta, Especialista pela FGV, mestre pela Universidade Yale-EUA. Organizou o primeiro curso de Economia do Meio Ambiente no Brasil-UFPE. Foi pesquisador e diretor do Departamento de Economia da Fundaj. Fez estágio na Sudene, conviveu com Celso Furtado, e na UFPE, com Gilberto Freyre. Atuou na OEA. Foi fundador da EcoEco, fundador e presidente da ISEE, além de participar de outras iniciativas no país e exterior. Sempre atuante na área de Economia Ecológica (<http://cloviscavalcanti.blogspot.com/p/biografia.html>); Ana Maria Giulietti Harley (1945), pernambucana, graduada em História Natural pela FAFIRE, estagiou no IPA, mestre e doutora em Ciências Biológicas, ênfase em Botânica, pela USP, pós-doutora pelo Royal Botanic Gardens-Inglaterra, especialista em Botânica, atua também nos temas biodiversidade e conservação e flora do semiárido. Agraciada com Medalhas concedidas pelo Instituto Smithsonian e pela Sociedade Botânica do Brasil. Associada a diversas Associações científicas do país e do exterior. Membro da ABC. Professora da USP e da UEFS. (<https://www.abc.org.br/membro/ana-maria-giulietti-harley/>); José Otamar de Carvalho (1937), cearense, Agrônomo pela UFC, trabalhou na Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco-ANCARPE, trabalhou na Sudene, cursou economia pela UFPE e doutorado pela Unicamp, integrou a equipe do IPLAN-IPEA. Aposentado, atua como consultor. Trabalhou em instituições como a FAO, PNUD, OEA, Unesco, IICA, Dnocs, Codevasf, Ana, CGEE/MCTI, entre outras, também no âmbito privado. É membro titular a Academia Brasileira de Ciência Agrônoma-ABCA (<https://books.scielo.org/id/wgg9f/pdf/carvalho-9788578792770-03.pdf>). Informações obtidas em: 29 jul 2023.

Apêndice V – Unidades de Pesquisa (UPs) e Organização Social (OS) vinculadas ao MCT com cursos de Pós-Graduação

UPs	Curso	M	D	MP	Conceito Capes	Data de início
ON – Observatório Nacional	Geofísica	X	X		5	1999
	Astronomia	X	X		6	1969/1975
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Geofísica Espacial	X	X		6	1994
	Meteorologia	X	X		6	1968/1974
	Computação Aplicada	X	X		5	1968/1974
	Engenharia e Tecnologia Espaciais	X	X		4	1994
	Sensoriamento Remoto	X	X		7	1972/1998
	Astrofísica	X	X		4	1994
	Ciência do Sistema Terrestre		X		6	2010
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi	Biodiversidade e Evolução	X	X		4	2015
	Diversidade Sociocultural	X			A	2019
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Agricultura no Trópico Úmido	X			3	2002
	Biologia (Ecologia)	X	X		6	1976
	Ciências Biológicas	X	X		4	1976/1984
	Ciências Biológicas (Botânica)	X	X		4	1973/1976
	Ciências Biológicas (Entomologia)	X	X		5	1976
	Ciências de Florestas Tropicais	X	X		5	1980/2004
	Clima e Ambiente – IPA - UEA	X	X		4	2007
	Genética, Conservação e Biologia Evolutiva	X	X		4	2003
	Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia			X	3	2010
IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	Tecnologia das Radiações em Ciências da Saúde			X	A	2019
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	Física			X	4	1999
	Física	X	X		7	1962
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica	Modelagem Computacional	X	X		6	2000
MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins	Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia			X	3	2015
OS	Curso	M	D	MP	Conceito Capes	Data de início
IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada*	Matemática	X	X		7	1962
	Métodos Matemáticos em Finanças			X	4	2008

Disponível

em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf;jsessionid=0Z5t11AdpRxtVrXrEy+51knC.sucupira-213?areaAvaliacao=0&cdRegiao=0> acesso em 20/11/21

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do MCTI e portais institucionais

Apêndice VI – Linhas de ação e respectivas atividades do Programa-Instituto Xingó.

Linha de ação	Atividades
Aqüicultura	Unidade demonstrativa de cultivo em tanques-rede Unidade de reprodução de alevinos Produção de alevinos Unidade de beneficiamento de pescado
Atividades Agropastoris	Núcleo de implantação de hortas escolares e comunitárias Segurança Alimentar - Consórcio agropecuário familiar Agroindústria de beneficiamento de caju Agroindústria de cana-de-açúcar (Água Branca/AL) Módulo de avicultura alternativa (Piranhas/AL) Módulo demonstrativo de caprinos (Piranhas/AL) Módulos demonstrativos de apicultura Dia de campo Transferência de tecnologia agropecuária Diagnóstico do espaço rural, agroeconômico, social e ambiental
Biodiversidade da Caatinga	Herbário de plantas da Caatinga e Carpoteca e sementeca de espécies nativas Oficina de manipulação de fitoterápicos Levantamento florístico de áreas de ocupação predatória e inventário florestal Espécies vegetais lenhosas da Caatinga Herbívora para caprinos Estudos taxonômico e morfológico de espécies da caatinga Diversidade de fungos micorrizicos Levantamento etnofarmacológico de plantas medicinais da Caatinga Coleção de plantas medicinais da região inseridas no Herbário Xingó Banco de dados de plantas medicinais
Educação	Formação continuada de educadores (oficinas pedagógicas e acompanhamento) Educação de jovens e adultos (alfabetização e qualificação profissional) Residência Pedagógica nas Unidades escolares de Xingó Pró-Ciências - capacitação de professores do ensino médio Graduação em Pedagogia a Distância
Energia Alternativa	Centro de Pesquisa de Fontes Alternativas de Xingó Eletrificação de comunidades
Gestão do Trabalho	Organização popular Centro de Assessoria a Empreendimentos Econômico-solidários
Recursos Hídricos e Qualidade da Água	Aproveitamento e monitoramento de água subterrânea do cristalino Aproveitamento hidroagrícola de resíduos líquidos Uso eficiente da água Balanço hídrico em culturas de milho e feijão Sistema de irrigação apropriado ao cultivar Qualidade das águas Estudo hidrodinâmico-sedimentológico do baixo São Francisco e mudanças na morfologia do rio Dessedentação animal Barragens subterrâneas
Turismo, Arqueologia e Patrimônio Histórico	Empreendedorismo cultural Levantamento dos artesãos e das expressões artístico-culturais Museu de Arqueologia de Xingó (Canindé de S. Francisco/SE) Levantamento do acervo documental e história oral
Cursos de Capacitação	Cultivo em viveiros e em tanques-rede Beneficiamento do pescado Olericultura Alimentação alternativa Beneficiamento de produtos derivados de caprinos/ovinos

Linha de ação	Atividades
	Beneficiamento do Leite Manipulação de plantas medicinais Instalação, operação e montagem de sistemas fotovoltaicos Técnicas beneficiamento cana de açúcar Técnicas processamento de doces Manejo Técnicas Apícolas Eletricidade básica Empreendedores - Incubadora Empresarial de Xingó Capacitação indígena - Nação Pankararu Fabricação de Artefatos de Couro Desenho artístico e produção de miniaturas do patrimônio edificado Capacitação profissional - jovens e adultos
Articulação Institucional	Artesanato (Comunidade Solidária) Laboratório de geoprocessamento (Inpe) Turismo (Convênio Embratur/PNMT) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (Incra) Empreendedorismo (Projeto Sebrae-Xingó) Gestão de aquíferos em áreas do semiárido para o desenvolvimento sustentável (Petrobras Ambiental) Capacitação em piscicultura e técnicas de processamento de pescado/APL do baixo São Francisco Alagoano (Codevasf) Projeto Amanhã - capacitação e melhoramento genético de caprinos/aptidão para leite (Codevasf) Capacitação em processamento de produtos da caprinovinocultura e seus derivados (Adene) Fortalecimento da piscicultura em cinco municípios do Semiárido/AL, BA, PE, SE (Adene)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dois documentos de apresentações do Instituto Xingó, produzidos pelo setor de Comunicação e Difusão Tecnológica (2003). Os arquivos foram cedidos pelo Ex-Diretor Geral do Instituto Xingó, Sr. Moisés de Aguiar, em 15 de agosto de 2023.

Apêndice VII– Lista das Organizações Estaduais de Pesquisa (Oepas) do Nordeste.

OEPAs	UF	Ano criação	Sede	Missão/Objetivo
Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)	PE	1935	Recife	Contribuir para o desenvolvimento rural e sustentável de Pernambuco, mediante atuação de modo integrado na geração de tecnologia, nas ações de assistência técnica e extensão rural e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com atenção prioritária aos agricultores de base familiar.
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (EMDAGRO)	SE	1962	Aracaju	Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do Estado de Sergipe, atuando nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Defesa Agropecuária e Ações Fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade.
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN)	RN	1979	Parnamirim	Gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias para o agronegócio, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Norte.
Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP/MA)	MA	2006	São Luís	Promover o Desenvolvimento Sustentável do Maranhão por meio dos serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, com foco na Agricultura Familiar de Base Agroecológica.
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER/AL)	AL	2011	Maceió	Promover Desenvolvimento Sustentável, por meio de Pesquisa Científica Assistência Técnica e Extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras e a soberania alimentar da sociedade alagoana.
Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER)*	BA	2015	Salvador	Promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e desenvolvimento sustentável no meio rural baiano.
Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER/PB)**	PB	2019	Cabedelo	Pesquisar, programar, executar e fiscalizar a política estadual de assistência técnica, extensão rural, e regularização fundiária. com vistas ao desenvolvimento da agropecuária e da pesca.

* Sem a função da pesquisa agropecuária desde 2015. Criada após a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (Fusão da Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia – EPABA com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia - Emater-BA).

**Criada a partir da fusão da EMATER (criada em 1975), EMEPA (criada em 1978) e INTERPA (criado em 1991).

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações disponíveis <https://www.embrapa.br/oepas> e nos sítios eletrônicos institucionais.

Apêndice VIII – Quadro de competências institucionais do Insa, segundo os Regimentos Internos.

2006	2016	2020	2022	2023
- promover, coordenar e realizar estudos programas, projetos e atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, no âmbito de suas finalidades;	- promover, coordenar e realizar estudos programas, projetos e atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, no âmbito de suas finalidades;	- promover, executar e divulgar estudos, pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico, formar e proporcionar a fixação de capacidades humanas para o semiárido brasileiro;	- incentivar, executar e divulgar estudos, pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico;	- realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área do desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro;
- realizar atividades relacionadas com o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias apropriadas em áreas e programas estratégicos e de interesse regional e nacional;	- realizar atividades relacionadas com o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias apropriadas em áreas e programas estratégicos e de interesse regional e nacional;	- realizar, propor e fomentar projetos e programas de pesquisa científica, bem como estabelecer os intercâmbios necessários com instituições regionais, nacionais e internacionais; e	- capacitar pessoas e disseminar conhecimentos relacionados ao semiárido brasileiro;	- capacitar pessoas e disseminar conhecimentos relacionados ao semiárido brasileiro;
- promover e realizar estudos e pesquisas aplicados ao meio ambiente, especialmente aqueles voltados para o uso de recursos hídricos, para a preservação e recuperação de ecossistemas, e para sua sustentabilidade na região do semiárido brasileiro;	- promover e realizar estudos e pesquisas aplicados ao meio ambiente, especialmente aqueles voltados para o uso de recursos hídricos, para a preservação e recuperação de ecossistemas, e para sua sustentabilidade na região do semiárido brasileiro;	- subsidiar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico-social, acompanhar e difundir o conhecimento relativo ao semiárido brasileiro.	- realizar, propor e fomentar projetos e programas de pesquisa científica, e estabelecer os intercâmbios com instituições regionais, nacionais e internacionais;	- propor, realizar e impulsionar projetos e programas de pesquisa científica e estabelecer os intercâmbios com instituições regionais, nacionais e internacionais, nas áreas do seu âmbito de atuação;
- propor diretrizes para formulação de políticas públicas e para execução de programas regionais, inclusive, para elaboração de planos de aplicação dos Fundos constitucionais;	- propor diretrizes para formulação de políticas públicas e para execução de programas regionais, inclusive, para elaboração de planos de aplicação dos Fundos constitucionais;	- mitigar os desafios e potencializar as oportunidades da região, fomentando iniciativas de ciência, tecnologia e inovação nas áreas estratégicas do seu âmbito de atuação;	- contribuir na formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico-social; e	- contribuir com formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico-social relacionados ao semiárido brasileiro;
- difundir conhecimentos científicos e tecnologias, já disponíveis ou	- difundir conhecimentos científicos e tecnologias, já disponíveis ou	- incentivar e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos,	- difundir e acompanhar o conhecimento relativo ao	- difundir e acompanhar o conhecimento relativo ao

2006	2016	2020	2022	2023
resultantes de sua atividade de pesquisa;	resultantes de sua atividade de pesquisa;	no âmbito de sua competência;	semiárido brasileiro.	semiárido brasileiro.
- promover e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos na sua área de competência;	- promover e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos na sua área de competência;	- propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;	- mitigar os desafios e potencializar as oportunidades da região, fomentando iniciativas de ciência, tecnologia e inovação nas áreas estratégicas do seu âmbito de atuação;	- mitigar os desafios e potencializar as oportunidades da região, fomentando iniciativas de ciência, tecnologia e inovação nas áreas estratégicas do seu âmbito de atuação;
- Estabelecer intercâmbio científico e técnico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;	- Estabelecer intercâmbio científico e técnico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;	- prestar serviços técnicos;	- incentivar e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos, no âmbito de sua competência;	- incentivar e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos, no âmbito de sua competência;
- prestar serviços técnicos, emitir relatórios e laudos técnicos, quando solicitados, bem como desenvolver produtos, serviços e tecnologias nas suas áreas de atuação;	- prestar serviços técnicos, emitir relatórios e laudos técnicos, quando solicitados, bem como desenvolver produtos, serviços e tecnologias nas suas áreas de atuação;	- emitir relatórios e laudos técnicos;	- propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;	- propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias
- promover e patrocinar conferências, nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos.	- promover e patrocinar conferências, nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos.	- desenvolver produtos, processos e serviços, no âmbito de sua competência;	- prestar serviços técnicos especializados, na forma prevista na lei;	- prestar serviços técnicos especializados, na forma prevista na lei;
- dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da Região do Semi-Árido e a integração sócio-econômica;	- dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da Região do Semiárido e a integração socioeconômica;	- estimular e patrocinar conferências nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos;	- emitir relatórios e laudos técnicos	- emitir relatórios e laudos técnicos;
- propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;	- propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;	- dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da região do	- desenvolver produtos, processos e serviços, no âmbito de sua competência;	- desenvolver produtos, processos e serviços, no âmbito de sua competência;

2006	2016	2020	2022	2023
		semiárido e a integração socioeconômica;		
- interagir com as demais instituições de ensino e de pesquisa da Região, promovendo a integração de estudos, pesquisas, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados.	- interagir com as demais instituições de ensino e de pesquisa da Região, promovendo a integração de estudos, pesquisas, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados.	- interagir com as demais instituições de ensino e de pesquisa da Região, incentivando a integração de estudos, pesquisas, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados.	- estimular e patrocinar conferências nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos;	- estimular e patrocinar conferências nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos;
			- dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da região do semiárido e a integração socioeconômica;	- dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da região do semiárido e a integração socioeconômica;
			- estimular, apoiar e formular a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação - ICTs e entidades sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados;	- estimular, apoiar e formular a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação - ICTs e entidades sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados;
			- apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o	- apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o

2006	2016	2020	2022	2023
			aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs;	aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs;
			- celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria;	- celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria;
			- incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras e em entidades brasileiras de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura.	- incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras e em entidades brasileiras de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura.